

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

## **“TEM, MAS ACABOU”**

**Economia Contemporânea em Moçambique**

**Beluce Bellucci**



**São Paulo  
2005**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

## “TEM, MAS ACABOU”

### Economia Contemporânea em Moçambique

Beluce Bellucci

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

**Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa**



São Paulo  
2005



00657880000000 - PIOX

Tem, mas acabou

T.419

À memória da Celinha,  
à presença de Malu,  
e aos que estão vindo depois de nós:  
Luanda, Rodrigo, Marina, Murilo,  
Kyoda e Gautier.

## Agradecimentos

*Não se pode ficar do lado de quem faz a história,  
mas a serviço de quem a padece. (A. Camus)*

Ao Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, meu orientador, e a todos os que me ensinaram os lados da história, a minha gratidão e cumplicidade.

À Universidade Candido Mendes, especialmente ao Instituto de Humanidades / Centro de Estudos Afro-Asiáticos, aos seus funcionários e colegas pela estrutura e documentação que me facilitaram.

À valorosa contribuição e dedicação do Hamilton Magalhães na revisão, Vitor Alcântara, na edição eletrônica e à Flavia Santos de Oliveira, na organização.

Ao Reinaldo Mele pela amizade e troca de opiniões.

Esta tese não poderia ser elaborada sem o apoio financeiro que o autor recebeu do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, entidade governamental brasileira promotora do desenvolvimento científico e tecnológico.

## Sumário

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ABREVIATURAS

ÍNDICE 1

INTRODUÇÃO - 9

CAPÍTULO 1 – A SOCIEDADE DOMÉSTICA E O COLONIALISMO - 47

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA COLONIAL DE EXPLORAÇÃO - 109

CAPÍTULO 3 – A ECONOMIA COLONIAL DE VALORIZAÇÃO - 161

CAPÍTULO 4 – A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA - 207

CAPÍTULO 5 - A TRANSIÇÃO AO LIBERALISMO – 299

CAPÍTULO 6 – RUMO AO SÉCULO XXI - 363

CONCLUSÃO - 397

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - 407

ANEXO – 433

APÊNDICE 1 – DADOS ESTATÍSTICOS

APÊNDICE 2 – PROGRAMME D'ACTION DE LA SADCC

## Lista de Abreviaturas e Siglas

- ANC – Congresso Nacional Africano
- ATP – Área de Trocas Preferenciais.
- COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral.
- CONSAS – Constelação de Estados da África Austral.
- EIMI – Exportação de Indústrias Mão-de-Obra Intensiva
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.
- GODCA – Gabinete para Organização e Desenvolvimento das Cooperativas e Aldeias Comuns.
- IDE – Investimento Direto Estrangeiro
- JEAC – Junta de Exportação do Algodão Colonial.
- MNR – Mozambique National Resistance (nome original da RENAMO).
- NATO – Acordo de organização dos países do Atlântico Norte.
- OUA – Organização da Unidade Africana.
- PAE – Programa de Ajustamento Estrutural.
- PEC – Plano Estatal Central.
- PIEEP – Política de Integração do Espaço Económico Português.
- PPI – Plano Prospectivo Indicativo.
- PRE – Programa de Reabilitação Económica
- PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social.
- RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique.
- SACU – União Aduaneira da África Austral.
- SADC – Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral.
- SADCC – Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral.

## Resumo

A profunda crise que atravessa Moçambique desde o último quarto do século 20, com características econômicas, sociais, culturais e políticas, fazem este país ocupar um dos últimos lugares no Índice de Desenvolvimento Humano. Entretanto, à miséria das populações, ao longo do século se contrapuseram a riqueza das companhias coloniais e de grupos de capital.

O trabalho expõe a formação da economia contemporânea em Moçambique: as linhas gerais da economia doméstica e a sua incorporação periférica à economia-mundo, através da exploração colonial até os anos 60; o processo de modernização com a economia colonial de valorização até a independência; a experiência socialista que aprofunda os mecanismos de modernização até meados dos anos 80; e, as políticas neoliberais, que conduz o país à exclusão.

A gravidade da crise contemporânea é explicada por três vértices. A crise na sociedade doméstica, de origem agrícola; a crise na sociedade moderna, de origem industrial e urbana; e a crise provocada pelas políticas neoliberais, no quadro da globalização e da revolução científico-técnica. Cada uma atua com dinâmicas próprias, tem origens e épocas distintas, mas suas consequências se sobre-põem na década de 80, formando um quadro crítico de forte intensidade para 70% da população que vive na pobreza absoluta. Entretanto, na nova divisão mundial da produção, há um direcionamento dos investimentos estrangeiros diretos em mega-projetos que permite intensa acumulação de capital, e transforma a participação periférica de Moçambique na economia mundo em participação excludente.

## Abstrat

The deep economic, social, cultural and political crisis that Mozambique has been through in the last quarter of the 20<sup>th</sup> century has resulted in the ranking of the country as one of the least developed in the world according to the IDH. In spite of the poverty of the majority of the population, along the century colonial companies and corporations have gained huge amounts of wealth.

The dissertation presents the formation of Mozambique's contemporary economy: the general trends of the domestic economy and its incorporation into the periphery of the world-economy through the colonial exploitation until the 60s; the process of modernization of the colonial economy until the independence; the socialist experience that deepens the modernization until the mid-80s; and the neo-liberal economic policies that lead the country to exclusion.

The seriousness of the current crisis is explained through 3 vertex. The crisis in the domestic society, with its agricultural roots; the crisis in the modern society, with its urban and industrial roots; and the crisis originated in the neo-liberal policies, with its background in the process of globalization and of the techno-scientific revolution. Each one has its own dynamics, has distinct origins and timings, but their consequences are added one to another in the 80s, resulting in a highly disturbing frame in which 70% of the population live in absolute poverty. However, in the new world division of production, there is a new flow of direct foreign investments in huge projects that allows intense accumulation of capital and transforms the peripheric participation of Mozambique in the world-economy into excludent participation.



Palavras-chave: Economia contemporânea, capitalismo, colonialismo, crise, Moçambique, Desenvolvimento.

Key words: Economics, capitalism, colonialism, crisis, Mozambique, Development.

## ÍNDICE

<i>Introdução</i>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>47</b>
A Sociedade Doméstica e o Colonialismo	47
1. A Economia Doméstica	48
2. A Ocupação Colonial	69
3. Os Ciclos Coloniais Africanos	80
4. Portugal e a Colonização	87
5. Articulação de Modos de Produção	93
6. A Crise da Sociedade Doméstica	102
<b>Capítulo 2</b>	<b>109</b>
A Economia Colonial de Exploração	109
1. Antecedentes	109
2. O Pacto Colonial	114
3. A Internacionalização da Economia	141
4. O Pacto Regional	152
<b>Capítulo 3</b>	<b>161</b>
A Economia Colonial de Valorização	161
1. As Origens da Nova Política Econômica	161
2. Os Planos de Fomento	167
3. O I Plano de Fomento (1953-1958)	169
4. O II Plano de Fomento (1959-1964)	170
5. O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)	187
6. O III Plano de Dinamização Econômica (1968-1973)	189
7. Antes da Revolução	192
<b>Capítulo 4</b>	<b>207</b>
A Experiência Socialista	207
1. O 3º Congresso da Frelimo	209
2. As Diretrizes Econômicas e Sociais	236
3. Planificação e Acumulação	266
4. A Utopia do Insucesso	290

<b>Capítulo 5</b>	<b>299</b>
A Transição ao Liberalismo	299
1. O 4º Congresso: A Abertura	300
2. Do Libertário ao Liberal	315
3. A Situação Regional	328
4. O PRE (Programa de Reabilitação Económica)	344
5. Os Megaprojetos	354
6 ... e as Exportações da Indústria de Mão-de-Obra Intensiva (EIMI)	359
<b>Capítulo 6</b>	<b>363</b>
Rumo ao século XXI	363
1. As Dificuldades da Sociedade Doméstica	363
2. As Dificuldades do Desenvolvimento Industrial	366
3. O Novo Quadro Regional e o Papel da África do Sul	370
4. As dificuldades de Participação no Mundo Globalizado	377
5. Uma Nova Articulação de Modos de Produção?	380
6. Da Marginalização à Exclusão, o Fim de uma Era?	381
7. A Pobreza Extrema	390
<b>Conclusão</b>	<b>397</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>407</b>
Fontes Primárias	407
Fontes Secundárias	414
<b>Anexo 1 –</b>	<b>433</b>
AO CAPÍTULO 3	
Quadro 1: Comparação dos Investimentos Previstos nos Planos Portugueses	
AO CAPÍTULO 5	
Quadro 1: Ligações Comerciais entre a África do Sul e a África Austral	
Quadro 2: PIB Real a Preços de 1980 para 1960-96	
Quadro 3: PIB nominal, real, potencial e utilização de capacidade, 1960-96	
Quadro 4: Estimativa do Impacto da Mozal na economia de Moçambique	
Quadro 5: O impacto dos seis mega-projetos na economia moçambicana	
Quadro 6: Balance de paiements du Mozambique – 1957-74	

## Índice dos Quadros

Quadro 1 – Ciclo Colonial Africano, Hegemonias Mundiais e Ciclos Kondratieff	82
Quadro 2 – II Plano de Fomento para Angola e Moçambique	172
Quadro 3 – Estimativa de Prejuízos Diretos e Redução	284
Quadro 4 – Número de Trabalhadores Moçambicanos nas Minas	285
Quadro 5 – Comércio Exterior Moçambicano,	288
Quadro 6 – Divisão dos Capitais Moçambicanos e Estrangeiros no Orçamento de Investimento de 1982	289
Quadro 7 – Agressão Militar e Econômica contra Moçambique	309
Quadro 8 – Anatomia de um Colapso Econômico 1973-1986	314
Quadro 9 – Fluxo Líquido de Capital Privado	316
Quadro 10 – Transferência Líquida de Recursos	317
Quadro 11 – Importações e Exportações através dos Portos	337
Quadro 12 – Mão-de-Obra Migratória para as Minas da África do Sul	339
Quadro 13 – Indicadores Financeiros Externos (1984-1989)	347
Quadro 14 – Medindo o Impacto Econômico do PRE	348
Quadro 15 – De uma Economia de Serviços para uma Economia de Ajuda	351

**Lista de Ilustrações**

Figura 1 - África Político – Atual	7
Figura 2 - Povoamento Étnico c1880 – Moçambique	43
Figura 3 - Estado e comércio a longa distância	44
Figura 4 - Ocupação imperialista e resistência 1880-1920	45
Figura 5 - Economia colonial 1920-30	105
Figura 6 - Agricultura – Principais culturas	106
Figura 7 - Agricultura – Culturas permanentes	107
Figura 8 - Energia	159
Figura 9 - Indústria Extrativa	160
Figura 10 - Luta de libertação nacional 1964-74 - 199	205
Figura 11 - Países da Linha da Frente	295
Figura 12 - SADCC – Indicadores econômicos	296
Figura 13 - População 1980	297
Figura 14 - População – Força de trabalho	298

## Apêndice 1 – Dados Estatísticos

### Tabelas e Gráficos

Tabela 2 – Estrutura da Força de Trabalho, 1960-1997

Tabela 4 – Taxas de Câmbios Nominal, Real e Black Market

Tabela 5 – Variações Anuais das Taxas de Câmbios e Inflação

Gráfico 5 – Inflação, 1960-1996 (%)

Gráfico 6 – Taxas de Câmbios Real Efectiva, 1960-1996

Tabela 6 – Exportações para 23 Países da OCDE, 1961-1996

Tabela 8 – Importações de 23 Países da OCDE e África do Sul 1960-1996

Tabela 10 – Taxas de Crescimento Anuais da Produção, Investimento, Comércio Externo e Preços, 1960-1996 (%)

Tabela 11 – SalDOS Externos e Fiscais (% do PIB nominal)

Gráfico 11 – Poupança Interna e Investimento Interno Bruto, Moçambique 1980-1997

Gráfico 12 a – Ajuda Externa em % do PNB

Gráfico 12b – Ajuda Externa em % do Investimento Interno Bruto

Gráfico 12c – Ajuda Externa em % dos Bens e Serviços

Gráfico 12d – Ajuda Per Capita (\$US)

### Quadros

Foreign Direct Investment (FDI) Overview, Selected Years

Cross-Border Merger and Acquisition Overview, 1995-2003

Bilateral Investment Treaties (BITs) Concluded During 1995-2003

Double Taxation Treaties (DTTs) Concluded During 1995-2003

Country Rankings and Values of the UNCTAD FDI Performance Index, 1988-1990, 1998-2000, 2001-2003

Country Rankings and Values of the UNCTAD FDI Potential Index, 1998-1990, 1998-2000, 2000-2002

### Gráficos

Figure 1. FDI Flows, 1992-2002

Figure 2. FDI Stock, 1990, 1995 and 2002

Figure 3. FDI Inflows, by Region, 1995-1999

Figure 4. FDI Inflows, by industry, 1995-1999

Figure 5. FDI Flows as a Percentage of Gross Fixed Capital Formation, 1992-2002

Figure 6. FDI Stock as a Percentage of Gross Domestic Product, 1990-2002

### Tabelas

Table 1. The top three investment partners in terms of FDI flows, 1998 and 1999

Table 2. The three most important industries in terms of FDI flows, 1998 and 1999

Table 3. Largest three home-bases TNCs, largest three foreign affiliates of home-based TNCs, and largest three affiliates of foreign TNCs

## Apêndice 2 – Programme d'Action de la SADCC



## INTRODUÇÃO

*À palavra crise, normalmente associamos a valores negativos. A idéia de que a crise é o prelúdio do que de pior se pode esperar é no entanto desmentida pela História. Qualquer análise, até pouco desenvolvida, nos traria a evidência de que a crise é apenas uma das várias formas de registar mudança. Há vários tipos de mudança como há vários tipos de crise. (...) Hoje em dia quando se fala de África regista-se uma tendência para o determinismo pessimista. A virtude que alguns encontram nesta análise rápida e simplista é ela permitir encaixar uma suposta ou real complexidade num esquema de fácil interpretação. Existem várias justificações para este comportamento. Estamos num mundo de incertezas que correspondem ao fim de um ciclo ideológico e ao princípio de outro. Estes ajustamentos nunca são pacíficos. (Lopes, 1997, p. 13)*

“Tem, mas acabou”, ouve-se essa expressão corriqueiramente em Moçambique. No comércio em geral, significa que o que se procura acabou recentemente, que se espera uma outra encomenda, que o produto desejado pode ser ali encontrado, mas naquele momento está em falta. Nos momentos da crise que se instalou em Moçambique logo após a independência, passou a ser recorrente a falta de mercadorias, inclusive dos gêneros de primeira necessidade. Lembre-se que a ex-colônia portuguesa obteve a independência em 1975, depois de dez anos de luta armada, dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique\*, fundada em 1962. Em 1977, no seu 3º Congresso, transformou-se em Partido Frelimo, marxista leninista), movimento que conduziu a guerra de libertação nacional e instalou um governo revolucionário. Com um governo socialista, a Frelimo

---

\* No âmbito deste trabalho, entretanto, utiliza-se apenas a grafia Frelimo para os dois momentos, antes e depois de 1977.



estatizou quase toda a economia e governou com planejamento central até 1984, quando iniciou reformas liberais em direção à economia de mercado. Em 1994 e em 1999, realizou eleições diretas, tendo vencido ambas, e encontra-se no poder até hoje, com um projeto liberal.

Quase tudo faltava naqueles momentos do imediato pós-independência – para quem estava acostumado com a sociedade de consumo. De produtos industrializados mais complexos, provenientes de importação, a artigos produzidos localmente; de artigos de luxo a bens fundamentais. Entretanto, havia quase tudo. Os produtos, importados ou não, chegavam ao comércio e eram rapidamente esgotados. Os gêneros alimentícios da cesta básica eram distribuídos pelo governo através de cooperativas de consumo. As matérias-primas e os insumos industriais e agrícolas eram garantidos pelo poder público e entregues diretamente às unidades de produção, segundo um plano elaborado centralmente, sem passarem pela rede comercial. Os outros bens, esses sim, chegavam ao comércio e logo desapareciam. Daí a expressão ter ganhado importância naquele momento.

O descompasso dos tempos verbais, presente na expressão, contrariando o bom senso, produziu uma expressão dialética que deu força implícita a um conteúdo não-dito, ao que se queria dizer e não se podia, ou não se devia. Assim, para os colonialistas saudosistas, “tem, mas acabou” queria dizer: “esses artigos existiam, mas agora, com a independência, acabaram”, “antes, no colonialismo, tinha, mas com a Frelimo, não tem mais”. Para os pró-Frelimo, a leitura era outra: “tem, a Frelimo garante o abastecimento, tanto é que já vendemos tudo, porque agora o povo também consome”. Era utilizada também na crítica às *estruturas* (como eram conhecidos os dirigentes do Estado e do partido): “tem, mas só lá nas Lojas Francas [que vendia em dólares]; para o povo já não trazem mais”. Ou na crítica da relação entre política e economia: “temos independência, mas não temos

produção como antes”. Expressava aspectos do conflito entre o tradicional e o moderno: “tem, para os da cidade, para os do campo acabou”. Ou mesmo o inverso: “temos os produtos do campo da nossa gente; os industriais acabaram, não precisamos deles”. Ou simbolizava a indignação – “era para ter, mas não tem” – ou sintetizava as conseqüências da guerra de desestabilização impetrada pela Rodésia do Sul e depois pela África do Sul, a que o país esteve submetido desde a independência até 1992 – “fizemos, mas destruíram” – ou simplesmente demonstrava resignação, querendo dizer que “já murcharam a nossa festa, pá” etc.

Entretanto, o que efetivamente a expressão dizia de forma aberta era que se vivia um momento de crise, que havia algo de podre no ar.

Sem a pretensão de, nesta apresentação, esmiuçar o período pré-colonial em Moçambique, caberia, não obstante, a fim de arrumar o terreno, esboçar como viviam os africanos nessa região oriental da África, hoje denominada Moçambique, antes da chegada dos portugueses. Esse esboço permitirá antecipar algumas das dificuldades enfrentadas pelas sociedades tradicionais africanas e ver como será terrível o processo de conjugação de seus anseios com as novas pretensões instaladas na região.

A África Subsaariana, da mesma forma que outras regiões do globo, conheceu o longo processo de substituição de homens caçadores e coletores por comunidades humanas que, lentamente, passaram a selecionar e cultivar alimentos. A expansão dos produtores de alimentos pela África subssariana, iniciada, segundo os dados arqueológicos até o momento disponíveis, no segundo milênio a.C., associa-se também à irradiação de suas línguas. Para a região equatorial e subequatorial, teve destaque o tronco lingüístico nígero-cordofaniano, acima de tudo seu ramo

nígero-congolês e, particularmente, o grupo banto, com cerca de 450 línguas (Lamphear e Falola, 1995, p. 86-7).

A lenta migração do grupo lingüístico banto para o sul do continente, ao longo do primeiro milênio d.C., ainda é motivo de grande controvérsia entre lingüistas e historiadores. De acordo com os trabalhos mais recentes, estabeleceu-se através de duas correntes migratórias, uma margeando a floresta equatorial na sua franja norte e depois descendo pelo leste do continente e a outra partindo também das savanas arborizadas, localizadas entre o sul da atual Nigéria e o norte dos Camarões, costeando a floresta pelo oeste. Produtores de alimentos, os bantos dominavam também a tecnologia do ferro, que seria expandida pela rota oriental do continente e produziria uma nova transformação nas sociedades localizadas nas savanas abaixo da floresta equatorial (Costa e Silva, 1992, 183-92).

Os produtores de alimentos, em busca de terras propícias para suas culturas e de água, levavam, além de suas técnicas, suas línguas. A tendência quase inevitável foi a de que caçadores, pescadores e coletores, nômades, pertencentes a comunidades de equilíbrio mais frágil, ao entrarem em contato com esses novos vizinhos, se sentissem atraídos pelas suas formas de convívio e sustentabilidade, quando não fossem obrigados a se submeter a tal proposta. Ou seja, por convencimento ou por força, os caçadores, pescadores e coletores tenderam a adotar o novo sistema de produção e organização social, bem como as línguas que chegavam. Como a lingüística orienta, o nômade, salvo em casos raros, aprende a língua do sedentário (Oliver, 1994, p. 54).

Dos séculos iniciais do primeiro milênio da era cristã até o século XIX, a África subsaariana, em particular a subequatorial, viveu um lento processo de migração e acomodação de populações. Além do deslocamento dos povos de língua banto,

devemos levar em consideração a migração, mais a leste, dos povos do tronco lingüístico nilo-saariano (Lamphear e Falola, 1995, p. 92-4).

Nessa região subequatorial, destacam-se as dificuldades encontradas por esses povos em domesticar a fauna e a flora existentes. Foram encontradas soluções para a agricultura, mas, ainda assim, uma rápida mudança na dieta alimentar na região central da África, a partir do século XVII, com a chegada do milho e da mandioca, plantas americanas, mais resistentes e de maior produtividade, indica as limitações da alimentação preexistente, baseada em cereais como o sorgo e o painço, entre outros. Cabe realçar que as principais culturas hoje na região migraram de outras partes do mundo. Para além da contribuição americana, vale referir o caso das bananas e dos coqueiros, que vieram do Sudoeste Asiático (Birmingham, 1992, p. 2-13).

No que diz respeito à domesticação de animais, esse foi um dos grandes entraves ao desenvolvimento da região. Nenhum grande mamífero da África subequatorial foi domesticado para o auxílio na produção ou mesmo como animal de carga. A obviedade da constatação não deve encobrir a importância do seu significado. Complicando ainda mais o problema, a barreira formada pela mosca tsé-tsé, transmissora da tripanossomíase, na floresta equatorial se mostrou um obstáculo muito consistente e de difícil superação para a importação do gado bovino e ovino. Somente nos séculos iniciais do primeiro milênio d.C., os rebanhos se expandiram, em maior escala, pela parte leste do continente. Sua dispersão pelas regiões central e sul da África subequatorial se estendeu por toda a segunda metade desse primeiro milênio.

A vida dos africanos em boa parte da África Subsaariana, antes dos contatos atlânticos e perdurando por muito tempo após o estabelecimento dessas relações,

foi marcada pela dispersão das populações em pequenas comunidades. Esse quadro de pulverização dos grupos populacionais era ainda mais severo na porção subequatorial do continente. No contexto subsaariano como um todo, a associação da agricultura, da pesca e, eventualmente, com o passar do tempo, da criação de gado proporcionou o relacionamento entre comunidades vizinhas de porte aproximado e práticas muito semelhantes, o que propiciava, inclusive, o casamento entre seus membros. Esses grupamentos foram chamados de tribos pelos europeus no século XIX, numa nítida tentativa de demarcação do conceito de nação, sob o argumento da fragilidade institucional existente na África.

A base dessas comunidades era a família patriarcal, que organizada de forma matrilinear ou patrilinear reunia-se em diferentes clãs. Ligados em geral pela língua, pela cultura e por afinidades em torno do território, do passado e de um futuro comuns, tais clãs podiam constituir grupos étnicos de maior ou menor projeção. Eram sociedades essencialmente rurais, com baixas taxas de crescimento, fruto dos elevados índices de mortalidade – consequência das epidemias e da dureza da vida, de constante embate com o meio. Para dar conta dessas estruturas sociais, muitos historiadores acabaram por utilizar os termos cunhados na antropologia para definir tal sistema de organização social: modo de produção de linhagem ou doméstico.

Nessas comunidades, as divisões etárias e sexuais eram fundamentais. A autoridade encontrava-se em geral nas mãos dos homens mais idosos. Comum era também a existência de assembleias, deliberativas ou apenas consultivas, em que tinham assento os chefes de família e de aldeia. A posse da terra, ainda que quase sempre de apropriação coletiva, seguia estreitos códigos de utilização e controle por parte dos mais velhos, assim como as possibilidades de realização dos casamentos (Ki-Zerbo, 1991, p. 224).

Como os mais velhos controlavam o acesso dos mais jovens às mulheres, através de diferentes mecanismos de interdição às uniões, e como as mulheres, muitas vezes, eram os principais trabalhadores agrícolas, a consequência imperativa é que a produção e a reprodução estavam intimamente associadas. Em virtude dessa imbricação e do poder assumido pelos homens mais velhos, os historiadores utilizam recorrentemente o termo “gerontocracia” para definir a organização e o exercício do poder. Em tais condições, as mulheres constituíam um valioso bem de permuta entre os diferentes grupos e famílias, consolidando relações sociais e de poder (Lovejoy, 2002, p. 43-4).

No entanto, pode-se vislumbrar, para toda a região subsaariana, processos de centralização política muito próximos. Respeitando a idéia de união de linhagens, sua estruturação ocorria como consequência do crescimento das populações e dos rebanhos, por conta da necessidade de defesa face ao inimigo externo ou em função de diferentes formas de conjugação desses fatores. Para isso contribuiu, ainda, a articulação de diversos elementos, tais como as condições geográficas, a produção agrícola adotada, o domínio de novas tecnologias e as interações com os demais grupos, todos possibilitando o crescimento e, conseqüentemente, a segmentação dessas comunidades.

Para as populações situadas ao sul da floresta equatorial, que também conheceram a mescla da agricultura e da pesca com a crescente criação de gado, ainda que tal conjugação tenha ocorrido séculos após a sua simbiose na parte ocidental do continente, um dado novo teve lugar entre os séculos IX e X. É desse período a intensificação da produção e do trabalho com metais existentes na região conhecida como “cinturão do cobre”, situada no sul da atual República Democrática do Congo. O local tinha a característica singular de reunir diferentes

reservas minerais na proximidade da floresta, o que significava dizer madeira e, portanto, o combustível necessário ao trabalho dos metais.

A expansão dessa indústria permitiu um maior intercâmbio com as regiões mais ao sul. O dinamismo resultante fez circular diferentes mercadorias, como o ouro, proveniente do atual Zimbabwe, e o marfim, da atual Zâmbia. Esses eram trocados pelo cobre, produzido mais ao norte e requisitado, entre outras utilidades mais cotidianas, para a ornamentação. Por fim, todos esses produtos estiveram relacionados com a abertura do comércio com o Oriente, através do Índico, por onde chegaram diferentes artigos, como tecidos de algodão, contas de vidro, vindas da Índia, e artigos de luxo, como gamelas de porcelana, que vinham da China (Oliver, 1994, p. 126-7). Esse seria o último processo de internacionalização do comércio africano, antes da abertura do mundo atlântico.

Portugal chegou na região oriental da África, hoje Moçambique, ainda no século XV, mas será no XIX que começará a efetivamente criar negócios de interesse que o fizesse estabelecer-se em algumas regiões litorâneas e às margens de alguns rios, particularmente do Zambeze. Após a Conferência de Berlim (1884-1885), a Inglaterra questionou a posse efetiva da região por Portugal, que, entretanto, acabou vitorioso nesse litígio e criou uma economia de integração regional no sul do país que atendia aos desejos da vizinha África do Sul e da então Rodésia do Sul. O processo de ocupação vai durar as duas primeiras décadas do século XX e apenas com o Estado Novo (1926) em Portugal é que foi delineado um projeto coerente com a acumulação de capital na Metrópole baseado na exploração da colônia.

A região era povoada por diferentes grupos sociolingüísticos, organizados em sociedades domésticas, com formas de produção e organização político-cultural

distintas das que trouxeram os portugueses. Foram o trabalho forçado nas estradas, portos e ferrovias, em serviços públicos e privados, a introdução de culturas agrícolas obrigatórias e a instituição de impostos que submeteram essas populações às normas coloniais e permitiram que grandes recursos fossem transferidos para a Metrópole ao longo do século XX.

Nesse período, os colonialistas portugueses afirmavam que os africanos não tinham interesse pelo trabalho e nem pelo consumo e que seria necessário incutir-lhes esses hábitos, isto é, o trabalho, segundo as exigências coloniais de produção para o mercado da Metrópole, e o consumo de vestuários e bens industrializados de higiene etc., adquiridos da Metrópole, para, assim, eles, os africanos, darem sua contribuição à humanidade. (Enes, 1971, e Caetano, 1954). Sem isso, não poderiam as “crianças grandes” (Enes) assimilar a cultura cristã, considerada valor supremo da felicidade.

A Frelimo afirmava insistentemente, em seus discursos, que o subdesenvolvimento de Moçambique e as dificuldades enfrentadas no pós-independência eram consequência dos 400 anos de colonialismo. Na verdade, não foram 400 anos, embora os portugueses lá tivessem chegado há tanto tempo. Bastou menos de um século para que o colonialismo produzisse o subdesenvolvimento em Moçambique. Datam do início do século XX a conclusão da subjugação dos povos que viviam na região oriental africana, e a sua passagem para “proteção colonial”, que deram origem aos processos de migração, às desagregações familiares, à imposição de cultivos e à obrigatoriedade de trabalhos. Foram nessas condições, com a produção de valor acumulado do outro lado da terra, com o suor e o trabalho do povo, que o capitalismo colonial criou o subdesenvolvimento em Moçambique. Desde o processo de ocupação (chamada pelos portugueses de pacificação), em finais do século XIX, que o povo



moçambicano vive em constante sofrimento, instabilidade e privação. O pequeno desenvolvimento industrial e o processo de urbanização timidamente iniciado na década de 60 só foram possíveis graças à grande exploração a que estiveram submetidos contingentes enormes das sociedades domésticas, isto é, as que já viviam no continente. A percepção de que 1973 teria sido o melhor ano econômico de Moçambique considera a economia apenas no sentido moderno, isto é, de produção de valor. Mas não se pode esquecer que há em Moçambique uma outra sociedade que vive e produz e que não entra nos indicadores. Depois de cem anos destruindo essa sociedade, chega-se ao “melhor ano de produção”... melhor para quem, pergunta-se?

Mas o período colonial de relativo desenvolvimento industrial, iniciado nos anos 60, não terminou com a independência. Pelo contrário, a Frelimo aprofundou o processo de modernização, provocando maiores sofrimentos, apesar da expectativa de que o Estado, assumindo o controle dos meios de produção, acabaria com a época de carestia e de sofrimento. O Estado socialista garantiria que o fruto do trabalho ficasse com aos trabalhadores e não com os capitalistas, como antes. Na prática, porém, intensificou-se a modernização e estimulou-se a produção de valor, provocando mais mudanças e novos sofrimentos à sociedade doméstica.

Tem um sentido anticolonial e anticapitalista, como também antiexploração, antialienação e antidominação em geral o título dado a este trabalho: “Tem, mas acabou”. Todo processo revolucionário tem a sua razão de existir. O desenvolvimento das forças produtivas exige novas relações de produção, que criam novos valores políticos e culturais. Tais valores, entretanto, novamente se cristalizam em novas instituições e novas culturas, ao se institucionalizarem e se tornarem obsoletas, impedindo um novo desenvolvimento das forças produtivas.

O novo fica velho e novas revoluções passam a ser necessárias. E mesmo as revoluções, suas práticas e suas teorias, têm de ser renovadas.

As revoluções nacional e social conduzidas pela Frelimo em Moçambique tiveram as suas razões de ser e foram vitoriosas, mas a vitória não conduziu a uma melhoria do nível de vida da maioria de sua população, nem lhe permitiu melhor grau de organização social (mais dinâmico, seguro, independente) que anteriormente. Pelo contrário, a desagregação social de hoje é mais intensa que antes e durante a presença colonial. Entretanto, veremos neste trabalho que a gravidade do momento atual não é apenas consequência do período socialista, mas função de três crises simultâneas, originadas em momentos diferentes e cujas consequências se sobrepõem e se articulam no presente.

A modernização em Moçambique, incluindo a constituição do Estado nacional e a implantação do socialismo, deu-se tardiamente no contexto mundial: quando os Estados-nação estavam perdendo os seus pesos específicos e viam reduzidas as margens de manobras e a sua soberania.

ΦΦΦ

No pós-Segunda Guerra, com o novo ciclo de crescimento econômico capitalista, que acelerou o processo de independência nas colônias de seus parceiros, Portugal retardou o quanto pôde a independência das suas. No caso de Moçambique, essa protelação resultou em dez anos de luta armada de libertação nacional. Conduzida pela Frelimo e liderada por Samora Moisés Machel, seu segundo presidente (o primeiro, Eduardo Mondlane, foi assassinado pela Pide em 3 fevereiro de 1969, meses após a realização do 2º Congresso da Frente). A luta armada levou à independência de Moçambique em 25 de junho de 1975. Entre 7

de setembro de 1974 e a independência, foi formado um governo de transição entre o governo português e a Frelimo, tendo como primeiro-ministro Joaquim Chissano. Samora Machel tornou-se o primeiro presidente de República Popular de Moçambique, dirigindo com o partido único Frelimo (a Frente transformou-se em Partido marxista-leninista em fevereiro de 1977), e uma constituição socialista.

Com uma economia dependente dos vizinhos, sobretudo da África do Sul e da Rodésia, países que tinham um governo racista e anticomunista, Moçambique sofreu os efeitos de uma guerra de desestabilização empreendida pelos governos desses países que lhe causou prejuízos incalculáveis. A Frelimo aprofundou os projetos de modernização da economia e das relações sociais, iniciados na década de 60 pelos portugueses, através da criação de um forte setor estatal. A guerra de desestabilização conseguiu interiorizar-se em meados dos anos 80, em função não só de fatores como as dificuldades dos projetos estatais em assegurar a produção, a ausência dos valores “tradicionais” na estrutura de poder, o abandono a que ficou relegada a sociedade doméstica, mas, sobretudo, pela retaguarda e pelo forte apoio bélico, militar e econômico dado ao MNR pela África do Sul. O MNR\*, Mozambique National Resistance (Resistência Nacional Moçambicana), movimento fundado em 1976, pelo governo racista de Ian Smith, apoiado por antigos colonialistas. Com a independência da Rodésia, em 1980, o movimento passou a ser apoiado pela África do Sul e somente mais tarde, com a adesão de dissidentes da Frelimo, passou a se chamar Renamo.

---

\* Conhecido inicialmente pelo programa de rádio Vozes da Liberdade, passou a chamar-se MNR, Mouvement National of Resistance, depois MNR, Mozambique National Resistance, e finalmente, quando consegue algum apoio interno, em português, RENAMO, Resistência Nacional Moçambicana.

A partir de 1983, a situação social, política e econômica se deteriorou a ponto de tornar Moçambique extremamente vulnerável e dependente de ajudas humanitárias, que evitaram que um número maior de pessoas sofresse os efeitos da guerra, das catástrofes naturais e das dificuldades econômicas enfrentadas. Foi quando o governo fez um acordo de não-agressão (que não vingou) com a vizinha África do Sul e outro (que vingou) com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, iniciando o abandono de suas políticas socialistas.

As dificuldades econômicas enfrentadas, diga-se de passagem, também eram de diferentes ordens. De um lado, os fatores internos, provenientes da distância entre os projetos da Frelimo e a sua capacidade de realização. Assinale-se que esse descompasso entre o que ela desejava e que realmente poderia realizar independia de sua vontade e estava ligado a fatores de ordem histórica. Ele poderia ter sido cometido por qualquer um que acreditasse nas propostas modernizantes e socialistas, no quadro progressista do sistema mundial. De outro, estavam os fatores externos, provocados pela guerra de desestabilização, que visava exatamente atingir a débil economia moçambicana.

Em agosto de 1992, foi assinado o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo. As eleições diretas foram realizadas em 1994 e a Frelimo saiu vitoriosa, elegendo Joaquim Chissamo presidente. Vale lembrar que em 1986 o presidente Machel morreu vítima de um possível atentado contra o avião presidencial que caiu na África do Sul, tendo assumido a presidência da Frelimo e da República o então ministro dos Assuntos Estrangeiros Joaquim Alberto Chissano. Este foi eleito para um segundo mandato em 1999 e não concorreu nas eleições de 2004, que, entretanto, foi vencida também pela Frelimo.

A paz foi efetivamente estabelecida no território desde o acordo, ficando, entretanto, as suas não poucas seqüelas. O quadro político, porém, é estável e não há clima de beligerância política. A violência social e institucional existente é fruto do processo *normal* de acumulação de capital entre os que possuem e os que não possuem bens e propriedades, com as polícias e as milícias particulares pondo ordem. As seqüelas, além dos traumas psicológicos, das mortes, dos desaparecidos, dos milhões de deslocados, dos feridos e aleijados, são as estruturas sociais desorganizadas, que se recompõem lentamente, o retorno de capitais e de relações de produção antigas provenientes da África do Sul e de Portugal com os mesmos sotaques e tapas, com as mesmas impunidades requeridas à ação do capital, bem como as proteções aos poderosos, agora de todas as cores.

Se o presente não é famoso, o futuro não é brilhante. As expectativas otimistas prevêem que ainda levarão décadas para se chegar ao nível de produção de 1973, o melhor de Moçambique. Enquanto isso, o Ministério do Plano e Finanças parte da premissa de que,

*sem estabilidade económica, não existe um ambiente que estimule o crescimento económico, sem o qual não existe redução da pobreza. (...) a estabilidade económica é fundamental para o crescimento das economias. A estabilidade é normalmente medida por variações no nível de preços, nas taxas de juro e nas taxas de câmbio. Estas variações são determinadas, em geral, por políticas que afectam a procura da economia. Estas políticas são a política monetária, fiscal e cambial. Estas três políticas são maioritariamente determinadas pelos governos.* (Franco, 2002, p. 215-6; grifos do autor)

Em 1950, a população moçambicana era cerca de 6,5 milhões de habitantes. A partir daí cresceu de forma acelerada, atingindo 7,6 milhões em 1960, 9,4 milhões em 1970, 12,1 milhões em 1980, 14,4 em 1991 e 16,9 milhões em 1999. É o quarto país mais populoso entre os 14 países que integram a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) (PNUD, 2000a, p. 15).

Em 1997, o PIB do país foi calculado entre 2,4 bilhões e 3,4 bilhões de dólares, variando segundo a fonte, sendo a do PNUD a mais pessimista, e a do Banco Mundial e a do governo as mais otimistas (PNUD, 2000a, p. 13). Em 1998, o PIB de Moçambique rondou os 3,9 bilhões de dólares, para os quais a região Norte contribuiu com 21%, a região Centro com 31% e o Sul com 48% (PNUD, 2000a, p. 89).

Segundo os relatórios do governo, cerca de 70% da população moçambicana vivem em condições de pobreza absoluta, pobreza essa que é tanto de privação material como cultural e da vida em geral, e o país tem o Índice de Pobreza Humana mais elevado em toda a região da África Austral (MPF, 2001).

Em termos globais, os resultados do desempenho econômico no ano de 1999 continuam a mostrar concentração econômica na região Sul do país, com cerca de 51% da população e 49% da produção do país, e na qual se destaca a cidade de Maputo, com uma contribuição na produção de cerca de 36,9%. Segue-se a região Centro, com uma contribuição de 27,7%, e finalmente o Norte, com 21,3% (PNUD, 2000b, p. 24).

O PIB *per capita* nacional foi de 187 dólares em 1996 e toca os 200 dólares em 2000, a preços correntes (PNUD, 2000a, p. 26). A importância da agricultura em Moçambique evidencia-se, acima de tudo, pelo fato de envolver 80% da população. Embora contribua com apenas cerca de 25% a 30% para o volume do PIB, enquanto que aproximadamente 70% das receitas de exportação agregadas derivam de produtos agrícolas e de recursos renováveis (PNUD, 1998, p. 52).

A agricultura continua a ser a atividade com maior peso na economia, tanto no nível nacional como no regional, mas com uma participação que vem declinando ao longo dos anos em favor de outros setores, como a indústria manufatureira e o comércio. Em 1997, a agricultura representava cerca de 24,9% do PIB, enquanto em 2000 sua contribuição no total da produção diminuía para 22,9%. No mesmo período, em contrapartida, o setor da indústria manufatureira registrava uma subida na sua participação, passando de 9,9% em 1997 para 13,6% em 2000 (PNUD, 2002, p. 25).

A esperança de vida em Moçambique é de 42 anos contra 48,9 na África Subsaariana. De acordo com os organizadores do Relatório do PNUD, os dados poderiam ser “ainda mais positivos”:

*Não fossem os efeitos do HIV/SIDA, certamente captados pelas tendências de natalidade e mortalidade do recenseamento da população em 1997, e se a taxa de crescimento econômico tivesse mantido a tendência dos anos anteriores, os resultados seriam, decididamente, ainda mais positivos. Os resultados renovam a esperança de que, embora haja um longo caminho a percorrer, Moçambique está, em termos puramente relativos, a dar passos importantes na redução de carências de sua população. (PNUD, 2000b, p. 21.)*

A taxa de alfabetização da população adulta é de 39,6%. Ou seja, apenas cerca de 6,4 milhões dos 16,1 milhões de moçambicanos sabem ler e escrever. A percentagem de moçambicanos cursando do nível primário ao superior aumentou nos últimos cinco anos, tendo passado de 29% em 1997 para cerca de 36% em 2000 (PNUD, 2000b, p. 21).

ΦΦΦ

O objetivo deste trabalho é explicar as razões da gravidade atual da situação econômica de Moçambique. A profunda crise pela qual atravessa desde o último

quarto do século, com reflexos econômicos, sociais, culturais e políticos, faz com que ele ocupe um dos últimos lugares no IDH (Índice do Desenvolvimento Humano), elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (PNUD, 2004)<sup>1</sup> Por que esta crise, sobretudo a econômica, que é a mãe de todas as outras, é mais forte aqui que nos outros países? Percebia-se que havia semelhanças em grau, número e gênero com o que ocorria em outros países subsaarianos. Afinal, quase todos estão na lista dos países com Fraco Desenvolvimento Humano. Não que esse índice indicasse alguma coisa reveladora, mas seguramente era mais significativo que apenas o *ranking* do PIB (em que também esses países não se saem bem).

Em se tratando de tantos países africanos que estão com Fraco Desenvolvimento Humano (são 23 países da África Subssariana entre os 36), e sendo países que foram no século XX colonizados, conclui-se, logicamente, que haveria ali indicação da cumplicidade colonial na crise moçambicana de hoje. A ação colonial na África no século XX foi, sem dúvida, a forma de o capitalismo garantir trabalho mal-remunerado e transferir renda para as Metrópoles. As razões de se encontrarem em situações semelhantes em suas macroestruturas econômicas, sociais e políticas são as mesmas quando os tratamos à luz da história econômica. Não é por acaso que, no continente moldado pelo colonialismo no século XX, com processos semelhantes de invasão e ocupação, de exploração colonial e de modernização, seus países estejam em situações parecidas e muito críticas.

---

<sup>1</sup>No Índice de Desenvolvimento Humano de 2002, publicado pelo PNUD em 2004, Moçambique ocupa o 174º posto no *ranking* de 177 países listados. Dos 36 países com IDH baixo, 32 são da África Subsaariana. Dos 50 países africanos arrolados, 32 estão entre os com IDH baixo, 17 com IDH médio e um (Seycheles) com IDH elevado (PNUD, 2004).



Era um bom começo. A razão da gravidade da crise moçambicana poderia ser buscada na ação colonial do século XX. Mas como esse processo se deu e quais as suas conseqüências até se chegar ao ponto a que se chegou? Seria apenas o colonialismo o responsável? E os movimentos de modernização? E a proposta socialista da Frelimo? Com que peso contribuíram?

A crise do mundo socialista e os estudos recentes apontavam que não era o socialismo existente em Moçambique de 1975 a 1984 o “mal da fita”, no falar português.<sup>2</sup> Afinal, não eram apenas os países que tiveram experiências socialistas os que estavam em situação difícil. Poucos na África, como Moçambique, avançaram por esse caminho após a independência. A grande maioria seguiu as políticas e as orientações das instituições internacionais e dos governos das antigas Metrôpoles, que “sabiam o que faziam”, mas estão em situação similar.

Não se tratando, pois, de ir pelo caminho do socialismo, partiu-se para as políticas desenvolvimentistas que foram elaboradas e praticadas no âmbito da economia política burguesa para combater o subdesenvolvimento. E nelas, efetivamente, foi encontrada muita coisa. As promessas de um mundo melhor aos futuros proletários exigiram-lhes esforços desumanos e grande inversão dos capitais que estavam ociosos nos países centrais desde o final da Segunda Guerra, na fase ascendente da acumulação capitalista. Os fracassos desse modelo, que se afiguraram nos finais da década de 70, apontavam para uma crise sem precedentes. A crise pelo lado capitalista, moderno, da sociedade moçambicana.

---

<sup>2</sup>Sobre as dificuldades do mundo periférico, consultar Kurz (1992), Nunes (2000), Latouche (1986 e 1998), Arrighi e Silver (2001), Hardt e Negri (2001), Chainais (1996), Heller *et alii* (1999a), Coggiola (1994 e 2002), Castells (2002), entre outros.

<sup>3</sup>As ex-colônias de Portugal efetivamente seguiram o caminho socialista, e Portugal não era um país desenvolvido, mas semiperiférico, segundo Wallerstein (1970).

Entretanto, outros aspectos estavam em jogo. Por que a sociedade rural não absorvia essa crise capitalista? Quais as propostas e fatores que a impediam de ser o futuro da nação? Duas questões estão aqui enlaçadas. A primeira se refere ao fato de a proposta de reconstrução do mundo rural moçambicano passar pelo desenvolvimento do setor camponês, entendido como seu equivalente europeu ou latino-americano,<sup>4</sup> e não como na maior parte de Moçambique de hoje. Nesse caso, seria necessária, num processo lento e gradual, a assimilação das regras capitalistas e da economia de mercado pela população rural, deixando de lado, pouco a pouco, os seus valores tradicionais de técnicas produtivas e culturais e absorvendo tecnologias intermediárias (Castel-Branco, 1994 e 1995).

Os camponeses existem em Moçambique, sobretudo no Sul do país, e podem fazer parte de uma estratégia de *desenvolvimento* do capital para alimentar as cidades. Mas estão em minoria no país e são dependentes do sistema capitalista da economia de serviços e de transportes regional que Maputo atende, além de não produzirem nas condições requeridas pela concorrência global atual, estando, por isso, fora das zonas de interesse de investimento de capital. Os setores que poderão se desenvolver são os de tecnologia de alta produtividade, exigindo grande capital e pouca mão-de-obra. Essa dificuldade foi expressa pelo próprio presidente da República, Joaquim Chissano, quando perguntado sobre a ausência de um banco atualmente em Moçambique que financiasse a população rural, respondeu tinha que se ver para que “algum grupo financeiro internacional se interessasse por isso”.<sup>5</sup> O que demonstra a posição de abandono a que estão

---

<sup>4</sup>Defino camponês como o trabalhador rural de uma unidade de produção cujas terras podem ser suas ou arrendadas; que produz com a ajuda da família e com meios de produção próprios; que tem baixa composição de capital, eventualmente assalariando mão-de-obra; e que produz para a própria subsistência, comercializando apenas o excedente. Com o avanço do capitalismo, formaram-se camponeses produzindo essencialmente para o mercado e com alta tecnologia.

<sup>5</sup>Presidente Chissano, em conversa com o autor, em 20 de junho de 2000, no Bilene.

relegados os produtores rurais em Moçambique e a incapacidade do país em assegurar a sua soberania.

A segunda questão diz respeito à proposta para “progredir” a população rural, a partir da reconstituição das sociedades domésticas (tais como elas eram), já que formam a grande maioria da população em Moçambique. Elas possuem uma organização social, política e econômica própria e integrada, distinta daquilo que se define como camponês. Com a revolução científico-técnica em curso, Moçambique ficou de fora do processo de trabalho, seja como fornecedor de matéria-prima ou mão-de-obra barata, e do consumo. Como o capital não faz filantropia (quem pode fazer são os capitalistas individuais), que interesse teria o capital de alta tecnologia (em coro com as ONGs ecológicas e politicamente corretas) em propor, como vem fazendo, a recomposição das sociedades domésticas? Para que e para quem reconstruir as sociedades domésticas? O que ganha o capital com elas?

Ao capital não interessa desenvolver a sociedade doméstica num viés camponês, pois não mais ganha com esse processo; tampouco ganha com a sua transformação e incorporação em outros processos de valorização assalariada, como quis a Frelimo fazer após a independência. Entretanto, a manutenção da sociedade doméstica, com seus valores tradicionais, poderá trazer informações sobre a diversidade biológica, de muito valor financeiro e de ganho em tempo de pesquisa, fundamentais para a acumulação de capital no mundo globalizado; ao mesmo tempo, traria maior conforto aos domésticos, que teriam condições de sair da pobreza absoluta. É dessa maneira que o capital propõe salvar o “indígena” da assimilação e da proletarização, que só miséria trouxeram a Moçambique no século XX.

ΦΦΦ

À miséria das populações se contrapôs a riqueza das companhias coloniais. Quanto mais se insistiu nos processos de desenvolvimento – pré e pós-independências –, mais se avançou na desorganização social. Fato que leva a se perguntar a quem serviu o *desenvolvimento*. A economia política na África, no século em que o continente foi incorporado à economia mundo, não cessou de girar em torno das definições do capital, passando a servi-lo em todos os momentos. Ora tendo de se organizar sob o mando de um capital comercial, visando produzir para exportar em moldes domésticos, isto é, não-capitalistas, ora recebendo investimentos que modificavam suas práticas produtivas e culturais e a endividava a médio e longo prazo, ora exportando o capital acumulado por seus serviços e produções de exportação para saldar suas dívidas. Em qualquer momento, o nível de vida da população não teve sinais de melhorias, a não ser pontuais e beneficiando pequenos grupos, que ficavam, cada vez mais, concentrados e concentradores de capitais quanto mais a crise se aprofundava. Novas relações paternalistas e mafiosas se articulam, face à desagregação das sociedades domésticas e à impossibilidade de as incorporar nas estruturas modernas.

Este trabalho expõe a economia de Moçambique ao longo do século passado, para explicar a crise que vive essa ex-colônia oriental portuguesa. Por quê em Moçambique, e por similitude em outros países subsaarianos, a desagregação social tem sido tão forte, a fome tem atingido grandes contingentes, as produções têm caído em flecha e a capacidade de sobrevivência vem sendo reduzida a ponto de comprometer a reprodução social? As causas e as razões disso tudo se encontram nas políticas de modernização ou de industrialização (Latouche, 1986 e 1998)? Ou na ausência de uma articulação política entre industrialização e um processo de progresso do campesinato (Castel-Branco, 1994 e 1995)? Ou nas

formas da sua aplicação, nos erros de instrumentalização cometidos pelos dirigentes ou pela corrupção do sistema (Serra, 1991 e Cardoso, 1991a)? Essas explicações podem ser encontradas em diferentes literaturas citadas ao longo deste trabalho. Entretanto, embora elas ajudassem a compreender a situação, não eram satisfatórias em seu todo, e conduziram na busca de explicações próprias nas teorias da crise.

A profundidade da crise da sociedade contemporânea moçambicana justifica-se por ser formada por três vértices que se interligam. O primeiro trata da crise na sociedade doméstica, de origem agrícola; o segundo vértice trata da crise na sociedade moderna, de origem industrial e urbana; e o terceiro trata da crise provocada pelos fatores da globalização e da revolução científico-técnica levados a cabo pelas políticas neoliberais e que abrange o conjunto do país. Cada vértice atua em mecanismos econômicos específicos e particulares, tiveram origens em épocas distintas, mas suas conseqüências coincidem a partir do início da década de 80, criando um quadro crítico de forte intensidade que alastra a fome e o sofrimento a amplas parcelas da população e se prolonga até os dias atuais.

O primeiro vértice é composto pela crise de reprodução da sociedade doméstica (ou linhageira) e tem características essencialmente agrícolas. Há indícios de que o sistema produtivo utilizado na época da ocupação colonial já se encontrava com dificuldades de se reproduzir desde meados do século XIX. Tratando-se de sociedades com pouca utilização de meios técnicos e dependentes basicamente da força de trabalho, essas crises apresentavam uma velocidade lenta, até se consumirem, pois os espaços vazios permitiam novas reconstruções. Com a ocupação colonial e a fixação dos territórios, a contradição tomou outra forma. A manutenção da produção na sociedade doméstica visando à exportação capitalista colonial – a articulação de modos de produção – contribuiu para desagregar

internamente a sociedade doméstica. Os fatores econômicos e políticos dessa desagregação atuaram a longo prazo. É característica das crises agrícolas por esgotamento tecnológico agir em prazos longos. Essas sociedades não possuem reservas estratégicas e seus estoques de alimentos são precários. Quando não podem se apoiar em estruturas similares vizinhas que não se encontram em crise, como aconteceu a partir dos anos 80, a crise se generaliza e se estabelece:

*[Ao sul do Rio Save], a extensão dessa ocupação [colonial] foi tal que, em 1909, foi dado alerta para a preservação mínima dos direitos africanos. Em 1918 e mais em 1923, a quantidade de terras ocupada era já tão grande que foram de novo repensados os direitos dos africanos, sendo então criadas reservas indígenas. Contudo só em 1954 foi reconhecido aos indígenas a faculdade de optar pela lei comum em matéria de propriedade imobiliária. (Feliciano, 1998, p. 109)*

A influência negativa da dominação colonial na sociedade doméstica teve repercussão a longo prazo. É característica da expansão capitalista buscar força de trabalho de baixo custo através da exploração de sociedades que têm outras fontes de rendas que o assalariamento. Os produtores preferem pagar salários mais baixos, desde que estejam garantidas as condições de sobrevivência de seus assalariados:

*Dito de outra maneira: para trabalhos idênticos, com níveis idênticos de eficiência, o trabalhador assalariado inserido em uma unidade domiciliar muito dependente da renda de salários (vamos chamá-la de unidade domiciliar proletária) tendeu a buscar um patamar monetário mais alto (abaixo do qual seria irracional que ele realizasse o trabalho assalariado) do que o trabalhador assalariado oriundo de uma unidade domiciliar pouco dependente da renda salarial (vamos chamá-la de unidade domiciliar semiproletária). (...) Nas unidades domiciliares semiproletárias, aqueles que produziam para outras formas de renda real (basicamente na produção domiciliar para consumo, para venda no mercado local ou para ambos), fossem o próprio assalariado (em suas horas livres) ou outras pessoas (de qualquer sexo ou idade), criavam excedentes que contribuíam para baixar o patamar salarial mínimo aceitável. O trabalho não assalariado permitia que alguns produtores diminuíssem a remuneração da força de trabalho, reduzindo assim o custo de produção e aumentando a margem de lucro. Por isso, como regra geral, os empregadores de trabalho assalariado preferiam recrutar trabalhadores assalariados em unidades domiciliares semiproletárias, em vez de proletárias. (Wallerstein, 2001, p. 25-6)*

Esse seria o motivo pelo qual o processo de assalariamento no capitalismo se manifestou de forma tão incompleta, não ultrapassando a proletarização a metade da força de trabalho total da economia-mundo capitalista.

No mesmo sentido Meillassoux analisa a questão da força de trabalho barata utilizada pelo capitalismo colonial, centrando seus estudos no que chama de “articulação de modos de produção”, em que as unidades domésticas semiproletárias de Wallerstein conformam as sociedades domésticas africanas. Sua teoria não é a da acumulação primitiva simples, que admite a transferência de valor de um modo de produção para outro por intermédio da acumulação simples, “isto é, quando essa transferência acontece por *destruição* de um modo de produção em proveito de outro” (Meillassoux, 1977, p. 157). A teoria de Meillassoux permite uma punção contínua de valor que se efetiva não pela destruição, mas pela *preservação* do modo de produção dominado, formando, assim, um novo modo de produção. Analisa não a destruição de um modo de produção por outro, mas a organização *contraditória* das relações econômicas entre o setor capitalista e o setor doméstico, “um preservando o outro para lhe subtrair a sua subsistência, e, ao fazê-lo, destruindo-o”.

A ação colonial em Moçambique durou os primeiros três quartos do século XX, mas os efeitos negativos dessa “organização contraditória” só começaram na década de 70. O tempo de amadurecimento da crise provocada pela ação colonial foi entre 40 e 70 anos. Não se trata aqui, bem entendido, de um fenômeno cíclico que se repetirá naquela periodicidade. A crise provocada pela desorganização do setor doméstico de produção agrícola não se renovará, pois perecerá com a transformação, ou destruição, da própria sociedade doméstica.

Com a independência, o projeto modernizador da Frelimo excluiu o “setor tradicional” de suas prioridades, já que era intenção promover a sua transformação integral em proletários do Estado. Essa política deixou de fora os investimentos no setor, fator que agravou ainda mais a crise que vivia a sociedade doméstica.

O primeiro vértice da hipótese levantada, a crise da sociedade doméstica, encontra, assim, três vertentes. A primeira é centrada na crise econômica intrínseca à sociedade doméstica, de esgotamento de sua tecnologia, da qual não se tratará em detalhe neste trabalho; a segunda, sem dúvida, a mais importante pelo tempo em que atuou, baseia-se na ação colonial de exploração; e a terceira centra-se na ação transformadora das políticas de modernização, particularmente a da Frelimo, que foi mais radical.

No segundo vértice da hipótese anunciada, composto pela crise na sociedade moderna, as causas encontram-se no modelo desenvolvimentista, iniciado nos anos 50 e que se concretizou na política de valorização colonial dos anos 60, amadurecendo e sendo radicalizado no governo da Frelimo com os projetos industrializantes na cidade e no campo. Essa crise se materializou no início da década de 80, época em que deveriam retornar os capitais investidos (dez a 15 anos antes), com sintomas do forte endividamento interno e externo do Estado, queda da produção, desemprego em larga escala, inflação, aumento da taxa de câmbio, aumento do custo de vida, degradação das habitações e das rodovias, penúria e carestia:

*A década do desenvolvimento traduziu-se por uma industrialização artificial e uma modernização da agricultura que criaram concretamente: o êxodo rural e o desenvolvimento de imensas favelas, o subemprego no campo e a marginalização dos agricultores, a destruição de empregos urbanos e artesanais. (Latouche, 1986, p. 8)*



Finalmente, o terceiro vértice da hipótese é explicado pela globalização e a exclusão de Moçambique da economia-mundo, a partir do novo ciclo tecnológico e das políticas neoliberais iniciadas nos anos 80. Caracteriza-se pelo novo papel (ou não-papel) das sociedades “subdesenvolvidas”, agora excluídas, na divisão internacional do trabalho, da revolução científico-técnica, das finanças e do mercado consumidor. O tempo de amadurecimento dessa crise, por suas características de dependência ao capital e mercado financeiro, é de curto, senão curtíssimo, prazo e de alta integração global, com reduzida capacidade de defesa dos governos nacionais. A complexidade dos novos processos produtivos e das novas tecnologias e a enorme carência da grande parte da população em Moçambique, praticamente impossibilitam o domínio desses processos e, portanto, qualquer avanço. O quadro desenvolvimentista anterior permitiam, bem ou mal, o domínio do país sobre a sua economia.

Dessa forma, a partir da década de 80, concentraram-se no espaço territorial moçambicano três crises econômicas. A primeira é a crise da sociedade doméstica, cuja origem remonta ao início do século, sobretudo pela ação colonial sobre ela, com características de longo prazo, produzindo efeitos na produção de bens de subsistência, bens de salários e de exportação. A segunda crise é a da sociedade moderna moçambicana, de médio prazo, com origens na década de 60 e 70 e com vertentes colonial e socialista, decorrente dos processos de industrialização e de urbanização, com todas as suas conseqüências na saúde, educação, transportes e habitação. E a terceira crise, de influência global, tem sua origem nos finais dos anos 80, produzindo efeitos imediatos sobre o conjunto da população, desagregando, privatizando e reduzindo as unidades produtivas e as instituições de Estado.

Essa confluência de fatores bloqueou o funcionamento da economia em diferentes setores e confere a gravidade da crise moçambicana, promovendo a anomia social, o alastramento da AIDS, a fome, o desmantelamento do Estado e de suas funções produtivas, reguladoras e sociais, o surgimento de relações mafiosas, antes inexistentes no país, a perda da soberania nacional, a pouca representatividade política dos partidos internos; enfim, a crise atual é profunda por representar dificuldades enormes no presente e angustiante por não trazer esperanças de transformação. A ausência de perspectiva produz a falta de esperança, e tudo se torna pior. Se é certo que depois da tempestade vem a bonança, aonde levará essa crise? Não há bom vento para quem não sabe aonde vai.

Pode-se agregar que a crise do tempo presente em Moçambique, englobando as três vertentes expostas, insere-se na crise de longo ciclo do sistema capitalista (Arrighi, 1996) e na crise do fim do sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1992).

A seguir é apresentado o esquema teórico representativo da hipótese levantada.

ΦΦΦ

O processo de circulação do capital para a formação de mais-valia (Marx), dá-se por dois processos de circulação e um processo de produção. O primeiro processo de circulação do capital refere-se à compra de mercadorias (troca de dinheiro por força de trabalho e meios de produção). E o segundo diz respeito à venda de mercadorias (sua transformação em dinheiro). Entre esses dois processos está o produtivo, em que os meios de produção são colocados em movimento pela força de trabalho, elaborando uma nova mercadoria. O dinheiro obtido no segundo processo de circulação deve ser maior que o despendido no primeiro.

Marx representa esse processo simplesmente como  $D-M-D'$ , em que:

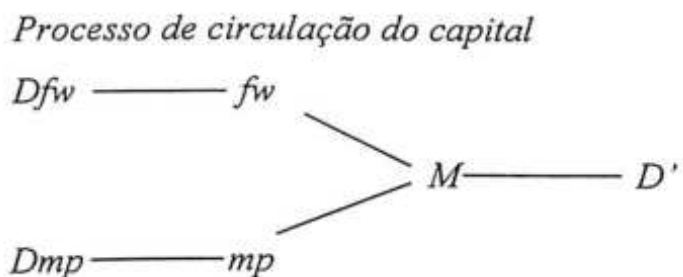
$D$  = dinheiro avançado no processo de produção;

$M$  = mercadoria;

$D'$  = dinheiro avançado acrescido da mais-valia.

O modelo teórico de Marx representa um sistema capitalista puro.

Se a força de trabalho for obtida num sistema capitalista, tem-se o seguinte esquema:

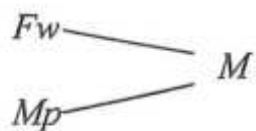


Em que o primeiro processo de circulação é composto por:

$Dfw - fw$  e

$Dmp - mp$ .

Compõe o processo de produção:



enquanto o segundo processo de circulação é composto por:

$$M - D'$$

Em que  $D_{fw} + D_{mp} = D$ ;

$D_{fw}$  = capital-dinheiro para pagar salário proveniente de força de trabalho da sociedade capitalista;

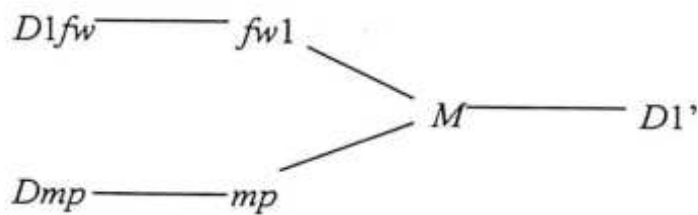
$D_{mp}$  = capital-dinheiro para comprar os meios de produção da sociedade capitalista; e

$D$  = dinheiro total avançado.

No esquema clássico, Marx supõe que tanto a  $fw$  como os  $mp$  são provenientes da sociedade capitalista; então,  $D'$  é maior que  $D$ , e  $D'$  menos  $D$  é igual à mais-valia, ou seja, é igual ao sobretrabalho.

No esquema vislumbrado para Moçambique, baseado em Meillassoux, o primeiro processo de circulação para a compra da força de trabalho dá-se entre o modo de produção capitalista e o doméstico (articulação de modos de produção), portanto, fora do circuito capitalista. Assim, o trabalhador tem os seus custos de criação, formação e treinamento realizados e absorvidos pela sociedade doméstica, liberando-os de serem encargos para o capital. Fazem desta forma, com que a sociedade doméstica como um todo seja explorada (já que os trabalhadores explorados pelo capital se beneficiam do conjunto da sociedade doméstica).

Assim, tem-se:.



em que  $D1' > D'$ , pois,  $D1fw < Dfw$ .

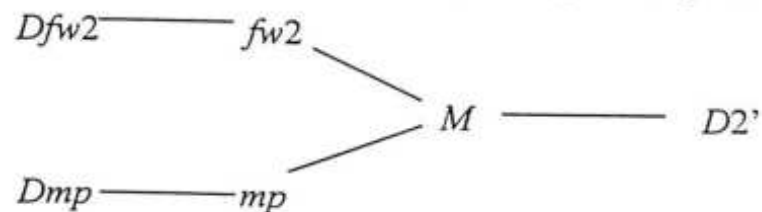
Nesse caso, o capitalista retira do processo, além da mais-valia, a renda, já que o salário pago é apenas para restituição física do trabalhador (ou apenas parte desta), não envolvendo as despesas para a sua manutenção (que estão fora do processo produtivo capitalista), nem as despesas para a reprodução da força de trabalho.

Esta renda extra, obtida pela punção do trabalho da sociedade doméstica em direção à capitalista, provoca, a médio e longo prazo, uma crise na sociedade doméstica, que, por sua vez, é a responsável pela produção da força-de-trabalho do esquema apresentado. Quando a crise se instala, dois caminhos se apresentam: (i) a continuidade do pagamento da força-de-trabalho abaixo do custo, o que comprometerá a sua reprodução, pois a sociedade doméstica, que a mantinha, estará sem condições de o fazer nas mesmas condições que antes. Ou então, (ii) haverá tendência de aumento real do salário, fazendo com que ele chegue ao seu custo efetivo. Isto afetará o sistema econômico capitalista, reduzindo a taxa de lucro,<sup>6</sup> pois irá exigir mais capital total a ser investido inicialmente. Quando há capital disponível para investir, pode-se passar para um momento de libertação da mão-de-obra do campo, que são empregados como assalariados na cidade, como aconteceu em outros processos. Mas a crise da sociedade doméstica se deu em Moçambique quando não havia capital disponível para ser investido nesse setor e,

<sup>6</sup>A taxa de lucro = (mais-valia/C + V), em que C = capital constante e V = capital variável.

neste caso, irá liberar parte da força de trabalho, que irá ao desemprego, agora recebendo pouco ou nenhum apoio de sua comunidade.

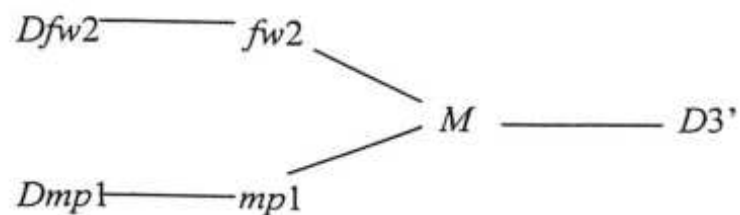
Com a crise na sociedade doméstica, o esquema passará para:



em que,  $Dfw2 > Dfw1$  e, portanto,  $D2' < D1'$ , mas  $D2' > (Dfw2 + Dmp)$ .

E, mesmo assim,  $D2'$  pode ser maior que  $D'$ , compensando o capital, embora em menor escala, em função da situação de crise da sociedade doméstica.

Se agregarmos a essa crise a do setor moderno, o segundo vértice, em que investimentos capitalistas nos processos produtivos foram realizados, mas o processo produtivo estancou, motivados por ineficientes administrações, boicotes, destruição da guerra etc., tem-se:



Então,  $D3' < D2' < D1'$ , pois  $Dmp1 > Dmp$ , mas  $D3' > (Dfw2 + Dmp1)$ .

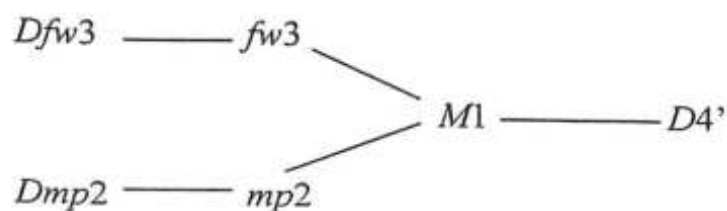
Nesse quadro, embora possível, torna-se difícil haver compensações para que  $D3'$  seja maior ou igual a  $D'$  ( $D3' >$  ou  $= D'$ ), e desta forma, o sistema estará em

piores condições que o processo de acumulação capitalista puro (que não tem adição de renda extra).

O processo de acumulação tende a agravar-se violentamente com a entrada do último vértice do esquema proposto.

Com a revolução científico-técnica, o processo de produção também se modifica, e as políticas neoliberais promoveram uma mudança rápida no redirecionamento das estruturas produtivas. Passaram da substituição das importações para a substituição das exportações e redefiniu todo o processo produtivo com novas tecnologias altamente substitutivas de mão-de-obra e que exigem alta capacidade em pesquisa e desenvolvimento. As partes dessa revolução que chegam ao país ou que vêm em seções partilhadas, alienadas do seu todo (como linhas de montagem para exportação que, apesar de empregarem mão-de-obra, são voláteis e podem sair a qualquer momento); ou têm processos tecnológicos complexos, produzem 100% para exportação, não oferecem possibilidades de serem dominados internamente, além de pertencerem a capitais forâneos que expatriam quase integralmente os lucros e envolvem pouquíssima mão-de-obra local, com impacto econômico muito mais negativo que positivo no país.

Assim, tem-se:



em que  $Mp2$  provém de uma tecnologia que requer na maioria das vezes outra força de trabalho ( $fw3$ ), expulsando  $fw2$  do processo produtivo, condenando-a ao desemprego.

Entretanto, com  $D'4 > D'3$ , aponta-se para uma retomada do processo de acumulação capitalista em certos setores específicos (os megaprojetos).

Esse processo utiliza um maior volume de capital e tecnologia de ponta superior aos anteriores e só pode ser implantado pontualmente, beneficiando pequenas parcelas sociais. Ou seja, a retomada da acumulação de capital não implica melhorar a situação nem mesmo como esperança, como foi o caso do ciclo desenvolvimentista.

Com a conjugação no tempo de três crises, cada uma compondo um vértice em nosso esquema, explica-se a gravidade da situação por que vive atualmente a esmagadora maioria da população moçambicana, ao mesmo tempo em que a situação aponta para um novo ciclo de crescimento dos indicadores econômicos, com novos paradigmas, mas em condições nebulosas e sombrias para aquela mesma população.

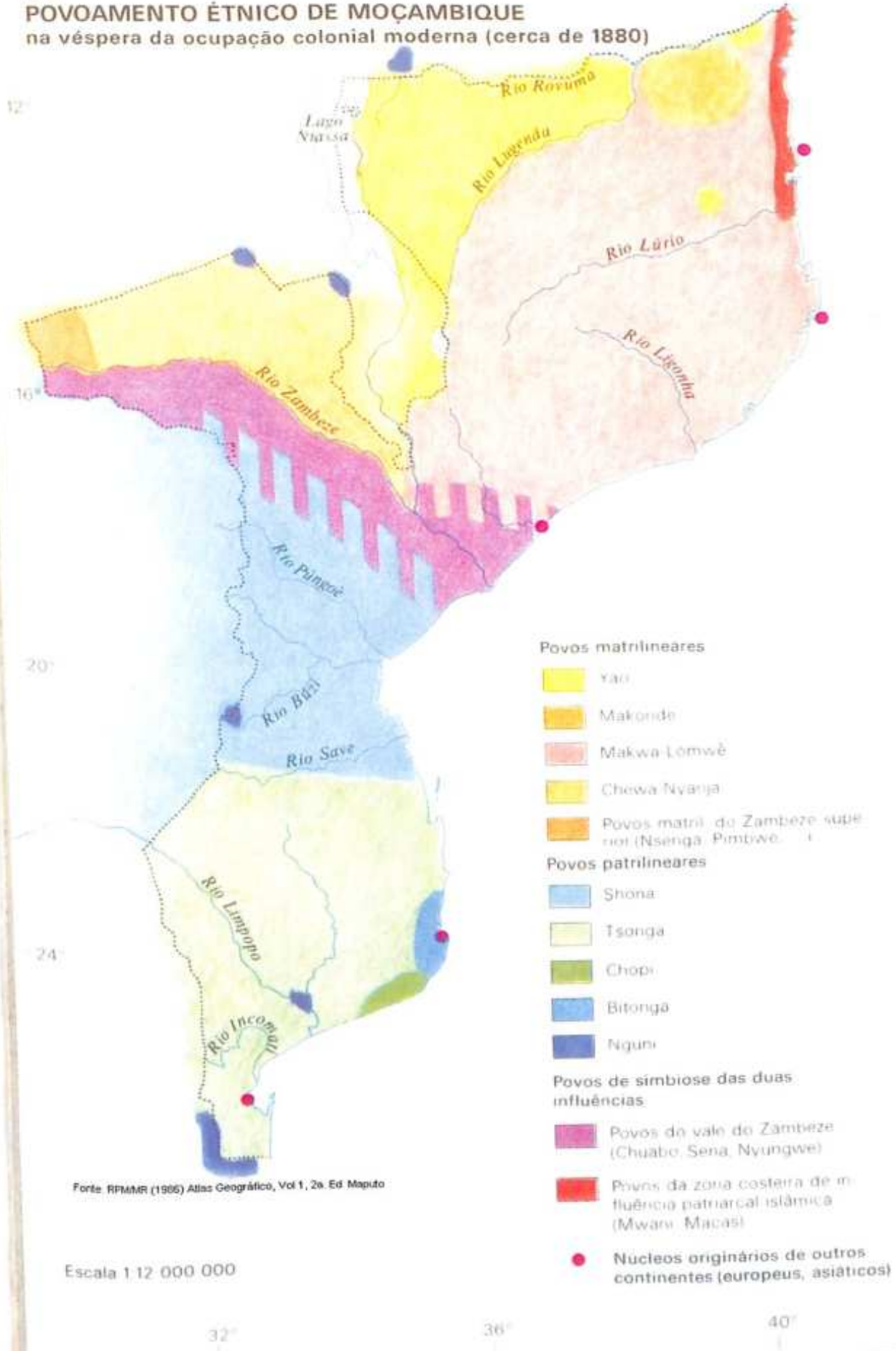
ΦΦΦ

O materialismo histórico orienta metodologicamente este trabalho e as suas conclusões. As falhas e os erros são do autor, e os méritos, se houver, podem ser creditados aos clássicos estudados e aos autores lidos, cujas referências bibliográficas estão no final. Como diz Pedro Nava: “O que escrevo não invento, repito. Quem realmente escreveu é quem fez, criou. Eu copio. Como Picasso, ao dizer aos alemães que eles tinham criado *Guernica*.” Por isso, o que o autor viveu



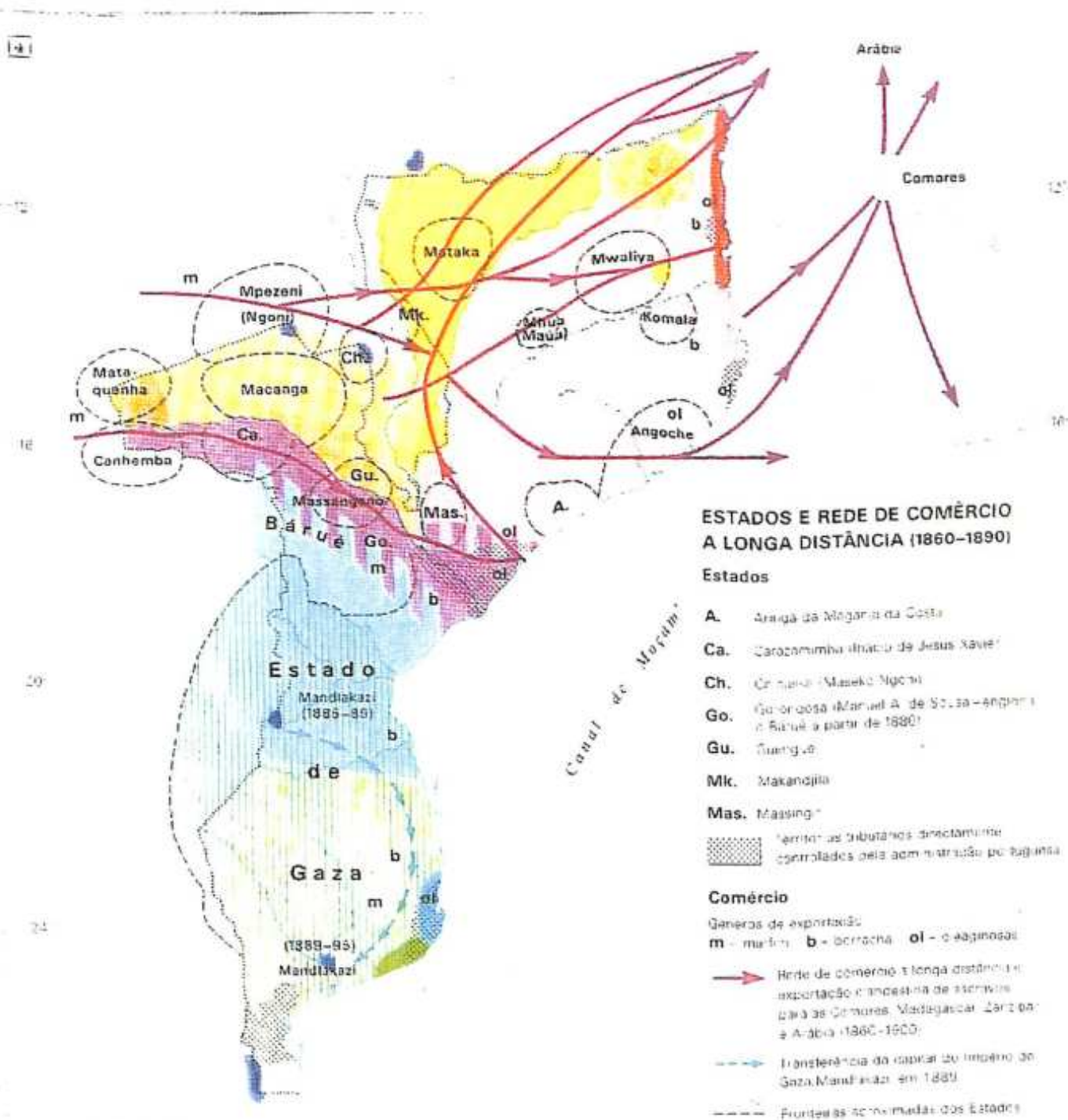
em Moçambique durante mais de dez anos, participando do processo de reconstrução nacional e social, é que efetivamente dá corpo a este trabalho. Entretanto, após a vivência e a experiência concreta, vieram-lhe o pensar, o refletir, o pesquisar, o indagar, o duvidar, o procurar em bibliotecas, o discutir com os colegas; vieram-lhe os seminários e as palestras, e as formulações de novas teorias. E finalmente o redigir e o corrigir. Não foi apenas a realidade moçambicana que mudou, nesse processo mudou o autor. Cresceu no conhecimento da realidade econômica de Moçambique. Não se trata de um trabalho completo e, pelo esforço empreendido, localizam-se lacunas ainda a serem preenchidas em estudos futuros.

1  
**POVOAMENTO ÉTNICO DE MOÇAMBIQUE**  
 na véspera da ocupação colonial moderna (cerca de 1880)



Fonte: RPNMR (1986) Atlas Geográfico, Vol 1, 2ª. Ed. Maputo

Escala 1:12 000 000

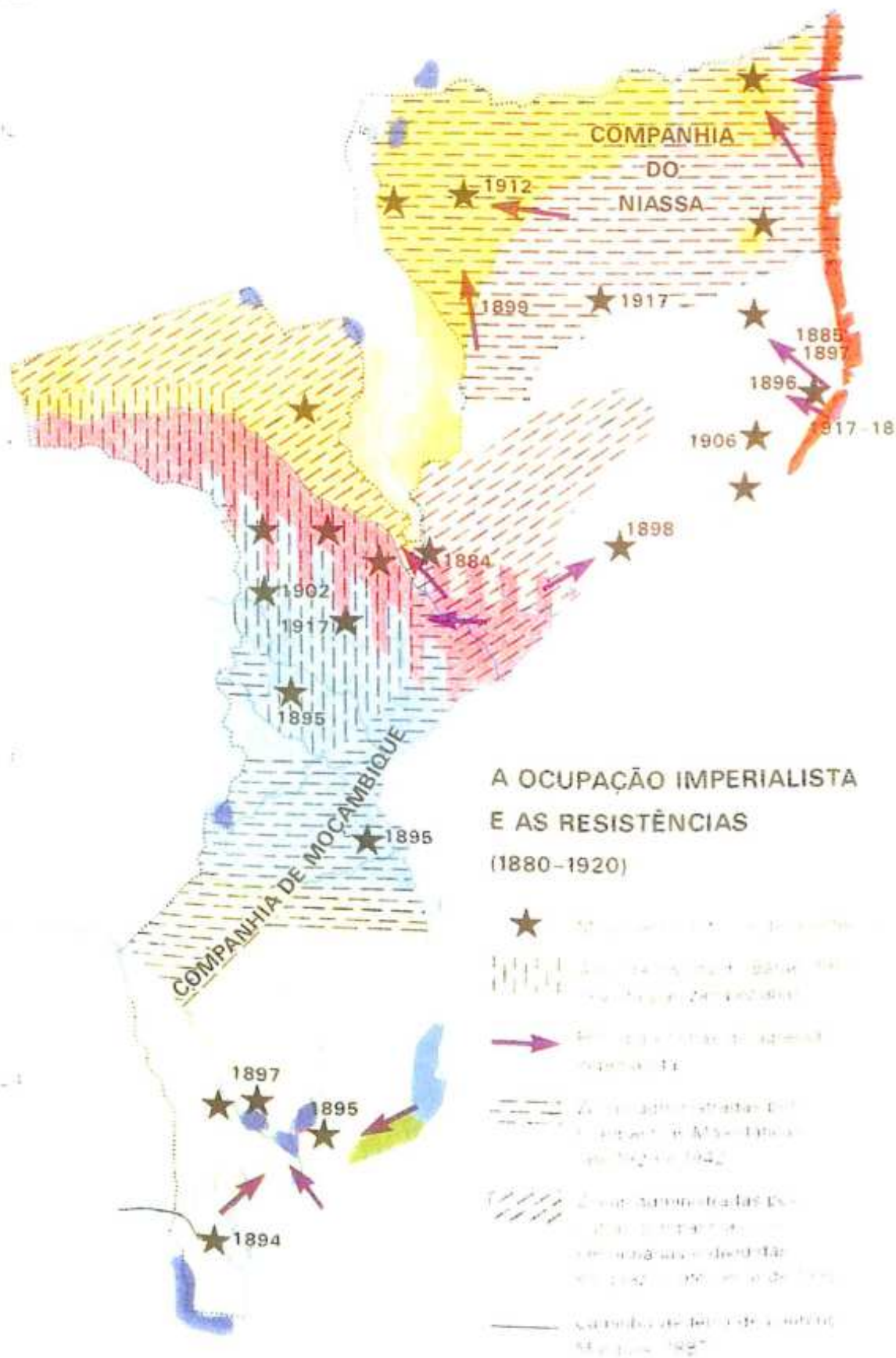


Escala 1:12 000 000

Fonte: RPMME (1998) Atlas Geográfico, Vol. 1, 2a. Ed. Maputo.

Para a legenda das cores, ver mapa 1 - pág. 36

5



Fonte: RPMR (1986) Atlas Geográfico, Vol. 1, 2ª Ed. Mapado

Escala 1:12 000 000

Carta Geográfica de Moçambique - 1:12 000 000

## CAPÍTULO 1

**A Sociedade Doméstica e o Colonialismo**

*A comunidade doméstica é a célula de base de um modo de produção constituído por um conjunto dessas sociedades organizadas entre si para a produção econômica e social e para a reprodução da relação de produção especificamente doméstica. (Meillassoux, 1977, p. 62)*

Este capítulo é dedicado a apresentar algumas considerações sobre o espaço socio-produtivo moçambicano antes do colonialismo português e a traçar um quadro geral desse mesmo colonialismo. A compreensão da sociedade doméstica fará perceber as causas da primeira crise, isto é, a crise da sociedade doméstica, enquanto a compreensão da economia colonial, que colocou os interesses da colônia a serviço da Metrópole, é fundamental também para se entender a segunda vertente da crise instalada em Moçambique a partir dos anos 70 e 80, isto é, a crise da sociedade moderna.

A sociedade doméstica era a formação econômica e social que, até o século XIX, ocupava o espaço territorial hoje conhecido como Moçambique. Durante o século XX, essa formação continuou existindo, mas interagindo e subordinada ao modo de produção capitalista, constituindo a formação econômico-social do Moçambique colonial. A continuação do seu funcionamento ao longo do século XX como modo de produção particular deu-se em todo o país, mesmo nas regiões onde as relações capitalistas mais penetraram, como no Sul.

Compreender os mecanismos gerais de seu funcionamento torna-se importante para entender por que essa formação econômica e social não foi transformada em relações capitalistas e como a sua capacidade própria de produção e de reprodução permitiam ao capitalismo colonial a obtenção de lucros extras,

constituindo local de escape para onde o capitalismo aplicava as “suas táticas favoritas para externar o grau de exploração”, no dizer de Barbosa (2003).

### **1. A Economia Doméstica**

A economia doméstica moçambicana utiliza tecnologia rudimentar, que pouco se altera de região para região, e as povoações que integram seu espaço produtivo vivem em grupos distantes uns dos outros. Entretanto, essas características estão perfeitamente adaptadas às suas condições de desenvolvimento e retiram o máximo possível do meio físico, estabelecendo uma racionalidade no seu processo para garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na natureza, ao mesmo tempo que se adapta à sua instabilidade.

Pode-se considerar três características fundamentais que se destacam nessas sociedades<sup>7</sup>:

- a diversidade de ramos de produção;
- a maior proximidade possível das fontes de recursos (que são dispersos e facilmente esgotáveis quando explorados por grupos concentrados); e
- a diversidade de instituições que asseguram a circulação de pessoas e alimentos entre regiões.

---

<sup>7</sup> Diversos autores consideram essas características sobre as sociedades domésticas subsaarianas, sobretudo os da antropologia econômica, entre os quais Feliciano (1998), Meillassoux (1977) e Pourtier (1996).

O sistema econômico-social doméstico no espaço territorial que hoje consideramos Moçambique é caracterizado pela forma de povoamento disperso, com pequenos conglomerados populacionais, formados por grupamentos domésticos familiares, patrilineares no Centro e no Sul e matrilineares no Norte. Os grupos familiares são associados por relações hierarquizadas segundo a idade e o sexo, e a hierarquia que se estabelece é sempre a dos homens mais velhos sobre os mais novos e sobre as mulheres.

Cada conglomerado é marcado por uma divisão sexual do trabalho: os homens trabalham no exterior da aldeia, na preparação do terreno para o plantio, na criação de gado, na caça, na pesca, além de, outrora, tomar parte em guerras. Com a chegada do colonialismo, eles se assalariaram e foram levados a servir fora das suas aldeias. Já as mulheres trabalham no interior da aldeia, cuidando dos filhos menores, buscando água, lenha, preparando os alimentos, coletando frutos e cuidando da agricultura. A área da aldeia geralmente é dividida em dois espaços, um interno, ocupado pelo conglomerado, e outro próximo ao seu domínio, composto por fontes de água, matas e campos agricultáveis.

As aldeias formam povoações de uma a dez palhoças, com seus celeiros, seus currais e seus locais de lazer, de trabalho e de alimentação, e situam-se, normalmente, em espaços abertos na floresta ou em áreas de vegetação menos densa.

Os currais de gado, outrora no centro do povoado para a proteção dos animais domésticos contra predadores selvagens, passaram a ocupar, ao longo do século, a periferia das povoações, embora as áreas de cultura continuem à volta do povoado, expandindo-se centrifugamente, conforme as terras vão se cansando da exploração, ficando sempre parte considerável em repouso. Como novas áreas são

constantemente desbravadas circularmente em torno das habitações, entremeadas por matas de preservação, o domínio da aldeia amplia-se em forma de manchas irregulares.

O aumento da população de uma aldeia faz que o tempo de repouso das terras agrícolas seja reduzido, o que provoca a queda da sua fertilidade e, portanto, da sua produtividade, fato que exige que parte da população migre ou que sejam introduzidas novas técnicas de produção. Caso contrário, a fome é certa.

O modelo apresenta vantagens importantes em um contexto de uso de técnicas rudimentares e de terras relativamente abundantes, pois garante a otimização dos recursos e da energia disponíveis, colocando-se próximo às suas fontes.

A aldeia é, assim, um espaço estruturado tendo, de um lado, uma área defendida, limpa e organizada social e culturalmente e, de outro, a floresta e o mato ainda selvagem. Na zona intermediária situam-se os campos cultivados, as fontes de água e lenha e os terrenos de caça.

A divisão do trabalho exige o estabelecimento de relações com outras aldeias, normalmente através do casamento, promovendo uma rede interligada de várias aldeias por laços de parentesco, de solidariedade e de comércio (troca). A interligação de várias aldeias, normalmente ligadas por uma mesma linhagem, cada uma com seu chefe, forma uma unidade política, social, econômica e religiosa mais vasta, integrando vários clãs, com um único chefe.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>Os portugueses denominaram genericamente esses chefes por "régulo" e, no processo de incorporação da colônia, absorveram a chefatura do régulo como instância do poder colonial.



As distâncias entre um povoado e outro são suficientemente longas para diminuir tensões face à dispersão e à escassez de recursos e suficientemente próximas de modo a permitir as relações familiares, de solidariedade e de trocas.

### **1.1. A Organização Social da Produção**

A agricultura é a principal atividade produtiva da economia doméstica. É uma atividade fragilizada pelo uso de tecnologia rudimentar, estando assim sujeita ao regime de chuvas e ao ataque de pragas, o que gera periodicamente crises alimentares.

Em virtude das crises de fome, os moçambicanos procuram desenvolver estratégias que lhes garantam a sobrevivência, como a distribuição das tarefas produtivas por sexo e idade; o investimento em um mínimo de energia possível, pois o volume de produção depende de fatores climáticos e a acumulação só é possível para dois ou três anos, em função da precariedade dos celeiros; a diversificação da produção; a garantia de reservas alimentares diversas – frutos, tubérculos, bens de prestígio etc; ou ainda a estruturação de uma rede de parceiros privilegiados (outros agrupamentos populacionais próximos) que permita a permuta de bens com grupos onde haja produção.

Embora a agricultura seja a atividade que absorva a grande maioria da força de trabalho da aldeia, praticamente quase toda a população adulta pratica o artesanato, utilizando materiais locais. Fabricam desde moradias e instrumentos de trabalho e móveis até símbolos para seus rituais e peças de cunho artístico para troca. Com o aumento da população colona, essas peças começaram a ser vendidas, de modo que em certas regiões a atividade artesanal passou a ser um complemento importante

na economia local, principalmente por não depender de condições naturais para sua produção.

Apesar da penetração de capital, da introdução de outras culturas e dos novos processos tecnológicos, a produção doméstica se manteve em um nível tecnológico muito baixo, ainda que habilmente adaptada às condições naturais, e sobreviveu, ao longo do século XX, numa dialética de preservação e destruição de seus valores que serviu aos interesses coloniais.

## 1.2. As Forças Produtivas

Segundo Meillassoux (1977, p. 63 e ss), três características são dominantes na determinação do nível das forças produtivas correspondente ao desenvolvimento da comunidade doméstica:

1. Conhecimento das técnicas agrícolas e artesanais, que permitem uma produtividade agrícola suficientemente elevada para satisfazer as necessidades alimentares necessárias à conservação e à reprodução dos seus membros, assim como à repetição do ciclo agrícola. "Todas as outras atividades de subsistência, mesmo indispensáveis a um equilíbrio dietético, são atividades complementares ou residuais. Nunca são levadas a cabo em detrimento das atividades agrícolas."
2. A terra é utilizada como meio de trabalho e tornada produtiva a prazo por um investimento em energia.

3. Os meios de produção agrícola são individuais, exigindo, para serem produzidos, apenas investimento em trabalho individual.

A agricultura é dominante porque, além de consumir a maior parte da energia dos produtores, determina a organização social geral, à qual as outras atividades econômicas, sociais e políticas se subordinam.

Essas características definem um modelo que afasta as atividades econômicas em que intervêm a tração animal ou a utilização de meios coletivos ou sociais de produção, as que entregam parte da produção a uma classe exploradora e as organizadas para vender produtos no mercado.

Essas sociedades, em seus contextos históricos, mantêm relações apenas com comunidades semelhantes, e as relações eventuais com outras formações sociais são apenas superficiais e não-suscetíveis de as transformar qualitativamente.

*O acesso à terra está (...) subordinado à existência ou à criação de relações sociais prévias – filiação ou afinidade – mediante as quais se obtêm essas matérias. [Assim, a] terra não pode ser objeto de uma “apropriação” por si própria, mediante a qual estaria separada do contexto social que lhe dá uma existência econômica e um valor de uso. Na sua representação, os cultivadores não dissociam a terra dos antepassados, quer dizer, das relações sociais passadas e presentes que subentendem a produtividade. A análise das relações de produção confirma com efeito que não pode aí haver “propriedade” individual da terra, sobre o que está todo mundo de acordo. Contudo, atendendo a que pertencer a uma colectividade é condição de acesso à terra, considera-se geralmente que esta colectividade possui a “propriedade comum”. Na verdade, a consciência de uma “apropriação”, isto é, de uma relação exclusiva com uma porção de solo, não resulta do movimento investido pelos membros presentes e passados do grupo. Ora, observa-se que a conquista das terras está praticamente ausente das relações entre sociedades domésticas, mesmo se a densidade da população for elevada. A sociedade doméstica não põe em geral obstáculos à admissão de indivíduos ou de famílias estranhas desde que sejam desde logo definidas as relações sociais que as ligarão à colectividade. (Meillassoux, 1977, p. 66, grifos no original)*

Para as terras comuns das comunidades domésticas, é mais apropriado utilizar o termo *patrimônio* do que *propriedade*.<sup>9</sup> O conceito de auto-subsistência também se associa às comunidades domésticas, isto é, sua aptidão para produzir as subsistências necessárias à sua manutenção e perpetuação a partir dos recursos que estão ao seu alcance e obtidos por exploração direta.

A auto-subsistência não se confunde com a noção de *autarquia*, ela não exclui as relações com o exterior e mesmo certas trocas mercantis. Da mesma forma que ela não exclui a existência de *especialistas*, o que não implica a especialização, isto é, a prática exclusiva, por uma unidade de produção autônoma, de uma atividade não-alimentar que requer a transferência regular de subsistência para a unidade especializada. Nesse caso, teríamos grupos profissionais específicos, “subclasses” de produtores não-agrícolas, como os ferreiros em regiões da África Ocidental.

Os bens de produção são pouco numerosos: faca, facão, enxada para capinar, enxada para cavar, cabaça, pilão, potes rudimentares etc. São instrumentos simples, polivalentes e pouco eficazes. As tarefas que eles permitem realizar exigem trabalho longo e cansativo e o valor desses instrumentos é pequeno em relação ao valor dos bens de consumo produzidos, sendo, portanto, facilmente reproduzíveis. Em função disso, a força de trabalho humana é o elemento dominante do processo de trabalho, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo.

Nos ramos de produção social, o artesanato e a construção de casas ocupam parcela pouco significativa da ocupação da força de trabalho em relação aos

---

<sup>9</sup>“A propriedade, que, na plena acepção do termo, contém os direitos de *usus*, de *frutus* e de *abusus*, está ligada à economia mercantil, que permite a alienação do produto e a sua transformação em mercadoria, isto é, a sua inserção em relações de produção contratuais de uma natureza diferente das que prevalecem na comunidade doméstica” (Meillassoux, 1977, p. 67).

ramos de produção de víveres: agricultura, criação, caça, pesca, colheita, das quais a agricultura é, de longe, a atividade que mais absorve tempo de trabalho (mais de 90%) e a que mais fornece calorias alimentares.

O desenvolvimento demográfico exige a artificialização do meio ambiente em proveito das plantas cultivadas e (em menor grau) dos animais domésticos, para aumentar a produção de víveres por área. Entretanto, a pecuária tem um papel pequeno na maior parte das regiões de Moçambique, já que a economia doméstica não produz excedentes para alimentar os animais, e o trabalho disponível durante cinco meses do ano é utilizado praticamente todo na agricultura nas culturas de alimentação, não possibilitando aplicá-lo na pecuária.

O gado não era utilizado como tração e a sociedade doméstica não produziu instrumentos de trabalho que permitissem a utilização da força de trabalho dos animais. Conseqüentemente, os campos não eram completamente desmatados e os caminhos para a utilização das parcas de boi eram estreitos. O nível das forças produtivas atingido não era suficiente para permitir a integração da cultura e da pecuária. Apenas no Sul do país, com a penetração dos colonialistas, e sobretudo pela influência dos moçambicanos que passaram trabalhar nas minas da África do Sul, é que se desenvolverá uma cultura de tração animal que se mantém até os dias de hoje, modificando a geografia local. Observe-se que no Norte e no Centro do país, ainda hoje, a tração animal não faz parte do processo tecnológico. As densas florestas permitem ainda um sistema sem a sua utilização, ao mesmo tempo em que são habitadas por moscas tsé-tsé que liquidam o gado.

Nessas sociedades, não há a possibilidade de acumulação pela detenção dos meios de produção, já que os instrumentos são fáceis de serem confeccionados e a terra é abundante. A dominação dos homens mais velhos sobre o restante da sociedade

se dá pelo controle dos meios de consumo (celeiros) e das mulheres (produtoras da força de trabalho). O ciclo agrícola começa sempre por um período improdutivo, no qual se realiza o investimento de energia humana na terra, para a preparação, a sementeira, a conservação, a limpeza, entre outros. Em seguida, vem o período produtivo das colheitas. Para permitir que esse ciclo se repita, é indispensável que o produto da estação produtiva seja consumível também durante o período improdutivo, para manter em vida e com força os produtores e seus familiares.

O armazenamento de cereais, feito em celeiros rústicos submetidos às intempéries, tem pequena capacidade de preservar os alimentos, no máximo por dois ou três anos, submetendo a população a crises alimentares em períodos de estiagem longos:

*Do ponto de vista de conservação e armazenagem dos produtos, a maior parte das crises alimentares não existiria se a tecnologia utilizada não fosse rudimentar. Os celeiros constituídos, embora revelando grande adaptação ao clima, apenas guardam os produtos alimentares para o ciclo alimentar seguinte e os grãos, até dois ou três anos, como reserva de segurança para possíveis crises, mas com perdas incalculáveis, causadas pelos bolores, podridão, gorgulhos, ratos e, por vezes, macacos cães. Esta capacidade de conservação dos grãos só é possível graças à exposição, quase permanente, ao fumo do fogo da cozinha ou da casa. Por esta razão, os celeiros estão junto do fogo da casa. (Feliciano, 1998, p. 174)*

O ciclo cultural agrícola mantém-se com produtividade compensável por cerca de quatro anos (dependendo da região), sendo no primeiro ano investido o grande esforço, pois é quando se promove o desbaste manual da floresta e a queima dos restos vegetais, antes do plantio de culturas associadas, ou seja, há uma inversão em energia muito maior que nos outros anos, no mesmo terreno. A partir do segundo ano, novas associações de culturas são introduzidas. A cada ano, entretanto, a produtividade se reduz (já que não há a aplicação de adubos), até o ponto da

necessária substituição por outro terreno, onde o ciclo se refaz. O terreno abandonado fica em repouso por mais de 20 anos, até reconstituir a sua fertilidade. Esse tempo de pousio do terreno, entretanto, vai se reduzindo, em ciclos futuros, à medida que escasseiam as terras disponíveis para a expansão da produção. Essa redução vai chegar a um limite em que não mais será possível obter-se rendimento compatível com as energias gastas no processo produtivo, obrigando ao desenvolvimento das forças produtivas (por exemplo, utilizando-se charruas para revirar a terra, adubos animais etc.). Nas savanas com coberturas florestais menos densas e mais povoadas, o pousio das terras chega a durar apenas quatro ou cinco anos.

Em Moçambique, o esgotamento do solo por esse sistema de exploração da terra, atingiu a região Sul do país, em função do aumento da densidade demográfica, já em meados do século XX, o que abriu espaços para a introdução de novas técnicas de produção provenientes da África do Sul.

As principais operações de artificialização do meio ambiente utilizadas pela sociedade doméstica são o desmatamento e a queimada. O desmatamento é manual e, em função dos instrumentos precários de que dispõe, é parcial, destruindo a vegetação baixa e as árvores menos grossas (não conheciam a serra, e nem a precisavam). O terreno fica entremeado de troncos, de cepas e grandes árvores intactas, quando então os troncos são amontoados para a queima após o desmatamento. A queimada tem duas funções: destruir os ramos, galhos e folhas abatidas que cobrem o terreno e é um meio de mobilizar os sais minerais acumulados nesses vegetais. As cinzas formadas pela queimada são as únicas fontes de adubagem mineral das terras. O longo pousio florestal aparece como um período durante o qual os vegetais acumulam nas suas partes aéreas os sais minerais que suas raízes vão buscar profundamente no solo.

O pousio, o desbaste e a queimada são três momentos do processo de produção, assegurando o auto-provisionamento de adubos minerais do sistema agrícola. As doses de adubos colocadas à disposição das plantas são menores que nos sistemas agrários industriais. A enxada utilizada, de cabo curto, é a que permite melhor eficiência, pois o encaixe não suporta um cabo com alavanca (pela fragilidade do ferro utilizado). E por isso não permite cavar fundo e revirar o solo, nem tirar as raízes do subsolo. Assim, amontoam-se as cinzas para as plantas cultivadas. A consorciação, isto é, plantar várias espécies vegetais no mesmo terreno como meio de explorar totalmente o trabalho acumulado no desbaste, é fartamente utilizada. As operações preliminares ao plantio exigem um tempo de trabalho importante e duro para realizar o meio de produção raro, que é o espaço cultivável preparado.

Todo espaço disponível e todo volume de terra explorável são ocupados e de maneira contínua. A consorciação comporta, às vezes, uma justaposição e sucessão serrada de culturas que dependem de seus ciclos vegetativos e das necessidades da composição das refeições. As plantas plurianuais darão colheitas nos anos posteriores cada vez menores, quando o reflorestamento se desenvolve, já que as culturas tendem a esgotar as fontes de insumos e o reflorestamento natural compete agora com elas.

Esse sistema tira do ambiente o máximo de bens de consumo que pode extrair com os meios de produção de que dispõe. Várias experiências tentaram substituir a associação doméstica por uma "moderna". Entretanto, geralmente o sistema "melhorado" produziu menos calorias consumíveis por dia de trabalho que o sistema tradicional. Só os sistemas que apelavam a meios de produção melhorados, como as ferramentas de mão mais aperfeiçoadas e plantas selecionadas, poderiam permitir melhores resultados. Mas, mesmo nesses casos, houve derrotas,



pois os novos meios foram introduzidos sem discernimento e não foram assimiláveis pelo sistema doméstico, como demonstraram os estudos de Mario de Carvalho (1969) durante o período colonial.

A inteligência do sistema inclui, entretanto, uma fragilidade: o equilíbrio fonte-emprego dos meios é muito tenso. Ou seja, qualquer pequena modificação nesse equilíbrio pode desestabilizar o sistema de produção e de reprodução, provocando séria crise social.

### **1.3. As Condições da Reprodução e Debilidades**

A força de trabalho e a capacidade de reprodução do solo são os pontos nevrálgicos do sistema de produção da sociedade doméstica que se estuda.

O primeiro ponto nevrálgico é a força de trabalho. O sistema de produção agrário utiliza praticamente toda a força de trabalho de que dispõe nos períodos de pico, não produz excedentes e deve assegurar a subsistência e a reprodução de todo o corpo social em condições normais. Toda redução, mesmo que pequena, da força de trabalho em relação às suas próprias necessidades pode comprometer as condições de reprodução do corpo social. Isso ocorreu de diferentes maneiras durante o século XX com:

- o êxodo rural massivo dos trabalhadores aptos, deixando velhos, crianças e mulheres;
- o desenvolvimento de culturas comerciais, desviando parte importante da força de trabalho;
- o aparecimento de uma camada social parasitária; e

- a aceleração brutal do crescimento demográfico, aumentando o nível de crianças improdutivas e de velhos.

Esses fatores trouxeram como conseqüências a degradação das técnicas conhecidas de produção, e essa perda (mesmo que parcial) do *savoir-faire* tradicional repercutiu gravemente por toda a sociedade. O uso das terras, a escolha das zonas de desbaste, que os chefes de linhagem aprendem a reconhecer, a condução dos trabalhos de derruba e queimada, posta em prática em cooperação simples sob a direção dos velhos, todo esse saber tradicional se degradou e passou a ser mal transmitido a partir do momento em que as superestruturas do sistema se enfraqueceram.

O segundo ponto nevrálgico é a dependência da capacidade de produção do solo. A capacidade de produção do solo e a força de trabalho, são os grandes meios de produção do sistema agrário utilizado pela sociedade doméstica. Os outros instrumentos podem ser considerados secundários frente a esse. Por isso, a duração do pousio constitui o outro ponto nevrálgico importante desse sistema.

É a duração do pousio que determina o nível de capacidade de produção do solo a curto prazo e que garante a sua conservação a longo prazo. Se o pousio é curto, a massa vegetal que será abatida quando do desbaste florestal será pequena e fornecerá pouca cinza. Diminuindo o adubo mineral, diminuem os rendimentos das culturas plantadas. Mais grave ainda, o encurtamento da duração do pousio, quando ele se estende ao conjunto de um território, não permite mais a reconstituição florestal. Da floresta densa, passa-se à floresta degradada, à savana arborizada e à savana clara. Com o aumento do desbaste e com a duração do pousio mais curta, mais fraca torna-se a cobertura florestal. Daí resulta que parte da massa de matéria orgânica bruta que cai ao chão diminui e, de outro lado, os

processos bioquímicos se aceleram e se modificam, a matéria orgânica se decompõe e se transforma em húmus mais rapidamente, ao mesmo tempo que este se mineraliza também mais rapidamente, reduzindo a capacidade do solo em matéria orgânica e em húmus. A diminuição do húmus reduz a fertilidade do solo em poucos anos.

A redução da produtividade pode se prolongar até uma situação irreversível do solo, com a lavagem de seus elementos minerais. Sem a cobertura florestal, os efeitos do sol, da chuva e da evaporação são mais fortes, produzindo uma série de transformações químicas. Mesmo abandonando o solo à vegetação natural, ele, nesses casos, se cobrirá apenas de uma magra savana e as condições da produção não poderão mais se reconstituir.

Apenas como exemplo esquematiza-se uma modalidade de reprodução e de extensão da sociedade tradicional.

Se um terreno de 2.000 ha suporta uma vila de 1.000 habitantes, e se a capacidade produtiva for de 0,1 ha/habitante; neste caso, seria preciso desmatar a cada ano 100 ha e consagrar 200 ha, ou seja, 10% da superfície, aos dois anos de produção, contra 1.800 ha de pousio florestal. O pousio duraria 18 anos. Como a taxa de crescimento da população é baixa, a população só dobraria depois de 100 anos. Portanto, somente nesse momento é que a duração do pousio deveria baixar para menos de dez anos. Só então a vila se dividiria e iria procurar outro lugar da floresta virgem, o que isso aconteceria a cada três ou quatro gerações, produzindo movimentos lentos de extensão.

Para a caça, além dos tradicionais arcos e flechas envenenadas e lanças, são utilizadas armadilhas, com covas simuladas com estacas pontiagudas no fundo,

laços, troncos suspensos e outros. Na pesca são utilizados os anzóis, os cestos onde os peixes entram e não conseguem sair, e a rede (de influência moderna).

Os jovens e adolescentes masculinos acompanham os homens em atividades, principalmente a pecuária, como ajudantes, assim como as jovens e adolescentes femininas apóiam o trabalho das mulheres, sobretudo nos afazeres domésticos, mas não tanto na agricultura.

Enfim, em todos os ramos da produção, a tecnologia empregada, embora rudimentar, é a melhor e mais bem adaptada ao meio, sobretudo ao clima e ao solo, com os recursos disponíveis.

A cooperação agrícola entre os membros da célula produtiva é duradoura, se não permanente. Ao mesmo tempo, a atividade agrícola dá origem a dois tipos de relações entre os indivíduos. Uma entre aqueles que trabalham em conjunto desde o momento em que as tarefas preliminares foram iniciadas até o momento da colheita e cujo interesse em continuar em conjunto está em se beneficiar do trabalho comum. E a outra entre os trabalhadores que, a cada ano, na entressafra, dependem da subsistência produzida no período produtivo anterior:

*Nesta perspectiva, o ciclo agrícola é acompanhado por uma circulação continuamente renovada de **adiantamentos** e de **restituições** do produto entre os grupos produtores de estações sucessivas: o conjunto dos trabalhadores de uma estação adianta a subsistência e as sementes aos da estação seguinte. Se a maior parte dos trabalhadores permanece de uma estação para outra, à medida que o tempo passa modifica-se a composição da equipa de trabalho: os mais velhos desaparecem, enquanto os jovens ocupam o seu lugar. Devido à transformação progressiva da composição do pessoal, ela conduz, a prazo, a uma alteração de gerações. (Meillassoux, 1977, p. 75; grifos no original)*

Como os mais velhos ocupam uma posição no topo da célula comunitária, competem a eles a reunião e o armazenamento dos produtos e a sua gestão. Para assegurar a reprodução do próximo ciclo, são eles que realizam os *adiantamentos* e as *restituições*. Assim, assegura-se o ciclo *prestatário-redistributivo*, que é o modo de circulação dominante na comunidade doméstica. Temos, portanto, aqui as relações de produção na sua essência:

*Criam relações vitalícias orgânicas entre os membros da comunidade; suscitam uma estrutura hierárquica baseada na anterioridade (ou na "idade"); contribuem para a constituição de células econômicas e sociais funcionais, coerentes organicamente, ligadas no tempo; definem uma dependência, uma estrutura e um poder de gestão, atribuído ao mais antigo no ciclo produtivo. (Meillassoux, 1977, p. 76)*

Além da reprodução do ciclo produtivo, os agricultores devem resolver o problema da reprodução da célula produtiva e das relações de produção. Para a perpetuação do ciclo distributivo, isto é, para que cada membro da comunidade se beneficie no futuro de seu trabalho passado e presente, é preciso reproduzir as relações de produção, de repetição das estruturas. E, para isso, uma das exigências é a manutenção do equilíbrio entre indivíduos produtivos e improdutivos da comunidade. Mas não há coincidência necessária entre os efetivos que a produção agrícola requer e o crescimento genético. A célula constituída em torno das funções produtivas é demasiadamente pequena para assegurar a reprodução contínua e regular. Assim, a abertura a outras comunidades é que pode cumprir essa função. Alianças pacíficas e a regulamentação das relações matrimônias são, então, articuladas através de redes bilaterais ou multilaterais. "Só uma mulher púbere pode compensar uma mulher púbere nas suas funções reprodutoras" (Meillassoux), assim, aquele que cede uma mulher espera receber outra em troca. As trocas de mulheres são, portanto, negócios a prazo. A fim de conservar a sua capacidade de negociação, os mais velhos asseguram que as mulheres de sua

comunidade estejam disponíveis para a troca, mantendo, pois, o controle de seu futuro. A autoridade do mais velho baseia-se mais na função matrimonial que nas suas capacidades de gestão material. Sendo o casamento e a reprodução social a razão dominante das relações exteriores, a preservação dessa autoridade exige que o casamento seja proibido no interior do grupo, para que suas mulheres púberes e núbéis estejam disponíveis como objetos dessas transações.

Desde que a célula social, a fim de se reproduzir, se abre ao exterior

*a fim de obter esposas, o poder do mais velho tende a deslocar-se do controle das subsistências para o controle das mulheres, da gestão dos bens alimentares para a autoridade política sobre os indivíduos. A reprodução social da comunidade doméstica não é um processo natural, nem (...) o efeito da guerra, dos raptos e dos roubos. É um empreendimento político. (Meillassoux, 1977, p. 82)*

Para que a comunidade doméstica se reproduza, é preciso que as relações de filiação estejam em harmonia com as relações de dependência e de anterioridade estabelecidas na produção; é necessário que as relações de reprodução se tornem relações de produção.

Não sendo possíveis as restrições da produção pelo seu caráter pessoal e abundância das terras, só ao nível da reprodução se podem aplicar as regras que as tornarão adequadas às exigências materiais da produção. Sendo a reprodução a preocupação dominante, pois é o lugar da reconstrução social, ela continua subordinada às restrições da produção, que permanece determinante.

Baseado numa análise materialista histórica, em que a estrutura econômica (o modo de produção e as relações que dele resultam) é que determina o jurídico e o político, isto é, o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual (Marx), a concepção de

sociedade doméstica expressa por Meillassoux a diferencia do capitalismo. Nela, o poder assenta no controle dos meios da reprodução humana – subsistências e esposas –, e não sobre os meios de reprodução material.

#### **1.4. A Cooperação entre Aldeias**

Entre as aldeias próximas, unidas por laços de parentesco e casamento, há uma relação permanente de solidariedade e troca de produtos. As relações são muito intensas nas visitas familiares, nos casamentos, nos funerais, nos rituais coletivos e, muitas vezes, nas atividades de pastoreio, da caça e da pesca.

A solidariedade e a ajuda mútua entre as povoações se dão não só nos momentos de crise alimentar, mas também nas tarefas agrícolas e de construção de grande porte etc.

Uma chefatura assenta-se num conjunto de aldeias, ligadas por diferentes relações matrimoniais e familiares e situadas numa mesma região geográfica, operando relações de troca e ajuda mútua. São geridas pelo régulo, em conjunto com um conselho de anciões, que zelam pelas relações entre várias aldeias. A administração do régulo tem em vista a defesa do território, a distribuição de terras entre as diferentes aldeias, o controle das pastagens e dos pousios dos terrenos, assim como a organização das atividades que exijam grande número de homens e ainda a promoção dos grandes rituais religiosos que garantem a fertilidade sexual entre seus membros, a abundância de chuvas e alimentos e o julgamento e a conciliação na ocorrência de litígios. Assim, se as aldeias podem ser consideradas uma organização próxima da familiar ou do clã, a chefatura é mais alargada.

Já no século XIX, em muitas regiões, esse sistema tradicional de produção estava chegando ao seu limite, pois as florestas degradadas e ocupadas não comportavam mais crescimento populacional sem que tivesse lugar transformações das técnicas produtivas. A necessidade de novas tecnologias para aumentar a produção fez muitas dessas sociedades entrarem em crise, provocando um controle mais rigoroso das terras e uma série de lutas na busca de novo arranjo técnico, político e social.

Entretanto, essa história foi interrompida com a ocupação estrangeira e a implantação da dominação colonial e da exploração voltada para a Metrópole. As contradições internas e a busca de novas formas sociais de produção foram adiadas diante da violência e da dilapidação colonial. No território que hoje é Moçambique, a ocupação portuguesa deu-se efetivamente no final do século XIX. A presença colonial, entretanto, irá constituir três formações econômico-sociais com características distintas, nas regiões Norte, Centro e Sul de Moçambique.

Embora submetidas ao jugo colonial, com subtrações e influências, as formações sociais domésticas continuam existindo até os dias de hoje quase da mesma forma que há séculos, embora realizem trocas com a sociedade industrial e dependam em grande parte dela para suprir as suas necessidades em meios de produção e consumo.<sup>10</sup> A manutenção da sociedade doméstica acontece até mesmo na região Sul do país, onde a presença colonial foi grande e onde houve muita migração assalariada dos africanos para as minas da África do Sul e para a cidade de Lourenço Marques.<sup>11</sup> Ou seja, mesmo onde as relações capitalistas mais penetraram, a presença da sociedade doméstica continua marcante:

---

<sup>10</sup>Diversos autores compartilham esse mesmo ponto de vista, entre eles Covane (2001), Chilungo (2001), Feliciano (1998) e Serra (1991).

<sup>11</sup>Capital de Moçambique, após a independência passou a se chamar Maputo, nome do rio que a banha.



*A população rural de todo o sul do Save, no período colonial, constituía um campesinato "híbrido", diversamente integrado no capitalismo colonial e com grandes diferenças regionais, formando um sistema de relações sociais com uma lógica interna, embora mantendo grande parte das características do velho modelo matriz linhageiro tradicional. (Feliciano, 1998, p. 14)*

À mesma conclusão chega Almeida Serra, referindo-se a regiões diferentes:

*A produção camponesa dos nossos dias inclui, em graus diversos, a venda de excedentes de bens alimentares produzidos originalmente para autoconsumo, a produção de bens expressamente cultivados para a troca no mercado – quer sejam iguais aos consumidos quer sejam só valorizados no mercado nacional ou internacional –, algum trabalho assalariado e outras formas de obtenção de rendimentos monetários (p. ex., trabalho artesanal, a prática da feitiçaria etc.). A utilização principal dos recursos assim obtidos é a aquisição de bens de consumo ou de produção e o cumprimento de obrigações fiscais e a participação no circuito de "trocas sociais", em que as sociedades tradicionais são férteis e que são essenciais à reprodução das famílias. (Serra, 1991, p. 247)*

Autores dualistas como Abrahamsson e Nilsson, que consideram "campesinato" a sociedade doméstica, também reconhecem a importância do setor "tradicional" e a transferência de renda que realizam ao setor capitalista:

*O sector "tradicional" alimentou o sector moderno com mão-de-obra e o retorno do sector moderno para a economia familiar camponesa era muito pequeno. Na realidade, era a economia familiar camponesa (o sector tradicional) que garantia a reprodução da mão-de-obra. Os camponeses nunca foram completamente incorporados no mercado e as elites políticas conservaram uma base de apoio dentro da sociedade tradicional. (Abrahamsson e Nilsson, 1995, p. 52)*

No aspecto cultural, há autores que também apontam a permanência e a importância ainda hoje da sociedade tradicional e o esforço repressivo a que estiveram submetidas durante o século XX. No período colonial, sabe-se que:

*os indivíduos acusados de curandeirismo e feitiçaria e os líderes das Igrejas independentes foram encarcerados e/ou deportados para a Ilha de Moçambique ou para outros territórios portugueses no continente. Os colonizadores portugueses agiram no sentido de inculcar nos moçambicanos os valores da civilização cristã ocidental, impondo o Cristianismo e encorajando a assimilação da cultura portuguesa*

*por um certo estrato de nativos. Contudo, de forma geral, estas tentativas não erradicaram a identificação dos moçambicanos com a sua própria cultura. (...) A imposição do Cristianismo não significou, por conseguinte, o desaparecimento das crenças e práticas tradicionais, que conseguiram sobreviver e desenvolver-se em condições adversas. (Honwana, 2002, p. 272; grifos do autor)*

No período pós-colonial, segue Honwana, a visão materialista da realidade social pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) opunha-se às crenças e práticas “supersticiosas” e “obscurantistas” da sociedade tradicional, que se tornaram alvos a eliminar, uma vez que não tinham funções políticas e sociais reconhecidas. Os chefes tradicionais foram substituídos “por funcionários eleitos popularmente, que compunham os Grupos Dinamizadores (nos locais de trabalho e de residência) e, posteriormente, pelos Comitês do Partido e outras organizações, que visavam combater os velhos valores da tradição e pôr em prática as novas políticas” (Honwana, 1992, p. 274).

É preciso ressaltar que, apesar de identidades que possuem no trato com a natureza e em certas relações sociais internas, enfim, num certo nível de forças produtivas, essas sociedades apresentam, ao mesmo tempo, grande diversidade econômica, política e social. Mais de duas dezenas de idiomas são falados em Moçambique. Os costumes alimentares, habitacionais, matrimoniais, de organização da produção e social são muitos e conformam diferentes grupos e subgrupos sociopolíticos, que dependem mais de relações genealógicas e de laços familiares que das demarcações territoriais, já que estas variavam ao longo dos anos com a ocupação de novos espaços e o abandono de outros. A ocupação colonial, entretanto, irá congelar esses grupos<sup>12</sup> em territórios determinados, desenhando fronteiras fixas, dentro das quais estabelecerá o seu poder político.

---

<sup>12</sup> Boa parte da bibliografia africana – colonial ou colonizada – utiliza os termos “etnia” e “subetnia”. Utiliza-se aqui os termos “grupo” e “subgrupo”, que se referem a formações econômicas e sociais domésticas.

As formações econômicas africanas, ao longo do século XX, podem ser definidas pela articulação do modo de produção capitalista e do doméstico (Meillassoux), ponto apresentado na parte final deste capítulo.

## 2. A Ocupação Colonial

Ocupado efetivamente desde o final do século XIX, Moçambique teve as suas fronteiras definidas na seqüência da Conferência de Berlim, em 1885.<sup>13</sup> A Europa vivia uma revolução industrial e necessitava de matérias-primas (ferro, ouro, prata etc.) e gêneros agrícolas para alimentar as suas cidades. A África, por outro lado, possuía esses recursos, terras abundantes e população disponível para ser explorada. É importante salientar o pensamento europeu de que quem ficasse fora da África perderia a possibilidade de expansão futura. A partilha teve muito dessa idéia de controlar “reservas”. A exploração e os investimentos vieram como consequência.

Até a II Guerra Mundial, os interesses coloniais de Portugal se dedicaram a extrair produtos moçambicanos para serem consumidos na Metrópole (algodão, açúcar, copra, tabaco, amendoim, sisal, chá, caju etc.) Nesse período, a paisagem moçambicana começou a ser rasgada por estradas e ferrovias, transportando cargas e pessoas, e a administração colonial foi se implantando no território, através de postos e chefaturas, modificando a rede social doméstica, a hierarquia e o mando político. Uma vez o território ocupado militarmente pelas forças coloniais, que quase sempre se apoiou num grupo para dominar outro, instalaram-se as burocracias para gerenciá-lo.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver Bittencourt (2003), Brunschwig (1993), Ki-Zerbo (1991), Mackenzie (1994) e Wesseling (1998).

<sup>14</sup> “Desde a prisão de Gungunyana [em 1895, ele era líder e chefe moçambicano no Sul do país e foi considerado o último grande resistente aos colonialistas portugueses] que no Distrito de Gaza foi dada toda atenção às autoridades indígenas tradicionais, especialmente aos régulos, tentando integrá-los no

A reforma administrativa portuguesa para Moçambique, em 1907, e toda a legislação até a independência da colônia manteve a orientação de integrar os chefes indígenas como delegados e auxiliares do governo, subordinados às autoridades administrativas, podendo por isso ser substituídos quando necessário. Essa perspectiva ajuda a compreender o decreto de 1954 (Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique), pois defende que as instituições tradicionais de natureza política, embora condenadas a desaparecer, por imposição ou por causa das mutações sofridas, seriam mantidas mas integradas nas instituições administrativas do Estado português. Assim, os chefes gentílicos mantiveram privilégios e responsabilidades tradicionais não como forças autónomas, mas como elementos de administração, sendo para tanto remunerados (Feliciano, 1998, p. 95).

A estrutura político-administrativa estabelecida na colônia enfraqueceu o prestígio dos chefes indígenas tradicionais, que estavam abalados pela morte ou deposição dos mais importantes e pela divisão das suas terras em proveito político da

---

sistema geral de administração do território e do Distrito de Gaza em particular" (Feliciano, 1998: 91). "Após a vitória de Macontene [última resistência do grupo de Gungunyama, chefiada por Maguiguana em 1897], o Governador escreveu: para assegurar a tranquilidade do país, fracionei os régulos grandes, tirando-lhes assim os meios de se voltarem contra nós" (idem, ib.). "O Governador Domingos Arouca e posteriormente o Capital Mor João Loforte continuaram essa mesma política que consistia '...na extrema divisão do território em numerosos regulados de pequena importância', conservando-se facilmente subjugados e sob a vigilância dos comandos militares" (idem, p. 92). "(... ) a Direção da Sociedade Indígena integrava a seguinte hierarquia [segundo A. Aranha em O País, 1907, fl. 2V.]:

- > Chefes de povoação [que integra um conjunto de pequenas povoações];
- > Chefes de terras;
- > Régulos – com o Conselho dos grandes [até esse nível, são instâncias da sociedade tradicional];
- > Conselho ou júri cafreal [que diz respeito aos nativos], constituído pelos indunas [representantes nativos no júri cafreal, eram substituídos a cada três meses e cada um podia representar até três régulos];
- > Comandantes militares;
- > Governador.

Os três primeiros níveis, que integravam a estrutura tradicional, ficaram, assim, dependentes de outros que o ocupante colonial criou ou impôs, em substituição do grande chefe Gungunyana. O conselho cafreal tinha funções de corpo consultivo para informação dos usos e costumes cafreais nas assembléias de milandos e transmissão de ordens dos dois níveis superiores" (Feliciano, 1998: 93).

soberania portuguesa, uma vez que os pequenos regulados passaram a ter importância de “agentes da autoridade”, exercendo funções de “cabo de polícia”.

### **2.1. Trabalho Forçado, Cultivo Obrigatório e Imposto**

O cultivo obrigatório, o trabalho forçado e o imposto foram os fundamentos econômicos do colonialismo português na África. O cultivo obrigatório, ou cultura obrigatória, visava obrigar os indígenas<sup>15</sup> a produzirem particularmente o algodão necessário na Metrópole, e o arroz, para garantir a alimentação do próprio sistema. O trabalho forçado<sup>16</sup> levava esses mesmos indígenas para as minas, estradas, portos e obras públicas e produções particulares, enquanto os impostos exigiam que os moçambicanos conseguissem dinheiro para pagá-los, através da venda da força de trabalho ou de gêneros agrícolas, sob pena de serem convocados para o trabalho forçado.

Uma mão-de-obra gratuita ou barata era tudo aquilo de que o Estado colonial subcapitalizado necessitava desesperadamente. Durante as primeiras décadas da colonização, o Estado utilizou todo o seu poder para assegurar um fornecimento regular de mão-de-obra para múltiplos projetos. (Chilungo, 2001, p. 108)

A quase totalidade dos africanos possuía terra, não se dispondo, assim, a vender a sua força de trabalho. Nesses casos, a aquisição de trabalhadores não poderia se dar através das leis de mercado, e exigia a intervenção do Estado. Era necessário que o Estado usasse a lei, e a força, para regular as relações entre o capital e o trabalho (Shivji, 1986). A tributação era vista pelos portugueses como a lei por

---

<sup>15</sup> A legislação portuguesa caracterizava como indígena os negros nascidos na África e que não tinham abandonado os seus costumes locais, sendo regidos por legislação específica (o regime do indigenato), que sofreu algumas mudanças ao longo do século XX.

<sup>16</sup> Na verdade, deve ser considerada uma forma de escravidão moderna.

excelência para remediar esta “anomalia”. A imposição de impostos nos territórios coloniais teve sucesso relativo e não impediu que o uso da força tivesse a sua predominância para subjugar a força de trabalho africana ao sistema colonial. Ou seja, apenas os impostos não levaram os camponeses a vender a sua força de trabalho. Em virtude da disponibilidade de terra, este objetivo não poderia ser alcançado de forma inofensiva. Era imprescindível destruir a auto-suficiência do produtor para integrar os camponeses africanos nos circuitos de mercadorias do sistema capitalista da Metrópole. Em muitas regiões do país, e seguramente no norte, “isso nunca aconteceu. A força continuou a ser o único alternativo de extração de mão-de-obra”. (Chilungo, 2001, p. 109)

Já em 1884 foi decretada a permissão para que os indígenas pudessem substituir a pena de prisão por trabalho correcional, e em 1893, em relatório apresentado ao governo de Lisboa por António Enes, recomendam-se mudanças no trato com os africanos:

*os indígenas de Moçambique não são refratários ao trabalho, e que quem nessa província quiser trabalhadores há-de sempre encontrá-los, se os tratar e lhes pagar bem. Todavia, também é certo que na generalidade esses indígenas são indolentes por natureza, que não se pode confiar na sua cooperação sem os sujeitar a um regime de vigilância, que o agricultor ou industrial que de novo se estabeleça na província poderá ter dificuldades em assalariar braços se não for auxiliado por influentes brancos ou pretos, e que, em suma, o problema do trabalho não está, nem prática nem teoricamente, resolvido em Moçambique, ou pelo menos não tem soluções práticas ao alcance de todos que com ele se defrontam. E deve-se acrescentar que se a administração pública não mudar de doutrinas e de práticas relativamente aos direitos e deveres dos indígenas, dentro de poucos anos serão eles que pretenderão fazer trabalhar os Europeus, muito embora em países estranhos se sujeitem a andar adiante do chicote. O negro civilizado já vai tendo essas pretensões, que não tardarão a ganhar adeptos nos sertões.* (Enes, 1971, p. 69)

Enes propõe que a legislação contemplasse os seguintes tipos de trabalho: compelido, voluntário e correcional. Com isso, acreditava assegurar “três

dinamismos fundamentais: o da justiça penal, para que se corrigisse o transgressor pelo trabalho; o do imposto, para que o africano fosse forçado a sentir-se submetido política e economicamente a trabalhar; o da obrigatoriedade de trabalhar” (Enes, 1971). As penas aplicadas podiam ser de até 90 dias de trabalho gratuito, podendo ser substituídas pelo pagamento de 250 réis por dia.

O advento da República em Portugal, com a revolução de outubro de 1910, não introduziu reformas substanciais em matéria da sua política “indígena” e da administração Ultramarina, pelo menos de maneira imediata. O decreto de novembro de 1899 foi substituído pelo Regulamento do Trabalho Indígena, de 27 de maio de 1911, que manteve quase tudo do regime anterior intacto (Wilensky, 1968, p. 36):

*Todos os indígenas das colônias portuguesas estão sujeitos à obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Tem plena liberdade para escolher o modo de cumprir esta obrigação, mas se não a cumprem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes seu cumprimento. (Decreto de 1911)<sup>17</sup>*

Em 1914, uma nova regulamentação mantém as regras de 1899, mas especifica “que a utilização do trabalho compelido poderia ser feita por entidades públicas e por empresas privadas e proíbe os castigos corporais” (Felicicano, 1998, p. 100). Em 1926, novamente foi regulamentado o trabalho obrigatório, que só poderia, agora, ser exigido para fins públicos, com regulamentação própria e sem imposição de mudança de lugar da residência habitual. As Bases Orgânicas da Administração

---

<sup>17</sup>Decreto de 27-5-1911, Diário do Governo, nº 124. Em 1914, nova legislação – Decreto 951, de 4/10 – substitui essa, mantendo entretanto o mesmo espírito. Estabelecia-se a obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover o próprio sustento e a melhora progressiva da condição social. Se o indígena não fosse induzido, por meio da persuasão, a cumprir com esses fins, seria intimado e compelido a fazê-lo e, se resistisse, seria castigado com trabalho correcional, que seria prestado em obras públicas do Estado e dos municípios. E, quando os organismos públicos não pudessem absorvê-los, seriam obrigados a servir a particulares que o requisitassem.

Colonial e o Estatuto Político Cível e Criminal dos Indígenas das Colônias de Angola e Moçambique, publicadas nesse ano, mantêm o espírito da Lei Orgânica, de 1914, ao garantir o respeito pelos usos e costumes dos indígenas, desde que cumprissem os deveres do trabalho, embora garantissem a liberdade de forma. O trabalho correcional foi mantido, mas remunerado, e o compelido só seria permitido em serviços de interesse público urgentes, e mesmo assim remunerados. Em 1928, o Código do Trabalho dos Indígenas das Colônias Portuguesas de África mantêm a obrigação do trabalho para o indígena para fins de interesse público em caso de força maior, para serviços de limpeza, e na impossibilidade de contratar trabalhadores livres.

No Acto Colonial de 1930, constitucionalizado em 1933, mantiveram-se o regime especial para os indígenas e o trabalho obrigatório, refletido no Regulamento do Trabalho Indígena na Colônia de Moçambique, que o previa para os trabalhos públicos, quando não houvesse trabalhadores voluntários; para casos de força maior; para a limpeza de poços e de caminhos; e para culturas de terrenos próximos às povoações indígenas, revertendo o seu produto exclusivamente para os indígenas. Previa ainda que os meios “suasórios ou compulsivos seriam efetuados pelos chefes indígenas” (Feliciano, 1989, p. 103, citando J. M. S. Cunha).

Durante a ocupação de Gaza, no Sul de Moçambique, instituiu-se o trabalho em troca de comida, denominado “chibalo”, que acabou batizando qualquer trabalho forçado, remunerado ou não, utilizado no século XX na província.

Embora regulamentado diversas vezes ao longo do período colonial, o “regime do indigenato” e o trabalho forçado somente foram abolidos em 1961 (mesmo assim, o trabalho forçado continuou, na prática, até as vésperas da independência), quando



se criou o Instituto do Trabalho e Previdência e Ação Social. Em 1962, foi publicado o Código do Trabalho Rural.

Utilizado um pouco por todo o país, o “chibalo” (trabalho forçado) constituiu a base fundamental da produção capitalista naquelas regiões onde a presença do setor moderno criava fortes necessidades de mão-de-obra: todo o sul do Save e as plantações e *machambas* de colonos do centro do país (Serra, 1991, p. 45).

No entanto, essa mesma legislação deixava espaço para as maiores atrocidades por parte dos recrutadores. Entre o legal e o punido existiam situações terríveis. É de salientar que não foi novidade a utilização do trabalho forçado por Portugal, mas o fato de ter deixado de usar tardiamente em relação às outras Metrôpoles coloniais e à grande intensidade dessa utilização. (Ver Fortuna, 1993 e Serra, 1991)

Até 1930, foram estruturadas em Moçambique, sob o comando colonial, três grandes regiões diferenciadas – o Norte, o Centro e o Sul –, e caracterizadas sobretudo quanto às formas de exploração da terra e por não terem grandes conexões entre si. Ao mesmo tempo, cada uma delas, tinha uma tríplice articulação externa: com a Metrôpole colonial; com os países vizinhos, particularmente com a República da África do Sul; e com os países capitalistas mais industrializados do resto do mundo. A produção da sociedade doméstica alimentava o futuro trabalhador da minas e das plantações e o recebia quando sua força de trabalho deixasse de lá ser necessária. A forma como Portugal administrou essa articulação entre as sociedades capitalista e a doméstica beneficiou a penetração do capital inglês e francês, com lucros altíssimos para seus investimentos. Embora voltadas para a exportação de produtos agrícolas ou da mão-de-obra para as minas dos países vizinhos, formaram-se características próprias em cada uma das regiões.

A recessão de 1929-1930 e a Segunda Guerra desorganizaram a rede internacional dos mercados, gerando novas procuras de matérias-primas, e tirou da Inglaterra o controle sobre a África Austral. Portugal, então com o Estado Novo, aproveitou a situação para tornar-se o principal investidor e beneficiário. A partir de 1956, iniciou uma fase liberalizante que culminou na legislação de 1961-1962.

Com o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos, grandes vencedores, não possuíam colônias, e o próprio capitalismo europeu precisava de mercado para os seus produtos. Assim, o sistema colonial fornecedor de matérias-primas a baixos preços já não servia. Foram dinamizadas cooperativas de “nativos” e, a partir da década de 50, começaram a funcionar os projetos de fomento hidroagrícolas que vinham sendo estudados desde 1924 (parcelamento do Baixo Limpopo e o do Vale do Limpopo). Sob a ótica colonial, foram as culturas agrícolas obrigatórias de rendimento – o algodão e o arroz – e alimentares as mais eficazes iniciativas do colonialismo (Feliciano, 1989).

Quando ocorreram as independências das colônias inglesas e francesas africanas, nos anos 60, só então Portugal começou o processo de valorização das suas colônias. Cumpriu assim as mesmas etapas que seus parceiros colonizadores: ocupação-exploração colonial, modernização-valorização, e descolonização-independência. Mas com uma defasagem aproximada de 20 anos. As independências de suas colônias africanas, entre elas Moçambique, somente iriam acontecer após a Revolução dos Cravos em 1974.

## 2.2. A Semiperiferidade de Portugal

Foi a partir de 1930 que se iniciou a incorporação de milhões habitantes da região moçambicana à economia-mundo, através do cultivo obrigatório do algodão, transformando-os em trabalhadores de um processo e de um mercado que não conheciam e de que não usufruíam. Adotamos o conceito de Wallerstein de “semi-periferia” para caracterizar a situação de Portugal, que, sendo Metrópole colonial, representava, ao mesmo tempo, periferia frente às potências industriais. Nesse contexto de inserção na economia-mundo capitalista, Portugal e Moçambique pareciam representar “um todo integrado economicamente, mas desintegrado politicamente” (Fortuna, 1993, p. 24).

A definição de semiperiferia por Wallerstein (1974) parte da premissa de que, entre os diversos Estados nacionais, existem relações de dominação e subordinação que se reproduzem em função de suas possibilidades econômicas, políticas, financeiras e comerciais.

A incorporação de regiões periféricas ao capitalismo propiciou o surgimento de relações complexas entre esse sistema e os modos de produção anteriores. Não se tratando de regiões onde o capitalismo se estruturou internamente desde o início, elas viram sua evolução interrompida pela quase destruição de sua população e de seu modo de vida, como no caso dos índios da América, ou ainda desencaminhadas, como as sociedades domésticas da África Subsaariana. Os interesses capitalistas, impostos econômica ou extra-economicamente a essas regiões, produziram efeitos diferentes segundo os objetivos, o tipo de sociedade encontrada e o momento histórico. As relações que se estabeleceram criaram, dissolveram, conservaram ou reestruturaram formações não-capitalistas. (Nunes, 2000, p. 181).

Da mesma forma, o fato de o capitalismo ter integrado a maior parte dos países leva à necessidade de se compreender a formação social e analisar o tipo de inserção adotado e o caráter da dependência que daí advém, para situar o papel que essa formação social desempenha na cadeia mundial e como se deu tal incorporação.

Fortuna (1993, p. 24) entende que a discussão do sistema-mundo pode facilitar a explicitação do caráter semiperiférico de Portugal e situa sua análise no que denomina sistema inter-Estados, ou seja, da componente política da economia mundo-capitalista onde atuam os diferentes Estados nacionais, buscando, continuamente, a consolidação ou a melhoria das suas condições estruturais. A desigualdade que esses Estados apresentam em relação aos Estados desenvolvidos tem propiciado a reprodução e o aprofundamento de uma relação histórica de dominação-subordinação. Esta se mantém desde o colonialismo até a hegemonia mundial de hoje, exercida pelo Estado central, que exhibe vantagens tornadas superiores em relação aos seus pares.

Em oposição aos modelos convencionais para a análise do desenvolvimento, concebe-se um estágio intermediário – o da semiperiferia –, cujos países apresentam uma dinâmica própria que os leva a reproduzir a sua própria semiperiferidade, a partir da qual podem estabilizar a sua condição estrutural. Trata-se de dinâmica fundamentalmente política que se acentua e se intensifica nos períodos de estagnação econômica mundial. Nesse sentido, é então “admissível pensar-se que a semiperiferia possa reagir a estes períodos de estagnação de modo algo diferente dos Estados ‘fortes’, que a suportam, e dos ‘fracos’, que lhe sucumbem” (Braudel, 1985, p. 91).

Os Estados nacionais encontram-se sujeitos a toda sorte de pressões, não apenas as motivadas por forças sociais internas organizadas, mas também as oriundas de países centrais e periféricos. Combinadas com a dinâmica própria da periferia, permite considerar-se a hipótese de uma alteração na sua condição semiperiférica intermédia, tanto no sentido da sua “despromoção”, como no sentido inverso, de “centração”.

Nessa linha, os Estados semiperiféricos, em seu conteúdo econômico, podem ser definidos como os que tendem à “produção de produtos manufaturados para o mercado interno (...), mas [são] também exportadores de produtos primários, desempenhando o papel de parceiros periféricos dos países centrais e de parceiros centrais face a alguns países periféricos” (Wallerstein, 1979, p. 247).

Vale lembrar que a maneira pela qual as relações sociais de produção se estruturaram internamente tem maior importância do que os efeitos produzidos. As definições apresentadas configuram o caso português na época em que ele se apresentava como potência colonial. Trata-se do período em que Portugal denotava uma subordinação no nível econômico da divisão do trabalho, entendida a partir da sua fixação à condição de produtor de manufaturas para o mercado interno, aliada à situação de país exportador de bens primários.

Portugal, nesse sentido, poderia ser entendido como um “parceiro periférico” dos países centrais. No entanto, convém ressaltar que, por outro lado, ele exercia uma posição “dominante”, ao fazer das colônias africanas sua periferia.

### 3. Os Ciclos Coloniais Africanos

O ciclo colonial na África efetivamente começou no início do século XIX e terminou com as independências das colônias portuguesas em 1975. Ele tem início com o envio dos aventureiros das sociedades geográficas, dos pregadores e dos exploradores, no intuito de garantir zonas protegidas de retiradas de matérias-primas, com o pretexto de comércio e de acabar com o tráfico de escravos e de para lá levar a civilização. No final do século XIX, iniciou-se a ocupação efetiva, propiciada por uma conferência (Berlim 1884-1885) que definiu as regras entre as potências para o processo de partilha do continente. Apesar de a Conferência de Berlim, na realidade, nada ter dividido, pois a divisão foi um processo – militar, político e diplomático – de correlação de forças que começou em 1880 e se concluiu com o fim da Primeira Guerra Mundial, ela ficou sendo o marco entre duas eras para a África (ver Caetano, 1963; Brunschwig, 1993; Mackenzie, 1994; Newitt, 1987; Wesseling, 1998; e Bittencourt, 2003). Iniciou-se então uma nova fase da colonização (agora efetiva) que objetivava a exportação de matérias-primas necessárias à Segunda Revolução Industrial, que se processava na Europa. Essa fase esgotou-se após a Segunda Guerra, quando se iniciou a modernização do continente, com as políticas industriais, a urbanização, a formação de quadros africanos, a implantação de sistemas de educação e os planejamentos de grandes projetos. Estes impulsionaram as ideologias nacionalistas e culminam nas independências por volta dos anos 60.

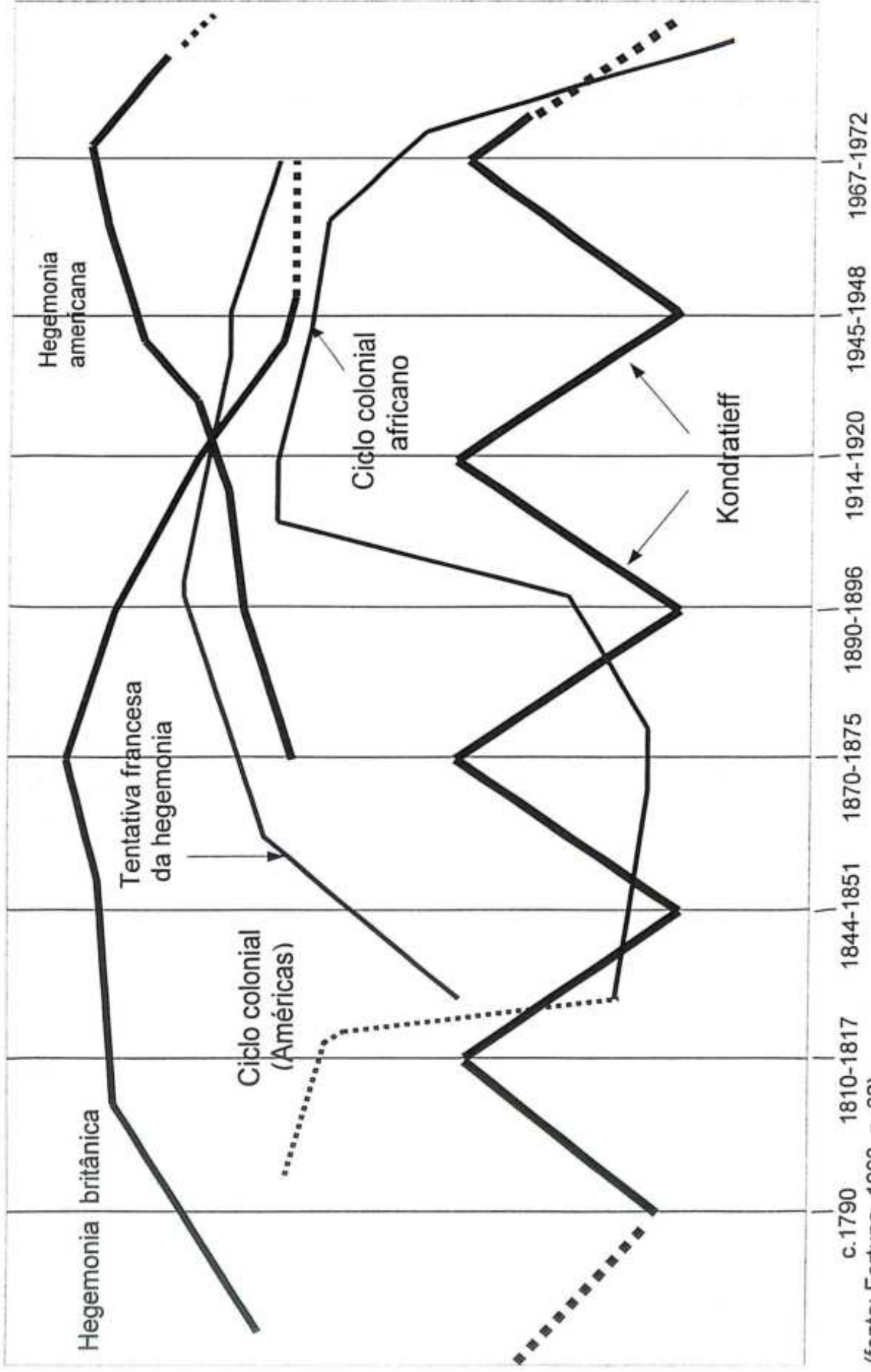
O quadro a seguir, reproduzido de Fortuna (1993, p. 32), estabelece uma relação entre os ciclos de Kondratieff e os ciclos de dominação do capitalismo na África, na busca de instrumentos interpretativos acerca da importância que o continente assumiu na virada para o século XX.

No período colonial africano, três ciclos – ascensão, estabilidade e declínio – se sucederam desde o início do século XIX até os anos 70 do século XX.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup>Fortuna (1993) chama de ciclos (primeiro ou ascensão, segundo ou estabilidade e terceiro ou declínio) às fases no interior do grande ciclo colonial africano, que preferi chamar de “período colonial africano”. Os ciclos de Kondratieff comportam a fase A, de ascensão – período de acumulação – e a fase B – período de crise de acumulação de capital.

Quadro 1 – Ciclo Colonial Africano, Hegemonias Mundiais e Ciclos Kondratieff



(fonte: Fortuna, 1993, p. 32)



### 3.1. O Primeiro Ciclo Colonial Africano – Século XIX

O primeiro ciclo colonial africano – de ascensão – correspondeu ao que se convencionou chamar de “Império Informal”.<sup>19</sup> Essa etapa coincide com o período da Primeira Revolução Industrial e sua decadência corresponde ao declínio, de fato, da hegemonia britânica. Esse primeiro ciclo se caracterizou pelo início da incorporação da generalidade das economias e dos Estados africanos no seio do sistema-mundo capitalista, deixando de serem considerados exteriores ou marginais.

*[A] partilha da África, formalizada na Conferência de Berlim, permitiu que se delimitassem as diferentes zonas de influência das grandes potências européias, traduzindo, no entanto, apenas uma “mera” formalidade do processo colonial já em curso. A rivalidade inter-Estados deveu-se à Grande Depressão econômica e social – fase B do 2º ciclo Kondratieff. (Fortuna, 1993, p. 32)*

Na fase final do primeiro ciclo colonial, o comércio de escravos foi extinto e substituído, paulatinamente, pela produção local de bens essenciais, matérias-primas e produtos alimentícios. A maior parte das atividades econômicas foi transferida para as províncias, devido à necessidade de se explorarem as minas recém-descobertas. Esse fato introduziu inúmeras mudanças (alguns autores a chamam de melhorias) no panorama socioeconômico, com o estabelecimento de redes de transporte, principalmente, de vias férreas.

Para assegurar a eficácia da ação européia, foram utilizados o controle repressivo da força de trabalho e a tributação fiscal das comunidades. A política de alianças, consolidada há tempos entre o poder colonial e as chefias locais, se configurava como um elemento importante das colônias africanas recém-criadas e incorporadas

---

<sup>19</sup>Os conceitos utilizados encontram-se em Fortuna (1993).

à economia-mundo. No caso português, instituiu-se a chefatura, na qual o poder político-administrativo tinha como intermediário o régulo, como se viu.

Os colonialistas dividiam uma chefatura em pequenos territórios e instalavam os chefes (régulos) “nativos”, que legalizavam o poder estrangeiro e tinham como tarefa facilitar a mediação entre “grupos” para a submissão de um deles.

### 3.2. O Segundo Ciclo Colonial Africano (1900-1945)

O segundo ciclo colonial africano – da estabilidade – situa-se entre os primeiros anos da década de 1900 e o fim da Segunda Guerra Mundial (coincide com o período da Segunda Revolução Industrial). Apesar da estabilidade, assistiu-se aí a uma série de transformações profundas com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de exploração do continente. Dado o incremento da produção agrícola destinada à exportação, ela, até 1914, ocorreu “em termos favoráveis de troca”. Nessa fase, houve um crescimento da presença do colono português, cuja inserção levou a um aumento de sentimentos racistas e à perda relativa da independência dos nativos. As companhias concessionárias<sup>20</sup> multiplicaram-se, particularmente as ligadas às economias de plantações (chá, copra e açúcar).

A crise de 1929-1932 atingiu duramente a economia africana, com a queda de seus produtos no mercado internacional, por comparação com os produtos manufaturados, provocando uma retração no comércio. Esse colapso evidenciou, mais uma vez, a distância entre a Metrópole e a África, deixando, também, entrever a fragilidade das relações econômicas que elas mantinham entre si. Esse quadro modificou-se no pós-guerra, quando, com a recuperação econômica, os capitais

---

<sup>20</sup>Sobre as companhias concessionárias, ver o Capítulo 2.

européus dirigiram-se ao continente africano, com investimentos econômicos e sociais, buscando racionalizar o próprio projeto colonial. Isso iria caracterizar o terceiro e último ciclo colonial africano.

### **3.3. O Terceiro Ciclo Colonial Africano (1945-1975)**

O terceiro ciclo colonial africano – do declínio – começou nos últimos anos da década de 1950 e terminou em 1975, com o fim do colonialismo português, em clima ideológico e político de reconstrução nacional que se gerou a partir daí (Nunes, 2000, p. 01). Os esforços realizados nesse terceiro ciclo tiveram um enorme custo econômico e social, com as lutas de independência.

Essa é a história do que passou a designar-se por “segunda ocupação colonial da África”. Foi a época dos grandes planos de desenvolvimento, do investimento em infra-estruturas, do lançamento de novas indústrias (de maquinaria e bens de capital, que iriam substituir progressivamente a produção de bens de consumo); da modernização da agricultura (planos de irrigação, mecanização, desenvolvimento comunitário), de intenso crescimento urbano; das primeiras manifestações de desemprego e “marginalidade”; e, enfim, da política colonial de “bem-estar” (para os colonizadores), e os programas para a educação e a saúde (que previam atingir setores africanos no processo de assimilação).

O período decisivo desse ciclo ocorreu entre 1956 e 1968, quando a maioria das colônias africanas logrou sua independência formal. Então, os Estados Unidos estavam em plena maturidade hegemônica e ao longo da fase A do 4º ciclo Kondratieff.

Duas correntes explicam o movimento de descolonização africana. A primeira – liberal – está intimamente ligada à relação de forças no cenário internacional, expressa no clima político-ideológico-liberal do pós-guerra, na confiança das multinacionais, numa fácil manipulação dos povos africanos e na posição de “liberalismo condicionado” dos Estados Unidos. A segunda – libertária – se caracteriza pela crescente “organização e insurreição dos operários e camponeses africanos e pelo efeito catalisador da pressão política exercida pelas elites africanas mais ocidentalizadas, bem como pela classe média mais crescentemente urbanizada” (Fortuna, 1993, p. 35-6).

A união dessas duas correntes explica que o declínio do ciclo colonial se deveu a uma conquista dos povos africanos, aproveitando-se da retração dos poderes capitalistas centrais. Ou seja, a luta dos nacionalistas foi favorecida pela conjuntura econômica, que “exigia mudanças”. Entretanto, elas só puderam se efetivar com a organização política dos nacionais. Aos olhos do grande capital, uma “terceirização”, como acontece hoje em grandes empresas, seria mais rentável que a administração direta, deixando os riscos com os governos locais. Convém lembrar, entretanto, que sem a luta dos africanos, no mínimo, mais algumas décadas se teria de colonialismo.

#### 4. Portugal e a Colonização

Os períodos de retração econômica constituem momentos importantes para a conservação, perda ou reforço da condição estrutural dos países semiperiféricos e marcaria todo o colonialismo português. Na condição de semiperiferia, Portugal assumiu (em cada período de retração econômica do ciclo colonial africano) diferentes modelos político-econômicos de atuação, no qual o fator colonial desempenhou papel de ajustamento no seu posicionamento internacional.

O primeiro modelo – colonial-imperialista – se caracterizou pela preocupação em conservar e, eventualmente, alargar as fronteiras das colônias ameaçadas pelo poderio de outras colônias. Sem os recursos das suas rivais, abalado com a independência do Brasil e limitado a uma tímida presença no continente africano, Portugal praticou um colonialismo “atávico e não econômico” (Fortuna, 1993, p. 37).

Nessa perspectiva, muitos estudiosos se dedicaram a interpretar a presença dos europeus na África. Dentre eles, Hammond (1966) defende a tese de um colonialismo português calcado em um modelo imperialista não-econômico. Analisando as demais potências colonizadoras, os estudiosos adotam posições diversas. Brunschwig (1960) considerou a expansão colonial da França devida ao empenho do país “em fazer ampliar seu prestígio como grande nação”. Wehler (1970) caracterizou a expansão colonial bismarckiana como um caso de “imperialismo social”, advindo do receio das classes dominantes alemãs diante do crescente movimento socialista. Ressalte-se ainda o caso da Bélgica, em que o “imperialismo pessoal” de Leopoldo II fez do Congo, até 1908, um domínio privado.

Portugal, com uma economia débil e um Estado pouco influente, tentou criar condições de fato que legitimassem e dessem consistência à sua condição de negociador no cenário europeu, apostando na manipulação das desavenças entre os grandes. Somente com o final da Primeira Guerra Mundial e o fim das atividades coloniais alemãs na África, o período de intensa atividade diplomática e militar-colonial portuguesa terminou, fato que leva a se concluir que a fase de expansão do colonialismo português em Moçambique só acabou nos primeiros anos do século XX, quando, então, Portugal iniciou a instalação, de fato, da sua administração, muito tempo depois dos restantes poderes europeus coloniais.

Esse período pode ser entendido como uma autonomia colonial negativa, não sem prejuízo para a relação colonial portuguesa, que não mais conseguiu acertar o ritmo e o calendário das suas atuações com os dos seus parceiros.

O segundo modelo político-econômico da relação colonial portuguesa corresponde ao período de vigência do Estado Novo e ao período de estabilidade do ciclo africano. Também o seu fim se arrastou, tendo Portugal continuado a manter colônias quando outros países já tinham descolonizado ou começavam a fazê-lo. Mesmo diante dessa problemática, ao longo desse período, Portugal se manteve na posição de sujeitar os territórios africanos e efetuar exploração econômica direta, em benefício da Metrópole.

O caso de Moçambique ilustra essa tendência. Até aqui, o sistema colonial português limitava-se a gerir, administrativamente, através de uma legislação coerciva, o fluxo da força de trabalho para as minas e fazendas agrícolas sul-africanas e para as empresas públicas ou de colonos internos, sem se preocupar em aumentar a produtividade. A reorganização dos anos 40 instituiu um tipo único de administração para todo o país, sendo que o colonizador continuava a se

preocupar em reforçar a posição dos chefes de povoação, chefes de terras e régulos, executores da “intervenção superior portuguesa” que tiravam vantagem nessa reestruturação, pois “recebiam compensação em percentagem dos impostos cobrados. Obtinham prestação em trabalho nos campos sob seu controle, percentagem sobre as multas por infração às leis coloniais, pagamentos de tributos em dinheiro pelas cerimônias, ritos e conselhos” (Gentilli, 1999, p. 279).

Desde meados do século XIX, havia uma intensa corrente migratória de força de trabalho do Sul de Moçambique para a África do Sul: para as plantações de açúcar em Natal, para as minas de diamantes no Cabo setentrional e, com a descoberta das minas de ouro, para Witwatersrand. O recrutamento se intensificou e, logo, Moçambique passou a ser o principal fornecedor de mão-de-obra da região para as minas sul-africanas: em 1904, havia 50 mil migrantes legais, 107 mil em 1927 e 118 mil em 1975. Com a independência, a África do Sul adotou uma política de recusa progressiva de mão-de-obra moçambicana, com pesados reflexos na economia do novo Estado independente.

No processo instituído em 1926 e que durou até o início dos anos 80, o trabalhador recebia apenas uma parte de seu salário, sendo que a outra parte lhe era entregue quando voltava à colônia. Esse método, além de controlar o regresso do trabalhador, assegurava ganhos importantes para o caixa colonial, dado que o montante dos salários diferidos era pago em ouro pela Chamber of Mines sul-africana, a uma taxa fixa, ao governo colonial português. Este, por sua vez, o vendia no mercado internacional, realizando ganhos superiores ao montante dos salários a restituir aos trabalhadores (Gentilli, 1999, p. 280, e Pereira Leite, 1989).

Ao regressarem das minas, os trabalhadores se estabeleceram em número cada vez maior nas cidades, principalmente na capital, Lourenço Marques, para fugir

ao chibalo (trabalho forçado). A partir dos anos 60, uma parte deles investe em gado e instrumentos agrícolas e começa a produzir para o mercado local. Portugal manteve, até o início dos anos 60, o regime de trabalho forçado, quando a maior parte dos sistemas coloniais já o havia banido há mais de 20 anos. Embora abolido *de jure*, o trabalho forçado continuou a vigorar na prática até a independência. Em 1961, Portugal ratificou as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre descanso semanal, idade mínima para admissão de menores ao trabalho, discriminação em matéria de empregos e profissões e abolição do trabalho forçado. Apenas em 1962 foi publicado o Código de Trabalho Rural (Decreto 44.309, de 27 de abril), que “não admite nenhuma forma de trabalho compelido; não se prevêem sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho” (Wilensky, 1968, p. 208):

No início do século XX a administração portuguesa se instalou de fato em Moçambique. No entanto, como a burguesia portuguesa tinha poder limitado, se viu na contingência de ceder grandes extensões de terra no norte e no centro de Moçambique a companhias de capital francês, alemão e inglês. (Nunes, 2000, p. 03)<sup>21</sup>

Entretanto, esta posse careceu de importância, pois na verdade o capital estrangeiro não se preocupou em investir nas terras cedidas, preferindo dedicar-se a organizar a venda de mão-de-obra engajada no interior do país para a Rodésia, Niassalândia, Tanganica, Congo Belga, África do Sul. Ele investiu somente no vale do Zambézia, onde desenvolveu uma economia de plantações, baseada na

---

<sup>21</sup>Dessas, a Companhia de Moçambique (160.580 km<sup>2</sup> em Manica e Sofala), a de Niassa e a do Zambézia têm, na região concedida, o monopólio do comércio, do setor mineiro, da construção, dos serviços postais e o direito de ceder a terra e de aumentar impostos. Ver mais adiante sobre o tema.



monocultura dos produtos de exportação como o açúcar, o sisal e o copra. (Verschuur, Lima e Lamy, 1986)

A precária situação colonial de Portugal foi se modificando em função das alterações de ordem internacional e interna, posteriores à guerra de 1914-1918, sob nova recessão econômica.

A tese de que as recessões econômicas são responsáveis pela ação do regime português faz-se presente, mais uma vez, no regime salazarista, cuja ação foi subsidiária da contingência histórica da sua concretização. Ou seja, foi o impacto da recessão econômica que demandou governos ditatoriais, principalmente nos países semiperiféricos da Europa. Assim, a “Salazar em Portugal, corresponderam Primo de Rivera e Franco, na Espanha; Mussolini, na Itália; Metaxás, na Grécia; Dollfuss, na Áustria; e Kemal Ataturk, na Turquia”, governos que configuraram um modelo de autoritarismo político e de auto-suficiência econômica, “perseguido pela semiperiferia de entre-guerras” (Fortuna, 1993, p. 40).

Nessa perspectiva, o regime de Salazar caracterizou-se por um projeto neomercantilista que se voltou para exercer uma exploração intensiva das colônias. A política de portugalização das colônias africanas (1930-1945) visava reduzir a influência do capital estrangeiro sobre elas (Fortuna, 1993, p. 40, Pereira Leite, 1993a, p. 60). Antes de Salazar, durante a Primeira República, a prática de uma série de planos coloniais já havia sido tentada, mas as conjunturas não facilitaram e a Metrópole se viu na contingência de os adiar.

Os limites e as defasagens do Estado Novo português podem ser compreendidos a partir do conceito de dialética negativa de Santos, B. (1982). A dialética negativa do Estado traduz o processo político pelo qual, dadas as diferentes contradições

inerentes à sua lógica funcional, o Estado se vê obrigado “a constantes ajustamentos e mudanças no processo de dominação política sem, em caso algum, resolver (superar) as contradições em que essa dominação assenta”.

O acervo legislativo que regulamentava as condições de intensificação da repressão nas colônias, surgido na década de 30, também serviu para a consolidação de uma situação econômica e financeira mais propícia, com a qual Portugal entrou em nova fase de expansão econômica no pós-guerra. Para essa consolidação de país semiperiférico foi, também, decisivo Portugal ter conseguido transferir para a sua periferia colonial as pressões, mormente as econômicas, vindas de outros países periféricos ou dos próprios países centrais.

Nesse contexto, enquanto a Europa vivia novo momento de liberdade política, em clima político-ideológico de abertura de mercado e de liberalização das trocas, para Portugal o tempo parecia ter-se congelado na fase anterior a 1945. Assim, reprimiu a oposição e evitou a liberalização econômica, desconfiou dos princípios da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Assumiu um discurso anticomunista, deixando de se valer com maior frequência das relações comerciais da OCDE, e reforçou os métodos de exploração e repressão coloniais.

Portanto, o terceiro ciclo colonial africano representou, para Portugal, uma demonstração de atraso, tendo iniciado a valorização colonial da África, quando os seus pares já a descolonizavam. Valeu-se de arrogância para fazer crer que “só é compreensível, à luz de uma repentina consciência política de que era preciso recompensar a todo custo o tempo e o projeto colonial perdidos” (Fortuna, 1993, p. 41)

Não surpreende que, perante esse tardio colonialismo, também a descolonização portuguesa tenha sido tardia e seus custos elevados. Teve de pagar o preço de treze anos de guerra colonial. Gastar nela quase a metade do orçamento nacional anual, endividar progressivamente Portugal e reforçar os elos de dependência externa. Teve-se que mobilizar quinze por cento dos cidadãos em idade militar. Enfim, empenhou toda a nação e o regime em causa historicamente perdida, quando vista à luz das tendências seculares do sistema-mundo e da evolução do ciclo colonial africano.

### 5. Articulação de Modos de Produção

Viu-se que o colonialismo capitalista português impôs-se na África sobre sociedades estruturadas, estabelecendo relações de exploração específicas.<sup>22</sup> Ele não retirou das mãos das massas a propriedade do solo, condição primeira para a produção capitalista (Marx). Não generalizou, assim, a organização do trabalho assalariado. Deixou a sociedade doméstica em suas próprias relações, que foram conservadas e ou adaptadas para servir aos interesses capitalistas coloniais. Meillassoux, a partir do conceito de articulação entre modos de produção, explica o subdesenvolvimento como resultado da reprodução da força de trabalho barata e da punção da renda da sociedade doméstica para a capitalista:

*Sabe-se que, nos países subdesenvolvidos, a agricultura alimentar permanece quase inteiramente fora da esfera de produção do capitalismo, ficando directa ou indirectamente em relação com a economia de mercado pelo fornecimento de mão-de-obra alimentada no setor doméstico, ou por intermédio de produtos de exportação produzidos por cultivadores alimentados com as suas próprias colheitas. Esta economia alimentar pertence portanto à esfera da circulação do capitalismo, na medida em que o aprovisiona em termos de força de trabalho e de produtos, enquanto permanece fora da esfera de produção capitalista, dado que o capital não investe nela e as relações de produção são de tipo doméstico e não capitalista. (Meillassoux, 1977, p. 156)*

<sup>22</sup>A primeira parte desse ponto foi baseada em Meillassoux (1977), em Nunes (2000) e em Meunier (1979).

O produtor capitalista investe nas condições nas quais são realizados os valores e nos mecanismos de uso da força de trabalho, segundo as formas mais rentáveis para seus “compradores”. As relações entre os setores capitalista e doméstico não podem ser consideradas como vinculações de *per si* suficientes para explicar a troca desigual; a relação estabelece-se entre setores em que dominam relações de produção diferentes:

*É por intermédio das relações orgânicas que estabelece entre economias capitalistas e domésticas que o imperialismo põe em cena os meios de reprodução de uma força de trabalho barata em proveito do capital; processo de reprodução que é, na fase actual, a causa essencial do subdesenvolvimento e simultaneamente da prosperidade do sector capitalista. (Meillassoux, 1977, p. 156)*

Veja-se a seguir os aspectos mais relevantes do funcionamento da articulação entre modos de produção. A obtenção da força de trabalho barata significava que o capitalismo encontrou, na manutenção da sociedade doméstica, a forma de realizar a extração do sobretrabalho por um salário inferior ao seu valor.<sup>23</sup> Isso pelo fato de que a força de trabalho, quando não está sendo empregada “produtivamente” pelo capital, assume tarefas na sociedade doméstica. O custo da formação da força de trabalho até a idade produtiva, dos cuidados que recebe em caso de incapacidade (velhice, doença ou nos períodos de excedente de mão-de-obra etc.), não está incluído nos salários. Do tempo de trabalho socialmente necessário, que constitui o valor do salário, são diminuídos os custos produzidos na sociedade doméstica. Assim, para os capitalistas a única “sociedade” é a capitalista e eles só consideram “socialmente necessário” o que ela produz, falseando a teoria do valor.

---

<sup>23</sup>A mais-valia é obtida comprando-se a força de trabalho pelo seu próprio valor, e não abaixo. E o valor da força de trabalho é obtido através da produção, capitalista, dos meios necessários à sua reprodução.

O impulso da exploração nos países desenvolvidos depende fundamentalmente da produtividade do trabalho para a obtenção da mais-valia relativa. A articulação de modos de produção oferece a possibilidade de se obter um lucro superior àquele que se obteria nas condições *normais* de extração da mais-valia, sem aumento de produtividade. No período colonial, a renda (categoria pré-capitalista) é recuperada pelo capital para a exploração da comunidade doméstica. O capital serviu-se das estruturas dessa comunidade, recorrendo a imposições extra-econômicas (geralmente violentas) para extrair a renda parcial ou total do trabalho dos camponeses. Dessa forma, a mão-de-obra doméstica que realiza trabalho na agricultura comercial ou nas atividades não-agrícolas, como minas e construção civil, ao ser explorada individualmente, transmite uma exploração adicional, a exploração da comunidade doméstica:

*O exemplo extremo de extração da renda é quando o trabalhador, nos períodos mortos do processo produtivo da produção doméstica, é forçado a sair de seu "universo" para trabalhar no setor capitalista, mas não se alimenta nem mesmo à custa do patrão. Neste caso, o patrão só fornece o capital constante, não obtém mais-valia, pois não paga salário, e seu lucro limita-se à renda. Em outras situações, há combinação da mais-valia e da renda para a composição do lucro. (Nunes, 2000, p. 188)*

Nesse arranjo, tanto maior é o rendimento do capital, tanto mais a comunidade doméstica é onerada. Isso para além da mais-valia obtida em contrapartida do salário. Diversos fatores que permitem combinações variadas de exploração, e limitações entram em ação, como o tipo de Estado, o nível da luta de classes e a conjuntura internacional. Na África do Sul, por exemplo, o capitalismo teve um crescimento superior ao de seus vizinhos, em função da exploração do trabalho migrante ligado à existência de uma reserva de trabalho interno para as minas. O sistema de reservas foi criado como fonte de mão-de-obra barata para as minas e, em seguida, para a indústria. Enquanto se produzia, em alguns setores, com alta tecnologia, grande parte da população produzia em condições arcaicas. Além da

exploração econômica proveniente da manutenção desse sistema, existia a limitação política na medida em que “a manutenção do sistema de reservas foi também a maneira de entravar a constituição de um proletariado concentrado e residente, fator da elevação do preço da força de trabalho” (Meunier, 1979, 14).

Convém assinalar que o trabalho migrante exerce forte influência ideológica, pois contribui para a inversão da causa da miséria para o trabalhador. O mineiro moçambicano considerava as minas sul-africanas um local onde se ganhava dinheiro, se comparado aos fracos rendimentos monetários da comunidade doméstica:

*A ligação entre a miséria e o desemprego nas neo-colônias e entre as reservas e a exploração capitalista aparece raramente como uma evidência. Frequentemente, ao contrário, o trabalho assalariado aparece como um meio de fugir da miséria da reserva, como o meio de adquirir numerosos bens que, quando do retorno, permitirão uma integração social. (Meunier, 1979, p. 15)*

A teoria da articulação de modos de produção permite compreensão melhor sobre a complexidade das formações sociais periféricas. Não se trata, simplesmente aqui, de “destruição de um modo de produção por um outro, mas a organização contraditória das relações econômicas entre os dois sectores, capitalista e doméstico, um preservando o outro para lhe subtrair a sua subsistência, e, ao fazê-lo, destruindo-o” (Meillassoux, 1977, p. 159).

Essa noção de organização contraditória das relações econômicas e das “visões de mundo” diferentes é importante para se compreender o comportamento das populações. Não se deve vê-las como elementos passivos. A articulação é um jogo de forças e a comunidade doméstica possui – mesmo que subordinada – meios de se defender do capitalismo. Há uma independência relativa do setor

doméstico em relação ao setor capitalista, que se torna mais evidente em algumas circunstâncias históricas. Ferraz de Freitas dizia em 1963:

*Os usos e costumes tidos como essenciais à continuidade da vida, devem ser considerados intocáveis. O seu desrespeito ou destruição, deve processar-se apenas julgado conveniente provocar a desorientação ou desintegração do grupo (...), [de outro modo pode] provocar inutilmente o ressentimento, a revolta do grupo visado. (Apud Feliciano, 1998, p. 103-4)*

Finalmente, convém observar que, se por um lado essa articulação preserva a economia doméstica, por outro, ela contém os elementos de sua destruição no longo prazo. Quanto mais os trabalhadores da comunidade são utilizados para obtenção de renda, mais as bases da sociedade tradicional se vêm solapadas. O uso da mão-de-obra ao sabor dos desejos do capitalista, provocando grandes movimentos migratórios temporários, corrói as suas formas de reprodução, seja pela ausência dos homens, seja pela introdução e substituição de novos valores socioeconômicos e culturais. Ou seja: impostos, endividamento, trabalho forçado, recrutamento, monetarização, dependência de instrumentos de trabalho etc.

Onde o capital não desapropriou a terra da população, uma vez que a *parte do leão* da acumulação transferia-se ao exterior, a manutenção da comunidade doméstica, sendo puncionada pelo setor capitalista, criou uma “espécie de acumulação primitiva permanente” (Meillassoux). Tem-se aí mecanismos de desagregação da sociedade doméstica no longo prazo.

Fato que reflete a dupla articulação econômica como ação planejada colonial, visando à maior obtenção de lucro. Pode-se verificar pela elaboração e aplicação, desde Enes, no final século XIX, de uma legislação específica para os africanos, diferente das leis da Metrópole, no que diz respeito às questões culturais, políticas e jurídicas. Estas vigoraram até que o africano fosse “civilizado”, e esse

processo de civilização, que não deveria ser curto, se daria pelo trabalho. Ou seja, pela obrigatoriedade do trabalho (e nesse caso valendo a aplicação da cultura europeia).

Se o colonialismo português foi visto como assimilacionista, é preciso situar esse assimilacionismo num cruzamento contraditório. De um lado, o suposto relativismo frente aos usos e costumes, que abriu passagem para a elaboração de leis especiais para os indígenas. De outro, a extrema rigidez na aplicação das leis trabalhistas. Tal cruzamento se estabelece na lógica de um perpétuo contra-senso que parece resumir-se na frase: disciplinar “respeitando” os costumes locais e, ao mesmo tempo, “produzindo” esses costumes, no sentido, desta vez, de construção de uma representação (Macagno, 2001, p. 69).

A organização administrativa do território moçambicano refletia essa distinção. Os europeus eram organizados em freguesias, que se subdividiam em concelhos. Enquanto isso, os africanos eram organizados em postos administrativos; e estes fracionados em circunscrições.

As estruturas dos europeus eram múltiplas, com separações dos níveis jurídico, administrativo e político. A dos africanos era unitária, como se pode ver nos textos de Eduardo Costa, de 1901:

*Isto é a característica principal dos governos das tribos selvagens ou bárbaras: a de ser unitário. Não basta, porém, esta unidade ou concentração de mandar, e torna-se preciso que esse mandar seja enérgico. (...) Não se trata, pois, de um regime de liberdade política ou cível, incompatível com o grau de civilização das tribos africanas, mas sim de um governo forte e expansiva tutela. (Costa, 1946, p. 74, apud Macagno, 2001, p. 73)*



O administrador de Circunscrição tinha, à diferença do administrador de Concelho, função de polícia, de administração civil e judicial, além da missão mais importante de

*(...) manter as boas relações com os chefes indígenas das suas circunscrições, conseguir deles obediência e tranqüilidade, intervir nos pleitos – questões de fronteiras, de sucessão ou de outros quaisquer agravos; numa palavra, adquirir sobre todos os seus administrados uma dominadora, respeitada e estimada influência. (Costa, 1946, p. 93, apud Macagno, 2001, p. 72)*

Como observa Macagno, o determinismo racial extremo de Enes foi-se modificando com a política do Estado Novo, mas nunca abandonou a ambigüidade, pois o assimilado jamais ocupou o lugar do branco: “queremos ensinar os indígenas a escrever, a ler, a contar”, dizia, em 1960, o cardeal Cerejeira, de Lisboa, “mas não pretendemos fazer deles doutores” (apud Macagno, 2001, p. 86):

*O passo entre o indígena e o cidadão (ou assimilado) parecia ter-se dado num movimento perpétuo em que a emancipação nunca chegou a se consumir. Talvez porque o colonialismo português só pôde reproduzir-se nesse contra-senso – assimilar, mas não tanto, liberar, e ao mesmo tempo reter. Assim, o tipo de relações raciais que o colonialismo português instalou assemelha-se a uma relação de duplo vínculo. E o assimilacionismo – tanto o descentralizador quanto o que veio depois – pareceu operar com a mesma lógica contraditória e obsessiva de quem corre para escapar da própria sombra. (Macagno, 2001, p. 86)*

E avança ainda que

*Pode-se dizer, em princípio, que o suposto respeito aos usos e costumes, o princípio de contemporização, tinha duplo corolário: de um lado, proporcionava ao colonizador a possibilidade de sacrificar a outorga de plenos direitos de cidadania, em virtude da aplicação discriminada da lei de acordo com o estado de evolução das populações. De outro, contra uma mudança traumática desses usos e costumes postulava-se uma assimilação gradual, na qual o disciplinamento do trabalho constituiria a primeira etapa na evolução. (Macagno, 2001, p. 86)*

Os colonialistas precisavam do trabalho dos indígenas nos setores capitalistas (por isso, o obrigavam ao trabalho, que o assimilaria), mas não podiam assimilá-lo por inteiro, pois senão perderiam os lucros extras da renda obtida exatamente porque existiam as sociedades domésticas, isto é, não-assimiladas.

Marcelo Caetano classificava os africanos em diferentes níveis: os “indígenas primitivos”, que mantinham usos e costumes tradicionais, viviam em tribos, eram dominados por chefes e feiticeiros e tinham necessidades econômicas mínimas. Entre esses, entretanto, havia os “indígenas em evolução” e os “indígenas destribalizados” – “referido a indígenas, segundo conceito legal, a indivíduos da raça preta ou dela descendentes que pela ilustração e costumes não passaram do estágio cultural atrasado em que se encontra o comum dessa raça”. Segundo ele, havia “gente de cor” que conseguia assimilar “a mentalidade e os modos de vida europeus, e penetrar assim no grupo da população civilizada: são os *assimilados*”, de modo que a “distinção entre indígenas e não indígenas” seria “feita, portanto, segundo um critério cultural” (Caetano, 1953, p. 17-18).

Utilizando-se como critério o grau de desenvolvimento das necessidades, Caetano chega a uma classificação “próxima daquela que se é conduzido pelo critério cultural”:

- a) primitivos, que sentem necessidades rudimentares;
- b) indígenas em evolução, classe que comporta várias subdivisões consoante o numero e a espécie de novas necessidades que o contacto com o europeu foi fazendo nascer nos nativos: vestuário, melhor alimentação, calçado, uso de utensílios de mesa e de toalete, maior conforto na habitação, distrações culturais, cinema, rádio etc.; e

- c) nativos evoluídos, os que sentem já as necessidades de um pequeno-burguês europeu.

E avançava ainda na classificação dos nativos pelo modo de procura dos bens com que satisfazem as necessidades econômicas:

- a) nativos que se bastam inteiramente, em regime de economia familiar ou de povoação, pela colheita, pela cultura das terras, pela caça e pela pesca e que, portanto, não contam praticamente no mercado econômico ou, quando muito, apenas vendem o indispensável para o pagamento do imposto para a reposição de sua energia de trabalho;
- b) nativos que em parte produzem o que consomem e em parte recorrem ao mercado em procura de bens, classe que corresponde parcialmente à dos indígenas em evolução e que também compreende várias subclasses, abrangendo desde a que se basta completamente e apenas compra sal, um pouco de peixe seco, um pano ou uma enxada gentilica, até a que, sendo agricultora, tem vida abastada, comprando largamente no mercado produtos manufacturados e vendendo gêneros seus; e
- c) nativos que recorrem ao mercado para procurar todos os bens de que carecem e que são normalmente os operários, os artífices e os destribalizados.

Na seqüência do pensamento de Enes no final do século XIX, Caetano, na segunda metade do século XX, via no africano um ser inferior, mas que poderia ser útil ao branco, caso fosse dócil, adquirisse hábitos de consumo ocidentais e, sobretudo, trabalhasse, isto é, produzisse, mas com pouco, muito pouco salário, pois assim estaria contribuindo para os valores ocidentais.

## 6. A Crise da Sociedade Doméstica

O desenvolvimento da produção comercial e a degradação do sistema tradicional, durante o colonialismo, propiciaram a aceleração brutal do crescimento demográfico. Ao mesmo tempo, o êxodo rural e as múltiplas incitações ao enfraquecimento e à ruptura dos laços domésticos promoveram a ruptura das condições da reprodução dessas sociedades.

Essas variáveis jogam papel decisivo. Elas reduzem a importância relativa da força de trabalho em relação às necessidades sociais, contribuem para reduzir a superfície total consagrada aos sistemas alimentares e reduzem a duração do pousio dos terrenos e a capacidade de produção e conservação do solo. Elas enfraquecem as condições superestruturais de utilização dos meios de produção e perturbam a organização tradicional da produção.

As culturas de exportação produzidas pelos africanos nas sociedades domésticas não deram os rendimentos monetários suficientes para cobrir as necessidades sociais locais da sociedade doméstica e nem possibilitaram suprir as necessidades de consumo imediato do produtor. Isso porque seus mercados eram controlados para o aprovisionamento das cadeias agroalimentares metropolitanas e as culturas das sociedades domésticas não podiam dispor da necessária mão-de-obra, que era deslocada do sistema alimentar para as culturas de exportação.

A introdução de necessidades sociais nas populações rurais domésticas, transformando o "indígena" num "assimilado" como política colonial, visava à monetarização da sociedade doméstica, de modo a permitir a transferência de renda dessa sociedade para a capitalista colonial. As culturas para exportação usavam, assim, grande parte das terras, reduzindo a terra em pousio para os

alimentos, fator que no longo prazo tornaria insustentável a relação produção-consumo, ocasionando então uma crise do sistema de produção doméstico, impedindo-o de se reproduzir. Exigiam, as políticas coloniais, a produção de culturas de exportação e a monetarização sem, entretanto, transformar profundamente as produções domésticas, já que era exatamente na sua manutenção, ao produzir e reproduzir a força de trabalho, que se promovia a sobreexploração do trabalho africano:

*Para que a sobre-exploração do trabalho pela dupla extração da renda e da mais-valia se realize não ocasionalmente, várias condições devem ser reunidas simultaneamente na zona de emigração e no mercado capitalista de mão-de-obra. Na zona de emigração, essas condições estão ligadas à preservação integral ou parcial de uma agricultura de auto-subsistência e das relações doméstica de produção. Para este fim, é necessário que, paradoxalmente, os capitalistas evitem a extensão do capitalismo nas zonas rurais fornecedoras de mão-de-obra. (Meillassoux, 1976, p. 191)*

As culturas comerciais nas mãos dos africanos diminuem as produções alimentares e enfraquecem a organização social doméstica, não contribuindo para elevar o nível das forças produtivas, já que o fazem com processos não-assalariados e não-capitalistas. Assim, enquanto os instrumentos de produção continuaram os mesmos, a taxa de natalidade permaneceu mais ou menos igual à taxa de mortalidade, mas, com a presença dos fatores “assimiladores” (higiene, medicamentos, educação etc.), a taxa de mortalidade caía sensivelmente, ao passo que a taxa de natalidade não regredia na mesma velocidade. Com isso, ao elevar-se a taxa de crescimento, a população dobrava em espaços mais curtos, vivendo uma era de instabilidade e de migrações constantes.

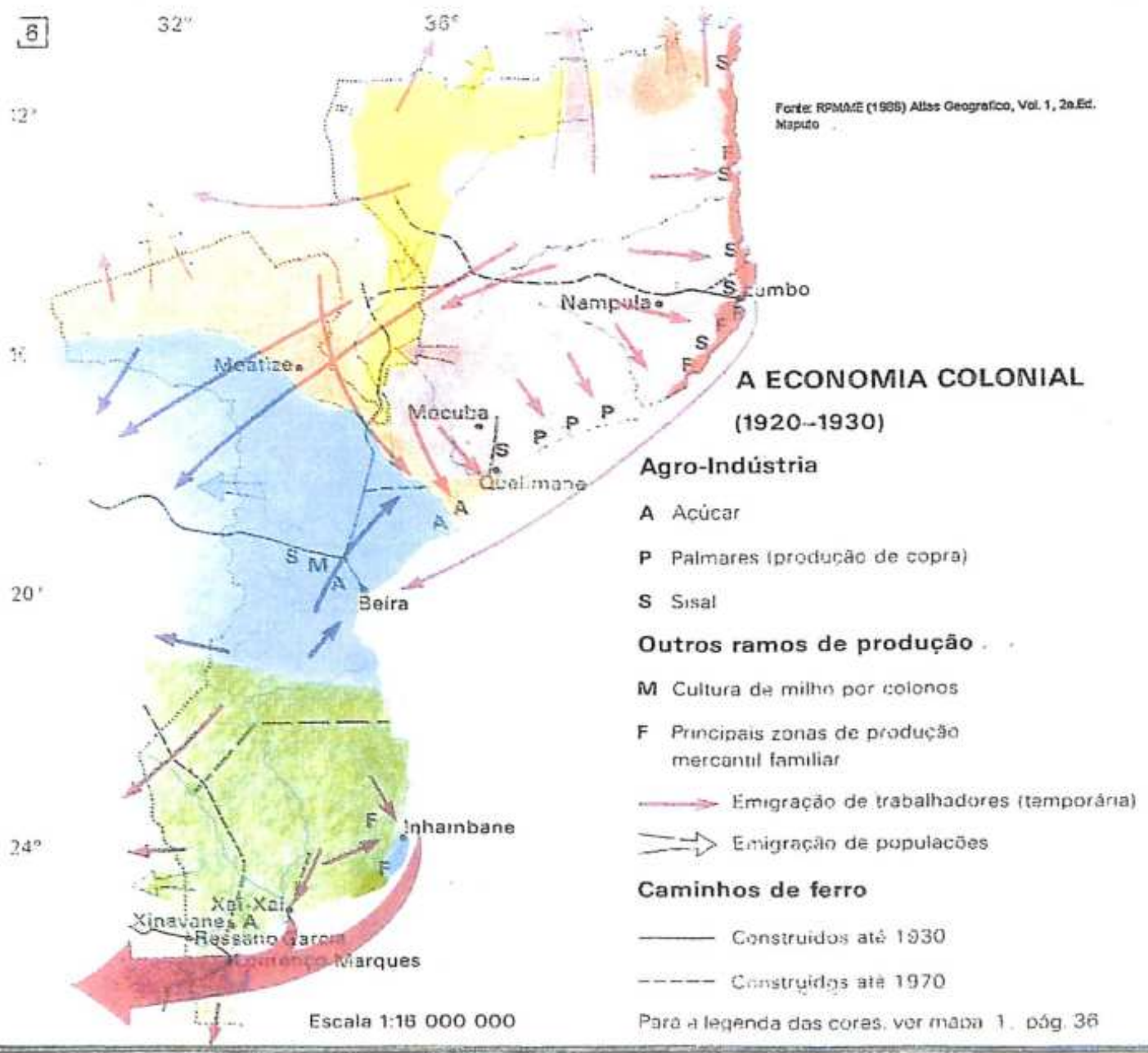
O capital utiliza unidades produtivas não-capitalistas com o objetivo de extração de uma renda extra. Viu-se, na articulação de modos de produção, que ele utiliza força de trabalho produzida na sociedade doméstica, fora, portanto, das relações

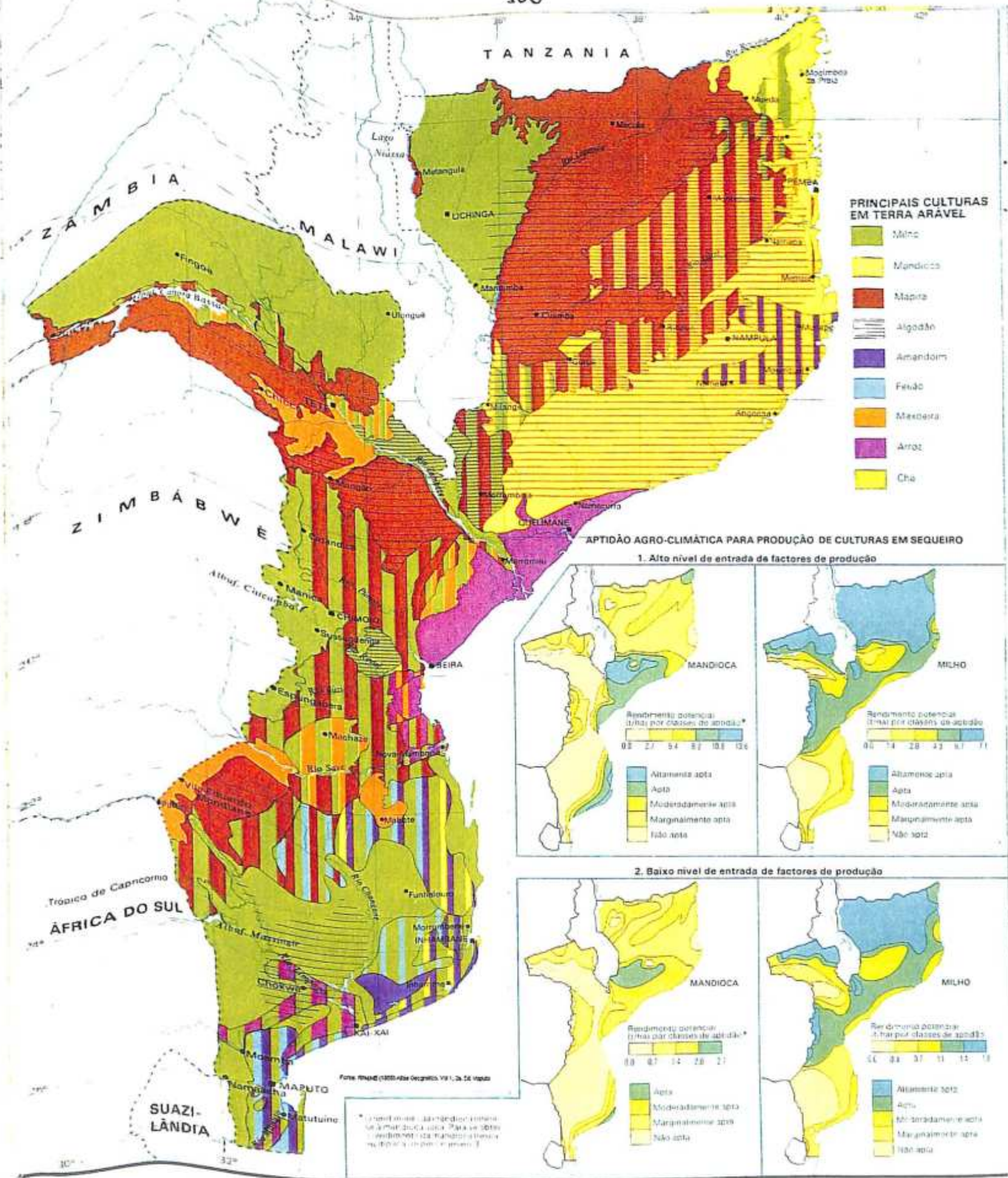
capitalistas. Com isso, as crises nas sociedades domésticas são importadas pelo capitalismo. E essas crises podem ser promovidas tanto pelas debilidades dos seus fatores estabilizadores (fatores internos), como por fatores externos, pela ação colonial. Ou seja, as ações coloniais para subjugar a sociedade doméstica a serviço do capital produz nela uma crise de reprodução a longo prazo que afetará o próprio capitalismo.

Embora a crise na sociedade doméstica não seja do capital, pois a reprodução ali é simples, a articulação de modos de produção faz com que a crise de reprodução simples reflita diretamente no processo de acumulação alargada de capital. E, estando em crise a reprodução doméstica, as margens de manobras para fazer recuar as dificuldades da acumulação capitalista, empurrando para o campo os excedentes de trabalhadores, tornam-se difíceis.

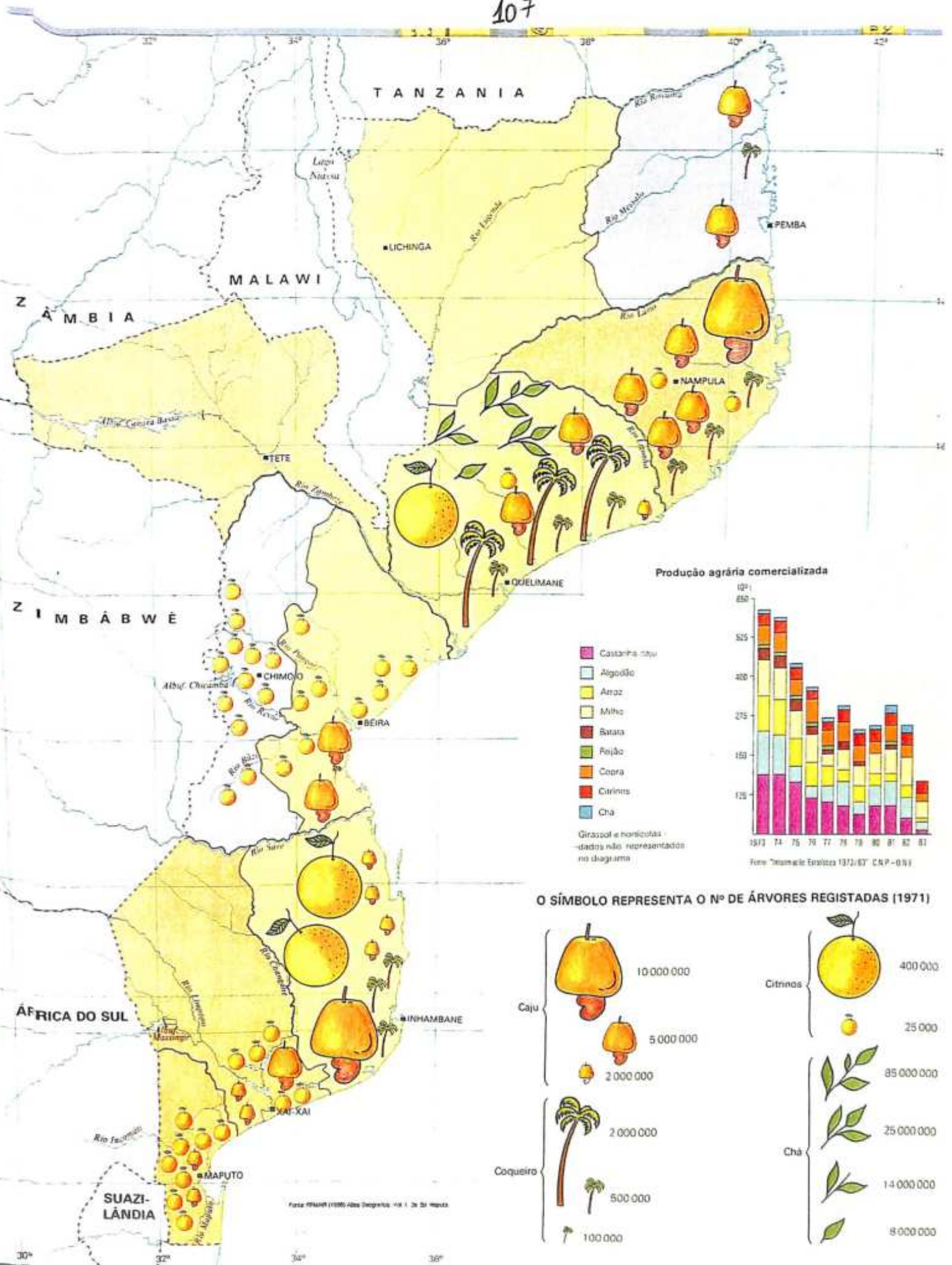
Foi, portanto, a sociedade doméstica quem suportou os avanços da acumulação de capital e do progresso colonial, chamando para si os baixos rendimentos salariais, os prejuízos causados pelas reduções de preços internacionais, os excedentes de mão-de-obra nos momentos de contração do mercado, sem arcar com os benefícios do desenvolvimento. Essa articulação, ao mesmo tempo, retirou, pouco a pouco, as forças da sociedade doméstica e, no longo prazo, afetou diretamente o processo de acumulação capitalista. Esse momento aconteceu nos anos 80, numa conjuntura política de instabilidade local, com um governo socialista, em que outras crises se sobrepuseram e a tornaram quase imperceptível frente à gravidade dessas outras.

Assim é que a crise da sociedade doméstica, o primeiro vértice da hipótese levantada, é responsável pela gravidade da situação em Moçambique.









0 60 120 180 240 300 km  
1 cm no mapa = 60 km no terreno



## CAPÍTULO 2

### A Economia Colonial de Exploração

*O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial. (Frantz Fanon)*

Neste capítulo será apresentado um quadro das principais políticas econômicas em Moçambique, do período que vai da ocupação do território – e a subjugação da população – até o início dos anos 60 do século XX, particularmente, a partir dos anos 30, “quando a incorporação de regiões periféricas ao capitalismo propiciou o surgimento de relações complexas entre esse sistema e os modos de produção anteriores” (Nunes, 2000, p. 182).

Inicialmente serão situadas, de forma resumida, as economias de Moçambique que se apresentavam no século XIX, pois, as articulações que então se constituíram perduraram no século seguinte.

#### 1. Antecedentes

A conceituação e a quantificação do excedente econômico e da acumulação devem ser entendidas (no caso dessa economia sujeita à relação colonial), com a parte significativa do excedente que é transferida para fora do território, principalmente para a Metrópole, não se acumulando internamente. Localmente, trata-se,

portanto, de um excedente potencial e não de um excedente econômico efetivo, como conceitua Baran (1972, p. 74).

Desde o século XIX que os mecanismos de acumulação existentes em Moçambique estiveram vinculados intimamente às relações com o exterior. Esses mecanismos perduraram até a Independência e constituíram três grandes blocos, que, com importâncias diferentes, se articularam (i) com a Metrópole colonial, Portugal; (ii) com os países vizinhos, particularmente com a África do Sul, e as Rodésias; e (iii) com outros países desenvolvidos do resto do mundo. Nesse quadro, o elo mais fraco deu-se justamente com a Metrópole colonial (Pereira Leite, 1989; Serra, 1991; e Fortuna, 1993), que apresentava características semiperiféricas.

No terreno econômico, constituíram-se estruturas diferenciadas, formando três grandes regiões, caracterizadas sobretudo por diferentes perfis quanto às formas de exploração da terra. Influíram também por não terem conexão entre si. O Norte, marcado pela agricultura de produção linhageira, produtora de algodão e caju, principalmente. O Centro, cuja característica tem sido a existência de grandes plantações de chá e copra. E o Sul, em cuja economia assumira importância o trabalho assalariado nas minas da África do Sul e nas *machambas*<sup>24</sup> de exportação.

### 1.1. O Comércio no Oceano Índico

A história de Moçambique está vinculada à do Oceano Índico. A dinâmica mercante, instalada desde o século XIII em toda a costa oriental africana, permitiu

---

<sup>24</sup>Unidade de produção agrícola, roça familiar, sítio ou fazenda. No caso, fazenda.

a formação de reinos afro-islâmicos fixados na Ilha de Moçambique e em Quelimane. As atividades mercantes de ouro e marfim passaram, a partir do século XVI, a ser alvo de controle pela Coroa portuguesa, cujo objetivo principal nesse período era substituir os mercadores árabes nesse comércio. O mercado de escravos só teria importância no final do século XVIII.

Segundo Rita-Ferreira (1982b), no século XVIII Portugal abandonou as restrições administrativas de comércio na região e reconheceu a sua incapacidade de controlá-la e de monopolizar o comércio. Entretanto, fixou inúmeros comerciantes indo-lusitanos, o que propiciou aumento significativo de navios estrangeiros, sobretudo indianos, em seus portos. E ainda intensificou a exportação de escravos. O tráfico de escravos conheceu diferentes momentos, mas teve seu apogeu no início do século XIX. Então, os portos ocidentais africanos fecharam-se, levando a que traficantes dos mercados brasileiro, cubano e americano se dirigissem ao Oceano Índico. Nesse quadro, os comerciantes indianos jogaram papel importante na reprodução do tráfico. Tornaram-se os principais financiadores e estabeleceram uma rede comercial baseada nos produtos indianos. Mais tarde, no início do século XX, essa mesma rede – agora sem o tráfico de escravos – tornou-se intermediária fundamental para a transição à economia de plantação (*plantation*). Os indianos penetrarão no interior do país em busca de excedentes agrícolas das produções domésticas, orientando-as para a exportação. Assim,

*foram os indianos e os povos africanos da África oriental que participaram de maneira ativa nas mudanças econômicas ocorridas com o fim do tráfico. Portugal, embora longe da mis en valeur mercante de suas possessões leste-africanas, conseguiu, na véspera do século XX, obter o acordo internacional para pôr em obra sua colonização africana moderna. Foi necessário, entretanto, esperar trinta anos para construir as estruturas que darão corpo a essa evolução. O projeto colonial português foi desenhado verdadeiramente após a emergência do “Estado Novo”. (Pereira Leite, 1989, p. 26; grifos no original)*

As regiões mais afetadas com a rede de comerciantes indianos foram as do litoral norte, do Centro e do interior do vale do Rio Zambeze.

## 1.2. Vínculos com o Capitalismo Português

Boa parte do território de Moçambique – à exceção do distrito de Moçambique<sup>25</sup> e da região ao sul do Rio Save<sup>26</sup> – foi entregue ao capital estrangeiro, sobretudo britânico. A dependência portuguesa frente ao capital britânico iria manter-se até os anos 20. Isso fez Portugal perder seu poderio no Atlântico Sul, dificultando-lhe a realização de sua vontade de restabelecer seu Império na África.

Após a Conferência de Berlim, Portugal institucionalizou em Moçambique o desenvolvimento da economia de *plantation*, orientada para o exterior e baseada em companhias de capital europeu. Cresceram, dessa maneira, as grandes sociedades para o aprovisionamento de matérias-primas fundamentais. Integraram a circulação de mercadorias mundiais, sob hegemonia do Império britânico. Portugal se encarregava de um papel de intermediação na exploração colonial, em momento de declínio e destruição do sistema livre-cambista, função que já exercera no “sistema Atlântico” (Pereira Leite, 1989, p. 31).

Com efeito, nesse período, o Estado português alienou cerca de 50% do território moçambicano, entregando a sua gestão a duas companhias majestáticas, de capital predominantemente inglês. Constituídas a partir de 1890, as companhias majestáticas eram verdadeiros “estados dentro do Estado” (Marques, 1998). O

---

<sup>25</sup> Atual Província de Nampula.

<sup>26</sup> O Rio Save corta Moçambique no sentido oeste-leste, no seu terço inferior, delimitando a região Sul do país.

reino concedia cartas de soberania para a concessão nas colônias, com amplos poderes e a longos prazos, a grupos de capital. Em Moçambique, duas ocuparam grande parte do território na virada para o século XX: a Companhia do Niassa, no Norte do país, e a Companhia de Moçambique, ao sul do Rio Zambeze e ao norte do Rio Save, que tiveram grande importância na economia colonial. Na região central, do Zambeze setentrional e meridional, estabeleceram-se, sem carta de soberania, diferentes companhias concessionárias, às quais se transmitiram grandes poderes fiscais, sendo controladas por capitais britânico, belga, francês e suíço. Das cerca de 140 concessões no território situado entre as duas companhias majestáticas (a do Niassa e a de Moçambique), 110 pertenciam ao mesmo grupo de capital. O Estado português ficou com a administração de alguns distritos no Norte-Centro (Moçambique e Zambézia) e no Sul da colônia, administrando diretamente pouco mais que um terço do território (Leroy Vail, *apud* Pereira Leite, 1989, p. 31).

Se a Companhia de Moçambique valorizou-se economicamente, no sentido de produzir riqueza para exportação, a Companhia do Niassa foi tida como exemplo de fracasso. Esse processo, se por um lado tirou de Portugal o esforço econômico de colonização, por outro, trouxe a ele benefícios econômicos. Portugal efetivamente não estava nas mesmas condições que seus parceiros coloniais, na aurora do século XX, para a valorização de suas colônias. No Norte do país, ele ficaria fora do jogo econômico da colônia Moçambique até os anos 20:

*O crescimento de Moçambique mostrou-se (...) espetacular. Até a década de 1880, a colônia da costa oriental figurava atrás de Angola, embora as suas receitas públicas houvessem aumentado mais de sete vezes desde 1839. (...) A partir de então, e até 1910, essas receitas mais do que decuplicaram, cifrando-se no dobro das de Angola à data da proclamação da República. (...) A razão principal estava na instituição das companhias majestáticas, com seus avultados pagamentos anuais ao tesouro. (Marques, 1998, p. 200; grifos do autor)*

Esses pagamentos a Portugal, além das transferências à Metrópole pelos concessionários, são partes do processo de rapina, que permitiu a acumulação fora do território no processo de “desenvolvimento” e a que esteve submetida a população moçambicana no século XX.

## 2. O Pacto Colonial

O fim da Primeira República em Portugal, com o golpe de Estado<sup>27</sup>, em 28 de maio de 1926, teve como uma de suas características permitir o abastecimento da indústria têxtil da Metrópole com o algodão oriundo das colônias. A institucionalização do cultivo obrigatório do algodão em 28 de setembro de 1926, que perdurará até os anos 50, ilustra bem o fato. Nesse período, o Império – que passaria, a partir de 1930, a designar os territórios coloniais, contrapondo-se à Metrópole – teria justificado sua existência como fornecedor de matérias-primas essenciais à indústria de Portugal. Um modelo de complementaridade Metrópole-colônias seria implantado, e o Estado Novo reivindicaria para si a gestão da economia de exportação e o controle das matérias-primas fundamentais. Assim, nacionalizaram-se as grandes companhias em Moçambique e afastou-se do controle estrangeiro a função de integração das exportações moçambicanas na circulação internacional. Entretanto, alguns produtos de exportação, como o açúcar (de importância estratégica durante todo o período colonial) e o chá, permaneceram nas mãos dos ingleses. Estes dominavam também o processo de industrialização, à jusante.

---

<sup>27</sup>O governo ditatorial estabelecido articulou-se com altos e baixos até o poder passar a Oliveira Salazar. Ministro das Finanças desde 1928, Salazar assumiu como primeiro-ministro em julho de 1932, com amplos poderes, acumulando também a pasta das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Ato Colonial é de 1930 e em 1933 foi incorporado à Constituição. O Estado Novo durou até a Revolução dos Cravos, em 1974. Com o afastamento de Salazar (por questões de saúde) em 1968, assumiu Marcelo Caetano, que promoveu pequenas modificações políticas. O Estado Novo foi marcado por um nacionalismo de direita e por forte repressão política, desenvolveu o projeto colonial e foi dirigido pela chamada União Nacional.



O algodão foi, entretanto, o responsável pelo *sucesso* econômico do período (fonte de acumulação colonial fora do território) e pelas profundas marcas que deixaria na população moçambicana, pela forma brutal de exploração que introduziu e generalizou.

O Pacto Colonial pode ser resumido como a forma específica encontrada pelo capitalismo português para transferir renda da sociedade doméstica moçambicana rumo aos proprietários do setor industrial têxtil português. Ele se deu por um conjunto de leis e procedimentos jurídicos que obrigavam, pela força, a população africana ao plantio de algodão e ao trabalho em diferentes obras de infraestrutura, como ferrovias, estradas e portos, ou ainda em outras atividades produtivas e de serviços públicos. Ao mesmo tempo, condicionava as indústrias que poderiam ser implantadas no solo africano a não concorrerem com as metropolitanas. Efetivamente, a indústria têxtil somente iria se fixar em Moçambique nos anos 60 e de maneira complementar à de Portugal (Pereira Leite, 1989, p. 87).

### **2.1. O Ato Colonial**

O projeto colonial tornou-se elemento importante da estratégia do renascimento da sociedade portuguesa no século XX, e essa “inevitabilidade histórica” alimentava a reflexão política portuguesa, ao menos desde a tomada do poder pelos liberais em 1834.

Veja-se alguns aspectos da estrutura histórica do Império português no século XX:

*se o projeto colonial de Sá Bandeira foi principalmente uma intenção política, a nova política colonial que se delineia a partir das tarifas protecionistas de 1892 tinha ancorado suas raízes nas necessidades "reais" da economia portuguesa no contexto da crise mundial do fim do século (1873-1890). (...) o projeto colonial do salazarismo não poderá ser entendido se dissociado de seu valor histórico. Certamente foram nos anos 30 que se reuniram as condições que permitiram a Portugal (...) conduzir com êxito o projeto de complementaridade econômica entre a Metrópole e suas colônias.*<sup>28</sup> (Pereira Leite, 1989, p. 181),

Entretanto, o Ato Colonial de 1930 não inspirou mudanças substanciais no pensamento conservador da segunda metade dos anos 20. Particularmente ao considerar as idéias coloniais de João Bello<sup>29</sup> e mesmo as da Primeira República (Moreira, 1951; Nogueira, 1977; e Caetano, 1951).

A Lei Orgânica de 1926 apresentou pela primeira vez o conceito de "Unidade Imperial" e representava um retorno à centralização. A legislação colonial que se seguiu não transformou, fundamentalmente, as antigas leis coloniais. Tanto a "Convenção", assinada com a África do Sul (1928), quanto o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas preservaram os traços essenciais das leis precedentes, embora tenha sido abolido (no papel) o trabalho forçado no mesmo ano. Com o Ato Colonial, de 30 de abril de 1930, a noção do "Império colonial português" foi explicitada ao nível institucional pela primeira vez, enquanto o III Congresso Colonial, na Sociedade de Geografia de Lisboa, discutia as teses da nova lei colonial. Ou seja, mudou-se mais na forma da administração central por parte da Metrópole, para que efetivamente ela assumisse o controle da exploração

<sup>28</sup>Em outra obra, Pereira Leite volta a ressaltar a importância capital dos anos 30 na consolidação da nova política imperial portuguesa: "Nos anos 30 estavam, enfim, reunidas as condições que permitiram ao Regime de Salazar assumir o Acto Colonial (Decreto 1857, 8/7/1930), e levar a bom termo a execução do plano económico traçado em 1926, execução que seria determinada pela conjugação de três factores: a situação sócio-económica da sociedade portuguesa e a inserção internacional, a crise económica mundial que se manifestava desde o fim dos anos 20 e, finalmente, a existência do Império, realidade que importava assumir" (Pereira Leite, 1991a, p. 57).

<sup>29</sup>João Bello foi ministro das Colônias no primeiro governo da ditadura nacional, que assumiu em 1926 e tinha intenções de produzir algodão em Moçambique para a Metrópole.

da colônia, do que nos aspectos respeitantes à organização do trabalho com os africanos:

*O "Ato Colonial" tratou, de um lado, de nacionalizar a economia colonial para garantir a integração no bloco económico nacional. De outro, de estabelecer a Unidade Nacional, cujo cumprimento passava inevitavelmente pela unidade económica, o que exigia uma articulação económica entre a economia metropolitana e a das colónias. "Perante outros países, nós somos simplesmente a unidade", dizia Salazar. (Moreira, 1951, p. 37.)*

Em linhas gerais o Ato Colonial buscava atingir os seus objetivos através da descentralização legislativa das colônias, da atribuição de plenos poderes aos governadores coloniais, da autonomia financeira dos territórios, da unificação administrativa de cada território, da melhor vigilância do governo sobre a administração financeira e econômica das colônias. E ainda pela implantação da solidariedade econômica imperial, isto é, a estruturação da complementaridade Portugal-colônias, orientando mais matérias-primas coloniais em direção à Metrópole e recebendo em troca produtos manufaturados metropolitanos. O Estado se incumbiria da administração e da exploração dos portos comerciais (gestão da economia dos transportes), opondo-se à intervenção dos particulares nos negócios públicos (Moreira, 1951).

O Ato Colonial trazia como novidades a supressão do regime dos altos comissários, a oposição do governo ao poder das companhias concessionárias, as modificações no sistema dos empréstimos exteriores concernentes às colônias (que proibiam financiamentos estrangeiros), o regulamento do trabalho assalariado dos indígenas (já estabelecido pelo Código de Trabalho de 1928) e a definição do princípio da autonomia financeira para o Ultramar. Fugia da concepção "autonomista" do regime anterior e propunha nacionalizar a economia das colônias, estabelecendo o princípio da Unidade Nacional, que passava

necessariamente pela unidade econômica e pela articulação entre as economias metropolitanas e coloniais. A autonomia seria, entretanto, mais suave que anteriormente, com descentralização legislativa para as colônias, atribuição de plenos poderes aos governadores e autonomia financeira aos territórios, desde que sua organização econômica estivesse condicionada pelo princípio da Unidade Nacional.

O “Ato Colonial” antecipou, assim, um conjunto de condições necessárias à estruturação do “Império”. (Santa Rita, 1936)

*O reflexo da crise de 29 nas colônias portuguesas fez antecipar, em relação à Constituição de 1933, a promulgação do “Ato Colonial”, para neutralizar os efeitos das baixas cotações das matérias-primas sobre as economias coloniais. É o que se vê no caso de Moçambique, onde a evolução do comércio exterior entre 1929 e 1931 mostra um aumento do déficit da balança comercial, que só foi controlado pelo financiamento de cerca de 1 milhão de libras-esterlinas. (Pereira Leite, 1989, p. 186)*

Os investimentos em infra-estruturas, que vinham, até então, se beneficiando da expansão econômica em Moçambique, não tiveram nenhum sucesso em neutralizar os efeitos da crise. Na época, denunciavam analistas econômicos, estava patente a fragilidade da rede comercial entre Portugal e as colônias. O escoamento moçambicano para o mercado português não representava, em 1931, mais que 10% das exportações globais da colônia, que quase se limitava a fornecer açúcar ao mercado português (Souza, 1949, p. 45). A Metrópole importava do estrangeiro os produtos existentes no Império e o Império no estrangeiro importava produtos existentes na Metrópole. “É desse modo que os efeitos da crise, alertando [a Metrópole] sobre a necessidade de estreitar os vínculos no seio do Império, suscitavam a emergência de uma tendência protecionista da política colonial” (Pereira Leite, 1989, p. 187). No contexto da crise mundial, tendo em conta a situação da economia portuguesa, o novo regime português se

preparou para aplicar nas colônias a mesma estratégia financeira que tinha sido instaurada na Metrópole. Mas a política salazarista não parou por aí. Colonizar significava organizar a exploração da força de trabalho local:

*A regulamentação do trabalho forçado provocou um processo de desagregação das populações locais, no qual também esteve presente a utilização de colaboradores africanos e mercenários. Pequenos chefes, membros das famílias reais (régulos), transformaram-se em funcionários pagos pelo Estado, em troca de sua contribuição na coleta de impostos, no recrutamento de mão-de-obra e na manutenção da "ordem pública". (Macagno, 2001, p. 81)*

A modificação das regras do trabalho forçado, conforme o espírito do decreto de 1926 de João Bello,<sup>30</sup> mudou o modo da gestão da força de trabalho nas colônias. A nova política colonial criou situação contraditória que subsistiu até os anos 60. Pelo novo código, um sistema de trabalho "voluntário" substituiu os métodos antigos de trabalho forçado. Agora ele seria organizado pelo governo, com novas formas, pois os setores industriais portugueses dependiam absolutamente da força de trabalho barata. Por essa razão, o "chibalo" não desapareceu, pelo contrário, expandiu-se e regularizou-se durante este período (Covane, 2001; Chilungo, 2001; Vail e White, 1981, p. 249; e Pereira Leite, 1989, p. 188):

*O Governo colonial fez esforços para dar condições mínimas de trabalho, assegurar o pagamento dos salários, transporte e repatriação para eliminar a indisciplina, em particular ao nível do aparelho local dos Negócios Indígenas. A partir de então a mão-de-obra Chibalo seria distribuída a empresas privadas como forma de patrocínio do Governo e em oposição ao patrocínio individual para lucro privado. (Penvenne, 1981, p. 21)*

O direcionamento da força de trabalho para as plantações moçambicanas tornou-se um negócio sensível para a administração colonial. Veja-se, por exemplo, a

---

<sup>30</sup>Decreto 12.539, de 25-10-1926 (Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique).

institucionalização do imposto que obrigava os africanos a trabalharem, além de ser um elemento importantíssimo para a monetarização das populações africanas:

*A necessidade da moeda aos indígenas é-lhe criada mediante a obrigação do pagamento do imposto. À medida que se foi firmando a ocupação efetiva dos territórios ia-se impondo aos nativos o dever de pagarem às autoridades, com destino à Fazenda Pública, um tributo sob a forma de taxa pessoal, uma capitação. Esse imposto desempenha um importantíssimo papel político e económico: em primeiro lugar, o seu pagamento é um reconhecimento da soberania portuguesa, visto os pretos terem a secular noção de que deviam ao seu senhor certas prestações patrimoniais de homenagem e submissão, correspondentes aos nossos impostos; em segundo lugar, habitua o indígena ao valor da moeda e força-o a desempenhar qualquer atividade produtiva susceptível de retribuição monetária, isto é, leva-o indiretamente a trabalhar. (Caetano, 1954, p. 103)*

No momento da Conferência Imperial de junho de 1933, Salazar estruturou um novo plano colonial: “Nós somos uma unidade jurídica e política e queremos evoluir até a unidade económica (...) com a livre circulação dos produtos” (Nogueira, 1977, v. II, p. 220-4).

As condições para colocar em prática uma nova política colonial para a África estavam reunidas na década de 30. Em 1933, a burguesia industrial portuguesa elaborou um programa de valorização da indústria nacional. A Constituição aprovada em 19 de março desse ano regulava a natureza do Ato Colonial e, no mesmo ano, foram publicadas a Lei Orgânica do Império Colonial e a Reforma Administrativa Ultramarina (*Decretos 23.228 e 23.229, de 15-11-33*). Esses textos restringiam-se a colocar em prática os princípios do Ato Colonial e a fazer avançar as decisões tomadas na Conferência Imperial. O Ato Colonial veio, assim, acompanhado de imensa atividade legislativa e de medidas práticas imediatas<sup>31</sup> que tiveram como centro a Lei Orgânica do Império Colonial e a

<sup>31</sup>Como a Feira de Amostras de 1932 dos produtos portugueses e coloniais e a Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934, para estreitar os laços económicos entre a Metrópole e o Império. Um novo papel ao Banco Nacional Ultramarino foi repensado com a nova política económica, assim como

Reforma Administrativa Ultramarina. Administrativamente, entretanto, somente alguns anos mais tarde é que as novas regras seriam aplicadas nas colônias.<sup>32</sup>

A política colonial do Estado Novo, construída durante os anos 30, não sofreria transformações sensíveis até a Segunda Guerra Mundial.

## 2.2. O Comércio no Império

Veja-se, em linhas gerais, como o sistema imperial regulamentou e disciplinou a circulação das mercadorias e dos capitais, as tarifas e o “condicionamento” industrial.

Por suas características semiperiféricas, Portugal seguiu nos anos 30 uma estratégia neomercantilista para fazer a Metrópole e o Império se sobressaírem economicamente. Visava transformar em autarquia seu projeto de nacionalismo econômico (Pereira Leite, 1989, p. 201). Os acontecimentos de 28 de maio de 1926, que desembocaram no fim da Primeira República e na constituição do Estado Novo, com a ascensão de Salazar, marcaram uma reviravolta nas relações alfandegárias entre a Metrópole e o Império. As mudanças começaram por uma reforma geral dos instrumentos tarifários do Ultramar (Decreto-Lei 12.421, de 2-10-1926). Com efeito, isso provocou a modificação das Bases Orgânicas da

---

regulamentado o regime alfandegário. Em seguida, foram criadas as Casas do Ultramar na Metrópole e as Casas da Metrópole no Ultramar (Decreto 23.445) e, mais tarde, o Decreto 23.474 abriria os mercados metropolitanos aos produtos coloniais.

<sup>32</sup>Apenas com o Decreto 27.552, de 5-3-37 (extensão, ao Ultramar, do regime corporativo), é que se estabelecem as regras concernentes ao funcionamento dos organismos de coordenação econômica nas colônias. Estes, que dependiam do Ministério das Colônias, tinham como eixo fundamental orientar a política de alguns produtos coloniais referentes aos mercados externos, conforme a estratégia de unificação do espaço econômico português. Na mesma lógica, estabelecem-se em seguida a Junta de Exportação de Algodão (Decreto 28.899, de 5-8-38), a Comissão Reguladora de Importações (Decreto 29.714, de 24-6-39) e a Junta de Exportações (Decreto 29.715, de 24-6-39), entre outras. Esses seriam os principais instrumentos de que o Estado dispôs para controlar as atividades agrícolas, comerciais e industriais.

Administração das Colônias, no que se refere ao princípio da unidade política do conjunto nacional ou, ainda, do regime da autonomia administrativa e financeira dos territórios, embora eles viessem ainda a ser objeto de melhor vigilância e maior controle da parte da Metrópole.<sup>33</sup>

No que concerne às preocupações alfandegárias, os produtos coloniais aproveitavam-se, no mercado metropolitano, de uma proteção significativa em relação às importações estrangeiras. No quadro de mudanças que eram projetadas para as tarifas do Ultramar, uma atenção particular foi trazida ao regulamento do comércio que se fazia pelas fronteiras terrestres. Essas trocas usufruíam de um sistema tarifário flexível que visava fazer face ao contrabando, particularmente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Em 1938 e 1941, Angola e Moçambique assinariam com a União Sul-Africana dois acordos comerciais (Monteiro, 1945, p. 172-86).

Nesse processo, as nomenclaturas alfandegárias do Império foram uniformizadas e estabelecida uma tarifa de importação única para todas as colônias que durou até 1941. Então começou nova fase das relações alfandegárias entre a Metrópole e o Ultramar que, apesar do respeito à essência da Carta Orgânica, se caracterizou pelo abrandamento do sistema tarifário (Reforma Aduaneira do Ultramar, em 15-1-1941). Entretanto, continuou o princípio da proteção nacional dominando a lógica alfandegária. O sistema colonial montou-se sobre a mobilidade das mercadorias e, portanto, estruturou uma lógica para o sistema alfandegário. Efetivamente, o Estado Novo não mudou o regime alfandegário estabelecido em 1926 nas Bases Orgânicas da Administração Colonial (Decreto 12.421, de 2-10-

---

<sup>33</sup>Contrariamente ao que se tinha passado até então, as novas regras foram estabelecidas para cada colônia, sendo a de Moçambique estabelecida em 27-12-1927, sendo que a regulação mercantil obedecia às normas estabelecidas pelo Decreto 31.105, de 15-11-1941, o Estatuto Orgânico das Alfândegas Coloniais (Pereira Leite, 1989, p. 201).



1926), que regularam a circulação das mercadorias no interior do Império até o início da década de 50. As legislações desse período prescreviam que as mercadorias de origem nacional importadas pela colônia ou pela Metrópole se beneficiariam de uma redução de 50%, nos direitos instituídos pelas tarifas mínimas em vigor.

A rede mercantil entre as colônias e Portugal, de 1934 a 1936, apresentavam condições que estavam longe de representar a “unidade imperial” desejada pelo governo português:

*(...) as colônias vendem à Metrópole 29,8% de suas exportações anuais e mandam o resto para o estrangeiro. Além disso, os produtos portugueses representam somente 22,19% das importações coloniais que, por sua vez, dependem sobretudo das entregas estrangeiras. (...) é necessário observar que, entre 1927/1932, o têxtil metropolitano não chega a ultrapassar os 17% das importações dos tecidos coloniais. Em efeito, pareceria que nem a reciprocidade alfandegária entre a Metrópole e as colônias, nem as tarifas protecionistas tinham jogado a favor da unidade econômica do Império. Porque, se, de um lado, os produtos estrangeiros dominavam as importações coloniais, de outro, as receitas alfandegárias decrescem na medida em que os produtos metropolitanos se impunham nos mercados coloniais. (Pereira Leite, 1989, p. 204)*

Em 1936, o comércio da Metrópole com o Império representava 10,1% das importações metropolitanas e 9,92% de suas exportações, mas passou a atingir 12,34% nas duas direções, em 1940. Foi nesse sentido que progrediram os laços econômicos no Império (Souza, 1949, p. 43-52).

A Metrópole comprava no estrangeiro matérias-primas (oleaginosas, algodão, arroz, tabaco etc.) que existiam no Império e era evidente a dependência de Moçambique com respeito aos mercados estrangeiros. Em 1930, Angola importava da Metrópole cerca de 95 mil contos e do estrangeiro 150 mil; Moçambique importava produtos metropolitanos por um valor de 75 mil contos,

enquanto aqueles vindos do estrangeiro alcançavam, na mesma época, 432 mil contos (Souza, 1949, p. 48-9). No momento em que os países buscavam se isolar para melhor se defenderem dos efeitos da crise, Portugal e seu Império estavam estruturalmente dependentes do mercado internacional. Os efeitos dessa situação de crise empurrariam Portugal para a formulação de uma política de reforço de sua unidade econômica imperial.

Em consequência, no começo da Segunda Guerra Mundial, os laços comerciais de Portugal com suas colônias tinham mudado muito em relação ao começo dos anos 30:

*Desse modo, se, em 1930, Portugal absorvia 39,5% das exportações angolanas, em 1940 esta taxa era de 63,23%. Ao mesmo tempo, a colônia moçambicana do leste da África importava cada vez mais da Metrópole. As importações chegavam a 37,4% das importações globais em 1930 e a 47,6% em 1935. No que se refere a Moçambique, as importações de origem portuguesa registraram uma evolução entre 1931 e 1937, passando de 15,75% a 27,3%. (Pereira Leite, 1989, p. 206.)*

Alguns autores acreditam que foi auspicioso na época, para Portugal, ter conseguido o reforço do comércio com o Império. Segundo eles, a política econômica salazarista foi coroada de sucesso, pois “tornou [o Império português] auto-suficiente em algodão, roupas de algodão, açúcar, chá, óleos vegetais, café e arroz” (Newitt, 1981, p. 191-3). Ou seja, o *sucesso* foi ter feito as colônias produzirem para a Metrópole e transferirem renda para lá.

### **2.3. A Circulação de Capital**

A partir de 1930, foi ponto central da política econômica de Portugal assegurar e controlar a circulação de capitais no Império no sentido da nacionalização e

integração das atividades e dos capitais.<sup>34</sup> Para tal, o Estado passou a exercer um controle sobre as finanças das colônias, instituindo o Fundo Cambial, por meio do qual a gestão dependia de um conselho. Buscava garantir o equilíbrio do Balanço de Pagamentos. Esse sistema, surgido no contexto da crise econômica, visava obter saldo positivo nas transferências de capitais e restringia as importações em cada território (Oliveira, 1961b e 1961c). Em 1932, regularam-se as trocas internacionais para Moçambique, pelo Decreto 21.154, de 22 de abril, que vão estar em vigência até os anos 60. Nesse sistema, no segundo ano de funcionamento do Fundo Cambial, as trocas já se equilibraram.

Sobre a mobilidade dos capitais no interior do Império, apesar de não existirem regras precisas em torno da permissão ou da proibição da saída dos capitais das colônias, Moçambique seguiu sempre uma política liberal nesse domínio, contrariamente a Angola, onde a exportação do capital realizado internamente era proibida e regulamentada.<sup>35</sup>

Os capitais estrangeiros circulavam muito mais facilmente nas colônias do que na Metrópole, já que a lei da nacionalização dos capitais (Lei 1.994, de 13-4-1943) aplicada na Metrópole nunca foi para as colônias (Oliveira, 1961a, p. 18 e ss). Não houve, assim, exceto nos casos onde o ministro do Ultramar podia legislar especificamente, nenhuma restrição legal para a criação de empresas industriais estrangeiras. Entretanto, a lei impunha limitações aos investimentos do exterior,<sup>36</sup> estabelecendo que a implantação de indústria nas colônias com capital estrangeiro majoritário dependia da aprovação do ministro das Colônias e da opinião

---

<sup>34</sup>Como evidencia a Lei Orgânica do Império Colonial, de 1933.

<sup>35</sup>A legislação monetária era específica a cada colônia. Em Angola, pelos Decretos 19.773, de 27-5-1931, e 20.694, de 31-12-1931 estabeleciam-se o regime de transferência e as regras do Conselho e do Fundo Cambial. Para Moçambique, as regras de trocas internacionais eram regulamentadas pelo Decreto 21.154, de 22-4-1932, que durou até os anos 50.

<sup>36</sup>Conforme o Decreto 26.509, de 11-4-1936, sobre o "condicionamento industrial" no Ultramar.

favorável do Conselho do Império Colonial. Além disso, a legislação reduzia a ação dos capitais estrangeiros (Decreto 28.288, de 24-11-1937), embora permitisse a instalação da indústria têxtil algodoeira nas colônias, desde que levados em consideração os interesses nacionais (Decreto-Lei 33.924, de 5-9-1944). A política colonial portuguesa se preparou, desde muito cedo, para expandir o têxtil metropolitano aos territórios coloniais. O que leva Pereira Leite a pensar que a origem da dinâmica que conduziria, mais tarde, a ultrapassar o Pacto Colonial já vem dessa data. Ou seja, desde essa época, já havia grupos econômicos interessados no processo de valorização da colônia.

O pós-guerra exigiu da política colonial portuguesa certa abertura ao capital estrangeiro (Decreto-Lei 34.643, de 1-6-1945), estabelecendo novas condições e tornando mais fácil a penetração desses capitais (Correia, 1965, p. 9). Finalmente, a mobilização dos capitais entre os espaços econômicos também foi influenciada pelo sistema fiscal. Os impostos referentes a Moçambique e Angola, de um modo geral, foram favoráveis à realização de investimentos, conforme atesta o conjunto das normas jurídicas publicadas na época.

#### **2.4. O Pacto Colonial e o Condicionamento Industrial**

*A História da industrialização em Moçambique é inseparável do processo que, no contexto da colonização portuguesa do século XX, conduziu à formação e reprodução da economia de exportação naquele território leste-africano. Nesse sentido, a dinâmica industrial seria responsável pela transformação tanto dos produtos do Pacto Colonial (algodão e açúcar) como daqueles que se destinavam ao mercado internacional (chá, sisal, amêndoa de caju, óleos e bagaços vegetais). Por outro lado, e respondendo à lógica de constituição e alargamento do mercado interno, instalavam-se unidades de transformação orientadas para a satisfação do consumo da colônia. (Pereira Leite, 1993a, p. 53)*

A questão da industrialização das colônias portuguesas<sup>37</sup> passou a ser considerada efetivamente com a Primeira República, que regulou a concessão dos “exclusivos industriais” nas colônias (Decreto 985, de 28-10-1914). Tratava-se de estimular a fixação de unidades industriais para a transformação de matérias-primas locais ou de transformar produtos importados, desde que empregassem força de trabalho, ou seja, que criassem empregos.

A decisão de instalar nas colônias indústrias em atividades na Metrópole (sobretudo as grandes exportadoras para as colônias) estava vinculada ao estímulo da indústria na Metrópole e dependia da opinião favorável do governo central, que, por sua vez, seguia a opinião dos industriais metropolitanos. Para outros ramos industriais, as concessões dos “exclusivos” eram mais descentralizadas e dependiam de autorização do governo da colônia. A partir daí, surgirão, em Moçambique, indústrias para as culturas de exportação e pequenas unidades de transformação orientadas para o consumo interno. É de 1909 a regulamentação das atividades mineiras do Ultramar.

O princípio da “unidade econômica imperial” somente fará parte do pensamento colonial português com o Pacto Colonial, isto é, após a queda da Primeira República. Com ele, o Estado Novo definiu uma nova relação entre Portugal e Moçambique, através da institucionalização do algodão no Ultramar (Decreto 11.994, de 28-9-1926). O abastecimento da indústria têxtil metropolitana com matérias-primas moçambicanas – complementaridade econômica – foi um dos motivos fundamentais da definição da estratégia colonial.

---

<sup>37</sup>É de 1887 o primeiro projeto de lei referente ao regulamento das indústrias nas colônias.

Ou seja, a Lei do Condicionamento Industrial (Decreto-Lei 26.509 de 11-4-1936), aplicada pelo Estado Novo, orientava-se pelo espírito do Pacto Colonial, que estava em harmonia com os projetos de industrialização em Portugal. Abastecendo-se de matérias-primas coloniais, a indústria portuguesa encontrava nas próprias colônias um mercado protegido para os seus produtos manufaturados. Assim, a industrialização das colônias não poderia ultrapassar certos limites de produtividade e de volume impostos pelo mercado interno:

*Apesar da inevitabilidade de uma certa industrialização das colônias (particularmente a implantação das agroindústrias, que seguiam a lógica das economias de plantação, e uma frágil atividade industrial voltada ao mercado interno), a preocupação dominante da política portuguesa perante o Ultramar era de valorização – no que diz respeito ao benefício da indústria metropolitana. (Pereira Leite, 1989, p. 218.)*

Em outras palavras, a “valorização” de Portugal contava com produtos não-valorizados em Moçambique. A legislação algodoeira colonial foi extremamente eficiente para atingir seus objetivos. As colônias, que antes de 1939 se limitavam a fornecer 25% das matérias-primas necessárias à indústria metropolitana, conseguiram abastecer plenamente o têxtil português em apenas quatro anos. Alguns anos mais tarde, em 1944, a indústria têxtil algodoeira foi deslocada para as colônias. Com a renovação do equipamento têxtil metropolitano, o Ultramar recebeu a tecnologia que não estava mais adaptada às condições de produtividade da indústria portuguesa. É, desse modo, que se instalaram em Moçambique usinas de fiação e tecelagem de algodão. Esse movimento de transferência estava, todavia, controlado, já que proibia a fixação das indústrias suscetíveis de fazer concorrência às unidades metropolitanas. O mesmo decreto protegia a instalação das unidades têxteis cuja produção se destinasse ao consumo local moçambicano (“indígena”, no dizer do decreto).

O Decreto-Lei 33.924, de 1944, embora tenha se restringido a regulamentar a transferência do têxtil metropolitano, esteve na origem da definição de uma estratégia global de industrialização para as colônias, fazendo ressurgir idéias industrializantes e, conseqüentemente, enfraquecendo a lógica do Pacto Colonial. É importante verificar-se alguns comentários sobre a lógica que dominou a arrancada industrial nas colônias, até os anos 50, regidas ainda segundo o Regulamento do Condicionamento Industrial para o Ultramar, de 1936 (Monteiro, 1954, *apud* Pereira Leite, 1989, p. 279)

O Condicionamento Industrial protegia em Portugal a instalação das indústrias de transformação de matérias-primas originárias das colônias, e cuja produção escoava internamente ou para o estrangeiro. É dessa forma que surgiram nas colônias unidades de produção a jusante do setor agrícola, das atividades de pecuária e do setor mineiro (Pereira Leite, 1989, p. 279). Pode-se dividir essas cadeias produtivas em dois grupos principais: de um lado estavam as atividades que se instalavam de maneira complementar ao setor primário, para preparar ou embalar os seus produtos – normalmente matérias-primas ou produtos alimentares. Tais unidades se instalavam perto dos lugares de produção desses produtos, constituindo complexos de produção. Tratava-se, pois, de uma indústria articulada com a lógica da “economia de plantação”. Nesse caso, tinha-se a indústria do açúcar, do álcool, do desçaroçamento do algodão, da madeira, moinhos de farinha de milho, fábricas de sisal e as atividades extrativas – mineiras e marítimas. Em geral, essas atividades escoavam suas produções para os mercados externos. De outro, situavam-se as unidades encarregadas da transformação total ou parcial das matérias-primas. Eram atividades orientadas para o consumo interno e para consumo do mercado colonial, como é o caso da borracha, do cimento, da cerveja, da indústria do peixe, da metalurgia, da moagem dos cereais, das fabricas

de sabão, de tecidos, de tabaco, entre outras. As indústrias de transformação encontravam seus escoamentos internamente.

## 2.5. A Importância do Algodão

A importância do algodão nos três últimos séculos para a indústria e para o comércio mundial é sobejamente conhecida. Para Moçambique, ele é importante porque foi com essa fibra que o país ingressou na periferia da economia-mundo. O Decreto 11.994, publicado em 30-7-1926, abriu as portas para a intensificação da cultura algodoeira em Moçambique, dez anos depois de outras potências o terem feito e quando o *boom* das cotações internacionais, durante e após a Primeira Guerra Mundial, estava já em decréscimo.

Assim, o regime de cultura do algodão, iniciado em 1926 e que durou até a mudança da legislação em 1961,

*consistia fundamentalmente no estabelecimento de zonas em que os respectivos concessionários tinham o exclusivo da compra, descaroçamento e comercialização do algodão produzido pelos indígenas. A produção era, assim, confiada integralmente aos camponeses, cabendo aos concessionários a sua comercialização e, com o apoio das autoridades administrativas, o "fomento da cultura do algodão entre os indígenas". (Serra, 1991, p. 309)*

A partir do Congresso Internacional de Agricultura de 1914, a África emerge como possível grande fornecedora da matéria-prima e futura substituta dos Estados Unidos para a indústria de Lancashire, na Inglaterra (Hutton, 1904, p. 35).

O algodão liderava o potencial industrial da Inglaterra desde a parte final do século XIX. A superioridade inglesa se fazia sentir porque o desenvolvimento



têxtil do continente europeu se encontrava bem atrás do alcançado pelo Reino Unido, o que pode ser explicado

*pela maior rarefação das unidades industriais, extremamente disseminadas no espaço rural, a inovação tecnológica aplicada sobretudo à manufatura dos lanifícios e a existência de fábricas e oficinas de menor dimensão média, pior equipadas e menos eficientes. (Deane, 1969, p. 90-92)*

A enorme superioridade inglesa se configurava no maior número de fusos instalados (de fiação industrial) e no volume global de matéria-prima consumida, em comparação com os restantes países europeus. A Inglaterra conseguiu conservar uma taxa positiva, e relativamente elevada, de crescimento da indústria têxtil de algodão, mesmo nos períodos de mais acentuada contração econômica (1861-1867). No entanto, a concentração de capital algodoeiro nas mãos dos ingleses traduziu-se, com o tempo, em amortecimento da eficácia econômica devido ao descaso que o empresário e o comerciante ingleses passaram a dar aos negócios. Eles se entregaram aos caprichos do bem-estar, sem perceber a necessidade de investir ou trabalhar muito, acreditando-se livres do espectro do empobrecimento e do ostracismo social, como afirma Hobsbawm (1981, p. 81 e ss). Efetivamente, o período apontava um ponto de inflexão da indústria têxtil para a indústria metalúrgica, deixando aquela de ser uma indústria de ponta para ser um setor tradicional, na conceituação econômica.

Nessa linha, os meios empresariais algodoeiros da Inglaterra, antes inventivos e audaciosos, mostravam-se desleixados com a promoção de seu produto, negligenciando a pesquisa e a ciência aplicadas. Retardavam a adoção das mais recentes técnicas e métodos produtivos e conduziam seus negócios sem entusiasmo:

*É nisto que reside o caráter tolerado da despromoção [da indústria têxtil] (...). Mais do que o fato de terem sido suplantados no domínio que tinha sido o seu exclusivo monopólio – o domínio da inovação técnica –, o comportamento rotineiro dos empresários algodoeiros redundou na perda gradual e relativa de produtividade e, assim, de competitividade internacional. (Fortuna, 1993, p. 56)*

Com a indústria têxtil inglesa sendo despromovida, ela é, na nova divisão internacional do trabalho, deslocada para Portugal. Assim, Moçambique como produtor de matéria-prima – o algodão –, se restabelece como periférico ao sistema-mundo, por imposição externa. E, pela necessidade que Portugal tem de se dedicar à indústria têxtil, torna-se o principal fornecedor de algodão para a indústria portuguesa.

Depois da Segunda Guerra Mundial, portugueses agricultores migraram para o Sul de Moçambique, onde se voltaram à cultura do algodão, amargando sérios prejuízos, pelo fato de essa região não ser apropriada para esse tipo de cultura. A região Norte oferecia melhores condições agrícolas e lá a mão-de-obra não seria tão disputada como no Sul, onde os trabalhadores – obrigados ou impulsionados ao assalariamento – preferiam trabalhar nas minas sul-africanas.

O africano não apresentava interesse maior pelo trabalho agrícola em culturas de exportação como o chá, a cana-de-açúcar e, principalmente, o algodão. Eram produtos estranhos à sua cultura e destinados para fora de sua sociedade, em mercados que desconheciam:

*Primeiramente, porque elas entravam em concorrência com sua produção de alimentos, em que a mercantilização era somente marginal; em seguida, se fosse para vender a sua força de trabalho, eles preferiam fazê-lo nas minas sul-africanas ou nas plantações do Transvaal, onde os salários eram bem superiores aos da agricultura local. Acrescentemos que, mesmo para Portugal, o recrutamento de seus indígenas pela África do Sul era muito importante, pois representava sua principal fonte de receitas, fator de antagonismo entre os agricultores europeus e os interesses do Estado. (Nunes, 2000, p. 209)*

A preocupação com a qualidade do algodão já era antiga. Em dezembro de 1924, as autoridades portuguesas contataram oficialmente o consulado americano em Lourenço Marques sobre a disponibilidade de técnicos qualificados para diagnosticar as condições oferecidas pela colônia. James A. Evans, consultor escolhido, informou que, na sua opinião,

*a Colônia Portuguesa não seria jamais um produtor algodoeiro de primeira linha no plano internacional. Esta avaliação do técnico resultava do reconhecimento dos efeitos perversos para a cultura provocados pela irregularidade das chuvas em Moçambique e, sobretudo, pelas moléstias do casulo de planta, disseminadas um pouco por toda à parte e de controle difícil. Os resultados algodoeiros em Moçambique, tanto os imediatos como os de médio prazo, seriam, pois, prejudicados sem remédio. (Fortuna, 1993, p. 107)*

Dada a baixa qualidade do algodão, James Evans sugeria que se abandonassem os campos cultivados do Sul e se deslocassem a cultura e os respectivos agricultores para o Norte de Moçambique (Zambézia, Quelimane e o distrito de Moçambique). Além disso, seria necessário o recrutamento de trabalhadores moçambicanos sob um regime de exploração familiar (Evans, 1928).

Tais sugestões provocaram grande desalento entre os cultivadores brancos e para os interesses têxteis metropolitanos. Às suas previsões, acrescentou-se o efeito desmotivador da conjuntura econômica internacional, assinalada pela tendência deflacionária do mercado algodoeiro de finais da década de 20. Dessa forma, os campos de algodão recentemente desbravados foram gradualmente abandonados, de tal modo que, aos poucos, as empresas algodoeiras coloniais passaram a acumular dívidas e se descapitalizaram rapidamente.

Assim, no final da década de 20, no que se refere à submissão colonial de Moçambique, a grande questão do Estado continuava a ser a de forjar um

mercado de trabalho com africanos numa região onde o recrutamento para a África do Sul era a principal fonte de renda.

Nesse contexto, a produção de “algodão branco”, produzido por colonos portugueses no Sul de Moçambique, deixou de ser feita e iniciou-se a produção do “algodão negro” (na metáfora de Fortuna), produzido por africanos no Norte do país, que representou um dos episódios mais tristes da história de Moçambique. A partir de 1926, a legislação favoreceu o crescimento da produção do algodão nas comunidades domésticas (o “algodão negro”), sendo a mais importante dessas leis a que tornou a cultura obrigatória. Na mesma linha, o uso de meios coercitivos sobre essa mão-de-obra passou a ser o expediente principal do boom algodoeiro, que Moçambique registrou em plena Segunda Guerra Mundial, quando, a partir de 1941 e sob novo impulso, passou a liderar o conjunto dos produtos de exportação moçambicano.<sup>38</sup>

Em Moçambique, o algodão foi fator importante “na caracterização do caminho do país para o subdesenvolvimento” (Nunes, 2000, p. 210). Isso se justifica no fato de uma parte da população ser obrigada a produzir algodão e vendê-lo a preço irrisório. O produto se tornou periférico no quadro tecnológico da Segunda Revolução Industrial.

Importa enfatizar ainda, o fato de o processo produtivo adotado negligenciar a introdução de tecnologias modernas, baseando-se fundamentalmente na imposição extra-econômica – isto é, pela força –, e fazer recair sobre o africano os riscos da produção.

---

<sup>38</sup>Nesse ano, as exportações de algodão moçambicano respondiam por 51% do valor total das exportações da colônia, relegando duradouramente para segundo plano produtos tradicionais como o açúcar (Fortuna, 1993, p. 112).

Dessa forma, a indústria têxtil metropolitana conseguiu, finalmente, retirar os benefícios por que ansiara e, à medida que monopolizava a importação desse algodão moçambicano, Portugal reduzia a sua dependência dos fornecimentos estrangeiros de matéria-prima:

*De fato, a forma como em Portugal se fixavam os preços deste produto era exatamente a inversa da que ocorre quando é o mercado a fixá-lo: depois de ouvidos os industriais portugueses era fixado administrativamente o preço a pagar pela indústria nacional [portuguesa]. O preço pago aos cultivadores era fixado depois de serem deduzidos àquele preço inicial todos os restantes encargos intermediários (desçaroçamento, transportes e demais despesas e lucros das empresas concessionárias e restantes intervenientes). (Serra, 1991, p. 312)*

Enfim, o algodão colonial era pago a preços inferiores aos do mercado internacional e essa diferença forma a base de um enorme volume de economia de recursos por parte de Portugal, correspondendo a uma acumulação que Moçambique não fez e que foi transferida para a Metrópole colonial:

*A restrição extra-econômica é a única explicação para o aumento da produção da fibra durante anos, pois os rendimentos que os agricultores obtinham eram 75% inferiores aos que os trabalhadores poderiam retirar das minas e inferiores aos rendimentos dos agricultores de algodão dos países vizinhos. (Nunes, 2000, p. 211)*

Essa situação traduz a forma pela qual Moçambique contribuiu para consolidar a condição semiperiférica portuguesa nos meados do século XX, sendo o melhor exemplo de afastamento controlado da economia-mundo, durante o salazarismo, com resultados excepcionais.

Em síntese, foi na mobilização e coação do trabalho, na proteção estatal do capital e no Estado colonial, autoritário, que se assentou e manteve até 1961 o regime algodoeiro colonial de Moçambique. Tratou-se de uma constituição

demorada, eivada de conflitos e hesitações, como não poderia deixar de ser a imposição a milhares de famílias africanas de uma atividade produtiva capitalista nova,

*embora já em fase de despromoção, num território em vias de incorporação na economia-mundo, um processo conduzido em grande parte para obter os auspícios de um Estado colonial semiperiférico e de um capital ansioso por obter elevados lucros, de preferência, fáceis e rápidos, mas mal preparado e organizado e, acima de tudo, sem estratégia de atuação a longo prazo. (Fortuna, 1993, p. 120)*

No contexto específico das relações entre Portugal e Moçambique, a história do algodão permite identificar, segundo Fortuna, duas fases: uma heróica e outra trágica. Na fase heróica, o algodão contribuiu para que Portugal não visse agravada a sua precária condição semiperiférica da primeira metade do século XX, auxiliando a incorporação, ainda que parcial, de Moçambique na economia-mundo. Na fase trágica, entendida a partir do pós-guerra, fica evidente que o algodão não contribuiu para a melhoria da posição estrutural de Portugal e, ao mesmo tempo, conduziu Moçambique a uma irremediável condição de periferia mundial profunda.

Por isso tudo é que o cultivo do algodão foi essencial para a submissão de Moçambique à dominação colonial portuguesa. A adoção dessa atividade propiciou transformações sociopolíticas que “potenciaram, em um primeiro momento, a incorporação, ainda que parcial, e depois, a periferização do território nas redes da economia e do sistema-mundo” (Fortuna, 1993, p. 170). Nesse sentido, os resultados da cultura do algodão em Moçambique podem ser comparados com a emigração para as minas e plantações vizinhas, que teve importância na instauração de uma relação salarial no país e para a subincorporação de Moçambique no contexto sociopolítico da África Austral.

No período entre-guerras, o algodão deixou de ser um produto exótico e de luxo, passando a ser considerado um produto agrícola fundamental vulgarizado na colônia. Em termos geográficos, a cultura começou a estender-se para o Norte, atraindo um grande volume de capital português sob proteção do Estado. A transformação da colônia, com a introdução do algodão, tornou-se patente na posição preponderante que o produto passou a ocupar entre as exportações moçambicanas a partir da década de 40.

O algodão atingiu sua maturidade, em Moçambique, quando seu preço no mercado internacional foi reduzido. Na verdade, a situação de exploração se evidenciou com mais força pela extorsão sistemática de parte das receitas dos produtores, independentemente das oscilações dos preços mundiais do algodão. Com esse procedimento, Portugal se tornou cada vez mais autônomo do mercado algodoeiro mundial, protegendo-se das oscilações da economia-mundo, ao fazer recair sobre as economias familiares dos produtores diretos moçambicanos os seus efeitos mais negativos.

Em síntese, embora a cultura de algodão demandasse muito trabalho, o fato de estar nas mãos de um capital pouco dinâmico, avesso a riscos e com uma estratégia empresarial imediatista, contrário à mecanização e à industrialização, provocou uma integração de mão-de-obra parcial e incompleta, traduzindo-se em baixa remuneração<sup>39</sup>. Isso dificultava o alargamento do mercado colonial. Nesse contexto, o *princípio do mercado*, elemento essencial de uma total incorporação

---

<sup>39</sup>O rendimento salarial médio dos operários e empregados era o mais baixo de toda a indústria transformadora, enquanto a sua participação individual no PNB ocupava a sexta posição, indicando baixos índices globais de produtividade. O baixo nível salarial médio do setor está ligado à natureza pluriativa e artesanal de sua mão-de-obra, decorrente da persistência das estruturas sociais rurais e da agricultura familiar, de que a têxtil algodoeira é um bom exemplo. (Rosas, 1953, *apud* Fortuna, 1993, p. 174.)

da mão-de-obra na economia-mundo, foi adiado. No caso de Moçambique, a população rural foi forçada a cultivar algodão, amargando todos os prejuízos.

*A decisão do Estado de intervir directamente no cultivo do algodão marcou uma nova fase na economia política colonial para as áreas rurais. A intervenção estatal, consistindo basicamente na orientação da resposta que os camponeses deviam dar à revolução nos transportes, transformou radicalmente a vida social e económica no campo. Durante mais de uma década (de meados dos anos 30 até finais da década de 40), o Estado colonial viu na coação o único meio eficaz de levar os camponeses a produzir algodão. Basta dizer que esta intervenção, principalmente em termos de controle e supervisão do processo laboral, cerceava e afectava muitas vezes negativamente a relativa autonomia dos camponeses, em especial na tomada de decisões ao nível dos seus agregados familiares. Já não podiam dedicar todo o seu tempo e esforço ao cultivo de produtos por si escolhidos. O algodão e, posteriormente, o arroz eram os produtos que os camponeses tinham que produzir a qualquer custo.*

*A exploração coercitiva da mão-de-obra camponesa e o comportamento económico centralmente planificado de massas de camponeses anulavam praticamente quaisquer benefícios trazidos pela melhoria dos transportes. Os camponeses deviam pagar os impostos apenas com os rendimentos do algodão. Estava claramente vedada a obtenção de lucros [aos africanos] a partir de outros produtos de rendimento para além do algodão. Como um governador interino da antiga província colonial do Niassa afirmava categoricamente, o critério primordial para arranjar homens fisicamente aptos para a construção do caminho de ferro em Erati, Ribáuè e Amaramba era saber se tinham ou não capacidade para pagar os impostos. Ele declarava enfaticamente que o dinheiro para os impostos tinha que vir apenas da venda do algodão, pois "não se contabilizava o rendimento obtido com a venda do amendoim". (Chilungo, 2001, p. 272)*

A posição de Portugal foi determinada por dois fatores: de um lado, o baixo preço da matéria-prima colonial em termos de mercado internacional, que permitiu reduzir-se as despesas com as importações estrangeiras e estimular-se o crescimento da indústria; de outro, o papel tutelar do Estado, cujo protecionismo económico, em longo prazo, acabou por se revelar perverso, criando atitudes empresariais imobilistas.

O modelo português de industrialização têxtil, entre as décadas de 30 e 60, se caracterizou pela combinação de três fatores (Fortuna, 1993, p. 174):



- 1) a relação simbiótica da fábrica com as estruturas rurais e familiares, associada a uma mão-de-obra submissa;
- 2) a subalternização da lógica de funcionamento da economia-mundo e a correspondente preferência atribuída às relações comerciais coloniais; e
- 3) a centralidade macro-econômica do Estado como corolário de um capital pouco dinâmico.

A fase de expansão econômica portuguesa posterior a 1945 e até a entrada nos anos 60 se deu na condição de um país importador de matéria-prima colonial de qualidade duvidosa, ou seja, um país de feição têxtil especializado numa atividade econômica mundialmente desvalorizada. Exportador têxtil, sim, mas de um produto semiacabado e intermediário.

Nessa fase pós-45, Portugal foi prejudicado pela reformulação dos padrões de negociação internacional, que, mais seletivo, passou a privilegiar os níveis crescentes de variedade e qualidade do produto final. Tal desfavorecia o produto português, notadamente de qualidade inferior.

Na mesma linha, a inserção tardia de Portugal no novo mercado europeu e internacional deveu-se, em primeiro lugar, à dependência da indústria algodoeira dos abastecimentos da rama moçambicana, supostamente de qualidade média e inferior, devido às condições técnicas de sua produção. Em segundo, à ausência de espírito inovador e concorrencial, além de a uma mão-de-obra tecnicamente incipiente e de baixa produtividade. E, em terceiro, ao fato de Portugal continuar a subalternizar o mercado internacional, refugiando-se no mercado colonial africano.

Dessa forma, a atividade algodoeira não levou Portugal a melhorar sua precária semiperiferidade do início do século e, quiçá, obstruiu a sua melhoria.

Portugal se viu, assim, compelido a se aliar ao mercado internacional, em face de pressões internacionais, e à deterioração das condições em que se assentara a construção salazarista do Império colonial. Para tanto, o fim da cultura obrigatória do algodão em Moçambique, em 1961, contribuiu intensamente, pois evidenciou as limitações básicas dos têxteis portugueses.

Nessa conformidade, Portugal pagava o preço de sua inércia. Enquanto os países centrais se haviam voltado no pós-guerra para as recém-descobertas fibras sintéticas e artificiais, Portugal continuava, no início dos anos 60, tal como cem anos antes, em condição semiperiférica vulnerável:

*À luz deste estudo, a consolidação da sua condição dependerá, no futuro, que hoje é passado, das capacidades e energias próprias, não somente para produzir os arranjos internos que proporcionem a sua modernização e desenvolvimento, mas, e acima de tudo, da forma como tais arranjos se interligarem com as potencialidades e as vicissitudes próprias do jogo de forças da economia-mundo. (Fortuna, 1993, p. 177)*

A natureza do processo pelo qual se opera a incorporação de uma região ou de um Estado-nação na economia-mundo não determina seu futuro modo de desenvolvimento. No caso de Moçambique, o tempo tardio em que foi consumada a sua incorporação – e o fato de esse processo ter sido apadrinhado por Portugal, país de poucos recursos, cujo colonialismo nunca conseguiu acompanhar o ritmo da atuação colonial das potências mais avançadas – não é motivo para caracterizar o atual estado de subdesenvolvimento de Moçambique. A incorporação do país à economia-mundo capitalista é que o conduziu ao subdesenvolvimento. A natureza dessa incorporação, dada pela situação periférica

de Portugal, pôde determinar apenas o grau desse subdesenvolvimento. Fosse falsa a hipótese levantada, os países que se incorporaram tendo Metrôpoles colonizadoras desenvolvidas, não estariam no mesmo estado de subdesenvolvimento.

Os mecanismos da incorporação, no presente caso, através da articulação de modos de produção, ao mesmo tempo em que leva milhões de trabalhadores moçambicanos a produzirem para o mercado mundial e dele receber alguns produtos, amarra esses trabalhadores de forma submissa ao sistema de exploração, que impede melhorias na sua condição de vida. O que passa a existir para eles é apenas a visualização de um outro mundo, de novos produtos, que, entretanto, nunca lhes serão acessíveis. A incorporação traz formas de transferir trabalho da sociedade doméstica (africana) para a capitalista (portuguesa ou internacional), determinando assim o subdesenvolvimento. O fato de este subdesenvolvimento ser tão brutal em Moçambique é que é determinado pelo caráter semiperiférico de Portugal, que, sendo intermediário, necessitava cobrar uma "taxa extra".

### **3. A Internacionalização da Economia**

Moçambique esteve envolvido em dinâmicas de inserção internacional até as vésperas do Estado Novo. Ali se realça a economia de trânsito e a economia de migração. A inserção internacional, entretanto, continuará sendo baseada na economia de trânsito e de migração, mesmo com o processo de mutação que sofrerá a economia de exportação, devido ao projeto econômico do Estado Novo.

As vinculações internacionais da economia de Moçambique podem ser assim caracterizadas:

- a) a subordinação ao colonialismo português, com quem mantinha uma ligação histórica desde fim do século XIX e com quem estabelecia uma triangulação de âmbito regional ou internacional;
- b) a integração no subconjunto da África Austral, cuja situação histórica e geográfica deu origem a uma economia de trânsito e de migração, transformada em importante fonte de riqueza do território colonial; e
- c) a submissão frente ao capitalismo inglês, com quem Portugal implantou uma economia de plantações dirigida ao exterior e administrada pelo capital internacional.

É internacional a rede comercial que criou as bases do mercado interno, cuja origem remonta ao século XVIII. Formada por comerciantes indianos ocuparam uma posição sem igual na reprodução da economia colonial do século XX. Foram esses cantineiros que asseguraram o funcionamento da rede de comercialização e a articulação com a sociedade tradicional, ligando a cidade ao campo. Com capacidade de adaptação às modificações do sistema econômico e político, permaneceram até os dias atuais, depois de terem jogado papel-chave, no pós-independência, na organização do mercado paralelo de mercadorias e divisas.

A presença inglesa, no quadro complexo de inserção internacional do território, influenciou o processo histórico moçambicano por mais de 30 anos, até os anos 20. Em todos os países vizinhos, os interesses ingleses se faziam presentes, fazendo com que os conflitos fronteiriços se tornassem intensos no final do século XIX. Assim, Londres pressionava política e economicamente o governo de Lisboa, como se vê no *ultimatum*<sup>40</sup> de 1890. A Inglaterra estava indiretamente

---

<sup>40</sup>A Inglaterra, interessada sobretudo nas regiões Centro e Sul de Moçambique, para completar o seu processo de exploração da então Rodésia e de sua presença na África do Sul, e preocupada com os

vinculada a Moçambique, devido à presença das grandes companhias na colônia portuguesa; pelos seus domínios na África Austral, constituindo uma economia de trânsito na utilização das estradas e portos moçambicanos, e pela economia de migração, na utilização da mão-de-obra moçambicana; e ainda em face do papel dinâmico no Oceano Índico, notadamente nas relações dos laços de Moçambique com a União Indiana, onde a indústria do caju era um exemplo marcante.

Perdido o território moçambicano nos tribunais internacionais, a Inglaterra ainda iria ganhar bons lucros aplicando seus capitais nas companhias concessionárias. Sem os recursos financeiros necessários para a ocupação efetiva e para a exploração do território, Portugal entregou, nos finais do século XIX, grandes regiões a companhias privadas, sobretudo de capitais ingleses e franceses. Constituídas a partir de 1890, as companhias majestáticas foram verdadeiros “estados dentro do Estado” (Marques, 1998), pois o Reino concedeu a grupos de capital, cartas de soberania para a concessão nas colônias, com amplos poderes e a longos prazos.

Até o *ultimatum*, foram poucos os pedidos de concessões, com exceção aos voltados para o distrito de Lourenço Marques, pela atração e dinamismo que a construção da ferrovia com Pretória causava. A partir dele,

*toda a província passa a ser objeto de procura semelhante, e no fim de 1892, duas terças partes da colônia, cerca de 500.000 quilómetros quadrados, tinham sido atribuídas pelo Estado a particulares e a grandes companhias coloniais. A rapidez com que se dá esta mudança não pode deixar de ser relacionada com o início da concentração financeira anglo-portuguesa e manifesta a natureza globalmente especulativa de toda a operação.* (Papagno, 1980, p. 144)

---

avanços dos prazos portugueses em direção ao oeste, questiona, pelos acordos da Conferência de Berlim, a soberania de Portugal sobre o território moçambicano, apresentando um *ultimatum*. A contenda foi resolvida em disputa internacional em 1891, demarcando definitivamente os limites do território moçambicano.

Em Moçambique, duas grandes companhias ocuparam grande parte do território na virada para o século XX: a Companhia de Moçambique e a Companhia do Niassa, que tiveram grande importância na economia colonial.

### 3.1. A Companhia de Moçambique

A Companhia de Moçambique foi a primeira das grandes companhias. Fundada em 1888, recebeu a carta de soberania em 1891. Sua origem esteve numa série de concessões entregues ao coronel Paiva Andrade entre 1870 e 1880, no âmbito da política de legitimar a presença portuguesa nas colônias; na seqüência, a companhia foi entregue a nacionalistas portugueses. Opositora da British South África Company, de Cecil Rhodes, com a qual entrou num conflito que esteve na origem do *ultimatum* de 1891, a Companhia de Moçambique ocupou uma área de 140 mil km<sup>2</sup> na região central do país (Manica e Sofala) e teve amplíssimos poderes, que

*incluíam autoridade administrativa e policial, cobrança de impostos, direitos alfandegários e monopólio postal. Exercia supervisão sobre quase todas as actividades económicas naqueles territórios, podendo empreender obras, estabelecer ou auxiliar indústrias, criar bancos e instituições de crédito, exercer qualquer ramo de comércio e indústria, arrendar ou transferir em parte as concessões agrícolas, mineiras, comerciais que lhe tinham sido feitas, etc.* (Marques, 1998, p. 207)

Mas seus poderes não paravam aí. Abrangiam também a área social, de pesquisa e desenvolvimento, com obrigações de fundar escolas primárias e técnicas, estações experimentais agrícolas, promover a fixação de famílias de colonos brancos. Concorriam para as despesas da administração judicial e eclesiástica, e tudo o mais que criasse condições para o “desenvolvimento” da colônia.

A Companhia realizou atividades de fomento na agricultura (arroz, algodão, borracha, cana-de-açúcar, café), no comércio e na indústria têxtil e mineira (diamantes, ouro e sal). Ela promoveu a construção da Ferrovia Beira-Meníni, o que contribuiu para a incorporação de milhares de moçambicanos à economia-mundo, transformando a face da região através de uma agricultura de exportação, com a mobilização de força de trabalho africana.

A debilidade financeira da Companhia levou a que, antes mesmo de receber a carta de soberania, ela já fosse controlada por britânicos (que passaram a deter 40% das ações), além da participação francesa. Entregou a construção da ferrovia ligando a Beira à Rodésia a empresas concessionárias. Anos depois, fará isso com a construção e exploração do Porto da Beira. Foi reconhecida como uma companhia virtualmente inglesa e de pouca participação portuguesa. Mas, em 1897, o controle da Companhia passou para financistas franceses, que, entretanto, têm poder efêmero. Com a vantagem inglesa no embate regional com a França, e com a Alemanha aliando-se aos ingleses para alijar os franceses da região, o expansionismo britânico não cessou de crescer e alguns anos mais tarde restabeleceu o controle sobre a Companhia. A própria construção da ferrovia e do Porto da Beira nas áreas da Companhia teve repercussões econômicas positivas para ela, expondo a complementaridade entre a estratégia das Companhias e a economia de trânsito, em função da necessidade dos territórios britânicos do interior (Rodésias) em ter acesso ao mar, dinamizando a economia de trânsito nos territórios de Manica e Sofala, com fortes interesses dos capitais britânicos.

Com o “direito de soberania”, a Companhia instituiu impostos para os africanos e taxas sobre o trânsito de mercadorias em seu território (Neil-Tomlinson, p. 1978). Alugou parte de seu domínio a empresas para desenvolver grandes plantações, que deram origens à Sena Sugar Estates e a Companhia Colonial do Búzi, entre

outras, tendo o açúcar como grande negócio. A Sena Sugar, nascida da Opium Company, foi a maior produtora de açúcar da colônia, sendo conhecida pelo nome de Mozambique Sugar Company. De propriedade de James Hornung, ela implantou uma indústria açucareira moderna, com uma infra-estrutura tecnológica avançada. Entretanto, não havia imposto português sobre os lucros da Sena Sugar, cujas receitas eram enviadas diretamente para Londres. A Companhia do Búzi, constituída em 1898 com capital português, era uma das mais antigas empresas açucareiras da região.

Através da capitalização, modernização tecnológica e do baixo salário pagos aos africanos, em 1904, 43% das exportações moçambicanas eram provenientes do açúcar e em 1924 atingiram 65%:

*A valorização desta cultura de exportação, realizada no quadro das grandes plantações (a agro-indústria açucareira), que em 1914, por exemplo, consumia mais de dois milhões de dias de trabalho de camponeses africanos, mexeu com o equilíbrio das sociedades africanas no território de Manica e Sofala. A venda compulsiva de mão-de-obra desorganiza a produção alimentar e foi a origem de uma nova "revolução agrícola", que se observava não apenas em Manica e Sofala mas também em toda a Zambézia. (Pereira Leite, 1989, p. 43) [nova revolução agrícola porque até 1869 os portugueses introduziram plantas oleaginosas nas sociedades domésticas].*

Seus territórios passaram ao controle direto do Estado português em 1942, mas ela continuou com suas funções produtivas nas plantações:

*A política do Estado fascista até aos anos 60 é de evitar a entrada de capital estrangeiro, quer nas colônias, quer na própria Metrópole; por outro lado, não há uma significativa exportação de capital português, pelo menos até a segunda metade da década de 1950. Mas, e o que ainda é mais importante, a eliminação dos privilégios das grandes companhias em Moçambique, e conseqüentemente a passagem dos seus territórios à administração directa do Estado português, não significou de forma alguma a supressão dos seus imensos interesses económicos. (Brito, 1980, p. 28; grifos do autor)*



A partir da Companhia de Moçambique, constituiu-se o Grupo Entrepasto, envolvendo mais de 20 grandes empresas, como o Entrepasto Comercial, a Companhia do Boror e a Sociedade Agrícola do Madal, que na época da independência figuravam entre as maiores empresas do país.

### 3.2. A Companhia do Niassa

A Companhia do Niassa surgiu em 1893,<sup>41</sup> com capital dividido igualmente entre ingleses e franceses. Obteve estatuto majestático para uma região de quase 200 mil km<sup>2</sup> e instalou-se ao norte de Moçambique (Cabo Delgado e Niassa), ao sul do Rio Rovuma e ao norte do Rio Lúrio, de histórica resistência ao colonialismo. Cumpria seu papel de preservar a soberania portuguesa no território e, além disso, de fornecer mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Teve como fontes de receita, durante quase toda a sua existência, o imposto de palhota<sup>42</sup> (introduzido em 1898), cobrado dos africanos, e as taxas recolhidas nos portos aduaneiros sobre o comércio rural de borracha, marfim, cera etc. Na conquista do interior, de 1899 a 1914, também conhecido como “período de pacificação”, quando o colonialismo conseguiu reprimir as sublevações, a venda

<sup>41</sup>Embora tenha recebido a carta majestática em 1891, a Companhia do Niassa efetivou-se em 1893 (Marques, p. 1998).

<sup>42</sup>O imposto de palhota era cobrado por habitação, não sendo um tributo pessoal, como o *mussoco*. O *mussoco* era cobrado nos prazos em modalidades distintas desde o século XVIII e desde final do XIX passou a ser exigido metade em dinheiro e metade em prestação de serviços, ao passo que o imposto de palhota deveria ser pago integralmente em dinheiro. Ele foi criado basicamente para atender às grandes companhias de capital especulativo. Nas regiões atribuídas às companhias, poderiam cobrar o imposto de palhota, mas para as populações dos prazos as formas de tributo se mesclavam. As companhias preferiam o imposto de palhota, “pois ficavam livres de dar vidas a culturas agrícolas ou atividades industriais, a fim de utilizar a mão-de-obra dos autóctones, que, sem estes estabelecimentos, se viam privados da possibilidade de satisfazer plenamente as suas obrigações tributárias. Substancialmente, o *mussoco*, pela modalidade de pagamento, correspondia mais do que a *palhota* aos objetivos de desenvolvimento de uma agricultura colonial, mas, para a sua realização completa, exigia também que o concessionário do prazo efetuasse numerosos investimentos, enquanto que a *palhota* podia ser considerada como uma soma sempre líquida e solúvel.” (Papagno, 1980, p. 151)

de armas foi grande negócio para a Companhia. Por um processo de associações, iniciado em 1903, com grupos ingleses e sul-africanos ligados à indústria mineira do Rand, a Companhia do Niassa jogou um papel importante, embora por tempo limitado, no recrutamento de trabalhadores para viabilizar a economia mineira. Nesse caso, havendo a complementaridade entre a economia da Companhia e a economia de migração.

A partir de 1913, a União Sul-Africana proibiu a contratação de trabalhadores ao norte do paralelo 22°, esfriando os negócios da Companhia, levando-a a que mudasse de mãos para banqueiros alemães. Esses estavam mais interessados na exploração da indústria mineira do que na rentabilidade da Companhia. Com a Primeira Grande Guerra, a estagnação afetou o território e a Companhia perdeu efetivamente sua influência na região. Passou para as mãos dos ingleses em 1919 e em 1929 não teve seus direitos prolongados, quando, finalmente, o governo português assumiu o seu controle, com o Estado Novo.

A fragilidade de capital de que dispunha a Companhia para a empreitada (Serra, 1991) foi um fator que exigiu a sobreexploração dos trabalhadores que movimentava. Isso justificou forte resistência dos povos da região à sua penetração. Segundo Neil-Tomlinsom (1978), mais de 30 anos após a chegada da companhia, menos de um quarto das exportações do Niassa provinha da agricultura de *plantation*, concluindo que a produção africana e o comércio existentes antes da chegada da companhia transformaram-se em sua grande fonte de renda. Isso incluía o imposto de palhota e as taxas.

Mesmo depois que os territórios da Companhia passaram ao controle direto do Estado português, em 1929, ela manteve as suas funções produtivas na região, embora em pouco tempo entrasse em decadência.

### 3.3. O Complexo do Zambeze

A origem do sistema colonial montado na região do vale do Rio Zambeze remonta ao século XVII com a introdução do sistema de prazos, que articulou as sociedades africanas e o processo mercante do Oceano Índico.

A necessidade de valorização de uma economia de plantação se traduzia pelos objetivos da política colonial portuguesa logo após a “partilha da África”, no final do século XIX. Quanto à região do vale do Zambeze, a idéia era adaptar o velho sistema dos prazos às necessidades da economia da época:<sup>43</sup>

*Durante este período de reflexão sobre a nova colonização africana, a obra de Caldas Xavier influencia muito fortemente as opiniões da época. A partir de sua experiência pessoal, especialmente nas plantações de ópio, o autor afirmava que a única solução para a Zambézia, bem como para que a posição portuguesa na região, era a valorização de uma economia de plantação financiada pelo trabalho e pelo imposto (mussoco) dos camponeses africanos. (Pereira Leite, 1989, p. 49)*

Criaram-se, assim, os “latifúndios coloniais”, estruturados nos prazos e atribuídos a diversas companhias (que, na verdade, eram companhias majestáticas de pequenas dimensões), com concessões de 15 a 25 anos. Os rendeiros eram obrigados a “desenvolver” o território, colher os impostos, controlar o comércio e a “civilizar” os africanos.

A Companhia do Boror, a Sociedade Madal, a Luabo, a Sena Sugar Estates e a Lugela foram as principais concessionárias no Baixo Zambeze entre as

---

<sup>43</sup>“Com a expressão ‘Prazos da Coroa’ [*placitum* = contrato], designa-se um dado instituto jurídico que, nascido na região do Zambeze, no princípio do século XVII, sobreviveu com diversas vicissitudes até às primeiras décadas do nosso século [século XX]” (Papagno, 1980, p. 17). Indica, portanto, a concessão de um direito real, a enfiteuse, por um certo tempo, em territórios da coroa portuguesa, assimiláveis às donatárias brasileiras. Suas áreas não eram, pois, administradas pelo governo português.

companhias “não-privilegiadas”, em contraposição às majestáticas, privilegiadas com a carta de soberania. Eram alimentadas por capitais ingleses, franceses, alemães, belgas e suíços. Entretanto, apenas uma delas, a Companhia da Zambézia, controlava 110 concessões das cerca de 140 atribuídas na região e a sua extensão e poder permitiram que fosse comparada a uma terceira companhia majestática, uma companhia majestática sem carta. Fundada em 1892, a Companhia da Zambézia teve participação de capital do governo português em apenas 10%, mas, por outro lado, devolveu-lhe 30% das receitas. Apesar das obrigações menores, exerceu forte influência na região, construindo a Ferrovia Quelimane–Maquival, estradas e canais, edificou sanatórios e fomentou atividades mineiras (Marques, 1998, p. 210).

Essas companhias produziam sisal, gado, açúcar, café, cacau, copra e fizeram da região a mais produtiva de Moçambique após a Primeira Grande Guerra:

*O projeto colonial português consistia em criar as condições de desenvolvimento de uma economia de plantação financiada pelo trabalho e pelo imposto. Entretanto, um dos problemas-chaves desta política era conseguir liberar a mão-de-obra africana para as plantações. Assim, parece que as políticas de mobilização de mão-de-obra, as reformas de A. Enes de 1892, a publicação do novo código de trabalho para os latifúndios coloniais e, finalmente, a obrigação de pagamento de “mussoco” ou imposto de palhota funcionaram como elementos de transformação dos camponeses africanos em força de trabalho liberada para as plantações. Se a agricultura alimentar saiu vitoriosa da “revolução agrícola”, que impôs a produção de oleaginosas na Zambézia a partir de 1860, ela não resistiu à introdução de uma economia de plantação no fim do século XIX. (Pereira Leite, 1989, p. 54; grifos no original)*

Efetivamente, ao que a agricultura doméstica não resistiu foram aos impostos, que, para serem pagos, exigiam a ausência do trabalhador doméstico para assalariar-se nas companhias.

Impedido de continuar com a sua produção agrícola, o agricultor da região transformou-se em camada de população rural empregada a baixo salário nas plantações agrícolas. Assim, a decadência da economia tradicional tornou-se precondição para o impulso da economia capitalista de plantações. Nos anos 30, os prazos foram integrados na administração colonial do Estado Novo.

#### **3.4. Com Salazar, sem Companhia**

Com o Estado Novo de Salazar, o processo de consolidação da burguesia portuguesa definiu novas relações econômicas entre Portugal e seus territórios coloniais. Para atender aos objetivos propostos, Salazar reconheceu que os territórios Ultramarinos seriam “uma solução lógica para os problemas de sobrepopulação de Portugal, para instalar cidadãos portugueses nas colônias e para que as colônias produzissem mais matérias-primas para vender à pátria-mãe em troca de produtos manufacturados” (Salazar, *apud*, Wuyts, 1980, p. 15). Precisava para tal promover um processo de nacionalização das companhias:

*No que respeita às companhias que operavam no Norte e Centro, o Estado Português tomou medidas para abolir os poderes político-administrativos que essas companhias possuíam nos respectivos territórios, fazendo com que elas passassem a contar apenas com a sua base produtiva. Assim, nesse campo, a atividade do capital estrangeiro ficou restrita à economia de plantações, que continuou a ser aspecto dominante na região central. Companhias como a do Niassa, cuja actividade consistia na venda de mão-de-obra contratada graças ao seu controle político-administrativo da área respectiva, desapareceram no decurso deste processo de reestruturação. (Wuyts, 1980, p. 15-6.)*

O mando efetivo nos territórios coloniais era condição fundamental para que o Estado Novo integrasse o Império à Metrópole, na perspectiva da acumulação colonial, pondo fim ao poder das Companhias.

## 4. O Pacto Regional

### 4.1. A Relação com os Vizinhos

Moçambique conheceu a estrutura fundamental de sua economia entre fins do século XIX e os anos 30 do século XX. Já no fim do século XIX, antes mesmo do início da colonização portuguesa efetiva, estabelecia relações econômicas fortes com seus vizinhos territoriais. É de 1869 o tratado de amizade, comércio e fixação de fronteiras entre Portugal e a República Sul-Africana (Katzenellenhogen, 1982). Realizado mais de vinte anos antes da Conferência de Berlim, assegurava a liberdade de comércio e reconhecia a soberania portuguesa na região. A necessidade dos territórios do interior do Transvaal em ter uma saída para o mar estruturava, de maneira inevitável, o processo de ligação entre os dois vizinhos.

Antes mesmo da unificação do território sul-africano (1902), a descoberta do ouro na década de 1870 deu origem à ligação entre Moçambique e a África do Sul. Com o impulso da exploração mineira a partir de 1886, as minas sul-africanas incorporaram uma massa crescente de mão-de-obra da região e particularmente de Moçambique.

A saída da África do Sul ao mar pelo porto de Lourenço Marques e o envio de trabalhadores moçambicanos às minas sul-africanas interagiram durante todo o século XX e mesmo após a queda do regime colonial. Esses processos deixaram de ser tensos apenas em 1928, com a convenção assinada entre Portugal e a África do Sul.

De um lado, a valorização da indústria mineira do Transval e o desenvolvimento da África do Sul, obtidos pela migração dos trabalhadores (Caetano, 1965). De

outro, dá-se a implantação de um sistema de transporte e de migração que atuaram como vetores fundamentais da economia colonial moçambicana. Essa migração influenciou a economia, e a cultura da região ao sul do Save, seja pela massa de dinheiro advinda dos salários dos mineiros, com o incremento do comércio, seja, quando de seu retorno, pela introdução de novos costumes e instrumentos agrícolas que de lá traziam (Feliciano, 1998, e Covane, 2001).

A inserção de Moçambique no sistema internacional, nos fins do século XIX, foi condicionada, efetivamente, pelo lugar e pela função econômica que ocupava na África Austral.

#### 4.2. A Economia de Trânsito e de Migração

A virada do século XX foi marcada pela guerra dos bôeres, em que a Inglaterra disputou as províncias da África do Sul que tinham autonomia, onde os bôeres se refugiaram do avanço inglês. Com a descoberta das minas exatamente nessas regiões, a Inglaterra resolveu acabar com tal autonomia. A vitória dos ingleses em 1902 marcou nova fase nas relações com Moçambique. Não obstante as pressões inglesas, a dependência das minas sul-africanas da mão-de-obra moçambicana neutralizava as pretensões inglesas de transferir o tráfego do Transvaal para Durban, desviando-o de Lourenço Marques.<sup>44</sup> Todo o início de século XX foi marcado por tensões entre a colônia e os sul-africanos, com pressão destes para exercer o controle das ferrovias e do Porto de Lourenço Marques. A resposta de Portugal ameaçava suspender a migração em direção às minas.

Somente após a Revolução de maio de 1926 é que se chegou a um esfriamento das tensões entre os dois territórios, com a assinatura da Convenção de Pretória, de 11 de setembro de 1928. A partir desse momento, os sul-africanos não reivindicaram mais a gestão dos portos e acordaram que todos os pagamentos seriam em ouro. Foi instituído o pagamento diferido (*differed pay*), como se verá a seguir.

Com a crise de 1929-1932 e o abandono do padrão-ouro pela Inglaterra, a Convenção de 1928 sofreu uma revisão (não essencial), em função da redução da

---

<sup>44</sup>Foi em fins do século XIX que se iniciaram as construções das grandes ferrovias e dos principais portos em Moçambique. É de 1895 a inauguração do trecho Lourenço Marques-Pretoria e de 1897 a linha Beira-Rodésia do Sul. Em 1884, iniciou-se a Trans-Zambézia, tráfegada parcialmente em 1922 e concluída apenas em 1933. As construções dessas ferrovias tinham como função principal servir de trânsito de mercadorias de e para os territórios vizinhos de Moçambique (Brito, 1980, p. 25).



produção de ouro e a conseqüente diminuição do número de trabalhadores moçambicanos, de 110 mil para 53 mil, no período citado.

Nem a economia do Estado Novo, nem as posições socialistas da Frelimo, décadas mais tarde, conseguiram criar condições que permitissem desenvolver uma economia para Moçambique, que não fosse dependente dos vínculos com a África do Sul.

Dois elementos-chave sempre se colocaram nas gestões complementares da economia desses dois países. De um lado, a administração dos transportes – o papel das ferrovias e dos portos moçambicanos no escoamento dos produtos da África do Sul e como fonte de renda para Moçambique. De outro, a administração da força de trabalho – o papel da migração para a reprodução da indústria das minas sul-africanas e como fonte de renda para Moçambique. Isto é, não só para seus trabalhadores, mas também para o governo, pelo sistema do *differed pay*. Por esse sistema, os trabalhadores moçambicanos recebiam a metade do salário na África do Sul e a outra metade em Moçambique, pelo governo português, quando regressassem. Essa metade era paga pela África do Sul ao governo português, em ouro. Esse sistema funcionou desde 1928, tendo sido ratificado secretamente em 1964 (Pereira Leite, p. 1989) e se manteve até o início dos anos de governo da Frelimo, com algumas alterações (Cahen, p. 1987)

Dessa forma, o “ouro moçambicano” parava nos cofres de Portugal, contribuindo para a solidez do escudo português. Com o aumento do ouro no mercado internacional, Portugal passou a ter um ganho extra nesse processo, sobretudo a partir de 1971, com a inconvertibilidade do dólar, quando recebia o ouro a preço fixo bem abaixo da cotação internacional. Podia revendê-lo no mercado internacional por preço bem mais alto.

De toda maneira, os valores adquiridos pelo sistema de *differed pay* foram depositados no Fundo Cambial de Moçambique e absorvidos pela acumulação interna, seja pela valorização da produção, seja pelo consumo direto dos migrantes, seja pela cobertura do déficit da Balança Comercial, segundo os estudos de Pereira Leite (1989, p. 68).

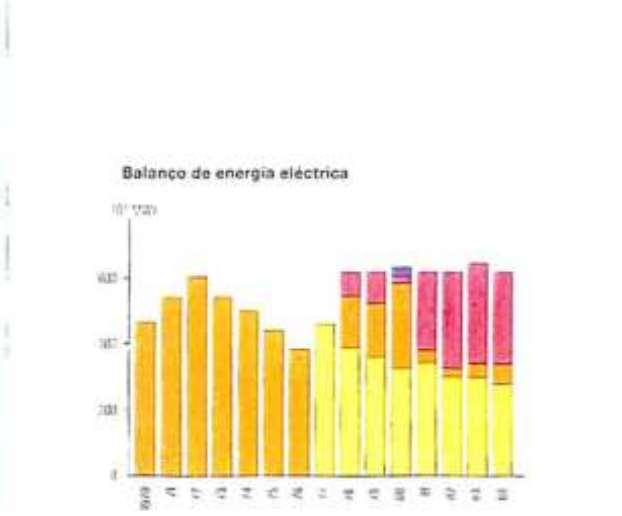
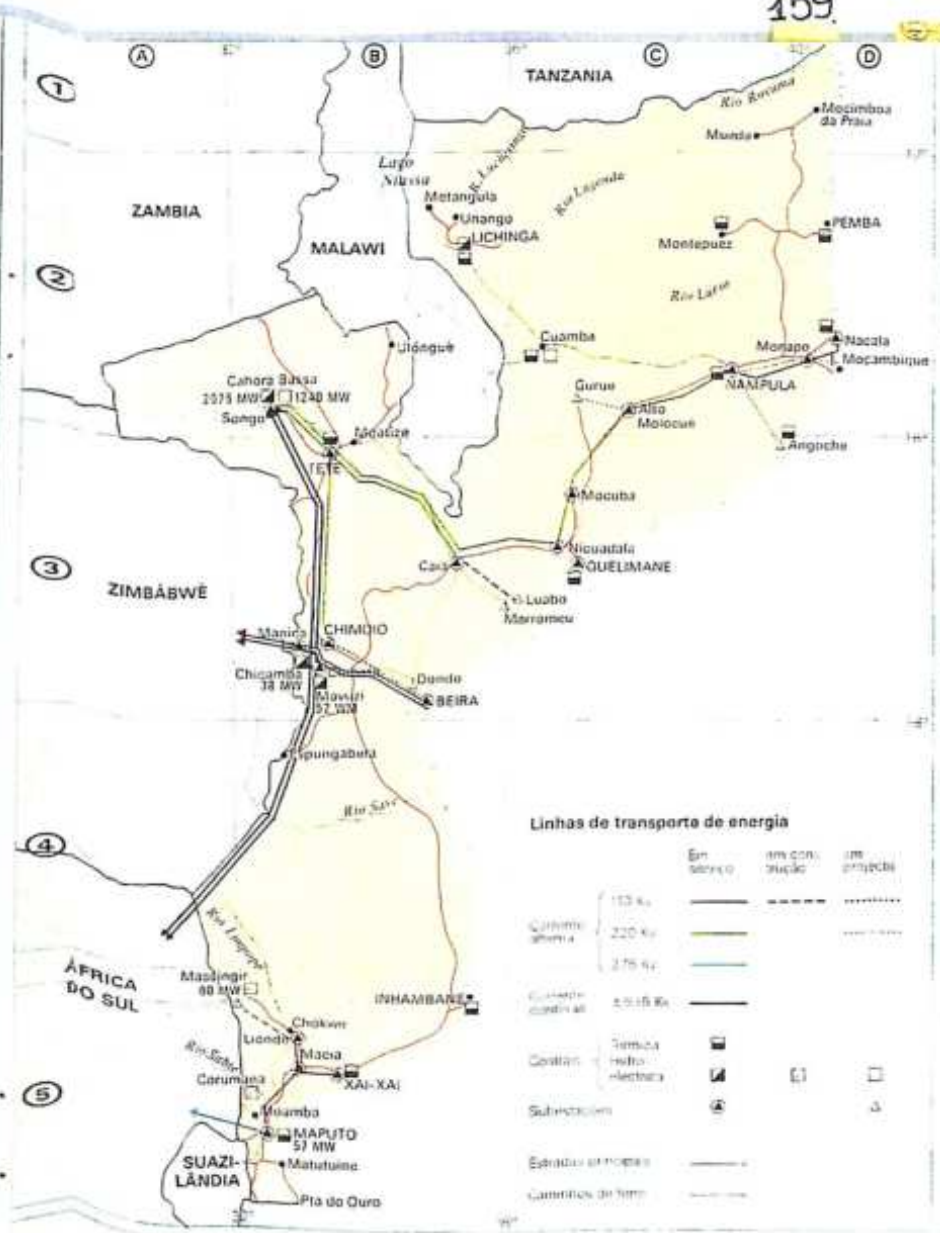
Em resumo, a economia de migração jogou papel importante na economia colonial, diminuindo o déficit da Balança Comercial e participando na valorização da produção interna. Ao mesmo tempo, foi fator importante na estabilidade da economia portuguesa durante o Estado Novo. Foi o “ouro moçambicano” que permitiu a reprodução de rede comercial com a colônia oriental africana.

As conseqüências dessa política econômica de migração para Moçambique podem ser verificadas na destruição da economia tradicional, com a queda da produção alimentar. Já António Enes (1971) apontava em 1893, a migração como a causa da diminuição das oleaginosas. Entretanto, diversos autores indicam as vantagens desse processo na valorização econômica da colônia. Ou seja, a valorização da colônia interferia diretamente na reprodução da sociedade doméstica.

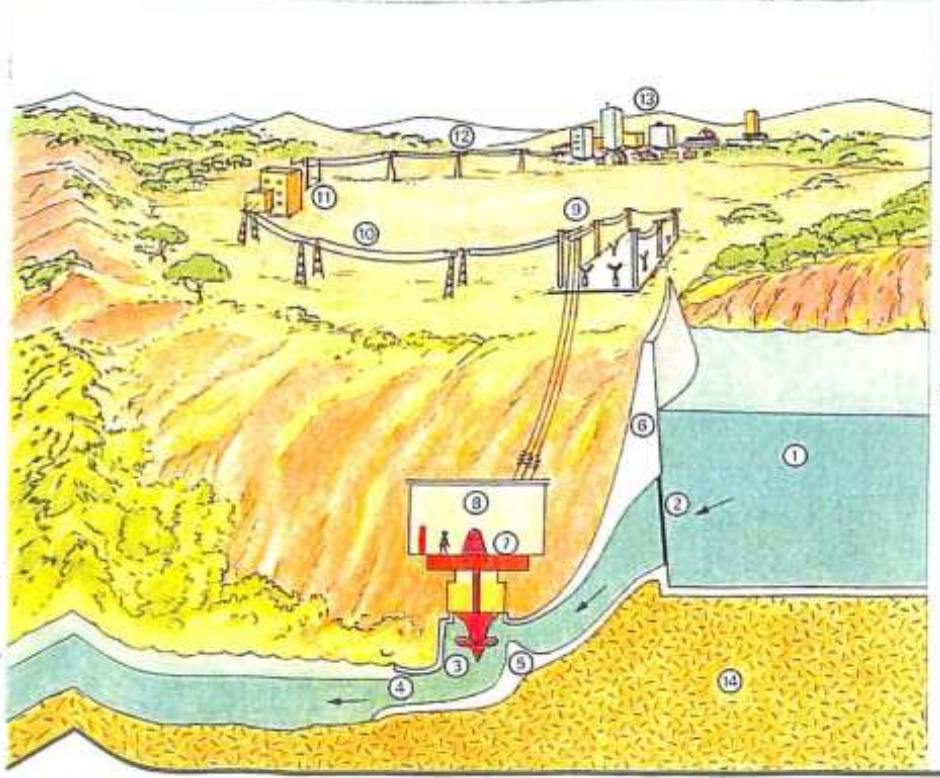
Se no início do século as receitas da emigração eram superiores às das exportações e dos transportes, com o aumento das atividades econômicas, as receitas dos portos e ferrovias acabaram por ultrapassar aquelas, para, finalmente, em 1969, as receitas provenientes da migração representarem tão somente 2% das receitas ordinárias.

Os autores consultados (Brito, 1980; Wuyts, 1980; Pereira Leite, 1989 e 1991; Lopes Junior, 1980; e Fortuna, 1993) concluem que Portugal teve uma posição secundária no arranque da economia moçambicana e tampouco se beneficiou da colônia como mercado ou como fornecedor. Não conseguiu ter um papel importante como intermediário no comércio exterior moçambicano, já que, de um lado, as companhias controladas pelo capital estrangeiro detinham e dominavam suas próprias redes comerciais e, de outro, a União Sul-Africana absorvia grande parte da produção moçambicana. A articulação com a África do Sul era um dos elementos centrais da dinâmica econômica de Moçambique, até a véspera do Estado Novo.

Apenas com o algodão, a partir dos anos 40, é que Portugal passou a ter uma centralidade econômica com Moçambique.



■ Produção de energia eléctrica produzida em autoinstalações malauanas (1970 - 84)  
■ Produção da SNER, S.D.M. (1977 - 84)  
■ Adquirida de Cahora Bassa  
■ Importada da África do Sul  
■ Importada de Zimbábue  
 Dados não representados: Importada da Malawi reexportada para o Zimbábue



- Subestação de Beira 1985
- #### Esquema de produção, transporte e distribuição de energia hidroeléctrica
- |                      |   |
|----------------------|---|
| 1 - Água acumulada   | 8 - Gerador                               |
| 2 - Comporta         | 9 - Subestação elevada                    |
| 3 - Turbina          | 10 - Transporte de energia em alta tensão |
| 4 - Canal de fuga    | 11 - Subestação abastecida                |
| 5 - Bacia amortecida | 12 - Distribuição de energia              |
| 6 - Paredão          | 13 - Condutores                           |
| 7 - Gerador          | 14 - Bacia                                |

Escala 1:10 000 000  
 0 100 200 300 400 500 km  
 1 cm no mapa = 100 km na terreno

### CAPÍTULO 3

## A Economia Colonial de Valorização

*Anunciei nos discursos que fiz em África os pontos fundamentais da nossa política: consolidação das sociedades multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda e qualquer discriminação de cor, raça ou religião; autonomia progressiva do governo das províncias, de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios; participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; fomento dos territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las. (Marcelo Caetano, 1969:206)*

Neste capítulo serão tratadas as políticas coloniais de valorização, expressas sobretudo nos planos de fomento que tiveram lugar em Moçambique desde 1953 até a independência. Essas políticas são a razão e justificam a crise do setor moderno, segundo vértice da hipótese anunciada.

### 1. As Origens da Nova Política Econômica

No final dos anos 50, o governo português oficializou a reorganização industrial para o Ultramar (Decreto 16.060, de 5-12-56). Entretanto, iniciativas para fazer avançar a industrialização nas colônias já eram marcantes em textos legislativos que regulavam a questão aduaneira, desde o início dessa década.<sup>45</sup> Um exemplo

---

<sup>45</sup>Decreto 38.146, de 30-12-50, que regulamenta as tarifas para Moçambique.

foi a regulamentação das tarifas para Moçambique, que deixava bem clara a vontade de implantar “facilidades indispensáveis à instalação de indústrias”, pois “o desenvolvimento da colonização étnica em Angola e em Moçambique aproveitava do desenvolvimento industrial (...) e mesmo o desenvolvimento da agricultura implicava necessariamente o estabelecimento de novas indústrias e a intensificação das atividades existentes”. Mas essa industrialização não dispensava “uma proteção e a ajuda do Estado”, constituindo as tarifas aduaneiras um instrumento eficiente (Correia, p. 1956).

A “lei de reorganização industrial”, estendida ao Ultramar, buscou regulamentar, segundo o mesmo princípio da unidade, a valorização das indústrias da Metrópole e das colônias. A reorganização industrial daquela estava ligada ao deslocamento de certas unidades industriais em direção ao Ultramar (Oliveira, p. 1961).

A política industrial para as colônias no pós-guerra não trouxe nada de novo aos antigos modelos econômicos de 1936, que estabeleceram os princípios do condicionamento industrial.<sup>46</sup> Além do início do processo de deslocamento industrial e da dinâmica de abertura à penetração dos capitais estrangeiros, as colônias guardavam seu papel de fornecedoras de matérias-primas para a Metrópole.

Apenas no final da década de 50, quando a economia portuguesa se adaptou em função da integração europeia,<sup>47</sup> é que o Pacto Colonial e a doutrina do condicionamento industrial nas colônias foram questionados.

---

<sup>46</sup>Lei 26.509, de 1936, sobre o condicionamento industrial. Ver o Capítulo 2.

<sup>47</sup>Portugal adere à EFTA (*European Free Trade Area*) em 1957.

Foi no Congresso dos Economistas e no II Congresso da Indústria Portuguesa, em 1957, que se discutiram alternativas ao pensamento econômico do Império. Isso viria a se concretizar pela PIEEP (Política de Integração Econômica do Espaço Português) nos anos 60.

Seguindo as reflexões que dominavam o debate econômico da época, o Congresso teve como objetivo estudar a situação e as perspectivas da indústria para o desenvolvimento econômico, na Metrópole e no Ultramar. Em resumo, buscava, por um lado, estabelecer a reestruturação e o crescimento econômico, sem negligenciar a realidade da inserção mundial das economias metropolitanas. Por outro lado, visava a reestruturação dos territórios do Ultramar. Nas conclusões do Congresso, figurava uma estratégia de aceleração do crescimento econômico que obrigava a colocar o problema da questão da dependência externa da economia portuguesa no quadro da transformação europeia.

De todas as maneiras, buscava-se solucionar as questões: (a) da migração metropolitana em direção ao Ultramar, (b) da influência do livre-cambismo e, (c) da unificação tarifária nos territórios, com nível de desenvolvimento diferente. Além disso, tratou-se de repensar a localização das indústrias de transformação de matérias-primas e de redefinir o regime de condicionamento, até então parecido em todos os territórios do Império. Pensou-se, ainda, na necessidade de se estabelecer uma política de fixação das taxas marítimas e de se instituir a liberalização do sistema dos pagamentos no conjunto nacional português.

Contudo, se a definição dessa estratégia de crescimento considerava indispensável a participação das indústrias, ela não poderia ser viabilizada sem uma planificação global do desenvolvimento. Assim, faz-se menção à necessidade de se definir uma mentalidade industrial por meio da instalação simultânea de novas indústrias

que gozassem de custos favoráveis e que fossem capazes de absorver grande número de mão-de-obra. Devia-se intensificar o ensino técnico, a formação de quadros e o desenvolvimento das formas de pesquisa científica e criar instituições capazes de estimular o desenvolvimento econômico. Por fim, particular atenção deveria ser dada ao sistema financeiro e de crédito; à política fiscal e à redistribuição da renda nacional; e à dinâmica do comércio exterior. O Congresso alertava ainda para os limites do modelo colonial esboçado nos anos 30.

Alguns industriais portugueses defendiam, naquele momento, a reestruturação do Mercado Único Português, abalado no pós-guerra (Jardim, 1957), propondo um reforço da colonização, com a iniciativa privada retomando a ação do Estado. Isso organizava a transformação industrial local das matérias-primas produzidas no Ultramar. Tal proposta punha em causa, na prática, o Pacto Colonial, de 1936. Por outro lado, a formação do mercado único obrigaria a repensar o condicionamento industrial aplicado na Metrópole e nas colônias. Daí para frente seria a livre circulação de mercadorias que demonstraria ser incompatível com a existência de regimes desarticulados de regulação. Novas formas de articulação econômica entre Portugal e as colônias se esboçavam, como a política dos transportes marítimos, para dar mais eficiência ao trânsito dos produtos no bloco nacional, a reforma do sistema monetário e o estabelecimento de moeda única.

A criação do Mercado Único se impôs como tema dominante do debate econômico no Congresso da Indústria Portuguesa, de 1957 (Mesquita, 1957). A relativa estagnação do setor têxtil, no final dos anos 50, facilitou a ruptura do Pacto Colonial e as políticas dele decorrentes. Essa crise foi causada pelo esgotamento da industrialização voltada ao mercado interno português e pela elevação do preço do algodão colonial. O trabalho de Pontes e Santos (1979) demonstra como a internacionalização da economia portuguesa estava



“sobredeterminada” pelas mudanças, no fim dos anos 50, na articulação entre a Metrópole e suas colônias.

A partir dos anos 30, a indústria têxtil algodoeira foi a pedra basilar das relações econômicas Metrópole-Moçambique e, por isso, torna-se necessário compreender a evolução desse setor da indústria portuguesa no contexto da mudança da lógica econômica imperial. Desde 1959, as cotações do algodão colonial ultrapassaram as do mercado mundial, levando ao aumento dos custos e à diminuição da taxa de lucro da indústria metropolitana. A situação do setor algodoeiro se agravou com o início da guerra colonial,<sup>48</sup> implicando aumento dos preços do produto, e modificações na organização produtiva do setor (a passagem do sistema de concessão para o de economia de plantação). Tratou-se, efetivamente, da substituição da produção do algodão pela sociedade doméstica, com seu cultivo obrigatório, para a produção de tipo empresarial, com o assalariamento do africano, tendo à frente um colono português. Os dois sistemas coexistirão até mesmo depois da independência.

A crise que a indústria têxtil portuguesa atravessou em 1959 era determinada pelo processo de internacionalização da economia portuguesa (esgotamento do modelo de substituição de importações) e pela ruptura do Pacto Colonial (a cotação do algodão colonial deixava de ser inferior aos preços do mercado internacional).

Assim, a política econômica da época adotava uma estratégia diversificada, pregava o alargamento do mercado exterior de tecidos e a reestruturação da

---

<sup>48</sup>A luta armada de independência nacional, dirigida pela Frelimo, começou em 25 de setembro de 1964 e durou até a formação do governo de transição, em 7 de setembro de 1974. Durante esse período, a Frelimo liberou regiões e nelas constituiu novas relações econômicas e políticas, baseadas na produção coletiva e em cooperativas de consumo e de comercialização, que inspirarão as políticas socialistas pós-independência.

inserção colonial na economia portuguesa. Compreende-se, dessa forma, por que o II Congresso da Indústria propôs, ao mesmo tempo, a adesão à *European Free Trade Area* e adaptações a serem introduzidas no sistema produtivo das colônias. As condições que levariam à implantação industrial nas colônias a partir do início dos anos 60 estavam já reunidas, como exemplifica a indústria têxtil algodoeira.

Esse congresso considerava que o novo papel econômico das colônias não seria mais garantir matérias-primas para a Metrópole, já que elas poderiam ser transformadas localmente. Em contrapartida, os territórios do Ultramar passariam a ser importantes mercados para a indústria portuguesa:

*A idéia de "Conjunto Econômico Português" punha em causa a possibilidade de industrializar a Metrópole mantendo o Pacto Colonial. A industrialização das colônias, na medida em que levava a ampliar o mercado interno das colônias, contribuía também para a expansão da indústria metropolitana, pois esta encontrava no Ultramar um mercado mais vasto para mercadorias. (Pereira Leite, 1989, p. 252)*

Concluiu-se, pois, que o processo de valorização das colônias deveria ser visto como uma forma de beneficiar a Metrópole. Deu-se atenção particular à questão da concorrência que os produtos estrangeiros faziam às mercadorias metropolitanas. A conquista dos mercados coloniais pela indústria metropolitana, até então, era feita por imposição de fortes barreiras protecionistas, seja de natureza aduaneira, seja por restrições quantitativas às importações estrangeiras. Doravante, recomendava-se a constituição de uma zona portuguesa de livre-comércio para introduzir regimes aduaneiros diferentes em cada região e em relação ao exterior dessa zona. A unificação econômica de todos os territórios portugueses deveria proceder à integração europeia, como sugere a seguinte passagem dos textos do Congresso da Indústria Portuguesa:

*O mercado português pode ser em verdade um passo experimental para a adesão de nossa economia à zona de livre comércio onde as províncias do Ultramar estão para a Metrópole sensivelmente na mesma proporção em que a Metrópole está para os outros países industrializados. (Mearim, 1957, p. 65)*

Abriu-se, assim, uma nova via de integração entre Portugal e as colônias, através da industrialização.

## 2. Os Planos de Fomento

A política de constituição do Espaço Nacional Português foi acompanhada de um esforço de planificação como estratégia econômica que aproveitou a experiência, nesse campo, da política imperial. Entretanto, um planejamento consistente só aparecerá nos anos 60, com o III Plano de Dinamização Econômica (Plano de Fomento 1968-1973).<sup>49</sup>

O projeto de reconstituição econômica de 1935 (instrumento de orientação da administração pública, no dizer de Salazar,<sup>50</sup> e não de planificação econômica) era limitado, no respeitante às colônias, e orientado para a realização de obras públicas.<sup>51</sup> Privilegiava a dinamização da produção de energia, a atividade mineira e a estruturação da rede de transportes. Dessa forma, em Moçambique utilizou-se a energia dos Rios Limpopo e Catumbela e explorou-se o carvão em Tété e Zumbo, enquanto os norte-americanos investiam na prospecção de petróleo. As fábricas de tabaco e copra já existiam, assim como os projetos para a produção de cimento e óleos vegetais, entre outros. Com efeito, a necessidade de se

---

<sup>49</sup>Marcelo Caetano, em 1958, no Colóquio sobre o II Plano de Dinamização Econômica, em Lisboa, já aventava essa necessidade. Ver Caetano (1959).

<sup>50</sup>Intervenção de Salazar na Assembléia Nacional em novembro de 1952, citado por Caetano (1959, p. 17).

<sup>51</sup>Declaração de Marcelo Caetano no *Daily Mail*, publicado por Correia (1949).

aprovisionar matérias-primas estratégicas teria levado os Estados Unidos a explorar os recursos naturais da África:<sup>52</sup>

*O contexto mundial do pós-guerra trouxe a necessidade de um plano global que deveria juntar as economias da Metrópole e as do Império. Este objetivo deveria ter em conta a política dos USA em relação à África. E os que, em Portugal, eram responsáveis pelo avenir do Império (do ponto de vista econômico e político) estavam conscientes da importância dos capitais americanos nesse período de transformação colonial. (Pereira Leite, 1989, p. 257)*

No final dos anos 50, debateu-se no governo português o futuro do Império e se propôs um programa econômico para o Ultramar (Pereira Leite, 1989, p. 260). Previu-se a necessidade de desenvolver os territórios coloniais, de explorar as suas potencialidades e de implantar um plano de dinamização econômica. Esse plano deveria ultrapassar os antigos objetivos de criar infra-estruturas (que tinham construído portos e ferrovias no Ultramar visando ao escoamento das matérias-primas ou à prestação de serviços aos vizinhos). Agora, tratava-se de uma intervenção direta ou indireta na economia produtiva de cada território. Defendia-se, com certa ambivalência, a utilidade da transformação local de certas matérias-primas coloniais, notadamente a instalação de indústrias alimentares, de transformação oleaginosa e de produção de açúcar, e as atividades mineiras. Caso essas propostas se tornassem realidade, o Pacto Colonial inevitavelmente seria ultrapassado e surgiria uma nova articulação Metrópole-colônias.

A valorização das colônias não poderia se fazer sem uma política de investimentos. Assim, a utilização dos capitais na ajuda norte-americana à Europa – o Plano Marshall – era vista como a única maneira de Portugal ultrapassar sua incapacidade de estender as transformações políticas às colônias.

---

<sup>52</sup>Ver a política americana para o financiamento das oleaginosas para a Líbia e Nigéria, que foi assunto no Pacto do Atlântico.

A participação de Portugal no Plano Marshall esteve estreitamente ligada aos planos de dinamização econômica. A entrada dos capitais americanos era considerada tão importante para a Metrópole como para as colônias e era nesse sentido que trabalhava a Direção Geral do Fomento Colonial. Entretanto, a valorização da colônia será realizada sem aproveitar a participação desses capitais. Em Moçambique, a ajuda americana serviu, sobretudo, para as ferrovias, para o Porto da Beira e para produção de energia elétrica,<sup>53</sup> ou seja, reforçando, basicamente, a economia de trânsito.

### 3. O I Plano de Fomento (1953-1958)

A partir de 1950, sucedem-se planos de dinamização econômica. O I Plano de Fomento foi discutido na Assembléia Nacional em 1952. Tinha como objetivo orientar os investimentos para os setores econômicos, visando à “construção no espaço português de uma economia Nacional” (Pereira Leite, 1989, p. 263), através do aumento da produtividade. Pretendia-se aumentar a renda nacional, modernizando-se a tecnologia da indústria e da agricultura, e deveria ser realizado pelo esforço financeiro nacional, sendo divididos “igualmente” entre a Metrópole e as colônias (13 mil e 14 mil milhões de escudos, respectivamente).<sup>54</sup> Moçambique utilizou 97% dos investimentos que lhe foram destinados nesse plano, sendo que 52% deles foram recursos da Metrópole. Esses investimentos começam a marcar a passagem do colonialismo de exploração para o de valorização.

---

<sup>53</sup>Segundo o Banco Geral das Colônias (BGC, 1950), foram acordados crédito de 15,6 milhões de dólares para as ferrovias e portos e mais 3,2 milhões de dólares para a produção de energia.

<sup>54</sup>Execução do Plano de Fomento do Ultramar, BGU, 1953, p. 265, nº 33.

A situação das economias coloniais no fim dos anos 50 era influenciada pela conjuntura econômica mundial. O fim da Guerra da Coréia, a diminuição do ritmo de crescimento na Europa e a crise dos Estados Unidos em 1953-1954 promoveram uma disritmia entre a capacidade produtiva mundial e o nível de consumo, e levariam, em 1957, ao recuo da atividade produtiva nos Estados Unidos e na Europa.

Essa conjuntura de recessão teve efeitos negativos nos países periféricos, incluindo as colônias, produtoras de matérias-primas, ainda que o cacau, a copra, o arroz e o sisal tivessem sido poupados desses efeitos.

Entre 1953 e 1958, nas colônias e em particular em Moçambique, o custo de vida se manteve em níveis estáveis e houve um impulso econômico pelo encorajamento de alguma industrialização. A indústria de transformação recebeu importante injeção de crescimento e houve progresso de diversas culturas industriais – algodão, tabaco, sisal etc. –, assim como de produtos alimentares – frutas, café, açúcar, chá e cereais.

#### **4. O II Plano de Fomento (1959-1964)**

Para o período 1959-1964, o governo português preparou, desde 1955, o Plano de Dinamização Econômica, que incluía também as colônias (II Plano de Fomento). Dessa vez, o planejamento contou com técnicas estatísticas mais aperfeiçoadas e elaboraram-se, pela primeira vez, cálculos nacionais. O plano englobava dois programas anuais de financiamento, em que se esperava conseguir adaptar as previsões globais de longo prazo às mudanças conjunturais influenciadas pelos contextos interno e internacional. Salazar assinalava que a mudança de política, reconhecida oficialmente, mostrava que não se tratava mais tão-somente da

elaboração de um programa administrativo do Estado. Ao contrário, devia-se considerá-lo como um instrumento que servisse para definir a política econômica.

A problemática da integração do espaço econômico inquietava os responsáveis, que estavam conscientes da vulnerabilidade da economia portuguesa face ao desafio da abertura comercial, que se impunha no cenário mundial. Marcelo Caetano, em 1956, nas sessões do Conselho Econômico, afirmava que, se a estruturação do mercado comum europeu era inevitável à consolidação da reestruturação econômica europeia, em construção desde o pós-guerra, a realização prática do sistema de livre-comércio não deveria comprometer o desenvolvimento econômico dos países que acabavam de se industrializar, tentando recuperar o atraso na agricultura. Tal era a situação de Portugal na véspera do Tratado de Roma, que conduziu à mudança de concepção para o II Plano de Dinamização Econômica.<sup>55</sup>

Quanto aos objetivos, o plano visava estimular o investimento privado, através do aumento consideravelmente do investimento público, fato que deveria conduzir, no longo prazo, à aceleração do crescimento do Produto Nacional Bruto e do emprego e aos efeitos positivos sobre o nível de vida e sobre a Balança Comercial.

Assim, o novo programa propunha aplicar nas colônias 32% do investimento global previsto para a economia portuguesa em seis anos.<sup>56</sup> À diferença do plano de 1953-1958, o de 1959-1964 separava a Metrópole das colônias, o que permitiu estudos específicos (ver Anexo). No Quadro 2, observa-se como foi a distribuição

---

<sup>55</sup>Plano de Fomento para 1959-1964 (BGU, 1957, p. 40-2, jan.).

<sup>56</sup>Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento – IX, Ultramar, 1958, p. 13-5, Lisboa, Imprensa Nacional.

por setores de investimentos atribuídos no II Plano de Fomento para Angola e Moçambique.

**Quadro 2 – II Plano de Fomento para Angola e Moçambique**

(em milhões de escudos portugueses)

	<i>Angola</i>	<i>%</i>	<i>Moçambique</i>	<i>%</i>
Reconhecimento de território	295	6,4	150	4,5
Agricultura	480	10,5	163	5,0
Eletricidade/Indústria	320	6,9	150	4,6
Povoamento	1.085	23,5	925	28,0
Transportes/comunicação	2.147	46,6	1.385	42,7
Investimento social	276	5,9	460	14,4
<b>Total</b>	<b>4.603</b>	<b>100,0</b>	<b>3.243</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Portas, 1961, p. 115, *apud* Pereira Leite, 1998, p. 274.

Apenas em termos de comparação, para Portugal, o II Plano de Fomento previa, na rubrica Eletricidade/Indústria, a aplicação de 9,7 bilhões de escudos.

O financiamento do II Plano se fez, como no I Plano, essencialmente com fontes públicas e semipúblicas. Em termos globais, a expansão do investimento previsto para as colônias no II Plano é enorme em relação ao anterior. O setor de transportes e comunicações, como no Pacto Colonial, continuava chave na estratégia de desenvolvimento para o Ultramar, como se observa.

Por outro lado, pouca importância foi dada à indústria nesse segundo plano. Para Moçambique, o desenvolvimento industrial estava relegado à iniciativa privada, ao passo que para Angola previa-se a instalação de uma fábrica de alumínio, com matérias-primas importadas.



Além dos transportes e da comunicação, o povoamento foi o alvo principal da política colonial portuguesa no início dos anos 60, mostrando que os fundamentos reais dessa política eram fortemente orientadas para a instalação de infra-estruturas.

O II Plano de Fomento não trouxe mudanças significativas relativamente à estratégia de disciplina da ação estatal do início dos anos 50. Ali, o objetivo era criar as condições, em termos de infra-estruturas, para o desenvolvimento econômico. Por parte do Estado português, levando-se em conta sua estratégia de intervenção econômica, muito pouco foi feito para ultrapassar a doutrina do Ato Colonial, mas havia já uma mudança de concepção a ser realçada.

No fim dos anos 50, a industrialização do Ultramar era ainda regida pelo condicionamento industrial.<sup>57</sup> Assim, apesar das adaptações legislativas que se seguiram, sobretudo no pós-guerra, a dinâmica do sistema de articulação econômica entre Metrópole e Império, o velho Pacto Colonial, estava ainda em vigor, com toda sua legislação, que era um entrave ao arranque industrial. A lógica do Pacto Colonial, de especializar as colônias em exportar matérias-primas para as indústrias da Metrópole, se impunha até então. Entretanto,

*Nas vésperas dos anos 60, período de viragem na inserção internacional da economia metropolitana, a doutrina do Pacto Colonial não respondia mais à tendência econômica que se desenhava para o avenir do Império. (Pereira Leite, 1989, p. 278)*

E como andava a conjuntura em que se realizaram as mudanças nos anos 60?

---

<sup>57</sup>Decreto-Lei 26.509, de 11-4-1936, Regulamento do Condicionamento Industrial do Ultramar.

#### 4.1. A Rede Mercantil

A unidade imperial foi uma obsessão da doutrina salazarista até o fim do colonialismo, apesar do espírito de abertura dos anos 60, com a Política de Integração do Espaço Português. Veja-se como andava a rede mercantil da Metrópole com a colônia no final dos anos 50.

A fragilidade dos laços econômicos entre Portugal e as colônias era um fato irrefutável nos fins dos anos 40, a despeito da pequena aproximação com a guerra. A situação não mudou nada nos dez anos que se seguiram, não obstante o esforço da política colonial em criar condições para a formação do espaço econômico português:

*Entre 1950 e 1957, o saldo da balança comercial se mantinha desfavorável para o Ultramar e isto apesar da normalização econômica internacional que caracterizava os anos 50 (o que reflete na fraca oscilação dos valores unitários das importações e das exportações). Assim, os preços das matérias-primas evoluíram positivamente até 1955. Em 1956 se produz uma primeira ruptura em relação à evolução anterior que se traduz por uma tendência decrescente das cotações das matérias-primas. Entretanto, as análises menos otimistas se limitavam a considerar isso como um certo desaquecimento do crescimento do pós-guerra. Longe pois que se estava de se perceber as mudanças significativas na ordem mundial. (Pereira Leite, 1989, p. 282)*

Os preços unitários dos produtos manufaturados metropolitanos tendiam a aumentar e, a partir de 1955, passaram a pesar no saldo negativo do Ultramar em relação à Metrópole. Finalmente, relativamente ao volume da rede mercante no seio do Espaço Econômico Português, pouco se pode falar de expansão durante esse período. Com efeito, em 1957, o Ultramar vendia menos à Metrópole que em

1950. No mesmo ano, os produtos metropolitanos chegavam ao Império em quantidades menores que em 1951.<sup>58</sup>

Segundo dados do Banco de Portugal, o saldo das trocas comerciais das colônias com o mercado internacional foi positivo ao longo dos anos 50, à exceção de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.<sup>59</sup> Assim, o Ultramar enviava ao estrangeiro a maior parte da sua produção.

No decorrer dos anos 50, no que concerne ao papel do Império como fornecedor de matérias-primas para a economia metropolitana, Moçambique era mais integrado à rede mercantil imperial que Angola, embora esta participasse de maneira decrescente. Em 1957, Angola exportava para a Metrópole 18,43% de seus produtos contra 41,31% de Moçambique. Em 1951, essas porcentagens eram de 20,84% e 38,21%, respectivamente (Pereira Leite, 1989, p. 284).

Em relação à posição do Império como importador da produção industrial portuguesa, a situação se inverte. É a economia angolana que depende largamente dos produtos manufaturados na Metrópole, enquanto Moçambique busca no estrangeiro seus produtos industriais. A indústria metropolitana ocupava, entretanto, um lugar crescente nos dois territórios ao longo dos anos 50. No fim desse decênio, a importância do Ultramar no contexto das relações comerciais com a economia portuguesa não ultrapassou o quadro do Pacto Colonial. Isso se pode observar pelos saldos da Balança Comercial de Portugal com Moçambique e Angola. Com efeito, se encontravam em território metropolitano quase todas as indústrias de transformação de matérias-primas ou de produtos alimentares. Ao mesmo tempo, as colônias para lá enviavam, sobretudo, matérias-primas:

---

<sup>58</sup>Relatório Final Preparatório do II Plano do Fomento, 1958, p. 13-20.

<sup>59</sup>Relatório Final Preparatório do II Plano do Fomento, 1958, p. 13-20.

*É necessário remarcar que as economias coloniais se relacionavam, do ponto de vista mercante, mais fortemente com a economia mundial que com sua Metrópole. É, portanto, legítimo se interrogar sobre a fragilidade do Pacto Colonial português. (Pereira Leite, 1989, p. 285)*

Ao longo da década de 50, os Estados Unidos tornaram-se o principal cliente da produção colonial portuguesa, bem como o primeiro fornecedor de suas importações. Em segundo e terceiro lugares, encontravam-se a Grã Bretanha e a Alemanha, seguidas da França, da Índia, dos países escandinavos, da União Sul-Africana e do Japão. Além disso, os países da Europa começavam a aumentar suas participações na rede imperial portuguesa (Pereira Leite, 1989, p. 285). O açúcar e o algodão de Moçambique, produtos-chave do Pacto Colonial, iam para Portugal (apenas pequena parte do açúcar era exportada para países vizinhos), enquanto o caju e as oleaginosas tinham como destino a Índia. Os outros produtos eram exportados para a CEE (Comunidade Econômica Européia) e posteriormente para a EFTA (Área de Livre Comércio Europeu). Os mercados estrangeiros não deviam ser vistos como complementares para os produtos coloniais, mas, antes de tudo, como mercados fundamentais de consumo, pois não era somente os excedentes que eram escoados, mas a maior parte da produção das colônias.

Na divisão internacional do trabalho, Portugal tinha seu processo de industrialização limitado. Isso explica por que a economia portuguesa não chegou a utilizar todas as possibilidades de industrialização que, no fim dos anos 50, lhe foram ofertadas pelas colônias. Com efeito, entre 1951 e 1955, a Metrópole importava do Ultramar apenas 47% de suas necessidades em matérias-primas. Nem a Metrópole nem as colônias ultrapassaram a forte dependência do mercado mundial, dificultando assim a inserção de Portugal na EFTA. Em face disso, o

governo português pretendeu, no fim dos anos 50, “ultrapassar” o Pacto Colonial para aderir à EFTA, mesmo sem ter cumprido a sua “unidade imperial”.

Duas grandes questões se colocavam para Portugal diante da sua integração ao mercado único da EFTA. A primeira referia-se ao papel da Metrópole e da colônia nesse mercado. Ou bem esse conjunto seria fornecedor de matérias-primas e de produtos alimentares – o que, no longo prazo, poria em causa ou a indústria portuguesa, que não conseguiria vencer a concorrência dos países industrializados, ou a indústria do Ultramar – ou, em caso contrário, a Metrópole industrializaria sozinha as matérias-primas e os produtos alimentares coloniais. Essa opção, irrealizável no quadro produtivo português, estancaria a industrialização do Ultramar. Os economistas do regime propuseram uma medida intermediária que visava transformar as matérias-primas e os subprodutos alimentares coloniais, sem bloquear a política de industrialização. De toda maneira, a unificação econômica do espaço português não poderia se fazer rapidamente.

A segunda questão dizia respeito ao mercado exterior dos produtos coloniais. A vulnerabilidade dos fornecimentos coloniais frente ao mercado internacional se tornou forte limitação para a realização da política de integração. Essa integração estrutural era difícil de modificar no curto prazo. Em consequência, a possibilidade de industrializar nas colônias os produtos que até então escoavam para o mercado internacional aparece como uma fase decisiva da realização prática da política de integração do Espaço Econômico Português.

Foi nesse contexto que o governo português decidiu em relação às colônias: (1) pôr em prática uma política industrial; e (2) elaborar um plano de dinamização econômica para as colônias. Essa política implicava o deslocamento de capital

financeiro e produtivo metropolitano para as colônias, com abertura ao financiamento internacional (Portas, 1961).

Os anos 60 representaram um momento de inflexão na história do Império português no século XX. Foi nesse período que se institucionalizou a reformulação do modelo colonial levado a efeito nos anos 30. Se, de um lado, a nova estratégia apareceu como resposta à necessidade de mudar as relações econômicas imperiais, timidamente esboçadas no pós-guerra, por outro, sua realização na prática malogra, em conseqüência da incapacidade de adaptação do regime de Salazar ao ambiente anticolonial da época. Essa é a razão pela qual a Política de Integração do Espaço Econômico Português, concebida em sincronia com e segundo o espírito do movimento de integração europeu, não conseguiu ultrapassar os limites do isolacionismo político português, que se agarrava ao modelo colonial. Isto impediu o colonialismo português de realizar uma mudança neocolonial. Nesse momento, o processo político segurou o avanço das forças econômicas ou, por outras palavras, as relações de produção coloniais impediram o desenvolvimento das forças produtivas.

O processo de industrialização de Moçambique, entretanto, só terá livre o seu caminho das amarras políticas com a independência socialista, em 1975. Ou seja, a acumulação industrial receberá um grande impulso no socialismo.

#### **4.2. A Política de Integração do Espaço Econômico Português**

Com o início da guerra em Angola, em 1961, as condenações ao colonialismo português e a incapacidade de estabelecer uma política de alianças no quadro do confronto internacional da Guerra Fria, o governo português pôs definitivamente em causa a existência do Império. Reivindicou o controle da defesa nacional,

afirmou a política de “integridade nacional” e anunciou o projeto de reforma nos territórios do Ultramar.<sup>60</sup> Posteriormente, fez concessão aos direitos políticos e econômicos dos habitantes das colônias, mudando os fundamentos de seu regime jurídico – o “regime do indigenato,”<sup>61</sup> que negava a qualidade de cidadão português aos habitantes naturais das colônias, os quais somente após adquirirem certos valores culturais portugueses é que poderiam ser considerados “assimilados”, mas ainda não eram tidos como cidadãos.

A revogação do “estatuto dos indígenas da Guiné, Angola e Moçambique” pelo Decreto-Lei 43.893, de 6-9-61, além dos decretos-lei que se seguiram,<sup>62</sup> pode ser considerada como o ponto de inflexão da política colonial portuguesa.

Esses procedimentos jurídicos foram precedidos de modificações significativas na organização do sistema econômico colonial.<sup>63</sup> A lógica das culturas obrigatórias, sobretudo nos cultivos do arroz e algodão, foi posta em causa pelo espírito reformador daquele início de década. O algodão foi proibido de ser cultura obrigatória e, a seguir, foi revisto o regime do ciclo rizícola. Ao mesmo tempo, a legislação do trabalho foi modificada. Em dezembro de 1959, Portugal ratificou a convenção que, no contexto da Conferencia Internacional do Trabalho de 5 de junho do mesmo ano, decidiu pela abolição das penalidades em caso de interrupção de contrato de trabalho. A revisão da legislação trabalhista englobava

---

<sup>60</sup>Discurso de Salazar em 30 de junho de 1961.

<sup>61</sup>O “estatuto político, civil e criminal dos indígenas” era regulamentado pelo Decreto-Lei 16.473, de 6-2-29, e constituiu uma das instituições legais fundamentais do sistema colonial português a partir dos anos 30.

<sup>62</sup>Decreto-Lei 43.896, de 6-9-61, sobre a instituição de regedorias; Decreto-Lei 43.894, de 6-9-61, sobre a concessão de terras no Ultramar; Decreto-Lei 43.897, de 6-9-61, sobre o reconhecimento dos usos e costumes locais; Decreto-Lei 43.898, de 6-9-61, sobre a reorganização dos tribunais; e o Decreto-Lei 43.899, de 6-9-61, sobre a criação dos serviços notariais e de registros civis.

<sup>63</sup>A Portaria 17.867, de 29-7-1960, sobre o regulamento de segurança e higiene industrial, e o Decreto 43.639, de 29-7-1960, que proíbe a forma como se praticava o cultivo do algodão (fim do cultivo obrigatório, pelo Decreto-Lei 43.637, de 2-5-1961, embora tenha continuado na prática). Ver Wilensky, 1968, p. 189.

também a fixação de salários mínimos em todo o território nacional (Decreto 17.771, de 17-6-1960), a ratificação das convenções internacionais, a abolição do trabalho forçado, a higiene industrial etc. (Wilensky, 1968, p. 189, e Moreira, 1951, p. 16-8). Para além dessa legislação, a estratégia de integração nacional regulamentou a política econômica e financeira do Mercado Único Português (Decreto-Lei 44.016, de 18-11-1961). Isso tudo enquanto se preparava a revisão da Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei 2.066, de 27-6-1953), buscando criar as condições para uma melhor descentralização e para a autonomia dos territórios coloniais (Moreira, 1951, p. 16-8).

A participação de Portugal nos movimentos de integração europeia influenciou a reforma da política econômica, e o governo português estava consciente das mudanças que ocorriam no Ocidente (Oliveira, 1961a, p. 197).

A Política de Integração do Espaço Econômico Português (Decreto-Lei 44.016, de 8-11-61) englobou duas dinâmicas fundamentais do Império português nos anos 60. De um lado, o vetor europeu de inserção internacional da rede imperial e, de outro, a lógica econômica interna, subjacente à articulação Metrôpole-colônias. Foram nessas condições que se apontou para a superação do Pacto Colonial.

Para alcançar os objetivos dessa nova política, o governo português pôs os problemas da unificação econômica em função de três grupos (Pereira Leite, 1989, p. 295-6):

- a) Os problemas de natureza comercial e fiscal, que colocavam obstáculos à política de integração. A eliminação das barreiras aduaneiras no seio do Império era vista de maneira progressiva. Assim, um período de dez anos



foi proposto para suprimir os direitos aduaneiros que a Metrópole cobrava sobre a entrada das mercadorias das colônias. Além disso, a defesa aduaneira dos territórios coloniais, frente aos produtos de origem portuguesa, se manteria por período ainda mais longo.

- b) A modificação do sistema de pagamentos das transações entre Metrópole e colônias. À dinâmica controlada do sistema de trocas, em vigor desde os anos 30, se oporia agora um sistema de pagamento inter-regional que incluiria um mecanismo de compensação inter-regional e a criação de um fundo monetário. O objetivo era dinamizar os serviços no seio do espaço português e ultrapassar os problemas de desequilíbrio passageiro das balanças de pagamento de cada região.<sup>64</sup>
- c) A transformação progressiva da gestão dos serviços centrais. A isso se agregava o problema da inserção europeia da economia portuguesa, que remetia à questão da concorrência dos produtos estrangeiros com a indústria nacional portuguesa, sobretudo no Ultramar. Em consequência, o governo português propunha que só a Metrópole deveria ser representada no seio da EFTA, justificando-se pela grande maioria das exportações das colônias serem: (a) de matérias-primas para a Metrópole; e (b) de produtos alimentares. Por outro lado, a entrada dos produtos manufaturados europeus nas colônias seria forte ameaça ao seu desenvolvimento. O fato de só a Metrópole se integrar à EFTA não colocaria os produtos estrangeiros nas colônias, pois a livre circulação das mercadorias nas colônias estaria limitada aos produtos nacionais, isto é, metropolitanos.

---

<sup>64</sup>A persistência do déficit nas colônias frente à Metrópole levou, nos anos 70, ao desabamento do sistema de pagamento inter-regional, como veremos mais adiante.

Foi dessa maneira que o governo português se preparou para construir a defesa do desenvolvimento econômico do Ultramar. A participação das exportações da Metrópole para as colônias chegou a 23,6% em 1968 e, sobretudo em função da guerra dos movimentos de libertação, decresceu para 12,6% em 1972.

### **4.3. A Circulação de Mercadorias, de Serviços e de Capitais**

Quanto às trocas comerciais e à circulação de capitais que rege a unificação do mercado Metrópole-colônias,<sup>65</sup> pretendia-se, num espaço de dez anos, eliminar os obstáculos à circulação interna (no espaço imperial) de mercadorias, serviços e capitais.

Antes de se liberalizar as transações com o estrangeiro, suprimiram-se os direitos aduaneiros, recebidos pelo comércio no interior do Império, sobre as mercadorias de origem nacional, desde que transportadas por meios nacionais, até dezembro de 1971. Eliminaram-se também restrições quanto às quantidades das importações de origens nacionais, provenientes de outros territórios. Mas fixaram-se critérios concernentes à origem nacional das mercadorias.

Da mesma forma, se procedeu em relação aos capitais estrangeiros no seio do Império. As operações gratuitas e de capitais privados foram progressivamente liberalizadas (Matos, 1973, p. 108), e a aplicação de capital passou a ser bastante variável, havendo setores em que o capital estrangeiro foi proibido, outros em que foi regulamentado por legislação específica – como as empresas estrangeiras – e mesmo casos em que nenhum critério se aplicou (Decreto-Lei 46.312, de 28-8-1965).

---

<sup>65</sup>Decreto-Lei 44.016, de 8-11-1961, sobre a unificação do espaço econômico português.

#### 4.4. As Transações Financeiras

A política econômica a partir dos anos 60 propunha disciplinar os pagamentos entre os diferentes territórios. A Zona Monetária do Escudo era formada para regulamentar e uniformizar, em todos os territórios, os mercados de divisas, de modo a disciplinar os pagamentos inter-regionais e, ao mesmo tempo, criar condições para um sistema bancário mais eficaz:

*A questão da regulação das trocas no seio do Espaço Econômico Nacional era a chave mestra do novo sistema monetário, onde o escudo português ou as divisas convertidas em escudos eram o veículo (se tratava do "padrão de divisa estrangeira" que regularia nos anos 60 as trocas exteriores das colônias portuguesas). (Pereira Leite, 1989, p. 301)*

Estabeleceu-se, assim, um sistema de compensação dos pagamentos interregionais do espaço português (Decreto 44.703, de 17-11-1962), cujo papel era assegurar o equilíbrio dos saldos bilaterais devedores e credores de cada território em relação aos outros.

Os Fundos Cambiais de cada território do Ultramar tinham como agente os bancos de emissão das colônias, enquanto os Fundos Monetários da Zona do Escudo (FMZE) tinham como agente o Banco de Portugal, em Lisboa. Ambos é que faziam funcionar o sistema de gestão de divisas da economia do Império.

O papel do FMZE era contribuir com empréstimos às colônias, regulando, assim, os compromissos interterritoriais ou internacionais assumidos pelos territórios.<sup>66</sup> Já os Fundos do Ultramar (cada colônia com o seu) funcionavam como caixa

---

<sup>66</sup>Os capitais do FMZE eram constituídos pela venda de títulos aos territórios do Ultramar, sendo seu valor depositado no Banco de Portugal.

central das reservas de ouro e das divisas recebidas pela economia desses mesmos territórios.

O saldo do balanço de pagamentos de Moçambique com a Metrópole,<sup>67</sup> na década de 60, indica que ele é deficitário. Os ingressos adquiridos por Moçambique com o resto do mundo não foram suficientes para neutralizar o déficit das suas relações com a Metrópole. O esgotamento da reserva moçambicana acabou pondo fim ao estoque de ouro da colônia, segundo os dados oficiais do governo português, em 1970.<sup>68</sup>

Interessante debate dá-se ainda hoje, em certos círculos portugueses, sobre esse tema, pois, a considerar tais dados, na época da independência a colônia devia para a Metrópole, uma vez que os custos da administração colonial eram imputados à colônia. Ou seja, Portugal fazia, nessa visão, um colonialismo filantrópico. Mas, quem ganhava com essa filantropia, se os moçambicanos mais trabalhavam e mais estavam pauperizados?

#### 4.5. O fim do Pacto Colonial

Se a regulação mercantil foi essencial para a estratégia de unificação dos mercados, esta não poderia se fazer sem uma reformulação das relações econômicas entre Portugal e as colônias; dessa forma, a política dos anos 60 ultrapassava o Pacto Colonial. Dizia o ministro português Correia de Oliveira:

*O desenvolvimento industrial e agrícola de Angola e de Moçambique pode exigir que uma grande parte da indústria têxtil, hoje instalada na Metrópole, vá se fixar nessas Províncias, junto das fontes de matérias-primas, pois será mais barato*

<sup>67</sup>Em 1957, foi elaborado o primeiro Balanço de Pagamentos para Moçambique.

<sup>68</sup>Relatório ICS (1963-1971), in Pereira Leite, 1989, p. 306.

*transportar os tecidos que o algodão (...); sendo assim, as indústrias têxteis da Metrópole deverão transferir para as províncias seus capitais e suas técnicas.*<sup>69</sup>

Ao longo dos anos 60, as economias coloniais sofriam forte dinamização. A guerra de libertação nacional nas colônias apareceu como um elemento fundamental que ajudaria a pôr termo ao Pacto Colonial:

*O desencadear das lutas pela Independência das várias colônias levou a que em 1961 Portugal alterasse significativamente muita da legislação nelas aplicada. Foi assim que se pôs termo ao regime de trabalho e de culturas forçadas e que terminou também o desconto obrigatório para o Fundo do Algodão, então extinto. (Serra, 1991, p. 316)*

Embora a guerra tenha influenciado fortemente a evolução dessa situação, as tendências recentes dos historiadores é a de considerar que não se deve reduzir tal dinâmica às questões políticas e econômicas da guerra. Pontes e Santos (1979), Pereira Leite (1989) e Fortuna (1993) consideram a inserção internacional da economia portuguesa e não tratam as transformações do período como uma “decadência” da relação colonial. Tampouco seria uma reação à política dos movimentos nacionalistas, mas como uma “transformação qualitativa”. Para esses autores, a formação do Mercado Único Português foi condição essencial para a renovação do capitalismo português no contexto da internacionalização dos anos 60.

Foram nessas condições que se programaram a reconversão da indústria metropolitana e a dinamização econômica colonial, pelas quais industrializar significava, antes de tudo, deslocar os sistemas produtivos metropolitanos. Entre os quais os têxteis eram os exemplos mais representativos.

---

<sup>69</sup>Declaração do ministro Correia de Oliveira à imprensa (3-9-62), HFD (1962), suplemento 7-8, p. 7, *apud* Pereira Leite, 1989, p. 309.

Influenciado pela ideologia do desenvolvimento, que acompanhava a acumulação do capital nos anos 60, o governo português articulou o “desenvolvimento econômico” para o Ultramar.<sup>70</sup> Foi nesse processo de mudanças internacionais que os núcleos de planificação do Estado, através dos planos de dinamização econômica, programaram suas intervenções até a queda do regime colonial nos anos 70.

Na esteira dessas mudanças o sistema financeiro se modificou, propiciando financiar a economia, precisamente a industrialização proposta (Decreto-Lei, 44.652), e reorganizar o sistema produtivo. Em 1965, o Decreto 46.666, de 24 de novembro, expressou o novo condicionamento industrial, que se limitou a indicar dois níveis de condicionamento: o nacional, isto é, metropolitano, para as indústrias cujas instalações se ligariam a conseqüências sobre o conjunto do espaço português; e o condicionamento territorial, em que a atividade industrial se limitaria ao espaço de cada colônia. Junto com o decreto foi publicada uma lista das indústrias abrangidas pelo condicionamento nacional. Entretanto, o condicionamento territorial jamais foi regulamentado. Com o novo sistema, a indústria têxtil algodoeira deixou de ser condicionada em Portugal e passou à administração do governo local de cada colônia.

Ao longo dos anos 60, a indústria em Moçambique conheceu um crescimento acelerado, segundo o modelo de “substituição de importação” e orientado para o mercado interno. Mesmo para o setor algodoeiro, o novo regime buscou estimular a instalação na colônia de unidades produtivas ligadas ao setor, eliminando assim as limitações legais anteriores.

---

<sup>70</sup>Nessa perspectiva, foi criada, após o Decreto-Lei 44.652, a Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica (Decreto-Lei 45.222, de 30-8-63), com o objetivo de vigiar a ação das Comissões Técnicas do Ultramar.

Os Planos de Dinamização Econômica dos anos 60 buscaram ultrapassar a política de construção de infra-estruturas, característica da planificação da década anterior. Era chegada a hora – com décadas de atraso em relação aos seus parceiros coloniais – de buscar valorizar as colônias, isto é, de transformar a renda em mais-valia e a mais-valia absoluta em mais-valia relativa, já que a crise

*necessitou de uma reestruturação de capital através da viragem de um processo de acumulação assente na mais-valia absoluta para um processo assente na mais-valia relativa. O capital – no estágio em que se encontrava – foi obrigado a modernizar-se. (Wuytes, 1980, p. 11; grifos no original)*

Essa modernização deu-se nos setores de exportação, através da mecanização da produção da cana-de-açúcar, e na mudança da produção tradicional do algodão para a sua produção em empresas dirigidas por colonos. Deixando de priorizar o algodão nas *machambas* familiares, abandonava-se parcialmente a perspectiva da transferência da renda do setor familiar para o capitalista.

Ao mesmo tempo, a modernização deu-se pelo aparecimento de novos setores da indústria através da substituição de importações. Estas gozavam de proteção em termos de tarifas e restrições de importações e apresentavam intensidade de capital, como por exemplo, a Barragem de Cahora-Bassa.

##### **5. O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)**

O arranque da nova estratégia correspondeu a um plano com duração de três anos – O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967). Em função da guerra colonial, parte considerável da renda nacional portuguesa foi deslocada para as atividades militares e, para fazer frente a isso, seria necessário acelerar o ritmo de

crescimento do produto nacional, garantir a estabilidade financeira e equacionar as atividades econômicas e sua distribuição regional com os esforços de guerra.

Em relação às colônias, os investimentos públicos não mais se dirigiam para os projetos de infra-estrutura, mas estariam canalizados para iniciativas produtivas. Os projetos industriais eram concebidos para empresas de economia mista e os investimentos direcionados para “pólos de crescimento”. Esse projeto só poderia ser levado adiante com a participação de capitais privados, outra novidade em relação aos planos anteriores (Pereira Leite, 1989, p. 318).

No Plano Intercalar, foram destinados 49.188 milhões de escudos (cerca de 410 milhões de dólares), dos quais 14.400 milhões (29,2%) foram distribuídos às colônias. O grosso dos investimentos foi canalizado para o setor industrial (25% do total). Para as colônias, o setor dos transportes, fundamental para a dinâmica comercial, e agora para a guerra, manteve o seu privilégio, tal como nos outros planos, recebendo 29% dos investimentos (sendo 42% no caso de Moçambique).

As indústrias de transformação em Angola e Moçambique receberam participação expressiva em relação à fatia acordada a cada um (29% e 27%, respectivamente), reforçando a mudança em relação ao Pacto Colonial (Plano Intercalar de Fomento para 1965-67, 1964).

Mais de dois terços (68,1%) do financiamento tiveram origem nacional, sendo 30,6% provenientes da administração central e 11,3% da administração das províncias. Quase um terço (31,9%) do financiamento teve fonte externa no período 1965-1967. Do total investido, 34% eram de origem privada, dos quais quase a totalidade foi destinada à indústria.



## **6. O III Plano de Dinamização Econômica (1968-1973)**

Elaborado para o período 1968-1973, os objetivos do III Plano de Dinamização Econômica não se distanciam dos planos antecedentes. Atribuiu um papel fundamental à agricultura, mas no tocante a Angola e Moçambique orientou-se visando impulsionar a indústria e os transportes. Foi financiado com uma participação do setor privado de cerca de 27% do total, deixando o restante em partes iguais para os financiamentos externos e o Estado (Cunha, 1967).

O Plano apontou um crescimento, em valores absolutos, da parte correspondente às colônias, passando de 14.400 milhões de escudos no plano de 1965-1967, para 46.526,5 milhões. Os investimentos destinados à indústria passaram de 25% para 48%, de um plano a outro.

Sobre esse processo, a Associação Industrial de Moçambique publicava que, “estando preparado para definir sua política industrial, o Ultramar parece-nos capaz de romper a barreira que o conduzirá ao lado dos países industriais” (*Revista Indústria de Moçambique*, 1970). A ideologia da industrialização levada a cabo pela Frelimo e marcará o primeiro período da independência teve nessa época os seus precursores.

### **6.1. A Crise do Sistema de Pagamentos Interterritorial**

O sistema de pagamentos interterritorial, existente desde o início dos anos 60, entrou em crise em 1971. A pressão que o pagamento das dívidas atrasadas (os “atrasados”) fazia sobre o sistema tornou-se insuportável. Nessa época, a dívida

líquida de Angola e Moçambique que esperava reembolso chegava a 9,8 bilhões de escudos portugueses.<sup>71</sup>

Os cálculos elaborados pelo governo português mostravam que os pagamentos das contas estabelecidas no Fundo Monetário da Zona do Escudo, em funcionamento desde 1962, não poderiam ser saldados. Isso porque as relações das colônias com o estrangeiro não cobriam o déficit com a Metrópole. A estratégia elaborada em 1962 previa duas conseqüências sobre as economias das colônias, apontadas por Pereira Leite (1989). De um lado, a entrada de capitais para eliminar, no curto prazo, o déficit dos balanços de pagamento. De outro, a médio e longo prazo, essa entrada de capitais deveria trazer repercussões positivas para a economia colonial, levando ao equilíbrio das balanças comerciais e, em conseqüência, anulando os déficits dos balanços de pagamento. Entretanto, essa expectativa malogrou, pois a entrada de capital, que deveria servir para comprar bens de equipamentos, necessários à expansão da capacidade produtiva colonial, foi mais utilizada para a aquisição de bens de consumo no Ultramar. Os consumidores coloniais pagavam os produtos adquiridos de Portugal em moeda do Ultramar, mas os fundos cambiais das colônias não eram suficientes para transformá-los em escudos portugueses, pois lhes faltava os meios de pagamentos sobre o exterior. Não resta dúvida de que esse sistema beneficiava não as colônias como um todo, mas os setores colonialistas ali instalados, pela forma como se deu a incorporação do trabalho ao setor moderno, sobretudo em Moçambique.

Em 1971, o governo português estabeleceu que as transferências do Ultramar (Decreto-Lei 478, de 6-11-71) seriam determinadas pelas disponibilidades de divisas existentes nos Fundos Cambiais Coloniais, passando a gerir a situação

---

<sup>71</sup>"Contas públicas de 1971 - balança de pagamentos da zona do escudo e comércio externo Metrópole/colônias", Economia Moçambicana, 1972, setembro.

exterior das colônias, numa volta ao sistema de 1930. O déficit dos balanços de pagamentos dos territórios do Ultramar tornou-se, assim, insuportável para a economia metropolitana, na percepção do governo português, que impôs restrições aos meios de pagamento nesses territórios. Desse modo, as transações de importação e exportação passaram a ser submetidas a registros preliminares, bem como todas as que envolviam relações com o estrangeiro – prestações de capital, seguros etc.<sup>72</sup>

Essa nova política reduziu os “atrasados”, embora apenas pouco tempo antes da queda do regime colonial. Em Moçambique, passou de 2,8 bilhões de escudos, em fins de 1972, para 1,7 bilhão no ano seguinte, segundo o Banco de Portugal.<sup>73</sup>

Da mesma forma a evolução do comércio exterior do Ultramar com Portugal sofreu mudanças. Os saldos favoráveis mudaram de lado, beneficiando já em 1972 a Metrópole. Essa mudança ocorreu em função da política restritiva dos anos 70, que aumentou as exportações do Ultramar para a Metrópole e reduziu suas importações da Metrópole. No caso moçambicano, essa política prejudicou a substituição das importações dos tecidos têxteis, cuja produção local já estava prestes a garantir as necessidades internas do momento. Ao mesmo tempo, o papel de Portugal no comércio externo do Ultramar se enfraqueceu a partir de 1970. Em Moçambique, entre 1970 e 1973, a percentagem do comércio com Portugal caiu de 26,6% para 19,2%. Crescendo, portanto, a relação com o resto do mundo.

---

<sup>72</sup>Esse processo teve sua regulamentação completada pelo “novo sistema de pagamentos”, baseado nos Decretos-Lei 481, de 6-11-71, 703, de 15-12-71, e 553, de 15-12-71, este substituindo o “sistema de compensação interterritorial”, estabelecido pelo Decreto-Lei 44.703, de 17-11-62.

<sup>73</sup>Boletim da Associação Comercial de Lourenço Marques, 1974, Conselho de Administração do Banco de Portugal, Gerência de 1963, nº 105.

## 7. Antes da Revolução

Uma análise detalhada do balanço de pagamentos de Moçambique é apresentada por Serra (1991, p. 305), que se apresenta algumas de suas considerações.

As relações econômicas entre Moçambique e Portugal foram sistematicamente favoráveis à Metrópole com a conseqüente transferência líquida de recursos. Além das trocas comerciais, eram os invisíveis correntes os principais responsáveis pelo desequilíbrio, sendo que alguns itens (transferências privadas e rendimentos de capital) tinham saldo negativo maior que o da Balança Comercial. Entretanto, o principal vínculo entre as duas economias era a troca de mercadorias. No período entre 1970 e 1973, as trocas comerciais entre os dois países (exportações mais importações) atingiram na média mais de 4 bilhões de escudos anuais.

Enquanto os saldos do balanço de pagamentos da Zona do Escudo (onde Portugal era o principal parceiro) apareciam sistematicamente negativos, os saldos com o estrangeiro eram sempre positivos. A situação é ainda mais agravada em face de as razões de troca do comércio com Portugal serem freqüentemente mais desfavoráveis a Moçambique, que as resultantes das trocas com o estrangeiro.

O comércio externo de Moçambique com Portugal era financiado em parte pelos excedentes que resultavam das relações econômicas com o estrangeiro ou, mais concretamente, dos créditos invisíveis correntes provenientes, sobretudo, dos transportes.

Portugal tinha então em Moçambique, assim como no restante espaço econômico português, garantido o escoamento de parte importante da sua produção, fator que

permitia rentabilizar as suas atividades e contribuía para que a acumulação ali se desse em prejuízo das colônias:

*Tal articulação baseava-se na exportação para a Metrópole de matérias-primas e na importação de consumo manufacturados (têxteis, calçados) e de outros de origem agrícola (azeite, vinho). Parte importante destes eram resultado da transformação industrial, feita na Metrópole, de matérias-primas previamente importadas de Moçambique. (Serra, 1991, p. 308)*

Tal era o caso do algodão, que, como se viu, ao abrigo da lei de condicionamento industrial, não podia ser transformado em têxtil em Moçambique para que concorresse com as exportações portuguesas para lá, até as mudanças ocorridas nos anos 60.

Ademais, o saldo negativo do balanço de pagamentos de Moçambique nos últimos anos de colonialismo deveu-se, além dessas trocas desiguais, aos investimentos para a industrialização substitutiva das importações no mesmo período. O retorno desses investimentos que seria entre dez a 15 anos, não ocorreu. Esse fator é o responsável pela crise proveniente do setor moderno da economia, o segundo vértice da tese indicada.

Efetivamente, em termos econômicos, o Império português mudou nos anos 60-70, em relação aos anos 30. Na medida em que a economia portuguesa se deixava absorver pela vaga de internacionalização, ela criava as bases para ultrapassar o Pacto Colonial:

*A especialização da indústria portuguesa em função dos mercados europeus só poderia levar à renovação do conceito e da prática económica colonial. De maneira esquemática, a complementaridade das trocas dos produtos (manufaturados/matérias-primas) deu lugar ao deslocamento dos processos produtivos (capital financeiro, tecnologia, "know-how"). Também nos anos 60, o Império Português tinha tendência a reproduzir ao nível interno, no seio do Espaço*

*Económico Português, o modelo económico seguido em escala mundial depois da Segunda Guerra Mundial.* (Pereira Leite, 1989, p. 348)

Como consequência, assistiu-se à redução do papel da Metrópole no comércio externo do Ultramar, diminuindo relativamente para lá as suas exportações. Essa perda de papel é atribuída à incapacidade de Portugal para responder às necessidades das colônias, em termos de bens de capital, e em fornecer os bens necessários à industrialização.

As exportações portuguesas se reestruturaram em função do mercado europeu, onde começava a colocar os produtos dos setores mais modernos de Portugal, notadamente o têxtil (Fortuna, 1973). Ao mesmo tempo, as importações de matérias-primas das colônias diminuíram, pois, agora, tratava-se de substituir as importações, passando a utilizar mais as suas próprias matérias-primas. Nesse período, a indústria têxtil e a produção de algodão em Moçambique passaram a ter um desenvolvimento acelerado.

Assim, as elites coloniais recorreram, e cada vez mais a partir dos anos 70, ao capital financeiro metropolitano e internacional para ultrapassar essas dificuldades, mudando, efetivamente, as articulações do Pacto Colonial.

Uma vez que a base econômica da Metrópole e das colônias deslizou para uma “dinâmica de internacionalização”, o Império, nos termos do Estado Novo, deixou de existir nos anos 60. Essa abertura econômica foi crucial para a independência política das colônias que viria brevemente.

Enquanto o governo Português pensava em desenvolvimento e em planos de fomento para Moçambique, a Frelimo expunha o sofrimento de seu povo e a crise política e econômica que vieram com o colonialismo. A resistência se organizava.

### **7.1. O que Pensava a Frelimo**

Criada em 1962, portanto, já na fase de valorização do território pelo colonialismo, a Frelimo tinha em seus estatutos e programa, aprovados pelo I Congresso, 24 pontos, três dos quais se referiam diretamente a questões econômicas, a saber:

1. liquidar todas as relações econômicas de tipo colonialista e imperialista;
2. reconstruir a economia e o desenvolvimento da produção para transformar Moçambique de país colonial e subdesenvolvido num país economicamente independente, industrial, desenvolvido, moderno, próspero e forte; e
3. defender os interesses de todo o povo de Moçambique, nomeadamente das classes laboriosas, por meio:
  - a) da abolição do regime de trabalho forçado;
  - b) da abolição dos acordos que regem a emigração dos trabalhadores moçambicanos para a África do Sul e outros países;
  - c) da extinção do envio de prisioneiros para as plantações de São Tomé e outros países;

- d) da interdição da utilização de soldados moçambicanos em guerras colonialistas contra os povos das outras colônias portuguesas, assim como contra os povos de outros países;
- e) do salário igual para trabalho igual, sem discriminação racial ou de sexo;
- f) do salário mínimo necessário para ter uma vida decente e;
- g) da elevação progressiva do nível de vida econômico.

Observe-se, em primeiro lugar, a existência, ainda na década de 60, do trabalho forçado na província, condenado pela Frelimo em quase todos os seus informativos:<sup>74</sup> “A Frelimo vai acabar com o trabalho forçado” (BI nº 2, 1964, *apud* Frelimo, 1977a). Em segundo lugar, o aparecimento da luta antiimperialista, juntamente com a luta anticolonial, dando-lhe um caráter progressista e um alinhamento no quadro da Guerra Fria. E, finalmente, de forma explícita, as concepções desenvolvimentistas, que permitirão mais adiante formular políticas de governo concretas centradas na modernização industrializante e no assalariamento.

É ilustrativo verificar a palavra de ordem adotada pela Frelimo, em latim e português, por orientação de Eduardo Mondlane, contra a construção da barragem de Cahora Bassa, “*Cahora Bassa delenda est, Cahora Bassa deve ser destruída*”

---

<sup>74</sup>Entre 1963 e 1965, foram publicados 11 números do Boletim Informativo (até setembro de 1964) e oito números do Boletim Nacional (até abril de 65); entre 1965 e 1974, a Frelimo editou a Voz da Revolução, com saídas e numeração irregulares até junho de 1971, passando a ser regular até as vésperas da independência, em maio-junho de 1974, quando interrompeu sua publicação como informativo de oposição.



(Frelimo, 1997a, p. 117). Samora, seguramente já prevendo a utilidade da barragem no processo de modernização, não a utilizará.

Num pequeno artigo publicado pela Frelimo possivelmente em 1976, mas escrito talvez em 1973 pelas referências que utiliza (“O Processo de Revolução Democrático Popular em Moçambique”), o presidente Samora faz um balanço da situação. Desse texto, se reterá nas análises do período final do colonialismo em seus aspectos econômicos, e sobre a economia nas zonas liberadas. A luta armada de libertação nacional, pelas características de guerra prolongada, desenvolveu zonas liberadas no Norte do país, onde experiências econômicas foram conduzidas e orientaram o partido a novas teorias no pós-independência, sobre o trabalho e a vida coletiva.

Sobre a criação dessas zonas, dizia Machel que punha em primeiro plano a questão de saber a quem pertencia o poder, quem o deveria exercer e quem deveria beneficiar-se dele, da mesma maneira que punha em causa o tipo de relações sociais de produção, quer as herdadas da sociedade tradicional, quer as coloniais:

*Assim, no decurso mesmo da luta armada de libertação nacional foi desencadeado um processo destinado a instalar um poder fundado na aliança das camadas sociais exploradas do nosso país, destinado a levar a termo a luta de libertação nacional e a liquidar o sistema de exploração do homem a fim de edificar uma Sociedade Nova. (Machel, 1976?, p. 4)*

Sobre o colonialismo português, afirmava que em Moçambique ele assumiu fundamentalmente o papel de intermediário entre as diversas potências imperialistas e o território, o que, em suma, seria esse o papel das classes dirigentes indígenas nas situações neocoloniais. Entre 1959 e 1967, a percentagem anual dos investimentos não-portugueses nas colônias passou de 1% para 30%, constituindo as colônias um instrumento temporário para impedir o agravamento das

contradições sociais em Portugal, permitindo, assim, uma sobrevivência do regime fascista português:

*Portugal é um país que mantém estruturas agrícolas fortemente arcaicas e próximas do feudalismo: os 500 maiores proprietários dispõem de tanta terra quanto os 500.000 mais pequenos proprietários portugueses. Esta situação determina, por um lado, um êxodo rural crescente (nos últimos 10 anos houve distritos em Portugal que chegaram a perder ¼ da população) e um agravamento da situação social do camponês, que produziram uma forte corrente emigratória e se traduziram por uma diminuição global da população portuguesa, de 2% na década 1960-70.*

*A possibilidade de exportar para as terras férteis de Moçambique aquela massa de camponeses pobres, apareceu como a solução ideal para um regime que, ligado aos latifundiários, não pode tocar nas estruturas agrárias e fazer uma reforma agrária que solucione a questão da terra a favor dos camponeses pobres e médios.*

*A instalação de comunidades rurais brancas nas terras férteis de Moçambique, donde previamente foram expulsos os camponeses africanos, é essencialmente destinada, na estratégia inimiga, a criar um conflito entre as duas comunidades, que servirá para reforçar a dominação colonial. Com efeito, o camponês branco deveria segundo o plano capitalista identificar os seus interesses aos do Estado Colonial, que lhe garante a propriedade das terras espoliadas aos africanos. É este, por exemplo, o esquema que preside os diferentes planos do vale do Zambeze, onde os colonialistas se propõem instalar um milhão de colonos brancos nas terras a serem irrigadas pela futura barragem de Cahora Bassa. (Machel, 1976?, p. 5)*

Moçambique oferecia um mercado seguro e protegido aos produtos da agricultura portuguesa, poucos competitivos no mercado internacional. É o caso dos vinhos e derivados, que regularmente ocupavam um dos primeiros postos no valor total das importações do território. As colônias absorviam, na altura das independências, 75% das exportações dos vinhos portugueses:

*Se a persistência do colonialismo português responde às exigências da estrutura feudalizante da agricultura portuguesa, ela corresponde também às necessidades da indústria capitalista portuguesa. O caso da indústria têxtil, que ocupa cerca de um terço da mão-de-obra industrial e cuja exportação representa perto de um quinto do valor das exportações portuguesas, é bastante significativo. De acordo com o inquérito do II Congresso das Indústrias Portuguesas, entre 30 e 50% da maquinaria têxtil é antiquada ou está fora de uso e os fusos têm em média uma idade superior a 20 anos, dos quais 15% têm uma idade superior a 50 anos.*

*Os preços particularmente baixos do algodão moçambicano desempenham um papel relevante no funcionamento da indústria têxtil portuguesa. (Machel, 1976?, p. 6, grifos do autor)*

O artigo mostrava a diferença entre o preço do quilo do algodão pago aos produtores moçambicanos e o preço no mercado internacional, deixando ver como o produto era vendido a preços de favor aos importadores portugueses:

(Em escudos moçambicanos)

Anos	Moçambique	Estrangeiro
1947-48	11\$83	19\$15
1948-49	12\$18	21\$50
1949-50	12\$56	34\$60
1950-51	14\$25	38\$20
1951-52	15\$48	29\$14
1952-53	15\$53	24\$02
1953-54	14\$46	24\$06
1954-55	15\$35	26\$22

*Moçambique fornece ainda cerca de 80% da matéria-prima da indústria açucareira portuguesa. A deterioração dos termos de troca entre Moçambique e Portugal, ilustra muito bem os benefícios auferidos pelo capitalismo português, graças à exploração colonial. Entre 1958 e 1962, o preço médio da tonelada exportada para Portugal baixou de 5200\$00 para 3500\$00 por tonelada (...) simultaneamente, o preço médio da tonelada importada de Portugal subiu de 6.500\$00 para 9.800\$00. (Machel, 1976?, p.6)*

Moçambique constituía importante fonte de rendimento em divisas para o colonialismo português, através da venda de trabalhadores para as minas da África do Sul e Rodésia:

*O governo colonialista recebe da África do Sul cerca de 1 bilhão de escudos em divisas, produto de taxas e salários dos trabalhadores e das receitas dos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, utilizadas pela África do Sul como contrapartida de venda de trabalhadores. Acordos idênticos ligam Portugal à Rodésia.*

*Estas receitas em si representam mais de ¼ dos excedentes da balança de contas do Ultramar, que transferidos para a Metrópole colonial lhe permitem manter uma balança de pagamentos largamente excedentária, muito embora o valor das*

*exportações portuguesas cubra apenas 60% do valor das importações. (Machel, 1976?, p. 7)*

Machel defendia a tese de que o esforço empreendido pelo capitalismo português na década de 70, para modernizar as suas estruturas e torná-las capazes de se integrar competitivamente na Europa, só seria possível se dependente da acumulação realizada através da pilhagem dos recursos econômicos e dos trabalhadores, do afluxo de divisas resultante dos excedentes produzidos pelo Balanço de Pagamentos de Moçambique e também da existência de mercados seguros e protegidos para a pouco competitiva indústria portuguesa.

Finalmente, sobre o imperialismo e o colonialismo, o artigo indicava que Moçambique constituía um vasto reservatório de mão-de-obra a preço irrisório para a indústria mineira sul-africana e para as grandes plantações da Rodésia. Além de fornecedor de mão-de-obra, sustenta Machel, o imperialismo necessitava de Moçambique como fornecedor de energia para uma África Austral pobre em fontes energéticas e num período de rápido crescimento industrial, que ele mesmo desejava.

Ele tinha plena consciência do peso de Moçambique nos serviços portuários para a região:

*Um (...) papel reservado a Moçambique, dada a sua situação geográfica, é o porto natural do vasto hinterland da África Austral. Nos 2.795 km de costa moçambicana encontram-se diversos portos, entre os quais o Lourenço Marques, que serve a África do Sul, a Swazilândia e o Lesotho, Beira, que serve a Rodésia, a Zâmbia, o Zaire e o Malawi, Nacala, que serve o Malawi. O movimento dos portos moçambicanos é da ordem dos 30 milhões de toneladas anuais, movimentando o porto de Lourenço Marques por si só cerca de 15 milhões de toneladas anuais, o que faz dele um dos primeiros portos do continente. (Machel, 1976?, p. 9)*

Machel apontava que as riquezas do solo e do subsolo moçambicano, em função do baixo preço da mão-de-obra e da repressão severa contra os movimentos reivindicativos, despertaram o interesse dos grandes monopólios, tendo dado lugar a investimentos maciços. Segundo ele, esse interesse crescente do imperialismo pelas riquezas do país foi acompanhado por uma industrialização relativamente muito importante:

*No campo da indústria os investimentos imperialistas têm-se multiplicado a um ritmo elevado: entre 1961, início das guerras coloniais, e 1964, início da luta armada de libertação nacional de Moçambique, o número de instalações industriais com um valor igual ou superior a 50 milhões de escudos passou de 85 a 647. Entre 1967-1969 o ritmo médio de crescimento anual da produção industrial atingiu os 20%, situando Moçambique entre os países de mais rápido crescimento industrial do continente. O valor da produção industrial moçambicana situa hoje Moçambique entre os 7 países mais industrializados do continente (África do Sul excluída) e representa cerca de 4% do total da produção industrial da África. (Machel, 1976?, p. 10)*

Entre 1962 e 1969, o total dos investimentos na indústria aumentou em mais de 100%. No entanto, 52,3% do total dos investimentos foram destinados a 180 unidades industriais, que se consagraram à exportação, enquanto 1.724 unidades industriais que abastecem o mercado interno receberam, comparativamente, apenas 47% dos investimentos. Tais inversões beneficiaram, assim, o Balanço de Pagamentos da Zona do Escudo e criaram, por isso, melhores condições para o financiamento da guerra colonial. Embora os investimentos tenham mais que duplicado no período em questão, o número de trabalhadores passou apenas de 59.060 para 75.672.

Esses dados reforçam o segundo vértice da hipótese levantada, a da crise no setor moderno, ou seja, o processo de industrialização pelo capital traz em si o germe do desemprego, uma vez que o aumento do volume do investimento não produz

emprego na mesma proporção, em função da necessidade de aumentar a produtividade para realizar a mais-valia relativa.

Voltando à análise da Frelimo sobre a economia de Moçambique nas vésperas da revolução, eis o que pensava sobre o cultivo forçado do algodão:

*As companhias concessionárias de algodão que controlam Moçambique fundam a sua actividade na imposição da cultura do algodão e no monopólio da sua compra aos produtores africanos a preços obrigatoriamente 4 a 5 vezes inferiores aos do mercado livre e do mercado internacional. Mais de 500.000 agricultores encontravam-se submetidos a este regime antes do desencadeamento da guerra, atingindo hoje 550.000 o número de agricultores submetidos ao regime. (Machel, 1976?, p.16)*

E sobre o trabalho forçado:

*O trabalho forçado nas plantações das companhias, que é a base dos lucros fabulosos das companhias monopolistas do açúcar, chá e sisal, constitui sobretudo uma forma particularmente dura da exploração dos trabalhadores rurais. Estes são obrigados a abandonar as suas actividades agrícolas ou artesanais, em troca de um salário inferior a 5\$00 por dia de trabalho de 12 a 15 horas. Mais de 100.000 trabalhadores encontram-se anualmente submetidos a este regime. (Machel, 1976?, p. 17)*

Na época, a guerra absorvia, segundo as declarações do general Kaulza de Arriaga, mais de 45% das despesas governamentais de Moçambique. No entanto, as despesas da saúde e da educação orçavam apenas em 3% e 2,6%, respectivamente, e, é claro que a maior parte dessa magra percentagem destinava-se às zonas urbanizadas, onde viviam o grosso da população europeia. Samora queixava-se ainda que o III Plano de Desenvolvimento, no ano de 1970, consagrou apenas 1,5% do total investido ao desenvolvimento rural:

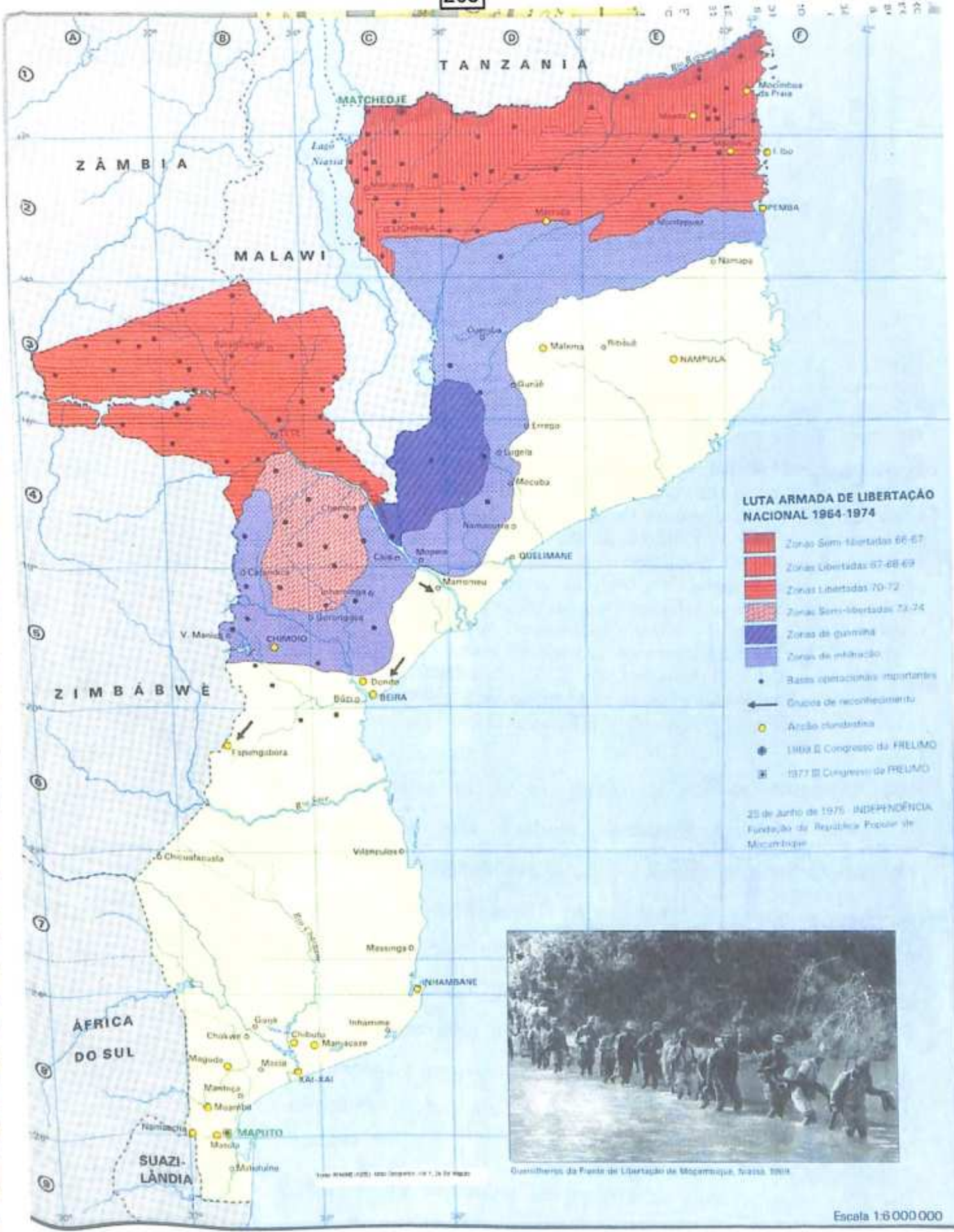
*Durante a dominação colonial a massa rural encontrava-se sujeita a diversos tipos de exploração. As companhias monopolistas ocupavam vastas extensões de terra cultivada por legiões de trabalhadores forçados, recrutados e fornecidos pela*

*administração colonial. Ao mesmo tempo, nas zonas de concessão, as companhias obrigavam a massa rural a cultivar quotas anuais de certos produtos, como algodão, que a companhia comprava, em seguida, a preços de miséria que impunha em conivência com a administração. A administração colonial, sob pretexto de que o africano devia fornecer uma contribuição braçal, além dos impostos (exorbitantes) que já pagava, forçava homens e mulheres a irem trabalhar gratuitamente meses e meses, na construção e reparação de estradas, no cultivo dos campos pertencentes aos funcionários administrativos, etc. Os pequenos colonos, nas suas terras e lojas, nas suas casas, também utilizavam o trabalho forçado africano. Os régulos, um ou outro camponês africano rico, que beneficiava da simpatia da administração, também exploravam o trabalho forçado. (Machel, 1976?, p. 48-49)*

Em face dessa situação, Machel definia os objetivos a serem atingidos pela Frente:

*Dentro deste contexto, compreende-se que a libertação nacional para as largas massas camponesas do nosso país exija uma modificação radical da situação camponesa que abranja a abolição real das culturas forçadas e do trabalho obrigatório, o fim da espoliação das terras e da exploração das companhias concessionárias e das grandes plantações, a liquidação da prática da venda de trabalhadores ao estrangeiro, a transformação total do sistema fiscal a favor das massas trabalhadoras. Em resumo, o conteúdo da reivindicação camponesa no nosso país exige a destruição do Estado Colonial, do Estado das culturas forçadas e das plantações, do estado da dependência em relação ao imperialismo, representado pelas companhias multinacionais e pela subserviência perante os interesses da indústria mineira sul-africana e da indústria agrícola rodesiana. (Machel, 1976?, p. 18)*

Indicava também um novo caminho a seguir na economia e na política, através da instauração de novas relações sociais de produção que pusessem cobro à exploração existente e que deveriam corresponder aos interesses e à consciência crescente das massas trabalhadoras moçambicanas. Pelo conteúdo, pela forma e pelos seus objetivos, a luta na definição da Frelimo seria democrática e popular, e no 1/3 do território que estavam nas zonas libertas instalava-se o poder das massas trabalhadores, que edificariam uma sociedade nova.



Guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique, 1964

Escala 1:6 000 000

38 MOÇAMBIQUE: LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E INDEPENDÊNCIA



## CAPÍTULO 4

### A Experiência Socialista

*O Comitê Central, analisando a situação, constatou que, no essencial, tinham sido levadas a cabo as tarefas da Revolução Democrática Nacional. As estruturas de opressão fascistas e feudais tinham sido liquidadas. As liberdades democráticas haviam sido estendidas a todo o país. Do Rovuma ao Maputo, o Poder pertencia ao Povo. O Comitê Central concluiu que estavam criadas todas as condições para a passagem à etapa da Revolução Democrática Popular. O Comitê Central definiu a natureza e os objetivos do novo Estado a criar e aprovou a Constituição. A 25 de Junho de 1975 nasceu a República Popular de Moçambique, primeiro Estado operário e camponês da História do nosso país. (Machel, 1978, p. 58)*

Neste capítulo, apresenta-se as linhas gerais da política econômica pós-independência implantada pela Frelimo, caracterizada pelo impulso à modernização e ao desenvolvimento das forças produtivas, pela nacionalização e estatização dos meios de produção e pelo papel central do Estado na produção, circulação, formulação, planejamento e gestão das unidades de produção. O 3º Congresso da Frelimo, reunido em 1977, definiu uma política que pretendia marcar Moçambique como um “território libertado da humanidade”, em luta contra o colonialismo, o *apartheid*, o imperialismo e o racismo, dirigido por um partido de vanguarda, em direção ao socialismo.

O intervalo de tempo que se atribui ao período de transformação socialista estudado neste capítulo é demarcado inicialmente pela política da Frelimo pós-

independência, gestada nos anos da luta armada, expressa em orientações gerais nos documentos da época e formulada claramente em 1976. Em fevereiro de 1977, essa política foi oficializada no 3º Congresso. Serviu de orientação legal para a ação do governo. As diretrizes desse congresso moldaram a economia, a política e a sociedade moçambicana por mais de uma década. Visavam uma sociedade socialista e representaram a esperança de que o mundo efetivamente caminhava nesse sentido. Embora por pouco tempo, Moçambique fez parte do chamado "socialismo realmente existente". A teoria e a prática do governo moçambicano nesse período não foram diferentes dos outros países socialistas. Entretanto, o quadro regional, com as ações desestabilizadoras da Rodésia do Sul e da África do Sul do *apartheid* e a reversão econômica nos países centrais, daria característica específica à experiência moçambicana.

Delimita-se o término desse período a 1984, não obstante sua influência política ter se arrastado até o final da década de 80, quando as políticas emanadas do 4º Congresso<sup>75</sup> revisaram as orientações básicas permitindo a abertura do sistema. A reforma das políticas do 3º Congresso ocorreu em função da crise que se aprofundava na economia e na sociedade, pelo avanço da guerra de desestabilização interna promovida pela África do Sul. Havia também a dívida externa que se avolumava, a baixa produção e produtividade dos projetos que receberam grandes investimentos nos anos anteriores. Havia dificuldades de gestão das empresas estatais e porque, enfim, essa seria a parte da modernidade que caberia a Moçambique.

Em 1985, iniciou-se a transição da política socialista para as políticas neoliberais nos padrões do FMI e do Banco Mundial, que passarão à plena vigência em 1987.

---

<sup>75</sup> O 4º Congresso foi realizado em 1983, e suas políticas começaram a se fazer sentir no ano seguinte.

### 1. O 3º Congresso da Frelimo

*Em um sistema desigual há sempre duas maneiras de o grupo rebaixado buscar se ver livre do seu rebaixamento. Ele pode tentar reestruturar o sistema, de modo que todos passem a ter uma posição igual. Ou pode simplesmente querer mudar para uma posição superior, mantendo a distribuição desigual. Não importa em quanto se concentrem em objetivos igualitários, os movimentos anti-sistêmicos sempre incluem elementos cujo objetivo, inicial ou final, é apenas "ascender" na hierarquia existente. (Wallerstein, 2001, p. 60-1)*

No início dos anos 70, o ritmo de crescimento da economia norte-americana começou a diminuir e seu orçamento tornou-se deficitário, fato que mudou o sentido do fluxo de capital a partir dos anos 80.<sup>76</sup> A guerra do Vietnam e os programas sociais de auxílio-doença e aposentadorias, entre outros, aumentaram as despesas públicas norte-americanas. A ação civil e militar dos Estados Unidos no exterior e as exportações de capitais de multinacionais forçaram o governo norte-americano a uma maior emissão de dólares para o financiamento da política imperialista. O avanço da Revolução Cultural na China; a vitória socialista no Vietnam, no Laos e no Camboja; a consolidação de Cuba; a eleição da Unidade Popular no Chile; e os conflitos na América Central indicavam que o caminho das transformações sociais rumo ao socialismo no início dos anos 70 seria inevitável. Ao mesmo tempo, a inconvertibilidade do dólar em 1971 desorganizou o sistema monetário internacional e o choque do petróleo agravou a crise econômica, provocando uma recessão em escala mundial. Enquanto isso, o crescimento dos países desenvolvidos era nulo em 1974 e negativo em 1975. Os países centrais e periféricos verificavam desequilíbrios profundos nos pagamentos externos a partir de 1974. Os períodos de retomada do comércio internacional durante o decênio somente tiveram lugar ao custo de fortes aumentos de preços e de medidas protecionistas pelos Estados nacionais. Os preços dos produtos agrícolas sofriram

<sup>76</sup>A parte inicial deste capítulo foi baseada em Santos T. (2004) e Stoffaes (1991, p. 81).

uma forte alta e a inflação tornou-se um problema mundial. Em 1973, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) constatava que a época era de dificuldades para a condução da política econômica, numa situação caracterizada pela recessão e inflação. O segundo choque do petróleo, em 1979, levantou ainda outras barreiras para as tentativas de retomada da economia dos países desenvolvidos.

No interior de Moçambique, a correlação de forças era favorável à Frelimo, que chegou ao poder praticamente sem contestação e com forte apoio popular. Foi nesse quadro geral que o Comitê Central da Frelimo tirou conclusões sobre a conjuntura política e econômica internacional e apresentou propostas para a transformação da "Revolução Democrática Nacional" em "Revolução Democrática Popular".

O vento soprava favoravelmente ao florescimento das idéias progressistas no mundo e a Frelimo preparava as suas caravelas, não querendo repetir fórmulas neocoloniais e continuar com a exploração da população de seu país, agora constituído em Estado nacional independente. Em sintonia com os movimentos progressistas da época, foi além da libertação nacional e propôs a libertação social. Além de um novo Estado, queria novas relações de produção que efetivamente modernizassem a sociedade, transferindo os benefícios para a população.

### 1.1. Sobre as Revoluções Industriais

Antes de 1970, são identificadas duas revoluções industriais. A primeira tendo surgido por volta de 1780, na Inglaterra, estabeleceu o paradigma tecnológico das economias mais avançadas até os anos 1870-1880. Baseava-se no uso do vapor d'água como fonte de energia, impulsionando uma revolução nos transportes; na exploração das minas; na produção mecânica nas fábricas; nas normas de produção; e no comércio internacional. A tecnologia dessa revolução não é muito complexa, se consideradas as que a seguiram, e se propagou rapidamente na Europa e nos Estados Unidos. Foi o momento do *laissez-faire*, da livre concorrência, que caracterizou a burguesia européia desde a Revolução Francesa.

A Segunda Revolução Industrial, iniciada nos anos 1870-1890, adensou a relação capital-trabalho e capital-produto e se expandiu para a Europa Ocidental, para os Estados Unidos e para o Japão. Foi a revolução da eletricidade, do aço, da química, do petróleo, dos bens de capital eletromecânicos e do motor a combustão interna. A necessidade de capital para financiar esse nível tecnológico foi infinitamente mais forte que anteriormente. O desenvolvimento da química e da física tornou possível um saber quase inacessível aos que estavam atrasados em relação à primeira revolução ou que não haviam nem começado. A complexidade do modelo exigiu uma produção em grande escala e um capital bancário importante. O Estado assumiu um papel muito mais ativo, uma "função estruturante do desenvolvimento econômico" (Sampaio, 1992, p. 4). Rompendo o modelo de livre concorrência para direcionar o desenvolvimento do capital, surgem os trustes, os cartéis e os oligopólios. Assiste-se à aparição do Estado-previdência e do Estado-regulador, intervindo nas vias férreas, nas leis antitruste, nos seguros, nacionalizando as companhias de energia elétrica etc. Foi o mundo do *welfare*

*state*, que teve seu fim no início dos anos 70, com a flutuação do dólar em 1971 e com a alta do preço do petróleo em 1973.

A Terceira Revolução Industrial (utiliza-se também o termo revolução científico-técnica), que desponta na década de 70 do século XX, expressa transformações mais profundas que as precedentes. Tem como principais mudanças tecnológicas a informática, os novos materiais produzidos pela indústria química, as fibras óticas, os supercondutores, os novos plásticos e adesivos de alta qualidade, a engenharia genética, a biotecnologia e as técnicas de manipulação genética, que estão na origem de novos produtos e de seres vivos diferentes dos existentes até então, bem como nas mudanças radicais nos processos de produção industrial. Essas mudanças afetaram os processos de produção, agora isolados pela automação integrada flexível, isto é, por mecanismos digitalizados comandados por computadores, que programam o processo de automação, substituindo o processo eletro-magnético e a automação repetitiva.

Ao mesmo tempo, a administração infiltra-se por toda a cadeia econômica e os métodos de trabalho experimentam grandes mudanças, modificando as relações hierárquicas entre técnicos, quadros, direção e operários.

Aprofundando violentamente a produtividade do capital, a relação entre a produção industrial e o volume da força de trabalho empregada sofreu modificações, diminuindo substancialmente o número de trabalhadores necessários. O domínio do conhecimento e da informação, facilitados pela informática, tornou-se o fator mais importante da concorrência capitalista e o conhecimento passou a ser o principal recurso para os indivíduos e para a economia em geral. Terra, mão-de-obra e capital – tradicionais fatores de produção dos economistas – passaram a um segundo plano (Drucker, 1995, p. 43-4).

Da mesma forma, os critérios de alocação dos investimentos vêm sendo profundamente modificados, assim como os critérios de mercado e de matérias-primas vêm sendo substituídos por estratégias globais, com os centros de pesquisa se situando num dado país, enquanto a fabricação fica dispersa em outros. A economia monetária se afasta da economia real, e os fluxos de dinheiro das transações substituem os investimentos em carteira, que, além de serem muito superiores em volume, se diferenciam igualmente da economia real. Os mercados interbancários dos principais centros financeiros movimentam somas muito mais importantes do que aquelas que seriam realmente necessárias ao comércio e ao investimento da economia mundial. Além disso, eles são autônomos e incontroláveis pelo Estado, qualquer que seja a agência reguladora ou política nacional. Os investimentos baseados em associações para o aumento de capital tornam-se secundários em relação às alianças entre grupos, como as *joint ventures* ou ainda os acordos de pesquisas, em que o importante é partilhar conhecimentos (Sampaio, 1992, p. 4).

A concorrência capitalista expande-se em escala global e torna-se mais acirrada, podendo significar não somente a perda de mercados, mas também o desaparecimento da indústria de um país. Os fluxos de informação aumentam mais rapidamente que outros fatores econômicos e tendem a impor sua presença em todos os lugares, inundando o mundo todo de novas informações, o que exige inovação constante pelas unidades, se quiserem se impor diante da concorrência. A economia mundial torna-se uma realidade em si. Ela se distingue do período precedente, em que o comércio e o investimento com o estrangeiro giravam em torno da economia doméstica.

Nessa época de grandes mudanças, os próprios teóricos do capitalismo, como Drucker (1995), reconhecem que os paradigmas que explicavam e controlavam a economia durante a Segunda Revolução Industrial tornaram-se obsoletos. O Estado perde, pouco a pouco, o poder diante dos blocos econômicos e dos fluxos monetários e também o seu crédito com as instituições transnacionais. Torna-se difícil para os governos controlar os ciclos de expansão e de recessão ou as taxas de desemprego, de poupança e de consumo, pois os instrumentos clássicos keynesianos e monetaristas perderam sua eficácia.

A crise que a Frelimo analisava era, portanto, parte e processo da Terceira Revolução Industrial, agora científico-tecnológica, que reformulou a economia mundial, imprimiu uma deterioração rápida na economia dos países socialistas e, conseqüentemente, impôs a sua derrota política. Ao mesmo tempo, essa revolução estabeleceu novas determinações para o papel dos países do então Terceiro Mundo. “O que coube a Moçambique, neste novo processo, foi bem menos do que [a Frelimo] esperava, e o novo Estado entra, no mundo globalizado, em condições ainda mais adversas do que outros países” (Nunes, 2001, p. 241).

Grande parte dos países socialistas pretendia atingir os níveis tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, quando ela já estava em nível bem avançado nos países centrais. Em Moçambique, a partir de um nível tecnológico extremamente baixo, o 3º Congresso da Frelimo pretendia iniciar a Segunda Revolução Industrial no momento em que ela começava a ser substituída pela terceira nos países centrais e quando o mundo entrava numa crise de acumulação, a fase B do ciclo de Kondratieff, exigindo uma nova divisão do trabalho.

A maior parte das independências na África ocorreu no início dos anos 60, período de declínio do último ciclo colonial africano, quando o capitalismo vivia

o apogeu da *pax americana* e estava em pleno crescimento. No início dos anos 70, período de ascensão da luta revolucionária anticolonial nas colônias portuguesas, Moçambique ainda era marcado por relações socioeconômicas determinadas pelo colonialismo e pela circunstância de crise internacional profunda do capitalismo, caracterizando um quadro diferente das independências das outras colônias africanas. Nessas, a ascensão econômica das potências coloniais permitiu encontrar uma saída neocolonial frente à crescente pressão interna dessas sociedades pela descolonização.

Esses fatores fizeram com que não parecessem absurdas as proposições da Frelimo, que almejava o desenvolvimento acelerado das forças produtivas para a consolidação do Estado-nação, através da modernização da agricultura e do aumento das exportações, da industrialização e da concentração da população em aldeias comunais. Tudo seria planejado racionalmente por um Estado forte, centralizador, executor e distribuidor, dirigido por um partido único. Essas pareciam ser as únicas alternativas possíveis para se sair da periferia da economia mundial e entrar num processo de desenvolvimento.

Nesse aspecto, o modelo da Frelimo não diferia do modelo capitalista para vencer o subdesenvolvimento, com experiências relativamente bem-sucedidas no processo de industrialização. É evidente que se propunha a propriedade coletiva dos meios de produção como, conseqüentemente, coletiva também deveria ser a apropriação da produção.

A Frelimo acreditava na possibilidade de desenvolver Moçambique como nação independente, pois seus líderes tinham bebido na fonte do universalismo. Objetivava fazer com que o país ocupasse um outro lugar no quadro das nações. Estava convencida de que, para isso, dependia apenas da sua *vontade política*. Já

em 1976, a Frelimo analisava as causas e as características fundamentais do subdesenvolvimento e afirmava que historicamente a agricultura servira de base à indústria e que a indústria, uma vez criada, tornou-se o elemento determinante do desenvolvimento, favorecendo o crescimento da produtividade agrícola. Afirmava também que, economicamente, o desenvolvimento passava pela construção da indústria de bens de capital e que

*(...) a experiência de todos os países tornados independentes que continuam a tentar um desenvolvimento económico assentado exclusivamente na produção agrícola e na transformação industrial das matérias-primas, falhara completamente, mesmo se a opção política feita foi a da via socialista (Documento apócrifo atribuído à Frelimo, 1976? p. 4, anexo, in Serra, 1991).*

A visão sobre o desenvolvimento da Frelimo era a do livre-arbítrio, algo que dependia da escolha dos dirigentes. Sobre esse voluntarismo, Nunes considera que as condições

*que levaram países, como a Alemanha ou o Japão, ao desenvolvimento são excluídas. As condições impostas pelo movimento do capital passaram completamente em silêncio. Assim, parece que podemos deduzir que países como Portugal e Brasil escolheram ser semiperiféricos e Cuba socialista tomou a decisão de não construir uma indústria pesada. Segundo o mesmo raciocínio, o que dizer então dos continentes africano e latino-americano? Decidiram continuar dependentes da indústria pesada estrangeira? (Nunes, 2001, p. 242)*

A cultura burguesa universalista foi a base de todos os esforços desenvolvimentistas, através da substituição de importações, mas o desenvolvimento é um processo bem mais complexo do que o simples desejo, levanta Latouche (1986). No mesmo sentido Wallerstein diz que o universalismo foi a ideologia primária operada para criar, socializar e reproduzir os dirigentes anti-sistêmicos necessários para conduzir os processos revolucionários. Segundo ele, o universalismo é um conjunto de crenças sobre o que pode e como pode ser conhecido. A essência desse ponto de vista seria a de que há afirmações gerais



significativas sobre o mundo –físico e social– que são universais e permanentemente verdadeiras. Assim, “o objetivo da ciência seria buscar essas afirmações gerais, de modo a eliminar de sua formulação todos os assim chamados elementos subjetivos, isto é, historicamente limitados” (Wallerstein, 2001, p. 70). O universalismo serviu para dirigir as atividades da burguesia em direção a canais capazes de maximizar a integração dos processos de produção e tornar mais suave a operação do sistema interestatal, facilitando, desse modo, a acumulação de capital:

*Para tal, era necessário criar uma estrutura cultural burguesa mundial passível de ser enxertada nas variações “nacionais”. Isso foi praticamente importante em termos de ciência e tecnologia, mas também no espaço das idéias políticas e das ciências sociais. O conceito de uma cultura universal “neutra” pela qual os gerentes da divisão mundial do trabalho seriam “assimilados” (aqui a voz passiva é importante) passou a servir como um dos pilares do sistema mundial, tal como evoluiu historicamente. A exaltação do progresso e posteriormente da “modernização” sintetizava esse conjunto de idéias, que serviam menos como normas verdadeiras de ação social do que como símbolo de um status de obediência e participação no estrato superior do mundo. A ruptura com a base religiosa do conhecimento supostamente estreita, em favor de bases científicas transculturais de conhecimento, serviu como autojustificativa para uma forma particularmente perniciosa de imperialismo cultural. Ela dominou em nome da liberação intelectual e se impôs em nome do ceticismo. (Wallerstein, 2001, p. 72)*

A vanguarda marxista-leninista moçambicana ia nesse mesmo sentido, tudo parecia depender da vontade dos dirigentes e a solução residia em uma perfeita compreensão das *verdades* da economia. Nas Diretivas Econômicas e Sociais do 3º Congresso (1977), propôs-se que a implementação da indústria pesada seria fundamental para dinamizar toda a economia moderna – fator essencial, portanto, da criação de valor – e a única que permitiria a independência econômica. Segundo esse documento, a dependência de bens de equipamentos estrangeiros acarretava a impossibilidade de reação diante das pressões e a subordinação dos países e que, enquanto exportassem mercadorias de valor reduzido e importassem outras de valor elevado e não dispusessem de indústria pesada, encontrar-se-iam

sempre em posição inferior. Como alternativa, propunha-se a ação política consciente, voluntária.

Esse voluntarismo político da Frelimo baseava-se, em primeiro lugar, na vontade de transformação, extremamente válida e necessária, de pôr fim ao sistema de exploração social vinculado ao colonialismo. Impulsionada pela vitória contra o Estado português e armada de argumentos favoráveis à possibilidade de vitória na luta social, confundia muitas vezes independência com desenvolvimento. Sobretudo, continuava perseguindo os mesmos objetivos da modernização, da produção de mercadorias, inseridos num processo também produtor de mercadorias. Ou seja, os erros da Frelimo não foram erros primários, próprios dela, foram os mesmos dos países socialistas.

## 1.2. A Transição

A crise resultante da troca de poder entre portugueses e moçambicanos e da constituição do novo Estado-nação, de cunho socialista, provocada particularmente pela ruptura dos processos produtivos e de serviços, em função da saída maciça da população portuguesa, influenciou na acumulação de capital, na circulação e na distribuição dos bens e serviços. Ela levou ao desemprego milhares de assalariados e afetou o abastecimento dos gêneros alimentícios na cidade e no campo e dos insumos nos setores produtivos. As prateleiras ficaram vazias, as máquinas paradas e as pessoas desocupadas. Os gastos com a importação dos gêneros alimentícios cresceram substancialmente (Machel, 1978), juntamente com a redução das receitas provocadas pelo fechamento das fronteiras com a Rodésia do Sul<sup>77</sup> (uma vez que o governo de Samora aplicou as sanções da ONU ao regime de

---

<sup>77</sup>A Inglaterra, na África Austral, ocupou a África do Sul, desalojando os bóeres, a Rodésia do Sul (atual Zimbábwe) e a Rodésia do Norte (atual Zâmbia). A Rodésia do Sul, liderada por Ian Smith, proclamou

Ian Smith), o que reduziu a nada o trânsito a esse país e, conseqüentemente, as receitas dele provenientes.

Foi no quadro dessa crise de transição que a Frelimo preparou seu programa de intervenção socialista, com o intuito de evitar desequilíbrios sociais e políticos mais sérios que pusessem em causa o poder estabelecido. Buscava evitar situações de rupturas nas relações externas. Sua meta produtiva inicial era recuperar os níveis de produção de 1973.

### 1.3. As Tarefas da Democracia Popular

*A vitória das massas trabalhadoras sobre o colonialismo e o cumprimento das tarefas da Revolução Democrática Nacional colocaram perante a Frelimo a questão da estratégia e tática a seguir na fase da Revolução Democrática Popular.* (Machel, 1978, p. 143)

O 3º Congresso da Frelimo formulou uma política estruturada, coerente e integrada para todos os setores da vida social (da produção à comercialização, da educação à saúde, da justiça ao bem-estar social) e definiu também um método de ação para todo o território nacional. Efetivamente, estava-se frente a um grupo de governo que pensava e agia para a construção de um Estado-nação. Naquele momento, o Estado não estava sendo assaltado por grupos ligados a qualquer tipo de interesses privados. Tratava-se de um projeto de poder, de unidade nacional para a transformação social. Vivia-se um momento prático das lutas política, ideológica e econômica contra o capital, o *apartheid* e o imperialismo, e as teorias e as práticas da Frelimo estavam inseridas nesse contexto.

---

a independência unilateral da Inglaterra em 1961 e instalou um regime racista. Essa declaração de independência não foi reconhecida pela ONU, e os nacionalistas da Zanu obtiveram a independência, com o apoio de Moçambique, em 1980, liderados por Robert Mugabe. A Zâmbia tornou-se independente em 1964, sob a liderança de Kenneth Kaunda.

Essa política predominou até o 4º Congresso, em 1983, e foi corroborada pelo PPI (Plano Prospectivo Indicativo), elaborado para ser o plano da década de 80. Políticas para a construção do Estado-nação e do socialismo foram desenhadas numa perspectiva de modernização da sociedade baseada no desenvolvimento das forças produtivas através da estatização dos meios de produção. Foi no 3º Congresso, e para cumprir a nova etapa da revolução, que a Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) transformou-se em Partido Frelimo, “partido de vanguarda, marxista-leninista, dirigente do Estado e do povo moçambicano”, na luta pelo socialismo, contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo, o subdesenvolvimento e o capitalismo. A construção do poder popular serviria de pano de fundo político ao novo Estado, que seria apoiado por uma aliança operário-camponesa. Veja-se o relatório do Comitê Central ao 3º Congresso:

*A Democracia Popular é a fase em que socializamos os meios de produção, em que criamos e desenvolvemos as duas formas essenciais de propriedade socialista: a propriedade estatal e a propriedade cooperativa. (Machel, 1978, p. 75)<sup>78</sup>*

Nessa mesma fase, a Frelimo pretendia a

*liquidação definitiva dos vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista, que permanecem no nível da mentalidade e do comportamento. Prosseguimos a batalha contra as formas de opressão e exploração da Mulher e da Juventude e os valores decadentes da burguesia. Elevamos a uma fase mais avançada o combate desencadeado durante a luta armada revolucionária pela criação do Homem Novo, livre para sempre da ignorância, do obscurantismo, da superstição, dos preconceitos, consciente dos deveres de solidariedade e de cooperação. (Machel, 1978, p. 75)*

---

<sup>78</sup>Esse texto assinado por Samora Moisés Machel e editado com o nome “O Partido e as Classes trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular – Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso da Frelimo”. Efetivamente, trata-se de um documento do Comitê Executivo, apresentado pelo Presidente Machel no Congresso. Ver também Frelimo (1977).

O operariado se tornaria, então, a “força dirigente do processo de libertação da sociedade de todas as formas de exploração” e o campesinato seria o seu aliado fundamental, a força principal, por ser a maioria do povo moçambicano.

Por todo o país, organizaram-se células do partido a partir dos chamados “Grupos Dinamizadores”,<sup>79</sup> criados logo a seguir à independência. O Estado organizou-se em assembleias, tribunais e polícia, assim como em redes de saúde e educação e nos setores econômicos de direção e execução. Entre o aparelho de Estado e a população, foram criadas organizações de massa das mulheres, da juventude, de profissionais e de trabalhadores, todas sob a tutela do partido. A aldeia comunal seria a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no meio rural e instrumento político para a materialização do poder popular. O governo era dirigido pelo partido e este pelo Comitê Central, que, por sua vez, delegava o poder entre suas sessões ao Comitê Político Permanente, composto por 11 pessoas. O presidente do Comitê Político acumulava simultaneamente o cargo de presidente do partido, presidente da República, comandante das Forças Armadas, e presidente da Assembleia Popular.

\* O 3º Congresso ressaltava que, “tomando a agricultura como base e a indústria como fator dinamizador e a edificação da indústria pesada como fator decisivo”, romperia “definitivamente com a miséria, com a dependência” e que construiria “uma economia avançada, a serviço do povo” (Machel, 1978, p. 75). E ressaltava que aquela época seria a da “edificação da base material, técnica e científica para a passagem ao socialismo” (Machel 1978, p. 117). O setor de produção de Estado

---

<sup>79</sup>Os GDs (Grupos Dinamizadores) foram criados nos locais de trabalho e de residência por orientação da Frelimo ainda no governo de transição, antes da independência. Eram definidos como organizações políticas de base para garantir a aplicação da política da Frelimo e o poder popular e realizar a vigilância revolucionária (“unidade, trabalho, vigilância” era a palavra de ordem). Mais tarde, com a transformação da Frente em Partido Frelimo, os GDs foram os embriões das células partidárias.

deveria se tornar dominante e determinante, pois as empresas do Estado seriam os instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento planejado, harmonioso, seguro e independente. Esse setor canalizaria para o Estado grande parte dos excedentes de produção, garantindo sua aplicação nos setores socioeconômicos prioritários.

O setor estatal deveria tornar-se dominante e determinante, e, dessa forma, a criação de empresas estatais seria "objetivo prioritário", pois elas seriam o instrumento indispensável do desenvolvimento planejado e independente do País. Seriam "a grande escola" onde a classe operária iria se desenvolver e se apetrechar para a luta de classes (Machel, 1983, p. 118). Também, todos os setores estratégicos da economia deveriam ficar sob controle do Estado, aceitando-se, em alguns casos, a parceria com associações de empresários em sociedades mistas. Concomitantemente, o setor cooperativo seria outra forma essencial de coletivização da produção a ser apoiada pelo partido e pelo Estado.

A política de crédito encaminharia os recursos para os setores prioritários definidos, ou seja, para empresas estatais e cooperativas, nomeadamente na agricultura, na indústria e no comércio. O setor bancário seria reorganizado para permitir que o Estado exercesse um controle efetivo na estratégia de desenvolvimento econômico e social. As receitas do Estado seriam o principal meio para melhorar as condições de vida do povo, através do financiamento de escolas, hospitais, armazéns, transportes públicos e criação de postos de trabalho.

Essa estratégia de desenvolvimento conduziria à "ruptura com a dependência do imperialismo", numa luta que se inseria no "combate dos países em desenvolvimento pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional" (Machel, 1978, p. 120).

Apenas em setores não-estratégicos da economia é que a atividade privada seria admitida e na medida em que cumprisse “criteriosamente o seu fim social e participe na produção, no quadro dos objetivos fixados pelo Estado de acordo com os interesses das massas populares” (Machel, 1978, p. 120). Entretanto, os artesãos e pequenos proprietários, desprezados durante o colonialismo, seriam incentivados a organizarem-se em cooperativas para receber o apoio do Estado.

A estratégia de socialização do campo apoiava-se nas aldeias comunais, por meio das quais, através da produção e da vida coletivas – juntando a dispersa população rural –, esperava-se obter um crescimento rápido da consciência revolucionária, tornando possível a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades básicas sociais e culturais. A aldeia comunal não seria uma forma de produção, mas de *organização política* e social que teria como base produtiva uma cooperativa ou uma fazenda estatal. (Machel, 1978, p. 75)

Para realizar tudo isso, a Frelimo tinha consciência que precisava “liquidar” os vestígios da “sociedade feudal”<sup>80</sup> e da sociedade colonial-capitalista, que permaneciam na mentalidade e no comportamento, pois só assim se criaria o “Homem Novo” – não mais pertencente a uma sociedade camponesa, nem capitalista, mas socialista, em que todos seriam assalariados do Estado. (Machel, 1978, p. 75)

Desde o período de transição, o governo já praticava uma política socializante. Em 24 de julho de 1975 e em 3 de fevereiro de 1976, foram nacionalizados vários segmentos da economia, sendo a mais importante, sem dúvida, a nacionalização da propriedade privada da terra, ao retirar dos “exploradores o domínio da fonte

---

<sup>80</sup>Em seus documentos, a Frelimo referia-se à sociedade doméstica como “feudal”, “semifeudal” “pré-capitalista” ou simplesmente “setor familiar” da agricultura.

principal dos recursos materiais”. Com isso, “eliminou a possibilidade de especulação sobre os terrenos de construção. Criou as condições para a organização e desenvolvimento de empresas estatais, cooperativas agropecuárias e *machambas colectivas*”, constituindo “o início da socialização do campo” (Machel, 1978, p. 68). A partir dela, criaram-se as empresas estatais, sobretudo as agropecuárias, mudando a face da produção em Moçambique.

As nacionalizações abrangeram ainda os hospitais e as clínicas particulares e foi proibida a medicina privada. E em consequência, todo o sistema de saúde foi reorganizado, buscando atender às grandes massas populacionais. As consultas, os exames, as internações e as intervenções cirúrgicas eram gratuitas e os medicamentos vendidos a preços reduzidos.

Nacionalizaram-se as escolas e proibiu-se o “sistema de explicadores” (aulas particulares), “um dos mais poderosos instrumentos do colonialismo para dominar, alienar e despersonalizar o nosso Povo”. (Machel, 1978, p. 71) Com isso, reorganizou-se todo o sistema de educação e definiram-se novas prioridades, como a alfabetização em massa. Triplicaram-se os efetivos escolares. Todo o sistema de ensino passou a ser gratuito.

Os “prédios de rendimento”, fonte de especulação colonial, passaram para as mãos do Estado, para “efetivar o direito à habitação e para organizar a vida colectiva nas cidades, através dos bairros comunais”. A administração dos prédios nacionalizados (e a grande maioria o foi), residenciais ou comerciais, passou para o Estado, com aluguéis baixos e compatíveis com os rendimentos. Em um ano, só em Maputo, instalaram-se mais de dez mil famílias nas habitações nacionalizadas. O controle do financiamento habitacional e das companhias construtoras vieram junto com as nacionalizações no setor. Também vieram para o Estado as agências



funerárias, para abolir o “comércio da morte e a discriminação dos cadáveres”. (Machel, 1978, p. 72)

A nacionalização dos “prédios de rendimentos” foi, sem dúvida, a mais polêmica, pois era ali que os colonialistas técnicos, comerciantes, funcionários etc. investiam parte dos seus ganhos. Era, portanto, de grande poder simbólico essa nacionalização, no que diz respeito à revolução nacional. Entretanto, o seu cunho socialista assustou esses mesmos colonialistas residentes. Aos poucos, centenas, milhares, dezenas de milhares de produtores agrícolas, pequenos e médios fazendeiros, industriais e donos de empresas de serviços e profissionais liberais portugueses ou descendentes foram deixando o país, sobretudo com medo do comunismo, “que iria nacionalizar as crianças”, enquanto os moçambicanos começavam, efetivamente, a tomar conta do país, que era deles. Para suprir parcialmente a carência na produção e nos serviços essenciais, o governo irá trazer cooperantes de diversos países: chilenos, brasileiros, italianos, suecos, russos, cubanos, chineses e tantos outros. No entanto, setores fundamentais, como a rede de comerciantes nas zonas rurais, nunca foram recompostos.

A advocacia privada foi abolida, liquidando todo o *negócio* da justiça e iniciou-se a edificação de um sistema de justiça popular em todo o país, também gratuito.

Os portugueses, ao deixarem o país, promoveram a sabotagem em diversas unidades produtivas e de serviços, particularmente na indústria. A fuga dos colonos causou também a ausência de técnicos e administradores. Assim, para gerir os meios de produção, foram criadas, inicialmente, as Comissões Administrativas e, depois, os Conselhos de Produção, com o objetivo de garantir a gestão e atingir os índices de produção e produtividades de 1973. No primeiro ano, conseguiu-se impedir a queda da produção verificada em 1974 e 1975.

Em 1978, nacionalizou-se ainda o sistema financeiro: os bancos, através de fusões dos remanescentes, e as companhias de seguro. Foram criados o Banco de Moçambique, emissor de moeda e também banco do exterior e comercial, e o Banco Popular de Desenvolvimento, de investimentos e agrícola. Deixou-se intacto um banco privado, o Standard Totta, pelos interesses e vínculos com a África do Sul e Portugal. Entraram na lista das nacionalizações as companhias de navegação, as indústrias de cimento e de vidro, o setor de bebidas e a transformação da castanha de caju, assim como o comércio exterior e o comércio atacadista e grande parte do setor de varejo e pequenas e médias empresas agrícolas, industriais e comerciais. A administração dos preços passou a ser centralizada e definida pelo Estado, que logo assumiu o controle de todo o setor nacionalizado. Em 1978, foi criada a CNP (Comissão Nacional do Plano), que estenderia as suas ramificações para todos os pontos do país, para estar presente como um deus.

Na cidade, o abastecimento familiar passou a ser garantido a todas as famílias, independentemente da renda, através de um cartão que dava direito a uma ração básica proporcional aos membros da família, a preços reduzidos. Essa política foi extremamente importante, pois a produção nacional de alimentos tinha caído sensivelmente e os canais de circulação foram desarticulados no processo de transição. Apesar de o Estado montar as Lojas do Povo para atuar nesse circuito, esteve sempre longe de poder atender às demandas. Assim, as Cooperativas de Consumo, criadas nas cidades, e os cartões de abastecimento tiveram importância ímpar como política de Estado, pois impediram o aparecimento de bolsões de fome, através da garantia de que os produtos essenciais chegariam aos consumidores, a preços acessíveis. Era uma política distributiva e igualitária. Nos primeiros anos, não havia distinção alguma entre os cartões do povo, dos técnicos e dos dirigentes. Com o aprofundamento da crise de abastecimento nos anos 80,

embora esse cartão continuasse igual para todos, praticamente deixou de ser usado pelas elites, uma vez que se abriram lojas especiais (as “lojas francas”) para o corpo diplomata e para “estruturas do partido e do governo”, mais tarde estendidas aos estrangeiros e, depois, a todos os que possuíssem dólares.

A política econômica desse período caracterizou-se pelo apoio total ao setor estatal agrário, que punha em produção 100 mil ha em 1979<sup>81</sup> e recebia praticamente 100% das incorporações em equipamentos e 85% do crédito agrícola. O instrumento para isso foi o monopólio do aprovisionamento dos fatores de produção e do crédito e a mobilização política para atrair a população rural aos trabalhos requeridos pelo setor estatal, principalmente nas colheitas.

A sensação que se tinha ao viajar pelo país nos anos do 3º Congresso era que o Estado estava tomando conta de todos os setores em Moçambique. Não apenas nas unidades produtivas, na cidade e no campo, mas em todos domínios da vida. As butiques, os barbeiros, os postos de gasolina, os cinemas e os mercados atacadista e varejista, os hotéis e os restaurantes, como também os bares, eram do Estado, (embora alguns fossem do partido) e todos funcionavam precariamente.

No mercado varejista, embora os indianos continuassem com as suas lojas, os produtos eram encontrados basicamente nas Lojas do Povo, abastecidas pelas empresas estatais. A rede mercantil dos indianos espalhada por todo o país, comercializava poucos produtos, mas a preços altos, e praticavam desde essa época um mercado paralelo com produtos contrabandeados – apesar da proibição e da repressão. Embora a *candongá*<sup>82</sup> fosse proibida, nem sempre foi alvo de

---

<sup>81</sup>O setor familiar punha em produção, na época, mais de três milhões de hectares, o que confirma tratar-se de prioridade claramente definida.

<sup>82</sup>*Candongá*, significa o mercado paralelo, onde se podia encontrar produtos não-existentes nas lojas estatais ou em quantidades maiores do que a oferecida pelo governo, embora a preços bem mais altos.

repressão, salvo no período da Operação Produção, em 1984, quando um *monhê*<sup>83</sup> chegou a ser condenado e fuzilado “como exemplo”, por praticá-la. Com a margem de lucro que obtinham compravam dólares num sistema paralelo, a uma cotação que chegava a mais de 50 vezes a taxa oficial. Não é de estranhar que cada loja comercial indiana em Moçambique nesse período fosse, na prática, uma casa de câmbio clandestina. Era nessa transação que os indianos ganhavam. Isso porque a compra de divisas pelos estrangeiros no banco oficial era controlada e limitada, além de difícil processamento. Para os nacionais, o limite era muito baixo para os que viajavam. Ao mesmo tempo, a moeda nacional – o escudo moçambicano primeiramente e depois o metical – era de fácil obtenção, assim, os moçambicanos tinham acesso às divisas pagando alto aos *monhês*. Com o aumento da crise de abastecimento e a liberalização do comércio, a partir de 1984-1985, esses comerciantes começaram a ter um papel mais ativo no comércio varejista de Moçambique, sobretudo através do fluxo com a África do Sul.

Organizar os setores produtivos exigia grande capacidade técnica e de investimentos, que o país não possuía, e um número expressivo de especialistas, de que o país não dispunha. Assim, de um lado, surgiu a necessidade de importar técnicos estrangeiros, os cooperantes, para cumprir essa função, abrindo-se as portas do país para os militantes de esquerda do mundo ocidental, entre os quais os exilados latino-americanos – chilenos, brasileiros, uruguaios, argentinos – dispersos pelo mundo. E, de outro, foram implementados programas bilaterais com países capitalistas e socialistas através de acordos de cooperação técnica. A partir daí surgiram os programas com os soviéticos, os romenos, os chineses, os norte-coreanos, os búlgaros, como também com os italianos, os franceses, os

---

Eram produtos provenientes de contrabando, furtos ou de desvios de produção do setor estatal. Os *dumba nengue*, eram os mercados de *camdonga*, ambulantes, no varejo.

<sup>83</sup>Nome dado aos indianos e descendentes, muitas vezes com conotação depreciativa.

suecos, os noruegueses, os ingleses etc. Todos esses programas se dirigiam ao investimento nas áreas produtivas, sobretudo agrícola e agroindustrial, e previam a incorporação de tecnologia, acompanhada da compra de equipamentos, máquinas e meios de transporte, a serem administrados e dirigidos tecnicamente pelos cooperantes respectivos, visando produzir para exportação, para o abastecimento da indústria local ou para o consumo doméstico. A educação e a saúde também foram palco de acolhimento dos cooperantes, de modo a garantir a formação e a manutenção dos quadros que seriam requeridos pelo processo de industrialização.

Em resumo, havia os cooperantes que efetivamente eram antigos colonialistas, funcionários do Estado português e que, por acordo, continuaram servindo ao novo Estado por mais alguns anos. Havia ainda os cooperantes ao abrigo de acordos bilaterais com países amigos (socialistas ou não), que faziam parte de processos específicos (saúde e educação) ou estavam engajados em projetos de desenvolvimento (técnicos para a produção de algodão etc.). Finalmente, havia os cooperantes contratados individualmente pelo Estado de Moçambique. As áreas da educação, saúde e agricultura foram as que mais cooperantes receberam.

Os dirigentes e quadros do governo e do partido correspondiam às *nomenklaturas* soviéticas e eram chamados em Moçambique de *estruturas*, detendo grande poder, sobretudo os pertencentes às instâncias centrais. Com o passar do tempo e o aumento das dificuldades financeiras, vieram as regalias e eles se constituíram numa casta privilegiada, com direito à compra de produtos importados, entre outros privilégios.

Quando Moçambique passou a depender de ajuda externa para sobreviver, em meados dos anos 80, os países doadores foram batizados de “países cooperantes”,

ou “parceiros cooperantes”, maneira elegante, e talvez orgulhosa, de tratar os doadores de materiais, equipamentos e gêneros de primeira necessidade. Mas, seguramente, uma deferência que eles não mereciam, pela forma como sempre lucraram nas ações em Moçambique, inclusive nos momentos das calamidades naturais, em que as intermediações nas doações nunca foram pequenas.

#### **1.4. Partido Dirigente e Estado Forte**

Projetos desenvolvimentistas que pretenderam promover o avanço dos meios materiais com rapidez, historicamente, sempre se apoiaram em Estados fortes. A Frelimo não foi exceção. Definiu e estruturou um Estado capaz de ser instrumento eficaz para mobilizar as energias sociais que agregassem as diferenças regionais, estabelecidas em tribos, clãs etc. (Brito, 1993, p. 21), e, ao mesmo tempo, apto a aplicar uma política econômica com forte centralização de comando para garantir uma consistente acumulação de capital.

O projeto da Frelimo apoiou-se em valores que “já tinham funcionado no Ocidente” (Nunes, 2001, p. 238). Ou seja, pretendia-se melhorar as condições de vida da população com o excedente criado pelo crescimento econômico, a ser obtido pela modernização, isto é, a industrialização, estando a propriedade e a direção dos processos de produção e distribuição a cargo do Estado, e não dos produtores individuais. Entendia-se como sendo essa uma opção de “ruptura” com o capitalismo.

Embora estivesse diante de um quadro social novo, com regras novas antielitistas e não-excludentes, a proposta da Frelimo de melhoria econômica pelo viés da modernização começou a não dar resultados. Passados cinco anos, a população percebeu até onde a transformação podia ir contra a exploração colonial, num

momento em que esperava e clamava por melhores condições de vida e materiais. Em vez disso, a situação começou a piorar. Os prédios residenciais e comerciais não recebiam manutenção e se degradavam. No comércio, praticamente quase nada se comprava, quase nada se vendia. Apesar de as pessoas terem renda, não havia o que comprar, sendo grande a carestia. Nos hospitais, gratuitos, estendiam-se filas enormes e o atendimento era precário. Não havia estrutura e nem material para se atender a toda a população, apesar das igualdades de condições com que isso era realizado. Não havia clínicas especiais para os mais ricos. Com a criação dos grandes projetos, havia trabalho, mas a perspectiva não era auspiciosa, fazendo com que o governo, em 1983, levasse a efeito a referida Operação Produção, que recolhia os “improdutivos”, isto é, os vagabundos, os bandidos, as prostitutas e “os vadios em geral” e os enviava a campos de “reeducação”.

Analisando essa situação, há autores que acreditam que isso ocorreu porque a Frelimo não foi “suficientemente radical”, mas pequeno-burguesa e urbana e esqueceu do camponês, que foi sua base na luta de libertação. Alguns, ao contrário, põem a responsabilidade no radicalismo da Frelimo, que não aplicou uma política de alianças capaz de impedir a fuga dos portugueses, o que levou a aumentar os problemas a partir daí, dada a urgência das tarefas com as empresas abandonadas, a carência de pessoal qualificado e a dependência da cooperação etc. Outros ainda justificam que os erros foram provocados pela radicalização, ocorrida devido às pressões exercidas pelo colonialismo, que não deixou margens para negociações (ver Cahen, 1987; Brito, 1988; Egero, 1992; Castell-Branco, 1995; e Nunes, 2000). Sem contar, é claro, a versão oficial, que punha a culpa da situação aos fatores externos provocados pela guerra de desestabilização, promovida primeiro pela Rodésia do Sul e depois pela África do Sul – o que não deixava de ser também verdadeiro.

O projeto da Frelimo rejeitava o colonialismo e as suas estruturas organizacionais, mas rejeitava também a sociedade linhageira, “fustigando, com o mesmo ardor, as relações de solidariedade, de parentesco e de simbolismo tradicionais. Tradição e colonialismo são levados, em simultâneo, ao banco de réus e atacados com a mesma violência” (Casal, 1991, p. 36). O projeto de modernização da Frelimo era incompatível com o sistema político, econômico, social e cultural da sociedade tradicional doméstica.

Samora Machel fez um balanço das lutas, dos ideais e das propostas de organização imediatas e futuras da Frelimo frente ao “setor tradicional” da sociedade:

*A sociedade tradicional possui também formas opressivas e discriminatórias, nomeadamente em relação à mulher e à juventude. Era necessário pois que o processo libertador atingisse também a sociedade tradicional.(...) Os elementos vindos das povoações, da vida tradicional, trazem em si valores, idéias e hábitos que refletem a racionalidade metafísica e os condicionamentos da sociedade feudal, o tribalismo, a superstição, o culto do passado, a submissão cega à tradição e aos comandos dos velhos. (...) O sentido verdadeiro da zona liberada é o de uma zona que foi liberada das estruturas da dominação capitalista e feudal-tradicional. Por outras palavras, ao nível administrativo o poder já não é exercido pelos administradores coloniais, nem pelos régulos tradicionais; as formas, métodos e conteúdo do poder, foram transformados. (...) Este problema é crucial porque em definitivo a questão essencial da revolução é destruir o poder que os opressores exercem, para instalar o nosso poder e tornar assim possível que as orientações resultantes dos nossos interesses, dirijam e transformem a vida cotidiana. (Machel, 1976?, p. 28 e 46; grifos do autor)*

A desagregação do setor tradicional da sociedade, proposta conscientemente pela Frelimo (Nunes, 2000; Geffray, 1991; e Serra, 1993), levou à diminuição da taxa e da massa de lucro no setor moderno, uma das causas da crise com a modernização – o segundo vértice da hipótese anunciada. O aprofundamento do processo de modernização para eliminar a exploração promovida pela articulação dos modos de produção fez com que, de um lado, não fosse dado, na prática,



nenhum apoio ao “setor familiar”, o que iria pressionar para cima os salários no setor moderno (Meillassoux, 1976); de outro, ao não se conseguir estruturar um novo padrão de acumulação no setor agrícola econômico, armou-se uma profunda crise nele próprio (que deveria ser o mais dinâmico). Ou seja, a crise na sociedade moderna é objeto de duas causas, uma situada no setor doméstico e outra no interior mesmo do setor moderno. Esta proveniente dos *erros* de gestão e pelas dificuldades no planejamento e na execução do novo programa. Conseqüentemente, a nova política não garantiu mecanismos que assegurassem a sua reprodução, o que fará com que o setor entre em colapso uma década depois.

Este estudo não trata da crise do socialismo ou do “socialismo realmente existente”, convém repetir. Até porque não é essa crise a responsável pelo colapso do setor moderno em Moçambique. Na hipótese dos colonos não regressassem a Portugal e a Frelimo tivesse resolvido satisfatoriamente os problemas de gestão, da quebra da produção e dos rendimentos, e seguido os padrões de acumulação propostos, seria correto afirmar que o tipo de desenvolvimento implantado – baseado na modernização dos processos produtivos (industrialização, mecanização e irrigação da agricultura etc.) – obteria sucesso?<sup>84</sup> Diversos autores apontam que não. Considera-se que não foi o modelo de modernização socialista que fracassou, mas o modelo de modernização *tout court*. Concorde-se, assim, com as teses de que o socialismo realmente existente continuou no sistema produtor de mercadorias, baseado no trabalho abstrato, permanecendo, pois nos marcos do capitalismo, apesar de ter modificado algumas de suas leis básicas, como, por exemplo, ao substituir a concorrência pelo planejamento, fato, aliás, que o impedirá de continuar como sistema de exceção do capitalismo e derrubará

---

<sup>84</sup>Diferentes correntes apontam o fim do Terceiro Mundo (Arrighi, 1996; Hardt e Negri, 2001; Chenais, 1996; e Latouche, 1986, entre outros).

os seus muros. O socialismo foi a forma final e pela qual a modernidade entrou em crise em Moçambique.

No relatório que apresentou ao 3º Congresso, Samora Machel apontava as linhas em que se deveria basear o funcionamento do Estado:

*O funcionamento e organização do nosso Estado baseiam-se no Centralismo Democrático. O princípio do Centralismo Democrático implica a combinação da direção estatal centralizada com a actividade democrática das massas e com o desenvolvimento dos órgãos locais do Poder estatal. (...) A vitória da luta contra o imperialismo e a reação interna pelo lançamento da base material do Socialismo obrigam à implantação dos passos a dar em cada momento, com base numa direção central e forte. (Machel, 1978, p. 146.)*

Dava também os nortes que iriam ordenar as instituições do Estado e suas relações com o partido, ao afirmar que este e aquele eram duas entidades com funções distintas. O partido era a forma superior de organização política das classes trabalhadoras, enquanto o Estado popular punha-se como instrumento principal de materialização da política do partido: “O Partido dirige e orienta todas a actividades do Estado. O Partido não se substitui ao Estado” (Machel, 1978, p. 113).

A forma que assumiu o Estado forte para implantar as medidas modernizantes preconizadas foi a ditadura do proletariado. Veja-se como era vista a questão do poder, em 1979, na sessão do Conselho de Ministros que aprovaria o Plano Estatal Central 1979-1980:

*No emblema do nosso Partido surge o martelo; ele surge em quase todos os emblemas dos partidos comunistas e operários e tem um duplo significado. Significa a classe operária e significa o seu poder. Na cabeça do martelo se concentra toda a força que faz enterrar o prego na madeira mais dura, que despedaça a rocha mais rija, quando a força é aplicada com rigor no escopro. A direção tem que concentrar a força como a cabeça do martelo. O poder dessa força é proporcional ao*

*comprimento do cabo. Quer isto dizer que, para a direcção aplicar com eficiência a força, tem que possuir o cabo adequado. Um pequeno cabo exige muita força e tem pouco resultado. O nosso cabo é constituído pela democratização dos métodos de trabalho e pela colectivização da direcção. (Machel, 1983, p. 79-80)*

Mais adiante, na mesma sessão, explicava que

*é na cabeça do martelo, é na direcção que se concentra o poder. O poder não se discute, não se contesta, não se brinca com ele. O nosso poder, em qualquer nível, é a expressão da ditadura do proletariado no nosso País, ele deve ser exercido, ele não é letra morta, ele tem que ser sentido. (Machel, 1983; grifos do autor)*

E que o poder é que deve regular e enquadrar o trabalho:

*O desleixo no trabalho, o atraso, o verificarmos que numa fábrica há pessoas com 140 dias de ausência de trabalho, o desvio de fundos, a peça mal feita, a viatura mal reparada, o camião destruído pelo excesso de velocidade e embriaguês, não constituem matéria de crítica e autocrítica. São matérias de punição. Na constituição da República, na edificação do socialismo, existe o princípio fundamental de a cada um segundo o seu trabalho. O bom trabalho é premiado, o mau trabalha é punido. (Machel, 1983)*

Segundo Machel, o poder tem de estar presente em todos os lados e “a direcção [onde se concentra o poder] deve-se exercer política, administrativa e tecnicamente”.

Sem rodeios e sem floreios, a direcção do Partido Frelimo efetivamente concentrou poder em todas as áreas e em todos os locais durante esse período. E a direcção era o Comitê Político Permanente do Comitê Central, composto por 11 pessoas. Somado o fato de não existir em Moçambique uma oposição politicamente organizada (mesmo ilegalmente, pois o sistema era de partido único), pode-se dizer que não foi por falta de poder que o processo fracassou, e o Estado forte serviu essencialmente para *enquadrar* a população no trabalho assalariado, sendo um instrumento da acumulação de capital.

Veja-se as principais diretrizes do 3º Congresso, que permitiram, sem dúvida, a experiência mais profunda de transformação social ocorrida em território africano no século XX pós-colonial.

## 2. As Diretrizes Econômicas e Sociais

As Diretivas Econômicas e Sociais,<sup>85</sup> definidas pelo 3º Congresso, foram os marcos fundamentais da sociedade que a Frelimo pretendia implantar e que deveriam ser realizados até o 4º Congresso, cinco anos depois. Indicavam o que e como deveria ser o projeto de modernização no modelo socialista, para cada um dos setores produtivos e não-produtivos, na política interna e externa:

- aumentar a produtividade e a produção em todos os campos, para satisfazer as necessidades materiais fundamentais do povo;
- assegurar a elevação e a valorização constante dos conhecimentos científicos e técnicos das classes trabalhadoras, através de intensas ações de formação profissional que valorizassem as suas experiências;
- aproveitar plenamente os recursos materiais, em especial a capacidade produtiva instalada;
- criar um aparelho de Estado de direção e planificação da economia e desenvolver e consolidar um setor estatal que determinasse e dominasse o processo econômico;
- gerar excedentes de produção, em nível global da economia, e desenvolver uma política de utilização racional dos recursos naturais, associada a uma política de austeridade em todos os setores;

---

<sup>85</sup>Nesse período, a política econômica era definida pelo partido e os documentos e resoluções que as expressavam eram geralmente assinados pelo órgão, sem autoria definida, salvo os textos assinados pelo Presidente Samora. A maior parte também não indicava local, nem data e muitas vezes nem a editora.

- orientar o processo de desenvolvimento através da planificação econômica global;
- desenvolver relações econômicas com todos os países;
- destinar os recursos humanos e financeiros, prioritariamente, à agricultura, indústria, transportes, comércio e à defesa e segurança nacionais;
- materializar a estratégia de desenvolvimento no campo através das aldeias comunais, cuja edificação era uma das tarefas centrais para a consolidação da base ideológica e para a construção material que propiciasse a passagem ao socialismo, sendo essencial a aplicação do princípio de que “o povo contará com as suas próprias forças”;
- promover a socialização crescente da agricultura e lançar as bases para a sua industrialização, além de acelerar o processo de industrialização e promover a instalação da indústria pesada; e
- formar uma classe operária poderosa que, organizada e dirigida pelo seu partido de vanguarda, assumisse a direção da sociedade.

O partido de vanguarda iria dirigir o Estado nas esferas econômicas, culturais e ideológicas, interferindo diretamente na conceituação, no planeamento e na execução de todo o tecido social moçambicano.

As diretivas estabeleceram ainda que a sua implementação se faria em duas etapas. Na primeira, a agricultura seria a responsável pela acumulação, fornecendo excedente econômico aos outros setores. Nessa etapa, procurava-se ainda promover o desenvolvimento da indústria ligeira, articulado com o do setor agrícola. Para isso, previa-se que a indústria deveria transformar as matérias-primas agrícolas para poder atender às necessidades básicas da população (vestuários, alimentação, artigos domésticos etc.) e fornecer os insumos necessários

para a agricultura e para a própria indústria, no sentido de viabilizar o aumento da produção e da produtividade.

Depois de cumprida essa etapa, a tônica se daria na indústria de bens de capital, que proporcionaria o crescimento das forças produtivas, em particular, a industrialização da agricultura.

Para enfrentar essa situação e alcançar o volume de produção de antes da independência, a Frelimo contava com as receitas provenientes dos mineiros moçambicanos na África do Sul, com as rendas dos serviços ferroviários e portuários utilizados pelos países vizinhos e com o apoio financeiro dos países do resto do mundo, principalmente dos socialistas. Ou seja, contava com os mesmos recursos externos da época colonial, embora soubesse que eles seriam reduzidos no processo de luta política contra o *apartheid*. Ao mesmo tempo, previa eliminar, ou pelo menos reduzir, a subtração da renda proveniente da sociedade tradicional (proporcionada pela articulação de modos de produção), através da criação do cooperativismo e do setor estatal. Da mesma forma, sabia que o radicalismo antiimperialista e anticapitalista, não iria trazer investimentos do mundo ocidental e, portanto, estes teriam de vir dos países socialistas. Mas, o mundo não estava se transformando todo em socialista? Seria, pois, uma questão de tempo, segundo os análises da Frelimo, até se chegar lá.

Definida a produção estatal como a fonte primeira da acumulação na agricultura, ela deveria ser criada, e rapidamente posta em funcionamento, para produzir o excedente desejado, coisa que, entretanto, não aconteceu.

A Frelimo avaliava que a agricultura estava em condições de desempenhar a tarefa de matriz principal do excedente econômico potencialmente acumulável,

por ser fonte nacional e, portanto, mais fácil de controlar e menos dependente de influências externas, desde que fosse definida como setor dominante quanto ao volume da população ativa que envolvesse. As Diretivas Econômicas e Sociais defendiam que o setor estatal determinasse e dominasse o processo econômico (Frelimo, 1977), de modo a transformar a população da sociedade doméstica em assalariada do setor estatal ou que fosse agrupada em cooperativas, criando, assim, um setor moderno que permitiria a acumulação agrícola e o desenvolvimento industrial. A criação de empresas estatais tornou-se objetivo prioritário e iria abranger todos os setores estratégicos da economia:

*(...) competiria ao sector estatal de produção – o mais genuinamente socialista segundo as concepções ideológicas predominantes –, enquanto motor privilegiado do desenvolvimento e, por isso, ponto focal onde se deveria concentrar a acumulação que se pretendia rápida, desenvolver as forças produtivas, elas próprias potenciadoras, por sua vez, da acumulação. (Serra, 1991, p. 502)*

O aumento das forças produtivas seria equiparado, portanto, ao aumento da componente material, isto é, ao crescimento do grau de mecanização da produção e da utilização de insumos, em que as modernas tecnologias seriam importantes. Assim, seriam canalizadas “para o Estado grande parte dos excedentes da produção, assegurando a sua aplicação nos sectores socioeconômicos prioritários”. E, para isso, o setor estatal da economia tenderia a ser “a principal fonte de receitas do Estado” (Machel, 1978, p. 119).

Os textos da época e a prática do Estado deixam transparecer as contradições com que se tratava o setor cooperativo. Tinha-se a impressão de que sua proposta de atrair a população rural para a produção coletiva era apenas pelo fato de ser impossível tudo ser transformado em setor estatal de imediato. Ou seja, o cooperativismo seria apenas uma etapa intermediária, mas isso não era assumido explicitamente.

A política econômica para a agricultura, se caracterizou pelo apoio total ao segmento estatal desse setor, que disponibilizara para produção apenas 100 mil hectares em 1979, embora tivesse recebido praticamente 100% dos equipamentos e mais de 85% do crédito (Nunes, 2000, p. 245), em contraste com os mais de três milhões de hectares que a sociedade doméstica destinava ao plantio.

A população rural em Moçambique, fundamental para a elaboração das estratégias de política econômica, tem sido objeto de diversas interpretações. Foi caracterizada como semiproletária (Wuyts, p. 1978), como camponesa integrada mais ou menos ao mercado (Castell-Branco, p. 1994) ou como doméstica (Nunes, 2000, e Serra, 1991). Da mesma forma, discutia-se a direção da transformação: se a população deveria ser transformada em assalariada, como propunha a Frelimo, ou ser promovida a camponesa, melhorando a sua condição de vida.

Já o setor capitalista privado da economia era tratado de forma mais secundária que as cooperativas. Sua atividade era admitida sob a condição de se limitar a áreas não-estratégicas e de se subordinar por completo à orientação do Estado. As atitudes do Estado pra com ele não contribuíram para fortalecê-lo. Ao contrário, o setor privado continuava a ser visto como algo a suportar, para se dar satisfação a certas alianças, sobretudo externas, já que nem mesmo ofereciam a perspectiva de aglutinador e mobilizador popular, como as cooperativas: “(...) toda a lógica global da estratégia agrícola aponta para uma política em que ao sector privado serão impostas condições de funcionamento que limitarão as suas capacidades de reprodução, conduzindo ao seu progressivo definhamento.” (Serra, 1991; p. 512).

Para a Frelimo, a modificação das relações de propriedade, com a passagem dos meios de produção das mãos privadas dos capitalistas para o Estado, afetaria as



relações sociais de produção. Para Bettelheim (1973) e Kurz (1992), entretanto, a mudança da propriedade dos meios de produção não garante a modificação das relações de produção, mas engendra uma nova forma de capitalismo, ou seja, o sistema continuava sendo produtor de mercadorias e, no caso moçambicano, entrará em colapso antes mesmo da queda do Muro de Berlim, em 1989 (Nunes, 2000; Serra, 1991; e Cahen, 1987).

### **2.1. Agricultura**

Era no campo, mais que em qualquer outro lugar, que se sentia a força da revolução moçambicana. Nas diretrizes do 3º Congresso da Frelimo, os camponeses eram vistos como parte do povo, explorado, oprimido e dominado “durante 400 anos pelo colonialismo português”. E foram eles que sustentaram a guerra de libertação nacional. Assim, foi na agricultura em que se viram, no primeiro momento, os reflexos econômicos mais imediatos da política adotada nesse congresso. A aldeia comunal passou a ser a “coluna vertebral do desenvolvimento no campo”. A socialização do campo era exigida para, através da produção e da vida coletiva, se atingir um “rápido crescimento da consciência revolucionária e de classe” e “com relativa rapidez a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades de saúde, educação e cultura, grande objetivo imediato de cada Aldeia Comunal”. Segundo Samora Machel, “a produção de excedentes, em conformidade com o planeamento nacional, é o objetivo a atingir e fator essencial da sua expansão” (Machel 1978, p. 124).

A aldeia comunal foi uma proposta de organização política e administrativa do Estado para aglutinar a sociedade doméstica, envolvendo em seu interior formas de cooperativas de consumo e de produção artesanal e os serviços públicos fundamentais. O objetivo central das aldeias comunais era político. Era nelas que

a Frelimo assentou o seu poder e construiu uma nova administração do Estado, fugindo das estruturas coloniais, que se apoiavam nas redes tradicionais de poder, sendo ambas – a estrutura colonial e a sociedade doméstica – combatidas pelo novo governo. A educação e a saúde e outros serviços públicos poderiam chegar facilmente à população centralizada e organizada. Ao seu redor se articularam unidades de produção agrárias coletivas, estatais ou cooperativas.

O crescimento do número de aldeias e da percentagem da população agrupada foi considerável até 1984. Entretanto, apenas o aspecto político-administrativo acabou cumprindo a sua função depois de alguns anos. Pouco se produzia nas aldeias e elas

*tinham mostrado a sua verdadeira natureza por todo o país, revelando-se como um instrumento político extremamente eficaz, não para o "desenvolvimento" das regiões rurais, mas para a edificação no campo de um aparelho administrativo de Estado [nacional]. (...) Se considerarmos os resultados do projecto aldeão, constata-se que o principal e único efeito foi o de servir para o controlo administrativo da população rural, ou seja, 80% da população do país, para o seu enquadramento e recenseamento e para a sua submissão ao novo aparelho de Estado moçambicano. É de notar que esta construção do Estado nacional no campo foi inteiramente levada a cabo em ruptura e conflito aberto com os elementos política e socialmente respeitados a nível local pelas populações e por elas investidos de uma autoridade reconhecida. (Geffray, 1991, p. 21)*

A mesma percepção sobre as aldeias comunais tem Serra, ao afirmar que:

*A AC [Aldeia Comunal] não é, em si, uma forma de organização de produção, antes sendo principalmente uma forma de organização política e social que pode ter como base produtiva quer uma cooperativa (...) quer uma machamba estatal. (Serra, 1991, p. 505)*

Apesar de todo o esforço voltado para as produções coletivas, a população rural nunca abandonou completamente a sua produção familiar, embora ela tenha sofrido com a ausência de relações mais frutíferas. Era que, desde o período colonial, ela se fazia dependente de certos insumos básicos como enxadas e sementes

melhoradas e os mecanismos de comercialização dos excedentes. A ausência desses fatores implicou a queda da produtividade da produção do setor doméstico, o que afetará sua subsistência e provocará o aumento do custo de produção no setor moderno da economia, que dele dependia enormemente.

Como se viu no capítulo anterior, depois de 1960, com o fim (legal) do trabalho forçado, houve um aumento significativo das unidades agrícolas privadas em moldes capitalistas, de propriedade dos colonialistas. Com o abandono de quase todas essas propriedades nos três anos que se seguiram à independência – pela falta de dirigentes e técnicos agrícolas, e apoiando-se nas teorias que supunham ter as unidades agrícolas maiores produtividade mais elevada devido à utilização dos recursos modernos –, <sup>86</sup> o Governo, ao se apossar dessas unidades, aglutinou-as em grandes empresas estatais.

A Frelimo entendia que só seria possível aumentar a acumulação se fosse possível também aumentar o excedente efetivo, e este, ou, pelo menos, a sua componente monetarizada, só seria realizado se houvesse aumento significativo da produção trocada no mercado. Tal poderia resultar de um aumento da produção global e da produtividade. Dessa forma, só era considerada científica a produção altamente mecanizada e consumidora de insumos químicos e de sementes melhoradas, ou seja, decorrente de processos industriais.

As condições de funcionamento das empresas estatais agrárias e o seu papel, sobretudo sua relação com os outros setores da agricultura (privado e cooperativo) e

---

<sup>86</sup>A teoria marxista para o desenvolvimento agrícola baseado nas grandes propriedades, como modelo socialista, tem origem em Kautsky (*A Questão Agrária*) e Lênin (*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*).

a relação plano de governo-mercado, foram um problema central para a política da Frelimo:

*Na realidade, problemas como os da monocultura, da limitação das actividades das empresas aos objetivos de plano, da não concorrência em mercados paralelos, e do acentuar da sua natureza de "enclave" com a secundarização de potencialidades desenvolvimentistas locais, ou não foram resolvidas no período ou foram mesmo agravadas. Noutras termos, a redefinição do seu papel no campo permaneceu como uma das principais questões por equacionar. (Cardoso, 1991, p. 206)*

Cardoso (1991) levanta que parte destes problemas derivava da forma burocrática e conflituosa como era encarada a interação plano-mercado na relação entre empresas estatais, sistema de planificação e mercados locais. No sistema de planificação, as metas de produção das empresas constituíam o ponto de partida para a definição das áreas e rendimentos, bem como para os aprovisionamentos e para os créditos. Uma vez definidos esses elementos do processo, a administração das empresas se concentrava na realização das metas do plano, com a preocupação de vinculação com os organismos do governo, bancos, importadoras e atacadistas estatais, sediados em Maputo ou nas capitais provinciais. A preocupação local ficava relacionada à contratação da mão-de-obra permanente ou sazonal. Assim, da maneira como estava equacionado, o sistema de planificação não facilitava a integração local, mas acentuava a sua "verticalização".

Outro aspecto a salientar das empresas estatais era o repasse que elas faziam, à revelia dos organismos superiores, da produção para o setor privado, através do mercado paralelo, seja revendendo os bens adquiridos a preços oficiais, seja por meio de desvios. Atuar no mercado paralelo era considerado pelo governo uma atitude anti-revolucionária, embora o objetivo de muitos que o faziam fosse incentivar a produção e a circulação de mercadorias de forma a diminuir as suas

carências. Somente em 1985, depois do 4º Congresso, é que ocorrerá uma liberalização de preços de produtos hortifrutigrangeiros e pescados.

As conseqüências da guerra de desestabilização, combinadas com os efeitos decorrentes de fenômenos naturais como cheias e secas, pioraram profundamente a situação alimentar nas zonas rurais já em meados de 1981, sobretudo “pelos efeitos negativos sobre a produção camponesa de autoconsumo”, ou seja, sobre a sociedade doméstica (Cardoso, 1991, p. 208). Isso tudo afetou o recrutamento e a manutenção da mão-de-obra assalariada nas empresas agrárias. A partir de 1984, a população rural começou a priorizar sua própria produção doméstica, apesar das dificuldades por que essa produção passava, e acreditou cada vez menos nas possibilidades de os setores estatal e cooperativo serem o seu futuro. Apesar do incentivo do governo para a população abandonar a produção doméstica, desde a independência, isso nunca aconteceu efetivamente, mesmo nos locais onde ela, voluntária ou compulsoriamente, aderiu às cooperativas ou às empresas estatais. Sem dúvida, a população havia concedido um crédito de confiança à Frelimo, mas era um crédito eivado de reservas.

Com a perda dessa esperança, em particular a partir de 1984, abriram-se espaços políticos para a penetração de um movimento contra a Frelimo fomentado e armado pela África do Sul, que passou a oferecer condições para a população resgatar os poderes tradicionais, criando assim uma base de sustentação interna à Renamo. Lembre-se que, a partir da independência de Moçambique, foi criado pelo regime racista da Rodésia do Sul, dirigida por Ian Smith, um movimento envolvendo ex-militares portugueses que iniciou, contra Moçambique, uma série de ações militares apoiadas pela aviação e incursões terrestres. Esse movimento deu origem ao *Mouvement National Resistance* (MNR), cujo nome em inglês já indicava a ausência de moçambicanos na sua liderança. Com a independência do

Zimbabwe, em 1980, esse movimento refugiou-se na África do Sul, com o apoio do governo local. Assim, as ações militares passaram a ser regulares e com alvos bem definidos, direcionados a setores econômicos (linhas de transmissão de energia, pontes, armazéns, equipamentos agrícolas) e tendo objetivos políticos (raptos e assassinatos dos dirigentes locais do Estado e das empresas estatais, escolas e postos de saúde, enfim, símbolos do poder da Frelimo). Era uma guerra de desestabilização de Moçambique que não tinha como fim tomar o poder, mas tornar instável o governo da Frelimo, fato comprovado pela ausência de lideranças moçambicanas nesse movimento e de projetos alternativos de governo.

O fracasso econômico das propostas da Frelimo fez com que a população rural se aproximasse da Renamo, pois ela permitia uma volta aos poderes tradicionais. Foi depois desse apoio interno que o MNR passou a se chamar Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), agora em português, época também em que passa a ser dirigida pelo moçambicano Afonso Dhlakama. A situação interna, na segunda metade da década de 80, era tão dramática para a Frelimo e o apoio externo à Renamo tão forte, que esta, efetivamente, transformou-se numa força militar organizada, tendo realizado massacres da população civil comparáveis aos do período colonial, sem ter elaborado uma proposta política de alternativa de governo, embora tivesse já aspiração ao poder. Em 1992, a Frelimo e a Renamo assinaram um acordo de paz e eleições diretas foram realizadas em 1994, instituindo a paz e a democracia, conforme exigiam os organismos internacionais como condição para conceder “ajudas ao desenvolvimento”.

## 2.2. Empresas Estatais

A empresa estatal podia ser definida como uma empresa moderna de propriedade do Estado composta por trabalhadores assalariados que operavam equipamentos e técnicas produtivas científicas que proporcionassem alta produtividade, sendo dirigida racionalmente por técnicos de modo a proporcionar alta rentabilidade, ou seja, lucro para ser acumulado e investido em outros lugares definidos pelo próprio Estado, e não pelos seus trabalhadores. Em Moçambique, elas substituíram as empresas coloniais modernas.

Uma grande parte das empresas industriais existentes na época colonial passou para as mãos do Estado nos anos que se seguiram à independência. No campo, elas surgiram nas unidades agrícolas modernas, que pertenciam a indivíduos ou a sociedades. Com o abandono dessas unidades pelos seus donos, o Estado nomeava uma comissão administrativa para geri-las. As unidades agrícolas na época colonial se caracterizavam, em Moçambique, por ocupar apenas parte das terras agricultáveis, estando a maior parte dessas terras sob a sociedade doméstica, as unidades modernas encontravam-se distantes umas das outras, permeadas por unidades domésticas, terrenos em descanso e florestas.

Leve-se em consideração que não havia técnicos e administradores moçambicanos em número suficiente para ocupar os lugares dos produtores portugueses no tipo de produção moderna pretendido pela Frelimo e também, sobretudo, que a concepção do governo independente acreditava que o modelo de gestão empregado era o que melhor atenderia a uma produção socialista. Foi, pois, assim que se formaram empresas estatais agrícolas de grande porte, que englobavam várias fazendas coloniais (20, 30 e até mesmo 50). Essas empresas eram organizadas por província, segundo a sua maior especialização (produção de

cereais, algodão, pecuária leiteira e de corte, madeiras, chá, citrinos etc.), sendo que algumas estavam organizadas para todo o território nacional, como a avícola.

Dessa forma, em cada província que produzia algodão, por exemplo, organizava-se uma empresa para essa finalidade principal. Essa empresa estatal da província era dotada de um diretor de empresa e de um corpo técnico-administrativo central, responsáveis pelo planejamento e pelas relações com os organismos do Ministério da Agricultura e do Plano Estatal, e com os bancos. Por sua vez, ela se organizava em unidades de produção (que correspondiam na maioria das vezes às unidades-coloniais), com um diretor de Unidade de Produção, um corpo técnico local e trabalhadores diretos.

A grande maioria das empresas estatais, agrícolas, industriais ou comerciais, até a privatização no final dos anos 80, não teve tempo de elaborar seus estatutos, e nem mesmo de se constituir juridicamente como tal.

Um dos grandes problemas enfrentados, e nunca solucionado, nesse esquema das estatais agrárias, baseado na monocultura de produção agrícola, diz respeito à utilização da mão-de-obra. Na agricultura, a força de trabalho é sazonal, com alguma necessidade de mão-de-obra na preparação do terreno, no plantio e nos tratamentos culturais e grande demanda na época da colheita. Como dispor de mão-de-obra que atendesse a essas necessidades, sobretudo em culturas como o algodão, que demandam grande quantidade nas colheitas, sem encarecer o custo de produção? Isto é, se todos os trabalhadores são assalariados permanentes, ficam grande parte do tempo sem ocupação, aumentando o custo. Se são assalariados temporários, como dispô-los nos momentos e nas quantidades requeridas? E, nesse caso, o que farão quando não estiverem contratados? Continuam "camponeses"? Seria necessário, portanto, planejar uma política para o setor



“camponês”. Mas como, se o setor não pode ter uma política própria porque tem de ser transformado e desaparecer? Para resolver este paradoxo da economia socialista, propunham-se as cooperativas e o tempo de acumulação para a industrialização do campo. Nas cooperativas, os camponeses (no caso os trabalhadores da sociedade doméstica) deixavam de ser camponeses para serem já trabalhadores coletivos, pré-assalariados.

Em função do peso político que conseguiram e, conseqüentemente, do volume de recursos que receberam, as empresas estatais agrícolas passaram a ter maiores poderes nas localidades do que os organismos de Estado e ficaram responsáveis pra organizar as aldeias comunais e criar cooperativas nas suas cercanias, chamadas de “áreas de influências”.

No campo, assim como na cidade, as empresas estatais respondiam pela dinamização da economia. Elas centralizavam a aquisição e distribuição dos insumos e implementos agrícolas e a comercialização não só dos bens de consumo indispensáveis à população, como o sal, os tecidos, o combustível, a farinha, mas também de bens como a bicicleta e o rádio de pilha. Competia aos diretores das empresas estatais agrícolas impulsionar as cooperativas de produção e as próprias aldeias comunais, mais, até mesmo, que o próprio Secretário Provincial da Agricultura. Além disso, programavam, construía e criavam as condições para a instalação dos centros de saúde e escolas. O diretor dessas empresas possuíam um poder enorme, pois o “setor estatal deveria ser o dominante e determinante” no processo de desenvolvimento da economia, sendo a ele concedido o poder efetivo para movimentar as contas nos bancos, também estatais, e com créditos fáceis:

*(...) saliente-se que as empresa estatais agrícolas eram encaradas simultaneamente como autênticos pólos de desenvolvimento e difusão junto dos camponeses da sua área de influência de novas técnicas/tecnologias agrárias através de estágios desses camponeses e da prestação de apoio técnico e material ao setor cooperativo – principalmente este. (Serra, 1991, p. 511)*

Era o setor estatal de produção que criava os excedentes para o Estado distribuir à sociedade, visando novos investimentos e o consumo. Esse esquema de produção, conduzido diretamente pelo Estado, propiciava encurtar o circuito de captação do excedente produzido e aumentar o volume do excedente controlado; ademais, a produção sob controle estatal direto permitiria reduzir a dependência do Estado frente à produção familiar doméstica, que, no caso de Moçambique, era relativamente pouco monetarizada. Aliás, não se podia contar com a capacidade dos agricultores domésticos em contribuir para a acumulação nacional, nem mesmo para suprir as necessidades alimentares do país.

Já no ano de 1977, o setor estatal agrícola ocupava aproximadamente 60 mil hectares de terras cultivadas (Frelimo, 1978, p. 69) e ampliou essa área cada vez mais até 1983, quando então ficará patente a sua incapacidade produtiva e começa a sua reestruturação, dando início ao processo de privatização no âmbito do PRE (Programa de Reabilitação Econômico), acordado com o FMI e o Banco Mundial.

### **2.3. O Plano Estatal Central e o Plano Prospectivo Indicativo**

No início dos anos 80, estava nacionalizado e sob controle do Estado todo o sistema fundamental do país – agricultura, indústria, comércio e finanças. Foi, entretanto, na agricultura que se verificou uma rápida penetração do governo. De 1977 a 1979, a participação do estado na agricultura passara de 60 mil a 100 mil hectares. A Comissão Nacional de Plano atuava através de fixação de metas

definidas centralmente, de cima para baixo, através de organismos vinculados aos órgãos setoriais das províncias e nas unidades de produção, e era a responsável pela elaboração do PEC (Plano Estatal Central), elaborado todos os anos, com seus componentes material e financeiro, de investimento e custeio (despesas correntes).

Esse plano era preparado para cada setor econômico e cada ramo nas unidades de produção e depois consolidado nacionalmente e desdobrado por província. A seguir, segundo as definições, confrontações e disponibilidades dos meios, era corrigido de forma a redistribuir os recursos existentes, e redefinir as metas, se fosse o caso. Os recursos financeiros distribuídos provinham do orçamento de Estado, do crédito bancário interno e do crédito internacional.

Um plano trienal foi também desenhado no início dos anos 80, e deveria ser o momento inicial do Plano Prospectivo Indicativo (esse de abrangência decenal). Entretanto, não teve importância, tendo sido abandonado logo a seguir, sem que se falasse mais nele, em função da crise que se instalou e das mudanças que ocorreram.

As decisões para a elaboração do Plano Estatal Central eram tomadas com base nas metas estabelecidas, que deveriam responder às necessidades do país em termos de recursos humanos, materiais e financeiros. Como a rede de elaboração era extremamente complexa, a ausência de apenas um fator, quando da execução numa unidade de produção, punha em causa todo um processo produtivo que, por sua vez, em cadeia, prejudicava outros mais à frente. Por exemplo, era comum as empresas estatais receberem mais tratores do que as alfaías correspondentes, ou vice-versa, tornando ociosos um dos dois; ou ocorrer a falta de parte dos adubos químicos requeridos, impedindo o estabelecimento das fórmulas adequadas aos

solos; ou a entrega nas fábricas de produtos de embalagem sem que houvesse as matérias- primas para a produção etc.

Embora os Planos Estatais Centrais devessem abarcar todos os setores da produção, eles não incluíam totalmente as necessidades do setor cooperativo e só parcialmente atingiam o setor privado. O setor familiar entrava no Plano Estatal num esquema indireto que visava, sobretudo, garantir o escoamento do excedente e a produção de suas principais culturas, como o caju e o algodão, em troca de bens de consumo e de produção:

*O ano passado [1978], soubemos pela primeira vez elaborar um programa económico e social que orientou a nossa atividade. Este ano, somos capazes de fazer um plano económico e social que abrange e dirige verdadeiramente os sectores essenciais da nossa vida cotidiana. Um plano com os seus balanços materiais contabilizados, um plano com um mínimo de rigor científico, um plano que efectivamente contém em si os meios para tornar obrigatório. Um plano com uma metodologia científica que conduzirá Ministérios e empresas, sectores económicos e sociais a um rigor de realização, a um rigor de metodologia. (Machel, 1979, p. 7)*

Mais adiante, nesse mesmo discurso, Samora Machel adiantava

*Temos que chegar a 1990 com uma indústria de base a funcionar, com a agricultura relativamente mecanizada. Em 1990 têm que estar resolvido e ultrapassados os problemas de alimentação, do vestuário, do calçado, do desemprego, do analfabetismo, das doenças endêmicas (...) Não nos podemos apresentar ainda como um País em desenvolvimento, no actual sentido da palavra. Temos que estar em desenvolvimento para o socialismo avançado. (Machel, 1979, p. 21-2)*

Em seguida, indicava o início dos grandes projetos, a exemplo dos que já estavam em andamento, como o do Vale do Limpopo e o de Incomati, assim como o “gigantesco projecto do Vale do Zambeze”, os do Vale do Lugenda, Lúrio, Montepuez e do Save.

O Plano Prospectivo Indicativo previa ainda que a década seguinte teria de “terminar com o complemento da cooperativização do sector familiar, a urbanização, a socialização, a mecanização relativa da agricultura” e “completar o processo das Aldeias Comunais, fundadas na propriedade e produção socialistas” (Machel, 1983, p. 84-5). Para certos setores da economia, sonhava-se com um crescimento de 40% ao ano, enquanto para a agricultura previa-se cerca de 20% ao ano. Para garantir essa *performance*, o plano indicava a realização de grandes projetos de desenvolvimento regional, que já estavam em curso ou em fase de implantação, sobretudo para o algodão, com financiamento soviético (em Nampula), romeno (em Cabo Delgado e Niassa), francês (em Inhambane) e ainda italiano e sueco.

Os projetos com os países socialistas União Soviética, Romênia, Bulgária tinham características semelhantes, evidenciadas principalmente, mas não só, pelos grandes investimentos na agricultura, enquanto a cooperação com Cuba, China, Coreia do Norte envolvia empreendimentos de menor envergadura e em condições diversas. Provinham de acordos bilaterais entre os governos que estabeleciam as áreas e produtos a serem desenvolvidas, regiões de atuação, limites e montantes dos créditos, condições de pagamento, etc. Para a sua concretização, foram criadas instituições gestoras em Moçambique vinculadas ao ministério da área, com um diretor, geralmente, nomeado pelo próprio presidente da República e com contraparte indicada pelo país cooperante. Embora chamados de “cooperantes”, esses países na realidade estabeleciam com Moçambique contratos comerciais. E a execução do projeto cabia às empresas de comércio exterior do país cooperante, as quais se encarregavam de fornecer técnicos, materiais e equipamentos, segundo as solicitações e as condições. Moçambique não recebia dinheiro; tinha, sim, à disposição um crédito predeterminado para ser utilizado na compra de produtos e equipamentos e na contratação de técnicos do

país de origem, que eram definidos pelo grupo gestor do projeto. A escolha da tecnologia e a determinação das quantidades cabiam a esse grupo, formado por técnicos, em sua maioria, do próprio país cooperante (financiador).

Em suma, tais países eram chamados de cooperantes por auxiliarem na indicação dos modelos tecnológicos a serem seguidos. E os técnicos que chegavam por esses contratos de cooperação técnica (no modelo soviético, búlgaro e romeno, eram funcionários de empresas estatais de seus países) vinham com o objetivo de, mantendo os seus salários de origem, ganharem alguns dólares a mais, embora a maior parte não ganhasse mais que 150 dólares por mês, quando se chegava a cobrar por eles de Moçambique, em contrato, 1.500 dólares.

Por outro lado, a produção decorrente do projeto estava comprometida para ser vendida ao próprio país cooperante. Ou seja, o governo não tinha domínio da tecnologia, da produção, do crédito e nem da comercialização da produção resultante desses projetos.

Como exceção se pode referir os projetos com Cuba, que tiveram um papel importante na área da saúde e cujos contratos entre os dois governos eram favoráveis a Moçambique, que pagava tão-somente o alojamento e a alimentação dos técnicos.

Em que pese o volume investido nos grandes projetos pelos países socialistas, os valores envolvidos estiveram muito abaixo do que o governo de Maputo desejava.

Os grandes projetos agrícolas, como eram conhecidos na época, tão criticados à direita e à esquerda, previam em média investimentos da ordem de 50 milhões de dólares/ano cada, ridículos face ao volume dos projetos de hoje, como se verá.

Na mesma época em que o movimento de preparação do Plano Prospectivo Indicativo foi lançado, as cooperativas envolviam apenas cerca de 0,6% da população ativa e, nas aldeias comunais, cuja distribuição pelo território nacional era extremamente dispar, viviam apenas cerca de 8% da população – com percentagens que iam dos 80% em Cabo Delgado aos 0,04% na Zambézia (Direção Nacional de Habitação/MOP, 1977). Os objetivos do Plano Prospectivo eram transformar toda a população rural em cooperados e agrupá-la em aldeias comunais, atingindo assim todo o setor de produção familiar, ou seja, a sociedade doméstica. Em cada região, as autoridades governamentais moviam-se nesse sentido.

Por outro lado, apostava-se igualmente numa política de realização dos “grandes projetos” de natureza agrícola e agropecuária, que passariam pela modernização, com a construção de onerosos sistemas de irrigação e a mecanização que os acompanhavam:

*(...) todos [os grandes projetos] assentavam numa agricultura em larga escala com recurso a importantes meios mecânicos de trabalho e, de uma maneira geral, ao uso de métodos capital intensivos e altamente dispendiosos em divisas. (Serra, 1991, p. 553)*

Os grandes projetos – como o de Desenvolvimento Integrado para Cabo Delgado e Niassa (conhecido como Projeto 400 mil hectares), em cooperação com a Romênia; o de Nampula, em cooperação com os soviéticos; o projeto da Inhambane, com a cooperação francesa, (os três prioritariamente direcionados para a produção de algodão), além dos projetos para a produção de cereais e os projetos de irrigação como o CAIL (Complexo Agro I do Limpopo) – todos esses projetos, aproveitando-se das infraestruturas já existentes, foram implantados com enorme quantidade de equipamento e de mão-de-obra especializada às custas de

créditos dos próprios países. Não foram doações, mas se transformaram em dívidas e foram pouco produtivos. O projeto Complexo Agro-Industrial do Lumane, a jusante do CAIL, no Limpopo, previa investimento total de 530 milhões de dólares, equivalente ao valor de toda a produção agrícola do país em 1981, dos quais 60% seriam em divisas, o que corresponderia a perto de 90% do valor total das exportações de Moçambique em 1981.<sup>87</sup>

Em outubro de 1979, já nos caminhos do Plano Prospectivo, criou-se, vinculado à Presidência da República, a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Acelerado do Limpopo e do Incomáti (SERLI), com o objetivo de coordenar o desenvolvimento do setor estatal agrário na região. A área a abranger em 1990 deveria ser de 300 mil hectares, o que equivaleria a 50% a mais que a utilizada em todo o país em 1970 pelo setor moderno destinado às culturas temporárias.

As linhas fundamentais do Plano Prospectivo se desenvolveram segundo três eixos principais e interdependentes, conforme explicita Samora Machel em seu discurso à VII Sessão da Assembléia:

- a) a socialização do campo, quer através do desenvolvimento do “poderoso e eficaz” setor estatal na agricultura, quer através da cooperativização do campo, que deveria incluir mais de dez milhões de pessoas;
- b) a industrialização do país, por meio do lançamento da indústria pesada; e
- c) a força de trabalho e a formação (Machel, 1983, p. 104).<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup>Estudo realizado pela Geotécnica, empresa brasileira, *in* Almeida Serra (1991, p.553).

<sup>88</sup>O Plano Prospectivo nunca foi publicado na íntegra pelo governo, embora os ministérios dispusessem da parte que correspondia à sua pasta.



Esse último eixo teria importância estratégica, pois “a formação de quadros em quantidade e qualidade” surgiria como “condição sem a qual a vitória do PPI” ficaria “seriamente comprometida”. Segundo Machel, a vitória do Plano Prospectivo estaria condicionada à forma e ao método de organizar, formar e qualificar o Homem moçambicano” (Machel, 1983, p. 106):

*As estimativas apontavam para a necessidade de, só para o sector agrário (agricultura, pecuária e silvicultura), formar, durante a década de 80 e simultaneamente com a aplicação da estratégia, cerca de 120 mil quadros técnicos dos mais diversos níveis. Isto significa, em relação ao número dos quadros dos níveis básico (6 anos de escolaridade) e superiores, multiplicar por quase 90 os elementos disponíveis em 1980 – de cerca de 450 passariam a ser quase 40 mil –, o que dá bem idéia do esforço que era requerido e que surgia como complemento ao investimento material que se defendia. (Serra, 1991, p. 555)*

A escassez dos elementos disponíveis, materiais e financeiros, que teriam de ser atribuídos às tarefas da formação (seja ela formal ou não) e o fato de o processo de formação ser, por natureza, longo tornavam, desde o início, extremamente difícil atingir as metas fixadas. E, como se reconhecia, o comprometimento da realização das metas nesse domínio teria efeitos negativos sobre a realização das demais metas e, concomitantemente, da própria estratégia. Contudo, e no que constitui uma característica do planejamento moçambicano, o reconhecimento da existência de fortes “limitações” à continuidade dos objetivos fixados não afetava praticamente em nada a definição qualitativa e quantitativa deles.

Em relação à socialização do campo, previa-se que ela significasse a transformação de milhões de “camponeses num forte campesinado socialista”. Ao mesmo tempo, estimava-se que, com um acréscimo médio da área cultivada por agricultor de cerca de 30%, seria possível conseguir, graças à passagem à agricultura coletiva e à introdução de meios tecnológicos renovados, que ela atingisse níveis de produtividade quase triplos em relação aos da agricultura familiar.

Em referência aos “grandes projetos” do setor estatal agrícola, o Plano Prospectivo previa que eles ocupariam, em 1990, uma área cultivada de cerca de um milhão de hectares e representariam 75% do investimento e da produção agrícola comercializada no setor estatal (Assembléia Popular, 1981).

É de realçar o fato de essas opções surgirem em quadro caracterizado pelo déficit generalizado do setor estatal agrário, com prejuízos muito elevados. No, até então, maior dos “grandes projetos” e cujo modelo básico se previa generalizar, o Complexo Agroindustrial do Limpopo, que deveria ser o “celeiro do país”, teve em 1980-1981 um prejuízo de cerca de 400 milhões de escudos moçambicanos e a sua dívida acumulada com os bancos ultrapassava então 1 bilhão de escudos – equivalentes a cerca de 9% e 23%, respectivamente, das receitas dos impostos diretos arrecadados pelo Estado nesse ano (Serra, 1991, p. 556). As estimativas indicavam para o Complexo Agroindustrial custos de produção 1,3 (em 1979-1980) e 2,8 (em 1980-1981) vezes superiores ao valor da produção avaliada aos preços oficiais de venda, mas os custos eram efetivamente maiores, pois não se levava em conta a amortização dos equipamentos. Essa situação encontrava-se praticamente em todas as unidades de produção agrárias estatais no país. Seus custos de produção eram altíssimos e as suas receitas não os cobriam. As vendas no mercado eram feitas por empresas estatais de comercialização a preços administrativos. Nesse esquema, as empresas comerciais não se tornavam deficitárias, pois seus lucros eram baseados no preço de venda, descontadas as suas margens. Entretanto, a empresa produtiva, recebia o valor das vendas (pelos preços fixados administrativamente). Como a empresa produtora tinha crédito garantido no banco estatal, formava-se um círculo vicioso que somente aprofundava o déficit social.

Isso fazia com que as empresas produzissem a um preço até três vezes superior ao que seria cobrado no mercado. Uma vez que quem estipulava o preço de venda era o Estado, e não a própria empresa. Entretanto, à empresa esse déficit pouco lhe interessava, pois os recursos de que necessitava para recomeçar o ciclo produtivo não provinham da venda dos seus produtos, mas do crédito bancário, que lhe era concedido não em função da sua rentabilidade, mas das suas necessidades.

Assim, para além de ser globalmente deficitário – quando o que o Governo pretendia era que fosse uma fonte importante de recursos acumuláveis –, o setor estatal agrário caracterizava-se pela manutenção e, até, pelo aprofundamento das características básicas da produção no período colonial. Nomeadamente quanto ao padrão de culturas (monocultura) e à intensa utilização de mão-de-obra sazonal, pelo grande alargamento da escala de produção e pela concomitante opção tecnológica em favor da intensificação da mecanização.

Apenas uma pequena parte da força de trabalho empregada nas unidades estatais agrárias era composta por assalariados permanentes e nelas residentes. A grande maioria era contratada sazonalmente e vivia nas suas comunidades domésticas perto das empresas, onde realizavam, com as suas famílias, a produção doméstica. Lembre-se que a transformação da população doméstica em assalariada ou cooperada, organizada em aldeias comunais, era uma plataforma da Frelimo que se conseguiu realizar apenas parcialmente. As aldeias comunais, forma de organização político-administrativa da população para romper com a dispersão típica da sociedade doméstica, agruparam um número bem menor de pessoas que os trabalhadores assalariados do setor estatal. Estes, diga-se de passagem, eram predominantemente sazonais e continuavam vivendo nas suas sociedades domésticas, mantendo a produção familiar pelas mulheres. Ou seja, para a maior

parte da população, afora os aspectos políticos e de cidadania, a mudança real foi a substituição do colono pelo Estado na gestão da empresa, e que, agora, esta tinha proporções maiores.

Dado o padrão de acumulação adotado nas *machambas* estatais, parte importante dos prejuízos nesse setor era em divisas resultantes da importação de máquinas e equipamentos, como de produtos químicos. As empresas estatais tornaram-se, assim, sorvedouro de divisas e não tiveram um rendimento que compensasse. Saliente-se que uma parte importante dessas divisas era proveniente das receitas obtidas com a exportação de produtos do setor familiar (caju e algodão, principalmente). O setor familiar, entretanto, não se beneficiou em nada dessas receitas, que, pelo contrário, eram encaminhadas quase sistematicamente para o setor estatal de produção, através da importação de equipamentos e outros insumos. Essa sistemática reproduzia a usurpação da renda da sociedade doméstica pelo colonialismo, sem, porém, dar-lhe as condições de reprodução que este, parcialmente, lhe dava. Para o setor familiar, não eram adquiridos e comercializados os bens de que ele necessitava para garantir a reprodução social, como enxadas, tecidos, sementes etc.

Para estabelecer o assalariamento nas *machambas* estatais seria imprescindível, acelerar o desaparecimento da posse individual da terra – particularmente no quadro da forma *tradicional* de organização da produção. Os assalariados surgiriam principalmente do “desenvolvimento das forças produtivas” no setor estatizado de produção agrícola e da simultânea “estabilização da força de trabalho”, isto é, da luta pela transformação dos trabalhadores sazonais em trabalhadores permanentes e assalariados nas empresas estatais, que nunca chegaram a ter êxito na dimensão esperada.

#### 2.4. As Cooperativas

A cooperativa, diferentemente da empresa estatal, assumiria apenas uma função intermediária, na medida em que o Estado não teria os recursos financeiros, materiais e organizacionais para que tudo se tornasse empresa do Estado. Assim, a cooperativa seria de propriedade dos seus associados, que reverteriam para si os lucros que aferissem, descontados os encargos, impostos e juros. Os associados não seriam assalariados, mas viveriam da produção que realizassem. Assim, os equipamentos e tecnologias que usariam seriam variáveis segundo as disponibilidades do Estado em os fornecer e as suas próprias capacidades financeiras e de gestão. Em Moçambique, as cooperativas agrícolas instalaram-se em terras que não foram ocupadas por empresas do Estado ou estavam situadas em áreas vizinhas ou internas às estatais. Suas dimensões eram bem menores que estas. Enquanto uma empresa estatal podia ocupar dez mil hectares e mobilizar nas épocas de colheita mais de dez mil pessoas, uma cooperativa mal chegava aos cem hectares e raramente era organizada com mais de 500 pessoas.

Para o período de 1977-1983, o setor estatal agrário que movimentava 10% da mão-de-obra agrícola, absorveu 90% dos investimentos destinados à agricultura, enquanto 2% foram para fomentar as cooperativas (Wuyts, 1990, p. 106).

O objetivo e a meta das cooperativas representavam para o Plano Prospectivo, em termos quantitativos, fazer passar o número de membros das cooperativas agrícolas de produção dos cerca de 32 mil em 1980 para 5,5 milhões em 1990. Isso seria feito em duas fases: no final da primeira fase, em 1985, deveria haver cerca de 1,5 milhão de cooperativistas e, na segunda, uma aceleração do processo permitiria a cooperativização de mais quatro milhões de membros das cooperativas em cinco anos. Assim, esperava-se, seria concluída, no final da

década de 80, a cooperativização do setor familiar (GODCA, 1982, p. 19). Tal significava na prática uma mudança profunda na sociedade doméstica, conforme as orientações do 3º Congresso, rumo à modernização:

*O nosso camponês ainda vive sob o peso do obscurantismo, da ignorância, fruto dos vestígios da sociedade feudal. O camponês, na sua passagem da produção familiar para uma forma de produção socialista, será alvo de uma profunda transformação cultural, mediante a sua integração em novas relações de produção. A mobilização deve partir de premissas concretas e de objetivos claros a atingir. Os resultados serão sempre o melhor exemplo para o camponês, habituado ainda à rotina da subsistência familiar. (Machel, 1983, p. 105)*

Apesar dos fracos resultados conseguidos até então (pouco mais de 30 mil cooperativistas em cinco anos), propunha-se na década de 80 transformar praticamente todo trabalhador doméstico (“camponês”) em assalariado ou cooperado, modificando-se profundamente a face da sociedade moçambicana. O que também nunca aconteceu, em que pesem os esforços nesse sentido.

Assim, o Plano Prospectivo propôs que na década de 80 fossem criados cinco vezes mais cooperados no campo que o fixado pelo Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODCA, 1980, p. 4), do Ministério da Agricultura, no II Conselho Consultivo Alargado em Agosto de 1980, um ano antes. A pretensão de organizar 1 milhão de camponeses mostrava a ambição dos dirigentes, cuja proposta se baseava, sobretudo, nos seus desejos e intenções e menos nas possibilidades concretas. Dadas as condições da época, os objetivos e metas fixados eram, no mínimo, pouco realistas e manifestamente não-adaptados aos meios humanos, materiais e financeiros disponíveis. Não obstante, os projetos eram claros e bem definidos e recebiam suportes internacionais.

## 2.5. A Industrialização

Para o processo de industrialização, o Plano Prospectivo previu um acelerado ritmo global de crescimento médio anual, com taxas de crescimento variando entre 17% e 10% do PNB *per capita*, já que construir uma economia nacional setorialmente interdependente e menos dependente do exterior obrigava a se ter ritmos de crescimento muito rápidos.

Para o ano de 1981, as taxas de crescimento estipuladas no Plano Prospectivo eram de 36% na indústria e 42% nos transportes, enquanto a previsão para o setor da construção, em toda a década, deveria situar-se em uma taxa média anual de 40%. Esses índices poderiam não parecer altos, pois existia capacidade produtiva ociosa instalada, mas a médio e longo prazo eles seriam impossíveis de ser alcançados. De um lado, em função da estrutura da produção industrial, o problema principal que se punha no curto prazo era a inexistência de recursos financeiros, particularmente em divisas, para assegurar os objetivos, e, de outro, a fraca capacidade de organização para assegurar o processo de produção.

A política de industrialização exigia uma indústria pesada voltada para a substituição de importações de equipamentos para a agricultura e os transportes (tratores, caminhões) e uma indústria de bens de consumo que trabalhasse as matérias-primas nacionais para satisfazer as necessidades da população local (têxteis, calçados, agro-alimentares).

Os recursos financeiros para levar adiante tal política industrial viriam dos financiamentos (sobretudo externos) aos equipamentos a serem importados. Previa-se a constituição de *joint ventures* de capitais nacionais com capitais privados estrangeiros. Ainda se recorreria à ajuda econômica dos países socialistas

industrializados, que deveriam ser os responsáveis pelo financiamento de cerca de 40% da totalidade dos investimentos previstos para a década (Caballero, 1984, p. 62).

Entretanto, os efeitos desse processo não eram estudados. São conhecidos os limites a esse tipo de solução de financiamento. Para além das inevitáveis conseqüências políticas, externa e interna, que advêm de tal dependência aos recursos externos, é manifesto que nem sempre essa solução corresponde aos benefícios esperados, devido às dificuldades das estruturas socioeconômicas, tecnológicas e culturais do país receptor em absorver o impacto externo e torná-lo rentável. Em contrapartida, e inevitavelmente, a dívida externa sobe, com conseqüências importantes, para além da pressão inflacionária interna (Bellucci e Nunes, 1988).

A ajuda exterior para a reconstrução nacional e para as calamidades naturais, nas condições em que normalmente foi prestada, não escapou à crítica de desajustamento em relação às características estruturais da formação social:

*Uma opção principalmente determinada por fatores político-ideológicos internos à formação social moçambicana, foi reforçada na práxis pela estrutura dos financiamentos e da ajuda conseguida no exterior. Por outras palavras, se tivessem sido outras as opções de afetação de recursos, uma parte significativa dos que do exterior foram transferidos para Moçambique não teriam surgido, já que estes, provenientes do "Leste" ou do "Oeste" mas principalmente os primeiros, tendem a surgir só no caso de estarem de acordo com as concepções de desenvolvimento perfilhadas pelos doadores/financiadores. (Serra, 1991, p. 564)*

Em parte, Serra tem razão em afirmar que o investimento só era concedido em função do perfil ideológico do financiador/doador, embora isso não se desse "principalmente" com os países financiadores do Leste. É notório que os países "do Oeste" privilegiavam os investimentos no setor privado e isso ficará mais



claro a partir de 1986, com os programas suecos e americanos, para não mencionar uma hostil predisposição com Moçambique por sua opção socialista.

Em resumo, os países socialistas financiavam projetos estatais; os capitalistas, projetos privados; e os social-democratas, um pouco de tudo, incluindo as cooperativas. Entretanto, quem determinava de onde viriam (dada a disponibilidade) e para onde iriam os investimentos externos era mesmo a Frelimo.

Caberia ao “setor tradicional” da agricultura e ao setor estatal agrário suportar o enorme esforço de acumulação a ser realizado e que, pela sua elevada componente em divisas, exercia especial pressão sobre os setores produtores de bens de exportação. Essa estratégia, devido ao peso que tinham a industrialização e a mecanização da agricultura, trazia em si a necessidade de um reforço da integração econômica de Moçambique no mercado internacional a curto e médio prazos.

A integração deveria ser feita priorizando-se o espaço socialista (“aliados naturais”) em detrimento do mercado mundial capitalista (Assembléia Popular, 1981, p. 28). A concretização de tal *transferência* de espaços econômicos era, porém, dependente da reação da União Soviética e seus aliados, uma nação que se mostrou negativa com a recusa à integração de Moçambique no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Come-Comecon). Restou como alternativa procurar o mercado capitalista mundial:

*Por outro lado, a menor disponibilidade de recursos com origem no exterior aumentava a dependência em relação às fontes internas de acumulação, em particular em relação à agricultura e aos produtores de bens de exportação. Estes, recorde-se, eram produzidos pelos camponeses quer diretamente (caju, algodão) quer através do seu trabalho (permanente ou sazonal) nas machambas estatais (algodão, chá, copra). (Serra, 1991, p. 565)*

O Plano Prospectivo foi a tentativa de materializar a política desenhada nos programas do partido para a modernização de Moçambique. Ele apresentava traços de um voluntarismo que só poderia ser implantado pela força, isto é, por um Estado forte e centralizador, mas, devido a seu insucesso econômico, teve curta duração. Era, no entanto, um caminho que conduziria à modernização do país.

Em 1983, no 4º Congresso da Frelimo, houve necessidade de reformular essa política em função da crise econômica e social gerada em torno do aumento das ações da Renamo. Nessa ocasião, também se avaliou a aplicação da estratégia do 3º Congresso e do Plano Prospectivo.

### 3. Planificação e Acumulação

No período da Revolução Democrática Popular, a sociedade doméstica continuou enviando força de trabalho aos setores modernos (minas e empresas estatais e privadas), e seu excedente de produção era comercializado pelo Estado, situação semelhante ao período colonial. Entretanto,

*a dinâmica imposta pela Frelimo visava a transformação da força de trabalho doméstica em cooperados e assalariados das empresas estatais. O setor estatal apoiava-se no trabalho livre e não mais no trabalho barato do "camponês". Assim, desapareceriam, ao mesmo tempo, o espaço e a necessidade de perenizar a sociedade doméstica. Sua continuidade, ao contrário, implicaria na manutenção de valores e práticas culturais contrárias ao processo de acumulação no setor estatal. Isto explica o desprezo denunciado da Frelimo pelo "setor tradicional", cujas trocas com o setor estatal foram raras durante os primeiros anos de revolução. (Nunes, 2001, p. 246; grifos no original)*

A tarefa de dar um sentido à independência cabia à Frelimo, pois o objetivo não era a independência política, simples meio e condição necessária, era "o exercício

da soberania política”, no sentido de Mouma Diop (*apud* Buchmann, 1962, p. 26). E ela colocava a questão da integração política da sociedade para a implantação do novo projeto. A via do desenvolvimento somente seria possível a partir da construção do Estado-nação e, para garantir o poder, era preciso que ele fosse criado como “poder superior”, como “necessidade externa”. Isso parecia necessário e possível, visto que entre os moçambicanos, durante a luta de independência para deixar de ser colônia, havia unidade política e organizativa, construída pela Frelimo:

*Entretanto, se a rejeição do período colonial era evidente, a construção do futuro era menor, pois os dois passados, a sociedade tradicional e a capitalista, justapunham-se no presente.* (Nunes, 2001, p. 236)

A visão de mundo fortemente coletivista predominava ainda sobre o indivíduo, que se submetia ao grupo e esperava proteção. O sistema administrativo colonial coercitivo não tinha sido suficiente para modificar a predominância da organização social doméstica, ao mesmo tempo em que a ação educativa e a política lingüística não tinham erradicado a cultura tradicional nem unificado a população na língua do colonizador. A criação de uma rede de comunicação e de infraestrutura modernas não impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas necessárias à generalização do sistema capitalista. Em outras palavras, o problema da integração em Moçambique não se colocou da mesma maneira como na unificação dos países europeus, e as forças que se uniram na luta fizeram um movimento contrário de retomada dos “particularismos”, uma vez chegado o momento posterior de resolução. Esses fatores também constituem elementos da crise no setor moderno.

A *unidade* nacional moçambicana foi criada pela divisão territorial dos interesses europeus na virada do século XX e a articulação dos modos de produção permitiu

a coexistência de “duas formações sociais superpostas em diversos graus: num plano, os aspectos religioso, cultural, social e econômico e, em outro, a região” (Nunes, 2001, p. 237), desenhando duas fronteiras: a social e a geográfica, em que apenas esta é expressa no mapa político de Moçambique.

As transformações políticas, econômicas e sociais que se produziram em Moçambique no período estudado fizeram com que os principais meios de produção, na indústria e no campo, passassem para as mãos do Estado, embora esse processo fosse marcado por grande empirismo, não sendo fruto de uma iniciativa do Estado socialista, mas sim de sua reação à fuga dos colonizadores, tendo sido efetivado utilizando-se de leis antigas de modo a evitar a paralisação da produção. Evidentemente, as nacionalizações faziam parte da política socialista do governo, embora tivesse havido pouco tempo para o seu preparo, salvo no caso da nacionalização dos bancos. O ritmo dos acontecimentos, além da pressão decorrente da luta de classes (destruição dos equipamentos pelos colonos que partiam, queda na produção, que se refletia na falta de produtos de consumo essenciais, etc.), era mais rápido que a capacidade de ação e de previsão do governo.

Mesmo assim, nacionalizações foram realizadas, algumas de cunho político ou simbólico muito forte (além de econômico), e garantiram respaldo político interno de grande valia para a Frelimo. Em 1975-1976 vieram as nacionalizações nas áreas da educação, da saúde e da justiça, e das casas funerárias e das casas de aluguel, como visto. Em 1977, deu-se as nacionalizações da refinaria de petróleo e dos bancos e seguros, considerados estratégicos para o Estado. Em 1978, foi a vez das minas de carvão de Moatize e da companhia de navegação. Um ano depois se nacionalizou a mina de cimento, a indústria de vidro e demais minas e, em 1980-1981, o setor de bebidas e a indústria da transformação do caju.

Como se viu, o Estado controlava ainda o comércio externo e o fluxo de divisas no país, e a maior parte do comércio atacadista e varejista interno. Esse controle significava que a propriedade e a gestão passavam para o Estado. Da refinaria às grandes companhias industriais e agrícolas, das residências particulares aos hotéis e barbearias, tudo era planejado – seus aprovisionamentos e escoamentos –, administrado e financiado pelo Estado. E, obviamente, tudo funcionava com grande precariedade, em que pesem o otimismo dos dirigentes e a esperança da população. Uma vez que apesar da baixa produtividade e reduzida produção, e carência de produtos, em função da perda dos quadros e meios de produção, o país demonstrava capacidade para produzir.

Independentemente da expressão econômica que Moçambique tinha para a África, ocupando na altura da independência o sétimo lugar entre os países industrializados do continente, a revolução levada a cabo pela Frelimo provocou, pelo caráter socialista de sua política, uma forte reação em cadeia, ao mesmo tempo em que criou grande expectativa entre os povos da região e em outras partes do mundo. Ela propunha a modernização da sociedade sem o caráter da exploração capitalista das políticas neocoloniais. Ou seja, que fosse uma modernização que atendesse o bem-estar dos cidadãos, sem a exploração do homem – pelo homem que a propriedade privada dos meios de produção permite – e sem a acumulação individual, e, para isso, a Frelimo estava disposta a travar uma luta política com os capitalistas do mundo, que ali estavam sendo já expropriados.

Para isso, o processo de modernização exigia acumulação, isto é, exigia aumentar a massa de capital fixo. Contudo, os novos mecanismos de acumulação não estavam totalmente garantidos. De um lado, porque os recursos provenientes da sociedade doméstica – a base da acumulação colonial, fortemente combatida pela Frelimo – em pouco tempo escassearam, refletindo uma crise anterior no próprio

setor. De outro, porque os recursos provenientes de um setor camponês a ser desenvolvido a partir do setor doméstico tampouco era proposta da Frelimo, que o considerava “feudal”, “atrasado” e não-modernizante. Além disso, os recursos externos dos países socialistas não vieram, pelo menos no montante desejado:

*No domínio económico, o principal aspecto a salientar é o facto de os mecanismos de acumulação herdados do período colonial terem sido postos em causa pela ação das novas autoridades sem que tivesse havido uma substituição por novos mecanismos, nomeadamente por uma acumulação externa com origem nos países de “socialismo real”, como era esperança daquelas. Fruto da saída dos colonos e da quase ruptura dos mecanismos de acumulação daí resultantes, desencadeou-se uma crise de produção de dimensão significativa em que desempenhou um papel muito importante a ruptura dos circuitos comerciais provocada por aquela saída. (Serra, 1991, p. 489)*

Do início do governo de transição (setembro de 1974) até o 3º Congresso (fevereiro de 1977), verificaram-se grande mobilização social na cidade e no campo. É importante salientar o incentivo à constituição de explorações coletivas, pese as dificuldades que se mostraram, na maior parte dos casos, em se manterem. Assim, na prática, a Frelimo acabou contando como fontes de acumulação, para concretizar os seus projetos, com os mesmos recursos de que dispunha o governo português durante o colonialismo: a migração de trabalhadores, os serviços portuários e de transportes, a produção e exportação de produtos agrícolas, a exploração da renda da sociedade doméstica, o que impulsionou a reprodução das mesmas relações de exploração coloniais, sob uma nova roupagem.

### **3.1. O Sistema de Planificação**

Já em 1976 o governo procedeu a estudos para a implantação de um sistema de planificação em Moçambique, com apoio de técnicos das Nações Unidas. A elaboração de anteprojeto com indicadores gerais para a atividade econômica,

particularmente a respeito de ritmos de crescimento globais e setoriais, bem como com metas de produção e destinação dos recursos, coube à Comissão Nacional do Plano, criada em 1978.

Em cada ministério, criou-se um organismo de planificação para coordenar as suas atividades, dependente diretamente do respectivo ministro, se articulava com a Comissão Nacional do Plano e com os órgãos setoriais dos governos provinciais. E em cada província, havia um órgão provincial setorial (direção provincial de educação, agricultura etc.) que correspondia a um órgão nacional (direção nacional de educação, de agricultura etc.). Dessa forma, instituiu-se o princípio da dupla subordinação: as direções provinciais respondiam aos órgãos do governo central, nos aspectos globais, e ao governo provincial, no que fosse considerado aspecto de responsabilidade local. As nomeações dos diretores provinciais eram feitas pelo ministro da pasta, ouvidos os governadores das províncias.

Após o 3º Congresso, foram colocados à frente das unidades de produção que estavam sendo estatizadas os quadros oriundos da guerra de libertação, em sua grande maioria com formação política, mas com pouca, ou nenhuma, formação técnica. Para os cargos das direções provinciais (sobretudo na agricultura) foram indicados técnicos muitos dos quais não gozavam de prestígio político, por não terem participado da guerra de libertação. Pode-se imputar uma parte dos erros cometidos nas empresas a essa decisão. O voluntarismo na administração de empresas modernas não funciona, pois elas só podem ter sucesso se administradas racional e cientificamente. Entretanto, a esses diretores políticos não podemos imputar as culpas do processo (a tão difundida desculpa de carência de quadros), pois efetivamente, o que faziam era aplicar uma linha política definida pelos organismos centrais a partir do 3º Congresso. A vontade de revolucionar a sociedade e se chegar a uma terra de abundância, vencendo o colonialismo, o imperialismo

e o racismo, corretamente identificados como os causadores das mazelas da nação, estava à frente de qualquer ação concreta.

O 4º Congresso inverteu essa situação, colocando os quadros técnicos na direção das empresas estatais e os políticos nas secretarias de agricultura. Nessa altura, os diretores provinciais passaram a ser nomeados pelos governadores da província, na perspectiva da descentralização do aparelho de Estado. Com o recrudescimento da guerra, em 1985, os secretários provinciais voltaram a ser nomeados pelos ministros, mas os diretores continuaram sendo os mais técnicos possíveis.

O PEC (Plano Estatal Central) era elaborado em consonância com o orçamento geral do Estado, cuja parte dos investimentos integrava o plano. Estava assim estruturado:

- os objetivos gerais da atividade econômica e social, proporções e ritmos de crescimento das principais grandezas macroeconômicas, com destaque para o produto social global;
- os objetivos e metas específicos para os ramos industriais, agrário, da construção, dos transportes, do comércio, da comercialização agrária e para o setor externo;
- o Balanço de Pagamentos; e
- os objetivos e metas específicos para os setores não-econômicos (saúde, habitação e educação).

A integração das organizações econômicas no sistema de planificação expressava-se através da divisão das esferas de produção e de circulação em grandes categorias, denominadas “setores sociais”, assim compostos:



- o setor estatal, pelas empresas públicas;
- o setor cooperativo, pelas cooperativas de produção, consumo ou serviços;
- o setor privado, pelas empresas de propriedade privada, nacional ou estrangeira; e
- o setor familiar, pela sociedade doméstica, por camponeses, artesãos, pastores, pequenos proprietários etc.

### 3.2. A Acumulação Socialista

A partir de 1977, passou a ser crucial a necessidade de se reduzirem os custos de produção e aumentar o rendimento e o volume produzido no setor estatal. A caracterização do sistema de administração da economia com ênfase na acumulação centrada no Estado teve efeitos dramáticos para toda a economia, e em particular para a agricultura (Wuyts, 1990). A política econômica concentrava-se na ampliação do setor estatal, confluindo para ela os recursos internos e externos. A primeira e principal ênfase da planificação foi em relação aos investimentos, ou seja, a necessidade de formar capital fixo para a produção futura, através do orçamento do Estado (Mackintosh e Wuyts, 1988, p. 141-6). Os recursos materiais, em grande parte importados, eram todos distribuídos pelo Estado.

*A planificação material do investimento tornou-se, portanto, o método mais freqüente através do qual o Estado pretendia planificar a economia como um todo e desenvolver o equilíbrio entre os diferentes sectores. De facto, o investimento governamental constituiu virtualmente todo o investimento registrado na economia nos fins da década de 70 e inícios da de 80. (Wuyts, 1990, p. 105)*

O processo de planificação adotado pela Comissão Nacional do Plano baseava-se nos volumes a serem produzidos, ou seja, nos saldos materiais. O plano era

elaborado a partir de indicadores e metas propostos pela Comissão aos órgãos de planificação setoriais, que os desagregava por produtos, províncias e empresas de sua responsabilidade. Estas, por sua vez, corrigiam os indicadores propostos em função das suas peculiaridades e definiam as correspondentes necessidades em termos de equipamentos, insumos e força de trabalho. O embate entre os funcionários das empresas e a Comissão nesse caminho não era pequeno.

O sistema não incentivava a redução dos custos e o aumento da eficiência. Ao mesmo tempo, não havia responsabilidade orçamental por parte dos dirigentes. Havia constantes promessas de recompensas nos casos de ultrapassagem das metas e punições no caso de fracassos, geralmente não-cumpridas. No entusiasmo socialista, observou-se desconhecimento e falta de interesse dos dirigentes pelos cálculos econômicos.

O preço de venda das mercadorias das empresas estatais e cooperativas era o resultado de um entendimento entre o ministério de competência e a CNP e geralmente fixado num patamar que pudesse ser assimilado pelos consumidores. Os diretores das empresas raramente eram chamados a dar sua opinião. Por isso, essa decisão pecava pela falta de objetividade, pois as informações eram incompletas, com poucos técnicos capazes de efetuar-las, além do fato de as empresas escamotear informações para que não ficasse comprometida sua parcela do orçamento no ciclo produtivo seguinte.

Os diretores das empresas estatais eram funcionários cuja função era pôr em funcionamento o processo produtivo, e não escolher os fatores de produção ou determinar os preços dos seus produtos. Esse papel cabia ao Estado. O diretor recebia as metas físicas a alcançar e os meios financeiros para pagar os salários e as despesas locais. Os equipamentos e os materiais importados chegavam sem

que o diretor soubesse os seus preços, pois eram adquiridos e distribuídos pelos organismos centrais do Estado.

Todas essas atitudes faziam aumentar os custos de produção, embora os preços de venda se mantivessem baixos. A cada ciclo produtivo, as receitas do Estado eram menores para cobrir a demanda de fundos correntes e investimentos. Para cobrir esse déficit, o Estado recorria à emissão de moeda, o que pressionava para cima os preços de mercado. Entretanto, os preços aos consumidores eram administrados pelo próprio Estado, que os mantinham abaixo dos preços de produção. Fato que favorecia o aparecimento do mercado paralelo.

Os excedentes das empresas iam para o banco do Estado, que as financiava em todas as suas necessidades, e as perdas financeiras das empresas eram recompensadas pelo orçamento de Estado, através dos bancos, e assim repartidas por toda a sociedade:

*O problema central por detrás destes desequilíbrios monetários não é simplesmente uma questão de política monetária. Não é suficiente empenharmo-nos numa maior disciplina financeira a nível do sector estatal, introduzindo a necessidade da planificação em pequena escala em simultâneo com a planificação em volume, para se conseguir mais economia e rendimento, ou maior eficiência na administração do setor público. Tais medidas são, de facto, importantes mas elas têm que ser equacionadas num contexto mais amplo de planificação dos recursos dentro da economia, numa perspectiva de construção socialista, baseada na reprodução com transformação. (Wuyts, 1990, p. 106)*

A acumulação centrada no Estado foi se tornando “autodestrutiva nos seus próprios termos, isto é, em termos de recuperação dos recursos para a expansão do sector estatal” (Wuyts, 1990). Efetivamente, a economia estatal perdia o rumo, como evidenciava o declínio das receitas oficiais. Dava-se a escalada da inflação fora do circuito dos preços controlados pelo governo e o crescimento do capital

comercial especulativo. O capital comercial privado desempenhou importante papel mediador nas trocas entre o setor estatal e a produção familiar, Daí iria alterar os termos do comércio, no que respeita à troca paralela com a população rural, concentrando essa troca nos camponeses mais ricos e nas zonas agrícolas de mais fácil acesso. Ele tornou-se um mecanismo poderoso que impulsionaria as diferenças entre os camponeses. Os agricultores privados e alguns camponeses mais ricos conseguiram fazer sobreviver e manter, ou mesmo expandir, sua capacidade produtiva, uma vez que tinham acesso às duas pontas do mercado: de um lado, conseguiam equipamento e insumos necessários à produção, a preços oficiais, e, de outro, aproveitavam-se das carências de produtos e comercializavam as suas mercadorias a preços livres, mais altos que os do Estado. Contudo, a maior parte do "setor familiar", isto é, a sociedade doméstica, viu sua capacidade produtiva fortemente atingida pela falta de apoio significativo, seja do mercado, seja do setor estatal. Concomitantemente, o comércio privado beneficiou-se mais do que o setor produtivo, e o Estado acabou perdendo o controle sobre o mercado até ficar dependente dos circuitos paralelos, que asseguravam o fornecimento dos principais gêneros (Wuyts, 1990, p. 107; Serra, 1991).

### 3.3. Os Investimentos

Além da destruição da infra-estrutura pela guerra de desestabilização, que não foi pequena, os problemas de investimento em Moçambique não foram diferentes dos de outros países socialistas.

Aparentemente, os investimentos não eram suficientes, em face dos desafios propostos pela Frelimo e do atraso das forças produtivas. Entretanto, num enfoque econômico, pode-se observar que os investimentos, longe de serem insuficientes, eram excessivos, tal como nos outros países socialistas (Kurz, 1993). A explicação pode ser encontrada na indiferença das empresas estatais diante da produtividade e do valor de uso (qualidade).

Os lucros das empresas estavam concentrados e centralizados nas mãos do Estado – que, por meio da planificação, cuidava da distribuição da mais-valia global –, e seus diretores não tinham autonomia para reinvestir os próprios ganhos. Era o Estado que os utilizava. Quando da elaboração dos planos anuais, os diretores aumentavam os cálculos das suas despesas para obter mais créditos do Plano Estatal Central, por meio do banco que fornecia, assim, mais capital de giro e investimento em capital fixo.

No capitalismo, a restrição invisível da concorrência obriga as empresas a se modernizarem constantemente ou a fecharem suas portas. Investe-se na renovação e somente mais tarde na ampliação (Nunes, 2000). Em Moçambique, tal como nos outros países socialistas, houve uma preferência pelo investimento na ampliação.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup>Há dois tipos de investimento: os de renovação e os de ampliação. Os de renovação são os necessários depois que as máquinas e prédios forem amortizados, a fim de conservar os mesmos níveis de produtividade. Os de ampliação podem ser divididos em dois. Um permite o aumento (duplicação ou

Não havia, nesse período, praticamente nenhuma empresa estatal que não tivesse uma obra sendo realizada. Estas obras, diga-se de passagem, em grande maioria não eram concluídas. Os investimentos de renovação implicam um esforço gigantesco de consertos dos equipamentos e construções e não traziam compensação monetária, ao contrário dos investimentos de ampliação, que traziam acréscimo monetário. A consequência era o abandono de máquinas e equipamentos seminovos, para se esperar outros novos. Ao mesmo tempo, era através dos investimentos nas grandes obras que mais facilmente se podia enganar o Estado, pelo maior tempo de sua implantação e pela possibilidade de melhores salários e contatos com estrangeiros.

*Até 1984 mais de 70% do investimento nacional foram destinados à construção civil (em grande parte a novos projetos agrícolas e industriais do Estado) e agricultura, e mais de 90% do investimento e dos técnicos alocados no sector agrícola foram destinados às empresas estatais. A área coberta pelas empresas estatais agrícolas aumentou em até 140 mil hectares em 1982. (Castell-Branco, 1995, p. 598)*

Mostra-se aqui a coerência entre discurso e prática da Frelimo, investindo fortemente no setor estatal, ampliando áreas e atingindo produtividades cinco ou dez vezes maiores que o setor familiar. Mas pela forma como foram realizados os investimentos, os custos de produção ficaram mais altos que os preços de venda, impondo prejuízos às empresas e, conseqüentemente, às contas do Estado.

Ou seja, da mesma forma que os custos de produção de bens de consumo, as despesas em investimentos eram superestimadas, exigindo do Plano Estatal Central mais do que o necessário. Como consequência, a paisagem de Moçambique passou a apresentar uma fartura de trabalhos inacabados ou que não tinham utilidade produtiva alguma. Não houve falta de investimentos no setor estatal,

---

extensão física) da unidade produtiva sem implicar aumento de produtividade. O outro substitui a tecnologia utilizada e permite o aumento da produtividade.

mas pouquíssimos projetos tiveram sucesso ou entraram em produção a pleno vapor nos tempos previstos, mesmo os que não sofreram a influência destruidora da guerra.

### 3.4. A Planificação Racional

Empresas e indivíduos são ao mesmo tempo produtores e consumidores, mas essas funções os fazem ocupar posições contrárias no mercado. No capitalismo, o produtor não se interessa pelo valor de uso do que ele próprio produz, já que o faz para o “mercado anônimo e já que a finalidade do processo não é a satisfação de necessidades concretas, mas a transformação do trabalho em dinheiro (salário e lucro)” (Kurz, 1993, p. 93). Por outro lado, como consumidor, ele tem interesse no valor de uso da mercadoria e deseja que ela seja a melhor possível adequada aos seus propósitos:

*No entanto, o que se viu foi que, enquanto consumidoras, as empresas recebiam do Estado, conforme o PPI, os insumos e equipamentos, sem ter a escolha dos meios mais baratos e eficazes, a fim de gerir segundo as normas de produtividade fixadas. E enquanto produtoras, na medida em que seus produtos eram integralmente absorvidos pelo Estado, segundo os preços fixados pelo PPI, elas pouco se preocupavam com a qualidade do que era produzido. (Nunes, 2001, p. 276)*

Kurz analisa a importância da concorrência para a manutenção da qualidade das mercadorias, comparando as sociedades produtoras de mercadorias e as socialistas, de onde se pode encontrar a explicação para os insucessos da produção em Moçambique. A concorrência, enquanto lei restritiva e invisível, é o fator que, mesmo que não elimine a irracionalidade, leva em conta os valores de uso e as necessidades:

*O impulso e o interesse do produtor de mercadorias para o aumento da sua produção, se possível sem levar em conta o valor de uso material de cada produto, são*

*contaminados pela concorrência do mercado, que o obriga a considerar, até um certo ponto, o valor de uso para os consumidores, aos quais deve oferecer e mostrar este valor. (Kurz, 1993, p. 95)*

No capitalismo, se um determinado produto não é *aceito* pelo mercado, dele será *expulso*. Isso, entretanto, não acontecia nos países socialistas. As mercadorias, mesmo com alto custo de produção, continuavam sendo produzidas, pois o preço de venda era determinado pelo Estado, e aos produtores eram garantidos os recursos para recomeçar um novo ciclo produtivo.

Nas sociedades produtoras de mercadorias, “pode-se imaginar as conseqüências que terá a supressão da concorrência e sua substituição por comandos estatistas” (Kurz, 1993, p. 95). Para impedir a baixa qualidade e os altos custos dos produtos, criaram-se sistemas de controle burocráticos. Com isso a instância controladora perdeu sua condição objetiva de uma lei natural e passou a manifestar-se como uma fiscalização estatal-burocrática externa, sem as “leis coativas da concorrência” (Marx). Fato que permitiu que a instância controladora fosse contornada e enganada:

*Privados de suas qualidades sensíveis, em campanhas eternamente repetidas que vacilam entre remunerações e castigos, para que assumam uma atitude 'sensível' frente aos seus produtos. [...] De fato, as possibilidades de sanções por parte do controle burocrático subjetivo de necessidades e valor de uso são limitadas e dificilmente podem ser levadas a sério. A 'lei coativa da concorrência', sem sujeito, executa suas sentenças imediatamente, na forma de falência iminente ou manifesta. A instância controladora burocrática, pelo contrário, é ao mesmo tempo a proprietária geral abstrata de todas as empresas. Por isso, não pode castigá-las e muito menos liquidá-las. (Kurz, 1993, p. 96)*

Isso tudo se assitiu em Moçambique.<sup>90</sup> De fato, no governo da Frelimo, os capitalistas individuais foram destituídos dos meios de produção, que passaram

---

<sup>90</sup> Coggiola ressalta a importância da concorrência no capitalismo: “Marx diz que a *taxa geral de lucro* é a força impulsora da produção capitalista, e constitui a lei reguladora da sociedade capitalista. Pela



em grande parte às mãos do Estado (propriedade de todo o povo), ao mesmo tempo em que o próprio Estado decretava o fim da concorrência e instituía a planificação central da economia.

Em lugar da concorrência, o Estado erigiu-se em elemento fornecedor e responsável dos valores de uso de qualidade para os consumidores, individuais e produtivos. Ora, novos problemas surgiram quando da substituição da concorrência do mercado pelas normas do Estado. A repercussão sobre a produtividade foi uma das conseqüências imediatas.

O projeto da Frelimo se apoiava na expectativa de um aumento da produtividade em função de grandes investimentos em técnicas modernas, mas o que se observou foi a redução generalizada da produtividade no setor moderno, no campo e na cidade. As razões dessa redução são múltiplas, mas a principal se encontra nas relações macroeconômicas entre as unidades de produção e a planificação central do Estado. Esse é outro fator que explica a crise do setor moderno, segundo vértice da hipótese estuada.

A planificação central do Estado tinha por objetivo resolver os problemas da anarquia da produção e da distribuição, dotando-os de um sistema de planificação. Com esse preceito, as empresas, como consumidoras, recebiam do Plano Estatal Central os insumos e equipamentos, sem poderem escolher os meios mais baratos e eficazes, a fim de gerir segundo as normas de produtividade que lhes eram fixadas. Como produtoras, na medida em que seus produtos eram

---

mesma razão, para Marx, a lei fundamental da concorrência capitalista não é a lei da oferta e da demanda entre mercadorias (os preços de mercado) mas a lei que rege a concorrência entre capitalistas (a taxa de lucro média), que regula a distribuição da mais-valia entre eles, segundo a massa de capital com que cada um participa no comum negócio de explorar trabalho assalariado" (Coggiola, 2002, p. 102).

integralmente absorvidos pelo Estado segundo os preços estabelecidos pelo Plano Estatal Central, elas pouco tinham de se preocupar com a qualidade do que produziam. Apesar das estruturas de controle burocráticas criadas, os problemas continuavam sem solução. Ignorando a “lei coativa da concorrência”, o plano era facilmente burlado pelas empresas e o processo marcado por fraudes de todos os lados. Os planejadores fixavam metas inatingíveis, os gestores das empresas pediam mais equipamento e material do que iriam ter condições utilizar na produção e os bancos concediam créditos que sabiam não ter retorno.

Como, nesse caso, os que violam a “lei restritiva da concorrência” não podem falir, pois a burocracia era a proprietária, o que ocorria era que a punição recaía sobre os indivíduos, e esse processo acarretava maiores custos. Entretanto, tais custos eram cobertos com empréstimos bancários, que também eram estatais. Assim, as empresas estatais tornavam-se cada vez mais deficitárias, apesar dos grandes investimentos que recebiam, sobretudo nos primeiros anos da independência, e cada vez mais diminuía o volume de suas produções e das suas produtividades. Todo esse processo aumentava o custo de produção social e reduzia a capacidade de reprodução. A dívida das empresas com o Banco Popular de Desenvolvimento, que financiava em grande parte as empresas, aumentava a cada ano. No ano seguinte novamente ele concedia os créditos solicitados pelas empresas, conforme o PEC, geralmente em volume maior que o anterior.

Nas crises do capitalismo, o que se acumula são as mercadorias, os produtos (*output*). No caso do socialismo, como em Moçambique, o que se acumulava eram os insumos (*input*), as matérias-primas, os equipamentos e materiais, antes de entrarem no processo de produção. Era comum encontrar em empresas estatais centenas de tratores sem os implementos agrícolas correspondentes, e o inverso

em outra empresa mais adiante. Ou seja, era o racionalismo do plano que funcionava:

*A inversão da acumulação (no socialismo, acumulação de insumos; no capitalismo, acumulação de produtos) invertia igualmente a manifestação da crise. Em lugar de crises de produção, o socialismo apresenta crises de penúria, o que leva ao mercado paralelo e à inflação. (...) A característica anárquica no capitalismo, na distribuição, construiu as crises de superprodução, pois a mercadoria não pôde ser realizada. No socialismo, construiu-se a crise de aprovisionamento, devido às dificuldades de se obterem os produtos. Assim, superprodução ou subprodução, abundância ou penúria, são manifestações diferentes, opostas, de um mesmo conteúdo. (Nunes, 2001, p. 280.)*

O sistema de planificação que acompanhou as nacionalizações influenciou enormemente a economia moçambicana até 1984, concretamente, mas também pela influência psicológica sobre os gestores e consumidores individuais, pois o plano era apresentado como uma entidade superior, infalível, que tudo controlava e a todos os problemas do povo resolveria. A partir daí, com a queda brutal da produção, constatado o fracasso do processo e o sucesso empresarial de empresas que saíram do sistema de planificação, passando a ter acesso direto aos mercados interno, externo e financeiro, o Plano Estatal Central começou a ser desacreditado, arrastando-se moribundo até o final da década.

### 3.5. A Dívida

Em 1983, Moçambique entrou em insolvência e, em 1984, foi realizado um inventário dos “prejuízos diretos e da redução das receitas desde 1975” (RPM/CNP, 1984, p. 51), com o objetivo de preparar a reunião com os banqueiros internacionais do Clube de Paris, que foi concluída em outubro de 1984, com o reescalonamento da dívida para 11 anos e cinco anos e meio de carência (Cahen, 1987, p. 125-6).

**Quadro 3 – Estimativa de Prejuízos Diretos e Redução das Receitas de 1975 à 1983**

*(em milhões de dólares)*

	Valor	%
<i>Custos da dependência da África do Sul</i>		
Redução do número oficial de mineiros na África do Sul	- 568	10,3
Diminuição do tráfico ferroviário e portuário (1975-1983)	- 248	4,5
Não-observação integral pela África do Sul dos acordos sobre os mineiros a partir de abril de 1978	- 2.600	47,2
<i>Custos da guerra</i>		
Aplicação das sanções à Rodésia do Sul em face de suas agressões (mar 1976 a fev. 1980)	- 556	10,0
Agressões diretas ou "bandidos armados" pela África do Sul	- 333	6,0
<i>Custo das calamidades naturais</i>		
Inundações em 1977 e 1978	- 98	1,8
Secas na região Centro e Sul (1982-1983)	- 154	2,8
<i>Custos da dependência geral</i>		
Redução das receitas de exportação (redução dos termos de troca, seca, "bandidos armados")	- 131	2,4
Efeitos da subida do preço do petróleo	- 819	14,7
<b>Total</b>	<b>- 5.507</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RPM/CNP, 1984, p. 41. A tabela original é apresentada em meticais e o total é de Mt\$195.587 milhões. Conversão em dólares pelo autor.

Embora altas, as perdas referentes às ações dos "bandidos armados" e da África do Sul eram ainda suportáveis do ponto de vista econômico, não indicassem uma tendência que iria se agravar nos próximos anos, sendo, entretanto, superiores às perdas provocadas pelas calamidades naturais. (Ver quadro acima)

O aumento do preço do petróleo atingiu praticamente todos os países do Terceiro Mundo não-produtores de petróleo, reduzindo suas capacidades de importação, como foi o caso de Moçambique. As sanções econômicas determinadas pela

ONU contra a Rodésia, aplicadas pelo governo moçambicano, “nunca foram compensadas [aos moçambicanos], nem pelas Nações Unidas, nem pela Inglaterra, responsável pela situação, nem pelo Zimbábue” independente (Verschuur, Lima e Lamy, 1986, p. 157).

Outro fator importante que causou a redução das receitas moçambicanas diz respeito às provenientes dos mineiros na África do Sul, com a diminuição significativa da mão-de-obra de mineiros e a mudança na forma do pagamento, que passou a ser em ouro ao preço do mercado internacional.

**Quadro 4 – Número de Trabalhadores Moçambicanos nas Minas da África do Sul**

Ano	No. de trabalhadores	Ano	No. de trabalhadores
1970	113.293	1975	118.030
1971	102.000	1976	34.244
1972	97.700	1977	41.364
1973	99.424	1980	45.824
1974	101.800	1981	41.288
		1982	45.491

Fonte: Cahen, 1987, p. 112.

Praticamente foi reduzido a 1/3 o número de mineiros moçambicanos na África do Sul em quatro anos, como mostra o quadro acima. Entretanto, o que mais pesou na redução das receitas no período, segundo os dados da própria Frelimo, foram as mudanças nos acordos com a África do Sul, sobre os trabalhadores das minas a partir de 1976, como se verá a seguir.

### 3.6. O Ouro da África do Sul

Do total da redução das receitas, 47,2% recaíam sobre o não-cumprimento integral dos acordos pela África do Sul em relação aos mineiros moçambicanos. Essa questão, entretanto, é bastante discutida. O aumento do preço do dólar, a partir de 1971, fez com que, pelo acordo, o ouro fosse transferido ao governo português a uma cotação quatro vezes inferior à do mercado internacional, fato suficiente para levar a um embate econômico entre as partes. Com a independência de Moçambique, em 1975, a África do Sul poderia juridicamente reclamar a caducidade do acordo de 1928, uma vez que era assinado com o governo de Portugal. No entanto, depois de reuniões secretas de comissões governamentais logo após a independência moçambicana, o acordo continuou sendo aplicado até o fim de 1976, tendo a África do Sul comunicado que passaria a entregar o ouro pela cotação do mercado livre até essa data. Embora o acordo luso-sul-africano efetivamente previa sua vigência por mais dois anos ainda.

Em 1976, o governo moçambicano negociou para reverter a situação. Entretanto, para aceitar ser sucessor de Portugal no acordo (atendendo a um parecer da União Soviética), seria preciso reconhecer politicamente a legitimidade do acordo, contrariamente à percepção anterior da Frelimo, que sempre o denunciou como um tratado de escravidão, responsável pela devastação de regiões no sul do país, tendo provocado a migração de grandes contingentes. A solução que encontrou foi aceitar o acordo “tecnicamente”, ratificado por juristas, e não por membros do governo (Cahen, 1987, p. 109-10) Entretanto, nesse mesmo momento o governo se preparava para aplicar as sanções determinadas pelas Nações Unidas contra a Rodésia e, como não queria se comprometer politicamente, pôs fim às negociações.

Analistas estimam que é quase seguro que a África do Sul não renovaria o acordo, basicamente pela diminuição da “fome do ouro” no mercado internacional desde 1977, estagnando o mercado e a produção sul-africanas e levando a África do Sul a defender os empregos dos mineiros nacionais em detrimento da mão-de-obra dos países vizinhos, fato que reduzirá sensivelmente o número dos mineiros moçambicanos em território sul-africano (ver quadro acima Número de Trabalhadores Moçambicanos nas Minas da África do Sul). Assim, por razões monetárias, a África do Sul deveria aproveitar os bons lucros da cotação desses anos, em vez de reparti-los com um vizinho não-amigo politicamente.<sup>91</sup>

As receitas provenientes do ouro e do trânsito sul-africanos nos portos e rodovias moçambicanas permitiram ao governo da Frelimo, em 1976, ter uma reserva de 60 milhões de dólares, fato raro em países africanos. Como consequência do fim do acordo, já em 1982 a reserva financeira de Moçambique deu lugar a uma dívida de 2,6 bilhões de dólares.

### **3.7. A Dívida se Aprofunda**

Desde a independência, o governo moçambicano pretendia impulsionar o trânsito com a África do Sul. Investimentos que visavam modernizar e duplicar as ferrovias foram realizados. Técnicos sul-africanos participaram na recuperação do cais carbonífero, de cereais, de minerais e para frigoríficos. Com exceção do turismo, todo o complexo com a África do Sul continuou. (Cahen, 1987, p. 113). Ainda em 1979, cerca de 15% das importações de Moçambique vinham da África do Sul, ou seja, proporção comparável à do último período colonial, conforme se pode ver no Quadro abaixo, Comércio Exterior Moçambicano, 1961-1973.

---

<sup>91</sup>Em 1976, o Banco de Moçambique revendia a 180 dólares o ouro recebido a 42,5 dólares a onça (Cahen, 1987, p. 103)

**Quadro 5 – Comércio Exterior Moçambicano,  
1961-1973**

(em % por país)

Origem/Destino	Importações Moçambicanas					Exportações Moçambicanas				
	1961	1965	1970	1972	1973	1961	1965	1970	1972	1973
Portugal	29,7	34,5	27,4	23,9	19,2	41,1	37,0	38,2	38,3	35,6
Inglaterra	12,3	10,5	8,1	7,7	7,5	7,7	4,6	4,9	5,2	5,6
Estados Unidos	7,1	4,2	9,8	5,2	4,9	5,9	4,7	9,3	13,0	13,6
África do Sul	10,5	10,5	15,7	14,7	20,2	3,7	2,0	2,1	2,3	9,4
Alemanha Ocidental	9,3	7,7	7,7	9,0	13,4	2,5	3,6	3,6	2,6	3,2

Fonte: CIDAC (1978), "A Evolução do Comércio entre Portugal e os Novos Países Africanos". Dados atualizados para 1978, *in* Cadernos do CIDAC, n. 4, 1979, *apud* Cahen, 1978, p. 102.

Os investimentos foram fortes e concentrados na produção até 1979, seguindo as diretrizes do 3º Congresso, quando houve uma mudança da situação econômica. Esse novo quadro da economia pode ser verificado na modificação da composição dos investimentos, quando as doações e os créditos internacionais passaram a representar cerca de 70% do total investido.

A maior parte dos investimentos provinha dos países capitalistas, excluindo-se evidentemente os investimentos nas Forças Armadas. A participação dos países socialistas (União Soviética, Romênia, Alemanha Ocidental e Bulgária), entre 1976 e 1982, nunca ultrapassou os 7% do total investido. Evidentemente, essa participação pode ser maior, pois entrava como capital moçambicano no orçamento de Estado, através de empréstimos interestatais, mas isso não muda a paisagem financeira (Cahen, 1987, p. 214).



**Quadro 6 – Divisão dos Capitais Moçambicanos e Estrangeiros no Orçamento de Investimento de 1982**

Setor de Atividade	Divisão por Setor		Divisão por Origem		
	Moçambique	Estrangeiro	Moçambique	Estrangeiro	Total
Agricultura/ Irrigação/ Barragem (*)	75,92	30,16	52,88	47,15	44,30
Indústria/ Energia	24,07	46,29	18,81	81,19	39,44
Indústria Extrativa	0,00	0,73	0,00	100,00	0,50
Trabalhos Públicos	0,00	3,28	0,00	100,00	2,27
Transportes/ Comunicações	0,00	18,29	0,00	100,00	12,65
Comércio Interior	0,00	1,22	0,00	100,00	0,84
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>30,81</b>	<b>69,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Cahen, 1987, p. 119, elaborado a partir de dados das Nações Unidas.

(\*) É de se notar que a reunião desses três itens em um só setor é insatisfatória, pois algumas barragens não têm função agrícola. Além disso, quanto à agricultura, não se faz distinção sobre o tipo socioeconômico visado: companhias agroindustriais estatais ou privadas, aldeias comunais, cooperativas etc.

Para o período entre 1980 e 1983, verificou-se que cerca de 51% das receitas do Balanço de Pagamentos eram provenientes de entradas de capital, excluídas as doações e os créditos dos países socialistas (Cahen, 1987, p. 121), o que comprova que efetivamente não faltaram investimentos para a modernização pretendida.

Pelo lado das saídas do Balanço de Pagamentos, no mesmo período, a porcentagem dos gastos totais para o pagamento de capitais girou em torno de

30%, ao passo que a parte dos juros não parou de crescer, pulando de cerca de 5% em 1980 para mais de 17% em 1983.

Assim, em 15 de abril de 1983, a dívida pública de Moçambique frente ao mundo ocidental atingia 54,2 bilhões de meticais (aproximadamente 1,4 bilhão de dólares), constituída ao longo dos anos independentes, sendo 13,45% com organismos financeiros internacionais (BAD, FAD, Badesa, Fundo do Kuwait, Opep, entre outros), 29,11% por empréstimos entre governos e 47,41% por empréstimos bancários (RPM/CNP, 1984, p. 51). Apenas o valor dessa dívida representava mais de sete vezes as exportações de 1982 e duas vezes o valor total das receitas de 1983.

Além disso, havia as dívidas com os países socialistas, estimadas em 1,1 bilhão de dólares, o que elevava a dívida total para 2,5 bilhões de dólares.

#### 4. A Utopia do Insucesso

O processo de modernização da Frelimo é tratado com enfoques distintos. Veja-se o que diz um ex-régulo do Chókué, em 2001:

*O grande erro das novas autoridades residia no facto de tentarem suplantar os pequenos produtores [da região do sul do Save] através de grandes machambas. As novas autoridades acreditavam que toda a gente poderia ser alimentada na base de trabalho-salário nas machambas estatais, mas o governo não tinha proporcionado um espaço de manobra para os camponeses mais pobres. Pelo menos, (...) os portugueses tinham, até certo ponto, permitido isto. Como vimos, estas políticas foram o resultado quer dos problemas enormes que a Frelimo enfrentava para poder restabelecer um setor agrícola fracassado, quer das suas concepções ideológicas. (Eduardo Cuna, régulo do Chókué, apud Covane, 2001, p. 258)*

O agricultor lembra do colonialismo com saudosismo, mas sem entender por quê. A Frelimo explorou a sociedade rural nos mesmos moldes que o colonialismo, ou seja, pela articulação de modos de produção, mas com duas diferenças, que foram significativas. De um lado, obrigava a população rural a se organizar nas aldeias comunais, apressando a desorganização e a crise da sociedade doméstica. Por outro, a estrutura de economia moderna que estava sendo implantada não tinha a mesma eficiência que a colonialista. Ou seja, para manter o mesmo nível de antes, o trabalhador rural deveria trabalhar agora muito mais para suprir essas duas deficiências. O fato era ainda agravado pela existência de uma guerra que obrigava os processos produtivos e sociais a terem custos maiores. Isso tudo desprovia o mercado e provocava, além da exploração superior ao período colonial, penúria na maior parte das regiões do país e a fome em muitas delas. Esses fatores endossam a hipótese de crise no setor doméstico e de crise no setor moderno (vértices um e dois da hipótese sugerida).

Agora, veja-se a opinião de um acadêmico moçambicano:

*Por volta de 1983, o governo reconhecia o fracasso, em grande escala, dos projetos de desenvolvimento dependentes da importação, exploração intensiva do capital e centralmente planejados. A ênfase era então colocada nos projetos de pequena escala mais descentralizado e de orientação empresarial.<sup>92</sup> (Covane, 2001, p. 263)*

Em 1986, as políticas econômicas do 3º Congresso vão estar totalmente descaracterizadas, com a desagregação do setor estatal, a não-implantação das cooperativas de produção e das aldeias comunais, com a quebra brutal da produção durante a década de 80 e a carência dos produtos de consumo, os produtivos e os improdutivos.

---

<sup>92</sup> Isso ao sul do Save, pois ao norte do país, as grandes empresas continuaram até o final da década de 80.

As causas do insucesso socialista da Frelimo efetivamente não estão em seus próprios erros. Entende-se que a Frelimo não cometeu pecados originais. Seus erros históricos foram os mesmo dos que lutaram pelo socialismo no século XX. O desenvolvimento não era senão uma outra face do subdesenvolvimento. E foi essa face, a subdesenvolvida, a que coube aos países periféricos.

Contudo, o que a Frelimo queria não era nem substituir os colonialistas, nem apenas melhorar a sociedade doméstica. Ela insistia na e queria a modernidade, e, mais que isso, queria a modernidade socialista, sem exploração, com igualdade e fraternidade. Era a sua utopia. Para impor o seu projeto desqualificou a sociedade doméstica, pois sabia que era preciso que os produtores rurais estivessem disponíveis, política e economicamente, para se transformarem em assalariados. (Internamente, como tática, visava atrair a sociedade doméstica para as suas posições, mas, ao taxá-la de “obscurantista”, “reacionária” etc., efetivamente deu a tônica para colocá-la do “outro lado”) E, conseqüentemente, não poderia investir economicamente nesse setor, nem depender da sua acumulação para avançar rumo as socialismo. “Se não foi possível para Moçambique atingir os níveis de produção e de produtividade necessários para vencer o subdesenvolvimento, era-lhe igualmente impossível construir uma sociedade rural melhorada” (Nunes, 2001, p. 255).

A construção da economia socialista, pela própria natureza, exigia outras respostas. Não se tratava de modificar um ou outro comportamento dos produtores rurais, mas de romper um modelo que cimentava toda a organização social. A ruptura da aliança com o setor rural foi conseqüência da necessidade de fazer do trabalhador rural um produtor de mais-valia: “Política e ideologicamente, a questão é talvez mais importante do que economicamente nessa fase de transformação, pois, sem base tradicional de produção e de reprodução, a

população rural não teria outra saída senão a modernização” (Nunes, 2001, p. 255).

Assim, o 3º Congresso combateu fortemente o “obscurantismo” e o “tribalismo” da “sociedade tradicional”, como condição fundamental para a participação da população rural na construção nacional e do socialismo. Ou seja, a Frelimo não tinha proposta para desenvolver a população rural, mas sim transformá-la em assalariada.

Mesmo assim, o projeto não deu certo. Não poderia haver desenvolvimento do país partindo das relações de subdesenvolvimento, qualquer que fosse o modelo. A utopia de desenvolvimento – leia-se modernização - foi efetivamente a razão do insucesso. O socialismo realmente existente não poderia ter sido alternativa, pois ficou nos limites da modernização. Para a Frelimo, o socialismo queria dizer abolição da fome, do analfabetismo e da nudez. E para isso procurou organizar e planejar racionalmente a vida econômica – principalmente – em termos de produtividade e produção de mercadorias. E foi essa planificação racional precisamente a que fracassou.

Os proprietários individuais dos meios de produção foram substituídos pelo Estado. Paralelamente, o Estado decretou o fim da concorrência e instituiu a planificação central da economia. Apesar de não ter sido proibida legalmente, mas inibida na prática, a iniciativa privada fugiu de Moçambique, precipitando a passagem dos meios de produção às mãos do Estado.

A planificação estatal formava o novo paradigma econômico e a Frelimo acreditava que a concorrência entre os capitalistas era o substrato do sistema que ela queria substituir, e não a ocorrência do capital. E no lugar da concorrência instalou a

planificação do Estado. O Estado era agora quem fazia os cálculos, fornecia e comprava tudo o que se produzisse no território, tudo o que se importava e exportava, o que acarretou grandes repercussões na produtividade e na produção, de forma imediata.

O modelo, como se viu, apoiava-se na expectativa de um aumento de produtividade em função dos grandes investimentos em técnicas modernas. Entretanto, o que de fato ocorreu foi uma baixa generalizada da produtividade no setor moderno, em todo os setores e regiões. Ou seja, o aprofundamento do processo de modernização pela Frelimo acelerou a crise moderna (o vértice dois da hipótese).

A planificação do Estado impunha os planos de produção para as empresas e tentava lhes garantir os meios financeiros, materiais e humanos requeridos. A planificação central tinha por objetivos resolver os problemas da anarquia da produção e da distribuição, dotando-as de “racionalidade”.

Ao terminar com as “leis restritivas da concorrência” (Marx), a burocracia estatal pode ser mais facilmente enganada. O processo de elaboração e execução do Plano Estatal Central era marcado por simulacros de todos os lados. Dos organismos de planificação central, que fixavam objetivos elevados de produção, e *garantiam* que os meios necessários chegariam sem tardar às empresas. Dos gestores das unidades de produção, que *garantiam* a realização do trabalho solicitado, sabendo que não dispunham de condições necessárias, ou que requeriam mais material, insumos e equipamentos do que utilizariam realmente. Dos bancos, que concediam créditos, *seguros* que estavam do retorno do investimento financeiro.

## R.P. ANGOLA



Área:	1 246 700 Km <sup>2</sup>
População:	7 195 000 hab. (1980)
Densidade média:	5,7 hab./Km <sup>2</sup> (1980)
Cidade capital:	Luanda
População da capital:	1 000 000 hab. (1980)
Outras cidades:	Huambo, Lobito, Lubango, Benguela, Namibe, Malange, Português
Língua oficial:	Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Kwanyama, Mbunda
Outras línguas:	
Taxa de analfabetismo:	75% (1980 - estimativa)
Nº de habitantes/médico:	12.018 (1980)

## R. BOTSWANA

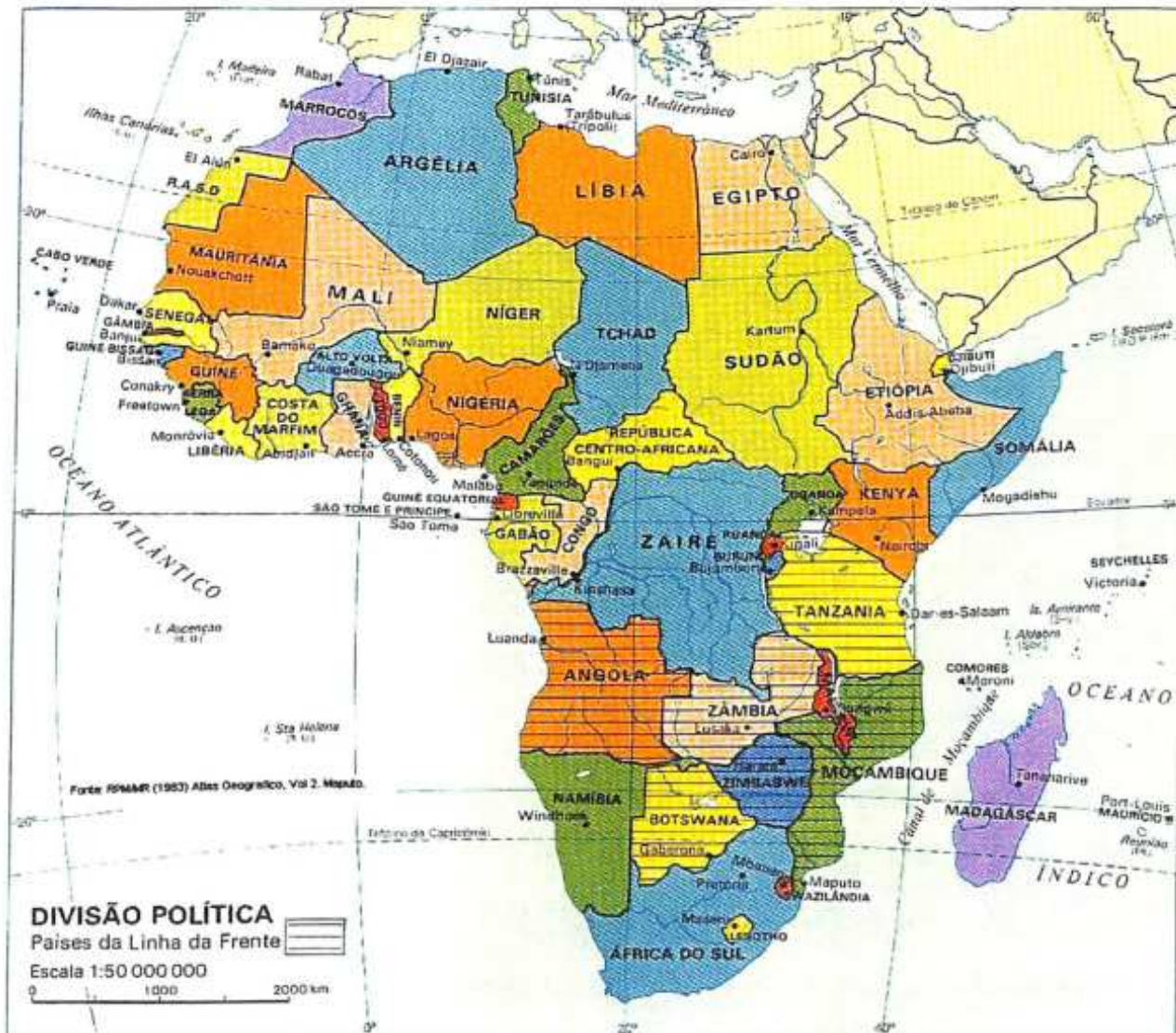


Área:	582 000 Km <sup>2</sup>
População:	937 000 hab. (1981)
Densidade média:	2 hab./Km <sup>2</sup> (1981)
Cidade capital:	Gaberone
População da capital:	59 700 hab. (1981)
Outras cidades:	Francistown, Selibe Phikwa, Lobatse, Orapa, Jwaneng, Setswane
Língua oficial:	Inglês
Outras línguas:	
Taxa de analfabetismo:	60% (1979)
Nº de habitantes/médico:	9.568 (1976)

## R.P. MOÇAMBIQUE



Área:	799 380 Km <sup>2</sup>
População:	12 130 000 hab. (1980)
Densidade média:	15,2 hab./Km <sup>2</sup> (1980)
Cidade capital:	Maputo
População da capital:	755 300 hab. (1980)
Outras cidades:	Beira, Nampula, Nacala, Chimoió, Quelimane, Inhambane, Tete, Português
Língua oficial:	Macua-Lamwa, Tsonga (Chungano), Ronga, Chitsua, Cisena-Nyanja, Shona (Ndau, Manyica), Chope, Nyanja, Ajeua, Moconde
Outras línguas:	
Taxa de analfabetismo:	73% (1979)
Nº de habitantes/médico:	34.562 (1981)



## R.U. TANZANIA



Área:	939 701 Km <sup>2</sup>
População:	17 551 925 hab. (1978)
Densidade média:	18,6 hab./Km <sup>2</sup> (1978)
Cidade capital:	Dar-es-Salaam
População da capital:	851 522 hab. (1978)
Outras cidades:	Muanza, Dodoma, Tanga, Zanzibar, Arusha
Língua oficial:	Kiswahili, Inglês
Outras línguas:	
Taxa de analfabetismo:	53% (1979)
Nº de habitantes/médico:	18 641 (1976)

## R. ZÂMBIA



Área:	752 614 Km <sup>2</sup>
População:	5 580 000 hab. (1979)
Densidade média:	8,2 hab./Km <sup>2</sup> (1979)
Cidade capital:	Lusaka
População da capital:	599 000 hab. (1977)
Outras cidades:	Kitwe, Ndola, Chingola, Mufulira, Luanshya, Kabwe, Livingstone
Língua oficial:	Inglês
Outras línguas:	Bemba, Tonga, Nyanja, Lozi, Lunda, Luvale, Kaonde
Taxa de analfabetismo:	31% (1979)
Nº de habitantes/médico:	10.339 (1977)

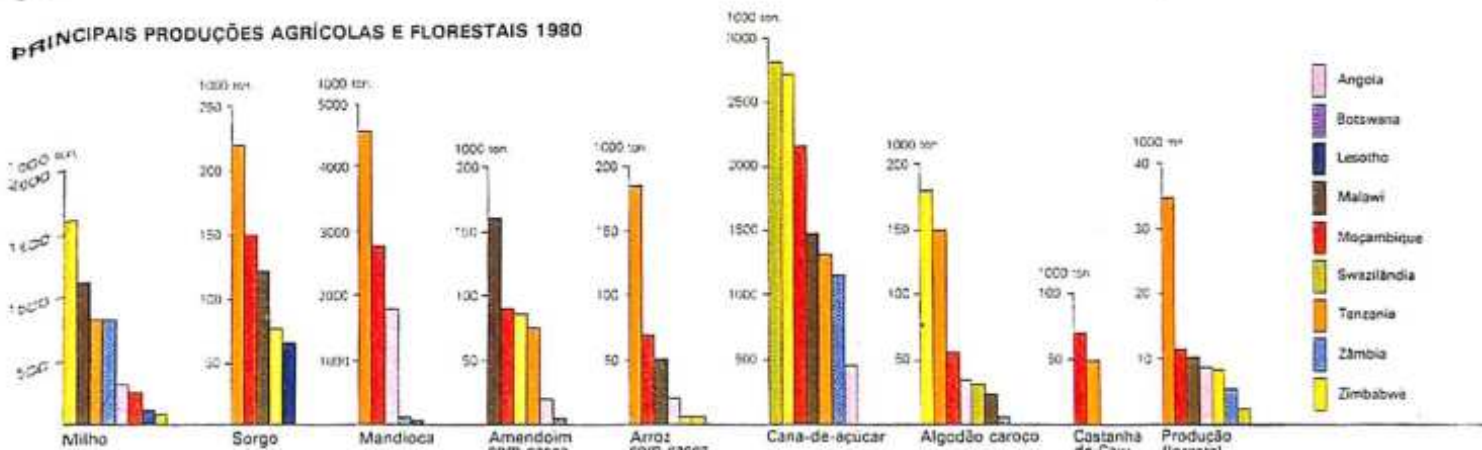
## R. ZIMBÁBWE



Área:	990 580 Km <sup>2</sup>
População:	7 140 000 hab. (1979)
Densidade média:	19,6 hab./Km <sup>2</sup> (1979)
Cidade capital:	Harare
População da capital:	577 000 hab. (1977)
Outras cidades:	Bulawayo, Gweru, Mutare, Kwekwe
Língua oficial:	Inglês
Outras línguas:	Shona, Ndebele
Taxa de analfabetismo:	29% (1979)
Nº de habitantes/médico:	7.415 (1976)

Fontes: Dados oficiais dos respectivos países - Estatísticas das Nações Unidas - Guia do Turismo Mundial 1981

PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS 1980



- Cidades com mais de 200 000 hab.
- Cidades com 50 000 - 200 000 hab.
- Cidades com menos de 50 000 hab.
- Lusaka Cidades costeiras situadas
- Fronteira internacional
- linha férrea
- Qeobus
- Estradas principais
- Outras estradas
- - - Estradas em construção
- ✈ Aeroporto internacional
- ⊕ Porto internacional



- IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO**
- Produtos agrícolas brutos
  - Minerais e madeira
  - hidrocarbonetos
  - Produtos manufacturados e máquinas
  - Produtos alimentares

- ÁREAS DE PESCA**
- Principal zona de pesca
  - Zonas de pesca potenciais

**CRIAÇÃO DE GADO**  
milhões de cabeças

Bovinos	Ovinos	Caprinos
8	1	1
1	0,5	0,5
0,5		

**INDÚSTRIA TRANSFORMADORA**



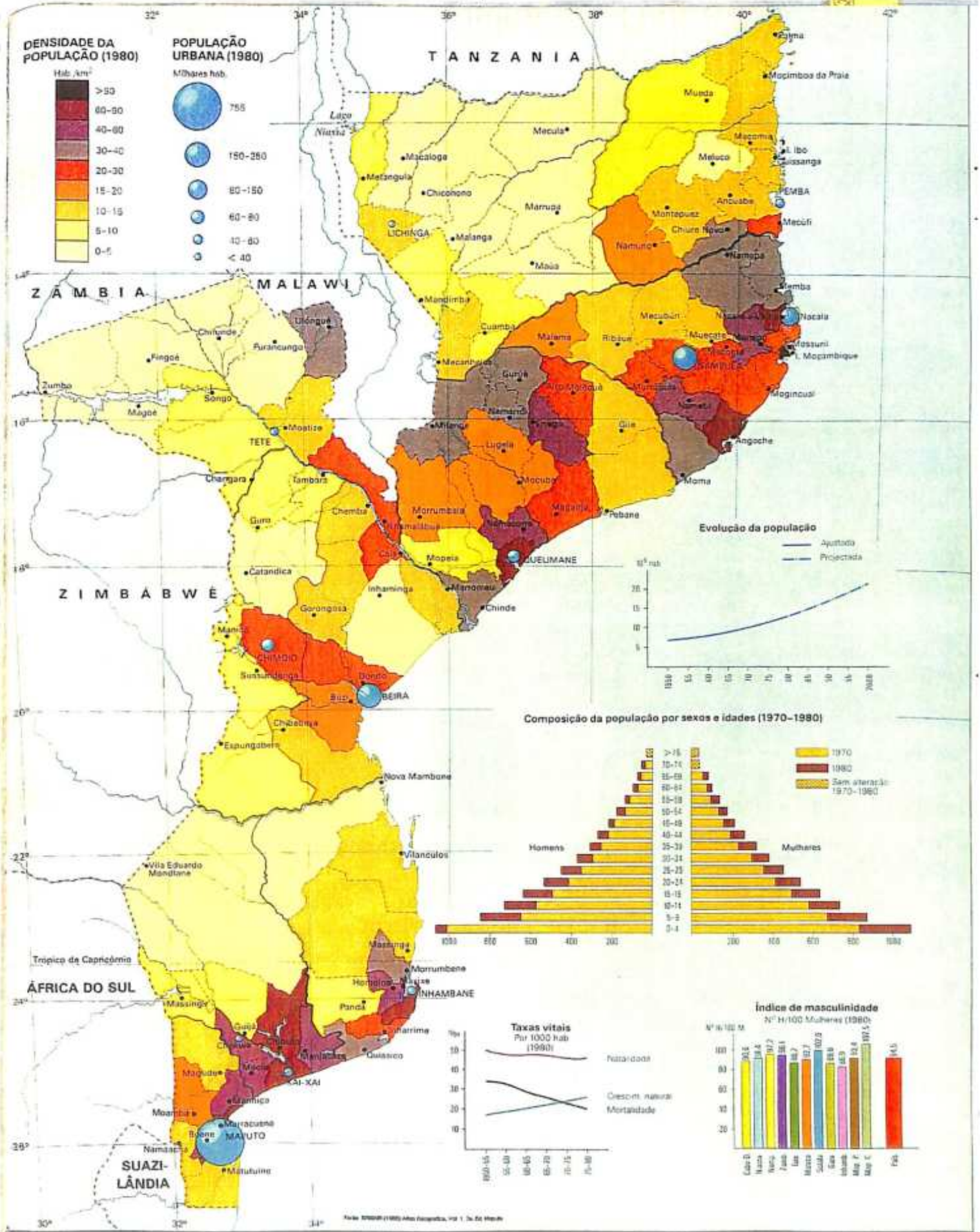
- INDÚSTRIA TRANSFORMADORA**
- Materia e derivados
  - Produção de equipamentos
  - Reconstrução de edifícios
  - Comércio e materiais de construção
  - Têxtil, têxtil, vestuário
  - Alumínio
  - Química ligera
  - Misturas químicas ligera
- CONFERÊNCIA PARA A COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (S.A.D.C.C.)**  
Declaração de Lusaka - 1 de Abril de 1980  
Secretariado de S.A.D.C.C. - Gaborone
- ANGOLA - Conservação Energética Regional e Plano de Segurança
  - BOTSWANA - Doenças Animais, Investigação de Culturas em Zonas Tropicais Semi-áridas
  - LESOTHO - Utilização do Solo e Água e Utilização da Terra
  - MALAWI - Pesca, Fauna Bravia e Florestas
  - MOÇAMBIQUE - Transportes e Comunicações (S.A.T.C.C.)
  - SWAZILÂNDIA - Desenvolvimento da Força de Trabalho e Saúde Humana
  - TANZÂNIA - Desenvolvimento Industrial
  - ZÂMBIA - Fundo de Desenvolvimento da África Austral e Mineração
  - ZIMBÁBUE - Segurança Alimentar

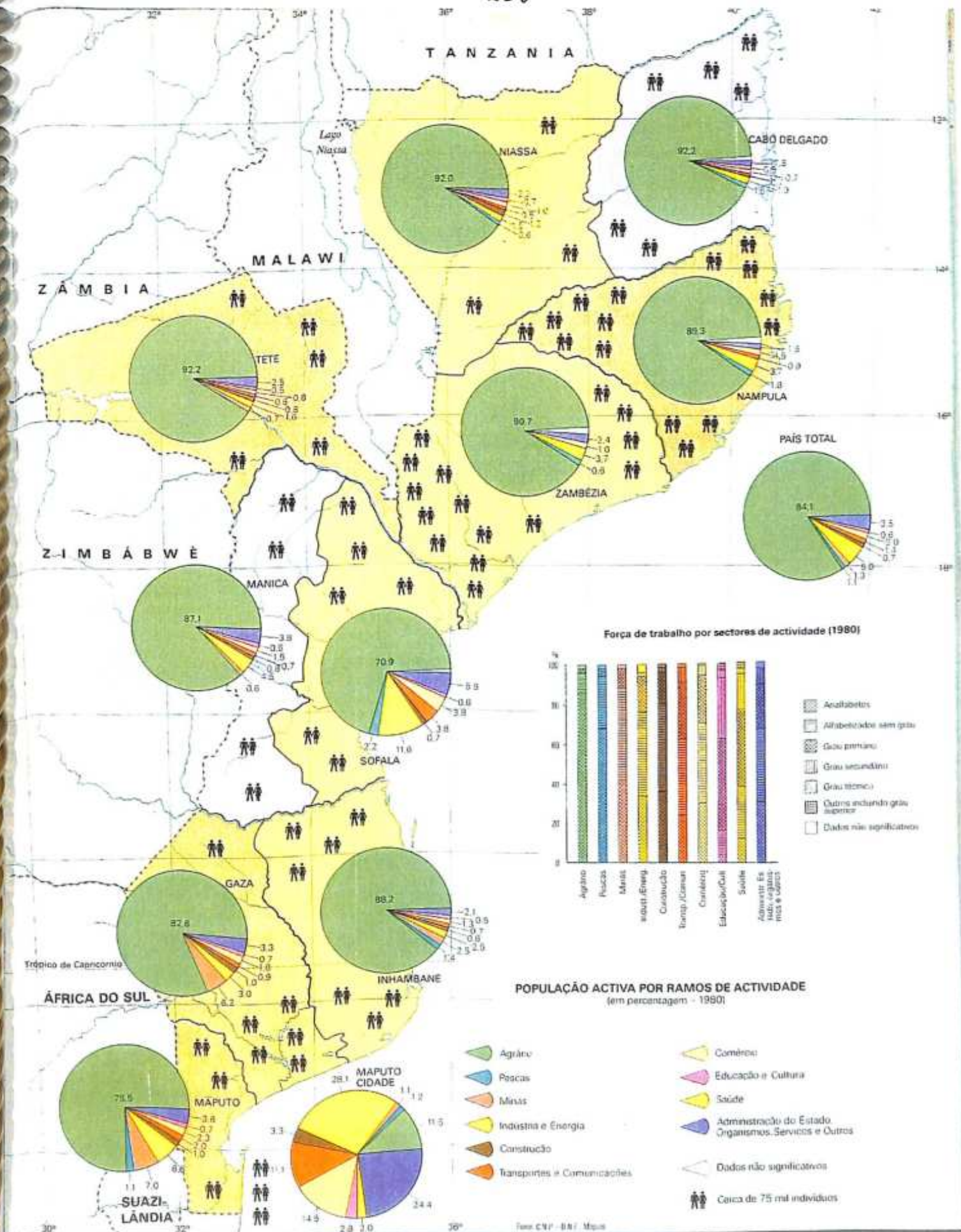
- INDÚSTRIA EXTRACTIVA**
- Patrolão
  - Diamantes
  - Carvão
  - Crómio
  - Cobalt
  - Ferro
  - Manganês
  - Níquel
  - Chumbo
  - Estanho

- ENERGIA**  
Centrais mais importantes
- centrais térmicas
  - centrais hidro-eléctricas

Fonte: I.P.H.A.E. (1983) Atlas Geográfico, Vol. 2, Maputo







0 80 120 180 240 300 km  
1 cm no mapa = 60 km no terreno

## CAPÍTULO 5

**A Transição ao Liberalismo**

*A pressão para realizar reformas econômicas adquiriu importância quando o Partido Frelimo se preparava para o 4º Congresso (que teve lugar em Abril de 1983). A escalada rápida da guerra trouxe a necessidade de se organizar uma economia de guerra. Mas, fundamentalmente, a guerra também acentuou algumas fraquezas e vulnerabilidades reais, inerentes ao sistema central de planificação e ao sistema burocrático-financeiro do Estado [criado] a partir de 1977. (Wuyts, 1990, p. 101)*

O período entre 1983 e 1986 é marcado em Moçambique por uma transição do socialismo para o capitalismo e da política desenvolvimentista para as políticas neoliberais. Foi nesse momento que a guerra de desestabilização levada a cabo pela África do Sul tomou proporções enormes, atingindo quase todas as regiões do país e formou bases internas, ao mesmo tempo em que a situação econômica se deteriorava a cada dia. A partir de 1997, a tônica dominante passou a ser o Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e do Banco Mundial, batizado em Moçambique de PRE (Programa de Reabilitação Econômica). A transição termina efetivamente em 1992, com a assinatura do acordo de paz entre o governo de Moçambique e a Renamo, quando se instaura um novo regime, pluralista, que pôs fim ao unipartidarismo, introduziu a liberdade de movimentação de capital e de mercadorias e reduziu substancialmente a participação do Estado na economia. Enfim, estabeleceu um novo paradigma.

Neste capítulo, serão abordadas as principais políticas econômicas emanadas do 4º Congresso, realizado em 1983, e que vigoraram até 1987, e a constituição das políticas neoliberais que as seguiram. Pela importância que assumiu a situação mundial e a regional para a política econômica moçambicana, e pelo peso que a economia regional tem para o país, incluiu-se ainda outros fatores considerados importantes para a compreensão dessa conjuntura.

### **1. O 4º Congresso: A Abertura**

A guerra de desestabilização, empreendida pela Rodésia e depois pela África do Sul, causou estragos violentos diretos e indiretos à população. Além dos massacres e seqüestros, a destruição de infra-estruturas econômicas causou um prejuízo incalculável à economia moçambicana. As agressões aéreas e terrestres eram constantes. A necessidade de a Frelimo mobilizar uma força armada para enfrentá-las consumia enormes parcelas do orçamento e a colocava nas negociações comerciais internacionais em posição defensiva. Os ataques constantes, planejados pelo Exército sul-africano, duraram toda a década de 80, visavam prejudicar a capacidade produtiva do Estado moçambicano, fato que formam bem sucedidos. No início dos anos 80, esses ataques se intensificaram e começaram a se interiorizar, com a implantação da Renamo, comprometendo a política da Frelimo num momento em que o quadro internacional revertia o fluxo monetário, dificultando a obtenção de créditos.

O 4º Congresso da Frelimo, ocorrido em abril de 1983, redefiniu a política econômica, em função do acirramento da guerra, do agravamento da crise internacional e dos fracassos dos projetos implantados até então.

A Frelimo buscava nesse momento uma base social mais ampla que agrupasse a participação de amplas camadas na luta contra a Renamo. Também, no domínio externo, realizava uma ofensiva diplomática de aproximação com os países ocidentais, ao lado da fórmula de boa vizinhança e de não-interferência com a África do Sul.

Embora admitisse que as ações do 4º Congresso levariam a “consolidar e desenvolver o modo de produção socialista” e a “romper com a dependência econômica do imperialismo” (Frelimo, 1983), as modificações estratégicas no domínio econômico procuravam: (i) diminuir a intervenção estatal na economia, através da utilização de mecanismo de regulação, como os preços, e da descentralização das decisões para as províncias e empresas; (ii) redirecionar os recursos do setor estatal para os outros setores econômicos; (iii) reformular o papel do setor estatal e propor a sua reorganização, através de maior autonomia financeira e administrativa para as empresas estatais; (iv) incentivar o desenvolvimento do setor privado; e (v) dar prioridade aos investimentos de reposição e aos projetos em curso, em prejuízo de novos investimentos.

A Lei de Organização e Funcionamento das Empresas Estatais, de 1981, tirou o poder do Conselho dos Trabalhadores, que vigorava desde o governo de transição, e o transferiu para a direção da empresa, preocupado que estava o governo com a necessidade de aumentar a produção e a produtividade.

Em março de 1984, o governo assinou o Acordo de Incomáti com a África do Sul,<sup>93</sup> assinalando concretamente que estava mudando de direção para enfrentar a nova situação. Embora a intenção política fosse desvincular a questão do *apartheid*

---

<sup>93</sup>Ver adiante, no ponto 3 deste capítulo, “A Situação Regional”, sobre o Acordo de Incomáti (acordo de não-agressão e de boa vizinhança entre Moçambique e a África do Sul).

da guerra de desestabilização regional, o acordo aparentemente invertia também a orientação econômica. A criação da SADCC,<sup>94</sup> em abril de 1980, no âmbito dos países da Linha da Frente, baseava-se na estratégia de encontrar alternativas econômicas, através do apoio mútuo, à dependência que alguns países tinham em relação à economia sul-africana, embora não se alinhassem com a política racista do regime de Pretória. A Linha da Frente era formada pelos governos independentes de Angola e Moçambique, liderados por Agostinho Neto e Samora Machel, revolucionários marxistas; pelo governo da Tanzânia, liderado por Julius Nyerere; pelo governo da Zâmbia, de Kenneth Kaunda; e pelo governo do Botswana, com o objetivo de se contraporem, na região e nos fóruns internacionais, ao *apartheid* da África do Sul e da Rodésia de Ian Smith e às suas políticas imperialistas. Era, portanto, uma frente especificamente política. A SADCC, que aí foi germinada, teve como centro os aspectos econômicos para romper a dependência dos países da África Austral em relação à África do Sul e, portanto, abriu-se para outros países. Em 1980, o Zimbabwe independente passou a integrar o núcleo dos países da Linha da Frente.

Entretanto, essas mudanças na estratégia não evitaram o aprofundamento da crise econômica e da guerra. Foi nesse período que a Renamo, com o apoio fundamental da África do Sul, intensificou as ações terroristas nas linhas de transmissão de energia e na rede de comunicação e de produção do país, afetando o comércio e a vida de um modo geral, no campo e nas cidades, praticamente em todo o país:

*Os indicadores econômicos desde 1983 decresceram vertiginosamente, e o balanço de pagamentos registrou em 1985 um saldo negativo 15 vezes superior ao de 1980, e o Produto Social Global baixou 22% no mesmo período. De 1981 a 1986, a produção experimentou uma queda de cerca de 40%, enquanto a ajuda exterior dobrou entre 1983 e 1987. Em 1986, o Produto Social Global representava a metade do valor registrado em 1973. Em 1991, 70% do consumo se deviam às*

<sup>94</sup>Southern African Development Coordination Conference. Ver o ponto 3 adiante, "A Situação Regional".

*doações recebidas. Contabilizavam-se mais de 4 milhões de pessoas deslocadas, e a destruição das instalações de saúde e de educação no campo era quase total. (Nunes, 2000, p. 3000)*

Em 1983, a dívida externa de Moçambique, girava em torno de 1,4 bilhão de dólares e vinha sendo paga com reservas e empréstimos variados. Isto levou o governo a pedir, em fevereiro de 1984, uma reunião com os credores. Como condição imposta aderiu ao FMI e conseguiu reescalonar as suas dívidas, com um período de carência de cinco anos e meio. Contudo, o valor da dívida continuou a crescer na mesma medida em que a situação do país se degradava, de modo que o déficit do Balanço de Pagamentos atingiu 3 bilhões de dólares em 1986.

Em agosto de 1984, o Parlamento aprovou a Lei dos Investimentos Estrangeiros, propondo incentivos fiscais, permitindo a exportação de lucros e incluindo cláusulas que os salvaguardavam de nacionalizações. Em setembro do mesmo ano, assinou a Convenção de Lomé e aderiu ao FMI e ao Banco Mundial. Com isso, tornou-se um dos mais privilegiados parceiros da administração norte-americana na região e iniciou relações, no domínio militar, com países da Otan (Cardoso, 1991, p. 180).

No 4º Congresso, inverteu-se a política de transformação do setor familiar em assalariado ou cooperado, prevista no 3º Congresso. Considerou-se que era preciso, primeiramente, sair da crise econômica e, para tal, seria preciso produzir para exportar e pagar as contas de importação. Com a queda da produção, as importações em bens de investimento foram substituídas por bens de consumo alimentares. Fato este que reduziu mais ainda a capacidade produtiva do país.

A concentração dos recursos no setor estatal e a excessiva regulamentação estatal do comércio foram analisadas como principais impedimentos ao aumento da

produção. Conseguir maior eficiência no setor estatal e ao mesmo tempo permitir maior manobra às forças de mercado foram identificados como os dois componentes das reformas econômicas para fazer face à crise.

Na percepção dos congressistas, as redefinições deveriam ser, em primeiro lugar, na planificação do investimento. Deveriam ser corrigidos os efeitos dramáticos do investimento estatal nos padrões estabelecidos pelo 3º Congresso, sobretudo para a produção e a comercialização agrícola. Outro aspecto importante a corrigir seria o das finanças. O Estado deveria parar de financiar os déficits das empresas estatais, cujo sistema socializava as perdas de cada unidade com o conjunto da sociedade, através dos financiamentos burocráticos:

*As grandes pressões durante o 4º Congresso, para alterar a distribuição dos recursos a favor do campesinato e do sector privado, refletiam a necessidade objetiva de fazer face às contradições produzidas pela acumulação centrada no Estado. (Wuyts, 1990, p. 108)*

Entretanto, enquanto o 4º Congresso identificava a importância de se modificarem as aplicações dos recursos para a satisfação das necessidades da população rural e dos agricultores privados, os mecanismos específicos pelos quais isso viria a ser conseguido foram tratados de forma extremamente vaga. Particularmente, não se deixou claro se as reformas econômicas iriam exigir um recuo na planificação, para permitir que a produção se recuperasse sob o impulso das forças de mercado, ou se a própria planificação deveria ser conceitualizada de outra forma:

*O Sector Estatal, que é hoje responsável por mais de 50% da produção agrícola comercializada, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento. Por isso deve ser consolidado e reestruturado de modo a ultrapassar as actuais dificuldades de direcção e gestão, e passar a determinar e a dominar o processo económico. (Frelimo, 1983, p. 27.)*



Ao mesmo tempo, porém, conclamava o papel importante do setor privado

*no aumento da produção agrária para o consumo e para a exportação. Os agricultores privados que se mostrem com capacidade de trabalho, de direcção e de iniciativa devem ser devidamente enquadrados e apoiados, facultando-lhes a possibilidade de adquirir, em condições de crédito ajustadas à sua actividade, os meios de que necessitam para a realização, com êxito, do seu trabalho. Simultaneamente, deve ser adoptada uma política fiscal e de preços que estimule a actividade privada e leve o produtor a interessar-se pela ampliação e desenvolvimento do seu trabalho, investindo os seus lucros em pequenos e medios empreendimentos úteis à sociedade, contribuindo assim para a solução dos problemas do desemprego e melhoria do nível de vida das populações. (Frelimo, 1983, p. 27-6)*

Entretanto, as modificações que vingaram nesse período foram no sentido da abertura de várias áreas da economia ao capital privado, de alguma desregulamentação administrativa do Estado, do início da abertura ao capital financeiro e, sobretudo, da retomada da prática de exploração do setor familiar através da articulação de modos de produção, nos moldes realizados pelo colonialismo:

*A comercialização agrária não pode nem deve ser concebida como uma campanha pontual. Ela deve ser uma acção permanente, que mobilize e estimule os camponeses ao aumento da produção e solucione os problemas que enfrentam, tendo em vista melhorar as suas condições materiais de produção e de vida. (Frelimo, 1983, p. 27-6)*

Um ano depois do 4º Congresso, foi criado o Departamento de Desenvolvimento Rural, que deu corpo às atividades de extensão rural. Foi nesse âmbito que se generalizou a experiência dos “enquadradores”, realizada em torno da produção do algodão. Essa experiência deu-se fundamentalmente na Secretaria de Estado do Algodão, que, no início dos anos 80, para aumentar a produção de exportação,<sup>95</sup> retomou o sistema dos “enquadradores” e áreas de influência

<sup>95</sup>A produção nas empresas estatais continuaria com os mesmos níveis de modernização e, conseqüentemente, com os mesmos problemas de altos custos e dificuldades de expansão. No entanto, foram-lhes atribuídas

colonial. Para isso, recriou o Instituto do Algodão, que tinha sido fechado logo após a independência. O Instituto era herdeiro da JEAC (Junta de Exportação do Algodão Colonial), criada após os acontecimentos políticos de 1926, em função do Decreto 11.994, de 28-9-1926, que institucionalizou a valorização do algodão pelo regime forçado. O Instituto era responsável pelas pesquisas agronômicas para a produção do têxtil, por garantir o preço mínimo de compra do caroço aos camponeses (mantendo, assim, a exploração no ponto *justo*) e analisar as qualidades produzidas, além de outras atividades de fomento. Enfim, era o encarregado de regulamentar e coordenar o regime algodoeiro.

A produção colonial, até o início dos anos 60, era realizada essencialmente pelos africanos (o algodão *negro*) em suas próprias terras, na sociedade doméstica. Entretanto, a produção se dava em territórios – as “áreas de influências” – cedidos a grandes empresas, donas das fábricas de descaroçamento do algodão. Essas empresas eram as responsáveis, através de uma rede de “enquadradores”, para obrigar a população rural a produzir algodão, oferecendo como contrapartida sementes, produtos fitossanitários, técnicas de produção e garantia de compra ao preço estabelecido e controlado pelo Estado, através da JEAC. Com o desmantelamento da Junta de Exportação, após o Decreto 43.874, de 24 de agosto de 1961, que pôs fim ao regime forçado de algodão nas colônias, criou-se o Instituto do Algodão.

*[No sistema anterior], o mercado algodoeiro não passa de um travesti da condição mercantil, se assim lhe podemos chamar, pois a condição de vendedor é apenas ficcional, despojada que está de qualquer poder negocial. Tal como o regime do uso da força fez precluir (sic) o princípio mercantil enquanto mecanismo social da incorporação, também o travestido mercado algodoeiro deslegitimou, aos olhos de milhares de produtores/vendedores, as relações de troca que materializam a vivência capitalista. (Fortuna, 1993, p. 158)*

---

novas funções para promover a produção do algodão no setor familiar, nos mesmos moldes que as empresas coloniais do período anterior.

Era precisamente o mesmo sistema que estava sendo remontado antes mesmo do 4º Congresso. Para aumentar a produção de algodão, a saída que se apresentou viável foi o retorno às condições anteriores, embora o governo não visse esse retorno da mesma maneira, pois, justificava ele, agora os excedentes fluiriam para o Estado popular, que os alocaria de acordo com as necessidades do povo. No entanto, para o trabalhador, os termos da exploração não tinham mudado, apenas continuavam em piores condições. De um lado, a sua produção doméstica não recebia fatores suficientes que pudessem mantê-la, como a enxada, as sementes etc., e, de outro, os bens de consumo desapareceram das prateleiras, não havendo o que comprar com o pouco dinheiro que recebiam.

Em 1982, com o sistema de “enquadradores” recém restaurado, houve um aumento considerável do produto têxtil, o que possibilitou defender a sua expansão e utilização por todo o país, embora não chegasse a ter mais a mesma expressão que tivera no passado. A guerra, que se alastrava, impedia essa expansão mais para o interior, assim como a não-participação dos “camponeses”, que conheciam muito bem esse modelo e desconfiavam da Frelimo, vendo nele uma volta ao passado, fato esse que dará margens para a atuação da Renamo, fazendo ampliar a própria guerra.

O 4º Congresso considerou que era imprescindível um recuo tático, uma concessão na transformação socialista, de modo a “permitir a recuperação da produção sob impulso da iniciativa privada no âmbito da economia não-oficial” (Wuyts, 1990, p. 109). E, ainda, que os imperativos da guerra e o caminho socialista da revolução exigiam a intervenção contínua do Estado na economia; assim, mais à frente, numa nova conjuntura regional e internacional, o socialismo voltaria à pauta. Dizia-se, na época, que aquela abertura seria uma NEP moçambicana.

Entretanto, a persistência da crise econômica e social, e o processo de luta de classes que se seguiu fizeram das “concessões” um caminho sem volta em direção às políticas de abertura neoliberais. A situação econômica e social, a partir desse período, não cessou de piorar e empurrou a Frelimo para as políticas de abertura. As causas da crise não são dadas apenas pela guerra de desestabilização ou pelos fatores externos, mas encontradas essencialmente nas políticas modernizantes implantadas em Moçambique no âmbito da mudança socialista.

A tendência acentuou-se bastante como fruto da guerra, mas não exclusivamente. Fosse isso, outros países socialistas não teriam sucumbido. Os ataques aéreos e as ações de sabotagem, sobretudo às obras de infra-estrutura e comunicações e de transportes, destruindo as pontes e os postes de transmissão de energia e deixando sem luz as cidades por dias seguidos; os assaltos e as destruições às empresas estatais; as ações terroristas sobre as populações das aldeias comunais; os raptos de crianças, mulheres e velhos e o recrutamento de jovens para as fileiras da Renamo; a dificuldade em se conseguir alimentos ou qualquer outro bem de utilidade básica; a instabilidade nas localidades e as emboscadas nos caminhos, que reduziam enormemente o trânsito de pessoas e mercadorias, tudo isso levou a uma redução brutal da produção em todos os níveis do país (ver quadro abaixo).

Ao mesmo tempo, porém, não se pode desconsiderar os erros da administração do governo no modelo de modernização, que ajudaram a promover a crise do setor moderno. Ou seja, além da guerra, o setor moderno entrou em crise por diferentes fatores, como os projetos malconcebidos, as gestões deficientes, os controles burocráticos do Estado e a sua inserção na economia-mundo, sujeitando-se às oscilações do capital internacional.

**Quadro 7 – Agressão Militar e Econômica contra Moçambique**

<b>Atividade militar</b>	
Nº de escolas primárias fechadas (1983-1987)	2.600
% da rede escolar destruída	45
Nº de postos de saúde fechados (1982-1987)	820
% da rede de saúde destruída	31
Nº de lojas rurais fechadas (1981-1988)	3.200
% da rede comercial rural destruída	50
<b>Guerra econômica</b>	
Redução do nº de trabalhadores migrantes moçambicanos na África do Sul (1975-1987) – %	67
Redução da mercadoria da África do Sul em trânsito pelo porto de Maputo (1975-1983) – %	80
Redução dos rendimentos de serviços à África do Sul (1975-1987) – %	93

Fonte: Hermele, 1990, p. 7.

As deficiências na rede comercial levaram ao quase isolamento de grande parte das regiões do campo em relação às cidades. As lojas comerciais foram reduzidas em dois terços, havia falta de transportes e de combustível e as estradas estavam deterioradas. Fecharam-se escolas e postos de saúde. A África do Sul reduziu o número dos mineiros moçambicanos em 67% e passou a utilizar menos o Porto de Maputo, diminuindo, conseqüentemente, os rendimentos provenientes dessas duas fontes.

Não bastasse a guerra, o início dos anos 80 foi marcado por calamidades naturais de todos os lados, incluindo seca prolongada, enchentes e furações, que causaram situação de fome e a necessidade de ajuda humanitária. Com isso, no final dessa década, o processo moçambicano acabou desembocando em uma situação alarmante em que cerca de metade dos fluxos destinados à ajuda ao país consistia em assistência para a emergência. As conseqüências, em conjunto, da guerra e das

calamidades naturais provocaram efeitos multiplicadores em face da precária condição de defesa do governo:

*Um número estimado de 5,9 milhões de moçambicanos – cerca de um milhão de famílias em zonas rurais e urbanas – estão actualmente enfrentando carências alimentares devido à seca e às actividades terroristas. Destes, 3,3 milhões estão severamente afectados, incluindo 1,1 milhão de deslocados dentro do país. Além destes, cerca de 2,6 milhões de pessoas são afectadas pela carência de alimentos no sistema de distribuição comercial. Outras 700.000 pessoas estão deslocadas em países vizinhos. (CENE/DCPPN, 1988, p. 5)*

A tentativa do governo de encontrar uma resposta estrutural às conseqüências sociais e econômicas da guerra não foi bem-sucedida com a comunidade internacional. Frente à catástrofe provocada essencialmente pela guerra, isto é, pelo homem, as ações de emergência, no caso moçambicano, não poderiam ser do mesmo padrão que as realizadas para enfrentar as secas e as enchentes. O governo pretendeu que essa ajuda integrasse o esquema de sua política de recuperação econômica, não tendo, evidentemente, sido bem-sucedido. No final da década de 80, um terço dos moçambicanos era incapaz de prover as suas necessidades:

*A proporção dramática da crise é realçada quando consideramos a capacidade interna de Moçambique de abastecer a sua população. Menos de dez por cento das necessidades globais – excluindo o autoconsumo camponês – são cobertos pela produção interna comercializada. Como não se realizam importações comerciais de cereais devido à escassez de divisas, Moçambique está portanto, à mercê da comunidade doadora internacional no que concerne a 90 por cento das suas necessidades. (Hermele, 1990, p. 10)*

Mesmo assim, os doadores relutaram em apoiar a estratégia moçambicana de ligar a emergência à reabilitação e ao desenvolvimento, de maneira que pudesse repassar fundos ao Estado. Onde, como e quando aplicar os fundos ofertados era decidido por eles, e as verbas iam “diretamente aos beneficiários”, através de programas particulares e das ONGs.

Cabe lembrar que “diretamente aos beneficiários” significava não passar pelo Estado, mas, não obstante, pouco mais de 20% dos valores doados chegavam aos necessitados, ficando o restante com intermediários “não-governamentais”.<sup>96</sup> Foi nesse período, manuseando as verbas referidas para a assistência e a emergência, que surgiram os primeiros grandes bolsões de corrupção no aparelho de Estado. Com a permissão dada aos capitalistas privados para atuarem livremente - fato controladíssimo anos antes -, dirigentes estatais, de posse dos fundos ou dos próprios bens, como equipamentos de transportes, motores, materiais de construção, gêneros alimentícios etc., os desviavam, muitas vezes em conivência com os representantes dos doadores, para seus benefícios particulares.

Abria-se, assim, espaço de ação para a corrupção através do desvio de recursos financeiros e materiais que deveriam ser do Estado, para as mãos privadas de dirigentes e seus familiares. Uma burguesia nacional começa a se esboçar e surgem pequenas e médias indústrias e empresas privadas de produção agrícola, de transportes, de construção civil e de importação e exportação. Cada vez mais, o peso da produção estatal diminuía.

Nesse quadro, para que o Estado? Para que os programas de governo? O que os organismos internacionais pretendiam, com essa tática, não era derrubar o governo da Frelimo por ser socialista, mas mudar a sua prática, esvaziando o seu conteúdo, para que ele mesmo aplicasse a política de interesse do capital internacional liberal. Todos os movimentos eram feitos para conduzir Moçambique a abrir a sua economia e permitir a livre circulação de capitais e mercadorias. O Estado, e não a política, era apresentado como o causador dos déficits públicos. Era o início do neo-liberalismo.

---

<sup>96</sup> Informações colhidas pelo autor em pesquisa que dirigiu em 1990/1991 para o Ministério da Cooperação em cinco ministérios (Agricultura, Saúde, Educação, Obras Públicas e Transportes e Comunicação).

Sem dúvida, o Estado moçambicano assumiu a forma predatória, como Castells (2002) expõe para quase toda a África. Baseia-se em Lewis (1996), que diferencia *prebendalização* e *predação*. A prebendalização, diz ele, não difere da patronagem política e da corrupção sistemática praticada na maioria dos países do mundo. Contudo, no final dos anos 80 e início dos anos 90, a política de predação passou a predominar, reproduzindo o modelo de “Zaireanização” da oligarquia estatal dominada pelos militares. Embora Lewis não se estenda para além da Nigéria, para Castells o regime predatório se estende para quase toda a África Subsaariana e a transição somente ocorreu num estágio mais avançado da crise africana, tendo iniciado em épocas diferentes, segundo cada país:

*Embora possa ser debatida a idéia de que a predação já era regra nos tempos pré-coloniais ou nos primeiros estágios do nacionalismo africano após a independência (Bayar é defensor da primeira hipótese, porém, é contestado por Davidsson, Leys e Fatton, entre outros), o que realmente importa para compreender os atuais processos de exclusão social é que o modelo predatório, e não apenas a prebendalização, parece caracterizar a maioria dos Estados africanos da década de 90, à exceção da África do Sul e alguns poucos exemplos possíveis. (Castells, 2002, p. 123)*

Desse poder predatório que caracteriza a maioria dos Estados africanos resultam três grandes conseqüências, observadas em Moçambique:

- 1) não importa de onde venham os recursos, internos ou externos, que chegam à economia dominada pelo Estado, eles são tratados de acordo com a lógica de acumulação pessoal de riqueza, desvinculada da economia do país;
- 2) o acesso ao poder do Estado equivale ao acesso à riqueza e às fontes de riqueza, do que decorre um processo de confrontos violentos e alianças insustentáveis entre diferentes facções políticas, lutando pela oportunidade de praticar a pilhagem; e



- 3) o apoio político obtém-se por meio de clientelismos que estabeleçam a relação entre os detentores do poder e alguns segmentos da população.

Convém observar que esses pontos são válidos para o momento histórico, isto é, para os finais da década de 80 em diante, pois, pelo menos no Moçambique do período socialista, os recursos não eram desviados para fins pessoais, apesar de se ter uma economia totalmente dominada pelo Estado. Entretanto, não se pode afirmar que essa atitude seria uma constante se o processo tivesse demorado mais alguns anos.

A Frelimo conseguiu se manter no poder nesse período e, portanto, como a principal força distribuidora dos bens, apesar da guerra, agora liderada na oposição pela Renamo, cuja intenção de luta era simplesmente para participar da repartição do botim.

A desorganização da vida dava-se em todos os setores da economia e em todas as regiões do país, sendo os habitantes rurais os que mais sofriam, pelas dificuldades em se fazer chegar até eles os bens essenciais e por estarem mais expostos aos ataques da guerra. Foi estimado, respectivamente, em mais de quatro milhões e em cerca de um milhão o número de deslocados de guerra (que iam e viam) e o de gravemente feridos e mutilados, ao longo da década.

A destruição dos Estados africanos, aí incluído o moçambicano, deu-se, evidentemente, como fato concreto, mas apoiado por ideologias liberais, divulgadas e difundidas pelos mesmos grupos de capitais que antes o criaram, tendo à frente o FMI e o Banco Mundial. Para eles seria o Estado o causador do precário funcionamento da economia e o responsável pelo baixo nível de vida da população. Não se leva em consideração quanto os grupos de capitais ganharam

com a construção dos Estados economicamente fortes anos antes, da mesma forma como não se leva em conta como é, para eles, importante agora a existência de um Estado fraco dirigido por quadros corruptos.

Veja-se em linhas gerais o que aconteceu com a produção em Moçambique (Quadro a seguir)

**Quadro 8 – Anatomia de um Colapso Econômico 1973-1986**

(índice 1972=100)

	1973	1980	1986
Produção industrial*	100	77	35
Produção agrícola comercializada (volume)			
Caju	100	45	20
Algodão	100	45	7
Milho	100	54	18
Arroz	100	79	55
Exportação de mercadorias**	100	122	34
Receitas de serviços**	100	79	55
Importações de mercadorias**	100	232	157
Despesas de serviços **	100	79	293

\* Preços constantes de 1980.

\*\* Preços correntes em dólares dos Estados Unidos.

Fonte: Hermele, 1990, p. 12.

A produção industrial de 1986 correspondeu apenas a 35% do montante de 1973. O volume de produtos agrícolas comercializados reduziu-se fortemente, em especial o de algodão, que em 1986 ficou em apenas 7% do resultado obtido em 1973. Enquanto as rendas das exportações caíam para 34%, as importações de mercadorias e as despesas com serviços subiam para 157% e 193%, respectivamente, no mesmo período.

## 2. Do Libertário ao Liberal

Moçambique precisava de um programa que reabilitasse a sua economia do quadro lastimável em que se encontrava. Era preciso mexer na política econômica. Mas se isso era tão evidente, por que o programa que o governo preparou teve o caráter que teve? Para se compreender esse aspecto, tem-se de verificar o cenário internacional em que se deu programa que o inspirou, o PAE (Programa de Ajustamento Estrutural), do Banco Mundial e do FMI.

Lembre-se que, nos anos 70, a ação civil, e sobretudo a militar dos Estados Unidos no exterior e as exportações de capitais de multinacionais forçaram o governo americano a uma emissão maior de dólares para o financiamento da política imperialista, convertendo-os em importadores de capital a partir de 1983. O Quadro mostra como evoluiu o fluxo de capital privado dos Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental.

**Quadro 9 – Fluxo Líquido de Capital Privado***(bilhões de dólares)*

Anos	Estados Unidos	Japão	Alemanha Ocidental
1980	-30,2	2,3	3,2
1981	-22,6	-9,7	3,7
1982	-19,9	-15,0	-5,8
1983	35,4	-17,7	-2,7
1984	85,8	-49,6	-7,0
1985	105,1	-64,5	-4,6
1986	89,4	-131,5	15,3
1987	80,2	-136,5	-13,1
1988	79,7	-130,3	-47,6

Fonte: *World Economic Survey*, 1989, p. 235-7.

Observe-se que os Estados Unidos passaram de exportadores de capital para importadores, ao mesmo tempo que o Japão e a Alemanha fazem o sentido inverso, na mesma década.

Para conseguir isso, os Estados Unidos criaram mecanismos para atrair os capitais “excedentários” dos outros países desenvolvidos e mecanismos de transferência compulsória para os países do chamado Terceiro Mundo. Nesse caso, foram os aumentos do juro internacional, que aumentaram as dívidas; as ameaças punitivas no caso de não-pagamento do serviço da dívida; e, não menos importante, a preparação dos programas de ajustamento estrutural (primeiro, de estabilização financeira; depois, de ajustamento estrutural; e, por fim, de ajustamento econômico e social), que visavam fazer com que os países do Terceiro Mundo deixassem de consumir e importar dólares e passassem a ser exportadores de produtos e dólares. Sabemos que a importação e a exportação de mercadorias e serviços significa na verdade importação e exportação de trabalho. Países pobres

que têm uma Balança Comercial superavitária e não-compensada por outras contas efetivamente estão exportando suor e trabalho de seu povo.

Quando a exportação é de capital, embora seja ele também *trabalho morto*, espera, por sua natureza, após o fim do processo a que se destinou, retornar em forma de lucro.

#### Quadro 10 – Transferência Líquida de Recursos para os Estados Unidos

(em bilhões de dólares)

Anos	Japão	Alemanha Ocidental	América Latina	Total
1980	9,8	1,8	-0,9	23,0
1981	14,0	2,4	-4,4	22,1
1982	15,9	4,8	6,3	31,3
1983	23,2	7,8	20,0	64,7
1984	36,2	12,8	22,8	116,9
1985	42,8	15,4	18,7	129,8
1986	54,5	18,9	15,2	150,1
1987	56,2	20,2	16,9	164,3
1988	50,5	-	11,8	127,8

Fonte: Balance of Payment on Goods, Private Transfers and Services Other than Investment Income, with Sign Reserved, *apud* Santos, T. 2004, p. 180.

A partir de 1983, os Estados Unidos, que até então tinham sido grandes exportadores de capital, começaram a discutir problemas típicos dos países dependentes. Os fluxos em dólares da Alemanha e do Japão foram em busca de aplicações imediatas na compra de títulos da dívida pública norte-americana, lançados para compensar os déficits do Tesouro americano:

*Para atrair esses investimentos, o governo norte-americano teve que elevar extraordinariamente a taxa de juros e garantir a valorização do dólar diante das outras moedas. Os efeitos para os países devedores em dólar foram evidentemente arrasadores, provocando a crise do endividamento externo da América Latina, países devedores da Europa Oriental e outros do Terceiro Mundo. (Santos, T. 2004, p. 173)*

Nessa mesma década, o FMI passou a cumprir um papel de “Ministério das Colônias dos Estados Unidos” (Santos, T. 2004), apoiado pelo Banco Mundial, com seus enormes fundos, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e um conjunto de instituições internacionais, no quadro de uma política econômica de crise do keynesianismo e de ascensão do neoliberalismo monetarista:

*Nos anos 80, através de suas políticas de ajuste estrutural, apoiados nos fundamentos neoliberais, o FMI e o Banco Mundial aconselharam [os países africanos] a manterem-se no quadro colonial, voltado para a produção de produtos agrícolas e matérias-primas que melhor poderiam comercializar no mercado mundial. Debilitaram seus Estados nacionais nascentes e favoreceram a uma protoburguesia local que passou a viver da mediação dos financiamentos internacionais, da corrupção e do assalto às propriedades estatais. (Santos, T. 2004, p. 239)*

O que acontecerá em Moçambique a partir de 1984 não diferiu do que Theotônio dos Santos descreveu para o conjunto dos países africanos. O fato de estar dirigido por um partido de esquerda, com uma proposta socialista na economia, não impediu que as respostas encontradas fossem iguais. Pelo contrário, a política americana tentou capitalizar o fato de a Frelimo ter “desprezado os camponeses”, passando a apoiá-los com programas especiais coordenados e implantados diretamente por ONGs, e não pelo Estado moçambicano. Mas isso só foi viável porque o mundo capitalista necessitava transferir recursos para seu maior centro de produção de capital, os Estados Unidos, e o liberalismo foi a ideologia empregada para essa empreitada.

## 2.1 As Pressões Externas

O Relatório Berg (Banco Mundial, 1981), elaborado a pedido dos membros africanos do grupo de governadores do Banco Mundial, centrou a sua abordagem em objetivos e ações de curto e médio prazo (embora indicavam que eram válidas a “longo prazo”). Detectou que as causas dos problemas africanos eram as estratégias desajustadas e a má gestão macroeconômica do setor público e que esses desajustes e má gestão deveriam ser sanados pelo reequilíbrio e o saneamento macroeconômicos, erigidos em objetivos prioritários *sine-qua-non* do desenvolvimento, propondo para tal, em linhas gerais:

- a melhoria das políticas cambiais e de comércio externo (implicando desvalorizações e medidas antiprotecionistas);
- a maior eficácia na utilização de recursos do setor público (diminuição do peso do Estado na economia, contração das despesas orçamentais e incentivos ao setor privado); e
- melhores políticas agrícolas (prioridade à agricultura camponesa, melhoria nos preços relativos internos e liberalização dos circuitos comerciais).

Ao mesmo tempo aceitava a importância dada pelos governos africanos à consolidação política e a criação de infra-estruturas básicas como objetivos de integração nacional, bem como avaliava que o desenvolvimento dos recursos humanos foi mais do que adequado. Em resumo, o Relatório Berg, sobre os anos 70 na África, afirmava que o

*o quadro não é uniformemente desencorajador. Há sinais de progresso por todo o continente. Há muito mais africanos nas escolas, e a maioria vive mais tempo. Foram construídas estradas, portos e novas cidades e foram desenvolvidas novas*

*indústrias. Os postos técnicos e de direcção antigamente ocupados por estrangeiros são agora assumidos por africanos. (World Bank, 1981).*

Depois de ter sido objeto de ampla discussão teórica, as teses do Relatório Berg foram implementadas nas orientações dos programas de reajustamento estrutural adotados em todos os países subsaarianos, com pequenas variações nos planos para cada país. Assim, no início dos anos 80, será posto em causa o setor estatal na África, mesmo se a

*gestão do desenvolvimento económico em África até meados dos anos setenta, malgrado todas as ineficiências, tenha apresentado indicadores positivos, beneficiando de fluxos de financiamento para o continente, de preços favoráveis numa vasta gama de matérias-primas agro-minerais e de taxas de crescimento económico relativamente elevadas na maioria dos países industrializados. (Cardoso, 1991, p. 83)*

Essa situação, entretanto, começou a modificar-se após o primeiro choque do petróleo em 1973, que marcou o início de um período de recessão e reconversão industrial nos países desenvolvidos, acompanhado pela adoção progressiva de políticas protecionistas por parte dos principais países importadores de matérias-primas. Era o início da era neoliberal.<sup>97</sup>

A degradação do comércio internacional e seqüências de políticas económicas altamente dependentes de importações contribuíram para o surgimento, no início dos anos 80, da questão da dívida externa crônica – pública e privada - do chamado Terceiro Mundo. O agravamento da dívida levou a que os fluxos financeiros entre

---

<sup>97</sup>Os posteriores problemas financeiros da região foram agravados pela queda das receitas de exportação, devido às mudanças registradas nos preços dos produtos primários, e pela acumulação de atrasados no pagamento da dívida, que saltaram de 210 milhões de dólares para 14,15 bilhões em 1992. A dívida acumulada no continente ultrapassava em 1996 os 300 bilhões de dólares, sendo que em 1991 já atingia os 281 bilhões, de acordo com o Banco Mundial. O serviço da dívida representava mais de 10,2 bilhões de dólares em 1992 e em países como a Guiné-Bissau a Somália e o Sudão eram muito superiores aos 100% dos respectivos PNB. O serviço global da dívida representava, no mesmo ano, 32% de todas as exportações da África Subsaariana (Lopes, 1997).



países centrais e periféricos tenham se tornados negativos para esses últimos, fato que afetará diretamente as possibilidades de recuperação das economias no longo prazo, em função do aumento constante da parte das suas receitas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Outro fator que também teve incidência sobre o redirecionamento das economias africanas no início da década de 80 tem a ver com a subida ao poder dos liberais nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Alemanha, que empreenderam políticas econômicas de privatização e de não-intervenção na economia pelo Estado.

Soprando contra a participação direta do Estado na economia estavam as mudanças que se começaram a sentir nas políticas de cooperação com os países socialistas. Não apenas pelos agravamentos das questões econômicas, em termos dos balanços de pagamento desses países, mas pela reorientação que se processou nas estratégias políticas e econômicas de desenvolvimento, com “particular incidência na URSS (num processo que se inicia mesmo antes da era Gorbachev), com a admissão explícita da falência dos modelos de modernização da agricultura baseados nas grandes explorações estatais” (Cardoso, 1991, p. 84).

Assim é que, no lugar do apoio aos projetos de cooperação envolvendo a recuperação de empresas estatais agrárias, ou mesmo novos projetos, agora deu-se preferência à ajuda a organizações de cooperativas e ao setor familiar. Foi nesse quadro que o Banco Mundial e o FMI intervieram diretamente com programas de ajustamento estrutural nas economias dos países africanos, levados a cabo por quase todos os países africanos.

Lopes (1997) desenvolveu estudo dessas políticas macroeconômicas que balizaram a economia moçambicana. Em 1961, os relatórios da Royal African

Society, do Reino Unido, previam que o futuro do continente seria grande e radioso, com a participação do Ocidente, evidentemente. Em 1991, a mesma sociedade mostrava em seus relatórios a catástrofe que estava acontecendo no continente e colocava a culpa nos governos africanos, pela má gestão e por copiarem os modelos ocidentais.

Em 1992, o PNB da África Subsaariana era menos importante que a sua dívida externa (cerca de 280 bilhões de dólares), e o serviço da dívida correspondia a 32% das suas exportações (10,2 bilhões de dólares). A África Subsaariana (à exceção da África do Sul) tinha um PIB igual ao da Bélgica e era responsável por menos de 2% do comércio internacional, situação já agravada nos dias de hoje.

Os países centrais investiram na África até meados dos anos 70, impondo-lhes modelos de desenvolvimento econômico e apoiados em ditaduras e em partidos únicos como sistema de governo. Em 1981, o balanço do Banco Mundial para essa parte do continente africano dizia que o que fora feito tinha sido “muito adequado”. O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) classificava de “notáveis” as duas primeiras décadas da independência africana, pois ela registrava bom desempenho econômico, aumento nas exportações e crescimento do PIB *per capita* de 1,4% entre 1965 e 1980, entre outros fatores positivos.

Três gerações de políticas, para o conjunto do continente, foram implementadas pelas instituições de Breton Woods, nos anos 80 e 90, a saber:

- 1) no início dos anos 80, a estabilização da economia, através de medidas de gestão a curto prazo, que não preconizavam, entretanto, as causas subjacentes aos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos;

- 2) em meados dos anos 80, apareceu o ajustamento estrutural, que propunha interferências nos setores produtivos e institucional; e
- 3) em 1990 essas políticas reconhecem a importância do fator social e agregam ainda o crescimento sustentável.

Na década de 80, os preços do café, do cacau, do algodão e do chá, principais produtos de exportação da África Subsaariana, caíram 50%. Nesse mesmo período, reduziu-se em 50% o investimento em capital (em base *per capita*), acrescido da pressão da dívida externa. A política de ajustamento da economia transformou-se em desajustamento da vida das populações.

Entre 1980 e 1989, foram aplicados 241 programas de ajustamento, que se tornaram a ideologia do desenvolvimento para os países africanos subsaarianos. Só dez países, representando menos de 6% da população dessa região com 37 países, não tinham iniciado qualquer programa em 1989. Apenas 21 dos 241 programas foram abandonados antes do término e 75% dos programas cumpriram as condições estabelecidas pelas instituições de Bretton Woods. Entretanto, o PIB, segundo o Banco Mundial, verificou uma regressão de 1,1% a.a. durante a década de 80 (Lopes, 1997).

Apesar do total cumprimento do Programa de Ajustamento Estrutural do FMI, os seus resultados foram dramáticos:

- a acumulação de capital tornou-se mais lenta na maioria dos países;
- o investimento público foi reduzido drasticamente;
- o investimento estrangeiro estagnou em níveis baixos;
- a cota da produção industrial no PIB só subiu em seis países entre 1982 e 1988; e

- só seis países aumentaram as exportações em mais de 5%.

O programa alcançou, simultaneamente, os quatro objetivos almejados – estabilização, crescimento, proteção de grupos vulneráveis e ajustamento estrutural – apenas nas Ilhas Maurícias. Em outros cinco países – Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Senegal e Zâmbia – atingiram-se três dos quatro objetivos.

Com isso, deduz-se que, apesar de os países terem aplicado todas as medidas propostas, os resultados para eles não foram encorajadores, pois seu objetivo central não era melhorar o nível de vida das populações, dotando-as de uma economia “saudável”, mas sim fazer que não necessitassem mais dos recursos externos e ainda concorressem para o envio de fluxos monetários para os Estados Unidos, em termos globais.

Como conseqüência, a fome alastrou-se, o desemprego aumentou, a desorganização social atingiu as aldeias mais frágeis, enfim, a crise infiltrou-se por toda parte. E, mesmo assim, o FMI e o Banco Mundial se tornaram recebedores líquidos de recursos da África Subsaariana. Na década de 80, o FMI recebeu transferência líquida durante mais de sete anos, com saldos positivos. Apesar da fome e dos indicadores sociais, das guerras internas, houve um fluxo negativo de 9 bilhões de dólares/ano, para o pagamento da dívida. Isso, cobrado por países 50 ou 100 vezes mais ricos, “deve ser classificado na escala da desgraça moral, se não ao nível do tráfico de escravos, pelo menos ao do pior dos excessos do século XIX, quando, no início do capitalismo, a exploração quase não conheceu limites” (Andréa Cornia *et al.*, 1992, *apud* Lopes, 1997, p. 34). Isso, como parte do processo requerido pelo sistema financeiro internacional, ilustra muito bem a ética que situa os tempos da globalização.

Foi nessa base, para comprimir as despesas públicas, que a maioria das empresas estatais africanas fechou, foi cedida ou privatizada. E também se realizaram reformas na sua gestão e no relacionamento com os organismos do Estado.

Como demonstram os relatórios, por vezes contraditórios, do Banco Mundial e do PNUD, a solução dos problemas econômicos africanos não parece ser “reduzível a políticas e medidas para melhorar a gestão, diminuir despesas e racionalizar o setor público” (Cardoso, 1991, p. 87). Entretanto, desde essa época, o debate entre os que dominam os processos políticos tem sido em torno do estímulo da competição e da eficiência da gestão, deslocando o enfoque do campo das estratégias para o da administração “adequada”, fato esse apontado por Cardoso (1991, p. 87) e comprovado nos ensaios e estudos sobre a década de 90. Os estudos promovidos pelo Estado moçambicano, como, por exemplo, o de Rolim (2002), *A economia contemporânea moçambicana*, são conclusivos a esse respeito. As discussões de economia política, estratégicas e ideológicas, deram lugar aos debates quantitativos e microeconômicos das fórmulas salvadoras, assentes na economia liberal, apresentada como a única e indiscutível alternativa.

## **2.2 O PAE (Programa de Ajustamento Estrutural)**

O Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e do Banco Mundial, aplicado em quase todos os países africanos subsaarianos, tinha as seguintes características (Hugon, 1990; Coussy, 1990; e Courade, 1990):

- abertura ao mercado mundial, buscando vantagens comparativas, com uma taxa de câmbio equilibrada;

- liberalização interna que oferecesse liberdade de comércio, redução do papel do Estado, através de amplo processo de privatizações, e redução das suas tarifas;
- redução e reestruturação das despesas do Estado, visando ao equilíbrio do Balanço de Pagamentos e das contas internas; e
- aumento dos preços agrícolas e apregoamento da “verdade dos preços”, isto é, a eliminação de subsídios e taxas.

Hugon (1990) observa que essas políticas impuseram medidas que atingiram o setor agrícola e reduziram as importações sem que houvesse uma retomada das exportações; propiciaram uma queda no investimento, sem retomada da poupança; e ainda levaram a uma queda das despesas públicas com fraco aumento das receitas orçamentárias e diminuição da renda *per capita* na década de 80. Na agricultura, houve uma desmonetarização das economias e um recuo das relações mercantis.

Sobre a questão agroalimentar, as intenções do Programa de Ajustamento Estrutural apontavam para três componentes:

- 1) reequilíbrio macroeconômico, que se entendia por contrair a demanda de consumo alimentar reduzir as importações alimentares e aumentar as exportações agroalimentares;
- 2) a verdade dos preços, que significava a depreciação da taxa de câmbio, o aumento da taxa de juros, o fim das proteções e subvenções e a eliminação dos controles e racionamentos sobre o câmbio, os créditos e o consumo; e
- 3) a desestatização (privatização), particularmente do comércio agrícola e das empresas de produção, além do desmantelamento dos monopólios e do reequilíbrio das taxas de rentabilidade.

Essa política se contrapounha à política agroalimentar da década de 70 para a África Subsaariana, que tinha as seguintes características:

- incentivo às explorações, que financiaram a acumulação, a industrialização e o tesouro público;
- aprovisionamento alimentar a preço barato;
- princípio de auto-suficiência alimentar;
- penalização das culturas de renda, através de taxas;
- substituição das importações;
- participação direta do Estado nas cadeias agroalimentares; e
- racionamento e gratuidade (ou semigratuidade), através de tiquetes de produtos alimentares aos consumidores, e controle do cambio etc.

Esses princípios passaram a ser contrariados com o Programa de Ajustamento Estrutural, que reestruturou as cadeias agroalimentares visando:

- 1) à expansão das cadeias de produção agroalimentar exportáveis;
- 2) à contração das cadeias de importação e de transformação da produção agroalimentar de origem estrangeira (trigo, arroz, carne, açúcar, leite em pó etc.); e
- 3) às possibilidades de relançar produções alimentares tradicionais (tubérculos, cereais tradicionais).

O Programa de Ajustamento Estrutural definia como objetivos a redistribuição da renda dos consumidores aos produtores e da renda urbana para o campo. Já os programas de estabilização visavam reduzir a relação salário-lucro e teve como

conseqüências o agravamento da fome e da desnutrição, a diminuição do nível de vida e a desindustrialização. Querendo fazer desses países exportadores daquilo em que fossem competitivos, ou seja, em produtos agrícolas, nada melhor que oferecer atrativos no campo, como créditos para camponeses privados comprarem equipamentos etc. Ao mesmo tempo, na cidade, as indústrias pouco competitivas, com baixa produtividade, eram desativadas. Com isso, buscava-se aumentar a produtividade do trabalhador (reduzindo a relação salário-lucro), isto é, aumentando a mais-valia relativa, de forma que maiores recursos fossem transferidos para fora.

### 3. A Situação Regional

Em fins de 1983, o estado de crise financeira obrigou o governo da Frelimo a uma abertura de novas frentes políticas e a uma aproximação maior com o Ocidente. As exigências que este fazia, através do Clube de Paris, era no sentido de “uma política de desenvolvimento realista que garantisse os pagamentos internacionais” (Fernando Magalhães, *apud* Cahen, 1987, p. 128); que Moçambique ingressasse no FMI e no Banco Mundial e; buscasse uma aproximação com Pretória. Fato que irá conduzir ao Acordo de Incomáti, em 16 de março de 1984 (acordo de não-agressão e de boa vizinhança entre os dois governos):

*A situação política na África Austral mudou drasticamente no fim da década de 70 e no início da década de 80. Na África do Sul, a política de desanuviamiento de Vorster foi substituída pela “estratégia total” de P. W. Botha, de modo a, de uma maneira mais agressiva, possibilitar a sobrevivência do sistema do apartheid. A independência do Zimbábue e a criação dos países da Linha da Frente numa organização de cooperação regional (SADCC), cujo objetivo era diminuir a dependência econômica da região, especialmente em relação à África do Sul, foram interpretadas em Pretória como uma grande ameaça. Como conseqüência, o regime de P. W. Botha iniciou uma desestabilização militar e econômica considerável, e Moçambique foi especialmente atingido. (Abrahamsson e Nilsson, 1995, p. 8)*



Com o acordo, a Frelimo pretendia evitar os ataques sul-africanos, que estavam destruindo a economia moçambicana, e normalizar as relações comerciais com esse país, o que efetivamente era do interesse de ambos, enquanto deixaria de apoiar os movimentos *antiapartheid*, com isso esperando atrair novas alianças ocidentais. Inútil dizer que o Acordo de Incomáti foi cumprido apenas por Moçambique:

*A desestabilização militar e econômica [da África do Sul sobre Moçambique] foi feita de uma maneira conseqüente e a longo prazo. A esse respeito, o acordo de N'komati em 1984 não implicou quaisquer mudanças. Entretanto, o desrespeito do acordo por parte da África do Sul criou um desagrado do mundo internacional que veio contribuir, alguns anos mais tarde, para a introdução de sanções internacionais. (Abrahamsson e Nilsson, 1995, p. 9)*

Ao mesmo tempo, com a retirada do apoio moçambicano, o ANC (Congresso Nacional Africano)<sup>98</sup> se viu obrigado a ter maior presença no interior da África do Sul e a intensificar o seu trabalho político de oposição clandestina. Ao se agregar a isso a derrota militar sul-africana em Angola (Cuíto Canavale, em 1987), pode-se entender os deslocamentos de poder na África Austral que levariam, alguns anos mais tarde, ao fim do *apartheid* e à ascensão de Mandela ao poder.

Já em 1984, a Frelimo começou a modificar sua perspectiva socialista, motivada pelas mudanças concretas da realidade econômica do país e da situação política internacional, que não estavam mais a seu favor. Sua política econômica será empírica, baseada em formas de sobrevivência e impulsionada por situações de emergência, de microgestão. Passou mesmo a defender de qualquer maneira a sua permanência no poder, aceitando todo tipo de relação de produção e investimento: capitalista, camponesa, capital privado estrangeiro etc.

<sup>98</sup>Organização clandestina que combateu o regime do *apartheid*, na África do Sul e conduziu Mandela ao poder em 1992. Da independência até o Acordo de Incomáti, recebeu significativo apoio logístico da Frelimo.

A crise econômica instalava-se em todos os seus aspectos. As importações escasseavam, os investimentos reduziam-se, os produtos de consumo básico tornaram-se raros e os de luxo desapareciam, salvo os das Lojas Francas, criadas para atender aos cooperantes e às estruturas do governo e do partido e onde se podia comprar de quase tudo, desde que se tivesse acesso aos dólares. Quase não havia produção, as lojas comerciais estavam vazias, o poder de compra se reduzia, enquanto o comércio paralelo, com produtos contrabandeados da África do Sul, e a inflação aumentavam. Acabaram-se as propostas socialistas e surgiram as imediatistas para atender às elites, com as Lojas Francas, as clínicas especiais, os restaurantes que aceitavam apenas pagamento em dólares, etc.

### 3.1. A Consas (Constelação de Estados da África Austral)

No início dos anos 80, a vida política da África Austral caracterizava-se pela existência de duas estratégias opostas, que procuravam incorporar os Estados da região numa associação econômica para aplicar suas estratégias (Cardoso 1991; Amim, 1989; Adam, Davies e Dlamini, 1981; Davis e O'Meara, 1985; Daniel, 1985). De um lado, estava a Consas (Constelação de Estados da África Austral), dirigida pela África do Sul, e, de outro, a SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral). Veja-se a seguir os objetivos e as perspectivas de ambas.

A Consas, desde a Segunda Guerra fazia parte da política regional da África do Sul e, sobretudo, da “estratégia total” do regime do *apartheid*, elaborada nos anos 70 pelo governo Botha. A “estratégia total” foi a resposta do sistema do *apartheid* às lutas populares na África do Sul e a movimentos de libertação na região e tinha

como objetivo prolongar o sistema por meio da intensificação da repressão interna e de uma política externa agressiva que incluía ações políticas, econômicas e militares.

O estabelecimento de uma constelação de Estados estava no programa da “estratégia total” do primeiro-ministro P. W. Botha. Seus objetivos essenciais já estavam no *Livro Branco sobre a Defesa*, de 1977, no qual o regime se refere pela primeira vez “à necessidade de mobilizar os recursos políticos, econômicos e psicológicos, bem assim como os militares, no ‘processo de garantir e manter a soberania da autoridade de Estado numa situação de conflito’”. (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 66).

O *Livro Branco* traçou uma dupla posição no que diz respeito à política regional, “a estratégia de aliar promessas a ameaças” (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 66). De um lado, tratava da necessidade de “manter um sólido equilíbrio militar relativamente aos Estados vizinhos e outros Estados da África Austral”; por outro, estabelecia como objetivo “a criação de relações de amizade e colaboração política e econômica com os Estados da África Austral”. Enumerava 14 “áreas de ação” a serem ativadas, como parte da “estratégia total”. Particularmente significativa no domínio regional é a estipulação da ação relativa aos serviços de transporte, distribuição e telecomunicações.

A concretização da constelação de Estados constituiu, portanto, parte da “estratégia total” do regime do *apartheid*. O conceito de “constelação” foi utilizado pela primeira vez, em 1975, por B. J. Vorster, então primeiro-ministro, e posteriormente pelo seu sucessor P. W. Botha, em 1979, que lhe atribuiu maior substância, entendida como o estabelecimento de “relações mutuamente proveitosas entre Estados independentes, excluindo especificamente a possibilidade de relações tipo satélite”. A constelação foi, entretanto, uma tentativa da África do Sul de

impor a sua hegemonia na região e reunir os outros Estados numa aliança econômica e política sob essa hegemonia. Ela constituiu uma nova versão, modificada pela relação de forças na região, das políticas regionais seguidas pela África do Sul desde a União, em 1910 (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 66-8).

Antes da Segunda Guerra, o governo sul-africano tinha ambições diretamente colonialistas de querer “rematar o Estado sul-africano com fronteiras penetrando profundamente no coração da África”, embora já tivesse incorporado a Namíbia, com o apoio da Liga das Nações, e induzido a Grã-Bretanha a renunciar à sua soberania sobre seus antigos *High Commission Territories*, atuais Estados de Botswana, Lesoto e Suazilândia. Até então, o governo sul-africano tinha efetuado fortes investimentos nas Rodésias (atuais Zimbabwe e Zâmbia), Namíbia e Quênia, assinado acordos econômicos com as administrações de colonos ou com potências coloniais metropolitanas e ainda proposto uma união política aos representantes políticos dos colonos nas Rodésias (Adam, Davies e Dlamini, 1981).

Com a ascensão do Partido Nacionalista ao poder, em 1948, na África do Sul, os objetivos expansionistas continuaram, mas não mais como colonialistas diretos. Apesar do esforço diplomático do governo para fazer da África do Sul a ligação permanente entre as nações ocidentais e a população da África Subsaariana, por se considerar o “único país na África Austral com civilização branca e com o direito – em virtude da sua posição como país de brancos e da sua experiência com o problema dos indígenas e o problema dos mestiços – de atuar como conselheiro para os povos dos Territórios Setentrionais”, as ambições coloniais dos capitalistas sul-africanos não vingaram. O que aconteceu foram as independências de praticamente todos os países africanos colonizados e os protestos generalizados contra o *apartheid*, inclusive nas Nações Unidas. Internamente, foram períodos de fortes lutas sociais, com massacres e avanços

significativos na organização do movimento *antiapartheid*. Assim, Pretória abandonou a pretensão à colonização de novos territórios e lançou, internamente o programa de *bantustanização*.

Externamente, procurou aliados nos países vizinhos e em 1971 conseguiu introduzir o “Diálogo com a África do Sul” na agenda da OUA (Organização da Unidade Africana), tendo obtido seis votos a favor.<sup>99</sup>

Em 1974, com a derrota do regime fascista em Portugal, a situação para a África do Sul mudou em função da independência de Moçambique e Angola e do desenvolvimento da luta armada no Zimbabue. Foi quando o governo de Pretória montou uma nova estratégia para a manutenção da sua política, conhecida como Consas (Constelação de Estados da África Austral).

A diferença entre a Consas e as ofensivas anteriores da África do Sul não consistia nos seus objetivos, mas no

*contexto modificado no qual a África do Sul procura conseguir esses objetivos. Como até agora, a África do Sul ainda procura estabelecer uma comunidade de Estados aliados, governados por negros. Mas com a mudança do equilíbrio de forças na região, tem que empregar novos meios para atingir o seu alvo. (...) A estratégia da CONSAS baseia-se numa atitude muito mais subtil. Em vez de procurar, sobretudo, influenciar certos indivíduos que elaboraram a política, a estratégia da CONSAS consiste em influenciar as condições objetivas nas quais se realizam as decisões. O seu objetivo é, sobretudo, construir uma série de relações económicas que sejam bastante favoráveis, pelo menos para os dirigentes dos Estados Africanos visados, a fim de que se convençam que têm interesses comuns com a África do Sul. Com esse fim, estabelecer-se-ão projetos de auxílio iniciado pela África do Sul, sem exhibir necessariamente o engajamento político do Estado receptor. Por outras palavras, considerar-se-ão como futuro investimento, como um meio de engajar economicamente esses Estados a fim de influenciar o seu futuro comportamento político. (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 70)*

<sup>99</sup>Os votos a favor foram da Costa do Marfim, do Gabão, do Lesoto, de Madagascar, do Malawi e da Mauritânia. Houve cinco abstenções (Daomé, atual Benin, Níger, Togo, Suazilândia e Alto Volta) e 28 votos contrários.

O que estava em jogo nesse projeto era “demonstrar de maneira prática as vantagens superiores do sistema” (P. W. Botha), isto é, o sistema racista do *apartheid* e a manutenção do capitalismo. Não se pode esquecer de que, nesse período, a Guerra Fria estava em plena vigência.

### 3.2. Estados Tampões e Bantustões

A estratégia da constelação tinha caráter regional e visava estabelecer relações particulares entre a República da África do Sul e os vizinhos Estados independentes, de modo a reverter ou impedir o crescimento dos movimentos socialistas e progressistas na região. Pretendia contemplar um agrupamento de Estados em volta da África do Sul, reunindo uma população de cerca de 50 milhões.<sup>100</sup> Incluía os membros da União Alfandegária e da Zona Monetária do Rand, liderada pela África do Sul (Botswana, Lesoto e Suazilândia), mais o Zimbabwe, a Namíbia, o Malawi, a Zâmbia e o Zaire, além da perspectiva de – no conceito de “constelação ampla” ou “extensa” –, se mudassem os regimes, absorver Angola, Moçambique e a Tanzânia (Adam Davies e Dlamini, 1981, p. 71).

Já a “constelação interna” foi a expressão para descrever uma estruturação entre a África do Sul “branca” e os bantustões “independentes”. Seria a forma de manter sob o domínio do governo esses territórios, sob a fachada de serem soberanos e independentes.

A estratégia externa da constelação foi um fracasso para a África do Sul, que não conseguiu incorporar nenhum Estado independente visado e internamente terminou

---

<sup>100</sup>Os nove países da SADCC, em 1982, somavam 60,9 milhões de pessoas, segundo a Commission économique pour l'Afrique, *Bilan économique-social de l'Afrique (1983-1984)*.

no acordo entre o Partido Nacional e o Congresso Nacional Africano, pondo fim ao *apartheid* e abrindo o caminho para as eleições multipartidárias, que levaram Mandela ao poder no início da década de 90. Esse fracasso, entretanto, levou o governo sul-africano a promover a guerra de desestabilização contra Moçambique e a invadir Angola.

Ao mesmo tempo, e em contrapartida, efetuou-se a articulação dos Estados da Linha da Frente (Moçambique, Angola, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue), que estabeleceram um agrupamento regional alternativo, a SADCC, que atraiu os Estados visados pela Consas, como Malawi, Botswana, Lesoto e Suazilândia, em que pesem as fortes divergências políticas e ideológicas entre os diferentes governos. Manter a aliança desses nove países na década de 80, quando a África do Sul avançou violentamente contra Moçambique e Angola, foi fruto da capacidade de articulação política dos seus líderes mais influentes, sendo Samora Machel o principal deles, até a sua morte em 1986.

### 3.3. A SADCC

A SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) foi criada em abril de 1980 em Lusaca, em oposição à constelação de países proposta pela África do Sul. Participavam nove Estados independentes da África Austral (Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue). A SADCC, por sua eficiência, tornou-se ao longo da década de 80, “a organização econômica regional de maior sucesso no contexto africano” (Cardoso, 1991, p. 61).

Embora não definisse objetivos ideológicos, tinha claro que romper a dependência econômica com a África do Sul implicava encontrar alternativas às relações com

esse país, particularmente nas esferas do comércio, transporte e migração da mão-de-obra:

*A África do Sul foi durante os cem últimos anos o pólo central de desenvolvimento na região. A existência de ouro e de uma população colona garantiu o afluxo de capitais e a estruturação de uma economia baseada na exploração de mão-de-obra barata. O papel reservado a cada um dos Estados da região foi fundamentalmente, desde os fins do século XIX, de fornecedor de mão-de-obra e de serviços. Desta forma, existe uma especialização de trabalho regional em que a RSA fornece produtos agrícolas e industriais, compra mão-de-obra e utiliza certas infra-estruturas existentes nesses países, sobretudo transportes ferroviários e marítimos. Os países da região tinham a função de fornecer mão-de-obra migratória e comprar mercadorias sul-africanas. (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 73)*

Toda a região esteve sob a forte influência econômica direta britânica, subordinados ao colonialismo da Grã-Bretanha, à exceção de Moçambique e Angola, influenciados por Londres através da política colonial de Portugal, como visto.

O primeiro aspecto dessa dependência pode ser observado no fluxo das importações e exportações desses países em direção à África do Sul. No final do período colonial, Moçambique exportava para os sul-africanos cerca de 10% das importações totais da África do Sul, mas 20% do que importava vinham desse país. Nesse aspecto, era, entretanto, um dos países menos dependente, como se pode observar no Quadro abaixo. Os três países vinculados à SACU (União Alfandegária da África Austral), Botswana, Lesoto e Suazilândia, e da qual fazia parte a África do Sul, tinham cerca de 80% das suas importações provenientes do país do *apartheid*.



**Quadro 11 – Importações e Exportações através dos Portos de Vários Países da SADCC**

(em 1000 t e percentagens)

País	Portos Sul-Africanos	Portos Moçambicanos	Dar-es-Salaam
Botswana	275 (71,99)	107 (25,01)	----
Malawi	—	800 (100,00)	----
Suazilândia	—	745 (100,00)	----
Zâmbia	510 (33,55)	60 (3,95)	950 (62,50)
Zimbabwe	2.500 (75,07)	830 (24,93)	----
Totais	3.285 (48,47)	2.542 (37,51)	950 (14,02)
Tráfego sul-africano	----	2.300	-----

Fonte: SADCC (1980). *SADCC 2, Southern Africa Transport and Communication Commission: Transport and Communication Projects*, Maputo, November, p. 1-13, *apud* Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 75.

O segundo aspecto da dependência desses países diz respeito ao sistema de transporte sul-africano. Quase metade das exportações e importações de cinco países não-destinadas para a e nem procedentes da África do Sul passava por seus portos, devendo-se acrescentar o fluxo com a própria África do Sul, que era consignado pelos serviços de transporte sul-africanos (ver no Anexo o quadro “Ligações Comerciais África do Sul-SADCC”). Nesse aspecto, convém observar, Moçambique disputava esse transporte com a África do Sul, ficando com cerca de 38% do volume de tonelagem do tráfego de cinco países (Botswana, Malawi, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe) contra 48% da África do Sul e 14% da Tanzânia. Malawi e Suazilândia, entretanto, dependiam dos portos de Moçambique em 100%

para suas importações e exportações, enquanto Botswana e Zimbabwe, apenas 25% cada.

O terceiro aspecto da dependência regional refere-se ao fluxo migratório da mão-de-obra para a África do Sul. Embora, no início dos anos 80, já tivesse diminuído muito o número de trabalhadores estrangeiros na indústria mineira sul-africana, “perto de 20% da força de trabalho total de cinco países continua[vam] a servir de mão-de-obra migratória nas minas sul-africanas” (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 74), como se vê no Quadro logo a seguir.

É importante observar que, em termos relativos, Lesoto e Botswana tinham uma dependência maior do trabalho migrante na África do Sul que Moçambique, mas, em termos absolutos, até 1975, a ex-colônia portuguesa era quem mais enviava mão-de-obra às minas sul-africanas. Ao mesmo tempo, entre 1975 e 1977, os dois primeiros anos da independência de Moçambique, houve redução total de cerca de 20% no número de mineiros provenientes de Botswana, Lesoto, Suazilândia, Malawi e Moçambique, passando de 242 mil para 203 mil mineiros. No mesmo período, Moçambique viu os seus mineiros na África do Sul serem reduzidos em 98 mil, passando de 118 mil para 28 mil, redução que os sul-africanos contrabalançaram, aumentando a participação dos outros países. Ou seja, a redução efetivamente ocorreu, mas tocou a Moçambique ficar com o ônus sozinho: o desemprego e a perda das rendas.

Quadro 12 – Mão-de-Obra Migratória para as Minas da África do Sul

(em 1000)

	(1) População em idade de trabalhar (15-64 anos)	(2) Trabalhadores Assalariados no país	(3) Mão-de-obra Migratória para as minas sul-africanas	Porcentagem de (3) sobre (2)
Botswana	261,1	62,5	16,6 (1975) 24,8 (1977)	26,56 (1975) 39,68 (1977)
Lesoto	538,2	27,5	85,5 (1975) 99,9 (1977)	310,91 (1975) 363,27 (1977)
Suazilândia	262	62,2	7,2 (1975) 11,7 (1977)	11,50 (1975) 18,69 (1977)
Malawi	231,8	242	15,5 (1975) 29,1 (1977)	6,40 (1975) 12,02 (1977)
Moçambique	2.873,8	625	118 (1975) 38,2 (1977)	18,88 (1975) 6,11 (1977)
Total	4.166,9	1.019,6	242,8 (1975) 203,7 (1977)	23,91% (1975) 19,98% (1977)

Fonte: Centro de Estudos Africanos (1979), *O Mineiro Moçambicano*, Maputo, p. 28.

Por outro lado, o relacionamento desses países com o mercado internacional dependia da exportação de produtos cujos mercados não controlavam e eram dominados por grandes empresas. Assim, aqueles países independentes tinham de mudar não somente as “suas relações com a África do Sul, no sentido de a obrigar a mudar o regime do *apartheid*, mas também de reestruturar as suas próprias economias e as ligações com o mercado. O objetivo estratégico seria a construção de economias autôcentradas e independentes que combatessem a dependência e o imperialismo, contando com as forças disponíveis e mobilizáveis através da cooperação regional (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 76).

A SADCC propunha coordenar ações com objetivos de realizar as seguintes propostas, conforme seu documento de criação (SADCC, 1980, p. 4-5), conhecido como “Declaração de Lusaca”:

- a redução da dependência econômica, particularmente, mas não somente, da República da África do Sul;
- o reforço de laços para criar uma integração regional eqüitativa e genuína;
- a mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, regionais e interestatais; e
- ação concertada para assegurar a cooperação internacional dentro da estratégia desses países para a libertação econômica.

Além disso, a SADCC previa uma tripla reestruturação: das economias nacionais, das relações entre as diferentes economias regionais entre si e das relações delas com o exterior, seja com a África do Sul ou outra fonte de dependência. Não pretendia montar uma estrutura burocrática para a coordenação e avaliava que havia na região energia e matérias-primas suficientes para “uma revolução industrial” que tornaria possível seus desejos de independência.

O fato de a SADCC ter sido entendida como um veículo positivo de combate ao *apartheid* favoreceu o apoio dos países industrializados às ações de cooperação previstas nas suas grandes propostas.

O sistema de transportes existente na região foi planejado e concebido no século XX para convergir para o sistema de escoamento da África do Sul. As mercadorias do Zimbabwe (então Rodésia), por exemplo, para chegarem ao litoral tinham de seguir pela África do Sul, quando o trajeto mais curto seria o Porto da Beira. Por ser

o principal nó de estrangulamento das economias dos países do *hinterland*, foi atribuída como prioridade nas ações da SADCC a reestruturação do sistema de transportes e comunicações. (SADCC, 1980; Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 78; Cardoso, 1991, p. 64).

Até a proclamação da declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul em 1965, aproximadamente 80% do tráfego regional, com exceção do da África do Sul, passavam pelas redes ferroviárias e portuárias de Angola e Moçambique. Mesmo após o redirecionamento do movimento da Rodésia para a África do Sul, essa porcentagem ficou acima de 70% e começou a cair após a independência das colônias portuguesas.

*Com a aplicação, a partir de 1977, da chamada "estratégia total", a realização de ações econômicas e militares contra os países vizinhos, incluindo, como aspecto principal, cortar ou dificultar suas vias de acesso ao mar, tornou-se objetivo central do governo sul-africano. (Cardoso, 1991, p. 64)*

Por conta disso, o governo de Pretoria desviou o tráfego Transvaal–Maputo para portos sul-africanos, contrariando inclusive os setores privados. Isso tudo se agravou com a independência do Zimbabue, em 1980, quando as ações para desestabilizar Moçambique passaram a ser coordenadas pelo Exército sul-africano – e depois pela Renamo – e foram intensificadas em praticamente todas as províncias moçambicanas.

Foi esse quadro regional que a SADCC justificou a prioridade dada aos projetos do setor de transportes e comunicações e, nele, aos corredores ferroviários. Para efeito de coordenação, criou-se a *Regional Transport and Communications Commission* e previu-se a criação do *Southern African Development Fund*. Outra prioridade foi atribuída à produção de alimentos e à proteção ambiental, com o

estabelecimento do *Southern África Regional Centre* e do *International Centre for Research on Agriculture in the Semi Arid Tropics (ICRASAT)*, no Botswana, visando à produção de vacinas para bovinos, o incremento da investigação científica e o desenvolvimento de ações para o Programa Regional de Segurança Alimentar.

Decidiu-se ainda estimular a troca de informações sobre as atividades mineiras, a exploração de bacias hidrológicas, a energia e a agricultura, os problemas relacionados ao petróleo e os excedentes de eletricidade. E não poderia ficar de fora a formação de quadros, para a qual se previu a implementação de cursos e a elaboração de projetos conjuntos.

Já na segunda reunião da SADCC, em Maputo, organizações e países internacionais assumiram o compromisso de financiar os projetos apresentados. Mas os estrategistas previram também problemas, pois a desvinculação em relação à África do Sul e a integração regional só seriam efetivadas na medida em que fosse possível implementar

*em cada um dos países as medidas de reestruturação interna das suas economias e também das ligações externas, procurando-se parceiros alternativos para a obtenção de implementos que normalmente se obtêm de Pretória. A não realização destas propostas torna[ria] os países vulneráveis às manobras de intimidação e chantagem por parte dos sul-africanos. (Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 79)*

Entretanto, fatores conjunturais, como as secas em anos seguidos na virada da década, obrigaram a que importações de cereais em grandes escalas fossem feitas da África do Sul, pois era a única fonte possível de abastecimento rápido e eficaz. Com certeza sabia-se que não se poderia rapidamente substituir os sul-africanos como parceiros comerciais. O projeto para a libertação econômica da África Austral deveria ser encarado como progressivo e continuado, sendo impossível prever mudanças radicais de um dia para o outro, como salientam seus defensores

na época. Mas é bem provável, também, que muitos dirigentes esperassem que a ação da SADCC fosse mais uma pressão sobre a África do Sul, para que ela atenuasse suas condições nas negociações. Não obstante todo o sucesso da SADCC, com a ampliação do intercâmbio econômico das relações entre seus membros, a relação dos países da SADCC com a África do Sul continuou aumentando. Não pelos caminhos legais, mas através do comércio ilegal, do contrabando de mercadorias pelas fronteiras.<sup>101</sup>

Assim, apesar de tudo, a SADCC não permitiu a melhora da situação econômica de Moçambique na década de 80, em que pese uma série de investimentos nos transportes e nas comunicações realizados visando à recuperação e ao funcionamento do Corredor da Beira. As dificuldades de financiamento para os investimentos e para despesas correntes dos outros setores continuaram, a degradação da sua capacidade de produzir só fazia aumentar e o empobrecimento da população era acentuado. Esses investimentos através da SADCC tiveram lugar fundamentalmente porque implicavam grande fluxo de capital com tecnologia de ponta (construção de oleoduto e modernização do porto, da malha ferroviária, da rede de comunicações etc.) e porque ofereciam possibilidade de grandes lucros aos investidores. Foram realizados ao longo das décadas de 80 e 90 e estão em funcionamento.

No contexto de pressões econômicas e políticas externas, de guerra interna e agressões externas, de forte queda da produção em todos os níveis, de grande fluxo de migração interna e em direção a países vizinhos e de penúria de grande parte da população, é que foi estabelecido o Programa de Reabilitação Econômica, moldado segundo as orientações do Banco Mundial e do FMI.

---

<sup>101</sup>Ver no Apêndice 2 *Programme d'Action de la SADCC*, que contém estudo sobre a estrutura e os procedimentos da cooperação para o desenvolvimento, realizado em 1988, pela SADCC e pela OCDE.

#### 4. O PRE (Programa de Reabilitação Econômica)

Em que concretamente o PRE iria modificar a política econômica de Moçambique?  
Em carta ao Banco Mundial, em 1989, o governo (Governo de Moçambique, 1989), afirmava

*que os objetivos gerais do Programa de Reabilitação Econômica permanecem fundamentalmente inalterados desde o início do programa em janeiro de 1987. Eles são:*

- a) reverter o declínio da produção e restaurar um nível mínimo de consumo e rendimento para toda a população, particularmente nas áreas rurais;*
- b) reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas externas e as reservas;*
- c) aumentar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais altos de crescimento económico, logo que a situação de segurança e outras limitantes exógenas tenham melhorado;*
- d) reintegrar os mercados oficiais e paralelos; e*
- e) restaurar a disciplina das relações financeiras com parceiros comerciais e credores.*

Esse programa preconizava a liberalização dos preços e a supressão dos subsídios aos gêneros alimentares; incentivava a participação do capital privado; aplicava o arrocho salarial; trocava a economia planificada e a direção centralizada da economia pelo Estado em favor da economia de mercado; bem como reduzia os investimentos do Estado na produção e nas áreas sociais. Ou seja, era uma adaptação do Programa de Ajustamento Estrutural a Moçambique.

Como evoluiu cada um destes itens, nos anos que se seguiram à aplicação do Programa de Reabilitação?



#### 4.1. Sucessos e Fracassos

*a) Reverter o declínio da produção e restaurar um nível mínimo de consumo e rendimento para toda a população, particularmente nas áreas rurais.*

A tendência decrescente do PIB desde 1983 foi interrompida e nos dois anos que se seguiram à aplicação do Programa, o produto cresceu em torno de 4%, enquanto o crescimento per capita ficou abaixo de 1% (Hermele, 1990, p. 15). Fato compreensível, uma vez que se partia de uma base muito baixa, visto que a indústria em 1986 estava num patamar equivalente a 35% do de 1973. A pobreza urbana aumentou, assim como a concentração de riquezas. O número de manufaturas passou de 472, em 1990, para 369 um ano mais tarde e o de operários passou de 86 mil para 70 mil (Abrahamsson e Nilson, 1994, p. 54). Como o poder aquisitivo da população era limitado e a indústria produzia para o comércio interno, a fraca demanda correspondia à oferta, o que caracterizava um mercado muito reduzido.

*b) Reduzir substancialmente os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas externas e as reservas.*

Apesar de se ter estancado o financiamento do déficit, que provinha do orçamento de Estado ou dos créditos ilimitados, e de se terem padronizado os métodos financeiros, o déficit global continuou razoável graças apenas às doações. O déficit corrente reduziu-se de 11% para 4% do PIB de 1984-1985 para 87-89, enquanto o de investimentos, no mesmo período, passou de 10% do PIB para 21%. Sem a consideração dos donativos, o déficit orçamentário global passou dos 15% e, 85-86, para 31% em 1989. Mas, ao considerar os donativos, o déficit caía de 14% para 10%, indicando uma clara dependência em relação à ajuda

(Hermele, 1990, p. 15). Este fato que irá caracterizar a economia moçambicana nas décadas seguintes.

O Balanço de Pagamentos de Moçambique se deteriorou, aumentando o déficit nas contas correntes e no saldo financeiro, que eram cobertos, com importância equilibrada, pela ajuda, por novos créditos e pelo reescalonamento da dívida, que no longo prazo em nada ajudavam a resolver o problema, pois a dívida continuava a crescer. A dependência ao capital financeiro, com a abertura aos recursos externos, era uma exigência do FMI e do Banco Mundial (ver Quadro a seguir).

**Quadro 13 – Indicadores Financeiros Externos (1984-1989)***(em milhões de dólares americanos)*

	1984	1986	1987	1988	1989
Dívida Externa Total	2.400	nd	4000	4000	4300
Serviço da dívida – teórico (%)	196	247	228	206	182
Importações de bens e serviços	-690	-820	-910	-1034	-1240
Exportação de bens e serviços	214	295	234	244	283
<i>Conta corrente</i>	-476	-525	-676	-790	-957
Amortização	-338	-366	-384	-363	-277
<i>Saldo financeiro</i>	-814	-861	-1060	-1153	-1234
Coberta por:					
Donativos	168	213	304	416	436
Créditos	265	284	301	290	379
Reescalonamento da dívida, saldo residual	381	364	455	447	419

Obs.: nd = não-disponível; 1987-1988: valores estimados; 1989: projeções.

Fonte: Hermele, 1990, p. 16.

*c) Aumentar a eficiência e estabelecer as condições para um regresso a níveis mais altos de crescimento econômico, logo que a situação de segurança e outras limitantes exógenas tenham melhorado.*

A reversão das tendências alcançada pelo Programa de Reabilitação Estrutural pode ser observada no Quadro logo a seguir. Apesar de se ter rompido a tendência de declínio, a recuperação mostrou-se lenta, e deve-se considerar que essas medidas foram tomadas em situação de guerra, o que “limita o impacto positivo que a melhoria dos incentivos ao sector produtivo poderiam produzir” (Hermele, 1990, p. 18). Ademais, as melhorias nos indicadores tiveram o benefício do enorme influxo de capital financeiro estrangeiro, que visavam redirecionar a economia, mas não tinham intenção de se manter por muito tempo.

#### Quadro 14 – Medindo o Impacto Econômico do PRE

	<i>(alterações anuais em %)</i>			
	1986	1987	1988	1989
PIB a preços constantes	-2	4	4	5
PIB <i>per capita</i>	-5	1	1	2
Comercialização agrária (volume)	-6	26	16	17
Exportações (valor)	4	18	2	16

OBS.: 1986 para efeitos de comparação; 1988: estimativa; 1989: previsão.

Fonte: Hermele, 1990, p. 18.

#### *d) Reintegrar os mercados oficiais e paralelos.*

O grande sucesso do Programa de Reabilitação foi justamente reunificar os mercados. Com a liberalização dos preços, e do comércio, o mercado paralelo (*candonga*) passou a ser tolerado, embora continuasse com as mesmas características, ou seja, a comercialização de produtos em grande parte contrabandeados.

Apenas o negócio de moedas estrangeiras continuou, mas, com a entrada dos bancos oficiais no negócio, as lojas dos *monhês*, que operavam na semiclandestinidade, foram redirecionados para os negócios ilícitos, seja aumentando o contrabando, com a permissão da *candonga*, que agora se ampliou, seja no negócio de armas e drogas, que dava início a uma longa trajetória. Mas, mesmo assim, a taxa de câmbio que no paralelo girava, em 1986, em torno de 50 vezes a oficial, reduziu-se para três vezes.

A taxa de inflação também decresceu consideravelmente durante o Programa, passando de 160% em 1987 para 50% em 1988 e para 30% em 1989. Contudo, as taxas de juros continuaram baixas, insuficientes para tornar a taxa real positiva. Ou seja, os que pediam dinheiro emprestado ainda eram pagos para fazê-lo.

*e) Restaurar a disciplina das relações financeiras com parceiros comerciais e credores.*

Em 1986, mais de 700 milhões de dólares do pagamento da dívida estavam em atraso. Em 1987, foi feita uma operação que conseguiu reescalonar 1,4 bilhão de dólares, tendo sido, desde essa época, realizadas anualmente reuniões com essa finalidade, negociando-se montantes mais modestos. Em função disso, os créditos começaram a fluir para o país novamente (Ver Quadro 13 acima: Indicadores Financeiros Externos).

Na seqüência dos acordos, o governo retomou o pagamento do serviço da dívida, mostrando assim fazer toda a lição de casa segundo os padrões do FMI e do Banco Mundial. Evidentemente, os “pagamentos dos juros cresceram consideravelmente, de 80 milhões de dólares em 1984 para mais de 200 milhões de dólares actualmente [1989]” (Hermele, 1990, p. 17). A estratégia americana de colher dólares a qualquer custo (para os outros), visando cobrir os seus déficits, estava se concretizando em Moçambique com o Programa de Reabilitação já no início dos anos 90, quando o cumprimento das obrigações contraídas para o pagamento de prestações custaria mais do que o conjunto dos rendimentos das exportações e de serviços do país. Uma nova estrutura começou a se desenhar, passando a uma dependência estrutural da ajuda, à exclusão da divisão internacional do trabalho e à desagregação das suas relações sociais.

#### **4.2. Em Direção a uma Economia de Ajuda**

Viu-se em capítulos anteriores que, no período colonial, Moçambique tinha uma economia de serviços forte, vendia sua força de trabalho e recebia rendimentos

importantes da África do Sul e da Rodésia, e o saldo negativo de sua balança comercial era compensado pelo saldo positivo das receitas destes serviços. Após a independência, devido aos fatores já referidos – como a guerra de desestabilização, as deficiências de gestão, a política de bloqueio ao regime de Ian Smith –, tais receitas foram reduzidas. No final dos anos 80, com uma Balança Comercial bem mais deficitária, pela quebra da produção interna e a necessária compensação pela importação, a economia de serviços transformou-se numa pesada obrigação para honrar os encargos crescentes do serviço da dívida externa.

**Quadro 15 – De uma Economia de Serviços para uma Economia de Ajuda***(Em milhões de dólares americanos)*

	1973	1980	1985	1990
Exportações	230	281	77	121
Importações	-245	-800	-424	-850
<i>Balança comercial</i>	<i>-115</i>	<i>-519</i>	<i>-347</i>	<i>-729</i>
Receitas de serviços	217	171	107	162
Despesas de serviços	-95	-75	-200	-389
<i>Receita líquida de serviços</i>	<i>122</i>	<i>96</i>	<i>-93</i>	<i>-227</i>
Saldo corrente	7	-423	-440	-956

Fonte: Hermele, 1990, p. 19.

O déficit passou a ser coberto com recursos obtidos na comunidade doadora e no sistema financeiro internacional. Esses apoios geralmente vinham ligados a uma série de condições. O Banco Mundial estimava que, “das divisas postas ao dispor de Moçambique, apenas 15% podem ser consideradas como dinheiro ‘livre’, de que o governo pode dispor sem interferência externa” (Hermele, 1990, p. 19).

Uma parte restrita da população rural, sobretudo ao sul do país, melhorou os seus rendimentos durante o Programa, em função da melhor comercialização de seus produtos e ser mais bem provida. Entretanto, a grande maioria da sociedade doméstica continuou a pagar alto preço pela situação instável da espera dos atendimentos de emergência e da guerra, não satisfazendo as suas necessidades básicas. Pelas informações de Hermele (1990, p. 21), dois terços da população rural viviam abaixo do nível de pobreza, ou seja, cerca de 10 milhões de pessoas. Em média, conseguiam produzir apenas um terço das suas necessidades de calorias diárias. Para o resto, dependiam de rendimentos suplementares ou de ajuda. E essa situação era apenas o início da fome, que viria a se espalhar também pelas cidades na virada da década.

Os salários urbanos foram reduzidos, na medida em que o custo de vida aumentava, e eles não eram corrigidos. Entre janeiro de 1987 e janeiro de 1989, o índice preço-salário para produtos alimentares básicos, como o milho e o arroz, cresceu entre 150% e 300%, reduzindo proporcionalmente o poder de compra dos assalariados. Essa situação foi agravada com a supressão, quase total, do subsídio ao abastecimento, em abril de 1988. Apesar de constituir apenas 30% das necessidades alimentares, ele constituía uma garantia de sobrevivência. Juntava-se a isso o crescente número de refugiados nas cidades mais importantes, Beira e Maputo, pressionando mais ainda não só os problemas de alimentação, mas também os de alojamento, saneamento, entre outros. É importante referir que, enquanto o déficit das empresas estatais abocanhava 34% do orçamento corrente do Estado, os gastos com os subsídios alimentares, cortados no Programa para reduzir as despesas, atingiam tão-somente 1%. Inútil dizer que essas políticas repercutiram no aumento da subnutrição, com todas as suas conseqüências. Enquanto o acesso à terra nas cidades ficava mais difícil, pelo aumento da população, no campo ele foi se tornando restrito a certos grupos nacionais, no processo de registro da nova Lei da Terra, que excluía mesmo aqueles que a possuíam mas não a haviam registrado.

No Sul do país, logo após a independência (1975-1980), com a redução dos mineiros na África do Sul, aconteceu também uma pressão forte sobre a comunidade doméstica, que estava acostumada, durante o século XX, a prover parte do seus sustentos com o dinheiro remetido pelos emigrantes. Esse fenômeno repetiu-se no final dos anos 80, só que em maior escala. Os refugiados nas cidades pressionaram as redes sociais, aumentando as famílias e tornando ineficientes os mecanismos de sociabilidade, empurrando a população "excedente" para atividades mafiosas ou ilegais.



Assim, da crise do setor moderno industrial, que praticamente se desfez; da crise do setor doméstico, que não pôde mais se sustentar e sustentar os outros setores; e da crise provocada pelas políticas liberais, que promoveram mais desemprego e exclusão, surgiram espaços propícios para a implantação e o desenvolvimento da paz e da democracia em Moçambique. Em 1992, é assinado em Roma o acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo, que instituiu o multipartidarismo e as demais liberdades, completando o período de transição e permitindo a Moçambique ingressar formalmente no sistema liberal capitalista. Como se vi, até 1975 tinha-se em Moçambique um capitalismo colonizado, com forte presença do Estado salazarista. Com a independência, impôs-se a modernização socialista, entendida como um sistema produtor de mercadorias, tal como no capitalismo, apoiado também num Estado forte, diferente, porém, em sua forma. A partir de 1992, instalou-se um sistema plenamente capitalista, democrático e liberal. Pessoas, mercadorias e capitais passaram agora a poder circular livremente, do Rovuma a Maputo. Os ajustes jurídicos foram realizados, deixando o país pronto para a nova inserção internacional, ao gosto do grande capital. Entretanto, nunca o país esteve tão sem autonomia e com tanta miséria. Depois de toda a contribuição na produção de riqueza para o sistema mundo no século XX, a situação de descarte na nova ordem mundial é a parte que lhe cabe do desenvolvimento.

A seguir, veja-se em linhas gerais, as políticas econômicas elaboradas no final da década de 90 pelo Ministério do Plano e Finanças, com o apoio direto de organismos internacionais.

## 5. Os Megaprojetos

O IDE (investimento direto estrangeiro) é um dos pilares da política econômica, utilizado por grandes capitais, geralmente em parcerias, no planejamento global de suas ações para a produção em escala mundial.

Os países africanos têm recebido um montante reduzido de investimentos estrangeiros, cerca de 1 bilhão de dólares líquidos anualmente, embora esteja sofrendo uma fuga de capital em larga escala, “na medida em que os detentores dos activos transferem os recursos para locais mais seguros” (MacPherson, 2002, p. 134). Por isso, o Ministério do Plano e das Finanças de Moçambique tem procurado realizar reformas institucionais para atraí-los, criando um cenário no qual os retornos dos investimentos privados tenham riscos proporcionais àqueles disponíveis no estrangeiro (será o risco-Moçambique, para os capitais não morrerem de fome?).

Em 1997, o IDE em Moçambique totalizava 65 milhões de dólares, mas, nos dois anos e meio seguintes, o governo permitiu que fosse realizado em seu território um empreendimento para a produção de alumínio no valor total de 1,34 bilhão de dólares. Trata-se do Projeto Mozal, que começou a funcionar em junho de 2000. Segundo o relatório da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), *World Investment Report* (2000), esse investimento colocou Moçambique no sexto lugar do *ranking*, atrás apenas de Angola, Egito, Nigéria, África do Sul e Marrocos. Em 1999, a África recebeu em IDE cerca de 10 bilhões de dólares, que não se comparam aos 106 bilhões de dólares que foram para a Ásia e aos 90 bilhões de dólares direcionados para a América Latina.

Como o PIB em Moçambique em 2000 era de cerca de 4 bilhões de dólares, o impacto de projetos dessa natureza é profundo nas contas do país. É de se considerar ainda diversos outros megaprojetos, como são conhecidos, que estão em diferentes estágios de preparação: a duplicação da capacidade da Mozal, que prevê ampliação da hidroelétrica de Cahora Bassa; a construção de uma nova estação hidroelétrica em Mepanda Uncua; o projeto de gás natural de Temane e Pande; o projeto de fundição de ferro e aço de Maputo; o projeto dos corredores de areias pesadas para explorar as areias minerais titaníferas; o Projeto Dabela Port, para construir um porto profundo em Maputo, entre outros.

Os estudos do Ministério do Plano e Finanças<sup>102</sup> revelam que esses megaprojetos terão grande impacto no PIB e na Balança Comercial, mas não no rendimento nacional e no Balanço de Pagamentos, devido à compensação dos fluxos financeiros, aos pagamentos do serviço da dívida e à repatriação dos lucros. Como eles são de capital intensivo, boa parte dos pagamentos será para o serviço da dívida aos credores estrangeiros e para a remessa de lucro. O impacto desses projetos na criação de empregos locais será pequeno, em face de suas características técnicas. Somente 5 mil empregos diretos seriam criados em seis megaprojetos, chegando a 15 mil nas empresas de suporte, sendo calculados em mais de 1 milhão de dólares cada emprego oferecido.

A construção da Mozal durou 2,5 anos. Em 1998, foram aplicados 220 milhões de dólares em serviços de terraplenagem e construções, em 1999 mais 875 milhões de dólares e em 2000 foram 245 milhões para aquisição de equipamentos. Apenas 6% do valor do projeto foram despendidos em bens e serviços e mão-de-obra em

---

<sup>102</sup>Estudos do GEST (Gabinete de Estudos), do Ministério do Plano e Finanças, composto por consultores da Harvard University, como o próprio Andersson (Andersson, 2002).

Moçambique, não significando que tenham remunerado fatores nacionais, pois os subcontratantes utilizavam recursos estrangeiros.

A capacidade total de produção anual será de 245 mil toneladas de alumínio, toda exportada, num valor estimado de 400 milhões de dólares. Serão importadas 500 mil toneladas de alumina e 96 mil toneladas de coque, ao custo de 90 milhões de dólares, além de grande utilização de energia elétrica, fornecida pela Motraco, empresa nova, com linhas de transmissão através da África do Sul, a um custo estimado em 60 milhões de dólares. Outros custos adicionais serão de 80 milhões de dólares para serviços importados, 2 milhões para serviços domésticos e 4 milhões para impostos de circulação. Serão empregados 650 moçambicanos, com salários de 5 milhões de dólares ao ano, e 90 estrangeiros. Outros empregos vêm sendo criados, para serviços de segurança, alimentação etc.

A estrutura financeira foi constituída por 38% de capital próprio, 50% de empréstimo (quase todo da África do Sul, na forma de empréstimo de exportação, sendo ela que fornece a energia) e 12% de empréstimo subordinado. O financiamento do capital próprio foi de 520 milhões de dólares, repartidos entre a Billiton (47%), a Mitsubishi (25%), a IDC (24%) e o governo de Moçambique (4%). A parte do governo, de 20 milhões de dólares, foi financiada pelo Banco Europeu de Investimento. O serviço da dívida anual (juros e amortização do capital) dos empréstimos totais está previsto em 80 milhões de dólares, e o valor agregado direto doméstico será de aproximadamente 160 milhões/ano. A produção do projeto terá um impacto no PIB ligeiramente acima de 5%, mas o efeito direto no rendimento nacional, isto é, o rendimento acrescido aos moçambicanos, será de USD 18 milhões ao ano.

Espera-se um lucro de 65 milhões de dólares ao ano, sendo a parte do governo (4%) de 3 milhões. A Balança Comercial terá um saldo favorável de 160 milhões de dólares (400 milhões de exportações menos 240 milhões de dólares das importações), mas o efeito global no Balanço de Pagamento será pequeno, pois todos os lucros (salvo os 3 milhões do governo) deverão ser repatriados. Assim, somente os 4 milhões de dólares do imposto de circulação e os 3 milhões de dividendos ficarão nas receitas do governo. Pode-se acrescentar 1 milhão de dólares de impostos diretos sobre o trabalho. Por se tratar de uma zona de livre exportação, a Mozal está isenta dos impostos indiretos.

A fase 2 do projeto está prevista para estar em execução e deve ser concluída em 2004, propiciando a duplicação da produção. Durante as fases de construção, serão criados 2.650 empregos, mas o número de empregados para garantir a produção total será de 1.300 após 2004.

Com as mesmas características do Projeto Mozal, em termos proporcionais e volume de grandeza, estão programados outros megaprojetos. Ou seja, forte impacto no PIB, algum na Balança Comercial, menor no Balanço de Pagamentos e muito pouco no valor agregado em termos de criação de emprego e renda nacional. Como toda a produção é exportada, assim como todo o lucro, extrai-se de Moçambique uma mais-valia não por se ter uma força de trabalho barata, que o é efetivamente, mas, no caso da Mozal, pela existência de energia abundante requerida para a produção de alumínio, ambiente político para aceitar indústria tão poluente e facilidades de expatriar os lucros.

A política governamental indica que os megaprojetos são importantes, pois são orientados para a exportação e assim “trazem benefício, ao ligar Moçambique à economia internacional”. Além disso, acredita-se que “o comércio internacional

demonstrou ser particularmente importante como um canal para o desenvolvimento e difusão de tecnologia” (Andersson, 2002, p. 553). Quanto otimismo na previsão de que Moçambique irá se apoderar da tecnologia da produção de alumínio... E continua o consultor de Harvard ligado ao Ministério do Plano e das Finanças, defendendo os megaprojetos:

*Os projetos são mostruários para possibilidades de investimentos em Moçambique. Eles melhoram as infra-estruturas e disseminam muitos benefícios para os cidadãos. Proporcionam oportunidades de formação para a força de trabalho moçambicana. Os megaprojetos estão também vinculados a larga base de recursos naturais de Moçambique. Para além disso, a Mozal, MISP [Projeto de Fundição de Ferro e Aço de Maputo] e os Corredores de Areias exigem, todos, grande quantidade de energia eléctrica, e a disponibilidade de energia barata tem sido importante para as suas localizações. Um aspecto importante para a Mozal tem sido o tratamento recebido em Moçambique da parte da União Européia sob a Convenção de Lomé. O alumínio produzido em Moçambique será importado para EU com isenção de impostos.*

*Os megaprojetos, entretanto, não irão resolver o problema de desemprego em Moçambique. Todos são de capital intensivo e somente um número limitado de empregos directos está sendo criado.* (Andersson, 2002, p. 553; grifos do autor)

O impacto global no PIB dos seis megaprojetos tomados em conjunto será grande, sem dúvidas (ver no Anexo Quadros Impacto do Mozal em Moçambique e Impacto de Seis Megaprojetos Previstos). Se os que já estão previstos forem realizados, poderá se ter um crescimento do PIB, em 2010, da ordem de 37%, mas um crescimento do rendimento nacional de apenas 7%, com 20 mil novos empregos. Nesse mesmo período, estima-se um ingresso de 3,7 milhões de pessoas no mercado de trabalho moçambicano. O que fazer com essa mão-de-obra disponível? Ao lado desses projetos de capital intensivo, propõem-se projetos de mão-de-obra intensiva, também para exportação, os chamados investimentos EIMI.

## 6 ... e as Exportações da Indústria de Mão-de-Obra Intensiva (EIMI)

As EIMI (Exportações da Indústria de Mão-de-Obra Intensiva) devem ser um elemento central na estratégia de desenvolvimento “pró-pobre”, diz Sarkar, *expert* do Ministério do Plano e das Finanças, e Moçambique tem tudo para atraí-las, sentencia (Sarkar, 2002). Em contraste com os megaprojetos que quase não geram empregos, essas indústrias podem criá-los e rapidamente. Como exemplo, cita o caso de três fábricas com capital de Taiwan, subcontratadas da Nike, que produzem calçados esportivos no Vietnã com 45 mil postos de trabalho. E ainda o Lesoto, que criou 19 mil empregos na indústria de vestuário e calçado, com 100 milhões de dólares em receitas de exportação. Nesse caso, vale lembrar trata-se de valores exportados e não de valores agregados ao país. Avança ainda que muitas economias dos chamados “tigres asiáticos” incrementaram a sua industrialização a partir desse tipo de indústria, como a Coreia do Sul, Malásia, Tailândia e até o Vietnã. Cita também o caso das Ilhas Maurícias, que passou de país pobre exportador de algodão para um país rico, com exportação diversificada. E, finalmente, propõe que em função do

*alto nível de fluxos de IDE [investimento direto estrangeiro] nos anos recentes, e a abundância de mão-de-obra barata em Moçambique, poder-se-ia esperar que o país ajust[ass]e de maneira ideal as operações da indústria de mão-de-obra intensiva em áreas como vestuário e têxteis, agro-processamento, produtos de couro, brinquedos, artigos de desporto e montagem eléctrica. A vantagem competitiva de Moçambique e a localização geográfica favorável colocam-no numa posição vantajosa para a atracção de investimentos de EIMI como um motor de crescimento sustentável e criação de emprego. Além disso, o ambiente tributário é altamente favorável e à criação de zonas francas. (Sarkar, 2002, p. 475, grifos do autor)*

Como ter um desenvolvimento sustentável, com uma indústria praticamente sem capital fixo, que pode ser transferida a outro país rapidamente, em função de flutuações, como a redução salarial num outro país ou porque os salários domésticos aumentaram?

Logo adiante confessa que “os recentes aumentos no salário mínimo [em Moçambique], se contínuos irão também minar a vantagem competitiva de Moçambique em indústrias de exportação de mão-de-obra intensiva” (Sarkar, 2002, p. 476). Como vê-se, antes mesmo de o processo começar, já se encontra em risco pelo possível aumento do salário mínimo. E isso num país (e no mesmo documento do Ministério do Plano e Finanças) que tem como prioridade reduzir a pobreza absoluta e cujo salário mínimo é menos de 40 dólares mensais... Ou a proposta da industrialização EIMI não é séria ou não é séria a de reduzir a pobreza. Parece ser essa última a mais provável.

São consideradas vantagens dessa industrialização a aprovação da *África Growth and Opportunity Act*, de junho de 2000, dos Estados Unidos, que abre mercado a esse tipo de produtos; o fenômeno denominado “gansos voadores”, em referência à fuga dos investimentos de países como as Ilhas Maurícias, onde os salários aumentaram; o novo protocolo comercial da SADCC que facilita essas transações; e o acordo de preferências comerciais com a Europa.

Essas indústrias, não se deve esquecer, baseiam-se em processos de trabalho geralmente individuais ou familiares, utilizando poucos meios de produção (máquinas de costuras, colas etc.) pertencentes aos trabalhadores, que recebem as matérias-primas e se limitam a realizar um esforço físico intenso, num processo de montagem, colagem, corte ou costura, dependendo do produto. A empresa empregadora não tem capital no país, trás suas matérias-primas para um ciclo produtivo que são trabalhadas localmente, e retornam com um produto acabado para ser vendido no mercado internacional. São as calças, camisas e gravatas de grifes, os tênis e sapatos e, num processo um pouco mais sofisticado, os produtos



eletroeletrônicos e os informatizados. São, portanto, processos de trabalho individualizados que permitem exploração extra.

*A individualização do trabalho é o processo pela qual a contribuição da*

*mão-de-obra ao processo produtivo é definida de forma específica para cada trabalhador e em razão de cada uma de suas contribuições, seja na forma de trabalho autônomo, seja como mão-de-obra assalariada contratada individualmente e com base em um mercado amplamente desregulamentado. (Castells, 2002, p. 97; grifo do autor)*

Esse processo, utilizado nas exportações da indústria mão-de-obra intensiva, constitui um dos aspectos da formação da super-exploração, responsável pela exclusão de vários países e regiões, e pode ser definido como o termo que indica relações trabalhistas

*que permite[m] que o capital retenha sistematicamente os pagamentos/alocação de recursos ou imponha condições mais rigorosas de trabalho a determinados tipos de trabalhadores, piores do que seja considerado norma/regra em um dado mercado de trabalho em determinado tempo e espaço. Isso se refere à discriminação contra imigrantes, minorias, mulheres, jovens, crianças ou outras categorias de trabalhadores discriminados, do modo como tolerada ou sancionada por órgãos de regulamentação. Uma tendência significativa nesse contexto é o surgimento da mão-de-obra remunerada infantil em diversas partes do mundo, sob condições de extrema violência, exploração e incapacidade de defesa, revertendo o padrão histórico de proteção social às crianças, existente não só na última fase do capitalismo industrial, mas também no estatismo industrial e nas sociedades agrícolas tradicionais. (Castells, 2002, p. 97)*

As propostas do FMI, do Banco Mundial e do grande capital (a alternativa EIMI), que foram encampadas pelo governo, num país com 70% da população vivendo sob miséria absoluta, não as diferenciam, nem mesmo no cinismo, dos programas de bem estar para os africanos do período colonial.

De novidade, os megaprojetos atuam no antigo quadro moçambicano com muito *trabalho morto* e quase sem *trabalho vivo*, enquanto as EIMI atuam com muito *trabalho vivo* e quase nenhum *trabalho morto*.

CAPÍTULO 6  
**Rumo ao século XXI**

*Perdido, resta o derradeiro inferno  
Do tédio intermimo, esse de já não  
Nem aspirar a ter aspiração.  
(Fernando Pessoa)*

Este capítulo é dedicado a apresentar, no momento atual, as dificuldades da sociedade doméstica, do desenvolvimento industrial no novo quadro regional e as limitações de participação no mundo globalizado. Levantam-se aspectos de uma nova articulação de Modos de Produção, e expõe-se sobre a exclusão e a política de combate à pobreza. Enfim, explica-se a influência da globalização na crise moçambicana, terceiro vértice da hipótese levantada.

**1. As Dificuldades da Sociedade Doméstica**

A reorganização doméstica pós-1992, com o acordo de paz, em que pese o empenho de inúmeras ONGs e de políticas dos países centrais e dos organismos multilaterais, é conflituosa e de resultados duvidosos. Elas são organizadas não pelo Estado, que se encontra praticamente ausente desse processo, mas por grupos de interesses alheios à comunidade. São ONGs dirigidas e financiadas por

capitais estrangeiros, legitimadas por técnicos da pequena-burguesia local. Ao penetrarem nas comunidades, fazem-no como estranhos, com equipamentos técnicos, meios de transportes eficazes (os jipes mais modernos do mercado), meios de comunicação (aparelhos potentes conectados ao mundo todo), altos salários (mesmo para os nacionais, embora estes sejam inferiores aos dos estrangeiros) e, sobretudo, com um conhecimento resultante da mais recente ciência. Tudo isso para ensinar os camponeses a serem...eles mesmos. O paradoxo está entre o discurso das formulações e a ação dessas organizações nas sociedades. São cientistas a serviço do capital querendo ensinar os camponeses não a serem cientistas, mas a serem camponeses, para não porem em risco as condições de reprodução do capital e, conseqüentemente, a condição de classe dos cientistas.

A dificuldade da reorganização das sociedades domésticas está na própria presença do moderno (entendido aqui como tudo o que é produzido pela sociedade capitalista), que a cada instante aproxima mais o distante. A parabólica reduz a distância e transmite valores, comportamentos, desejos e atitudes, independentemente do Estado e de políticas transformadoras.

Os movimentos migratórios ocorridos em Moçambique até o início dos anos 90 – primeiramente, durante o colonialismo, promovidos pela política de fornecer mão-de-obra às minas e fazendas dos países vizinhos e de construir as ferrovias, estradas e portos, e, depois, já como país independente, como conseqüência da guerra de desestabilização – propiciaram como ato objetivo (mas, secundário, pois o objetivo da migração não era esse) o contato do agricultor com o mundo moderno. E esse contato, no âmbito do desejo humano, não se perde mais. O migrante, ao retornar à sua aldeia, não abandona os novos valores, da mesma forma que ao chegar à cidade não deixa de lado seus valores tradicionais (fato

atestado pelo ato de pilar milho em apartamentos e jogar restos de comida e água suja pelas janelas dos prédios das avenidas da capital, por exemplo), mantendo a espiritualidade, o respeito aos mais velhos e a certas formas de organização social, mesmo no período socialista, considerado o mais *científico* da história moçambicana. Mas a migração para as cidades tem sido traiçoeira, pois agrega nos mesmos bairros suburbanos povos vindos de diferentes partes do país que carregam consigo distintos costumes, muitas vezes contraditórios, o que propicia o sincretismo. Poderia a organização do Estado moderno abrigar sem maiores conflitos esses imigrantes?

As cidades, por sua vez, não funcionam para eles e nem vivem deles, apesar de os migrantes manterem os valores tradicionais. A organização da grande cidade e da indústria pauta-se por valores científicos, queira-se ou não. A construção da rede de esgoto e do abastecimento de água e de energia, a edificação dos prédios, o funcionamento dos hospitais e do aeroporto, a manutenção dos equipamentos e dos meios de transportes, as linhas de telefone, enfim, tudo só existe e funciona a partir da ciência. Esses serviços podem até funcionar mal, precariamente ou muito mal, mas são frutos do desenvolvimento da ciência e não da tradição; são transmissíveis nas escolas, e não pela oralidade. E a ciência, ao que tudo indica, é mais eficiente e facilmente transmissível que a tradição. É tão eficiente que pode, inclusive, assimilar aspectos da tradição para submeter esta àquela.<sup>103</sup>

No sentido inverso, acontece o mesmo: os migrantes carregam consigo os valores da modernidade quando regressam e voltam a viver em suas aldeias. Estas passam a não ser mais as mesmas. A bicicleta e a motocicleta, o lampião a

---

<sup>103</sup> Refere-se, nessa passagem, aos aspectos contraditórios da discussão entre modernidade e tradição. Deixa-se de lado a relação dialética entre ambas na criação e no desenvolvimento da ciência, assim como hoje a ciência se apropria da tradição conscientemente para o seu próprio benefício. A modernidade é, em certa medida, tradição, e a tradição se moderniza, mas isso seria outra discussão.

querosene, os utensílios domésticos, os óculos escuros, as calças e paletós estilizados em alfaiates integram agora o cotidiano dessas sociedades e os desejos de seus habitantes. Isso para não se falar dos meios de produção, das sementes selecionadas, dos adubos químicos e dos pesticidas, do plantio em linha e das técnicas de produção, do arado puxado a boi, do trator, de implementos e da camionete. Mas o que os migrantes trazem consigo de mais importante nesse processo de integração à modernidade, quando regressam às suas regiões, é o rádio de pilha, que, além da dependência à própria pilha (fruto da indústria química), produz a dependência ideológica à modernidade, juntamente com alguma notícia e entretenimento. Com os novos meios de comunicação e de produção, no final dos anos 80 a integração ideológica da sociedade doméstica à modernidade acentuou-se, tornando-se um processo irreversível.

Não é de se descartar a continuidade da sociedade doméstica, evidentemente, mas ela será somente referência e paradigma para o bem-estar das populações, no quadro ideológico da acumulação global de capital, visando compor uma nova articulação com o capitalismo, como se verá adiante.

## **2. As Dificuldades do Desenvolvimento Industrial**

Foi apenas no início dos anos 60 que o colonialismo português iniciou uma política que previa o desenvolvimento industrial em Moçambique. Para tal, uma série de leis foi modificada, particularmente a relativa ao fim do trabalho forçado (que, na prática, vigorou até a independência), e partiu-se para ir além da criação das infra-estruturas que permitiam a extração de renda, de modo a implantar as instalações industriais que agregassem valor, isto é, produzissem mais-valia, como as indústrias têxteis e de descaroçamento do caju, entre outras de bens de consumo. As infra-estruturas agora necessárias deveriam atender àquela política,

como foi o caso da construção da barragem de Cahora Bassa, para a geração de energia elétrica.

Para impulsionar as trocas comerciais e a circulação de capitais, pretendia essa política em dez anos eliminar os obstáculos à circulação interna de mercadorias, serviços e capitais no espaço colonial português, liberalizando as transações com o estrangeiro de forma a atrair investimentos.

Esse processo de industrialização, embora tenha sido influenciado pela guerra de libertação nacional, que ocorria não apenas em Moçambique, mas também nas outras colônias portuguesas, deu-se não por reação à política dos movimentos nacionalistas, mas pela “transformação qualitativa” da necessidade de inserção de Portugal na economia internacional. Assim, a industrialização de Moçambique se deu como condição e em função da renovação do capitalismo na Metrópole, no contexto da internacionalização dos anos 60. A reconversão da indústria metropolitana exigiu a dinamização econômica colonial, em que industrializar significava deslocar os sistemas produtivos metropolitanos, sendo os têxteis os exemplos mais representativos.

A ideologia do desenvolvimento, que acompanhava a acumulação do capital nos anos 60, previa o “desenvolvimento econômico” para as colônias. Nessa perspectiva, Portugal modificou o sistema financeiro, propiciando o financiamento da industrialização e a reorganização do sistema produtivo.

Assim, ao longo dos anos 60, a indústria em Moçambique conheceu um crescimento acelerado, segundo o modelo de “substituição de importação”, e orientado para o mercado interno. Os Planos de Dinamização Econômica dos anos 60 buscaram ultrapassar a política de construção de infra-estruturas,

característica da planificação da década anterior, para transformar a renda em mais-valia e a mais-valia absoluta em mais-valia relativa. Abandonou-se a produção tradicional nas *machambas* familiares em favor da produção dirigida por colonos. O algodão *negro* voltou a ser *branco*, diferenciando-se do período anterior quando o colonialismo de exploração colocou a sociedade doméstica para produzi-lo, enquanto agora, assalaria o africano.

O sistema de pagamentos interterritorial, montado no início dos anos 60, entrou em crise em 1971. Essa política endividou a colônia e como conseqüência reduziu o peso das exportações de Portugal para Moçambique, demonstrando a incapacidade de Portugal em responder às necessidades de Moçambique, em termos de bens de capital, na lógica da própria política portuguesa, e em fornecer os bens necessários à industrialização da colônia.

Foi em meio a esse quadro que a Frelimo assumiu o governo do novo país, com a proposta de aprofundar o processo de modernização, iniciado timidamente nos anos 60. O novo regime não queria apenas substituir os colonialistas, nem apenas melhorar a sociedade doméstica, queria uma modernidade socialista. Por isso, retira de seu discurso a sociedade doméstica – rural e tradicional, por definição –, em prol de um projeto industrializante – urbano e moderno, também por definição.

A Frelimo tinha clareza de que não podia modernizar e socializar o país mantendo e ampliando a sociedade doméstica. Por isso, não tratava de modificar um ou outro comportamento dos produtores rurais, mas de romper o modelo que cimentava toda a organização social. Sabia que era preciso fazer do trabalhador rural um trabalhador abstrato produtor de mais-valia.



Entretanto, o desenvolvimento como pretendia foi impossível, já que, socialistas ou não, as propostas de desenvolvimento ficaram nos limites da modernização. A Frelimo procurou organizar e planejar racionalmente a vida econômica em termos de produtividade e de produção de mercadorias. Mas essa planificação racional fracassou.

Todo o sistema de planejamento, de produção, de circulação e de distribuição implantado não funcionou. Apesar do amplo financiamento e da grande mobilização da população, tanto a produção, quanto a produtividade, reduziram-se em todos os setores da economia ao longo dos anos.

Já em meados dos anos 80, Moçambique tinha a maior parte da sua infra-estrutura econômica moderna tornada improdutivo: destruída, danificada ou simplesmente parada por deficiências de gestão. Mesmo os setores de exportação, tão desejados pela política liberal dominante, estavam quase todos desativados.

As dívidas se acumulavam, agora para cobrir os déficits correntes, e as produções reduziam-se, levando o país a depender de doações internacionais para a própria subsistência. O grave quadro apresentado em Moçambique no momento torna difícil a recuperação econômica pelo viés da modernização da indústria de bens de consumo, pela dificuldade instrumental em colocá-la em movimento e pelo volume de capital requerido, e não disponível, para essa finalidade.

O que se vê desde o final dos anos 80 é uma política não mais baseada na substituição das importações, para consumo interno, mas na substituição das exportações, isto é, produzir em larga escala e com alta produtividade para competir no mercado externo. O sistema de financiamento internacional não se arriscará a financiar a indústria voltada para o mercado local. A modernização,

aos olhos do capital internacional global, passa pela exportação. E, nesse caso, ficará Moçambique especializado naquilo que mais sabe fazer para esse mercado, que é produzir algodão, caju, copra..., ou seja, assim se globalizando, condena-se ao que, de certa forma, fez, e o fez, no século XX, cujas conseqüências se conhecem plenamente.

E, para aqueles produtos que lhe restam, não se deve esquecer que, nos anos 90, a crise asiática efetivamente poupou diretamente os países africanos, mas eles foram seriamente afetados pelo declínio das *commodities* (cobre, ouro e algodão) que se seguiu. Tal fato se agrava pela razão de Moçambique apresentar pouca diversidade comercial e depender fortemente dos produtos afetados.

As exportações poderão encontrar espaços também em megaprojetos e nas vendas externas de indústrias mão-de-obra intensiva, mas viu-se os seus impactos na economia moçambicana.

E quanto ao espaço regional, com o fim do *apartheid* na África do Sul, não se abriram para ele novas perspectivas?

### 3. O Novo Quadro Regional e o Papel da África do Sul

Na década de 90, as atenções se voltaram para a África Austral, pois, além de ser uma região de natureza rica, é a mais integrada socioeconomicamente da África. O fim do *apartheid* foi saudado com esperanças de que houvesse um relançamento da integração regional, sem a dominação e a hegemonia da África do Sul, mas sem descartar sua fundamental participação. A história, entretanto, não tem sido bem assim.

Desde o início do século passado, existiu na região uma virtuosa inserção na economia-mundo. Seus produtos primários eram competitivos (minas e agricultura moderna) e as rendas daí advindas permitiram transferências de lucro e importações dos equipamentos necessários.

A inserção na economia mundial pelas exportações criou as redes de transportes, as migrações entre fronteiras, o comércio de mercadorias e as transferências de rendas dos migrantes aos países pobres da região. Enfim, ela produziu um forte movimento de capital, de mercadorias e de pessoas que permitiu integrar a região pelo setor moderno, diferentemente das outras regiões africanas.

Além das questões técnico-econômicas, a integração regional só foi possível pela política econômica heterodoxa, principalmente da África do Sul, levada a cabo ao longo do século XX. Essa política dedicava parte das receitas das exportações para redistribuir rendas, criar o *Welfare State* para os brancos, subvencionar produções não-competitivas e criar uma indústria através da substituição de importações.

O lucro das exportações era alto porque se baseava na articulação de modos de produção entre o setor capitalista e o setor doméstico. O *apartheid* foi a mais bem acabada expressão dessa articulação, controlando com todo rigor os locais de residência e deslocação da população não-branca.

Foi através desses mecanismos que se desenvolveu a indústria sul-africana, que, embora ela não fosse competitiva na economia mundial, tinha como compensação um mercado regional garantido. Nessa condição, no que as exportações **impulsionassem a industrialização local, a inserção na economia mundial se tornava compatível e complementar à regionalização.**

A integração regional foi uma política de longo prazo desenvolvida pela iniciativa privada com o apoio não pouco conflituoso do Estado sulafricano. Foi a iniciativa privada sul-africana que construiu infra-estruturas, organizou o recrutamento e o alojamento das emigrantes etc. Por sua vez, as instituições governamentais não foram tradicionalmente instâncias essenciais da expansão regional da África do Sul. A dinâmica sempre foi das empresas privadas, apoiadas por acordos pontuais e setoriais de uma política heterodoxa.

As instituições regionais apareceram progressivamente:

- a União Aduaneira da África Austral (SACU), desde 1910, incluindo a África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia;
- a Zona do Rand, desde 1910;
- a federação da África Central, de 1953 a 1963, incluindo as duas Rodésias e o Malawi;
- a SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), que incluía Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, em 1980;
- a SADC (Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral), com todos os países da SADCC mais a África do Sul e as Ilhas Maurícias;
- a ATP (Área ou Zona de Trocas Preferenciais), incluindo Angola, Burundi, Camarões, Djibouti, Etiópia, Quênia, Lesoto, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Uganda, Ruanda, Suazilândia, Somália, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe; e

- a Comesa (Mercado Comum da África Oriental e Austral), definido em 1992, sendo uma fusão da ATP e da SADC.

Nas décadas de 60, 70 e 80, houve grandes mudanças na conjuntura regional (independência unilateral da Rodésia do Sul; guerras de libertação e independências do Zimbabwe, Namíbia, Moçambique e Angola; a implantação de regimes socialistas; sanções internacionais e regionais contra o regime do *apartheid* etc.) que promoveram na África do Sul um acirramento das políticas de substituição de importações para fazer face à economia de guerra, na defesa do *apartheid*.

Por um lado, a necessidade de defesa nacional não podia basear a escolha de atividades produtivas (como a química, energia, transportes, comunicações etc.) em critérios de produtividade e, por outro, as fortes mudanças nos fluxos dos investimentos estrangeiros diretos, que passaram para empréstimos financeiros (instrumento de maior utilidade ao capital internacional, nos casos de sanções), fizeram com que a África do Sul fortalecesse a sua indústria, procurando reduzir as dependências externas, diminuindo sua participação na economia-mundo.

A essa estratégia se contrapuseram fatores técnico-econômicos que começaram a questionar o modelo de industrialização norteado pela substituição de importações. Na década de 70, as forças produtivas que impulsionavam esse modelo vão ser ultrapassadas pelos novos paradigmas da acumulação de capital.

Vieram somar a essas dificuldades as provenientes da luta contra o *apartheid* e as suas conseqüências: os aumentos de salários, os custos com a segurança, as dificuldades impostas pelos bloqueios etc., tudo isso conduziu a uma degradação dos termos de troca, à perda de competitividade e à baixa da taxa de lucro da

economia sul-africana. Conseqüentemente, houve redução das receitas e, assim, as políticas de proteção à indústria local e de substituição de importações ficaram difíceis de ser implementadas. Para buscar divisas, o governo começou a orientar os investimentos para os setores de exportação, o que exigia, então, produtividade e competitividade em nível internacional.

Dessa forma, o próprio capital passou a questionar a eficácia da política de subvenção, de industrialização e de cartelização posta em prática até então pela África do Sul, abrindo brechas importantes para o fim do *apartheid*.

Nesse momento, a inserção mundial se tornou concorrente com a regionalização. A produção para exportação, exigida pela globalização, passou a concorrer com a substituição de importações, comprometendo a integração regional. A indústria a ser instalada localmente não seria mais para atender ao mercado regional, mas exclusivamente para exportação, e dentro dos padrões globais.

Quando Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul, enterrando de vez o *apartheid*, os países da região, embora com ritmos e formas de implantação diferentes, já tinham adotado o Programa de Ajustamento Estrutural do FMI e do Banco Mundial desde a década de 80. O objetivo desse programa liberal era preparar a inserção mundial dos países africanos, através das pretensas vantagens comparativas. Para isso era necessário paz, democracia e uma economia de mercado (muito aberto), como passo inicial para melhorar a competitividade e o retorno dos capitais. Em todos esses países, os governos não falaram mais em desenvolvimento, mas em equilíbrio das contas, aumento das exportações, liberdade cambial e de preços, separação do Estado em relação à economia, privatizações etc., como desejavam as instituições internacionais.

Tal foi o caso também do Banco Central e do Ministério das Finanças da África do Sul, que abandonaram, no pós-*apartheid*, as políticas heterodoxas tradicionais e passaram a buscar credibilidade para atrair novos capitais. Capitais esses, agora, para investimentos diretos (e não para empréstimos financeiros, como durante as sanções econômicas), direcionados para os setores de exportação, e não, como tradicionalmente, aos setores de substituição de importação. Como a substituição das importações passou a ser concorrente das exportações, o protecionismo das indústrias locais nos anos 90 foi alvo de críticas constantes. Conseqüentemente, os aspectos fundamentais que garantiam a política de integração regional desapareceram. As intervenções de guerra não podiam ter lugar num clima de paz e a mobilidade das pessoas não poderia ser regulada sem o *apartheid*.

Os capitais provenientes do setor tradicional (em contraposição aos setores pós-modernos) da economia capitalista sul-africana, que ficaram bloqueados durante os últimos anos do *apartheid*, partiram, no início dos 90, em busca de novos mercados. E naquele momento Moçambique lhes abriu as portas após a desregulação do comércio e a privatização das empresas públicas e promoveu reestruturações que demandavam investimentos estrangeiros. Como exemplo, podem ser citados a indústria hoteleira e de turismo e alguns setores agrícolas e comerciais.

Assim, o capital sul-africano em Moçambique, tal como o português, deslocou-se para aqueles setores que se beneficiavam da ausência de controle e de regulamentação estatal, de limites para a exploração e da ausência de organização sindical. São os restaurantes, as oficinas, os setores de serviços. Em setores rurais, houve quase um retorno às companhias majestáticas, permitindo um capitalismo selvagem. Enormes áreas vêm sendo destinadas a empresas que produzem

livremente, quase sem o controle do Estado. Algumas vêm do tempo colonial, como a João Ferreira dos Santos; outras, da época da Frelimo, como a Lomaco.

Mas há paralelamente, naquilo que se pode qualificar de capital moderno, o incremento dos investimentos nos chamados Corredores, como o da Beira, que tem investido fortes somas na construção de oleoduto, de ferrovias e de rodovias e na modernização dos portos; e os de Maputo e Nacala, ambos para atender às necessidades de movimentação de mercadorias de e para os países do *hinterland* e, também agora, aos megaprojetos. Nesses corredores, o investimento dá-se com os mais altos índices de produtividades e controle, com técnicos e financiamentos internacionais, tendo pouco reflexo na economia moçambicana, salvo a obtenção de algum recurso pelo Estado.

A integração regional articulada e desejada na década de 90, na melhor das hipóteses propiciará o relançamento do capitalismo pela conjunção de uma demanda e uma oferta de investimentos privados, principalmente nos setores de turismo, na rede de transportes, nos recursos hídricos e no meio ambiente, sem conseqüências positivas significativas para a população.

Mas, pergunta-se, poderia a África do Sul entrar no processo de globalização e ser, ao mesmo tempo, um centro promotor da modernidade e do desenvolvimento regional? Seguramente não, pois os sentidos da acumulação de capital, num caso e noutro, são contraditórios, como se verá a seguir.

#### 4. As dificuldades de Participação no Mundo Globalizado

O eixo central da acumulação baseada na transferência de renda da sociedade doméstica para a sociedade moderna, que permitiu a integração regional durante o *apartheid*, está rompido, embora possa resistir num ou noutro caso. Isto é, não há condições para que se reproduza em larga escala o processo de acumulação que existiu durante o século XX por meio da articulação de modos de produção, até porque as próprias sociedades domésticas não podem continuar mais suportando tal exploração. Por outro lado, as políticas nacionalistas e socialistas de desenvolvimento e de acumulação interna, em direção a uma sociedade industrial moderna, em que os camponeses seriam transformados em trabalhadores assalariados, fracassaram devido à própria guerra contra o *apartheid* e, sobretudo, por terem chegado tarde demais. Surgiram quando a economia-mundo passava por uma revolução técnico-científica que inclui a globalização que não comporta mais o tipo de acumulação com base na substituição de importações como fator preponderante.

A globalização se apóia em grandes fluxos financeiros sem pátria e em novas tecnologias. Embora seja a produção, através da combinação de formas de trabalho social do homem, que cria riqueza, é a esfera financeira quem comanda cada vez mais a repartição e a distribuição da riqueza social e, portanto, quem determina a própria produção. O processo de globalização vem do complexo da informática, da microeletrônica, da telecomunicação, da robótica, da biotecnologia, dos novos materiais, dos serviços alternativos, da dinâmica da pesquisa, das rápidas modificações dos produtos, dos processos produtivos, das estruturas sociais e das novas relações de trabalho. Funda-se, ainda, numa acirrada e intensa competição em que o doméstico e o estrangeiro são anulados pela competição entre companhias, em decorrência da importância dos

investimentos estrangeiros e da liberalização do comércio exterior. O modelo das vantagens comparativas, com ganhos mútuos entre compradores e vendedores (tão propagado pelos liberais), cede lugar à competição global, em que o nível de produtividade de cada um promove ganhadores e perdedores. A economia da globalização orienta-se, também, pela produção flexível, pelo *just-in-time*, pela qualidade total, pela falha zero, pelo escritório à distancia, pelo *teleshopping* etc. Ela extingue empregos, corporações, empresas, instalações, produtos, práticas, assim como funções, tarefas e seqüências produtivas ao mesmo tempo que abre outras oportunidades, exigindo mudanças no sistema de ensino e na formação. E por onde ela passa deixa uma horda cada vez maior de desempregados e excluídos de todo tipo.

Para a nova competitividade, a capacitação técnico-científica nas localizações e nos tipos de investimento a serem realizados passou a ser mais importante que a matéria-prima e a mão-de-obra.

O sistema financeiro mundial, superior em diversas vezes às necessidades de produção, foi reorganizado juntamente com a drástica reestruturação do sistema produtivo, impondo novas políticas de alianças entre os países e entre as corporações:

*Foi a partir da recessão americana de 1980-1981 e das medidas tomadas para defender a perenidade dos rendimentos do capital monetário, através de uma política de taxas positivas de juros reais, que esses países [do Terceiro Mundo] foram "nomeados" para suportar, cada qual em sua categoria, o peso da crise mundial. O fardo do serviço da dívida e os planos de ajuste estrutural impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial deram o quadro de um conjunto de medidas, impondo aos países devedores o pagamento dos juros da dívida e a reorientação de sua política econômica. O efeito combinado talvez mais importante dessas medidas, mais ou menos reconhecido, foi acentuar a concorrência entre os países exportadores de*

*produtos primários, impondo-lhes vender a qualquer preço e depreciar ou quebrar os preços dos produtos de base. (Chenais, 1996, p. 220.)*

Os esforços empreendidos pelas empresas internacionais de grande porte, acoissadas pela crise e pela concorrência, convergiram no sentido de encontrar fontes alternativas de energia, de modo a reduzir seus consumos, como foi o caso do petróleo. Quanto às outras matérias-primas de base, as empresas dos países centrais vêm reduzindo seus custos através da evolução científica e tecnológica.

A indústria química, por exemplo, sempre jogou um papel importante na pesquisa de produtos industriais que pudessem substituir os produtos agrícolas, fator que tem efeitos negativos sobre os países periféricos. Os corantes químicos substituíram os corantes naturais; a borracha sintética, a borracha natural; depois da Segunda Guerra, a fibra sintética substituiu o algodão; e, mais recentemente, o açúcar deu lugar aos adoçantes e aos xaropes de frutose. Mas os processo da biotecnologia intervêm também nos processos produtivos agrícolas, ensejando variedades mais férteis e fáceis de serem mecanizadas. O mesmo fenômeno aconteceu em relação às matérias-primas minerais e metalúrgicas. A indústria química oferece materiais de construção civil mais baratos e maleáveis que os produtos tradicionais exportado pelos países pobres. São os substitutos do cobre, do ferro e do aço, elaborados em ligas não-ferrosas ou à base de resinas plásticas.

Enfim, o capitalismo da revolução técnico-científica tem o seu lucro lastreado numa altíssima composição de capital, o que lhe reduz as taxas de lucro e exclui contingentes enormes de populações, chegando quase a perder a própria capacidade de explorar. Ao mesmo tempo, num movimento contraditório, torna-se terrivelmente mais produtivo, mais flexível e globalizante.



O movimento da globalização é excludente, “com exceção de uns poucos ‘novos países industrializados’, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos”, estando em curso “um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento” (Chenais, 1996, p. 33). Ao mesmo tempo, não são os países que se beneficiam integralmente dessa dinâmica global, mas setores da economia mundial. Os países pior situados em termos de pesquisa, que já à partida não dispõem de acúmulos de conhecimentos técnico-científicos, terão muita dificuldade em se inserir na lógica da globalização. Na região da África Austral, poucos setores do capitalismo deverão ter esse privilégio e, para isso, terão de aceitar incondicionalmente as regras do capital internacional, coisa que, seguramente, não será em benefício de uma cooperação regional ou social.

Visto em seu conjunto, os países da região, em particular Moçambique, mesmo aceitando as regras como vêm fazendo, estão destinados a ser uma espécie de reserva para o capital de ponta, enquanto o capitalismo selvagem atuará ali pelas bordas e brechas, aproveitando-se do que sobrou do colonialismo, do *apartheid* e das guerras internas.

Essa situação explica a crise de Moçambique provocada pela globalização em curso, e representa o terceiro vértice da hipótese levantada.

##### 5. Uma Nova Articulação de Modos de Produção?

O interesse do setor globalizado do capital em países como Moçambique repousa na sua biodiversidade, que o capitalismo já destruiu nos países centrais, mas não totalmente na periferia. As sociedades nativas podem ajudar o capital globalizado

a rentabilizar a exploração da biodiversidade, pois, com os conhecimentos (medicinais e outros) que lhe são inerentes, podem potencializar enormemente os ganhos, poupando tempo e dinheiro significativo em pesquisas. É com essa intenção que o capital de ponta do mundo globalizado prega concretamente além de políticas interiores permissivas (paz, democracia e mercado aberto), o apoio à não-modernização dessas sociedades, conflitando, assim, no terreno, com o capitalismo selvagem de exploração intensiva da mão-de-obra e dos recursos naturais. Nesses casos, inusitadamente, as sociedades domésticas, à luz do capital global, seriam hoje simultaneamente pré e pós-modernas. Ou seja, as sociedades domésticas precisam ser preservadas para passar os conhecimentos que acumularam ao longo dos séculos para as indústrias de ponta desenvolverem produtos úteis, que seriam patenteados e reproduzidos em série, sem os pagamentos dos direitos correspondentes.

Articula-se a produção capitalista não com o *trabalho vivo*, mas com o conhecimento das sociedades domésticas. Seria uma nova e superior forma de valorizar o capital a partir do conhecimento de uma sociedade pré-capitalista. O que se extrai agora da sociedade doméstica não é mais a renda proveniente de um *trabalho vivo*, mas a de um *trabalho morto*, cristalizado em conhecimentos.

Nesse sentido, o interesse do capital de ponta globalizado é contraditório ao do capital tradicional, que deseja assalariar a população e utilizar as suas terras.

##### 6. Da Marginalização à Exclusão, o Fim de uma Era?

Viu-se, ao longo deste trabalho, como Moçambique deixou de ser marginal à economia-mundo, tendo o algodão produzido pela sociedade doméstica jogado um papel importante nesse processo de integração periférica. Depois, no último

quartel do século XX, a economia moçambicana passou de uma situação periférica para um processo de exclusão.

O conceito de *exclusão social* foi proposto pelos idealizadores da política social da Comissão da União Européia e adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), das Nações Unidas. Segundo os observadores das políticas nacionais de combate à exclusão social da Comissão Européia, o termo refere-se aos “direitos sociais dos cidadãos (...), a um determinado padrão de vida básico e à participação nas oportunidades sociais e ocupacionais mais importantes da sociedade”(Castells, 2002, p. 98).

Castells define *exclusão social* como sendo

*o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, tal posição em geral está associada à possibilidade de acesso ao trabalho remunerado e com relativa regularidade a, pelo menos, um membro de um lar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo. (Castells, 2002, p. 98, grifos no original.)*

É, portanto, um processo (e não uma condição) que mantém seus limites sempre móveis, com os excluídos e os incluídos podendo se revezar, dependendo de diferentes fatores, como a escolaridade, as características demográficas, os preconceitos e as práticas empresariais e políticas governamentais. O conceito de *exclusão social* é, portanto, econômico, sendo melhor chamá-lo no processo de globalização de apenas *exclusão*, com abrangência total, isto é, econômica, política e social.

A exclusão econômica, entanto pode permitir, que regiões excluídas recebam grandes investimentos, que não são acumulados nem revertidos de alguma forma para a população local. Observe-se como isso se passa em Moçambique.

Durante o colonialismo de exploração, a economia moçambicana foi incorporada à economia-mundo, sob a repressão do capital, que obrigava a população a fornecer, por meio do trabalho organizado nas suas sociedades domésticas, produtos que seriam consumidos em todo o mundo, mas que não era chamada a integrar o mundo moderno através da produção moderna, nem do consumo moderno. Ou seja, a incorporação dava-se pelo produto, que era realizado em processo produtivo doméstico, fora da produção capitalista, mas para lá era transferido extra-economicamente. Tampouco havia incorporação pelo consumo, já que essas sociedades não eram chamadas a consumir produtos capitalistas.

Durante o processo de valorização colonial, a população foi atraída, segundo as disponibilidades do capital, a participar novamente oferecendo trabalho, agora sob a batuta direta do capital, e a compartilhar, através do salário, das *vantagens* da modernização numa sociedade organizada e disciplinada. Assim, a incorporação se dava pelo processo de trabalho e pelo consumo. Este baixo, pois as condições de superexploração continuavam pela própria existência da sociedade doméstica, que fornecia mão-de-obra barata.

No socialismo, o processo de modernização buscava seguir uma política deliberada que satisfizesse as necessidades da população, que deveria participar não apenas com o salário, mas também com a distribuição democrática que o Estado faria dos excedentes produzidos. Ou seja, seria um processo mais radical e mais rápido de integração, com a eliminação da produção doméstica e, ao mesmo

tempo, oferecendo perspectivas de participação maior nos frutos do trabalho. De toda forma, seria uma participação no processo de produção e no de consumo.

No momento atual, de globalização, a característica da *exclusão* é que ela ocorre tão-somente no processo de consumo, como se a integração no processo produtivo fosse apenas para permitir a utilização da *casa* para uma *festa alheia*. Tecnicamente pode-se dizer que a integração se dá no processo produtivo, pois a localização do investimento é, sem dúvida, um aspecto da produção. A escolha da localização se subordina a condições políticas que permitam a expatriação dos lucros e a condições técnicas que garantam a produção com menores custos e maiores garantias dos insumos que emprega. No caso do alumínio, por exemplo, a existência de energia disponível. Mas não há a convocação da população para a participação e integração na economia, nem como trabalhadores, nem como consumidores. Ou seja, embora a integração se dê pelo processo de produção, não o é pelo processo de trabalho, entendido esse, como parte daquele (Marx), isto é, a parte da intervenção direta do trabalho humano. Daí a exclusão social de que fala Castells.

O país excluído, ou região, não está livre dos investimentos e, portanto, da exploração pelo capital. Só que agora o capital não extrairá dali renda da sociedade doméstica. A altíssima mais-valia extraída é proveniente de uma alta composição do capital<sup>104</sup> que explora pouquíssima mão-de-obra, paga baixíssimos impostos e taxas locais, e não produz para o consumo local. A integração resume-se quase ao aluguel de um espaço que beneficia grandes investidores de capital, uma pequena elite local e membros de governos democráticos desenvolvidos.

---

<sup>104</sup>A composição orgânica do capital é dada pela relação  $C/v$ , em que  $C$  = capital constante avançado no processo de produção e  $v$  = capital variável, assim maior será a composição do capital nos processos produtivos com grande tecnologia.

O conceito de *exclusão* proposto é, portanto, não apenas de exclusão social, mas, sobretudo, econômica. Entretanto, a exclusão política é condição para a exclusão econômica. Sem abertura política para a ação do capital num determinado país, ele não poderá atuar. Além disso, é preciso que haja *boa governança, paz e democracia*, para se evitar as condenações e sanções aos países que não adotam estes preceitos. Isto é, é preciso que as instituições funcionem e que os governos possam ser colocados e retirados ao sabor do capital e que as vantagens requeridas pelo capital sejam atendidas, tudo, evidentemente, com o discurso de reduzir a pobreza. Para isso, também, os impostos e taxas devem ser pequenos ou inexistentes e são criadas as zonas francas. Ainda que, para tal, seja necessário derrubar governos e boicotar Estados. Sem, portanto, a anuência dos governos locais, não pode haver exclusão. A *exclusão política* de um país significa a aceitação de preceitos econômicos e políticos, incluindo formas de governo, definidos fora do país, enterrando definitivamente a sua soberania. Cuba e Coréia do Norte, por exemplo, não estão excluídas, ao se considerar o conceito de exclusão empregado. Podem estar excluídas de novas tecnologias, da circulação de determinados produtos etc.; podem estar fora da chamada "globalização". O conceito empregado exige participação subordinada às normas e regras liberais, fazendo com que, do ponto de vista político, esses países sejam excluídos, isto é, seus governos tenham voz apenas para aderir, nos organismos e fóruns internacionais, aos interesses políticos do grande capital e que as suas políticas econômicas internas sejam expressas nas cartas de intenção do FMI.

Se a *exclusão política* é premissa da econômica, a *exclusão social e cultural* é consequência. O desemprego é apenas um efeito desse movimento. A dinâmica da utilização das novas tecnologias é a busca de menores custos para vencer a concorrência, e isso necessariamente é criador de desemprego. A incorporação

das chamadas culturas locais não implica nada além que a criação de novos produtos pelos departamentos de *marketing*, em busca de novos lucros, ainda que, dialeticamente, permitam um conhecimento do outro que seguramente será irreversível no processo de integração mundial em que se vive:

*As ONGs que insistem sobre diferentes facetas da exclusão recorrendo a ações filantrópicas, na realidade, desclassificam a atuação política autônoma, ocultando a realidade social que produz a pobreza. Estas ONGs, ao enfatizarem apenas a pobreza e não as suas razões sociais, apresentam o "excluído" como ator de sua própria indigência. Elas se tornam, assim, "administradoras" desta vitrine da degradação social de maneira bastante pragmática e conseguem "ofertas" de recursos para atuar sobre situações pontuais. Ocorre assim um verdadeiro empresariamento da filantropia, vendendo a ilusão da "inclusão". (Fontes, 2004, p. 20)*

Com a política econômica baseada na concorrência em torno da tecnologia mais atual, não há política de compensação que resolva a situação. As ações de solidariedade, evidentemente, são legítimas moralmente, mas o problema é que elas se tornam um empresariamento político e atuam ocultando as razões da desigualdade, contribuindo para reproduzi-la e desqualificar os seus atores.

Diferentemente da *marginalização*, que define o que está fora do sistema e prevê a sua inclusão (pelo produto ou pelas relações de trabalho), e da *periferia*, que se refere ao que está dentro com poucos benefícios e prevê o seu desenvolvimento (pelo trabalho, pela educação etc.), a *exclusão* coloca o país ou a região dentro do sistema, nem fora, nem na periferia, mas dentro. E estar *dentro* é ter mercado desregulado, isto é, um mercado onde qualquer capital-dinheiro ou capital-mercadoria possa entrar e sair à vontade, carregando os seus lucros, e, de quebra, cumpra obrigações acessórias de facilidades. Contudo

*Não há mercado desregulado. (...) todos os mercados estão regulados e só funcionam sob esta condição. Resta saber por quem e como estão regulados. Por*

*trás da expressão "desregulação" se oculta uma medida inconfessável: a regulação unilateral dos mercados por parte do capital dominante. (Amim, 2001, p. 26)*

Para garantir essas políticas, o governo americano vêm concretizando as proposições de Samuel Huntington (1999, p. 48), que previam que os Estados Unidos deveriam:

- pressionar outros países para a política dos direitos humanos;
- impor a legislação americana às outras sociedades;
- qualificar os outros países conforme sua adesão em matéria de direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação nuclear, mísseis, liberdade religiosa;
- aplicar sanções contra quem não aderir;
- promover os interesses empresariais norte-americanos sob o slogan de livre-comércio e mercados abertos, forçando os outros países a adotarem políticas sociais e econômicas que beneficiem os interesses americanos; e
- promover a venda de armas americanas e impedir que outros países o façam;
- etc, etc.

A *exclusão* no mundo globalizado é um processo de participação de parte da população de um país ou região na produção da mais-valia social global sem que esse processo esteja vinculado diretamente, ou esteja com vínculos tênues, a qualquer processo produtivo. Tem como consequência a privação do direito ao trabalho e ao acesso material e cultural de contingentes enormes de pessoas e pressupõe a adesão política às políticas liberais, que destituem os países e regiões de suas soberanias.

Nas últimas décadas do século XX tiveram acesso ao processo de industrialização e consumo milhões de pessoas do então chamado Terceiro Mundo. Há registros estatísticos de melhorias dos indicadores médios na educação, na saúde e no nível de renda, em relação aos padrões históricos. Entretanto, esse aumento vem em paralelo com a polarização, que faz com que os mais ricos fiquem mais ricos e os

mais pobres cada vez mais pobres, de forma tal que o aumento das médias não melhora a situação dos pobres, sejam países ou regiões, classes ou grupos de pessoas.

Moçambique é um bom exemplo dos que ficaram abaixo da média, pois foi no último quarto do século que teve os seus indicadores de produção e consumo mais reduzidos:

*(...) considerando-se a população mundial, apenas a extinta União Soviética, após o colapso do estatismo, e a África subsaariana, depois de ser marginalizada pelo capitalismo, registraram queda no padrão de vida, excetuando-se também alguns países constantes das estatísticas vitais durante os últimos dez anos (muito embora a maior parte da América Latina tenha regredido na década de 80). (Castells, 2000, p. 95)*

Em 1973, Moçambique teve o maior índice de produção em termos de PIB (ver Quadro do PIB Real em Moçambique, 1960-1996) e, em 1975, o produto já representava 71% do de 1973, sendo que as metas do governo Frelimo eram atingir e ultrapassar os níveis de produção desse ano. Com uma pequena parada em 1980, que manteve a produção a 80% da de 1973, em 1985 o PIB moçambicano atingiu um terço do nível de 1973 e, em 1987, reduziu-se a apenas 10%. De 1987 a 1989, o crescimento negativo passou para um crescimento positivo médio de 5% ao ano, voltando a ser negativo até 1993 quando em volume seu PIB foi de 5,4% do de 1973. (Francisco, 2002; Serra, 1993; Hanlon, 1997; e Abrahamsson e Nilson, 1994).

Ao mesmo tempo, para o período 1960-1973, o PIB *per capita*, a preços de 1980, foi de 506 dólares, diminuiu para 344 dólares, no período 1974-1986 e para 277 dólares no período 1987-1996 (Sulemane, 2002, p. 54). O ano de 1993 foi o mais baixo da crise econômica moçambicana, enquanto 1981, que havia sido o melhor

ano depois da independência em termos de volume produzido, mas marcou, na verdade, o início de uma queda ainda pior que a ocorrida logo após a independência.

A impossibilidade de financiar a economia com recursos próprios, abriu as portas para o endividamento externo (e não para o investimento), visando fechar a conta corrente. A dívida, em menos de 15 anos, aumentou cerca de 120 vezes, de 1,83 bilhão de dólares em 1983 para 2,4 bilhões e 2,79 bilhões de dólares em 1984 e 1985, respectivamente. Já em 1996, foi de 5,5 bilhões de dólares e atingiu os 6 bilhões de dólares em 1996, representando 261% do PIB. Como consequência, o serviço da dívida passou de 32% das exportações de bens e serviços, no início dos anos 80, para 250% em 1986, saltando para 1.172% das exportações de bens e serviços dez anos depois (1996). Com isso, para fechar suas contas, o país continuou a depender de donativos, que no início da década de 90 representavam 70% do PIB (PNUD, 1998, p. 173; Francisco, 2002, p. 33).

A partir de 1993, a economia moçambicana vem apresentando crescimento do PIB real, como se pode observar no Anexo sobre o PIB, propiciado pelo clima de paz e a retomada dos empreendimentos, mas não se pode esquecer que o ritmo de crescimento elevado é devido à produção extremamente baixa dos anos anteriores, fruto da destruição das unidades produtivas durante a guerra, havendo, assim, uma demanda enorme a ser atendida, em que pese a extrema pobreza reinante.



## 7. A Pobreza Extrema

A pobreza em Moçambique tem origem nas crises da sociedade doméstica provocadas pelo colonialismo, no processo de modernização empreendido pelo colonialismo e também pela Frelimo e no processo de exclusão do capitalismo liberal-global. Esses fatores foram acionados em épocas distintas, mas tiveram suas conseqüências concentradas a partir da década de 80. São elas, acima de tudo, e não os sistemas políticos ou mesmo as guerras de libertação, de desestabilização ou civis, as principais razões que podem explicar os 70% da população que vivem em estado de pobreza absoluta. A desorganização e a incapacidade produtiva de todo um povo para saciar sua fome se devem ao excesso de trabalho a que foi obrigado a realizar no século XX, e não à falta dele:

*O processo de exclusão social na sociedade em rede afeta tanto pessoas como territórios. De modo que, sob determinadas condições, países, regiões, cidades, e bairros inteiros são excluídos, relegando a tal exclusão a maioria ou a totalidade de suas populações. De acordo com a nova lógica dominante do espaço de fluxos, áreas consideradas sem valor na perspectiva do capitalismo informacional, e que não sejam objeto de interesse político significativo a qualquer tipo de poder, são ignoradas pelos fluxos de riqueza e de informação e, em última análise, privadas da infra-estrutura tecnológica básica que nos permite comunicar, inovar, produzir, consumir e, até mesmo, viver no mundo de hoje. (Castells, 2002, p. 99)*

Desde o final da década de 90, o governo de Moçambique definiu o combate à pobreza como fator principal e fundamental de sua política:<sup>105</sup>

*O objetivo central do Governo é a redução substancial dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular para os pobres. O objetivo específico é a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de 70% em 1997 para menos de 60% em 2005, e menos de 50% até finais da primeira década de 2000. (Ministério da Finanças/PARPA, 2001-2005)*

<sup>105</sup>Ver os documentos para a erradicação da pobreza do governo de Moçambique: "Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta" (1999); o PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004); o Programa de Governo 2000-2004; o PARPA 2001-2005, além dos planos, programas e políticas setoriais desenvolvidas pelos órgãos do Estado.

Para chegar a essas definições e prioridades o governo realizou em 1996/1997 uma pesquisa sobre os agregados familiares que permitiu desenvolver um perfil detalhado da pobreza no país. Além de identificar que 70% da população viviam em pobreza absoluta, verificou o grau de desequilíbrio e desigualdade entre a cidade e o campo e entre as regiões, bem como apontou os seguintes determinantes da pobreza:

- pouco crescimento da economia até o início da década de 90;
- fraco nível educacional dos membros da família em idade economicamente ativa;
- elevadas taxas de dependência dos agregados familiares;
- falta de oportunidade de emprego dentro e fora do setor agrícola; e
- fraco desenvolvimento de infra-estruturas, sobretudo nas zonas rurais.

O consumo médio mensal *per capita* foi estimado em 160.780 meticais, ou 170 dólares anuais. A pobreza absoluta na zona rural, onde se concentra a maior parte da população, apresenta índices de 71,2%, enquanto nas zonas urbanas chega a 62%. As províncias de Sofala, Inhambane e Tete tiveram índices de pobreza absoluta superiores a 80%. E essas mesmas províncias apresentaram regiões de ultrapobreza, ou indigência, definida no patamar de 60% da linha da pobreza.

O perfil da pobreza estudado apresentou características comuns, em função das condições demográficas, em que os indivíduos pobres tendem a residir em agregados familiares maiores comparativamente aos não-pobres; das condições de educação, em que a maior diferença encontra-se na localização, apresentando menores escolaridades os pobres da zona rural, e entre as mulheres. Ao mesmo

tempo, entre os agregados familiares em que o chefe de família tem maior instrução, a pobreza tende a ser menor. Também apresentou características em relação à saúde e nutrição, aqui sendo os mais prejudicados os pobres urbanos, no respeitante ao acesso aos serviços de saúde, havendo nas zonas rurais, entretanto, proporções maiores de crianças mal nutridas e não-vacinadas. E finalmente verificou as características em relação à agricultura e à posse de terra, ao emprego e ao acesso aos serviços sociais básicos, como água, saneamento e telefone etc.

*Pobreza* é uma norma definida institucionalmente e que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e em épocas determinadas (em geral, uma faixa de renda estabelecida em função de um determinado número de membros de uma residência definida pelo governo ou instituição competente) (Castells, 2002, p. 96-6).

Já *miséria* refere-se ao que os estatísticos sociais chamam de “pobreza extrema” (e Moçambique chama de “pobreza absoluta”), isto é, o nível mais baixo de distribuição de renda/bens, ou o que alguns especialistas conceituam como “privação”, apresentando uma ampla gama de desvantagens sociais e econômicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, aplica-se o conceito de pobreza extrema aos lares cuja renda esteja 50% daquela que define a “linha de pobreza”.

No documento referido, o governo de Moçambique a define da seguinte maneira:

*O que é a pobreza? Definição em Moçambique: “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade”. (PARPA, 2001-2005)*

Para reduzir a pobreza, o governo propõe, baseado numa estratégia que pressupõe a manutenção da paz e da estabilidade sociopolítica, agir em seis áreas prioritárias: educação; saúde; agricultura e desenvolvimento; infra-estrutura básica; boa governação; gestão macroeconômica e financeira.

Atendo-se apenas aos itens que efetivamente têm forte ligação e dão consistência à atual política econômica, como a “boa governação” e a “gestão macro-econômica e financeira”, definidos no documento PARPA, elaborado pelo Ministério do Plano e Finanças:

*A Boa Governação é uma das condições fundamentais para o sucesso da estratégia da redução da pobreza. A qualidade das instituições do Estado é muito importante para a provisão de serviços públicos para os pobres. É também um factor crítico para atingir o crescimento económico rápido e sustentável. O presente programa inclui políticas para promover a boa governação de várias formas, incluindo as seguintes: descentralização e devolução da administração pública a níveis próximos da população; reforma das instituições públicas para melhor responderem às necessidades do povo, iniciando a simplificação de procedimentos burocráticos com vista a eliminar o chamado “red tape”; programas para reforçar a capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, melhorar a segurança pública, proteger os direitos e liberdades dos cidadãos, impor o cumprimento dos contratos e facilitar a resolução de disputas; e o desenvolvimento de um programa focalizado para reduzir ou conter a corrupção a todos os níveis. (Ministério do Plano e Finanças/PARPA, 2001-2005, in Rolim, 2002, p. 684, grifos do autor)*

Quanto à gestão macroeconômica, o texto diz que

*A experiência no mundo e em Moçambique mostra que a gestão macro-económica e o desenvolvimento financeiro são exigências primordiais para a criação de um ambiente que estimule o crescimento económico acelerado e a redução da pobreza. (Ministério do Plano e Finanças/PARPA, 2001-2005, in Rolim, 2002, p. 685)*

Em seguida, define as áreas dessa gestão:

- políticas fiscal, monetária e cambial para manter a inflação baixa e aumentar a competitividade da economia;

- políticas para mobilizar recursos orçamentais adicionais equitativa e eficientemente;
- políticas para melhorar a gestão das despesas públicas;
- políticas para proteger e expandir os mercados financeiros, incluindo uma análise cuidadosa sobre oportunidades para a expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas;
- políticas para promover o comércio internacional;
- políticas para reforçar a gestão da dívida interna e externa.

Por desempenho macroeconômico positivo, o documento entende: manter a inflação abaixo dos 7%; crescer o PIB não menos de 8% ao ano; aumentar o rendimento per capita e o consumo privado em pelo menos 5% ao ano; mobilizar mais os recursos internos; e procurar ficar menos dependente de financiamento externo, como percentagem do PIB.

Esses aspectos são importantes não tanto no combate à pobreza, mas para assegurar a eficiência e dar garantias ao capital, isto é, são medidas, como diz MacPherson (2002), defensor do sistema em questão, para a longo prazo aumentar a produtividade e encorajar os empresários a investirem em novas tecnologias. Nada a ver com a eliminação da pobreza. E, para se atingir aqueles indicadores, é preciso atrair os capitais, isto é, dar-lhes vantagens, assumindo que compete aos “pobres absolutos” dar garantias aos capitalistas.

Sendo o combate à pobreza uma das metas a atingir, viu-se que efetivamente o que está sendo proposto e realizado no âmbito da política econômica sob a batuta do liberalismo são os megaprojetos e as exportações da indústria da mão-de-obra intensiva.

Os primeiros, com volume de capital que torna insignificantes os tão criticados grandes projetos que a Frelimo tentou realizar, são voltados integralmente para a exportação. Influenciarão o crescimento do PIB e a Balança Comercial, mas, no rendimento nacional e no Balanço de Pagamentos, o impacto será pequeno, devido à compensação dos fluxos financeiros, aos pagamentos do serviço da dívida e à repatriação dos lucros. Boa parte dos pagamentos será para o serviço da dívida aos credores estrangeiros e para a remessa de lucro. Lembre-se que a garantia de repatriação dos lucros e a pequena cobrança de taxas e impostos fazem parte da boa governança, exigida pelo grande capital. Ao mesmo tempo, o impacto na criação de empregos locais será muito pequeno, devido às suas características técnicas. Viu-se que somente cinco mil empregos diretos serão criados no âmbito de seis megaprojetos, chegando a 15 mil se incluídas as empresas de apoio, custando acima de 1 milhão de dólares cada emprego oferecido.

Quanto às indústrias de mão-de-obra intensiva, ela irá utilizar apenas a mão-de-obra moçambicana enquanto ela se mantiver barata, bem entendido, e são consideradas elemento central na estratégia de desenvolvimento "pró-pobre", mas dependem de boa vontade dos países centrais em adquirir essas mercadorias com alguma isenção. São empresas que utilizam processos individualizados de trabalho que propiciam a grande exploração da mão-de-obra, exatamente pelas condições de necessidade material e de debilidade organizacional em que o trabalhador se encontra.

## CONCLUSÃO

*As pessoas felizes não têm história.  
As pessoas felizes não têm o que dizer.  
(Louise Bourgeois)*

Moçambique viveu nos últimos 150 anos experiência muito diversa. Sua economia doméstica, embora plural, dava sinais de esgotamento no momento da ocupação efetiva de Portugal. Com a dominação colonial portuguesa efetiva, desde finais do século XIX, sua economia passou a constituir-se de estruturas diferenciadas. Formadas por três grandes regiões, caracterizadas, sobretudo, por diferentes perfis quanto às formas de exploração da terra e por não terem conexão entre si. O Norte, marcado pela agricultura doméstica produtora de algodão e caju, principalmente. O Centro, ocupado pelas grandes plantações de chá e copra. E o Sul, cuja economia assumiu importância o trabalho assalariado nas minas e nas *machambas* de exportação da África do Sul, e a venda de serviços portuários ao país vizinho.

Durante parte do século XX o território moçambicano foi administrado pelas companhias majestáticas, formadas predominantemente por capitais estrangeiros. Por volta dos anos 40, Portugal assumiu efetivamente a colonização e orientou a produção de algodão para as indústrias metropolitanas, através do cultivo obrigatório e do trabalho forçado. Apenas nos anos 60 é que a Metrópole implementou uma política de valorização voltada para a produção industrial local. Esta, entretanto, já se deu no bojo da luta de libertação, vitoriosa em 1975. Com

a independência, o processo de modernização foi intensificado. O país passou do colonialismo para o socialismo e conheceu a mais profunda experiência socialista em território africano. Passou-se do trabalho obrigatório, uma escravidão moderna, a uma política que levasse ao assalariamento de Estado e à cooperativização. Dos investimentos que atendiam à Metrópole, aos investimentos para o consumo local. De sociedade classista, racista e exploradora, para uma sociedade socialista que almejava a igualdade e o bem estar.

Entretanto, a experiência socialista durou pouco mais de 10 anos. Período em que foi vítima de profunda agressão militar por partes da Rodésia e da África do Sul. Esta fomentou a guerra interna em Moçambique e destruiu enormemente sua economia. Nos finais dos anos 80, o governo socialista vendo-se à beira de uma das mais graves crises que o país conheceu, foi obrigado a abandonar suas opções socialistas e aderir ao FMI e ao Banco Mundial. O que se seguiu foram políticas neoliberais.

Apenas no último terço de século XX, tiveram vigência em Moçambique três tipos de políticas econômicas e sociais diversas e opostas: a colonial, a socialista e a liberal. Todas lidaram com a sociedade doméstica. A primeira preservava-a para explorá-la, e assim fazendo a desestruturava no longo prazo. A segunda visava a sua imediata transformação em setor moderno, estatal, e assim fazendo não a apoiava. E a terceira, atual, a exclui dos processos integradores de tecnologia e de consumo.

Três crises econômicas concentraram-se no espaço territorial moçambicano, a partir da década de 80. Essa confluência de fatores bloqueou o funcionamento da economia em diferentes setores e conferiu a máxima gravidade à sua crise, promovendo a desorganização social, o alastramento de doenças endêmicas,



regiões de fome, a desestruturação do aparelho de Estado e de suas funções. Ao mesmo tempo houve a perda da soberania nacional e a pouca representatividade dos partidos políticos. Enfim, a crise é tão profunda que Moçambique ocupa hoje um dos últimos lugares no IDH. Demonstrou-se ao longo deste trabalho que a gravidade da crise contemporânea da sociedade moçambicana pode ser explicada pela sobreposição destas três crises.

A primeira, a crise da sociedade doméstica, primeiro vértice da explicação, teve a sua origem, por sua vez, em três vertentes. Uma centrada na crise econômica intrínseca à sociedade doméstica, de esgotamento de sua tecnologia; a segunda, fruto da ação colonial de exploração; e a terceira consequência da ação transformadora das políticas de modernização colonial e, particularmente da Frelimo, mais radical. Sua origem remonta ao início do século e seus efeitos surgiram no longo prazo. Suas características tiveram efeitos na produção de bens de subsistência, bens de salários e de exportação, sobretudo a partir dos anos 80. A crise desta sociedade teve influências na organização moderna da sociedade moçambicana.

Nessa época, a sociedade doméstica estava praticamente sem porta-voz. A Frelimo, que falava em seu nome, advogava uma causa operária frontalmente contra os valores domésticos. E os contrários à Frelimo preocupavam-se com as questões urbanas da democracia, das liberdades de imprensa e da propriedade.

A crise da sociedade moderna, segundo vértice da explicação, teve suas causas na crise da sociedade doméstica, que nela se refletiu, pois dependia de sua força de trabalho barata. Mas, sobretudo, no modelo desenvolvimentista que teve início nos anos 50 e se concretizou na política de valorização colonial dos anos 60. A política desenvolvimentista foi impulsionada na pós-independência com os

projetos industrializantes na cidade e no campo. Seus efeitos foram de médio prazo, e se materializaram no início da década de 80. Nesta época deveriam retornar os capitais investidos dez ou quinze anos antes. Os sintomas foram o grande endividamento interno e externo do Estado, a queda da produção, o desemprego em larga escala, a inflação, o aumento da taxa de câmbio, o aumento do custo de vida, a degradação das habitações e das rodovias, a penúria e a carestia. Ao mesmo tempo, ela alimentou a crise na sociedade doméstica, que por sua vez dependia de produtos industrializados, formando um círculo vicioso.

O aprofundamento do processo de modernização para eliminar a exploração promovida pela articulação dos modos de produção fez com que, de um lado, não fosse dado, na prática, nenhum apoio ao “setor familiar”, o que pressionou para cima os salários no setor moderno; de outro, não conseguiu estruturar um novo padrão de acumulação para esse setor. Fato que armou uma profunda crise nele próprio. Ou seja, a crise na sociedade moderna foi objeto de duas causas, uma situada no setor doméstico e outra no interior mesmo do setor moderno, com os erros de gestão e as dificuldades no planejamento e na execução do novo programa. Conseqüentemente, a nova política não garantiu mecanismos que assegurassem a sua reprodução, e fez o setor entrar em colapso uma década depois.

Finalmente, a crise da globalização, terceiro vértice, explicado pela exclusão de Moçambique da economia-mundo, a partir do novo ciclo tecnológico e das políticas neoliberais que tiveram início nos anos 80. Caracteriza-se pelo novo papel das sociedades “subdesenvolvidas”, agora excluídas da divisão internacional do trabalho, da revolução científico-técnica, das finanças e do mercado consumidor. O tempo de amadurecimento dessa crise, por suas características de dependência ao capital e mercado financeiro, é de curtíssimo

prazo e de alta integração global, com reduzida capacidade de defesa dos governos nacionais. A complexidade dos novos processos produtivos e das novas tecnologias e a enorme carência da grande parte da população em Moçambique, praticamente impedem o domínio desses processos e, portanto, qualquer avanço. O quadro desenvolvimentista anterior possibilitava, de alguma forma, o domínio dos governos sobre as suas economias.

Apesar de todo o esforço voltado para as produções coletivas, a população rural nunca abandonou completamente a sua produção familiar, embora ela tenha sofrido com a ausência de apoio. A ausência de produtos das quais a sociedade doméstica já estava dependente, implicou a queda da produtividade da sua produção, o que afetará sua subsistência e provocará o aumento do custo de produção no setor moderno da economia, que dele dependia enormemente.

O projeto da Frelimo se apoiava na expectativa de um aumento da produtividade em função de grandes investimentos em técnicas modernas, mas o que se observou foi a redução generalizada da produtividade no setor moderno. As razões dessa redução são múltiplas, mas a principal se encontra nas relações macroeconômicas entre as unidades de produção e a planificação central do Estado.

Pretendendo transformar a sociedade doméstica, a Frelimo acabou por explorar os trabalhadores rurais nos mesmos moldes que o colonialismo, ou seja, pela articulação de modos de produção. Duas diferenças significativas, entretanto foram observadas. De um lado, obrigava-os a se organizarem nas aldeias comunais, apressando a desorganização e a crise da sociedade doméstica. Por outro, a estrutura de economia moderna que estava sendo implantada não teve a mesma eficiência que a colonialista. Ou seja, para manter o mesmo nível de antes,

o trabalhador rural deveria trabalhar agora muito mais para suprir essas duas deficiências. O fato era ainda agravado pela existência de uma guerra que obrigava os processos produtivos e sociais a terem custos maiores. Isso tudo desprovia o mercado e provocava, além da exploração superior ao período colonial, penúria na maior parte das regiões do país e a fome em muitas delas.

As causas do insucesso socialista da Frelimo efetivamente não estão em seus próprios erros. A Frelimo não cometeu pecados originais. Seus erros históricos foram os mesmo dos que lutaram pelo socialismo no século XX. O desenvolvimento que se pretendia não era senão uma outra face do subdesenvolvimento. E foi essa face, a subdesenvolvida, a que lhe coube. O aprofundamento do processo de modernização pela Frelimo apenas acelerou a crise no setor moderno da economia.

No momento atual, da globalização neoliberal, não há a convocação da população, como defendia a Frelimo dos anos 70 e início dos 80, para a participação e integração na economia, nem como trabalhadores, nem como consumidores. Embora a integração no mundo globalizado se dê pelo processo de produção, não o é pelo processo de trabalho. Investe-se muito em Moçambique nos mega-projetos. Estes visam a exportação e utilizam pouca mão-de-obra local. Entretanto, o capital não extrai agora renda da sociedade doméstica. A altíssima mais-valia extraída é proveniente da alta composição do capital que explora pouquíssima mão-de-obra, além disso, paga baixíssimos impostos e taxas locais, e não produz para o consumo interno. A integração no processo de globalização é praticamente o aluguel, que o grande capital internacional faz ao governo, de um espaço, onde produz em seu benefício e de uma pequena elite local.

Para ocupar a força de trabalho, estão sendo propostas as Exportações das Indústrias Mão-de-obra Intensiva, as EIMI. Estas não se radicam em nenhum lugar, pois sua característica é a volatilidade. É uma forma ambulante de exploração internacional que faz parte do chamado mundo globalizado.

Assim, a exclusão de Moçambique que explica a terceira vertente da crise não é apenas social, mas, sobretudo econômica. A exclusão política é condição para a exclusão econômica. Moçambique aderiu de forma incondicional a todos as cartas de intenções do FMI e imposições dos credores internacionais. Instalou o processo de paz com a Renamo, democratizou o país com eleições diretas, liberdade partidária, de imprensa e de circulação de capital. Mas, sobretudo, trouxe a boa governança, permitindo altos lucros e o seu repatriamento.

A proposta liberal do FMI e do Banco Mundial e do grande capital, endossada pelo governo, de atrair grandes capitais para os megaprojetos e as EIMI – num país que apresenta 70% da sua população vivendo sob miséria absoluta – muda a forma de exploração, mas continua com os mesmos objetivos das políticas coloniais de espoliação do povo moçambicano. A exploração e a humilhação que sofreu a população durante o colonialismo era justificada para assimilar e civilizar o indígena para o trabalho e o consumo. Agora, nas políticas neoliberais, a exploração e a exclusão, são apresentadas com o objetivo de diminuir a pobreza e a miséria.

A ausência de alternativas efetivas permite crescer em Moçambique as relações mafiosas e paternalistas, conhecidas como integração perversa. São relações que não existiam no país e que agora dominam no tráfico de drogas, no contrabando de armas, nos “grupos de proteção” etc., ocupando lugares de destaque no mundo os negócios. Elas correspondem às formas de trabalho praticadas na economia do

crime, gerando lucros próprios que, pelas normas legais, são consideradas crime. Essas relações estão em pleno florescimento em Moçambique e dão uma dinâmica própria à exclusão social, articuladas com o capital global.

Enfim, as propostas econômicas novas para Moçambique reduzem-se aos megaprojetos, com muito trabalho morto e quase nenhum trabalho vivo, e às EIMI, com muito trabalho vivo e quase nenhum trabalho morto. Essa é a essência da atual política econômica, que se aproveita da miséria reinante para aumentar os lucros do grande capital, apoiando-se nas bandeiras da democracia, da paz, da segurança e da boa governança. Nesse meio vivem e se multiplicam as relações perversas, sem capital e sem trabalho.

Em função disso tudo, conclui-se apontando a superação da crise profunda, grave e abrangente num espaço de tempo prolongado e em condições adversas. Moçambique tem o que dizer. Sua história contemporânea é calcada em sofrimento e luta. E o movimento de seu povo em direção a uma sociedade mais feliz não parou. Um novo tempo “há de vir”, para se utilizar outra expressão corrente no país.

Em termos comparativos qualitativa e quantitativamente, o capitalismo fez muito mais mal a Moçambique que o socialismo. São capitalistas, e do “humano” século XX, os grandes massacres efetuados na África para a dominação colonial. São capitalistas as instituições do trabalho forçado e da cultura obrigatória. São capitalistas os conceitos de “indígena”, “não-civilizados”, “selvagens”, “crianças grandes”, “assimilados”, referindo-se aos povos africanos, em geral, e aos moçambicanos, em particular. São capitalistas as novas organizações estatais e as formações políticas corruptas vigentes até hoje. São capitalistas as demarcações das fronteiras territoriais, que separam e agrupam nações. E, finalmente, foram

capitalistas – e “democráticos”, diga-se de passagem, à exceção de Portugal – todos os países colonizadores da África no século XX.

Os colonizadores africanos foram não só ingleses, franceses, belgas, portugueses, mas também alemães, italianos e espanhóis, ainda que em menor escala. Esteve comprometida com o processo de colonização quase toda a população desses países, a sociedade civil, os Estados, os governos, os militares e os intelectuais, as universidades e os institutos de pesquisa, as entidades benevolentes e as filantrópicas (as ONGs da época), as igrejas e os religiosos. E até mesmo partidos comunistas apoiaram, em certos casos, a colonização com o argumento de que a independência deveria vir com a revolução socialista. As vozes dissonantes, que denunciaram os massacres e o barbarismo colonial, foram poucas, antes que soasse o momento das independências no pós-guerra, quando então a tendência se reverteu.

O discurso oficial em defesa do colonialismo para a “assimilação”, em alguns casos, ou do *apartheid*, em outros, foi “científico” e visava ao bem material e espiritual do “indígena”. Fato que faz desconfiar, hoje, do que seja o “politicamente correto”, expressão proveniente dos representantes das mesmas nacionalidades desenvolvidas (ingleses, franceses etc., acrescidos agora dos americanos, suecos, holandeses etc.) e que orienta e impõe o que falta a seus juízos: democracia, paz, direitos humanos e, sobretudo, liberdade de comércio. Agrege-se, também, as políticas sobre raça e gênero, áreas para as quais não é difícil de se encontrar financiamentos oriundos de fundações do “Norte” para a realização de estudos e pesquisas no Sul. Os colonizadores de ontem ensinam, agora, aos ex-colonizados, o que são democracia e os direitos humanos. Esquecem que a democracia ocidental só poderia ser globalizada se o “estilo de vida ocidental” pudesse ser globalizado (Altvater, 1999, p. 134). Os que

inventaram o racismo para explorar as “raças inferiores” substituem-no, agora, pelas cotas raciais nas instituições. Tal como ontem, esses discursos são produzidos e reproduzidos por intelectuais, pelas universidades, pelas fundações filantrópicas e financeiras e pelas ONGs, cúmplices históricos e herdeiros de suas congêneres coloniais.

É bem possível que por muito tempo, a maioria da população de Moçambique viva na dependência de políticas econômicas que beneficiem o capital, sem que exista uma contraposição consciente e articulada, mesmo entre as suas mais ilustres personalidades, pois “sempre existe uma filosofia para a falta de coragem”, relembrando Camus. Ao mesmo tempo, não se deve esquecer que “a vitória prepara-se, a vitória organiza-se” como repetia Samora. A história não acabou e a luta continua. Mais cedo que tarde, outro horizonte apontará uma nova sociedade com novos valores, em que a produção baseada em tecnologias domesticadas servirá para atender às necessidades materiais e culturais dos seres humanos. Estes não mais separados por nacionalidades, classes ou qualquer outra classificação; nem organizados por Estados, mas agrupados em associações fundadas na solidariedade. Assim, Moçambique não precisará mais ser uma “zona libertada da humanidade”, como se lia no aeroporto internacional de Mavalane em Maputo no período socialista, pois todos serão libertos, tendo de tudo e nada acabando.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias

#### Documentos da Frelimo

Frelimo (1977). *Directivas económicas e sociais. Documentos do 3º Congresso da Frelimo*. [s.l.]: Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo.

Frelimo (1977?). *Troisième Congrès du Frelimo. Rapport du Comité Central*. Paris: L'Harmattan.

Frelimo (1977a). *O processo revolucionário da guerra popular de libertação. Artigos Coligidos do Órgão de Informação da Frelimo "A Voz da Revolução" desde 1963 a 1974. Coleção Textos e Documentos da Frelimo*. [s.l.]: Edição do DTI, março.

Frelimo (1978). *Relatório do Comité Político Permanente à IV Sessão do Comité Central da Frelimo (14-8-1978)*. Doc. Inf. nº 16, Série A. Maputo :CEDIMO.

Frelimo (1983). *Directivas económicas e sociais. Coleção IV Congresso*. Maputo: [s.n.].

#### Documentos do Governo de Moçambique (RPM e RM)

Assembleia Popular (1981). *Linhas fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo. 8ª Sessão da AP, outubro de 1981, mimeografado*.

CENE/DPCCN – Comissão Executiva Nacional de Emergência/Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (1988). *Rising to the*

*challenge: dealing with the emergency in Mozambique: an inside view.*

Maputo: Abril.

CNP – Comissão Nacional do Plano (1984). *Informação Económica*, Maputo, janeiro.

Direção Nacional de Habitação/MOP (1977). *Aldeias comunais. Relatório da situação a nível nacional.* Maputo: Dezembro.

GODCA (1980). *Estratégia de ação para o desenvolvimento cooperativo agrário. Proposta do GODCA ao seu Conselho Consultivo. II Conselho Consultivo Alargado.* Maputo Agosto.

GODCA (1982). *Contribuição para o programa de cooperativização do campo.* Maputo.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1989). *Carta ao Banco Mundial*, março.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1999). *Linhas de acção para a erradicação da pobreza absoluta.*

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Programa de Governo 2000-2004.*

MPF – Ministério do Plano e das Finanças (2000). *PARPA – Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2000-2004.*

MPF – Ministério do Plano e das Finanças (2001). *PARPA – Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005.*

RPM/ME (1983). *Atlas geográfico. Vol. 2.* Maputo.

RPM/ME (1986). *Atlas geográfico. Vol. 1. 2ª Edição.* Maputo.

### **Centro de Estudos Africanos (CEA/UEM)**

CEA (1979). *O Mineiro Moçambicano*, Maputo.

CEA. *Estudos Moçambicanos*, nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. Maputo.

**SADCC**

SADCC (1980). Southern African Development Coordination Conference.

Londres: CIRR.

SADCC/OCDE (1988). Programme d'Action de la SADCC. Étude conjointe du Centre de Développement de l'OCDE e du Secrétariat de la SADCC sur les structures et procédures de la coopération pour le développement. Paris et Gaborone.

**Decretos, Decretos-Lei e Outros Documentos de Portugal**

DECRETO 12.421, de 2-10-1926. Bases Orgânicas da Administração Colonial (João Belo) – Reforma Geral das Tarifas do Ultramar.

DECRETO 15.241, de 24-3-1928. Novas Bases Orgânicas de Administração Colonial.

DECRETO 17.153, de 6-7-1929. Carta Orgânica da Colônia de Moçambique.

DECRETO 18.570, de 8-7-1930. Acto Colonial.

DECRETO 18.571, Criação do Banco de Fomento Colonial.

DECRETO 19.773, de 27-5-1931, Imposição das Tarifas Específicas aos Produtos Coloniais (Angola e Moçambique).

DECRETO 21.060, de 6-4-1932. Decisão de Organizar as “Feiras das Amostras”.

DECRETO 22.023, de 27-12-1937. Proteção à Indústria Nacional.

DECRETO 23.228, de 15-11-1933. Lei orgânica do Império Colonial.

DECRETO 31.105, de 15-11-1941. Estatuto Orgânico das Alfândegas Coloniais.

DECRETO-LEI 26.509, de 11-4-1936. Regulamento do Condicionamento Industrial no Ultramar.

DECRETO-LEI 44.016, de 8-11-1961. Unificação do Espaço Económico Português.

PLANO INTERCALAR DE FOMENTO PARA 1965-67 (1964). Lisboa:  
Imprensa Nacional.

RELATÓRIO FINAL Preparatório do II Plano do Fomento. (1958) Lisboa:  
Imprensa Nacional.

### **Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos (RGEU)**

CAETANO, Marcelo (1951). Os antecedentes legislativos do acto colonial.  
Lisboa: RGEU, nº 4.

MOREIRA, Adriano (1951). A revogação do Acto Colonial. Lisboa: RGEU, nº 3.

### **Banco Geral das Colônias (BGC)**

BANCO GERAL DAS COLÔNIAS – BGC (1950). Editorial: O Plano Marshal e  
o fomento Colonial. BGC, março.

MONTEIRO, Manuel Gonçalves (1945). Unidade econômica imperial – relação  
com outras economias nacionais. BGC, nº 235, janeiro.

SOUZA, Carlos H. de (1949). A política de Unidade Econômica do Império  
Português. BGC, nº 283, janeiro.

### **Boletim Geral do Ultramar (BGU)**

BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1957). Livre circulação de  
mercadorias entre as províncias do Ultramar. BGU, fevereiro.

BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1957). Plano de Fomento para  
59/64 – meios e objetivos analisados pelo Ministro da Presidência. BGU,  
janeiro.

BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1958). Moçambique: projeto do  
Plano de Fomento para 1959/64. BGU, janeiro.

- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1958). O II Plano de Fomento – Moçambique. BGU, nov.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1960). Comercio externo de Moçambique. BGU, Março.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1960). Plano de Fomento II – Execução do Plano de 59. BGU, jan-fev.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1961). Economia Ultramarina – Perspectivas de investimento e seu quadro legislativo. BGU, março-abril.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – BGU (1961). Moçambique: Plano de Fomento II para 1961. BGU, março-abril.
- CUNHA, J. M. da Silva (1967). O Ultramar no III Plano de Fomento. BGU nº 09/510, nov-dez.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves (1957). Ligeiras considerações sobre a liberdade de circulação de mercadorias entre as diversas parcelas do território nacional. BGU, jan-fev-mar.

**Boletim da Associação Comercial de Lourenço Marques (BACLM)**

- MOREIRA, José da Silva (1971). Novo sistema de pagamentos interterritoriais. BACLM, nº 71-3.
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL, Gerência de 1973 (1974). BACLM, nº 105.

**Estudos Ultramarinos (EU)**

- MOREIRA, Adriano (1961). Política de Integração, discurso profundo na Ass. C. Porto, 28-8-61, EU, nº 4.
- PORTAS, C. (1961). Notas sobre o Ultramar português e a sua integração econômica. EU, nº. 4.

### **Revista Economia de Moçambique (EM)**

(1970) Pagamentos interterritoriais. EM, agosto.

(1970) Relatório do B.P.: pagamentos interterritoriais. EM, agosto.

(1971) *O IV Plano de Fomento de Nacional – 1974/79*. EM, set.

(1972) Contas públicas de 1971 – Balanço de Pagamentos da zona do escudo e comércio externo Metrópole/colônias. EM, setembro.

(1972) Viragem na evolução do comércio externo com a Metrópole. EM, outubro.

(1972) Transferências – quem se atrasou e quem é que deve. EM, outubro.

### **Revista Indústria de Moçambique (IM)**

(1970) Conclusões e recomendações da Terceira Conferência de Mesa-Redonda sobre Problemas de Indústria no Espaço Português. IM, nov.

### **Organismos Internacionais**

BANCO MUNDIAL (1983). *Rapport sur le développement dans le monde*. Washington.

BANCO MUNDIAL (1985). *Mozambique: an introductory economic survey*. Washington.

BANCO MUNDIAL (1986). *Les besoins financiers de l'ajustement dans la croissance en Afrique Subsaharienne, 1986-90*. Washington.

BANCO MUNDIAL (1988). *Mozambique: agricultural sector survey*. Washington.

BANCO MUNDIAL (1989). *Subsaharan África: from crisis to sustainable growth*. Washington.

BANCO MUNDIAL (1990a). *Africa Subsaariana*. Washington, DC.

- BANCO MUNDIAL (1990b). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990. A pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- PNUD (1998). *Moçambique. Paz e crescimento econômico: oportunidades para o desenvolvimento humano Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1998*. PNUD: Maputo.
- PNUD (2000a). *Moçambique. Crescimento econômico e desenvolvimento humano: progresso, obstáculos e desafios. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1999*. Maputo: PNUD.
- PNUD (2000b). *Moçambique. Educação e desenvolvimento humano: percurso, lições e desafios para o Século XXI. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2000*. Maputo: PNUD.
- PNUD (2002). *Moçambique. Mulher, gênero e desenvolvimento humano: uma agenda para o futuro. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2001*. PNUD: Maputo.
- PNUD (2004). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*. Disponível em: <[www.pnud.org.br/rdh](http://www.pnud.org.br/rdh)>. Acesso em 27 de nov. de 2004.
- UNCTAD (2000). *World Investment Report: Cross-borders Mergers and Acquisitions and Development*. New York and Genève.
- UNCTAD (2004). *World Investment Report: Cross-borders Mergers and Acquisitions and Development*. New York and Genève (Overview). Disponível em: <[www.unctad.org](http://www.unctad.org)>. Acesso em 29 nov. 2004.
- WORLD BANK (1981). *Accelerated development in sub-Saharan Africa*. Washington DC.: World Bank.

### Fontes Secundárias

- ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A. (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu.
- ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A. (1995). *Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique. "Empowerment" e espaço de manobra*. Padrigu/CEEI-ISRI, [s/l].
- ADAM, Y., DAVIES, R. e DLAMINI, S. (1981). A luta pelo futuro da África Austral: as estratégias de CONSAS e SADCC. *Estudos Moçambicanos n.º 3*. Maputo: CEA/UEM, p. 65-80.
- ALTVATER, Elmar (1999). Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In HELLER, Agnes. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e dos desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon-RJ.
- AMIM, Samir (2001). *El hegemonismo de los Estados Unidos y el desvanecimiento del proyecto europeo*. Madrid: El viejo Topo.
- AMIM, Samir (1995). Aux origines de la catastrophe économique de l'Afrique, in *Africa Development*, vol. XX, n.º 3.
- AMIM, S., CHITALA D. e MANDAZA, I. (1989). *Afrique Australe face ao défi sud-africain*. Paris: Publisud-FTM-UNU.
- ANDERSSON, Per-Ake (2002). Impactos dos megaprojetos na Economia Moçambicana in ROLIM, Cássio et alli (2002). *A economia moçambicana contemporânea. Ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p. 531-58.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp.



- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Berverly J. (2001). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UERJ.
- AZEVEDO, Cândido.(1999). *A censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BARAN, Paul (1972). *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento (2003). A acumulação de capital no Brasil. Texto, 69 p.
- BELLUCCI, Beluce (org.) (2003). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: CEAA/CCBB.
- BELLUCCI, Beluce e NUNES, Célia (1988). A inflação hoje em Moçambique. *Economia*, nº 5, p. 14-23. Maputo.
- BETTELHEIM, Charles (1973). *Planification et croissance accélérée*. Paris: Maspero.
- BIRMINGHAM, David (1992). *A África Central até 1870*. Luanda: ENDIPU-UEE.
- BITTENCOURT Marcelo (2003). Partilha, resistência e colonialismo. In BELLUCCI (org.) (2003).
- BITTENCOURT, Marcelo (2004). A África antes do comércio atlântico. In CAMPOS, Adriana Pereira e SILVA, Gilvan Ventura da (orgs.). *Reinos africanos*. Vitória/ES: Neaad. CD Room.
- BORÓN, Atilio (2001). A nova ordem imperial e como desmontá-la. In SEOANE, J. e TADDEI, E. (comp.). *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre*, Buenos Aires: CLACSO.
- BRAUDEL, Fernand. (1985). *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema.
- BRITO, Luis de (1980). Dependência colonial e integração regional. *Estudos Moçambicanos*, nº 1. Maputo: CEA-UEM.

- BRITO, Luis de (1988). *Une relecture nécessaire. La gènese du Parti-État Frelimo*. Maputo/Paris: Karthala.
- BRITO, Luis de (1993). Estado democrático e multipartidarismo em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, nº 13. Maputo: CEA-UEM.
- BROCHMANN, G. e OFOSTAD, A. (1990). *Moçambique. a ajuda norueguesa num contexto de crise*. Fantfort (Norvege): Chr.-Michelsen Institute.
- BRUNCHWIG, H.(1960). *Mythes et réalités de l'impérialisme français*. Paris: Colin.
- BRUNCHWIG, H. (1993). *A partilha da África Negra*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- BUCHMANN, Jean (1962). *L'Afrique Noire independante*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence.
- BURKE, Peter (org.) (1962). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- CABALLERO, Lorenzo *et. al.* (1984). *Mozambique – Food and agriculture sector*. Internacional Rural Development Centre. Uppsala (S): Swedish University of Agricultural Sciences.
- CAETANO, Marcelo (1951). Os antecedentes legislativos do Acto Colonial. Lisboa: RGEU, nº 4.
- CAETANO, Marcelo (1954). *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Ed.
- CAETANO, Marcelo (1959). Plano econômico em Portugal, BGU, nº 405.
- CAETANO, Marcelo (1963). *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos. Da liberdade dos mares às Nações Unidas*. Lisboa: Ática.
- CAETANO, Marcelo (1969). *Pelo futuro de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo (1971). *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo.
- CAETANO, Marcelo (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.

- CAHEN, Michel (1987). *Mozambique: la révolution imposée*. Paris: L'Harmattan.
- CAHEN, Michel (1995). *Mozambique: La Renamo dans la campagne électorale. L'Afrique politique*. Paris: Khartala.
- CARDOSO, Fernando Jorge (1991). Estratégias, económicas locais e empresas agrárias. O desenvolvimento rural em Moçambique. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- CARDOSO, Fernando Jorge (1991a). SADCC e independência económica da África Austral: realidades e perspectivas. In *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20. Rio de Janeiro: CEAA, junho, p.61-83.
- CARVALHO, Amorim (2000). *O fim histórico de Portugal*. Lisboa: Nova Arrancada.
- CARVALHO, Mario de (1969). *Agricultura tradicional em Moçambique: distribuição geográfica das culturas e sua relação como o meio*. Lourenço Marques (Maputo): Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique.
- CASAL, Adolfo Yanes (1991). Discursos socialistas e camponeses africanos: legitimação político-ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-5, p. 35-75, Lisboa.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (org.) (1994). *Moçambique: perspectivas económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. Seminário: A Situação Económica de Moçambique e os Possíveis Cenários para o seu Desenvolvimento.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (1995). Opções económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e idéias alternativas. In MAZULA, Brazão (org.) (1995). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: [s.n.].
- CASTELLS, Manuel (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 3. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

- CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- CHILUNGO, Arlindo Gonçalo (2001). *Os camponeses e os caminhos de ferro e estradas em Nampula (1900-1961)*. S/L: Promédia, Coleções Identidades.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1985). *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- COGGIOLA, Osvaldo (2002). *O capital contra a História. Gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã VM/Edições Pulsar.
- COGGIOLA, Osvaldo (org) (1994). *História e crise contemporânea*. São Paulo: Pulsar.
- CORNIA, G. A; HOEVEN, R.; e MKANDAWIRE, T. (1992). *Africa's recovery in the 1990s*. Nova Iorque: Unicef.
- CORRÊA, S. e HOMEM, E. (1977). *Moçambique: primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem Editora.
- CORREIA, A. B. Ramalho (1956). *Problemas econômicos de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- CORREIA, A. B. Ramalho (1965). O apoio legal à industrialização de Moçambique. Texto mimeografado. Lourenço Marques.
- COSTA e SILVA, Alberto (1992). *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- COSTA, Eduardo (1946). Princípios de administração colonial. In Antologia portuguesa. Secretaria Geral das Colônias. Divisão de Publicações e Biblioteca. (1ª ed.: Estudo sobre a administração civil das províncias Ultramarinas. In Congresso Colonial Nacional de 1901).
- COSTA, Inês Nogueira (1987). *Contribuição para o estudo do colonial - Fascismo em Moçambique*. Maputo: UEM.
- COSTA, Raimundo (1975). *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.

- COURADE, Georges (1990). Le concept de politique alimentaire. *In Dynamique des systèmes Agraires. La dimension Économique*. Paris: ORSTOM.
- COUSSY, Jean (1990). Politique agro-alimentaire et programmes d'ajustement structurel en Afrique sub-saharienne. *In Dynamique des systèmes Agraires. La dimension économique*. Paris: ORSTOM.
- COUSSY, Jean (1996). Rumos institucionais e dinâmica capitalista na integração da África Austral. Representação e projetos na África do Sul e no Zimbábue. *In Estudos Afro-Asiáticos*, nº 30. Rio de Janeiro: CEAA, dezembro, p. 163-98.
- COUTO, Mia (1996). *Estórias abensonhadas: contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- COVANE, Luis Antonio (2001). *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, Coleções Identidades, Maputo.
- CUNHA, J. M. da Silva (1967). O Ultramar no III Plano de Fomento. BGU, nº 509-10, nov-dez.
- DANIEL, John (1985). L' Accord de Nkomati et le Swaziland. *In Politique Africaine*, nº 19. Paris: Karthala, septembre, p. 77-81.
- DAVIS, Robert e O' MEARA, Dan (1985). La "stratégie totale" em Afrique australe. *In Politique Africaine*, nº 19. Paris: Karthala, septembre, p. 7-28.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – UEM (1982). *História de Moçambique*. Vol. I e II. Maputo: UEM/Tempo.
- DIOP (1959). Impressions de voyage. *Présence Africaine*, dezembro.
- DREIFUSS, René (1996). Os códigos do admirável mundo novo. *In Rumos*, nº 30, abril.
- DRUCKER, Peter (1995). *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira.
- DUMONT, René (1988). *Em defesa da África acuso*. Lisboa: Europa-América.
- ENES, António (1971). *Moçambique. Relatório apresentado ao governo*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. 4ª edição fac-similada pela de 1946.

- ENGELS, F. (1953). *Études philosophiques*. Paris: ESI.
- EVANS, J. *Cotton in Mozambique (1928)*. Lourenço Marques: Direção dos Serviços de Agricultura. Imprensa Nacional de Moçambique (bilingüe).
- FANON, Frantz (1979). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- FELICIANO, José Fialho (1998). *Antropologia econômica dos Thonga do sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- FERRO, Marc. (1996). *História das colonizações. Das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FONTES, Virgínia (2004). Não existe classe dominante sem classe dominada, por isso a luta de classe continua. *In Crítica Social*, n. 5. Rio de Janeiro, out/dez 2004, p.11-22.
- FORTUNA, Carlos (1993). *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FRANCISCO, Antonio Alberto da Silva (2002). Evolução da economia de Moçambique: da colônia à transição para a economia de mercado. *In ROLIM, Cássio et alli (2002) A economia moçambicana contemporânea. Ensaio*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p.15-44.
- FRANCO, António S. (2002). Estabilidade Macroeconômica e Financeira. Instrumento de crescimento. *In ROLIM, Cássio et alli. (2002) A economia moçambicana contemporânea. Ensaio*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p. 213-248.
- FRELIMO (1977). *O processo revolucionário da guerra popular de libertação*. Maputo: Ed. do departamento do trabalho ideológico da Frelimo.
- GEFFRAY, Christian (1991). *A Causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Ed. Afrontamento.

- GEFFRAY, Christian (1994). Um modèle de reproduction chez des amérindiens des Basses-Terres amazoniennes (Uru Eu Wau Wua, Yoanomani...). Terrains et Engagements de Claude Meillassoux. Colectif, B. Schlemmer ed. [Paris].
- GENTILLI, A. M. (1999). *O leão e o caçador: uma história da África Subsaariana dos séculos XIX e XX*. Estudos 14. Maputo: AHM.
- HAMMOND, R. J.(1966). *Portugal and Africa, 1815-1910: a study in uneconomic imperialism*. Stanford: Stanford U.P.
- HANLON, Joseph (1996). *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- HARDT, M. e NEGRI, A (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HELLER, Agnes *et alli* (1999a). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon-RJ.
- HELLER, Agnes (1999b). Uma crise global da civilização: os desafios futuros. *In* HELLER, Agnes *et alli* (1999a).
- HERMELE, Kenneth (1988). Guerra e Estabilização. Uma análise a Médio Prazo do Programa de Recuperação Econômica de Moçambique (PRE). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs 8-9, Lisboa.
- HERMELE, Kenneth (1990). *Moçambique numa encruzilhada. Economia e política na era de ajustamento estrutural*. Bergen (Norvège): Chr. Michelson Institute.
- HOBSBAWM, E. J. (1981). *Industry and empire (1981)*. Harmondsworth: Penguin Books.
- HOBSBAWM, E. J. (1998). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HONWANA, Alcinda Manuel (1992). *Espíritos vivos, tradições modernas. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Promédia. Coleções Identidades. [S/I].

- HUGON, Philippe (1990). Endettement et dynamique des systemes agro-alimentaires. In *Dynamique des systemes agraires. La dimension économique*. Paris: ORSTOM.
- HUTTON, J. A . (1904). *The cotton crisis*. Manchester: BCCGA.
- JARDIM, Jorge Pereira (1957). O mercado único português. II Congresso da Industria Portuguesa (relatório), Lisboa.
- KATZENELLENHOGEN, Simon E. (1982). *South Africa and Southern Mozambique; Labor railways and trade in the making off a relationship*. Manchester: M. Press.
- KI-ZERBO (1991). *História da África Negra*. Volume II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- KURZ, Robert (1992). *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAMPHEAR, John & FALOLA, Toyin. (1995) Aspects of early African History, in MARTIN, Phyllis M. & O'MEARA, Patrick (org.) (1995). *Africa*. Indianapolis: Indiana University Press; 1995.
- LATOUCHE, Serge (1986). *Faut-il refuser le développement? Essai sur l'anti-économie du Tiers-Monde*. Paris: Puf.
- LATOUCHE, Serge. (1998). *L'autre Afrique. Entre don et marché*. Paris: Ed. Albin
- LEWIS, Peter (1996). From prebendalism to predation: the political economy of decline in Nigeria. *Journal of Modern African Studies*, vol. 34, nº 1, p. 79-104.
- LOPES JUNIOR, Miquéis (1980). O processo de acumulação da RSA e a situação actual no sul do Save. *Estudos Moçambicanos*, nº 1. Maputo: CEA/UEM.
- LOPES, Carlos (1997). *Compasso de espera. O fundamental e o acessório na crise africana*. Porto: Ed. Afrontamento.



- LOVEJOY, Paul (2002). *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LÖWY, Michael (1989). *Ideologia e ciências sociais. Elementos para uma análise Marxista*. São Paulo: Cortez.
- MACAGNO, Lourenzo (2001). *O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a 'Geração de 95'*. In FRY, Peter (org.). *Moçambique. Ensaaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MACHEL, Samora (1974). *Estabelecer o poder popular para servir as massas*. Lisboa: Nova Aurora.
- MACHEL, Samora (1974). *Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder*. Lisboa: Nova Aurora.
- MACHEL, Samora (1975). *Revolução – Transformação profunda das estruturas. Transformação profunda da nossa vida*. Maputo: Imprensa Nacional.
- MACHEL, Samora (1976?). *O processo da revolução democrática e popular em Moçambique*. Coleção Estudos e Orientações, Caderno nº 8. [s.l.]: Edições da Frelimo.
- MACHEL, Samora (1978). *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular*. Lisboa: Edições Avante.
- MACHEL, Samora (1979). *Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento*. Coleção "Palavras de Ordem". Maputo: Ed. do Partido Frelimo.
- MACHEL, Samora (1980). *Declaramos guerra ao inimigo interno*. São Paulo: Editora Quilombo Ltda.
- MACHEL, Samora (1983). *A nossa força está na unidade*. Maputo: INLD.
- MACHEL, Samora (1983a). *A luta contra o subdesenvolvimento. Textos e Documentos 4*. Maputo: Partido Frelimo.
- MACHEL, Samora. (1973). *Frelimo. Documentos fundamentales del frente de liberación de Mozambique*. Barcelona: Editorial Anagrama.

- MACKENZIE, J. M. (1994). *A partilha da África 1880-1900*. São Paulo: Ed. Ática.
- MACKINTOSH, M. e M. WUYTS (1988). Accumulation Social Services and Socialist Transition in the Third World: Reflection on Decentralised Planning based on the Mozambique Experience. In FITZGERALD, E. V. K. e WUYTS, M. (1988). *Markets with planning: socialist economic management in the Third World*. London: Frank Cass, p. 136-79.
- MACPHERSON, Malcolm (2002). Crescimento e redução de pobreza. Lições da experiência internacional. In ROLIM, Cássio et alii. *A economia moçambicana contemporânea. Ensaio*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p. 99-146.
- MAGALHÃES, Fernando (1984). Se não houver imaginação, Portugal pode perder com as relações Pretória-Maputo. In *África Jornal*. Lisboa, 18 de julho, nº 6, p. 12-3.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1998). *História de Portugal*. Vol III: *Das revoluções liberais aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARX, K. (1953). *Économie politique et philosophie*. In Oeuvres philosophiques. Tomo VI. Paris.
- MATOS, H. e GRINBERG, K. (2003). As relações Brasil África no contexto do Atlântico Sul. Escravidão, comércio e trocas culturais. In BELLUCCI (2003).
- MATOS, Luis Salgado de (1973). *Investimentos estrangeiros em Portugal*. Lisboa: Estampa.
- MAZOYER, L. Marcel. (1976) Développement de la production et transformation agricole marchande d'une formation agraire en Côte d'Ivoire. [Paris]: texto.
- MAZULA, Brazão (org.) (1995). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: [s.n.].
- MEARIM, Conde Alto (1957). Industrialização das províncias Ultramarinas, II Congresso das Indústrias Portuguesas. Lisboa: texto.

- MEILLASSOUX, Claude (1977). *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto: Afrontamento.
- MEILLASSOUX, Claude (1990) La reproduction et la transformation démographiques des sociétés sahéliennes. Québec: Centre Sahel-Université Laval. Texto.
- MESQUITA, A. M. Mano de (1957). O Mercado Comum Português. II Congresso da Indústria Portuguesa. Lisboa: comunicação nº 40.
- MEUNIER, Roger (1979), Recherches marxistes et capitalisme sud-african. In MEUNIER, R. e MESSIANT, C. (1979). *Apartheid et capitalisme – Le système économique de l’Afrique du Sud*. Paris: François Maspéro.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves (1945). *Unidade econômica imperial – relação com outras economias nacionais*. Lisboa: BGC, nº 235, janeiro.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves (1954). A industrialização nas províncias Ultramarinas portuguesas na África. Lisboa: BGU, nº. 340: separata.
- MOREIRA, Adriano (1951). A revogação do Acto Colonial. Lisboa: RGEU, nº 3.
- NEIL-TOMLINSON, Barry (1977). The Nyassa Chartered Company: 1881-1929. *Journal of African History*, vol. 18, nº 1.
- NEIL-TOMLINSON, Barry (1978). The growth of a colonial economy and the development of African labour: Manica and Sofala and the Mozambique Chartered Company 1892-1942. In Proceedings of a seminar held in the University of Edinburgh (1978). Edinburgh: Centre of African Studies.
- NEWITT, Malyn (1981). *Portugal in Africa: the last hundred years*. Londres: C. Hust.
- NEWITT, Malyn (1987). O período do imperialismo europeu em Moçambique. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs. 6 e 7, p. 239-50. Lisboa.
- NOGUEIRA, Franco (1977). *Salazar*. Lisboa: vol. I e II.
- NUNES, Célia (2000). *A armadilha. Incorporação e exclusão na sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Educam/Clacso.

- O'LAUGHLIN, Bridget (1981). A questão agrária. *Estudos Moçambicanos*, nº 3. Maputo:CEA/UEM.
- OLIVEIRA, J. Correia (1961a) La formation d'un marché national unique et l'integration de l'economie européenne: discours. Paris: PDF, nº. 4, juillet/août.
- OLIVEIRA, J. Correia (1961b) La libre circulation de marchadises et le système de paiements inter-regionaux dans l'espace portugais. Rapport et projet de décret-loi présentés par le Ministre de L'Etat. Paris: PDF, nº. 5, sep/octobre.
- OLIVEIRA, J. E. C. (1961c). Aplicações de capitais nas províncias Ultramarinas. *Estudos Ciências Políticas e Sociais*, nº 50. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- OLIVER, Roland.(1994). *A experiência africana. Da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PAPAGNO, Giuseppe (1980). *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique no fim do século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo/História.
- PENVENNE, Jeanne (1981). Chibalo e classe operária. *In Estudos Moçambicanos*, nº 2, Maputo: CEA/UEM.
- PEREIRA LEITE, Joana (1993a). Colonialismo e industrialização de Moçambique: pacto colonial, dinamização das exportações e "import-export". 1930-74. Lisboa: Fim de Século, p. 53-70.
- PEREIRA LEITE, Joana (1993b). Mozambique, 1937-1970. Bilan de l'évolution de l'économie d'exploitation: quelques reflexions sur la natures du 'pacte colonial'. *Estudos de Economia*, vol XII, 4. Lisboa: ISEG-UTL, jul.set.
- PEREIRA LEITE, Joana. (1989). La formation de l'économie colonial au Mozambique. Pacte colonial et indústrilisation: du colonialisme Portugais aux resaux informels de sujetion marchand : 1930-1974. Thèse de doctorat, Université de Lili, Ecole des Haute Etudes en Sciences Sociales.

- PEREIRA LEITE, Joana.(1990) La reproduction du réseau impérial Portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d' or Mozambique-Portugal. 1959-1973. *Estudos de Economia*, vol X, n. 3, Lisboa: ISEG-UTL.
- PONTES J. P. e SANTOS, N. (1979). O têxtil e a inserção internacional da economia portuguesa. *In Socialismo*, nº. 43. Lisboa.
- PORTAS, C. (1961) Notas sobre o Ultramar português e a sua integração econômica. *Estudos Ultramarinos*, nº. 4. Lisboa.
- POURTIER, A. (1996), La dialéctique du vide. *In Politique Africaine*, nº 21. Paris: Karthala.
- REIS, José Carlos (1994). *Nouvelle Histoire e tempo histórico. A contribuição de Fevre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática.
- Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (2001). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Maputo, Moçambique, 1998, 1999, 2001.
- RITA-FERREIRA, A. (1963). O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul. Lisboa: JIU.
- RITA-FERREIRA, A (1975). *Povos de Moçambique. História e cultura*. Porto: Afrontamento.
- RITA-FERREIRA, A (1982a). *Presença luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique até 1900*. Lisboa: JICT.
- RITA-FERREIRA, A (1982b) *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: JITC.
- ROLIM, Cássio *et alli* (2002). *A economia moçambicana contemporânea. Ensaio*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças.
- ROSAS, Fernando (2000). *Salazarismo e fomento econômico*. Lisboa: Ed. Notícias.
- SADER, Emir (1998). *Estado e política em Marx*. São Paulo: Cortez.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda (1992). Repercussões das transformações mundiais no Brasil. São Paulo: PUC, mimeo.

- SANTA RITA, (1936). O sentido do Acto Colonial. *Revista da Faculdade de Letras*, nº I e III. Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1982). O Estado, o Direito e a questão urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 9, p. 9-86 [s/l, s/n].
- SANTOS, Theotônio dos (2004). *Do terror à esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.
- SARKAR, Soumodip (2002). Moçambique também pode competir! Exportações da Indústria de Mão-de-obra Intensiva. In ROLIM, Cássio *et alli* (2002). *A economia moçambicana contemporânea. Ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p. 473-530.
- SERRA, Antônio Manuel de Almeida (1991). Política agrária e desenvolvimento económico e social na República Popular de Moçambique. Tese de doutorado em economia. Lisboa: ISEG/UTL.
- SERRA, Antônio Manuel de Almeida (1993). Moçambique: Da independência à actualidade. Evolução económica e social, 1975-1990. Lisboa: CESA, *Estudos de desenvolvimento*, no. 1.
- SERRA, Carlos (1980). O capitalismo colonial na Zambézia:1855-1930, in *Estudos Moçambicanos*, nº 1, CEA/UEM: Maputo.
- SHIVJI, Issa (1986). *Law, State & the working case in Tanzania*. London, Portsmouth N.H., Dar Es Salaam.
- SOUZA, Carlos H. de (1949). A política de unidade económica do Império português. BGC, nº 283. Lisboa, janeiro.
- STOFFAES, Christian (1991). *A crise da economia mundial*. Lisboa: Dom Quixote.
- SULEMANE, José A. (2002) Dados básicos da economia moçambicana. In ROLIM, Cássio *et alli* (2002). *A economia moçambicana contemporânea. Ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças, p. 45-70.

- TELO, Antonio José (1994). *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- UNCTAD (1992). *Trade and development report 1992*. Genebra.
- VAIL, Leroy e WHITE, Landeg (1981) *Capitalism and colonialism in Mozambique; a study of Quelimá district*. Londres: edição dos autores.
- VERSCHUUR, C. (1984). Questions sur les technologies appropriées: contributions de l'expérience des villages communautaires au Mozambique. Thèse de Doctorat de 3<sup>o</sup> cycle. IEDES. Paris: Mazoyer dir.
- VERSCHUUR, C., LIMA, M. C., LAMY, P. E VELASQUEZ, G. (1986). *Mozambique: Diz ans de solitude...* Paris: L'Harmattan.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979). *The capitalist world-economy*. Paris: Ed. de la Maison de Sciences de L'homme.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974). *O sistema mundial moderno*. Vol 1: *A agricultura capitalista e as origens da economia mundial europeia no século XVI*. Porto: Ed. Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001). *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WEHLER, H.-U. (1970). Bismark Imperialism, 1862-1890. *Past and Present*, n<sup>o</sup> 48, 1970.
- WESSELING, H. L. (1998). *Dividir para dominar. A Partilha da África. 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ-Revan.
- WILENSKY, Alfredo Héctor (1968). *Tendencias de la legislación Ultramarina portuguesa en África. Contribución para su estudio en los países de habla hispana*. Braga: Ed. Pax.
- WUYTS, Marc (1978). *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo: CEA/UEM.
- WUYTS, Marc (1980). Economia política do colonialismo português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, n<sup>o</sup>. 1. Maputo: CEA/UEM.

- WUYTS, Marc (1981). Sul do Save: Estabilização e transformação de força de trabalho. *Estudos Moçambicanos*, nº 3. Maputo: CEA/UEM.
- WUYTS, Marc (1990). Gestão econômica e política de reajustamento em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, nº 8. Maputo: CEA/UEM.
- ZACARIAS, Agostinho (ed.) (1991). *Repensando estratégias sobre Moçambique e a África Austral*. ISRI: Maputo.



ANEXO 1 -

**“TEM, MAS ACABOU”**  
**Economia Contemporânea em Moçambique**

**ANEXO**

**REFERENTE AO CAPÍTULO 3**

Quadro 1: Comparação dos Investimentos Previstos nos Planos Portugueses

**REFERENTE AO CAPÍTULO 5**

Quadro 1: Ligações Comerciais entre a África do Sul e a África Austral

Quadro 2: PIB Real a Preços de 1980 para 1960-96

Quadro 3: PIB nominal, real, potencial e utilização de capacidade, 1960-96

Quadro 4: Estimativa do Impacto da Mozal na economia de Moçambique

Quadro 5: O impacto dos seis mega-projetos na economia moçambicana

Quadro 6: Balance de Paiements du Mozambique – 1957-74 .

## ANEXO AO CAPÍTULO 3

**Quadro 1 – Comparação dos Investimentos Previstos nos Planos Portugueses**  
(Em milhões de escudos)

	I Plano (1953-58)	II Plano (1959-64)	Plano Intercalar (1965-67)
Conhecimento científico do território e da população		356,5	397,0
Utilização dos recursos (a)	1.594,0	3.554,5	7.502,9
Transportes e comunicação	3.019,0	4.104,0	4.158,5
Investimentos sociais	242,5	931,5	2.341,6
<b>Total</b>	<b>4.855,5 (c)</b>	<b>9.009,0</b>	<b>14.400,0 (b)</b>

(a) Agricultura, silvicultura, pesca, povoamento, energia, indústria etc.

(b) Dos quais 4.912,5 milhões de escudos são originários de fontes particulares e de empresas privadas (3.500 milhões de escudos se destinam à indústria).

(c) Não incluem os investimentos da primeira fase do I Plano, o que explica a subvalorização em relação aos 6.000 milhões propostos para o I Plano.

Fonte: *Planeamento em Portugal* (1964). Bol. T. do MNU, apud Pereira Leite, 1989, p. 274.

## ANEXOS AO CAPÍTULO 5

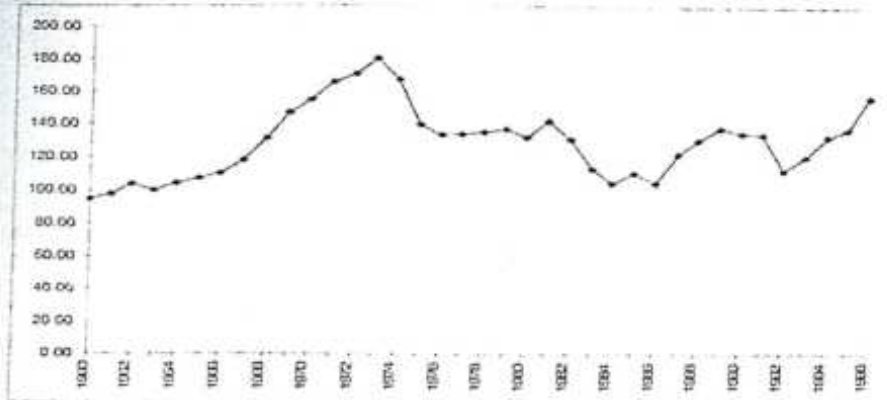
**Quadro 1 - Ligações Comerciais entre a África do Sul e a África Austral**

País/Ano	Valor das exportações sul-africanas (em milhões)	Valor das importações sul-africanas (em milhões)	Percentagem das exportações totais para a África do Sul	Percentagem das importações totais da África do Sul
Botswana (1976)	R 145	R 22	14,3	80,0
Lesoto (1974)	R 60	R 5	50,2	76,0
Suazilândia (1975)	R 33,7	R 16	12,1	87,0
Moçambique (1973)	Contos 2,3	Contos 0,5	9,4	20,3
Malawi (1975)	K 41,2	K 5,7	5,3	18,8
Namíbia (1977)	R 250	R 200	nd	nd
Zimbábwe (1972)	R 180	R 103	16,1	37,5%
Total avaliado (1978)	R 876	R 416	-	-

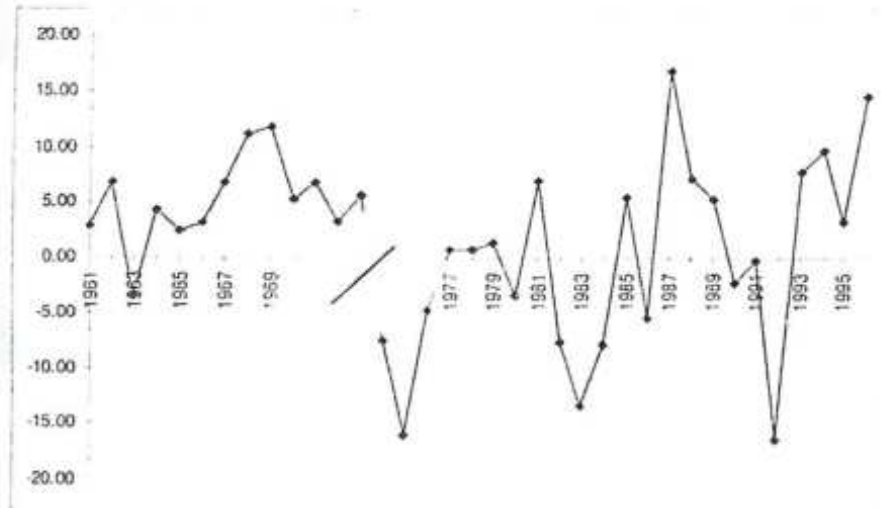
Fonte: Clarke (1978), "The Employment Impact on Migrant Exporting Economies of Altered Trade Relations in Southern Africa: A Preliminary Assessment", paper nº 107, ECA/MULPOC, Conference on Migratory Labour in Southern Africa, Lusaka, April, *apud* Adam, Davies e Dlamini, 1981, p. 74.

**Quadro 2: PIB Real a Preços de 1980 para 1960-96**  
(bilhões de Meticais)

**Gráfico 1. PIB real a preços de 1980 para 1960-96 (milhões de contos)**  
Fonte: Sulemane (2001: 7).



**Gráfico 2. Taxas de crescimento do PIB real, 1960-1996 (%)**



Fonte: mesma do Gráfico 1, p. 8.

(Fonte: *apud* Sulemane 2002:59)

**Quadro 3: PIB nominal, real, potencial e utilização de capacidade, 1960-96**  
(em bilhões de meticais)

**Tabela 1. PIB nominal, real, potencial e utilização de capacidade, 1960-1996, milhões de contos**

Year	Corrente	Potencial	Real	Utiliz. Capac. (%)
1960	24.86	94.62	94.62	100.00
1961	26.33	98.42	97.32	98.88
1962	28.94	104.82	103.93	99.15
1963	28.16	100.86	100.22	99.37
1964	29.93	104.96	104.53	99.59
1965	32.80	107.76	107.05	99.34
1966	35.05	110.92	110.45	99.50
1967	38.74	118.34	118.01	99.72
1968	44.88	131.37	131.28	99.93
1969	51.41	145.87	146.82	100.65
1970	56.71	149.72	154.66	103.30
1971	63.66	158.48	165.18	104.23
1972	71.87	164.35	170.59	103.80
1973	80.46	175.14	180.23	102.90
1974	86.20	175.14	166.52	95.08
1975	83.60	175.14	139.70	79.76
1976	82.90	175.14	133.07	75.98
1977	93.15	175.14	134.03	76.53
1978	104.59	175.14	135.11	77.14
1979	121.35	175.14	137.02	78.23
1980	132.34	175.14	132.34	75.56
1981	147.54	175.14	141.73	80.92
1982	160.09	175.14	130.88	74.73
1983	156.62	175.14	113.32	64.70
1984	169.70	175.14	104.31	59.56
1985	238.42	175.14	110.11	62.87
1986	253.81	175.14	104.01	59.38
1987	836.09	175.14	121.71	69.49
1988	1329.34	175.14	130.49	74.50
1989	2063.21	175.14	137.40	78.45
1990	2703.68	175.14	134.27	76.66
1991	3943.29	175.14	133.94	76.48
1992	5053.15	175.14	112.04	63.97
1993	8011.47	175.14	120.75	68.95
1994	13319.22	175.14	132.42	75.61
1995	20678.10	175.14	136.70	78.05
1996	32718.60	175.14	156.62	89.42
<b>Médias:</b>				
1960-73				100.74
1974-86				73.88
1987-96				75.16
1960-96				84.39

*Fontes:* World Bank (1983), Leite (1989), Penn World Tables 5.6, CNP (1994), CNP/DNE (vários), IMF (1998), INE (2000), e estimativas e cálculos do autor.

Fonte: *Apud* Sulemane, 2002:50

### Quadro 4: Estimativa do Impacto da Mozal na economia de Moçambique

Tabela 1. Estimativa do impacto da Mozal na economia de Moçambique

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Mozal fase 1</b>													
<b>Construção</b>													
- total de custos directos (US\$)	220	675	245										
- 6% de afluxo directo para Moçambique	12	40	14										
- aumento do PIB incluindo efeitos indirectos (%)	0,5	2,0	0,5										
<b>Produção</b>													
- produto (US\$)			150	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400
- valor acrescentado (US\$)			60	160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
- aumento do PIB			1,9	5,3	5,3	5,3	5,3	5,1	5,0	5,0	4,9	4,8	4,8
<b>Mozal fase 2</b>													
<b>Construção</b>													
- total de custos directos (US\$)				150	600	150							
- 6% de afluxo directo para Moçambique				9	36	9							
- aumento do PIB incluindo efeitos indirectos (%)				0,1	0,5	0,1							
<b>Produção</b>													
- produto (US\$)						150	400	400	400	400	400	400	400
- valor acrescentado (US\$)						60	160	160	160	160	160	160	160
- aumento do PIB incluindo efeitos indirectos (%)						2,3	5,2	5,1	5,0	5,0	4,9	4,8	4,8
Efeito total no PIB incluindo efeitos indirectos (%)	0,5	2,0	2,5	5,4	5,8	7,7	10,4	10,2	10,1	10,0	9,8	9,7	9,6
Efeito do PIB incluindo efeitos indirectos (US\$)	18	76	85	190	197	269	352	352	352	352	352	352	352
Efeito do rendimento nacional incluindo efeitos indirectos (US\$)	11	47	13	15	39	19	26	26	26	26	26	26	26
Efeitos directos na balança comercial (US\$)	-212	845	-176	19	433	72	320	320	320	320	320	320	320
Efeitos directos na balança de pagamento directo (US\$)	8	30	15	15	25	26	35	35	35	35	35	35	35
Efeitos directos nas receitas fiscais directas (US\$)	1	1	4	3	9	12	16	16	16	16	16	16	16
Emprego directo moçambicano	2500	4500	2650	2150	2650	2300	1300	1300	1300	1300	1300	1300	1300

(Fonte: Andersson, 2002:540)

### Quadro 5: O Impacto dos Seis Mega-Projetos na Economia Moçambicana

**Tabela 7. O impacto dos seis megaprojectos na economia moçambicana**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Efeito no PIB em %</b>											
Cahora Bassa	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3
Mozal	2	5	6	8	10	10	10	10	10	10	10
Áreas de Corredor	0	0	0	1	2	2	3	3	4	4	4
Projecto de Gás Natural	0	1	1	0	6	5	5	5	5	6	6
MISP	0	0	0	1	3	5	5	5	6	7	9
Mepanda Uncua	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	3
Total	4	8	9	13	23	26	27	28	28	30	34
<b>Efeito no rendimento nacional em US\$</b>											
Cahora Bassa	11	17	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Mozal	13	15	20	19	26	26	26	26	26	26	26
Áreas de Corredor			4	11	35	33	49	49	64	64	80
Projecto de Gás Natural					61	61	61	61	61	61	61
MISP					12	24	24	24	24	36	48
Mepanda Uncua					15	21	21	32	21	16	14
Total	24	32	41	49	152	179	201	213	219	227	253
Em percentagem do PIB	1%	1%	1%	1%	5%	5%	6%	6%	6%	6%	7%

(continua)



Impacto na balança de pagamento em US\$											
Cahora Bassa	1	6	6	8	9	11	12	14	15	17	18
Mozal	15	19	25	26	35	35	35	35	35	35	35
Areias de Corredor			4	12	35	33	49	49	64	64	80
Projecto de Gás Natural		9	13	7	19	19	19	19	19	19	19
MISP			12	36	12	56	56	74	80	74	112
Mepanda Uncua						11	15	22	15	11	4
Total	16	35	60	88	110	165	186	213	229	220	268
Em percentagem do PIB	0%	1%	2%	3%	3%	5%	5%	6%	6%	6%	7%
Impacto nas receitas fiscais em US\$											
Cahora Bassa	4	7	7	8	8	9	9	10	10	11	11
Mozal	4	9	9	12	16	16	16	16	16	16	16
Areias de Corredor					1	1	5	7	13	13	16
Projecto de Gás Natural											
MISP					2	3	16	19	36	46	49
Mepanda Uncua					4	6	6	6	6	8	10
Total	8	16	16	20	31	35	52	57	81	93	102
Em percentagem do PIB	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	3%	35%
Emprego Directo (milares)											
Cahora Bassa	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
Mozal	2.65	2.15	2.65	2.30	1.30	1.30	1.30	1.30	1.30	1.30	1.30
Areias de Corredor			0.50	2.00	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50	1.50
Projecto de Gás Natural		1.00	1.00	1.00	0.15	0.15	0.15	0.15	0.15	0.35	0.35
MISP			2.00	5.50	2.75	0.75	0.75	2.75	2.75	2.75	1.50
Mepanda Uncua						1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
Total	3.65	4.15	7.15	11.80	6.70	5.70	5.70	7.70	7.70	7.90	6.65

(Fonte: Andersson, 2002:557 e 558)

(conclusão)

BALANCE DE PAIEMENTS DU MOZAMBIQUE-1957-74

86

SOURCE:  
 1963/1974-INSP.CREDITO e SEG.  
 SALDOS BP/BC/BI/BK-57/62-ICSI n  
 IND. MOc, NOV 69.  
 1946/62-BCOM-EXP/IMP M.et services  
 1963/74-BCOM-EXP/IMP Marchandises  
 Rocha, E(1982). p.p. 1055, 1059, 1068  
 \$balances regionales

	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
BALANCE COMMERCIALE (CONTOS)								
EXPORTATIONS							2523593	2843006 2
IMPORTATIONS							3644887	3793676 4
SOLDE	-801379	-800458	-1012138	-1091986	-1050677	-1154757	-1121294	-950670 -1
BALANCE DES PRESTATIONS GRATUITES								
credit							2089540	2466766 2
debit							1330189	1617932 1
SOLDE	832822	739554	715893	728998	556697	981238	753351	848834 1
BALANCE DE CAPITRAUX								
credit							137924	238872
debit							156169	360431
SOLDE	-28460	-16029	44517	88547	54004	90112	-18245	-121559 -
BALANCE DE PAIEMENTS								
credit							4745057	5548644 1
debit							5131245	5772039 1
SOLDE GENERAL DE LA BALANCE DE PAIEMENTS	2983	-76933	-251728	-274441	-439976	-83407	-386188	-223395 -
(1000c)								
SOLDE BP PORTUGAL/COLONIES(ter et omnis.)M\$								
SOLDE BPMOZ/MET								
SOLDE BMOZ/ZONE ESCUDO								
SOLDE BP ZONE ESC(consolid)								
SOLDE BP ZONE ESCUDO*								
SOLDE BT COURR et CAP ZONE ESCUDO*								
SOLDE PORT/ETRANGER(sans er+omnis)M\$								
SOLDE COL/ETRANGER(sans er+omnis)M\$								
SOLDE BP MOZ/ETRANGER								
EXP/IMP								
1-EXP/IMP								
SOLDE BP (consolid)M								
SOLDE BP COL (consolid)M								

in Perreira Leite, 1989: 8834

86 A

SOURCE:  
 1963/1974 - I.M.S.P. CAEDITE e SEC  
 SALDOS BP/BC/BI/BK-57/62-ICSin  
 IND.MOC, NOV 69.  
 1946/62-BCOM-EXP/IMP n. et services  
 1963/74- " " " " NACHAVALLES  
 «Rocha», C(1982), p-p. 1055, 1059, 1068  
 #balances regionales 1960

	1956	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
BALANCE COMMERCIALE									
(CONTOS)									
EXPORTATIONS	2992072	3225188	4337508	3930074	4230090	4449157	4425725	5694017	6430225
IMPORTATIONS	4768907	5179258	6237992	7018120	8190466	8249936	7665866	8518607	10463145
SOLDE	-1776835	-1954075	-1900484	-3088046	-3960376	-3800779	-3240161	-2824590	-4032920
BALANCE DES PRESTATIONS GRATUITES									
credit	3117953	3469004	3817486	3682329	4261512	4554869	5094176	5343147	6475583
debit	1711238	1796721	1801460	1704687	1660667	1453965	1658459	2344909	2846369
SOLDE	1406715	1672283	2016026	1977642	2600845	3100904	3435717	2998238	3929214
BALANCE DE CAPITAUX									
credit	300082	332599	277361	550453	519338	1033777	958583	977100	1564761
debit	328807	383548	711002	718976	729765	774100	982602	1368231	2155060
SOLDE	-28725	-50841	-433641	-168523	-210427	259677	-24019	-391131	-590299
BALANCE DE PAIEMENTS									
credit	6410107	7026886	6432355	8162856	9010940	10037803	10478484	12014264	14470569
debit	6808952	7359513	8750454	9441783	10580898	10478001	10306947	12231747	15164574
SOLDE GENERAL DE LA BALANCE DE PAIEMENTS	-398845	-332638	-318099	-1278927	-1569958	-440198	171537	-217483	-694005

	2002	2417	3033	3587	2167	-200	-641	1886
(1000c)								
SOLDE BP PORTUGAL/COLONIES(ser et omis)M	-1331	-1263	-1207	-1346	-1611	-1011		
SOLDE BPOZ/MET	-1406	-1314	-1240	-1343	-1662	-1038		
SOLDE BPOZ/ZONE ESCUDO								
SOLDE BP ZONE ESC(consolid)	3912	6067	4115	1643	2531	8252	9885	
SOLDE BP ZONE ESCUDO'	4026	5761	3759	1361	2317	7873	9067	
SOLDE BT COURR et CAP ZONE ESCUDOM	1932	3663	1550	24	706	6701	7171	
SOLDE PORT/ETRANGER(cons et omis)M	2044	2093	2209	1337	1611	1172	1896	
SOLDE COL/ETRANGER(cons et omis)M	1728	981	922	63	92	599		
SOLDE BP MOZ/ETRANGER	0.53	0.62	0.70	0.56	0.52	0.54	0.58	0.61
EXP/IMP	1	1	1	1	1	1	1	1
1-EXP/IMP	0.37	0.38	0.30	0.44	0.48	0.46	0.42	0.39
SOLDE BP (consolid)M	3670	6391	4301	3073	2261	7665	8122	8403
SOLDE BP COL (consolid)M	42	-324	-186	-1430	270	587	1763	

**“TEM, MAS ACABOU”**  
**Economia Contemporânea em Moçambique**

**APÊNDICE 1**  
**Dados Estatísticos**

## “Tem, mas acabou”

### Economia Contemporânea em Moçambique

#### Apêndice I – Dados Estatísticos

##### Tabelas e Gráficos

Tabela 2 – *Estrutura da Força de Trabalho, 1960-1997*

Tabela 4 – *Taxas de Câmbios Nominal, Real e Black Market*

Tabela 5 – *Variações Anuais das Taxas de Câmbios e Inflação*

Gráfico 5 – *Inflação, 1960-1996 (%)*

Gráfico 6 – *Taxas de Câmbios Real Efectiva, 1960-1996*

Tabela 6 – *Exportações para 23 Países da OCDE, 1961-1996*

Tabela 8 – *Importações de 23 Países da OCDE e África do Sul 1960-1996*

Tabela 10 – *Taxas de Crescimento Anuais da Produção, Investimento, Comércio Externo e Preços, 1960-1996 (%)*

Tabela 11 – *SalDOS Externos e Fiscais (% do PIB nominal)*

Gráfico 11 – *Poupança Interna e Investimento Interno Bruto, Moçambique 1980-1997*

Gráfico 12 a – *Ajuda Externa em % do PNB*

Gráfico 12b – *Ajuda Externa em % do Investimento Interno Bruto*

Gráfico 12c – *Ajuda Externa em % dos Bens e Serviços*

Gráfico 12d – *Ajuda Per Capita (\$US)*

##### Quadros

- *Foreign Direct Investment (FDI) Overview, Selected Years*
- *Crosss-Border Merger and Acquisition Overview, 1995-2003*
- *Bilateral Investment Treaties (BITs) Concluded During 1995-2003*
- *Double Taxation Treaties (DITs) Concluded During 1995-2003*
- *Country Rankings and Values of the UNCTAD FDI Performance Index, 1988-1990, 1998-2000, 2001-2003*
- *Country Rankings and Values of the UNCTAD FDI Potential Index, 1998-1990, 1998-2000, 2000-2002*

### Gráficos

- *Figure 1. FDI Flows, 1992-2002*
- *Figure 2. FDI Stock, 1990, 1995 and 2002*
- *Figure 3. FDI Inflows, by Region, 1995-1999*
- *Figure 4. FDI Inflows, by industry, 1995-1999*
- *Figure 5. FDI Flows as a Percentage of Gross Fixed Capital Formation, 1992-2002*
- *Figure 6. FDI Stock as a Percentage of Gross Domestic Product, 1990-2002*

### Tabelas

- *Table 1. The top three investment partners in terms of FDI flows, 1998 and 1999*
- *Table 2. The three most important industries in terms of FDI flows, 1998 and 1999*
- *Table 3. Largest three home-bases TNCs, largest three foreign affiliates of home-based TNCs, and largest three affiliates of foreign TNCs*

Tabela 2. Estrutura da força de trabalho, 1960-1997

	1960		1970		1975		1980		1991		1997	
	000	%	000	%	000	%	000	%	000	%	000	%
1. População	6603.7	100.0	8168.9	100.0	9954.4	100.0	12130.0	100.0	14419	100.0	16076.4	100.0
Pop 15-64	4355.3	66.0	5219.9	63.9	5682.6	57.1	6186.3	51.0	7353.69	51.0	8472.3	52.7
2. Força de Trabalho	4182.6	100.0	4358.7	100.0	4972.2	100.0	5672.0	100.0	6090	100.0	6088.9	100.0
Força de Trabalho sobre Pop 15-64		96.0		83.5		87.5		91.7		82.8		71.9
3. Emprego Formal	1174.9	28.1	1302.0	29.9	1172.8	23.6	1117.4	19.7	1214.3	19.9	1266.2	20.8
3.1. Agricultura	520.9	12.5	542.1	12.4	394.7	7.9	283.6	5.0	243.6	4.0	170.5	2.8
3.2. Extração Mineral	161.5	3.9	128.3	2.9	100.9	2.0	78.3	1.4	116.9	1.9	29.6	0.5
3.3. Indústria	124.8	3.0	162.3	3.7	215.3	4.3	282.5	5.0	203.4	3.3	193.0	3.2
3.4. Construção	70.4	1.7	83.1	1.9	61.0	1.2	44.2	0.8	73.1	1.2	124.2	2.0
3.5. Transp. & Comun.	59.0	1.4	64.0	1.5	71.8	1.4	79.4	1.4	113.9	1.9	71.5	1.2
3.6. Outros Serviços	238.3	5.7	322.2	7.4	329.2	6.6	349.395	6.2	463.4	7.6	677.4	11.1
4. Sector Familiar (agricultura)	2907.6	69.5	2999.7	68.8	3772.2	75.9	4554.6	80.3	4779.4	78.5	4752.7	78.1
5. Emprego na agricultura (3.1+4)	3428.6	82.0	3541.8	81.3	4166.9	83.8	4838.2	85.3	5007.3	82.2	4923.2	80.9
6. Emprego Não-Agrícola (3.2 a 3.6)	654.0	15.6	759.9	17.4	778.1	15.6	833.8	14.7	970.7	15.9	1095.7	18.0
7. Desemprego (2-5-6)	100.0	2.4	57.0	1.3	27.2	0.5	0.0	0.0	112.1	1.8	70.0	1.2
8. Emprego Total (5+6)	4082.6	97.6	4301.7	98.7	4945.0	99.5	5672.0	100.0	5977.9	98.2	6018.9	98.8

Fonte: Sulemane (2002:53)

Fonte: Sulemane (2001: 77)

Tabela 4. Taxas de câmbios nominal, real e black market

Ano	Nominal	Taxas de Câmbios Reais			Taxa do Black Market
		TCFE	TCRUSA	TCRRAND	
1960	28.75	52.17	74.46	62.88	28.41
1961	28.75	52.08	73.03	62.20	29.32
1962	28.75	51.97	71.69	61.36	28.85
1963	28.75	52.88	72.01	61.26	28.72
1964	28.75	53.32	71.40	61.58	28.75
1965	28.75	54.29	71.26	63.00	28.77
1966	28.75	54.64	71.39	63.30	28.61
1967	28.75	54.29	70.85	63.20	28.59
1968	28.75	53.24	70.77	61.86	28.62
1969	28.75	54.22	72.82	62.23	28.60
1970	28.75	54.69	73.43	61.97	32.00
1971	29.60	52.06	68.08	58.22	36.00
1972	27.05	48.50	60.11	48.99	38.00
1973	24.52	49.50	54.90	51.48	38.80
1974	25.41	47.21	51.84	49.94	86.50
1975	25.55	51.67	55.10	51.21	263.00
1976	30.23	60.66	68.30	56.16	300.00
1977	33.02	71.38	77.92	66.78	300.00
1978	33.00	81.12	82.99	72.85	100.00
1979	32.56	88.64	89.37	82.40	81.00
1980	32.40	100.00	100.00	100.00	80.00
1981	35.35	102.15	116.04	108.25	75.00
1982	37.77	89.92	111.53	90.56	100.00
1983	40.18	86.01	109.60	94.10	160.00
1984	42.44	75.44	105.14	74.74	160.00
1985	43.18	50.37	74.93	39.27	1750.00
1986	40.43	51.28	63.73	37.52	1950.00
1987	290.73	156.33	172.20	126.65	1095.80
1988	524.64	191.97	208.51	149.49	1182.90
1989	744.92	193.44	221.74	150.26	1755.00
1990	929.09	164.65	173.43	129.07	2154.50
1991	1434.47	196.95	206.37	159.49	2192.60
1992	2516.55	262.01	260.86	215.43	2917.10
1993	3874.24	274.81	290.85	223.36	4500.00
1994	6038.59	271.71	284.81	214.05	6678.50
1995	9024.30	287.53	283.38	219.96	9926.70
1996	11293.80	242.81	251.69	173.21	12400.93

Fonte: Sulemane (2001: 17 e 137)

Notas: As taxas de câmbios nominal e de black market são dadas em meticais por dólar americano. As taxas efectivas são dadas em índice sendo 1980 = 100.



A tabela inclui a taxa de câmbios no mercado paralelo. É instrutivo olharmos para as variações anuais destas variáveis e alguns gráficos para se visualizar a tendência no longo prazo:

Tabela 5. *Variações anuais das taxas de câmbios e inflação*

Ano	Taxas de Crescimento (%)					Inflação (%)
	REER	RER USA	RER Rand	Nominal	Black Mkt	
1960						-0.95
1961	-0.17	-1.91	-1.09	0.00	3.19	3.09
1962	-0.20	-1.84	-1.34	0.00	-1.58	2.99
1963	1.75	0.44	-0.16	0.00	-0.46	0.92
1964	0.82	-0.85	0.52	0.00	0.09	1.94
1965	1.83	-0.20	2.31	0.00	0.08	1.80
1966	0.65	0.18	0.47	0.00	-0.56	2.95
1967	-0.65	-0.75	-0.15	0.00	-0.09	3.57
1968	-1.92	-0.12	-2.12	0.00	-0.11	4.32
1969	1.83	2.90	0.59	0.00	-0.05	2.48
1970	0.88	0.84	-0.43	0.00	11.88	4.96
1971	-4.82	-7.29	-6.05	2.96	12.50	15.76
1972	-6.83	-11.71	-15.85	-8.61	5.56	7.09
1973	2.05	-8.66	5.09	-9.35	2.11	5.30
1974	-4.62	-5.57	-3.00	3.63	122.94	21.76
1975	9.44	6.29	2.54	0.55	204.05	3.31
1976	17.41	23.96	9.65	-18.32	14.07	1.00
1977	17.66	14.08	18.92	9.23	0.00	1.98
1978	13.64	6.51	9.09	-0.06	-66.67	0.97
1979	9.28	7.68	13.12	-1.33	-19.00	1.92
1980	12.81	11.89	21.35	-0.49	-1.23	0.90
1981	2.15	16.04	8.25	9.10	-6.25	3.80
1982	-11.97	-3.89	-16.34	6.85	33.33	17.90
1983	-4.35	-1.73	3.91	6.38	60.00	11.80
1984	-12.29	-4.07	-20.57	5.62	0.00	14.80
1985	-33.23	-28.73	-47.46	1.74	993.75	47.70
1986	1.80	-14.95	-4.45	-6.37	11.43	12.30
1987	204.88	170.18	237.53	619.09	-43.81	175.70
1988	22.80	21.09	18.04	80.46	7.95	55.00
1989	0.76	6.34	0.51	41.99	48.36	40.00
1990	-14.88	-21.79	-14.10	24.72	22.76	68.00
1991	19.62	18.99	23.56	54.40	1.77	35.20
1992	33.03	26.41	35.08	75.43	33.04	43.00
1993	4.89	11.50	3.68	53.95	54.26	42.20
1994	-1.13	-2.08	-4.17	55.87	48.41	63.20
1995	5.82	-0.50	2.76	49.44	48.64	54.40
1996	-15.55	-11.18	-21.25	25.15	24.93	45.00

Gráfico 5. *Inflação, 1960–1996 (%)*

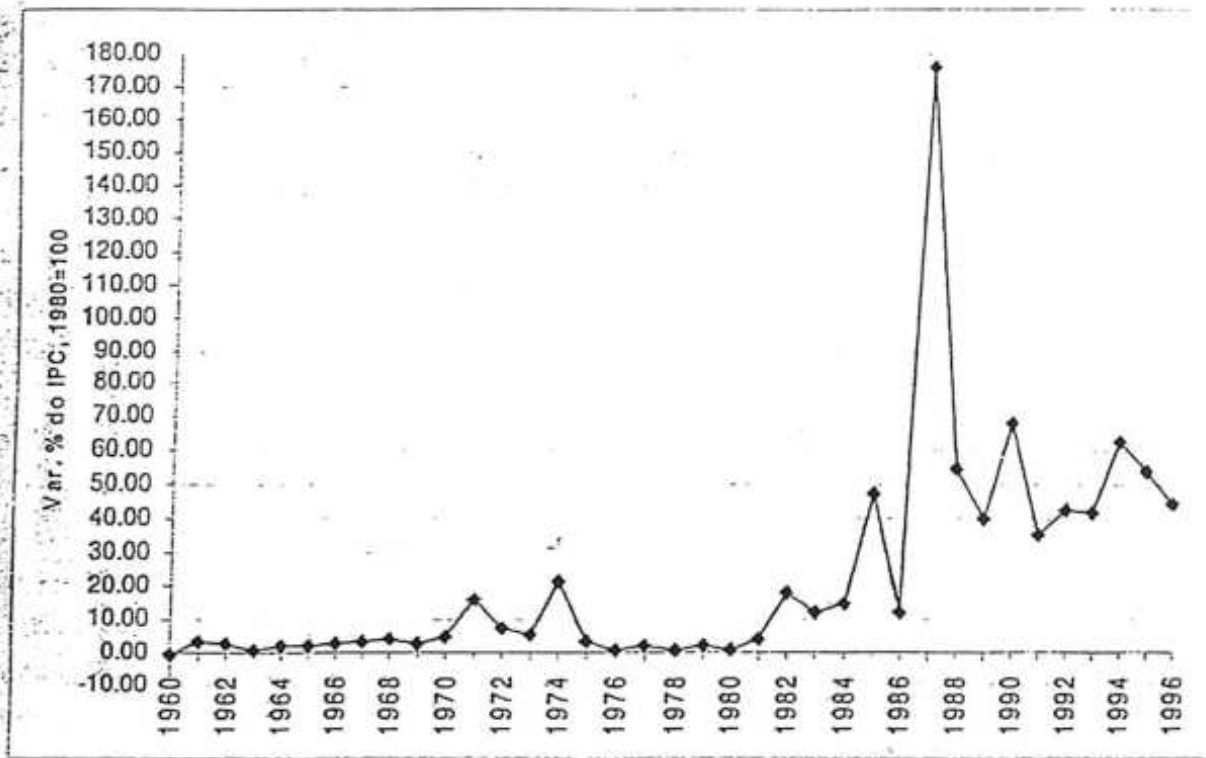
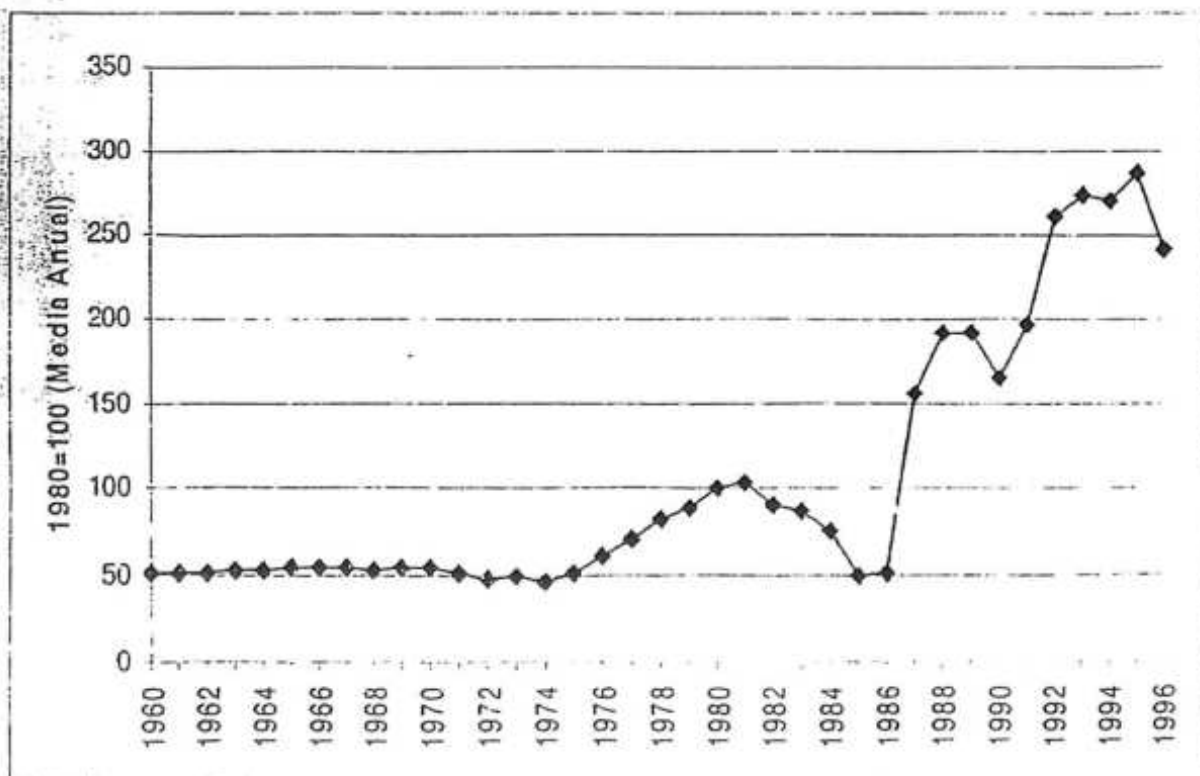


Gráfico 6. *Taxa de câmbios real efectiva, 1960–1996*



Fonte: Sulamane (2002: 59)

Tabela 6. Exportações para 23 países da OCDE, 1961-1996, milhões de \$US

Ano	Bens de			Total
	Consumo	Intermedios	Capital	
1961	24.58	45.15	0.11	69.84
1962	25.95	44.44	0.11	70.50
1963	29.46	53.60	0.20	83.25
1964	29.11	64.34	0.24	93.69
1965	35.04	61.99	0.32	97.35
1966	43.26	56.42	0.22	99.90
1967	76.12	70.28	0.46	146.86
1968	87.91	82.94	0.35	171.19
1969	70.55	84.20	0.33	155.08
1970	79.03	105.65	0.53	185.21
1971	90.97	90.38	0.55	181.89
1972	144.31	102.20	0.57	247.09
1973	158.40	138.07	0.60	297.07
1974	253.58	197.26	0.82	451.66
1975	196.47	153.75	1.84	352.05
1976	163.54	96.38	0.58	260.50
1977	196.54	81.60	0.75	278.89
1978	138.06	58.52	1.78	198.36
1979	142.99	88.48	1.33	232.79
1980	200.65	59.51	2.31	262.47
1981	166.81	41.24	1.68	209.73
1982	138.41	38.52	1.55	178.48
1983	89.10	34.26	0.52	123.88
1984	66.10	17.73	0.74	84.57
1985	48.21	17.54	1.37	67.12
1986	52.30	6.61	2.12	61.03
1987	81.66	29.82	3.02	114.50
1988	97.95	36.62	2.00	136.57
1989	73.35	42.35	3.87	119.57
1990	85.74	45.65	8.78	140.18
1991	114.94	28.80	2.96	146.70
1992	102.59	38.37	5.13	146.09
1993	83.15	28.53	4.27	115.95
1994	96.37	40.61	7.81	144.79
1995	120.07	56.02	2.57	178.67
1996	113.80	38.30	1.45	153.55

Fonte: Sulemane (2001: 117-26)

Fonte: Sulemane (2002:61)

Tabela 8. *Importações de 23 países da OCDE e África do Sul 1960-1996, milhões de \$US*

Ano	Bens de			Total
	Consumo	Intermedios	Capital	
1960	15.99	53.75	42.37	112.11
1961	13.14	43.66	36.75	93.55
1962	12.95	50.61	37.74	101.31
1963	15.43	54.86	40.86	111.15
1964	18.52	60.70	46.88	126.10
1965	21.77	66.22	55.88	143.87
1966	29.41	72.53	67.60	169.53
1967	32.41	79.99	78.72	191.11
1968	30.22	94.59	94.72	219.53
1969	35.12	114.96	114.37	264.44
1970	34.66	145.46	135.09	315.21
1971	34.63	153.78	139.61	328.01
1972	31.74	149.63	155.49	336.86
1973	40.66	196.41	245.68	482.74
1974	38.40	198.05	203.13	439.57
1975	43.00	144.63	115.74	303.37
1976	40.86	100.96	93.27	235.09
1977	40.21	126.72	131.16	298.09
1978	63.55	149.14	146.25	358.94
1979	66.36	122.01	104.78	293.16
1980	76.24	219.67	169.95	465.86
1981	70.21	245.52	162.45	478.18
1982	77.99	184.82	170.42	433.23
1983	86.20	133.33	178.92	398.45
1984	87.33	118.20	107.27	312.79
1985	96.71	91.85	96.53	285.08
1986	73.48	97.53	134.14	305.15
1987	131.04	153.03	218.58	502.65
1988	143.90	162.88	226.91	533.69
1989	123.49	172.29	250.19	545.97
1990	174.42	180.13	320.42	674.97
1991	206.23	171.83	344.22	722.28
1992	247.94	152.92	345.88	746.74
1993	179.96	204.59	291.83	676.39
1994	171.41	274.90	282.55	728.86
1995	201.21	375.25	238.30	814.76
1996	200.48	401.18	243.76	845.43

Fonte: Sulemane (2001: 127-133)

**Tabela 10. Taxas de Crescimento Anuais da Produção, Investimento, Comércio Externo e Preços, 1960-1996 (%)**

	1960-73	1974-86	1987-96
PIB (real)	5.15	-3.91	4.59
PIB per capita	2.51	-5.55	3.50
PIB por Trabalhador	4.86	-4.00	4.63
Agricultura	2.18	-3.09	5.75
Manufatura	12.07	-8.56	0.49
Construção	44.49	-1.75	0.33
Transport & Comunica	13.42	-4.88	8.45
Outros Serviços	5.75	-1.85	6.09
Stock de Capital	0.80	0.14	1.63
Formação Bruta Capital	5.30	-2.87	4.20
Exportações (real)	1.87	-6.28	9.98
Importações (real)	1.88	-3.44	-0.11
Deflador do PIB (base 1980)	4.04	14.16	59.89
Índice Preços Consumidor (base 1980)	4.02	10.79	62.17

*Fonte:* Sulemané (2001: 14)

*Notas:* exportações e importações de bens e serviços não factoriais de acordo com as contas nacionais publicadas.

Fonte: Sulemané (2002:66)

Tabela 11. Saldos externos e fiscais (% do PIB nominal)

	1960-73	1974-86	1987-96
CAD/ PIB	1.13	5.78	11.35
GNS/ PIB	9.06	6.60	10.33
Investimento/ PIB	10.19	12.38	21.68
Saldo Fiscal Total/ PIB	0.56	0.32	-12.82
Saldo Fiscal Corrente/ PIB	7.54	0.27	-1.12
Importacoes/ Exportacoes	1.73	3.50	5.94

Fonte: mesma da Tabela 10, p. 17

Notas: Definição de variáveis: CAD é o déficit da balança de transações correntes incluindo donativos, GNS é a poupança bruta nacional, Saldos fiscais (-défice, + superavit), e Saldo Fiscal Total excluindo donativos.

Fonte: Suilemne (2002:67)

Gráfico 11. Poupança interna e investimento interno bruto,  
Moçambique 1980-97

Fonte: Francisco (2002:33)

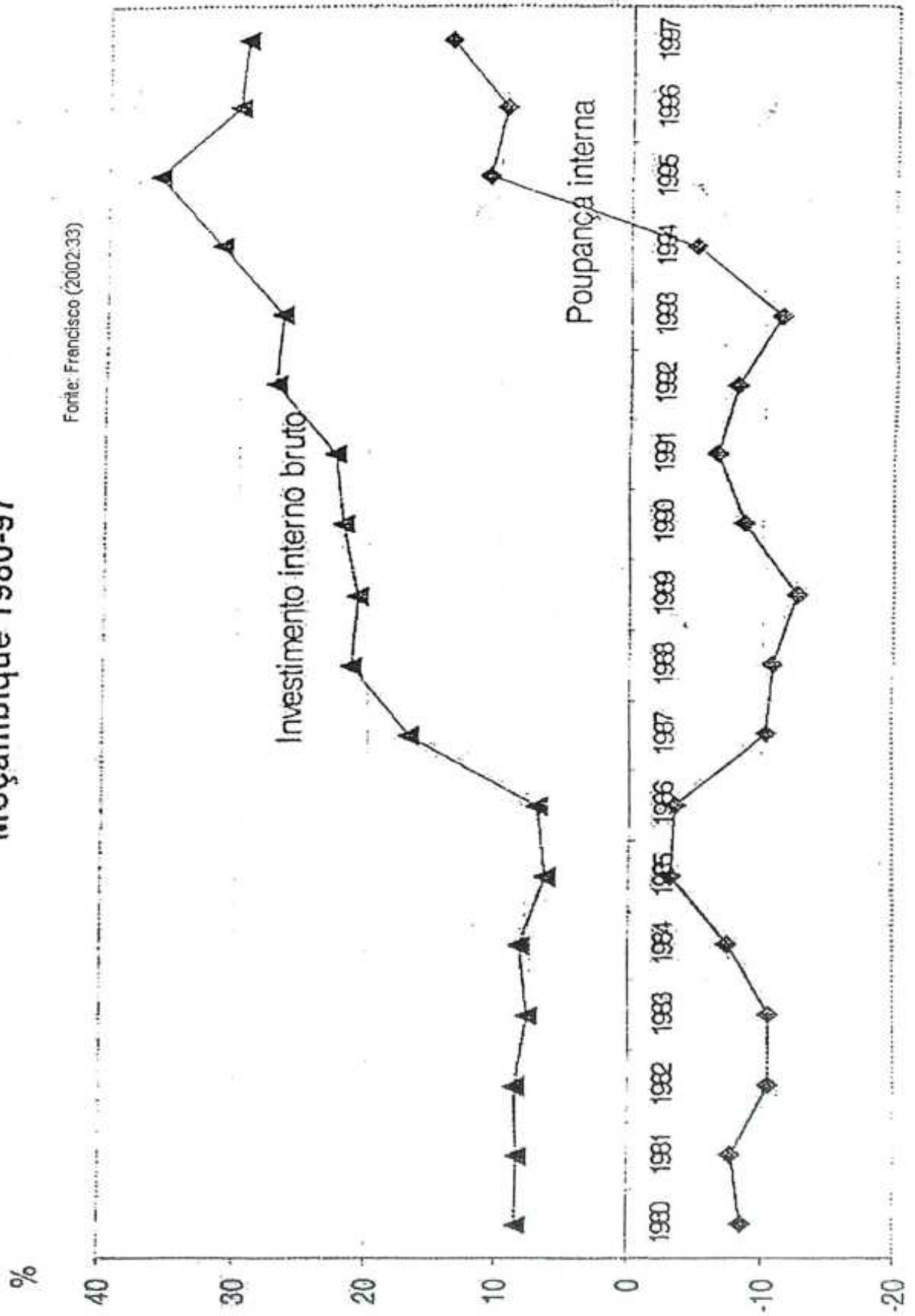
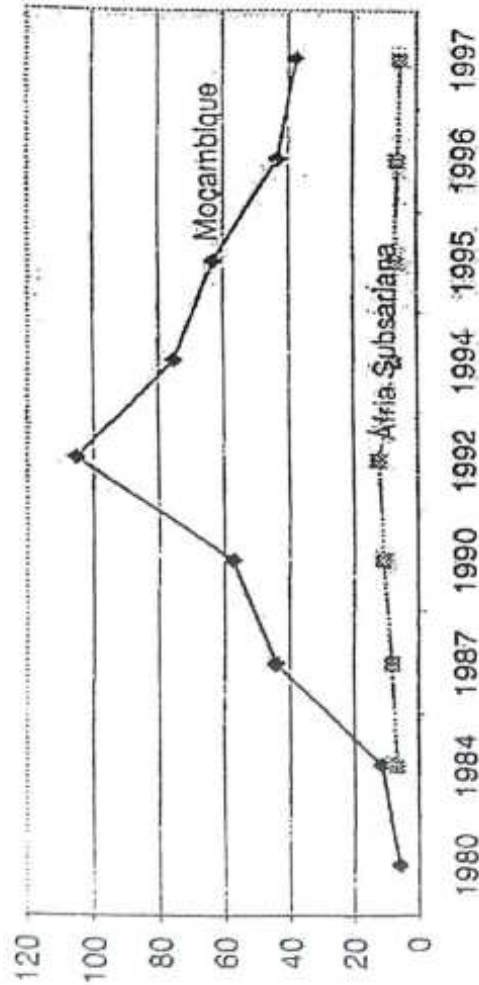
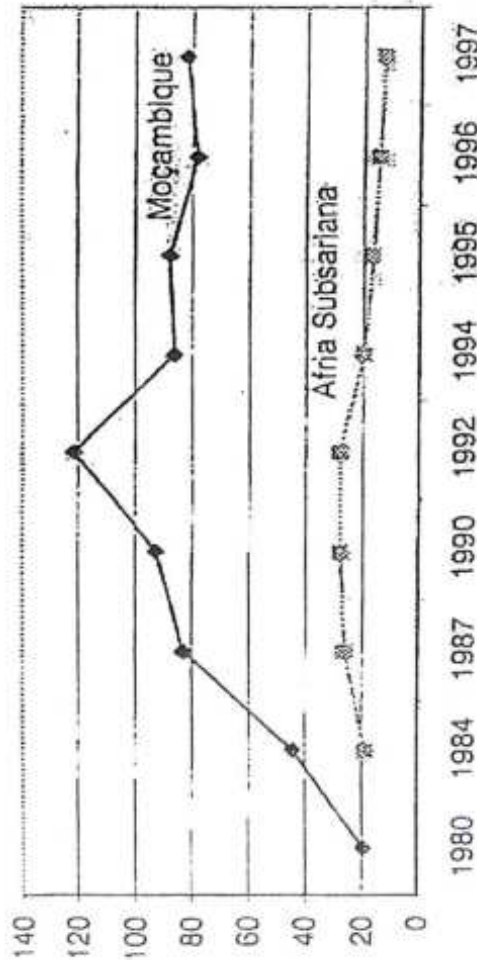


Gráfico 12a. Ajuda externa em % do PNB



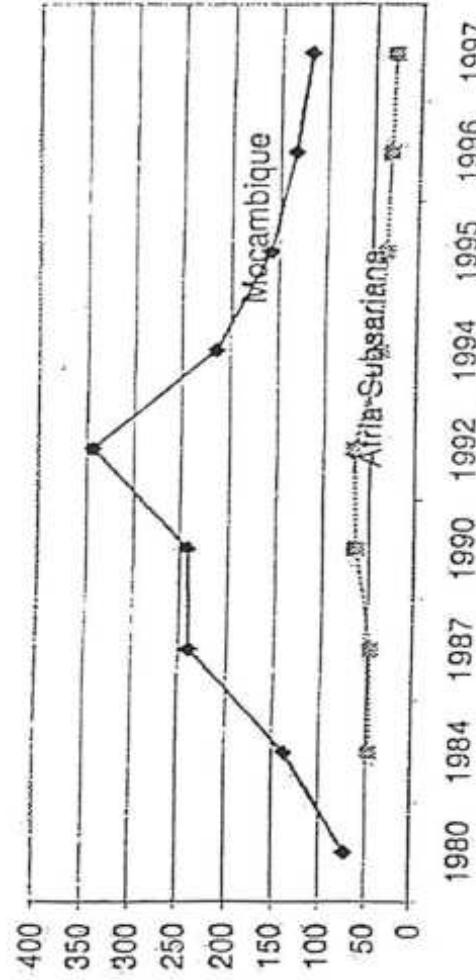
Fonte: Banco Mundial, 1999: CD

Gráfico 12c. Ajuda externa em % dos Bens e Serviços



Fonte: Banco Mundial, 1999: CD

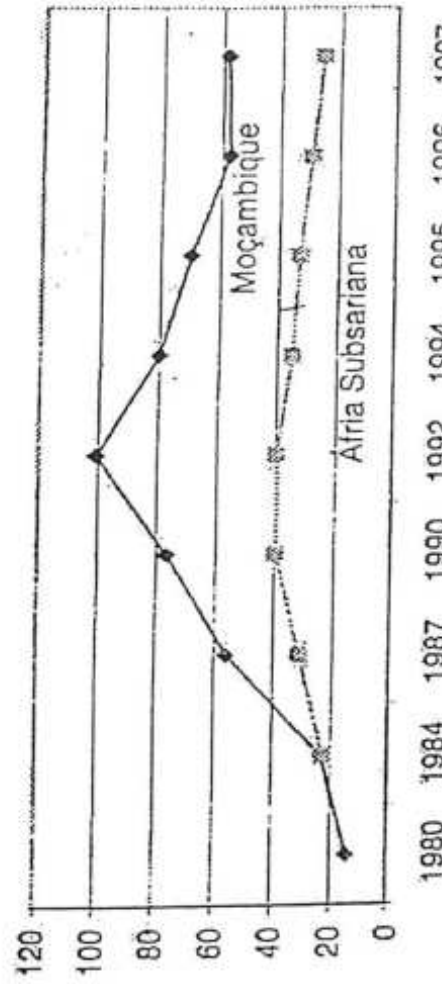
Gráfico 12b. Ajuda externa em % do Investimento interno bruto



Fonte: Banco Mundial, 1999: CD

Gráfico 12b. Ajuda per capita (\$US)

\$US



Fonte: Banco Mundial, 1999: CD





## World Investment Report 2004

### The Shift towards Services

(New York and Geneva: United Nations), United Nations publication

- Print copies	: Sales No. E. 04. II. D. 33	ISBN No. 92-1-112644-4
- CD-ROM	: Sales No. E. 04. II. D. 35	ISBN No. 92-1-112646-0
- Package (print copies plus CD-ROM)	: Sales No. E. 04. II. D. 36	ISBN No. 92-1-112647-9

**EMBARGO**

The content of this fact sheet, released in conjunction with WIR04, must not be quoted, or summarized in the press, radio, or on television before 17:00 hrs GMT on 22 September 2004.

## Country fact sheet: Mozambique

### Foreign direct investment (FDI) overview, selected years

(Millions of dollars and percentages)

FDI flows	1985-1995	1999	2000	2001	2002	2003	as a percentage of gross fixed capital formation					
	(Annual average)						1985-1995	2000	2001	2002	2003	
							(Annual average)					
<b>Mozambique</b>												
Inward	17	382	139	255	155	337	3.6	7.5	33.1	20.8	29.9	
Outward	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Memorandum</b>												
<b>Nigeria</b>												
Inward	921	1,005	930	1,104	1,281	1,200	27.4	49.4	31.3	37.8	36.0	
Outward	364	92	85	94	101	93	10.6	4.5	2.6	3.0	2.6	
<b>South Africa</b>												
Inward	97	1,502	888	6,789	757	762	0.2	4.7	40.9	4.8	3.0	
Outward	607	1,380	271	-3,180	-399	720	2.9	1.4	-19.1	-2.5	2.9	
<b>Africa</b>												
Inward	3,563	11,590	8,728	19,616	11,780	15,033	4.0	8.8	20.7	12.3	13.9	
Outward	1,287	2,564	1,319	-2,535	115	1,288	1.5	0.8	-2.6	0.2	1.1	
<b>Developing economies</b>												
Inward	50,773	231,880	252,459	219,721	157,612	172,033	4.5	14.9	13.1	9.9	10.0	
Outward	21,620	75,488	98,929	59,861	44,009	35,591	2.0	6.1	3.6	3.0	2.1	
<b>World</b>												
Inward	181,704	1,086,750	1,387,953	817,574	678,751	559,576	3.9	19.8	12.0	10.1	7.5	
Outward	203,620	1,092,279	1,186,838	721,501	596,487	612,201	4.6	17.1	10.8	9.0	6.4	
<b>FDI stocks</b>							as a percentage of gross domestic product					
	1980	1990	1995	2000	2002	2003	1980	1990	2000	2002	2003	
<b>Mozambique</b>												
Inward	15	42	201	1,094	1,505	1,842	0.4	1.7	30.2	41.6	42.6	
Outward	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	
<b>Memorandum</b>												
<b>Nigeria</b>												
Inward	2,405	8,072	14,065	20,184	22,570	23,770	3.7	28.3	42.4	49.0	42.6	
Outward	9	2,586	3,975	4,358	4,551	4,646	-	9.1	9.2	9.9	8.3	
<b>South Africa</b>												
Inward	16,519	9,221	15,016	43,462	29,611	30,373	20.5	8.2	33.9	27.8	18.5	
Outward	5,722	15,027	23,305	32,333	23,473	24,195	7.1	13.4	25.2	22.0	14.8	
<b>Africa</b>												
Inward	32,045	50,854	77,334	140,886	149,919	167,111	8.2	10.9	24.6	27.0	25.3	
Outward	6,871	20,940	32,873	45,558	38,138	59,439	2.2	5.3	8.6	7.6	6.6	
<b>Developing economies</b>												
Inward	101,974	547,965	916,697	1,939,926	2,093,569	2,280,171	12.4	14.7	29.3	31.9	31.4	
Outward	60,239	128,561	308,624	793,297	796,503	858,681	3.6	3.8	12.4	12.6	12.2	
<b>World</b>												
Inward	692,714	1,950,303	2,992,068	6,089,884	7,371,554	8,245,074	6.6	9.3	19.3	23.0	22.4	
Outward	559,629	1,758,216	2,897,574	5,983,342	7,209,582	8,196,863	5.8	8.6	19.1	22.6	23.0	

Source: UNCTAD, World Investment Report 2004; [www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)  
For details, see "Definitions and sources" in annex H and annex tables B, 1-6 in WIR04

**Cross-border merger and acquisition overview, 1995-2003**

(Millions of dollars)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Mozambique</b>									
Sales	14	11	-	13	1	-	10	-	88
Purchases	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Morocco</b>									
Sales	-	-	-	12	15	17	-	-	-
Purchases	2	-	-	-	-	-	6	-	-
<b>South Africa</b>									
Sales	640	1 106	2 664	1 932	1 902	1 171	11 916	2 931	1 563
Purchases	597	1 522	2 766	2 524	3 225	6 192	2 364	1 047	369
<b>Africa</b>									
Sales	840	1 805	4 346	2 607	3 117	3 199	15 524	4 684	6 427
Purchases	645	2 145	2 800	2 678	5 762	6 659	3 047	1 999	1 067
<b>Developing economies</b>									
Sales	16 493	35 727	66 999	82 668	74 030	70 610	85 813	44 532	42 130
Purchases	13 372	29 646	35 210	21 717	63 406	48 496	53 719	27 583	31 214
<b>World</b>									
Sales	186 593	227 023	304 846	531 648	766 044	1 143 816	593 960	369 789	296 988
Purchases	186 593	227 023	304 846	531 648	766 044	1 143 816	593 960	369 789	296 988

Source: UNCTAD, *World Investment Report 2004*; [www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)  
For details, see "definitions and sources" in annex B and annex tables B. 7-8 in *WIR04*.

**Bilateral investment treaties (BITs)  
concluded during 1995-2003**

Partner	Year
Algeria	1998
China	2001
Cuba	2001
Egypt	1998
France	2002
Indonesia	1999
Mauritius	1997
Netherlands	2001
Portugal	1996
South Africa	1997
Switzerland	2002
United States	1998

Source: UNCTAD, BIT/DTT database; [www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)

**Double taxation treaties (DTTs)  
concluded during 1995-2003**

Partner	Year
Mauritius	1997

Source: UNCTAD, BIT/DTT database; [www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)

Inward FDI Performance Index					Outward FDI Performance Index				
Rank*	Economy	Value			Rank*	Economy	Value		
		1988-1990	1998-2000	2001-2002			1988-1990	1998-2000	2001-2002
20	Jamaica	1.906	1.832	3.419	109	Tunisia	0.015	0.003	0.002
21	Bulgaria	-	1.842	3.291	110	United Republic of Tanzania	-	0.000	0.002
22	Congo	0.341	2.707	3.280	111	Madagascar	-0.071	0.006	0.001
23	Mozambique	0.256	1.902	3.259	112	Mozambique	-0.008	0.001	0.001
24	Cyprus	1.841	1.892	3.227	113	Bahamas	-1.597	0.001	0.001
25	Moldova, Republic of	-	1.750	3.124	114	Ecuador	0.001	0.001	0.000
26	Guyana	0.657	2.239	2.935	115	Angola	0.009	-0.026	0.000
							0.000	0.000	-0.001

Source: UNCTAD, World Investment Report 2004; www.unctad.org/fdistatistics

\* Ranked by the index for 2001-2002

Note: The FDI Performance Index is the ratio of a country's share in global FDI flows to its share in global GDP.

- Data not available

### Country rankings and values of the UNCTAD FDI Potential Index, 1988-1990, 1998-2000, 2000-2002

Rank*	Economy	Inward FDI Potential Index		
		Value		
		1988-1990	1998-2000	2000-2002
105	Papua New Guinea	0.110	0.166	0.139
106	TFYR Macedonia	-	0.143	0.135
107	Ecuador	0.128	0.133	0.135
108	Mozambique	0.053	0.112	0.134
109	Guinea	0.097	0.125	0.132
110	Moldova, Republic of	-	0.103	0.129
111	Ghana	0.096	0.119	0.128

Source: UNCTAD, World Investment Report 2004; www.unctad.org/fdistatistics

\* Ranked by the index for 2000-2002.

Note: The inward FDI Potential Index is based on 12 economic and policy variables.

- Data not available.

This fact sheet and additional information on the World Investment Report 2004 and the Report itself can be found at the following URL:

<http://www.unctad.org/wir>

The sources for all this information are the World Investment Report 2004, *The Shift towards Services*, and UNCTAD databases on FDI/TNC, cross-border M&As and BITs and DTTs ([www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)).

The World Investment Report 2004 (WIR04) may be obtained from UN Sales Offices at the below mentioned addresses or from UN sales agents in many countries. Price: US\$ 75.00 (for residents in developing countries: US\$ 30.00). This includes the book and the CD-ROM. Customers who would like to buy the book or the CD-ROM separately, or obtain quotations for large quantities, should enquire from the sales offices. Please send orders or enquiries to:  
Europe, Africa, Western Asia: United Nations Publications/Sales Section, Palais des Nations, CH-1211 Geneva 10, fax: +41 22 917 0027, e-mail: [unpubli@un.org](mailto:unpubli@un.org)  
Americas, Eastern Asia: United Nations Publications, Two UN Plaza, DC2-853, New York, N.Y. 10017, U.S.A., telephone: 1 212 963 8302 or 1 800 253 9646, fax: 1 212 963 3489, e-mail: [publications@un.org](mailto:publications@un.org)  
Internet: <http://www.un.org/publications>

For more information, please contact Masataka Fujita, Officer-in-Charge, Investment Trends Section, Investment Issues Analysis Branch, Division on Investment, Technology and Enterprise Development, UNCTAD, tel: +41 22 907 6217, fax: +41 22 907 0194, or e-mail: [masataka.fujita@unctad.org](mailto:masataka.fujita@unctad.org) or Erica Mohr, Press Officer, tel: +41 22 907 5305/5528, fax: +41 22 907 0013, or e-mail: [press@unctad.org](mailto:press@unctad.org)

# UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT

## FDI in brief\*: Mozambique

FDI inflows to Mozambique still far from the record level of 1999.

\*Complete tables are presented in the Country Profile: Mozambique *World Investment Directory online, Africa*

FDI inflows to Mozambique failed consistently to recover to the best performance of 1999, and in 2002 they took another nose dive. The country's FDI inflows declined from \$225 million in 2001 to \$155.3 million in 2002. The driving force behind the country's FDI inflows had been the mining and some processing industries. Put together, they had drawn global TNCs giants into the economy. In recent years, these TNCs have not invested in any major projects. Many projects in the pipeline have not been operationalized. FDI outflows are yet to reach a significant volume (figure 1).

Inward FDI stock had been dramatic in its growth, rising from just \$42 million in 1990 to over \$1.5 billion in 2002. Outward FDI stock showed a similar pattern, but the volume was less than \$1 million at the end of 2002 (figure 2).

The key source of the FDI inflows to Mozambique, in 1999, was developed countries (63%). Developing countries provided a smaller portion (37%), in the same year (figure 3).

Available data show that the tertiary sector was the largest sector in 1999, but a large part of this data was not disaggregated. Most of the aggregated data is probably related to the mining sector (figure 4).

FDI inflows as percentage of gross fixed capital formation had fluctuated since 1996, reaching 24% in 2002 (figure 5). FDI inward stock as a percentage of gross domestic product grew continuously from 2% in 1990 to 38% in 2002.

The ratio for outward stock was very small (figure 6). Portugal, Mauritius and Italy provided about 78% of the total FDI inflows to the country in 1999 (table 1). Portugal is a key investor in Mozambique, contributing an average of 41% of the inward FDI flows in 1998 and 1999 (table 1). Two of the largest affiliates of foreign TNCs in the finance and insurance sector were from Portugal (table 2).

Figure 1. FDI flows, 1992-2002  
(Millions of dollars)

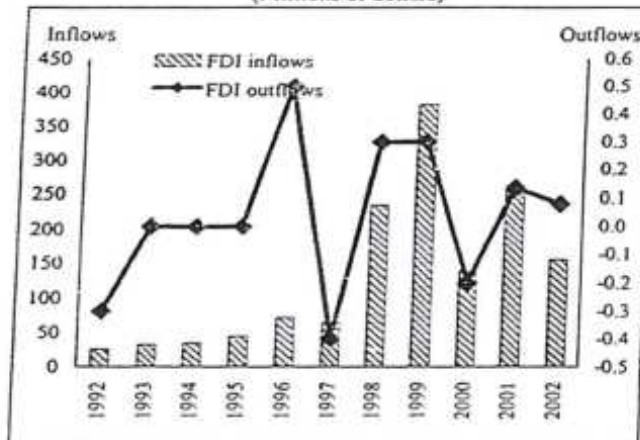


Figure 2. FDI stock, 1990, 1995 and 2002  
(Millions of dollars)

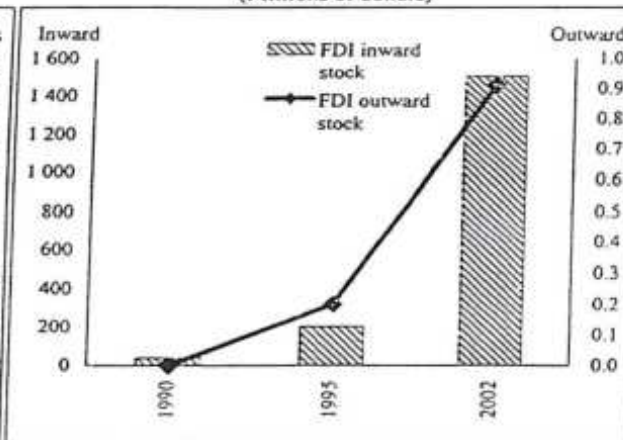


Figure 3. FDI inflows,\* by region, 1995-1999  
(Millions of dollars)

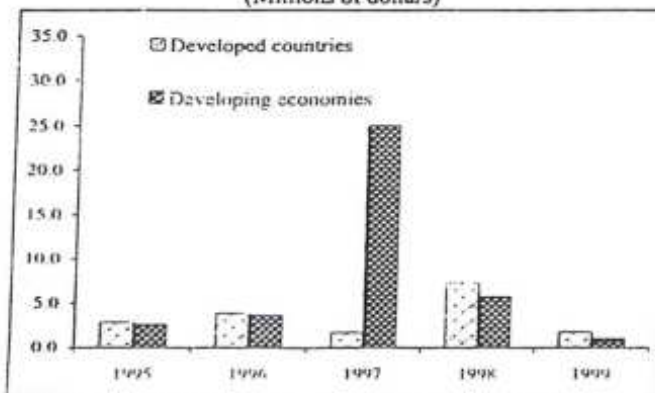
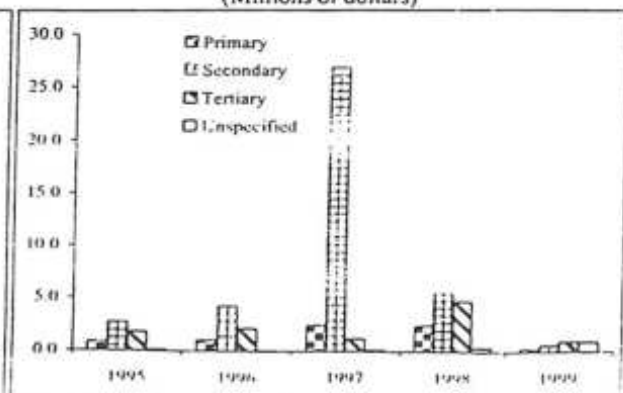


Figure 4. FDI inflows,\* by industry, 1995-1999  
(Millions of dollars)



\* data based on approvals.

Figure 5. FDI flows as a percentage of gross fixed capital formation, 1992-2002 (Per cent)

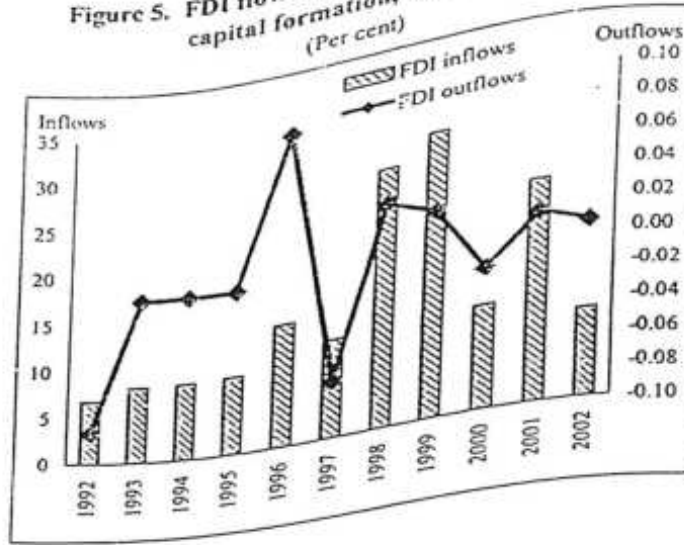


Figure 6. FDI stock as a percentage of gross domestic product, 1990-2002 (Per cent)

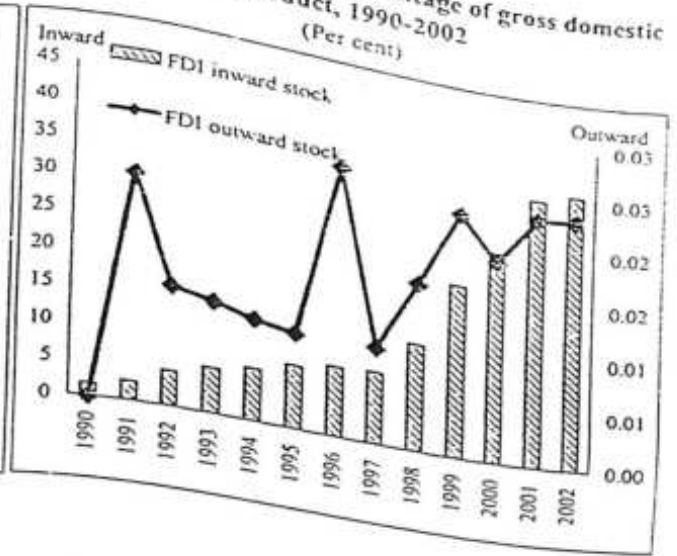


Table 1. The top three investment partners in terms of FDI flows,<sup>a</sup> 1998 and 1999 (Shares in total)

Year	Inward FDI flows	Outward FDI flows
1998	Portugal (40%), South Africa (14%), Mauritius (13%)	..
1999	Portugal (42%), Mauritius (27%), Italy (9%)	..

<sup>a</sup> Based on approvals.

Table 2. The three most important industries<sup>a</sup> in terms of FDI flows,<sup>b</sup> 1998 and 1999 (Shares in total)

Year	Inward FDI flows	Outward FDI flows
1998	Finance (25%), Agriculture (18%), Transport and Communication (7%)	..
1999	Tourism (17%), Construction (15%), Agriculture (8%)	..

<sup>a</sup> At the 2-digit level of the ISIC classification. Data for the secondary sector cannot be allocated by industry at the 2-digit level.

<sup>b</sup> Based on approvals.

## FDI in brief: Mozambique (concluded)

Table 3. Largest three home-based TNCs, largest three foreign affiliates of home-based TNCs, and largest three affiliates of foreign TNCs

Company	Economy	Industry	Sales	Employees
<b>A. Industrial</b>				
a) Largest home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
..	..	..	..	..
b) Largest affiliates of home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
..	..	..	..	..
c) Largest affiliates of foreign TNCs in the host economy, 2002 (Millions of dollars and number)				
Colgate Palmolive Mocambique	United States	Pharmaceuticals	9 357.9	109
Mabor Moçambique	Germany	Tyres Manufacturing	7.0	610
Brithol Michcoma Moçambique Limitada	United Kingdom	..	4.4	87
<b>B. Tertiary</b>				
a) Largest home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
Linhas Aereas De Mozambique	..	Transport	1.0	1 200
b) Largest affiliates of home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
Linhas Aereas De Mozambique	Italy	Transport	..	..
c) Largest affiliates of foreign TNCs in the host economy, 2002 (Millions of dollars and number)				
Quintas & Quintas Mocambique	Portugal	Trade	1.5	15
Construtora Norberto Odebrecht	Brazil	Other business services	..	300
Fasol Saborel	Portugal	Trade	..	230
<b>C. Finance and insurance</b>			<b>Assets</b>	<b>Employees</b>
a) Largest home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
..	..	..	..	..
b) Largest affiliates of home-based TNCs, 2002 (Millions of dollars and number)				
..	..	..	..	..
c) Largest affiliates of foreign TNCs in the host economy, 2002 (Millions of dollars and number)				
Banco Internacional de Moçambique	Portugal	Finance	654.9	1 550 *
Banco Standard Totta de Mozambique	Spain	Finance	216.8	410 "
Banco Austral S.A.R.L.	Portugal	Banking	165.92	2 037 *

\* Data refer to 2001.

**“TEM, MAS ACABOU”**  
**Economia Contemporânea em Moçambique**

**APÊNDICE 2**  
**Programme d’action**  
**de la SADCC**





SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COORDINATION CONFERENCE

# **PROGRAMME D'ACTION DE LA SADCC**

Étude conjointe du  
Centre de Développement de l'OCDE  
et du Secrétariat de la SADCC sur les  
structures et procédures de la coopération  
pour le développement

**PARIS et GABORONE**  
Mars 1988

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES

UN EXAMEN D'ENSEMBLE DE LA SADCC

## TABLE DES MATIERES

1. Historique . . . . .	203
2. Formation de la SADCC . . . . .	206
3. Structure organique . . . . .	207
4. Programmes sectoriels . . . . .	209
5. Relations entre la SADCC et ses partenaires coopérants . . . . .	21
6. Relations avec les autres organisations . . . . .	217
7. Faits récents . . . . .	217
Notes et références . . . . .	223

## UN EXAMEN D'ENSEMBLE DE LA SADCC

La Conférence pour la coordination du développement de l'Afrique australe (SADCC) a été créée lors d'une réunion des chefs de gouvernement de neuf pays d'Afrique australe (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique, Swaziland, Tanzanie, Zambie et Zimbabwe) qui s'est tenue à Lusaka en avril 1980. La Déclaration de Lusaka qui a créé la SADCC a également invité les institutions internationales et les pays extérieurs à l'Afrique australe à coopérer à l'exécution de projets et de programmes visant spécifiquement au développement des pays membres de la SADCC et à réduire leur dépendance économique en particulier à l'égard de la République d'Afrique du Sud.

### 1. Historique

Pris collectivement, les membres de la SADCC forment un groupe économique important avec 70 millions d'habitants, un PIB global de quelque 24 milliards de dollars et d'importantes ressources naturelles. Pris individuellement, leurs économies ne sont cependant pas solides, étant tributaires des marchés et des transports extérieurs et très différents en ce qui concerne leur population, leurs dimensions géographiques, leur revenu par habitant et leurs ressources. Le PIB par habitant va de 160-170 dollars dans le cas du Mozambique et du Malawi à un chiffre nominal de 840 dollars dans le cas du Botswana (voir tableau 1). La plupart des pays demeurent lourdement tributaires de l'agriculture et/ou de l'exportation d'un ou deux produits de base et sont vulnérables aux fluctuations des marchés et cours mondiaux. Deux seulement (Zimbabwe et Swaziland) possèdent des secteurs manufacturiers notables et quatre (Angola, Botswana et Zambie et Zimbabwe) des secteurs miniers eux aussi importants (voir tableau 2).

L'aide extérieure en termes de recettes nettes au titre de l'APD aux pays de la SADCC considérés en tant que groupe s'est élevée, au cours des deux années 1984-85, à 26 dollars en moyenne par habitant, bien que des différences notables aient existé d'un pays à l'autre, cette aide allant de 11 dollars par habitant dans le cas de l'Angola à 95 dollars dans le cas du Botswana, la plupart des autres pays se situant dans la fourchette 20-40 dollars (voir tableau 3).

---

Cette note, préparée en collaboration avec le Secrétariat de la SADCC est basée sur un travail mené au Centre de Développement par A.J. Barry.

Tableau 1  
MEMBRES DE LA SADCC : DONNEES DE BASE

	Population (millions)	Superficie (1 000 Km <sup>2</sup> )	PIB (millions de dollars)	PNB par habitant (\$)	Exportations (Pourcentage du PIB) (min./max.)	Importations (min./max.)
Angola	8.8	1 247	5 700	690	40/47	31/42
Botswana	1.1	600	830	840	43/69	66/76
Lesotho	1.5	30	260	470	7/14	112/146
Malawi	7.0	118	970	170	15/22	14/25
Mozambique	13.8	802	3 230	160	7/12	33/37
Swaziland	0.8	17	(590)	670	51/63	81/87
Tanzanie	22.2	945	5 600	290	7/11	18/31
Zambie	6.7	753	2 330	390	24/38	22/29
Zimbabwe	8.4	391	4 530	680	19/26	18/24
Total	70.3	4 903	24 040			

Populations au milieu de 1985. Les chiffres du PIB et du PNB par habitant concernent l'année 1985 sauf pour le PIB de l'Angola et du Swaziland (1984). Les exportations et importations sont indiquées en pourcentages minimums/maximums du PIB pour les années 1980-1983. Les chiffres entre parenthèses représentent des estimations.

Sources: Banque mondiale : Rapport sur le développement dans le monde 1987 ; SADCC : Etude macroéconomique 1986 ; EIU : SADCC : Progrès, projets et perspectives, 1984 (PIB Angola et Mozambique).

Tableau 2  
MEMBRES DE LA SADCC : PARTS SECTORIELLES DU PIB  
(Pourcentage du total)

	Agriculture	Industries extractives	Industries manufacturières	Transports & Communications	Divers
Angola	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Botswana	7.3	27.9	7.7	3.0	54.1
Lesotho	18.4	2.7	5.5	1.7	71.7
Malawi	39.0	--	12.8	5.6	42.6
Mozambique	39.1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Swaziland	25.3	2.6	23.5	5.5	43.1
Tanzanie	51.5	0.6	9.3	5.0	33.6
Zambie	14.2	15.3	19.8	5.4	45.3
Zimbabwe	12.8	6.2	30.0	7.9	43.1

Les chiffres concernent l'année 1983 sauf pour le Lesotho et la Tanzanie (1982).

Sources: SADCC: Etude macroéconomique 1986.

Tableau 3

## MEMBRES DE LA SADCC : RECETTES NETTES D'APD

	APD nette 1985 (millions de \$)	Moyenne de l'APD nette par habitant 1984-85 (\$)	Moyenne de l'APD nette en pourcentage du PNB (%)
Angola	92	11	1.6
Botswana	97	95	12.7
Lesotho	94	63	17.0
Malawi	113	20	12.4
Mozambique	300	21	7.8
Swaziland	26	29	4.1
Tanzanie	487	24	11.3
Zambie	329	43	12.6
Zimbabwe	237	32	5.4
Pays de la SADCC	1775	26	7.0

Sources: Banque mondiale : Rapport sur le développement dans le monde 1986 et 1987 ; OCDE : Répartition géographique des ressources financières mises à la disposition des pays en développement, 1982-1985.

Au cours des deux mêmes années, les recettes nettes au titre de l'APD ont représenté en moyenne environ 7 pour cent du PNB pour l'ensemble du groupe de pays de la SADCC, chiffre qui est à rapprocher de 5 pour cent peut-être pour tous les pays de l'Afrique sub-saharienne. Le chiffre varie aussi beaucoup selon les pays (voir tableau 3).

Les engagements au titre de l'APD destinée aux pays de la SADCC ont été très légèrement supérieurs à 2 100 millions de dollars en 1985 et ont atteint au total, pour les cinq années 1981-85, un peu moins de 10 400 millions de dollars (voir tableau 4), soit une somme moyenne légèrement supérieure à 2 000 millions de dollars par an. Il y a eu 17 donateurs officiels dont chacun a fourni plus d'un pour cent des engagements au cours de la période de cinq ans, les cinq donateurs les plus importants représentant ensemble 43.4 pour cent du total et les dix les plus importants 73.6 pour cent. Les programmes bilatéraux du CAD ont représenté juste un peu moins de 67 pour cent, les donateurs multilatéraux autres que l'OPEP un peu moins de 29 pour cent et les pays et agences arabes de l'OPEP 4.3 pour cent (1).

On notera que les chiffres provisoires pour les recettes et les nouveaux engagements au titre de l'APD en 1986 sont nettement supérieurs à ceux des années précédentes (voir tableaux 5.6.7).

## 2. Formation de la SADCC

L'initiative de créer la SADCC est le résultat de la coopération politique des Etats de la Ligne de Front (Angola, Botswana, Mozambique, Tanzanie et Zambie) dans le but d'agir en faveur de l'indépendance du Zimbabwe et de la Namibie et de mettre fin à l'apartheid en Afrique du Sud. L'objectif commun de la décolonisation et du gouvernement par la majorité dans toute l'Afrique australe s'est toutefois accompagné de la conscience très nette du fait que les Etats indépendants de l'Afrique australe continuent de dépendre économiquement de la République d'Afrique du Sud (2). Avec l'indépendance et la règle majoritaire au Zimbabwe en 1980, les Etats de la Ligne de Front ont concentré leur attention sur les questions politiques de la Namibie et de l'apartheid et sur la position économique des Etats indépendants à l'égard de l'Afrique du Sud.

A la fin des années 70, l'Afrique du Sud s'est efforcée de créer une "Constellation d'Etats de l'Afrique australe" ou "CONSAS", qui serait un groupement économique centré sur l'Afrique du Sud, du moins en partie pour renforcer le processus politique de création d'"homelands indépendants" à l'intérieur de l'Afrique du Sud et de créer des relations économiques plus étroites entre plusieurs Etats indépendants de l'Afrique australe. En ayant comme membres des pays indépendants internationalement reconnus et les nouveaux "homelands indépendants", une CONSAS aurait pu également améliorer les chances de voir les "homelands" plus largement reconnus sur le plan international. Mais les Etats indépendants de l'Afrique australe, fidèles à leur propre conviction et conformément à la position générale de la communauté internationale, ont refusé de reconnaître la légitimité de l'octroi de l'"indépendance" aux anciens "Bantoustans". De plus, ils ont acquis davantage la conviction qu'il leur était nécessaire de renforcer leur propre situation économique pour résister aux pressions de l'Afrique du Sud.

Le Botswana, le Lesotho et le Swaziland ont été particulièrement vulnérables aux pressions qu'ils subissaient pour adhérer à une CONSAS en raison des liens économiques étroits qu'ils avaient avec l'Afrique du Sud et de leur participation avec ce pays à l'Union douanière sud-africaine et, dans le cas du Lesotho et du Swaziland, à la Zone monétaire du Rand. De ces trois pays, le Botswana était celui qui était le mieux en mesure d'agir indépendamment et son président d'alors, Sir Seretse Khama, a joué le rôle principal dans l'organisation d'une conférence des pays de l'Afrique australe à Arusha en Tanzanie en 1979.

C'est à cette Conférence d'Arusha qu'ont été précisés les objectifs des Etats de l'Afrique australe qui devaient constituer la SADCC et qu'un an plus tard ont été jetées les bases de la Déclaration de Lusaka après l'établissement de la règle majoritaire au Zimbabwe.

La déclaration commune que les neuf chefs de gouvernement ont faite à Lusaka le 1er avril 1980 a constitué la base pour la création de la SADCC et a fixé quatre objectifs principaux :

- réduction de la dépendance économique en particulier mais non pas seulement à l'égard de l'Afrique du Sud ;
- établissement de liens visant à créer une véritable et équitable intégration régionale ;

- mobilisation des ressources nécessaires pour appliquer les politiques nationales inter-Etats et régionales, et
- action concertée permettant d'assurer une coopération internationale dans le cadre de la stratégie de libération économique de la SADCC (3).

La Déclaration de Lusaka a également défini certains secteurs économiques où s'exercerait cette coopération, en particulier dans les secteurs des transports et des communications, qu'elle considérait comme indispensable pour réduire la dépendance à l'égard de l'Afrique du Sud et exprimé l'intention de créer une Commission des Transports et Communications de l'Afrique australe.

Elle a invité en outre les organismes internationaux et les Etats extérieurs à l'Afrique australe à coopérer à l'exécution de programmes spécifiques et a proposé la tenue d'une Conférence annuelle qui serait chargée d'examiner les résultats obtenus, d'évaluer l'efficacité de cette coopération, d'en identifier les points forts et les faiblesses et de convenir de plans pour l'avenir.

Les décisions de Lusaka ont jeté les bases d'un "Programme d'action" pour la SADCC, définissant certaines priorités, avec un calendrier dans les limites duquel pourrait être entrepris le travail préparatoire dans certains domaines d'activité et, au nom de la SADCC, une première répartition des responsabilités pour chaque secteur entre les pays membres. Ce "Programme d'action" a été par la suite élargi et précisé par diverses décisions du Conseil des ministres de la SADCC et des réunions au Sommet.

### 3. Structure organique

Lorsqu'ils ont créé la SADCC, les Etats membres n'ignoraient pas les infructueuses tentatives précédentes de coopération et d'intégration régionale en Afrique orientale et australe ni les avantages que présenteraient des dispositions souples pour une coopération sur le plan politique entre les Etats de la Ligne de Front. Ils ont donc décidé de créer une association relativement informelle et souple avec un secrétariat restreint doté de pouvoirs limités. Les Etats membres eux-mêmes devaient se charger chacun de l'élaboration et de l'exécution de programmes et de projets sectoriels, les décisions devant être prises sur la base d'un consensus.

Les éléments plus formels de la structure de la nouvelle organisation ont été créés par un Protocole d'accord approuvé par les chefs d'Etat ou de gouvernement de la SADCC au cours d'une réunion qui s'est tenue en juillet 1981 à Harare au Zimbabwe (4). Ces éléments sont connus sous le nom "institutions" de la SADCC et sont les suivants :

- le Sommet, composé de chefs d'Etat et de gouvernement de tous les Etats membres, qui se réunit chaque année et est chargé de l'"orientation et du contrôle d'ensemble des fonctions de la SADCC et de la réalisation de ses objectifs" ;



- le Conseil des ministres de tous les Etats membres qui se réunit deux ou trois fois par an et est responsable envers le Sommet de la politique d'ensemble, de la coordination ainsi que de la supervision des activités de la SADCC et de l'approbation des projets à inclure dans le "Programme d'action" ;
- le Comité permanent de fonctionnaires, composé des secrétaires permanents (ou de leurs équivalents) des ministres au Conseil et remplissant effectivement pour le Conseil les fonctions qui sont normalement celles d'un secrétaire pour son ministre, y compris l'exposé du budget et des propositions de projets à soumettre à l'approbation du Conseil ; ces fonctionnaires sont aussi normalement les "points de contact" désignés de la SADCC dans leurs pays ;
- le Secrétariat qui est le bras exécutif de l'organisation, avec à sa tête un secrétaire exécutif qui est le conseiller principal du Conseil des ministres; et
- les Commissions sectorielles qui peuvent être créées par le Sommet et établies par une convention internationale ratifiée par les Etats membres ; à ce jour, seuls la Commission d'Afrique australe pour les Transports et les Communications (SATCC) et, plus récemment, le Centre d'Afrique australe pour la coopération en matière de recherche agricole (SACCAR) ont été créés en tant que commissions séparées (5).

A ces "institutions", qui sont reconnues comme étant des entités distinctes des Etats membres, s'ajoutent :

- la Conférence consultative annuelle envisagée dans la Déclaration de Lusaka, qui se tient chaque année avec les partenaires coopérants internationaux de la SADCC (terme employé par la SADCC pour les pays et institutions donateurs) ; et
- un certain nombre de comités sectoriels, d'unités de coordination et de coordinateurs sectoriels créés pour les différents secteurs désignés (autres que ceux pour lesquels des Commissions ont été créées). Pour chacun de ces secteurs, il existe une "Unité de coordination" ayant à sa tête un coordonnateur sectoriel. Chacune de ces unités fait partie de l'administration nationale du gouvernement membre et est chargée de la coordination dans ce secteur. Elle rend compte à un Comité sectoriel des Ministres et aux Comités de fonctionnaires concernés, qui sont eux-mêmes constitués par des représentants de chaque Etat membre. Chaque Comité de Ministres sectoriel rend compte au Conseil des Ministres de SADCC.

En fait, les unités de coordination remplissent les mêmes fonctions pour d'autres secteurs, comme le font les commissions sectorielles dans le cas des secteurs pour lesquels celles-ci ont été créées. Elles se différencient toutefois des commissions en ce qu'elles sont financées par le gouvernement chargé de la coordination dans le secteur concerné au lieu de l'être par des contributions des Etats membres et n'ont pas de statut juridique distinct.

La SADCC elle-même n'a pas été créée par un traité ou une convention mais, comme on l'a déjà noté, par un protocole d'accord moins formel. Son président (qui a été le Président du Botswana depuis la création de la SADCC) nomme le président du Conseil des Ministres et du Comité permanent de Fonctionnaires.

Le Secrétariat restreint est basé à Gaborone au Botswana. Il existe aussi à Londres un Comité de liaison placé sous l'autorité du Haut-Commissaire pour le Botswana ainsi que des comités de liaison similaires composés d'ambassadeurs des Etats membres de la SADCC et qui ont été créés ou sont en voie de l'être à New York, Washington, Bruxelles, Stockholm et dans d'autres centres. Pour des raisons qui tiennent au passé, c'est toutefois le Comité de Londres qui a été le plus actif.

Le Secrétariat, qui a été créé en 1983 sous sa forme actuelle et placé sous l'autorité d'un Secrétaire exécutif à plein temps, a pour but d'assurer la liaison nécessaire à la cohérence et à la compatibilité des programmes entre les différentes composantes de la SACC. Il a principalement pour fonctions de servir les réunions du Sommet, du Conseil des Ministres, du Comité permanent et de la Conférence consultative annuelle, d'assurer la coordination et la liaison ainsi que le soutien des Unités de coordination sectorielles dans les Etats membres et, avec le Président du Conseil des Ministres, d'exposer les orientations et les besoins de la SADCC à la communauté internationale. Il s'acquitte de cette dernière tâche avec l'appui des coordonnateurs sectoriels et la coopération des représentants diplomatiques des membres de la SADCC.

Le Secrétariat s'est également vu attribuer davantage un rôle de programmeur dans certains secteurs ou domaines d'activité où le travail risquerait autrement de ne pas se faire (6) et, plus généralement, une part de responsabilité dans le suivi des résultats sectoriels. A ces diverses tâches, sont venues s'ajouter plus récemment des responsabilités en matière de planification et d'analyses économiques y compris l'établissement d'enquêtes macroéconomiques régionales.

Dans son rôle de coordonnateur, le Secrétariat travaille en étroite liaison avec les coordonnateurs sectoriels qui se réunissent périodiquement sous la présidence du Secrétariat pour faire le point de l'état général d'avancement de divers éléments du Programme d'action, discuter des dispositions en matière de financement et de coopération technique et (dans le cas des pays nordiques et de la Commission des Communautés Européennes) pour mener les discussions en matière de programmation avec les partenaires coopérants internationaux.

Le système d'organisation décentralisé qui est propre à la SADCC a notamment pour but de réduire au maximum les dépenses de fonctionnement, le Secrétariat central par exemple se composant de six cadres et conseillers. Il a aussi pour but d'assurer au maximum la participation des gouvernements membres dans la préparation comme dans l'exécution des programmes.

#### 4. Programmes sectoriels

Comme on l'a déjà noté, le Programme d'action de la SADCC (7) couvre un certain nombre de secteurs ou de sous-secteurs qui doivent être abordés dans

une optique régionale et pour lesquels il a été demandé à des Etats membres d'assumer au nom de la SADCC des responsabilités sectorielles. Au milieu de 1987, ces responsabilités sectorielles étaient les suivantes :

Angola	énergie ;
Botswana	recherche agricole (SACCAR), élevage et lutte contre les maladies du bétail ;
Lesotho	conservation des ressources en sol et en eau, utilisation des terres et tourisme ;
Malawi	pêcheries, ressources en espèces sauvages et ressources forestières ;
Mozambique	transports et communications (SATCC) ;
Swaziland	Main-d'oeuvre ;
Tanzanie	industrie et commerce ;
Zambie	industries extractives ; et
Zimbabwe	sécurité alimentaire.

Dans le cas des transports et communications, la Commission d'Afrique australe pour les Transports et les Communications (SATCC) a été créée aux termes d'une Convention officielle approuvée par le Sommet de Harare en 1981 puis ratifiée par les Etats membres (8). La Commission possède son propre Comité des Ministres, son Comité de coordination (de fonctionnaires) et son propre Secrétariat (l'Unité technique de la SATCC) et est basée à Maputo au Mozambique.

Plus récemment, en 1985, le Centre d'Afrique australe pour la coopération en matière agricole (SACCAR) a été créé aux termes d'un protocole d'accord séparé et est basé à Gaborone au Botswana. Le SACCAR fonctionne sous la tutelle générale du Comité consultatif technique pour la recherche agricole (CTC/AR) qui comprend les chefs de la recherche agricole des différents pays et relève lui-même du Comité sectoriel des ministres de l'agriculture. Le SACCAR a pour rôle de coordonner les activités intra-régionales, de servir de centre de documentation pour les activités de recherche agricole au niveau régional et, en dernier ressort, au niveau national. Les différents programmes régionaux relèvent chacun d'un coordinateur de la recherche et d'un ou plusieurs organes d'exécution désignés pour tel ou tel produit de base avec un Comité de coordination pour le produit en question placé sous la présidence du SACCAR.

Il existe une structure organique générale dans tous les secteurs, y compris dans ceux qui sont couverts par la SATCC et le SACCAR. Le travail sectoriel courant incombe au coordonnateur du secteur qui dirige un petit secrétariat connu sous le nom d'unité technique ou de coordination. Ce coordonnateur est en principe un haut fonctionnaire travaillant en liaison étroite avec son ministre et le secrétaire permanent qui, à leur tour, président les comités sectoriels au niveau ministériel et au niveau des fonctionnaires. La technicité de l'unité de coordination peut être améliorée par des experts rétribués sur l'aide. Le travail est supervisé par le Comité sectoriel des Ministres qui se réunit périodiquement et qui est servi par des comités sectoriels au niveau des fonctionnaires, ce comité se réunissant en principe plus fréquemment et ses membres servant aussi dans leurs pays respectifs de points de contact pour le secteur en question. Dans certains cas, il existe aussi des comités techniques sous-sectoriels chargés d'évaluer les projets à inclure dans le Programme d'action (9).

Le gouvernement auquel incombe la coordination au niveau sectoriel est chargé d'organiser la consultation, de fournir le personnel et les bureaux et de financer les dépenses qu'ils entraînent (sauf dans le cas de la SATCC et du SACCAR qui ont leur propre secrétariat et dont les coûts doivent être financés au moyen de contributions annuelles de tous les gouvernements membres ou par les partenaires coopérants) (10).

Le coordonnateur et l'unité de coordination au niveau sectoriel ont leurs bureaux dans le ministère approprié du gouvernement responsable (à l'exception de la SATCC et du SACCAR). Ils sont chargés d'assurer la liaison et la consultation avec les Etats membres et avec les partenaires coopérants internationaux de la SADCC et de diriger et assurer les services techniques nécessaires à l'exécution du programme sectoriel. Ils convoquent les comités sectoriels et en assurent le secrétariat et sont censés organiser selon les besoins des réunions consultatives sectorielles avec les partenaires coopérants. Ils sont également censés établir des documents concernant les stratégies sectorielles, initier et guider l'identification, l'évaluation et la conception des projets (en consultation avec les pays où les projets sont situés) ; aider à identifier les sources de financement et fournir -- sur demande -- un appui technique au pays où se trouve situé le projet pour les négociations sur le financement de ce projet ou pour d'autres tâches.

Les procédures sont en fait quelque peu différentes selon les secteurs mais se déroulent en général de la même façon :

- a) établissement par l'unité de coordination d'un document régional de stratégie sectorielle, examen de ce document avec d'autres membres de la SADCC par l'intermédiaire des comités sectoriels et approbation finale du document par le Conseil des ministres ;
- b) identification de projets par l'unité de coordination sectorielle ou par le ou les pays directement concerné(s) ;
- c) évaluation des projets proposés par l'unité de coordination (et, dans certains secteurs, par des comités techniques) afin de s'assurer que le projet est compatible avec les objectifs, la stratégie et les critères relatifs au secteur particulier de la SADCC ;
- d) examen par le Comité sectoriel des fonctionnaires des projets qui ont franchi l'étape d'évaluation initiale, la liste des projets retenus étant ensuite soumise au Comité sectoriel des ministres ; et
- e) dernière sélection et approbation par le Conseil des ministres de la SADCC (puis approbation par le Sommet).

L'approbation du projet par le Conseil des ministres vaut acceptation de l'insertion du projet dans le Programme d'action de la SADCC et confère au coordonnateur sectoriel et au(x) pays où le projet doit être situé l'autorisation de rechercher un financement extérieur soit lors des conférences consultatives annuelles soit par d'autres contacts.

Lorsqu'un projet en arrive au stade de l'exécution, c'est le(s) gouvernement(s) du(des) pays où il doit être exécuté qui est(sont) chargé(s) d'en négocier le financement et de contracter un prêt ou de passer d'autres

accords et d'en entreprendre l'exécution. Mais, comme on l'a noté plus haut, l'unité de coordination sectorielle peut, dans certains cas, accorder son aide dans cette opération, comme cela a été le cas dans le secteur des transports et des communications où la SATCC a une identité institutionnelle plus officielle et s'est vue accorder un rôle assez étendu dans la coordination des efforts qui visent à améliorer les transports et les communications entre les pays de la SADCC (11) et dans le secteur de l'énergie. Dans le cas des projets situés physiquement dans deux pays de la SADCC ou plus, l'unité de coordination sectorielle jouera probablement un rôle plus actif dans les négociations financières et autres.

#### 5. Relations entre la SADCC et ses partenaires coopérants(12)

Des conférences consultatives annuelles se sont tenues régulièrement depuis 1980 entre la SADCC et ses "partenaires coopérants", c'est-à-dire les organismes internationaux et les donateurs bilatéraux (13). De nombreux donateurs bilatéraux et organismes internationaux assistent à ces conférences et se font représenter souvent, dans le cas des principaux partenaires bilatéraux de la SADCC, au niveau ministériel ou à celui de directeur d'organisme. La conférence de 1987 a réuni des représentants de trente et un gouvernements coopérants et dix-huit organismes internationaux parmi lesquels six pays du CAEM, la Chine et plusieurs autres pays du Tiers-Monde, y compris le Brésil et l'Inde.

Les conférences consultatives durent deux jours : elles suivent immédiatement les réunions du Conseil des ministres de la SADCC et sont présidées par le Président du Conseil (le Vice-président et ministre des Finances et du Plan du Botswana).

Ces dernières années (sauf en 1987), il s'est tenu également une série d'"ateliers" du secteur informel auxquels des membres de la SADCC ont présenté leurs projets sectoriels à leurs partenaires coopérants. Ces discussions informelles ont commencé par un exposé du membre de la SADCC chargé de coordonner l'action dans le secteur et ont offert l'occasion aux donateurs de faire des déclarations et de discuter de la liste des projets sectoriels.

Le but de ces ateliers sectoriels était de permettre un examen technique plus efficace des projets et programmes que ne le permettent les conférences plus importantes. Des unités de coordination sectorielle de la SADCC ont également été encouragées à tenir, à n'importe quelle époque de l'année avec leurs partenaires coopérants, leurs propres réunions "techniques" ou sur les projets grâce auxquelles il sera possible le moment venu de rendre moins nécessaires les ateliers sectoriels à l'époque des conférences annuelles (des exemples de ces réunions sont examinés plus loin).

La conférence de 1987 a été précédée par un séminaire d'une journée organisé à l'intention d'hommes d'affaires venus de la région de la SADCC et des Etats partenaires coopérants. Ce séminaire a montré au secteur privé que le domaine d'intérêt touchant les activités de la SADCC allait en s'élargissant, le but étant d'encourager l'investissement privé productif.

Les réunions plus formelles de la Conférence consultative proprement dite comprennent des déclarations du chef d'Etat du pays hôte, du Président de la Conférence, du Secrétaire exécutif de la SADCC et des partenaires

coopérants ainsi que des déclarations de porte-parole parlant au nom de groupes régionaux et d'autres tels que les pays nordiques, la Communauté européenne, le Mouvement des non-alignés et des pays du CAEM. Les déclarations des partenaires coopérants comprennent souvent des observations sur les événements politiques et économiques en Afrique australe dans son ensemble et sur les orientations de la SADCC (et sur celles des partenaires eux-mêmes) ainsi que des engagements d'aide pour des programmes ou projets de la SADCC. Dans sa déclaration de clôture, le Président passe ensuite en revue et commente les points qui ont été soulevés.

Dans le cas des pays nordiques, qui ont établi une relation de coopération spéciale avec la SADCC (voir plus loin), il y a eu, dans chacune des trois années 1984 à 1986, une présentation commune de ces pays sur les questions relevant d'un secteur ou d'un domaine politique particulier, c'est-à-dire l'agriculture et le développement rural en 1984, le développement énergétique en 1985 et l'emploi et la main-d'oeuvre en 1986. Le document des pays nordiques a été soumis lors de l'examen du secteur informel puis mentionné dans la déclaration que ces pays ont faite à la conférence (et discuté ultérieurement sur une base bilatérale entre le groupe nordique et la SADCC).

Les ministres de la SADCC ont déclaré qu'ils étaient heureux de connaître les avis de leurs partenaires coopérants sur les problèmes politiques de fond, ces avis étant une contribution à leurs propres discussions sur les questions de politique intérieure. Ils ont également déclaré qu'ils aimeraient avoir connaissance de ces avis ou de ces problèmes politiques avant les conférences annuelles afin d'avoir le temps de se préparer à la discussion des points qui y seront évoqués.

En plus des réunions plénières plus formelles et des discussions sur le secteur informel, la Conférence annuelle a offert l'occasion de consultations informelles entre donneurs et membres de la SADCC (et entre les donneurs eux-mêmes) sur divers projets et problèmes et des accords de projet et de financement sont souvent conclus à cette occasion. Ceci est devenu une partie importante du processus d'interaction entre donneurs et membres de la SADCC.

L'un des aspects de la préparation des conférences consultatives est l'envoi, au cours de la dernière partie de chaque année et avant la Conférence annuelle, d'une délégation de la SADCC conduite par le président du Conseil des ministres ou le Secrétaire exécutif de la SADCC aux capitales des principaux partenaires bilatéraux. Ces visites ont pour but d'inciter les partenaires coopérants à examiner leurs propres engagements envers les programmes de la SADCC et l'orientation future de leur participation. En offrant ainsi l'occasion de discussions informelles des politiques et objectifs respectifs, ces visites ont également pour but de servir l'objectif de la SADCC qui est de faire participer ses partenaires coopérants à l'élaboration de ses programmes.

Parmi les partenaires coopérants de la SADCC, les pays nordiques considérés en tant que groupe (Finlande, Danemark, Islande, Norvège et Suède) ont établi une relation spéciale sur la base de région à région, le but étant de mettre à profit l'expérience que ces pays ont acquise en Afrique orientale et australe. Ces pays ont souvent parlé d'une même voix lors des récentes conférences consultatives. Le groupe nordique a fourni une assistance technique pour les activités de planification et de coordination de la SADCC,

une aide aux projets qu'elle finance et un soutien aux secrétariats de la SADCC et du secteur énergétique. Il s'est également efforcé, comme on l'a déjà noté, d'établir un dialogue en tant que partenaire du développement grâce à la présentation de documents destinés à servir de base à l'examen d'orientation générale. C'est ainsi que dans leur document de 1984 sur l'agriculture et le développement rural, ils ont évoqué comme question d'orientation à discuter celles d'incitations améliorées au profit des producteurs agricoles et d'une réduction de l'intervention de l'Etat dans les problèmes de commercialisation et de politique générale ; par la suite, ils ont commandé une étude des politiques des prix agricoles et celles de questions connexes reposant sur des études de cas de quatre pays membres de la SADCC. Un document de travail sur les conclusions de cette dernière étude a été présenté à la Conférence consultative de 1986 (ainsi qu'un nouveau document sur les questions d'emploi et de main-d'oeuvre) dans l'intention de les faire suivre par des discussions au niveau des pays.

Lors de la Conférence de 1986, les pays nordiques ont signé une Déclaration commune avec les pays de la SADCC sur une coopération de région à région dans les domaines économique et culturel et prévoyant notamment un soutien des pays nordiques à la coopération intra-régionale, une assistance technique à la planification économique, l'identification et la préparation des projets, le renforcement du secrétariat et des unités de coordination sectorielles de la SADCC, l'aide à l'exécution de grands projets, le soutien au maintien et à la réhabilitation de la capacité de production, la promotion des échanges commerciaux entre les pays nordiques et ceux de la SADCC et à l'intérieur de la région de la SADCC et une coopération culturelle (14). En outre, dans le cadre général de la coopération entre les pays nordiques et la SADCC, les possibilités d'encourager des entreprises et autres investissements communs sont actuellement à l'étude comme le sont les dispositions visant à renforcer les mécanismes financiers nécessaires à une coopération économique élargie. Des discussions régulières ont actuellement lieu entre les pays nordiques et la SADCC sur l'application de la Déclaration commune.

Un Protocole d'accord a également été signé à la Conférence de 1986 entre la SADCC et la Commission de la Communauté européenne sur la programmation de fonds régionaux dans le cadre de Lomé III pour les Etats ACP en Afrique australe (15). Ce protocole prévoyait que le Secrétariat de la SADCC, avec l'appui nécessaire des coordonnateurs sectoriels, conviendrait avec la Commission des domaines prioritaires à financer sur les fonds régionaux de Lomé III avec, à titre indicatif, une répartition des ressources entre les secteurs. Il a été également envisagé que les coordonnateurs sectoriels, aidés au besoin par le Secrétariat, soient autorisés à parvenir à un accord sur l'identification de programmes appelés à bénéficier du soutien de la Communauté européenne. S'agissant de projets proprement dits, il a été prévu de continuer à appliquer la pratique normale, c'est-à-dire d'en confier la préparation, l'évaluation et l'exécution à la Commission et à l'Etat membre de la SADCC intéressé (aidé au besoin par le coordonnateur sectoriel compétent et le Secrétariat). Il a été également prévu d'autoriser dans certains cas le coordonnateur sectoriel ou le Secrétariat à engager des négociations directement avec la Communauté européenne au nom des Etats membres de la SADCC concernés.

Le protocole d'accord a prévu en outre que des représentants de la Commission et le Secrétariat de la SADCC se réuniraient chaque année pour examiner l'état d'avancement des programmes et des projets. Le premier examen de cette nature a eu lieu en février 1987.

Aux Conférences consultatives, le membre de la CEE qui est le président du Conseil des ministres de la CEE joue le rôle de principal porte-parole de la Communauté, le Commissaire au développement parlant au nom de la Commission et chaque membre de la CEE au nom de son propre pays.

Dans certains secteurs, y compris des transports, de l'agriculture et de la main-d'oeuvre, il a été organisé des "conférences de coordination techniques" avec divers donateurs et/ou des groupes de travail informels conjoints SADCC/donneurs sur des projets ou sous-secteurs particuliers.

Dans le cas par exemple du projet de "Couloir de Beira", qui prévoit la réhabilitation et l'amélioration des installations ferroviaires et portuaires le long de la route du Couloir entre Harare au Zimbabwe et le port de Beira au Mozambique (voir carte), un groupe de donateurs a travaillé avec la SADCC et les gouvernements intéressés à l'exécution des divers éléments du projet. Le Couloir de Beira sera pour le Zimbabwe et la Zambie la principale voie destinée à remplacer celles qui passent par les ports sud-africains et revêt donc une importance particulière pour la SADCC dont le but est de réduire la dépendance à l'égard de l'Afrique du Sud. Plusieurs réunions ont eu lieu, y compris une Conférence de coordination organisée par la Communauté européenne à Bruxelles en octobre 1986. Ces réunions ont fourni l'occasion d'examiner le programme et d'obtenir le soutien de donateurs. A la réunion de Bruxelles, il a été signalé que les donateurs avaient confirmé leurs annonces de contributions de 185 millions de dollars pour les travaux de réhabilitation des trois CEE, de la BAFD, de l'USAID et des pays suivants : Suède, Danemark, Norvège, Finlande, Pays-Bas, RDA, Autriche, Belgique, Grèce et Portugal. Une aide supplémentaire est actuellement sollicitée de la Banque mondiale (16).

Un cas à peu près similaire est celui du projet de Couloir Nord du Malawi (de Blantyre à Dar-es-Salaam) qui a pour but de fournir au Malawi un autre itinéraire de transport que les lignes ferroviaires existantes en direction de Nacala et Beira au Mozambique (qui ont toutes deux été sujettes à de sérieuses interruptions) et que la coûteuse voie route/rail à travers l'Afrique du Sud dont le Malawi est actuellement très tributaire. Ce Couloir nord obligerait à développer encore les installations portuaires sur le Lac Malawi et à construire à Mbeya la liaison routière vers le nord en direction de la voie ferrée de Tazara afin qu'une partie du commerce extérieur du Malawi puisse passer par le port de Dar-es-Salaam en Tanzanie. Un Comité de direction du Couloir Nord groupant les donateurs intéressés et le ministère des Transports du Malawi s'est réuni régulièrement à Lilongwe à partir d'octobre 1985 en vue d'affiner et appliquer les propositions relatives au Couloir.

Dans le cas du chemin de fer de Tazara qui assure une liaison ferroviaire de la Zambie à Dar-es-Salaam, une conférence de coordination avec des représentants de 14 donateurs bilatéraux et multilatéraux éventuels s'est tenue à Arusha en avril 1985 pour discuter du plan décennal proposé de développement de Tazara et des annonces provisoires de contributions ont été faites pour 15 des 22 projets inscrits dans ce Plan (17). Des réunions auxquelles est examiné l'état d'avancement de l'exécution du Plan se tiennent tous les trois



mois à la Direction de Tazara à Dar-es-Salaam entre les représentants locaux des donateurs et l'Unité de coordination de l'Autorité de Tazara (dont on notera qu'elle a été créée avec le soutien des pays nordiques).

La voie ferrée de Nacala entre le Malawi et le Mozambique (voir carte) est un exemple supplémentaire dans le secteur des transports. Des réunions des principaux participants -- le Mozambique (la partie de la voie ferrée en cours de réhabilitation se trouve sur son territoire), la Communauté européenne, le Canada, la France et le Portugal) se tiennent chaque année pour discuter du projet et des questions que pose son exécution (18).

Ces diverses conférences de coordination et groupes de travail dans le secteur des transports ont donné aux membres de la SADCC et aux partenaires coopérants la possibilité d'examiner quelles portions d'un programme pouvaient être les plus importantes, quelles étaient celles que les donateurs eux-mêmes étaient en mesure de financer et comment appliquer les programmes convenus.

Dans le secteur agricole, les donateurs d'aide alimentaire et les membres de la SADCC ont examiné de façon assez approfondie le problème de la sécurité alimentaire dont est chargée, au nom de la SADCC, une unité technique et administrative de sécurité alimentaire (FSTAU) au ministère de l'Agriculture du Zimbabwe. Les donateurs ont contribué à l'analyse de ces problèmes et à l'établissement d'un document récent sur la stratégie de la sécurité alimentaire, y compris l'introduction d'un fonds régional de réserve alimentaire et d'un "système d'alerte précoce" pour les pénuries alimentaires.

Grâce à leurs programmes d'aide alimentaire, certains donateurs, notamment la CEE, achètent des céréales aux pays de la SADCC à excédent alimentaire pour venir en aide aux pays de la région à déficit alimentaire. Dans le cadre de son programme de sécurité alimentaire, la SADCC, avec l'aide de la CEE, prépare actuellement l'évaluation annuelle des endroits de la région où auront lieu probablement des excédents et des déficits alimentaires ainsi qu'un plan visant à créer un fonds pour l'achat, à l'intérieur de la région, de l'aide alimentaire nécessaire (ou du moins d'une partie de cette aide). Les études financées par la CEE montrent que, pour que le fonds fonctionne efficacement, il doit être plus rapide et moins coûteux à gérer que beaucoup des arrangements ad hoc actuels. Il pourrait aussi permettre aux négociants en céréales de la région d'acquérir plus d'expérience en commençant entre eux. Vu sous l'angle plus large du renforcement institutionnel régional, le fonds serait l'une des premières institutions permanentes groupant tous les Etats de la SADCC qui serait appelée à jouer un rôle régulier et continu. La SADCC s'efforce actuellement d'obtenir un soutien international pour ce projet. La CEE a accepté qu'une conférence des donateurs se tienne à Bruxelles en 1987 sous la présidence du coordonnateur de la sécurité alimentaire de la SADCC.

Dans le cas de la recherche agricole, une réunion a eu lieu avec les donateurs en septembre 1986 à Lusaka et une conférence de coordination technique pour le secteur des télécommunications était prévue pour 1987 (19). De nouvelles consultations techniques sont également prévues au sujet du système régional d'alerte précoce concernant la production alimentaire.

## 6. Relations avec les autres organisations

Le fait d'être membre de la SADCC n'exclut pas la participation à d'autres groupements économiques. L'Autorité du Bassin de Kegera par exemple réunit la Tanzanie, le Burundi, le Rwanda et l'Ouganda. Le Secrétariat de la SADCC participe aussi au travail du Comité directeur permanent de l'OUA qui concerne le Programme prioritaire africain pour le redressement économique 1986/1990 et assiste aux réunions de la PTA (zone commerciale préférentielle) pour les pays de l'Afrique orientale et australe. La SADCC a le statut d'observateur aux Nations Unies et le Secrétaire général des Nations Unies rend compte chaque année à l'Assemblée générale de la coopération entre la SADCC et les institutions des Nations Unies.

Une étude sur le commerce intra-régional a été commandée par le Secrétariat afin d'évaluer les propositions qui avaient été faites pour un programme SADCC de développement commercial et pour concilier ces propositions avec les obligations que les membres de la SADCC pourraient avoir par ailleurs, notamment dans le cadre de la PTA. Le rapport, qui a été achevé en 1986, proposait, entre autres, que la SADCC laisse à la PTA les questions générales de politique commerciale et concentre son effort sur les mesures supplémentaires spécifiques qui pourraient être introduites cas par cas (20).

## 7. Faits récents

Pour assurer un cadre plus clair à ses activités au cours des cinq prochaines années, la SADCC a entrepris en 1985 l'examen de ses procédures et de ses mécanismes institutionnels ainsi que la préparation d'une enquête régionale macroéconomique et d'une série de directives en vue de définir des stratégies sectorielles. Cet examen a mis en lumière certaines faiblesses du programme de la SADCC et est arrivé notamment à la conclusion que les programmes sectoriels devraient s'inscrire dans un cadre macroéconomique régional d'ensemble et sur des définitions plus rigoureuses de ses priorités.

Parmi les autres conclusions, l'examen de 1985 a noté que la compétence opérationnelle et professionnelle (en particulier dans la conception des programmes et des projets) n'a pas toujours été "à la hauteur de la tâche", que les programmes et projets devraient comporter une participation étrangère plus importante que celle qui avait été prévue ou qui pourrait être obtenue à plus long terme et que la dépendance des transports à l'égard de l'Afrique du Sud n'avait pas été dans l'ensemble sensiblement réduite. Les nouvelles directives (21) montraient aussi que l'on s'était trop employé à attirer des fonds et du personnel de l'extérieur au lieu de mobiliser les ressources de la SADCC elle-même et que la liste des projets de la SADCC était déjà longue, et leur exécution trop lente et que l'addition des nouveaux projets se faisait à un rythme qui pouvait nuire à la crédibilité du programme dans son ensemble (22).

Cette étude proposait qu'au niveau sectoriel les cadres ou stratégies politiques soient conçus de manière à fixer des priorités, des critères pour l'évaluation de leur état d'avancement et, lorsque c'était possible, des objectifs pour leur réalisation et que la coordination soit meilleure sur le plan opérationnel de même que le calcul des coûts en personnel et des dépenses de fonctionnement liés à chacun des projets (23).

Les objectifs plus spécifiques pour l'établissement de stratégies sectorielles devraient prévoir :

- qu'une plus grande attention soit accordée dans le choix des projets aux contributions en faveur des objectifs de la SADCC et en particulier que soit réduite la dépendance à l'égard de l'Afrique du Sud ;
- que les programmes et projets sectoriels de la SADCC soient mieux coordonnés avec ceux qui sont appliqués au plan national par les Etats membres ;
- qu'une plus grande attention soit accordée aux liens et à la coordination à l'intérieur et entre les secteurs, en particulier en ce qui concerne les besoins en main-d'oeuvre des projets ;
- qu'une plus grande attention soit accordée aux entreprises productives et commerciales et notamment à leur participation à l'élaboration des programmes et à la conception des projets ;
- que l'accent soit mis sur l'exécution des projets plutôt que sur leur préparation ;
- que l'accent soit mis davantage sur la coordination au plan opérationnel, sur l'amélioration des systèmes et de l'utilisation des capacités ;
  
- et que l'on s'achemine vers une définition des perspectives sectorielles cohérentes et pluriannuelles et vers une définition d'objectifs spécifiques qui permettront de mesurer les résultats.

Il a été envisagé de prévoir pour chaque stratégie sectorielle un cadre pour un programme d'action sectoriel au cours des cinq prochaines années et que le cadre macroéconomique fournisse un contexte pour les programmes sectoriels et une base pour les examens annuels futurs du Programme général d'action (24).

Les nouvelles directives sectorielles ont fixé des critères généraux pour la définition des priorités concernant les projets existants aussi bien que les projets nouveaux, pour l'évaluation des programmes sectoriels et pour le calcul des possibilités de financement de chaque projet et de ses incidences sur le plan des dépenses renouvelables (25).

Il a été également demandé que l'accent mis à ce jour sur les transports et communications soit contrebalancé par une attention accrue aux autres secteurs et qu'une plus grande priorité soit accordée à la production de biens et de services et à la mobilisation des propres ressources de la SADCC, y compris sur le plan des capacités techniques.

Les documents de stratégie sectorielle pour tous les secteurs ou sous-secteurs sont maintenant rédigés et ont été remis à la Conférence consultative de 1986 (26). Dans le cas de l'agriculture, il a été également rédigé un document sur la stratégie globale à appliquer au secteur agro-alimentaire dans son ensemble et il a été créé un Comité de coordination du secteur agro-alimentaire dont le rôle de coordonnateur a été confié au Zimbabwe. Il est prévu de réexaminer périodiquement et, le cas échéant, de réviser les différents documents de stratégie sectorielle.

En ce qui concerne la nouvelle priorité accordée à la production de biens et de services, le Conseil des ministres de la SADCC a confirmé ce

changement d'accent en juin 1986. Un programme sectoriel de développement du commerce intra-régional a lui aussi été finalement approuvé en tant que partie d'un secteur industriel et commercial élargi dont la coordination sera assurée par la Tanzanie.

Il a été décidé de lancer cette nouvelle initiative à la Conférence consultative de 1987 sur le thème de l'"investissement dans la production". Les milieux commerciaux ont été invités à assister à cette conférence qui, comme on l'a noté plus haut, a été précédée d'un "atelier" destiné aux représentants du monde des affaires intérieurs et extérieurs à la région.

La décision d'engager ce qui était considéré comme une nouvelle phase de la coopération a été le résultat de plusieurs facteurs. Les programmes de la SADCC concernant la réhabilitation des infrastructures régionales étaient en cours à leur propre rythme et la première enquête macroéconomique de la SADCC (27) ainsi que les documents de stratégie sectorielle avaient appelé encore davantage l'attention sur les faiblesses des économies des pays membres et sur la nécessité de renforcer leur base de production et d'encourager l'investissement. Des réformes de politique avaient également été introduites dans plusieurs pays membres de la SADCC afin d'encourager l'investissement et le secteur privé et la SADCC était arrivée à la conclusion que les événements d'Afrique du Sud rendaient plus urgents la recherche d'une plus grande auto-suffisance et l'intensification du commerce entre les pays membres de la SADCC (ce dernier ne représentant actuellement qu'une très faible proportion de leurs importations et exportations).

Plusieurs réunions ont eu lieu avec des membres de la communauté commerciale de la SADCC aussi bien privés que para-publics et il est actuellement créé un Conseil commercial de la SADCC qui servira de tribune pour émettre des opinions et formuler des représentations aux gouvernements et à la SADCC elle-même. Les gouvernements de la SADCC ont fait savoir qu'ils étaient disposés à discuter de questions commerciales concernant les contrôles administratifs et les autres contraintes et la Conférence consultative de 1987 a eu pour but d'étendre cette initiative au plan international.

Il est actuellement envisagé de créer au plan régional un mécanisme de crédit à l'exportation ainsi qu'un fonds renouvelable de pré-financement des exportations pour financer les importations nécessaires à la fabrication des produits manufacturés d'exportation. Au cours des discussions qui ont lieu actuellement au sein de la SADCC, il est également envisagé d'identifier, en consultation avec le monde des affaires, un certain nombre de marchandises spécifiques produites dans la région auxquelles il pourrait être accordé la priorité d'un marché régional.

La SADCC semble en outre envisager que ses partenaires internationaux coopérants se servent de leurs programmes d'aide respectifs pour encourager l'activité productive de la région, notamment en achetant de façon plus systématique les biens et services produits localement.

Il est prévu que la prochaine Conférence de 1988 sera une réunion au cours de laquelle seront examinés d'une part l'accent que la SADCC a mis précédemment et continue de mettre sur le développement de l'infrastructure et, d'autre part, l'accent qu'elle vient de mettre récemment sur une augmentation de la production sous le thème : "SADCC : Développement de l'infrastructure et de l'entreprise".

Tableau 4  
MEMBRES DE LA SADCC (1) : SOURCES D'APD 1981-86

	1985			Pourcentage du total des engagements	1981-86			Pourcentage du total des engagements
	Décaissements bruts	Engagements nets (millions \$E. U.)	Engagements bruts		Décaissements bruts	Engagements nets (millions \$E. U.)	Engagements bruts	
<b>1. Aide bilatérale</b>								
Pays du CAD								
Australie	9.6	9.6	5.2	0.18	90.3	90.3	93.6	0.7
Autriche	4.0	4.0	9.9	0.34	30.0	30.0	24.6	0.2
Belgique	7.5	6.7	17.0	0.58	48.5	47.8	51.9	0.4
Canada	73.1	73.0	99.5	3.42	448.7	448.1	548.3	4.1
Danemark	193.1	107.1	154.8	5.32	514.9	424.4	453.7	3.4
Finlande	57.3	57.3	94.3	3.24	224.8	224.8	325.6	2.5
France	51.9	51.9	99.6	3.42	186.7	186.7	329.9	2.5
RFA	193.7	190.3	214.9	7.38	944.6	932.0	1 046.4	7.9
Irlande	10.0	10.0	10.0	0.34	18.5	18.5	18.5	0.1
Italie	140.1	138.6	268.3	9.21	485.6	479.5	828.0	6.3
Japon	129.7	126.0	153.6	5.27	521.3	513.9	581.6	4.4
Pays-Bas	199.1	197.2	202.3	6.95	801.9	787.3	773.6	5.9
Nouvelle-Zélande	0.2	0.2	0.0	0.0	1.7	1.7	0.9	0.0
Norvège	161.5	161.4	242.1	8.32	649.3	649.2	765.8	5.8
Suède	280.8	280.8	280.8	9.64	1 160.9	1 160.9	1 213.2	9.2
Suisse	28.5	28.5	22.0	0.76	94.0	94.0	107.6	0.8
Royaume-Uni	131.7	119.0	136.7	4.69	853.0	796.1	725.1	5.5
Etats-Unis	163.0	158.0	175.7	6.03	1 022.0	1 011.0	1 155.3	8.7
<b>Total CAD</b>	<b>1 834.8</b>	<b>1 719.7</b>	<b>2 186.7</b>	<b>75.10</b>	<b>8 096.7</b>	<b>7 896.2</b>	<b>9 134.8</b>	<b>69.2</b>
Pays de l'OPEP	16.7	9.3	0.3	0.01	311.1	250.6	339.7	2.6
<b>Total aide bilatérale</b>	<b>1 851.5</b>	<b>1 729.0</b>	<b>2 187.0</b>	<b>75.11</b>	<b>8 407.8</b>	<b>8 146.8</b>	<b>9 380.0</b>	<b>71.1</b>
<b>2. Aide multilatérale</b>								
BAFD/FAFD	31.4	31.9	94.5	3.24	174.8	173.0	406.4	3.1
BM/IDA	281.9	277.2	297.4	10.21	980.2	966.4	1 222.9	9.3
PNUD	41.0	41.0	159.4	5.47	260.8	260.8	986.2	7.5
Autres instit. des NU	96.6	96.6			554.8	554.8		
CEE	134.5	133.5	159.2	5.47	690.2	689.1	953.4	7.2
Agences des pays arabes de l'OPEP	11.0	3.1	9.4	0.32	126.6	110.9	116.7	0.9
Autres aides multilatérales	39.6	39.0	5.1	0.18	237.2	231.0	131.3	1.0
<b>Total multilatéral</b>	<b>636.0</b>	<b>621.3</b>	<b>724.8</b>	<b>24.89</b>	<b>3 024.6</b>	<b>2 986.0</b>	<b>3 816.7</b>	<b>28.9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 487.4</b>	<b>2 350.2</b>	<b>2 911.8</b>	<b>100.0</b>	<b>11 432.3</b>	<b>11 132.7</b>	<b>13 196.7</b>	<b>100.0</b>
<b>dont :</b>								
CEE + membres	1 061.7	954.3	1 262.8	43.37	4 543.5	4 361.0	5 274.4	39.7
Apports des pays arabes de l'OPEP	27.7	12.4	9.6	0.33	437.7	361.6	456.3	3.4
Coopération technique	564.8	564.8			2 975.7	2 975.7	-	-

1. Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mozambique, Swaziland, Tanzanie, Zambie, et Zimbabwe.

Source : Répartition géographique des ressources financières mises à la disposition des pays en développement, 1981-84 (OCDE, 1986) et Répartition géographique des ressources financières mises à la disposition des pays en développement, 1982-85 (OCDE, 1987). Ne sont pas compris les apports du CAEM ni intra-PED sauf en tant qu'éléments des apports des banques régionales de développement de la Banque mondiale ou des Nations Unies. Les chiffres pour l'Irlande ne concernent que l'année 1985.

ADDITIF

Les tableaux 5, 6 et 7 représentent les estimations les plus récentes au mois de novembre 1987. Les tableaux 5 et 6 sont légèrement différents du tableau 4 parce que les aménagements les plus récents apportés à la base de données ne se reflètent pas encore dans les chiffres publiés utilisés dans ce tableau.

Tableau 5

ENGAGEMENTS AU TITRE DE L'APD<sup>(1)</sup>  
Prix courants  
(millions de dollars)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Angola	64	87	63	103	92	106	119	133
Botswana	128	152	117	125	102	110	113	145
Lesotho	130	140	115	72	102	125	92	134
Malawi	185	150	212	84	270	144	222	265
Mozambique	189	184	188	255	262	307	357	526
Swaziland	32	36	36	46	55	39	28	55
Tanzanie	878	948	703	730	516	517	465	884
Zambie	356	323	344	406	257	343	450	452
Zimbabwe	14	276	347	402	295	315	162	261
<u>Total SADCC</u>	<u>1 976</u>	<u>2 296</u>	<u>2 125</u>	<u>2 223</u>	<u>1 951</u>	<u>2 006</u>	<u>2 008</u>	<u>2 855</u>

1. Y compris l'aide publique au développement (APD) provenant du CAD et des pays de l'OPEP et l'APD multilatérale. A l'exclusion du CAEM.

Source: Base de données de l'OCDE actualisée à novembre 1987.

Tableau 6

RECETTES BRUTES AU TITRE DE L'APD(1) (2)  
 Prix courants  
 (millions de dollars)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Angola	47	53	62	60	76	95	92	129
Botswana	107	110	101	103	106	105	101	108
Lesotho	67	95	104	94	108	101	96	93
Malawi	191	148	148	126	121	165	123	208
Mozambique	146	169	144	208	212	263	304	427
Swaziland	52	52	39	31	36	32	28	37
Tanzanie	650	823	714	694	601	566	495	767
Zambie	281	324	235	320	218	241	332	476
Zimbabwe	12	198	213	216	209	298	241	229
<b>Total SADCC</b>	<b>1 553</b>	<b>1 972</b>	<b>1 759</b>	<b>1 852</b>	<b>1 687</b>	<b>1 866</b>	<b>1 812</b>	<b>2 473</b>

1. Depuis 1981, les recettes nettes au titre de l'APD ont représenté entre 95 et 99 pour cent des recettes brutes au titre de l'APD, ce qui reflète un très haut degré de concessionnalité de l'APD à la région de la SADCC.
2. Voir aussi note 1 du tableau 5.

Source: Base de données de l'OCDE actualisée à novembre 1987.

Tableau 7

MONTANTS NETS DES RECETTES NON CONCESSIONNELLES (1)  
 Prix courants  
 (millions de dollars)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Angola	61	148	237	294	100	107	167	145
Botswana	41	-53	14	17	26	79	62	66
Lesotho	-2	—	2	4	2	-4	25	4
Malawi	69	46	56	14	-11	30	5	26
Mozambique	2	174	277	139	24	-57	31	-63
Swaziland	28	29	20	20	19	25	6	9
Tanzanie	156	185	177	64	71	97	78	-31
Zambie	172	58	189	158	-2	159	182	206
Zimbabwe	49	85	211	251	145	134	74	-8
<b>Total SADCC</b>	<b>576</b>	<b>672</b>	<b>1 183</b>	<b>961</b>	<b>374</b>	<b>569</b>	<b>630</b>	<b>354</b>

1. Y compris les apports bilatéraux et multilatéraux avec un élément de subvention de moins de 25 pour cent, tous les crédits officiels et officiellement garantis à l'exportation, les investissements privés et investissements de portefeuille officiels et les investissements directs privés.

Source: Base de données de l'OCDE actualisée à novembre 1987.

## NOTES ET REFERENCES

1. Si l'on tient compte des prêts des banques multilatérales de développement qui ne ressortissent pas à l'APD (et qui sont importants dans le cas de certains membres de la SADCC), le montant total des engagements au cours de la période de cinq ans a été à peine inférieur à 11 700 millions de dollars et les parts des cinq et dix donateurs les plus importants ont été respectivement de 45 et d'un peu plus de 74 pour cent. Les donateurs bilatéraux du CAD représenteraient 59.4 pour cent du total et les institutions multilatérales autres que l'OPEP 36.7 pour cent.
2. Pour tous les pays de la SADCC à l'exception de la Tanzanie, l'Afrique du Sud assure, en matière de transports et de communications, les principales liaisons avec les marchés extérieurs, représente une source importante de capacités techniques et, pour plusieurs de ces pays, une source d'investissements substantielle et leur plus important marché.
3. Afrique australe : Vers la libération économique, Déclaration des gouvernements des Etats indépendants de l'Afrique australe faite à Lusaka le 1er avril 1980 (la Déclaration de Lusaka) citée dans Iddi Simba et Francis Wells, La coopération au développement en Afrique australe : Structures et procédures, Centre de Développement de l'OCDE, 1984, pp. 38-43.
4. "Memorandum d'accord sur les institutions de la Conférence de coordination du développement en Afrique australe", 20 juillet 1981, amendée le 22 juillet 1982, citée dans Simba et Wells, op. cit., pp. 44-51.
5. Dans le cas du SACCAR, le mécanisme un peu moins formel constitué par un Protocole d'accord approuvé par les Etats membres a été utilisé pour créer cette institution.
6. Simba et Wells, op. cit., p. 23.
7. Le programme d'action n'est pas officiellement un document. Il représente davantage des mesures autorisées à l'origine par le Sommet de Lusaka, élargies et rendues plus précises par les projets et programmes approuvés par le Conseil des ministres et analysées par le Sommet lorsqu'il accepte le Rapport d'avancement annuel de chaque année.



8. Convention sur la création d'une Commission de l'Afrique australe pour les transports et communications (Convention de la SATCC), juillet 1981, citée dans Simba et Wells, op. cit., pp. 52-58.
9. Il existe évidemment des différences de détail entre les divers secteurs et les termes utilisés. Dans le cas de la SATCC, par exemple, le titre donné au Secrétariat est celui d'"Unité technique" de la SATCC ; dans le secteur de l'énergie, celui d'"Unité technique et administrative" (TAU) et dans celui de la main-d'oeuvre, celui de "Conseil de formation régionale". Le Comité des fonctionnaires dans le cas de la SATCC est connu sous le nom de "Comité de coordination" et dans le cas du SACCAR sous celui de "Comité technique consultatif".
10. Les membres de la SADCC ont accepté de prendre progressivement à leur charge le financement des "coûts incompressibles" afférents au personnel et à l'administration des deux commissions. Dans le cas du SACCAR, ces coûts, portant sur une période initiale de cinq ans, sont actuellement financés par les Etats-Unis, le Canada et la Norvège. Dans le cas de la SATCC, le personnel technique a été fourni par les pays nordiques et l'Italie et du personnel supplémentaire est actuellement fourni par le Canada, la France, l'OIT et l'OMI. Dans le secteur énergétique, la TAU est financée par la Norvège, la Suède, la Belgique, le Brésil, la CEE et le Royaume-Uni.
11. Convention de la SATCC, Articles II et IV
12. La relation entre la SADCC et ses partenaires coopérants et les difficultés auxquelles se heurtent les activités de coopération au développement ont été examinées plus en détail dans l'étude conjointe de la SADCC et du Centre de développement de l'OCDE intitulée "Joint Study of Structures and Procedures in Co-operation to Implement the SADCC Programme of Action". Cette étude, achevée en 1987, comprend plusieurs études détaillées de projets figurant dans le programme d'action de la SADCC et porte essentiellement sur les structures et procédures qui concernent la relation de coopération au développement.
13. Maputo, novembre 1980 ; Blantyre, novembre 1981 ; Maseru, janvier 1983 ; Lusaka, février 1984 ; Mbabane, janvier 1985 ; Harare, janvier 1986 ; Gabarone, février 1987. La prochaine conférence se tiendra à Arusha en janvier 1988.
14. Déclaration commune sur la coopération économique et culturelle élargie entre les pays nordiques et les Etats membres de la SADCC, Harare, janvier 1986.
15. Protocole d'accord pour la programmation de fonds de coopération régionale au titre de Lomé III pour les Etats ACP de l'Afrique australe, Harare, janvier 1986.
16. African Research Bulletin, 30 novembre 1986, pp. 8421-8422. SADCC's 1985-1986 Annual Progress Report, août 1986 (cité ci-dessous par le sigle APR 1986). Ce bulletin donne la liste des engagements des donateurs qui s'élèvent à 31.8 millions de dollars, avec 88.5 millions de dollars supplémentaires en cours de négociation.

17. APR 1986 énumère les engagements des donateurs pour le système portuaire de Dar-es-Salaam, y compris Tazara, ces engagements s'élevant à 133.9 millions de dollars, avec 61.6 millions en cours de négociation.
18. APR 1986 énumère les engagements des donateurs pour le système de transports du port de Nacala, ces engagements s'élevant à 121.6 millions de dollars, 85.9 millions de dollars supplémentaires étant en cours de négociation.
19. APR 1986, p. 22.
20. SADCC Intra-Regional Trade Study, SADCC 1986. Cette étude a été effectuée par une équipe dirigée par le Chr. Michelsen Institute de Bergen en Norvège et comprenant des chercheurs provenant de deux pays membres de la SADCC ainsi qu'une aide de la CNUCED.
21. "Guidelines for Sectoral Strategies", Overview, établi par la Conférence consultative de janvier 1986, SADCC, janvier 1986, Annexe C, pp. 33-38.
22. Overview, pp. 12 et 34. Voir également APR 1986, p. 24.
23. Overview, pp. 2 et 14.
24. Ibid., pp. 13 et 34-35.
25. Ibid., pp. 35-38.
26. Voir autres documents sectoriels : Food and Agriculture (couvrant la sécurité alimentaire, la recherche agricole, la conservation des ressources en sol et en eau et l'utilisation des sols, la production animale, la lutte contre les maladies animales, la pêche, la vie sauvage et la sylviculture) ; Transports et communications, Energie, Industrie, Main-d'oeuvre et Industries extractives, préparés pour la Conférence consultative de janvier 1986.
27. Etude macro-économique 1986, SADCC, septembre 1985.

# Les Pays de la SADCC



Échelle : 1 : 20 000 000